

XI SEMANA de HISTÓRIA

Passado silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo.

Anais Eletrônicos
2025

ICH- UFJF
Juiz de Fora, 2025

Comissão Organizadora

Jonas Augusto Silva
Presidente

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti
Secretária

Isabela Elmer Vorique
Tesoureira

Arthur Nazario Moreira
Diretor Burocrática

Diretoria Burocrática
Adriel Agostinho dos Santos
Sarha Ribeiro Bispo Barreto
Victor Hugo Pimentel de Carvalho
Laís Flávia Gonçalves de Carvalho
Ana Paula Cândido
Maria Carolina Aquino
Pedro Henrique Rodrigues
Maria Eduarda Silva de Oliveira
Sheila Aparecida Laurindo Graça

Helena Dias da Silva
Diretora Acadêmica

Diretoria Acadêmica
Yuri Filó Mota
Davy Mariano Izidoro
Lívia da Silva Temponi
João Vítor Perrout
Gustavo Soares Borges
Suellen Cristiane de Paiva Garcia
Igor Fernandes de Faria
Jess James Sobrinho Bezerra
Ana Lívia Ribeiro Custódio
Júlia Felix de Souza Henriques
Agnes Teixeira Baião

Marcelly Oliveira de Paula Mendes
Diretora Financeira

Diretoria Financeira
Thamiris Oliveira Madeira
Camila Rodrigues da Silva
Laura Motta Gomes
Gabriela Mendes Souza
Mariana Guedes da Silva
João Victor Pinto Ávila
Letícia Coutinho de Souza

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.
ISSN: 2317-0468

Evyllen Lima Cardoso

Anna Vitória Souza Pereira
Diretora Cultural

Diretoria Cultural
Tayck Kopps Neves
Maria Clara de Almeida Gonçalves Pereira
Francielly Caroline da Silva Coelho
Guilherme Batista Daniel
Vinícius Ferreira
Vinícius Henrique Elias

Gabriela Rodrigues de Almeida
Diretora de Comunicação

Diretoria de Comunicação
Vitória Guedes de Oliveira Ventura
Laura Caetano Vieira Costa
Marcelly Victoria da Silva Rodrigues
Clarice Imaculada Oliveira
Stela de Oliveira Amorim
Marcelo Júnior da Silva Padilha
Beatriz Pastorini Frias
Camila Cunha Alves
Nicolly Cristina Alves da Silva
Laysa Marinho Soares

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.
ISSN: 2317-0468

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025. p.537

ISSN: 2317-0468
Tiragem: Eletrônica (PDF)
Texto em Português.
Modo de acesso: http://ufjf.br/semanadehistoria/anais

1: Memória Histórica 2: Protagonismo feminino 3: Gênero

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.
ISSN: 2317-0468

SUMÁRIO

ST01: VIOLÊNCIA GÊNERO E RELIGIOSIDADE..... 7

Entre pecado mortal e maternidade compulsória: violência simbólica e papéis de gênero no discurso religioso contemporâneo de Samia Marsili.....7

ST02 : VISIBILIDADES INCONTORNÁVEIS: AS MULHERES NA HISTÓRIA DA ARTE.. 18

“Conciliadora”: Uma Máquina de Costura e um vislumbre da sociedade no XIX..... 18

Da Sedução À Ruína: Uma Análise Da Obra Dalila De Maria Pardos.....24

Invisibilização Das Mulheres Artistas No Período “Entresséculos”: A Presença Feminina Na Exposição Geral De Belas Artes De 1894 A 1903..... 40

Limpando Metais E Rearranjado Quadros:
A Arte E A Representação Cultural De Mulheres Pretas.....57

O autorretrato feminino e a construção da artista: Abigail de Andrade no Salão de 1884.. 71

“The Fate Of Ophelia”: De Shakespeare, Aos Pré-Raphaelitas A Taylor Swift..... 87

ST03: HISTÓRIA LÉSBICA: PRÁTICAS, MEMÓRIAS E EPISTEMOLOGIAS..... 101

A heterossexualidade compulsória na revista capricho: o amor como pedagogia de gênero..... 101

“Para um papo, uma amizade, uma transa”: leitoras-correspondentes baianas no boletim ChanacomChana (1981–1987)..... 110

ST05: REVISITANDO DITADURAS E O PÓ-DITADURAS NO CONE SUL: ABORDAGENS MÚLTIPLAS SOBRE O PASSADO QUE NÃO PASSA.....128

No ventre da resistência: maternidade, gênero e repressão na ditadura brasileira a partir da trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza..... 128

ST06: O SÉCULO XX NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADOS, INTELECTUAIS, MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS..... 144

A mulher e a "raça" no discurso de Odilon Braga: um estudo de duas publicações de jornal do político mineiro (1911-1918)..... 144

Cuba Nas Páginas Da Imprensa Brasileira: Representações E Estratégias Discursivas No Tribuna Da Imprensa No Ano De 1954..... 162

ST 09: MUNDO DO TRABALHO, MOVIMENTO SOCIAIS E CULTURAS POPULARES: EXPERIÊNCIAS, REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....180

Práticas De Produção De Alimentos E A Reorganização Do Espaço Interno De Padarias Em Belém (1910-1920)..... 180

ST10 - Olhares negros da História: raça, trabalho, sociabilidade e ativismos nos séculos XIX e XX..... 192

Clube Palmares em Festa: trajetórias culturais e memória coletiva em Volta Redonda

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.

ISSN: 2317-0468

(1960 e 1990)..... 192
Entre normas e rupturas: estratégias negras de liberdade em Juiz de Fora no século XIX 207
ST 11: DO UM AO TODO, DO MICRO AO MACRO: MÚLTIPLAS ESCALAS EM HISTÓRIA SOCIAL..... 222
A fabricação da desigualdade: exclusão fundiária e de direitos na história da ocupação territorial brasileira e a escravidão contemporânea..... 222
Mulheres de elite no final do século XVIII: Sombra ou influência?..... 241
ST 12: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL.....248
As Partes De Um Mosaico: Expansão Bancária Em Minas Gerais De 1889 A 1930.... 248
Geotecnologia e Criminalidade: Aplicações Do SIG na Análise de Processos Criminais... 260
ST 13: TEORIAS DA HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO FAZER HISTORIOGRÁFICO..... 273
Gênero, historiografia e livros didáticos: implicações para o estudo de uma história do ensino de história..... 273
ST 14 NOVOS OLHARES E NOVOS MÉTODOS? PRÁTICAS E RELAÇÕES HISTÓRIOGRÁFICAS EM TEMPOS DIGITAIS..... 287
O movimento coachcista e as salas de aula: problematizar o tempo para pensar diferenças.....287
ST 15 ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AFETOS, SABERES E PRÁTICAS..... 300
Entre a experiência do PIBID e a do Estágio em História: as diferenças no trato das relações étnico-raciais.....300
ST 16 ENSINO E DIFERENÇA: O “EU” E O “OUTRO” DA HISTÓRIA.....317
A ausência da Disciplina História no Compromisso Nacional a Criança Alfabetizada...317
A Morte Ensina? Como As Memórias Do Fim Da Vida São Construídas No Ensino De História..... 331
Ensino de História, conhecimento histórico e a Genealogia da Diferença: A fragilidade da narrativa do PET/MG na invenção do “Eu” cidadão e do “Outro” social..... 339
Ensino de História apesar da violência: o caso palestino..... 357
Entre O “Eu” E O “Outro”: A Política Temporal Do Imperialismo.....371
O Ensino de História e o escuro: apagar as luzes para pensar a ética em salas de aula... 383
Ensino de História e Pensamento Decolonial: A História como um projeto de colonialidade do saber..... 391
ST17- SUJEITAS E SUJEITOS NA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERIÓDICOS, REDES DE SOCIABILIDADE E SEUS MÚLTIPLOS CAMPOS DE ATUAÇÃO.....409
As disputas de poder no bairro Patrimônio no contexto do processo de urbanização de Uberlândia.....409
Imprensa feminina e feminista brasileira em foco: a atuação de Presciliana Duarte de

Almeida (1867-1944).....424
ST18: MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: GÊNERO, RELIGIÃO E ESTADO NAS DISPUTAS POR RECONHECIMENTO E REPARAÇÃO..... 439
Origem e Destino da Nação: esquecimento e vontade na construção do nacionalismo à brasileira.....439
ST19: DIREITOS HUMANOS, ARTE E MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES, SILENCIAMENTOS E DISPUTAS NARRATIVAS.....457
Uma análise da obra “Retrato de Pedro II”: seus simbolismos e suas possibilidades...457
Imaterialidade E Materialidade Em Disputa: Memória, Paisagem E Gentrificação No Parque Do Povo Mário Pimenta Camargo, Em Itaim Bibi, São Paulo..... 474
Afrofuturismo E Crítica Social: Reflexões A Partir Da Obra “O Blogueiro Bruxo Das Redes Sobrenaturais” De Fábio Kabral (2021).....490
ST22: AMÉRICA LATINA: ENTRE A PLURALIDADE DE ATORES E TEMPOS HISTÓRICOS.....503
O Mito da Argentina branca: O apagamento de contribuições negras e indígenas.....503
Horizontes da Pátria: Nascer do Estado Argentino.....520
ST23: ANTIGUIDADE E MEDIEVO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS.....534
Ser Mãe É Padecer No Paraíso.....534
A paixão na carne: sofrimento, gênero e a imitatio Christi na espiritualidade feminina medieval.....545
A Instrumentalização Política Das Representações Dos Godos Por Sidônio Apolinário (Século V Ec)..... 560
ST25: COMUNICAÇÕES LIVRES..... 576
Teoria da Dependência e o Cronótopo Neoliberal: entre o Futuro e o Subdesenvolvimento na América Latina.....576
A Influência Do Futbol Club Barcelona Sobre A Reivindicação De Separatismo Da Catalunha Em Relação Ao Estado Espanhol.....594
Entre palavras, fotografia e experimentações: por uma aula de história das sensibilidades.....607
Hamilton: Identidade, contradições e orgulho.....620

ST01: VIOLÊNCIA GÊNERO E RELIGIOSIDADE

Entre pecado mortal e maternidade compulsória: violência simbólica e papéis de gênero no discurso religioso contemporâneo de Samia Marsili

Maíssa Fraga de Almeida[1]

Resumo: O artigo analisa a construção das identidades de gênero na contemporaneidade através das redes sociais, focando no discurso da influenciadora Samia Marsili. Com base nos conceitos de biopoder e na crítica de Beauvoir ao essencialismo de gênero, o estudo investiga como ela promove regimes morais tradicionais e conservadores, atuando como agente de disciplinamento ao defender a "abertura à vida" e ao rejeitar contraceptivos artificiais. A análise destaca a violência simbólica gerada pela desinformação científica e pela exaltação do sacrifício feminino através do arquétipo da *Mater Dolorosa*. Conclui-se que Marsili usa a cultura digital para restaurar estruturas patriarcais de controle, limitando a autonomia reprodutiva e a transcendência existencial das mulheres atuais.

Palavras-chave: Biopoder; Gênero; Maternidade; Redes Sociais; Samia Marsili.

Abstract: This article analyzes the construction of gender identities in contemporary society through social media, focusing on the discourse of influencer Samia Marsili. Based on the concepts of biopower and Beauvoir's critique of gender essentialism, the study investigates

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas, sob orientação do Prof. Dr. Everton de Oliveira Moraes. Bolsista CAPES/CNPq. Graduada em Licenciatura em História (2024) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: maissamfa@gmail.com

how she promotes traditional and conservative moral regimes, acting as a disciplining agent by advocating "openness to life" and rejecting artificial contraceptives. The analysis highlights the symbolic violence generated by scientific misinformation and the exaltation of female sacrifice through the archetype of *Mater Dolorosa*. It concludes that Marsili uses digital culture to restore patriarchal structures of control, limiting the reproductive autonomy and existential transcendence of contemporary women.

Keywords: Biopower. Gender. Motherhood. Samia Marsili. Social Media**.**

Introdução

A compreensão do que é ser mulher ou homem constitui uma construção e desconstrução contínuas ao longo da história, forjadas pelas influências socioculturais de cada época. Na contemporaneidade, essa subjetividade não é mais mediada apenas pelos veículos tradicionais, como a televisão, o rádio e as revistas, que pautavam as gerações passadas. Hoje, a onipresença das redes sociais e os fenômenos intrínsecos à cultura digital reconfiguram identidades e moldam a personalidade de forma instantânea e constante. Nesse cenário, a figura do *digital influencer* — sujeito que angaria confiança e mobiliza opiniões, comportamentos e decisões — torna-se um objeto central para a compreensão dessas novas arquiteturas da subjetividade.

Samia Marsili é uma médica, palestrante e influenciadora digital que se consolidou como uma das principais referências brasileiras no nicho de maternidade e vida conjugal sob uma perspectiva católica tradicional. Seu discurso, embora ancorado em preceitos teológicos clássicos — como os da encíclica *Humanae Vitae* —, ganha nova roupagem nas redes sociais, onde atua como um agente de biopoder. Ao cruzar orientações sobre educação infantil e sexualidade com informações científicas controversas e uma visão essencialista de gênero, Marsili exerce uma significativa influência sobre a autonomia reprodutiva e o comportamento de milhões de mulheres, representando um ponto de tensão entre a moralidade religiosa tradicional e as conquistas da sociedade contemporânea.

Quem é Samia Marsili

A influenciadora digital Samia Marsili possui um alcance notável: somente em sua conta do Instagram, a produtora de conteúdo acumula cerca de 1,5 milhão de seguidores. O conteúdo veiculado por Marsili aborda temáticas relacionadas aos universos materno e conjugal, promovendo a oferta de cursos ou serviços voltados para mães casadas que buscam mentoria. A validade de sua orientação é ancorada em sua autoatribuição como especialista nas funções de mãe e esposa. Em seu *website* pessoal, Samia Marsili se apresenta como "mãe de 8 filhos, médica e palestrante" (Comunidade Samia Marsili, 2025), utilizando estas credenciais para informar ao público que

> Há anos dedica sua vida a algo maior: ajudar famílias a criarem filhos com valores sólidos, amor e propósito. Ela é criadora da maior comunidade de mães do Brasil e é referência quando o assunto é educação infantil, fé e criação com propósito. Seus conteúdos gratuitos alcançam mais de 1,3 milhões de famílias diariamente, enquanto suas aulas sobre temas como sexualidade infantil, vício em telas e educação emocional já impactaram mais de 80 mil alunos e suas famílias (Comunidade Samia Marsili, 2025).

A influenciadora frequentemente se posiciona publicamente como católica, adotando uma postura pró-vida e de "abertura à vida", o que, em termos práticos, implica a não utilização de métodos contraceptivos para o espaçamento ou a prevenção de gestações. No tocante à educação infantil, a autora produz extenso conteúdo sobre temáticas pertinentes à sexualidade, abrangendo desde a comunicação sobre o sexo na primeira infância até a abordagem do tema na adolescência, com o objetivo de orientar a conduta sexual da prole, delimitando o que considera apropriado, aceitável ou inaceitável.

Análise do discurso

A influência da doutrina católica é perceptível em seus conteúdos: é possível identificar a ideia do controle dos corpos em algumas manifestações da influenciadora, como por exemplo em seu livro "Sexualidade Infantil". Nessa obra, a autora detalha a prática e a

finalidade do ato sexual, que é categorizado como "ato conjugal" por ser restrito à união entre um homem e uma mulher agraciados com o sacramento do casamento.

> Para que ensinemos os nossos filhos a viver a sexualidade, nós mesmos temos de vivê-la coerentemente. Não há como falarmos da importância da sexualidade e da sua finalidade, que é o surgimento de uma nova vida, se não temos o verdadeiro cuidado com essa nova vida. Precisamos rever os conceitos em relação a isso. Não estou falando para ninguém ter quatrocentos mil filhos, mas sim da vivência da sexualidade, que é essencialmente uma abertura à vida. Isso não significa que as pessoas terão vários filhos, porque todos têm mentalidades e situações financeiras específicas, e ter vários filhos é uma decisão íntima do casal, não minha. Mas deve-se entender que a sexualidade visa em primeiro lugar ao surgimento de novas vidas, e que se a nossa cabeça não estiver voltada para isso, teremos uma série interminável de problemas (Marsili, 2022:80, grifo nosso).

O desincentivo à utilização de métodos contraceptivos e a condenação formal dos mesmos foram amplamente discutidos no seio da Igreja Católica durante o século XX, especialmente após a Revolução Sexual dos anos 1960. Este período foi marcado pela maior acessibilidade aos métodos contraceptivos e pela institucionalização do aborto em uma série de países ocidentais. O tema alcançou grande projeção na cultura popular com a veiculação da encíclica papal *Humanae Vitae*, de Paulo VI, publicada em 1968. O documento reitera e formaliza a oposição histórica da Igreja à utilização de quaisquer métodos contraceptivos artificiais, defendendo que cada ato sexual (ato conjugal) deve permanecer aberto à possibilidade da procriação. A *Humanae Vitae* sublinha a indissociabilidade dos aspectos unitivo (o amor entre os cônjuges) e procriativo (a geração de nova vida) do casamento, recomendando o uso exclusivo dos métodos de regulação natural da fertilidade para o espaçamento dos nascimentos (Papa Paulo VI, 1968). Nesse contexto, a doutrina católica articulada por Paulo VI, conforme expressa na *Humanae Vitae*, mostrou-se intrinsecamente imiscível com as profundas transformações socioculturais da década de 1960. Elementos como a Revolução Sexual, a liberação feminina e, crucialmente, a separação da sexualidade da função procriativa — possibilitada pelo desenvolvimento dos métodos contraceptivos — emergiram como fatores de reconfiguração da vida íntima e das relações sociais. Tais transformações impactaram toda a cadeia social e produtiva da humanidade, evidenciando um

choque entre a moralidade religiosa tradicional e as novas dinâmicas de autonomia e comportamento, conforme analisado por Sant Ana (2016).

Apesar das mais de cinco décadas que separam a publicação da encíclica *Humanae Vitae* do conteúdo veiculado por Marsili, é possível identificar uma notável conservação de valores morais e sexuais que se encontram em contraste com os preceitos da contemporaneidade. Tal persistência doutrinária é exemplificada em um vídeo publicado no Instagram, no qual a influenciadora, acompanhada de seu esposo, Italo Marsili[2], debate o planejamento familiar. Neste contexto, o casal defende a perspectiva de que:

> A primeira é DIU não, ponto. DIU é abortivo. **Não pode, não pode usar DIU, ponto.** Isso é importante, beleza? Não sou obstetra, sou ginecologista, [mas] ela não pode usar DIU, OK? **DIU é imoral, isso é o primeiro ponto. O DIU, o que acontece, ele faz uma inflamação lá no útero (...) e tem o impedimento mecânico que aborta as crianças. Então não pode usar DIU, ponto, tem que tirar.** (...) Tá, mas aí, **o marido não quer deixar de transar, então vai ter filho; é simples quanto isso**" (Marsili, 2025, grifo nosso).

Esta problemática fala denota que o ato sexual, no contexto do catolicismo defendido pelo casal, deve estar exclusivamente atrelado à reprodução, desconsiderando a autonomia reprodutiva feminina. Ademais, a afirmação categórica de que o DIU é abortivo e que seu mecanismo de ação baseia-se em "impedimento mecânico" dissemina uma informação controversa e cientificamente falsa junto às seguidoras, alinhando-se à perspectiva religiosa que restringe o uso de métodos contraceptivos artificiais. De acordo com o consenso da comunidade médica internacional e o Ministério da Saúde (2018), a principal ação contraceptiva do DIU (tanto de cobre quanto hormonal) ocorre antes da fecundação: ele age majoritariamente imobilizando ou matando os espermatozóides e dificultando sua ascensão, impedindo, assim, o encontro com o óvulo. O mecanismo de impedimento da nidação (implantação do óvulo já fecundado) é considerado secundário ou de

[2] Italo Marsili é um médico psiquiatra formado pela UFRJ, com experiência clínica e militar, casado com Samia Marsili e pai de oito filhos. Além de ser autor de diversos livros, ele se consolidou como influenciador digital, utilizando suas credenciais e sua vida familiar para gerar conteúdo de alto engajamento sobre família, fé e política. Sua atuação é marcada por posicionamentos controversos, como a tentativa de canonização de Olavo de Carvalho e a alegação de que a decadência da democracia estaria ligada à introdução do voto feminino. Marsili também ganhou destaque na esfera pública ao ser cotado para o cargo de Ministro da Saúde no governo Bolsonaro (Gazeta Do Povo, 2025).

menor relevância clínica para a contracepção do DIU de cobre, e não é o principal mecanismo do DIU hormonal (Machado, 2022). A persistência nesta narrativa de que o DIU é abortivo reflete uma posição estritamente teológica e moral, alinhada à doutrina da Igreja Católica, que define o início da vida na fecundação, e não na implantação. Dessa forma, a influenciadora transforma uma controvérsia bioética e religiosa em um fato clínico, manipulando diretamente as decisões de planejamento familiar de seu público.

A disseminação de desinformação acerca do mecanismo de ação do DIU atrelada à coerção moral para restringir a autonomia sexual e reprodutiva da mulher, configura um ato de violência simbólica[3]. Esta se manifesta pelo uso de afirmações cientificamente incorretas para implantar o medo coletivo[4] e condicionar a conduta feminina. O discurso do casal Marsili demonstra raízes teológicas medievais ao estabelecer uma clara continuidade com a Patrística[5] no tocante à finalidade do prazer sexual[6]. O ápice desse controle dos corpos exercido pela doutrina religiosa se dá pela ameaça da condenação eterna: ao classificar o sexo sem abertura à procriação como pecado mortal, o Catecismo vincula a conduta íntima do indivíduo à sua salvação. Essa categorização transcende a moralidade terrena e utiliza a pena do inferno como o máximo instrumento de disciplina, garantindo que o controle sobre a sexualidade seja internalizado como um imperativo de sobrevivência metafísica.

Em outro momento, Samia divulga um trecho de uma aula de sua comunidade, elogiando uma amiga que estava há meses com a filha em uma UTI e reforçando a ideia de que a mulher é feita para o sacrifício e que sua vocação é a de “ser espremida”:

[3] A violência simbólica, segundo Bourdieu (2007), é uma forma de dominação sutil e invisível que se estabelece com a cumplicidade dos agentes sociais dominados, pois é percebida por eles como legítima e natural, e não como coerção. Diferente da violência física, ela opera através da imposição de categorias de pensamento e percepção (o arbitrário cultural), que são internalizadas no *habitus* do indivíduo. Dessa forma, o dominado assimila as estruturas de dominação (como as normas de gênero) e participa ativamente de sua própria subordinação, aceitando as restrições impostas como parte de sua vocação ou destino social.

[4] Delumeau (2024) conceitua o medo coletivo como uma ansiedade difusa e permanente que permeia a vida cotidiana de uma sociedade. Esse medo é frequentemente alimentado por uma combinação de ameaças concretas (como guerras, pestes e fomes) e mecanismos culturais de culpabilização e intimidação (como a doutrinação religiosa sobre o pecado, o inferno e o fim dos tempos).

[5] A Patrística é o estudo da vida, obra e doutrina dos Padres da Igreja (do latim *patres ecclesiae*), que foram os principais líderes, teólogos e escritores cristãos que viveram aproximadamente entre o final do século I e meados do século VIII.

[6] Conceição (2011) afirma que "Santo Agostinho endureceu esse entendimento de negação do prazer pelo prazer e chegou a afirmar que é condenável e vergonhoso praticar o coito com a própria esposa e ao mesmo tempo impedir a gravidez" (: 3).

> Não é à toa, né? Fazendo um relacionamento bíblico que as santas mulheres estavam aos pés da cruz. E os apóstolos fugiram, né? Então de fato a mulher tem essa capacidade, capacidade de enfrentar, de enfrentar a dor e de sentir a dor firme ali, de pé. Sabe, agora eu estou com uma amiga minha que está passando por isso, está lá com a filha dela, longe dos próprios filhos, né? Dos outros quatro filhos, e está lá, de pé. E o quanto é bonito ver uma pessoa dessa forma, assumindo a sua vocação, sabendo que é ali que ela precisa estar, ela está ali dando a sua vida, sendo espremida de tudo que ela tem (Marsili, 2025).

A exaltação do sacrifício por Samia Marsili, especialmente ao traçar a analogia das "santas mulheres aos pés da cruz", invoca diretamente o arquétipo teológico da *Mater Dolorosa*. Essa figura central na iconografia católica glorifica a dor feminina e a fidelidade inabalável diante do sofrimento, definindo-o como uma vocação especial do gênero. Ao descrever a amiga que sofre na UTI como alguém "sendo espremida de tudo que ela tem", Marsili não apenas elogia a abnegação, mas reforça o controle de gênero ao vincular o estresse e a sobrecarga materna ao cumprimento de um dever moral e divino. A ideia da dor feminina como sacrifício, no contexto do discurso religioso, pode ser interpretada pela lente do biopoder[7]. Quando o sofrimento (como a sobrecarga materna) é idealizado e naturalizado como uma "vocação" divina e intrínseca ao gênero (em vez de um problema social ou médico), o discurso opera como uma tecnologia de controle. Essa glorificação do sacrifício feminino transforma a dor e a abnegação em um dever moral inegociável, o que, por sua vez, dispensa as estruturas sociais, médicas e políticas de fornecerem suporte adequado. O corpo da mulher é, assim, duplamente controlado: pela disciplina moral que exige seu sofrimento e pela gestão populacional que se beneficia de sua resignação.

Em outro momento, ao abordar a temática do afeto e da educação feminina, a influenciadora afirma que as meninas precisam ser amadas pelos pais para que possam cumprir seu destino, que é o de "gerar vida". Marsili (2025) detalha: "As meninas, elas precisam se sentir amadas para que elas possam gerar amor... [isto é] fazer aquilo que lhes é próprio, que é gerar vida. Não necessariamente uma vida dentro do seu próprio útero, mas vida para a sociedade." O discurso da influenciadora, que estabelece um essencialismo de

[7] O Biopoder descreve a gestão da vida e do corpo populacional por meio de mecanismos de disciplina e regulamentação (FOUCAULT, 2005).

gênero[8] ao definir o propósito feminino pela capacidade de nutrição e afeto e, notadamente, ao atribuir à mulher a responsabilidade relacional de "mostrar à pessoa humana [o homem] a sua própria dignidade" (Marsili, 2025), manifesta a crítica central de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. Beauvoir (1980) argumenta que, em uma sociedade patriarcal, o homem se estabeleceu como o Sujeito (o essencial), relegando a mulher à posição de Outro (o não-essencial). Desse modo, a existência feminina é definida não por sua Transcendência (sua autonomia e projeção livre no mundo), mas sim por sua Imanência (o confinamento ao lar, à reprodução e ao papel de nutridora). A exigência de que a mulher seja o suporte moral e existencial que concede dignidade ao gênero masculino é a própria essência dessa subordinação, na qual o valor da existência feminina é derivado exclusivamente do serviço e da referência ao Sujeito.

Considerações Finais

A análise do discurso de Samia Marsili evidencia a força de um regime moral que, embora ancorado em tradições religiosas antigas, encontra no ambiente digital um terreno fértil para sua amplificação. Suas falas articulam elementos da doutrina católica — especialmente no que diz respeito à sexualidade procriativa, à rejeição dos contraceptivos artificiais e à idealização da maternidade — com estratégias retóricas contemporâneas de autoridade, autenticidade e experiência pessoal. Ao naturalizar o sacrifício feminino como vocação espiritual e ao reduzir a existência da mulher à imanência materna e conjugal, o discurso da influenciadora reforça padrões patriarcais analisados por Beauvoir e reiterados ao longo de séculos pela tradição cristã. Esta persistência de valores e estruturas de subordinação demonstra a ideia do "passado que não passa" (Hartog, 2006), onde as formas de controle moral e de gênero, forjadas na Patrística e na *Humanae Vitae*, permanecem ativas e eficazes no presente, resistindo à secularização e à Revolução Sexual. Simultaneamente, ao divulgar informações científicas equivocadas sobre o DIU e ao vinculá-las a imperativos morais, Marsili opera mecanismos de violência simbólica que restringem a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres.

[8] No contexto de gênero, o essencialismo aristotélico (embora Aristóteles não usasse o termo em seu sentido moderno) forneceu historicamente a base filosófica para a ideia de que a mulher possui uma natureza ou essência fixa, definida pela sua função biológica e reprodutiva (COLLING, 2015).

A análise demonstra que o fenômeno não se limita a um caso individual, mas expressa um movimento mais amplo de reencantamento religioso e disciplinamento moral no ambiente digital, no qual influenciadoras se tornam agentes de um biopoder difuso. O estudo evidencia, portanto, a importância de compreender como esses discursos moldam subjetividades, perpetuam desigualdades e impactam decisões íntimas de milhões de mulheres brasileiras. Conclui-se que investigar essa intersecção entre religião, maternidade, tecnologia e gênero é essencial para compreender os modos contemporâneos de controle social e para produzir ferramentas críticas capazes de enfrentar a desinformação e a naturalização da subordinação feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. -. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno espaço feminino, Uberlândia**, v. 28, n. 2, p. 1981-3082, 2015.

COMUNIDADE SAMIA MARSILI. **Comunidade Samia Marsili**. 2025. Disponível em: https://samiamarsili.com.br/#fundador. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONCEICÃO, G. H. da. PRAZER E CASTIDADE EM SANTO AGOSTINHO. **Educere et Educare**, [*S. l.*], v. 6, n. 11, 2011. DOI: 10.17648/educare.v6i11.5089. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/5089. Acesso em: 2 dez. 2025.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada.** Companhia de Bolso, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GAZETA DO POVO. **Quem é Italo Marsili? Conheça um pouco sobre o novo colunista da Gazeta do Povo**. Gazeta do Povo. Curitiba. 17 jun. 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/conheca-a-gazeta/quem-e-italo-marsili-conheca-um-pouco-sobre-o-novo-colunista-da-gazeta-do-povo/. Acesso em: 01 dez. 2025.

HARTOG, F.. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, v. 22, n. 36, p. 261–273, jul. 2006.

MACHADO, R. B. et al. **Aspectos atuais dos contraceptivos reversíveis de longa ação**. Contracepção reversível de longa ação. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual técnico para profissionais de saúde: DIU com cobre TCu 380A**. 2018.

MARSILI, Samia. **A capacidade de gerar é uma característica própria das mulheres, mas essa geração precisa de algo para se nutrir e florescer. Por isso, as meninas precisam se sentir amadas para que possam gerar amor. É difícil para uma menina amar outras pessoas se ela mesma não se sente amada. A próxima temporada está chegando! Se você ainda não faz parte da Comunidade Samia Marsili e quer acessar o podcast, fique de olho: no dia 23, teremos uma condição especial para você! Acesse o link na bio e inscreva-se!** 10 jan. 2025. Instagram: @samiamarsili. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DEpjq9eRNsq/. Acesso em: 04 dez. 2025.

MARSILI, Samia. **É natural da mulher a resistência de enormes sofrimentos por um motivo superior. Para entender isso, podemos direcionar nosso olhar para as santas**

mulheres das escrituras que suportaram realidades devastadoras por amor. Se deseja aprofundar nesse e demais temas relacionados a vocação feminina, clique no link da minha bio e assine a CSM. 03 fev. 2025. Instagram: samiamarsili. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFn_2nPxpZU/. Acesso em: 02 dez. 2025.

MARSILI, Samia. **O planejamento mútuo é essencial para que o casal esteja em harmonia e evite desentendimentos futuros. Assuntos como o número de filhos, quando tê-los e a vivência da castidade devem ser abordados, antes e durante o casamento, para que a união entre os dois seja preservada. Hoje é o último dia para garantir a CSM com nossa oferta especial! Se você deseja entender um pouco mais sobre esse e demais tópicos sobre maternidade, clique no link da minha Bio e assine a Comunidade**. 30 jan. 2025. Instagram: @samiamarsili. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFaeuOtxuqw/. Acesso em: 01 dez. 2025.

MARSILI, Samia. **Sexualidade Infantil.** Campinas: Kírion, 2022.

PAPA PAULO VI. Humanae Vitae (25 de julho 1968). In: A SANTA Sé. 25 jul. 1968. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANT ANA, Anderson Luís. **As consequências da revolução sexual**: uma reflexão sobre as transformações da vida intima em tempos de modernidade liquída. Juiz de Fora, Universidade Estadual de Juiz de Fora, 2016

ST02 : VISIBILIDADES INCONTORNÁVEIS: AS MULHERES NA HISTÓRIA DA ARTE

“Conciliadora”: Uma Máquina de Costura e um vislumbre da sociedade no XIX.

Anna Vitória Souza Pereira[9]

Resumo

Este artigo pretende analisar um dos elementos presentes na pintura de Maria Pardos intitulada, Conciliadora, a saber, a máquina de costura salientada no canto esquerdo da obra; o quadro em questão encontra-se no acervo do Museu Mariano Procópio, localizado no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Para o seguinte estudo, propõe-se a investigação das atribuições femininas no século XIX, levando em consideração a função da máquina de costura como um indicativo não só de atividades domésticas da figura feminina, mas de novos papéis desempenhados pela mulher naquele contexto. Portanto, este trabalho visa salientar uma releitura outra da referida obra, indicando um sentido diverso para a “Conciliadora” retratada no quadro.

Palavras-chave: Maria Pardos; pintura; conciliadora; máquina de costura; mulheres; século dezenove.

Abstract:

[9] Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora desde 2022. e-mail: annavitoria.pereira@estudante.ufjf.br

This article aims to analyze one of the elements present in Maria Pardos' painting entitled, Conciliadora, namely, the sewing machine highlighted in the left corner of the work; the painting in question is in the collection of the Mariano Procópio Museum, located in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. For the following study, we propose the investigation of feminine attributions in the 19th century, taking into account the function of the sewing machine as an indication not only of domestic activities of the female figure, but of new roles played by women in that context. Therefore, this work aims to highlight another reinterpretation of the aforementioned work, indicating a different meaning for the "Conciliadora" portrayed in the painting.

Keywords: Maria Pardos; painting; conciliator; sewing machine; women; nineteenth century.

INTRODUÇÃO



Título: "Conciliadora"1916; óleo sobre tela; 105 x 151 cm; a.d.c.i.e. Coleção Museu Mariano Procópio (82.21.210)

Na obra, Conciliadora, da autoria de Maria Pardos, costumeiramente se deduz devido ao título, a existência de um conflito familiar entre o casal sentado à mesa, representado pela senhora com olhar de tensão, sobrancelhas franzidas, mão fechada encostada na bochecha e o senhor apático, de expressão insensível, olhar distante, concentrado apenas em sua refeição. A Conciliadora aparenta ser a jovem mulher em pé, aparentando mediar a indisposição sentida entre o casal; o olhar da moça é carinhoso, apaziguador, ainda mais expresso pela mão depositada no ombro do homem. Além disso, outros elementos aparecem ao fundo no quadro: uma porta de madeira e vidro com abertura dupla e cortinas; parede; tecidos trabalhados em tons de rosa, branco e preto; há dois quadros pendurados na parede, mas apenas um pode ser bem visualizado que aparenta uma imagem de Santo Antônio; sobre a mesa há alguns alimentos e utensílios e por fim, atrás e a esquerda, uma máquina de costura na qual uma peça de roupa parece está sendo trabalhada.

A máquina de costura parece ser o instrumento de trabalho da família, não somente como parte do labor doméstico feminino, mas como uma ferramenta contributiva ao sustento e manutenção daquele núcleo familiar; e isto, evidencia um vislumbre do mecanismo de funcionamento da sociedade no século dezenove, mais especificamente, do papel desempenhado pelas mulheres para além de esposas, mães e donas de casas restritas às demandas internas do lar; indivíduos que tomaram parte ativa no sustento familiar e ocuparam espaços e funções antes destinados somente ao público masculino. Logo, a análise do quadro, Conciliadora de Maria Pardos, para além de uma conciliadora de um conflito entre o casal sentado à mesa se estende, no presente trabalho, a compreensão das diferentes conciliações que as mulheres no novecentos realizaram como trabalhadoras, mães, esposas, seres humanos ativos na própria história.

1. Mulheres no Século XIX

No decorrer do século XIX a sociedade se tornava cada vez mais complexa e diversificada, o processo de urbanização e o desenvolvimento da industrialização sem dúvidas consolidaram mudanças na estrutura social na qual mulheres e crianças passaram a desempenhar outras funções, ainda que fossem inseridas nesses trabalhos de forma precária e

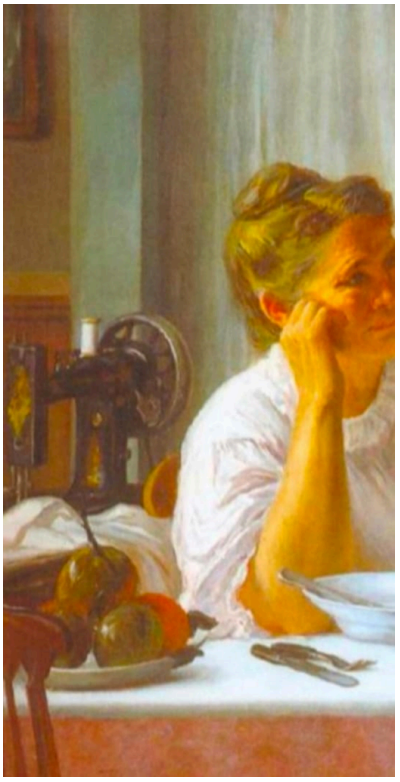
pouco valorizada. O cotidiano das mulheres baseava-se muitas vezes no labor doméstico, onde exerciam os ofícios relacionados ao lar como cozinhar, lavar roupas, etc. Várias dessas mulheres pertenciam a famílias com ideais católicos que tentavam compartilhar o pensamento positivista e a característica divisão entre o trabalho externo e a vida no lar. Nesse sentido, era dever do homem a responsabilidade financeira da família enquanto a mulher competia o trabalho da casa, mediante a procriação dos filhos; a mulher devia permanecer afastada a vida social e reclusa na maior parte do tempo a sua casa.

Sob esta perspectiva podemos dizer que

> Os cotidianos das mulheres diferenciavam- se de acordo com a condição social, econômica e da cor da pele. Para as moças dos grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática vinha acompanhado das aulas de piano, francês, aulas que eram ministradas em suas próprias casas ou em escolas religiosas. Eram incentivadas para desenvolverem habilidades domésticas que incluíam domínio com a agulha, culinária, bordados, rendas, mando das criadas, domínio da casa. Para muitos grupos dessa sociedade do século XIX, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, não havia a necessidade dela obter conhecimentos além daqueles que ajudasse a consolidar a sua moral e os bons princípios, o que contava não eram seus desejos, mas sim sua função social, o pilar de sustentação do lar. Por isso era importante que essas mulheres fossem ensinadas desde pequenas a serem doces, amáveis e submissas aos pais e depois aos maridos.
> Já as meninas pobres estavam desde muito cedo envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado com os irmãos menores, essas tarefas tinham prioridade, eram maiores do que a escolarização. E as negras também tinham destinos semelhantes aos das brancas pobres que ficavam isentas do processo sistemático de escolarização, e de vida privada, para essas meninas escravas a educação acontecia no dia-a-dia, na violência do seu trabalho, na luta pela sobrevivência, na resistência e na fuga. (Da Cunha, 2013, p. 4-12)

Para as mulheres de classes mais populares, os trabalhos externos como lavadeiras, costureiras, doceiras etc, tornaram-se não apenas fonte de renda familiar como um meio de lutar por mais educação e emancipação tendo visto a necessidade da mão-de-obra feminina nas fábricas, comércios e outras casas. As mulheres passaram a ocupar outros espaços públicos e consequentemente transitar por eles usando as portas da educação, do trabalho e etc, mesmo que com muitas restrições.

2. Um outra Conciliadora no quadro de Maria Pardos



Título: “Conciliadora”1916; óleo sobre tela; 105 x 151 cm; a.d.c.i.e. Coleção Museu Mariano Procópio (82.21.210) - Recorte da Obra pelo autor

A máquina de costura é o indicativo da outra Conciliadora da pintura de Maria Pardos, ou seja, a mulher trabalhadora não apenas nas atividades domésticas mas no sustento da casa. A mulher, exemplo de tantas outras na sociedade novecentista e até na atualidade, que concilia o sustento de sua família, o papel de mãe, de esposa, de dona de casa e muito mais**.** As revoluções industriais tornaram essa realidade ainda mais latente, contrapondo as imagens do feminino recluso, frágil, insignificante, imutável, destinado à procriação e a satisfação dos prazeres de outrem.

CONCLUSÃO

Portanto, o quadro, a Conciliadora de Maria Pardos, é um instrumento eficaz para o estudo dos papéis desempenhados pela mulher na sociedade do século XIX, principalmente em núcleos familiares de classe média, como evidenciado pelos elementos na pintura. A máquina de costura aponta para outras funções desempenhadas pela mulher na efervescência das transformações do novecentos, onde, apesar da forte influência dos ideais do positivismo e da marcas patriarcais da religiosidade vigente, a figura feminina lutou e tomou posse de outros espaços, status, e maneiras de habitar o mundo.

REFERÊNCIAS

DA CUNHA, Karolina Dias. **As mulheres brasileiras no século XIX.** LEGPV. Anais do Encontro Nacional do GT – Gênero/ ANPUH.2013.

FASOLATO, Valéria Mendes. **A catalogação da Pintura de Maria Pardos. Volume II – O catálogo**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

FASOLATO, Valéria Mendes. **Maria Pardos no Salão de 1917: Dois Nus**. XI EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP, 2015

MONTELEONE, Joana. **As mulheres e a Cidade no Século XIX.** Engenho dos Erasmos. prceu.usp. 2025.

Da Sedução À Ruína: Uma Análise Da Obra Dalila De Maria Pardos

Emilly Vargas Medeiros[10]

Resumo: O presente artigo analisa a obra *Dalila* (1917) de Maria Pardos, na qual a artista propõe uma leitura singular da personagem bíblica ao conferir-lhe protagonismo frente à Sansão. A análise busca compreender como o olhar feminino ressignifica narrativas tradicionais marcadas pela figura da *femme fatale* e pela construção simbólica da mulher como instrumento de sedução e traição. A abordagem é de natureza analítica-comparativa, fundamentada na análise iconográfica e no diálogo com obras de Gustave Moreau, Rembrandt, Peter Paul Rubens e Oscar Pereira da Silva. Propõe-se a hipótese de que o espectador atua como terceira instância da cena, sendo confrontado pela dinâmica de poder da personagem. Conclui-se que Pardos promove uma inversão das dinâmicas de poder visual, conferindo autonomia e centralidade à figura feminina.
Palavras-Chave: Dalila, Femme Fatale, Cena bíblica, Subgênero nu, Maria Pardos.

Abstract: This article analyzes the painting *Dalila* (1917) by Maria Pardos, in which the artist proposes a singular interpretation of the biblical character by granting her protagonism in relation to Samson. The analysis seeks to understand how the female gaze re-signifies traditional narratives marked by the figure of the *femme fatale* and by the symbolic construction of women as instruments of seduction and betrayal. The approach is analytical and comparative in nature, grounded in iconographic analysis and in dialogue with works by Gustave Moreau, Rembrandt, Peter Paul Rubens, and Oscar Pereira da Silva. It is proposed that the viewer acts as a third instance within the scene, being confronted by the character's power dynamics. It is concluded that Pardos promotes an inversion of visual power relations, granting autonomy and centrality to the female figure.
Key-Words: Delilah, Femme Fatale, Biblical Scene, Nude subgenre, Maria Pardos.

[10] Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: emilly.medeiros@estudante.ufjf.br

INTRODUÇÃO

A pintura *Dalila* (1917), de Maria Pardos, constitui um marco para compreender tanto a inserção de mulheres no circuito acadêmico brasileiro quanto às representações femininas nas artes visuais do início do século XX. Discípula de Rodolpho Amoedo, a artista expôs a obra no Salão de 1917, em um contexto marcado por barreiras institucionais e sociais, especialmente no que se refere à participação feminina em gêneros tradicionalmente reservados aos homens, como o nu. Ao escolher a figura bíblica de Dalila, associada à traição e à sedução, Pardos dialoga com uma tradição iconográfica consolidada e, simultaneamente, reivindica o domínio de um tema e de um tratamento técnico que desafiavam convenções morais e estéticas de sua época.

O ingresso formal das mulheres na Escola Nacional de Belas Artes tornou-se possível a partir de 1892, com o Decreto nº 115, Artigo 187, mas essa abertura não significou igualdade plena no acesso ou na experiência formativa. Conforme analisa Ana Paula Cavalcanti Simioni[11], as alunas eram submetidas a uma lógica de segregação de gênero, com aulas separadas e restrições no acesso a práticas centrais, como o estudo sistemático do nu. Mais do que as normas legais, códigos morais e costumes vigentes atuaram como barreiras concretas à plena participação feminina no universo acadêmico-artístico.

Nesse contexto, a legitimação pública tornava-se central para a inserção feminina, especialmente por meio da Exposição Geral de Belas Artes (EGBA). Segundo Valéria Fasolato[12], a EGBA foi decisiva na trajetória de Maria Pardos, que participou de todas as edições entre 1913 e 1918. Após receber a pequena medalha de prata em 1915, sua participação em 1916 e 1917 foi meramente expositiva, sem novo reconhecimento formal.

[11] **SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti.** *O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 83–97, jan./jun. 2007.

[12] **A CATALOGAÇÃO DA PINTURA DE MARIA PARDOS VOLUME II – O CATÁLOGO Tese de Doutorado.** FASOLATO, Valéria Mendes. Programa de Pós Graduação em História / Universidade Federal de Juiz de Fora. Ano 2020.

Em 1917, a apresentação de dois nus femininos constituiu uma estratégia de afirmação profissional, particularmente ousada diante das convenções morais que cercavam a representação do corpo feminino por mulheres artistas.

O Salão de 1917 caracterizou-se pela centralidade do gênero do nu, e Pardos, como discípula de Amoedo, expôs dois nus como estratégia deliberada de reposicionamento crítico e afirmação de sua legitimidade artística. Conforme observa Saldanha[13], a presença do nu na obra de uma artista indicava ambição e comprometimento com a carreira. As obras *Dalila* e *Estudo de nu* articulam a representação do corpo feminino a temáticas histórica, bíblica e acadêmica, evidenciando o esforço de consolidação institucional da artista. Enquanto *Estudo de nu* mobiliza uma chave de voyeurismo, *Dalila* assume centralidade como obra voltada à premiação, construindo o corpo feminino sob a figura da femme fatale.

Diante das restrições institucionais, convenções morais e disputas por legitimação no campo artístico, *Dalila* (1917) adquire caráter singular tanto pela construção visual da personagem quanto pelo contexto de sua produção e exibição. O fato de a obra ter sido apresentada por uma mulher no circuito acadêmico, em um período marcado por limitações ao acesso feminino a gêneros como o nu, confere à pintura uma dimensão institucional e simbólica que intensifica sua singularidade. Assim, a análise de *Dalila* evidência como forma e contexto se articulam na produção de uma imagem que tenciona simultaneamente a tradição iconográfica, os discursos morais e as estruturas de gênero do campo artístico, constituindo-se como eixo central da investigação desenvolvida neste artigo.

O OLHAR SOBRE DALILA: TRAIÇÃO, NU E PODER

Ao optar por representar uma figura feminina historicamente marcada pelo estigma da traição, Pardos estabelece um diálogo ambíguo com os discursos morais vigentes: por um lado, reproduz a iconografia da *femme fatale* que ameaça a ordem masculina; por outro, reivindica para si o domínio de um gênero tradicionalmente ocupado por pintores homens.

[13] **SALDANHA, Nuno**. José Malhoa. Tradição e Modernidade. Scribe, 2010, p. 137.

Dessa forma, a obra convida a uma análise que articula dimensões estéticas e simbólicas, investigando como, na interseção entre mito, erotismo e poder, se inscrevem as escolhas e os riscos assumidos pela artista.

Na narrativa bíblica do Antigo Testamento (Juízes 16:1–31), Dalila é apresentada como a mulher responsável por trair Sansão ao revelar o segredo de sua força, possibilitando que seus cabelos fossem cortados enquanto ele dormia, ato que culmina em sua captura, cegueira e derrota pelos filisteus. Tradicionalmente, essa personagem foi interpretada como símbolo de sedução, engano e perigo moral, sendo frequentemente mobilizada como exemplificação da mulher que conduz o homem à ruína por meio da astúcia e da sexualidade. Esse imaginário consolidado constrói Dalila como figura ambígua e ameaçadora, fornecendo a base narrativa e simbólica sobre a qual Maria Pardos elabora sua interpretação visual, permitindo que a pintura dialogue tanto com a tradição religiosa quanto com os discursos morais e de gênero vigentes no início do século XX.

Figura 01: "Dalila" 1917; óleo sobre tela; 130 x 80 cm; a.d.c.i.e.



Fonte: Coleção Museu Mariano Procópio (82.21.328)

A pintura apresenta Dalila em posição de protagonismo, inserida na narrativa da *femme fatale*, no momento posterior ao corte dos cabelos de Sansão. A composição evidencia a centralidade da personagem feminina, iluminada e dominante, enquanto Sansão aparece em segundo plano, deitado, enfraquecido e imerso na penumbra. O enquadramento frontal do corpo, os gestos, os tecidos, os adornos e o jogo de luz e sombra constroem uma cena

marcada por sedução, controle e mistério. O olhar dirigido ao espectador, acompanhado do leve sorriso cínico e da tesoura em sua mão, reforça simultaneamente a dimensão narrativa e simbólica da traição, configurando Dalila como agente ativa da cena e controladora da dinâmica visual e simbólica da composição.

A figura da *femme fatale* constitui um arquétipo recorrente nas artes e na literatura, associado à mulher sedutora que exerce poder sobre o homem e frequentemente o conduz à ruína. Emergente no imaginário ocidental na transição do século XIX para o XX, esse modelo está vinculado a convulsões sociais diante da ampliação da agência feminina e das lutas por igualdade, como o sufrágio feminino, sendo marcado por discursos morais que associam sexualidade, traição e ameaça. Nas artes visuais, a *femme fatale* é comumente representada por meio de posturas provocativas, controle do olhar, uso estratégico da luz e da sombra e elementos simbólicos que intensificam a ambiguidade moral. Nesse sentido, a apropriação desse arquétipo por Pardos permite explorar as complexas relações entre gênero, desejo e poder, inscrevendo *Dalila* em uma tradição visual que articula sedução, ambivalência e afirmação feminina.

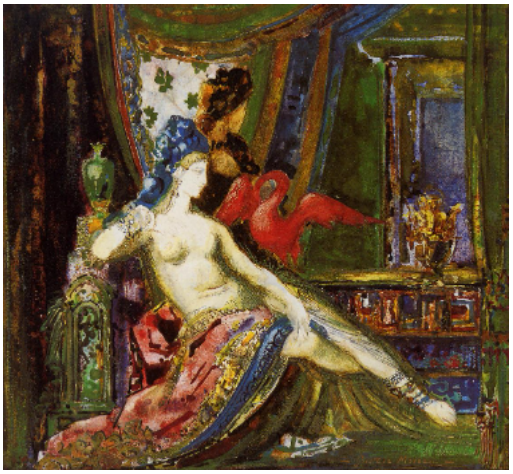
A singularidade da *Dalila* de Maria Pardos não reside apenas na escolha do tema, mas na reorganização das hierarquias visuais e simbólicas da narrativa bíblica. Ao concentrar na personagem feminina o eixo narrativo, visual e simbólico da cena, Pardos desloca Dalila da posição de coadjuvante moralizada para a de sujeito ativo da ação. A centralidade do corpo, o controle do olhar dirigido ao espectador e a relação de domínio sobre a figura masculina reforçam uma leitura que enfatiza agência, protagonismo e controle visual. Assim, a obra não apenas reinscreve o arquétipo da *femme fatale*, mas o reconfigura a partir de uma inversão das dinâmicas tradicionais de poder, singularizando a pintura no conjunto das representações acadêmicas do tema.

DIÁLOGOS E CONTRASTES

Diante dessa inversão das hierarquias visuais e narrativas promovida por Maria Pardos, a análise iconográfica da obra permite compreender de que modo a artista constrói,

por meios formais e simbólicos, uma interpretação singular da narrativa bíblica. Para aprofundar a análise comparativa, observa-se que, embora Dalila frequentemente ocupe uma posição de poder nas representações artísticas, ela raramente aparece desvinculada de outras figuras, mantendo-se inserida em uma dinâmica relacional que condiciona sua agência. Nesse sentido, é possível estabelecer aproximações com duas obras atribuídas a Gustave Moreau, datadas entre 1890 e 1876–1896, nas quais, mesmo na presença de outros elementos, Dalila mantém-se em posição de destaque visual e simbólico, ainda que sob uma lógica distinta daquela proposta por Maria Pardos.

Figura 02: "Dalila" (1890), Gustave Moreau [Aquarela]



Fonte: Gustave Moreau catalogue raisonné, 1991

Na aquarela *Dalila* (1890), de Gustave Moreau, vinculada ao simbolismo, a personagem ocupa o primeiro plano da composição, em postura reclinada, com o corpo semi-nu disposto de forma central e dominante. A construção formal enfatiza a sensualidade controlada da figura, por meio da inclinação do tronco, da extensão da perna e da relação entre pele clara e fundo de tons saturados. O olhar de Dalila, entretanto, não se dirige diretamente ao espectador, produzindo uma dinâmica na qual a personagem, embora consciente de ser vista, mantém certa distância, reforçando uma ambiguidade entre exposição e recusa do contato visual.

O ambiente ricamente ornamentado, marcado por tecidos, adornos e elementos exóticos, contribui para a construção de uma atmosfera de sedução e mistério, característica do imaginário orientalizante presente na obra de Moreau. A presença de figuras secundárias e elementos simbólicos, como o flamingo, reforça a dimensão decorativa e alegórica da cena, deslocando o foco da narrativa para um campo de sugestão simbólica mais do que para a afirmação direta da agência da personagem. Em contraste, enquanto em Moreau, Dalila se inscreve em uma lógica de sensualidade contemplativa e ambiguidade simbólica, em Maria Pardos a personagem assume um controle mais direto da cena, por meio do confronto visual com o espectador e da centralização explícita da dinâmica de poder.

Figura 03: "Dalila" (1876-1896), Gustave Moreau. [Óleo sobre tela] 81,2 x 64,5 cm.



Fonte: Gustave Moreau catalogue raisonné, 1991

Na segunda obra atribuída a Gustave Moreau, datada aproximadamente entre 1876–1896, também vinculada ao simbolismo, Dalila é representada em posição frontal, sentada em um assento elevado que remete a um trono, o que reforça visualmente sua autoridade e centralidade. A personagem aparece ricamente vestida, com trajes ornamentados, véus, joias e adereços elaborados, construindo uma imagem de poder

associada à riqueza, ao exotismo e à monumentalidade da cena. A postura relaxada, com o corpo levemente inclinado e as pernas cruzadas, contribui para a construção de uma figura que combina domínio, sedução e solenidade quase mitológica.

O fundo arquitetônico escuro e monumental, aliado à iluminação que destaca seletivamente a figura feminina, intensifica o efeito de teatralidade e sacralização da personagem, inserindo Dalila em um registro alegórico e hierático. Nessa composição, o poder da personagem é construído sobretudo por meio de sua monumentalização e da riqueza decorativa, mais do que por uma interação direta com o espectador ou por um controle explícito da dinâmica narrativa. Em contraste, na *Dalila* de Maria Pardos, a centralidade da personagem se articula menos pela monumentalidade simbólica e mais pela relação direta de olhar, pela exposição do corpo e pela inversão explícita da dinâmica de poder em relação à figura masculina, o que produz uma agência visual mais imediata e confrontacional.

Figura 04: Sansão e Dalila, 1893, Oscar Pereira da Silva. Óleo sobre tela 59,00 cm x 78,10 cm



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes.

Na obra *Sansão e Dalila* (1893), de Oscar Pereira da Silva, a narrativa da traição é organizada de modo a colocar Dalila como eixo visual e simbólico da composição. A cena estrutura-se de forma assimétrica, conduzindo o olhar do espectador da figura central de

Dalila para o grupo de filisteus à esquerda e, por fim, para Sansão, enfraquecido à direita. Essa disposição reforça o protagonismo feminino como elemento articulador entre sedução e captura, fazendo de Dalila o centro narrativo que conecta intimidade e conspiração.

Posicionada no centro-direita da tela, Dalila apoia-se no leito onde Sansão repousa, ocupando um lugar privilegiado na organização espacial da cena e concentrando em seu corpo e em seus gestos a progressão dramática da narrativa. Nesse contexto, o poder de Dalila não se manifesta por confronto direto, mas por meio do controle emocional, da manipulação e da erotização da intimidade, aproximando-a do tipo da *femme fatale*. Diferentemente de representações em que a personagem interpela diretamente o espectador, sua força simbólica opera sobretudo no interior da cena, por meio do corpo, do gesto e do objeto que sela a traição, afirmando um protagonismo fundado na sedução como estratégia de poder.

Ao compararmos a *Dalila* de Maria Pardos com a versão de Oscar Pereira da Silva, observa-se que, embora ambas as obras construam a personagem como figura central e associada ao arquétipo da *femme fatale*, as estratégias de sedução e de relação com o espectador operam em registros distintos. Em Oscar, o poder de Dalila se exerce predominantemente no interior da cena: sua sedução é dirigida a Sansão e aos homens que a cercam, funcionando como artimanha narrativa que viabiliza a conspiração e a captura. O espectador é atraído pela teatralização da intimidade e pela erotização do corpo, mas permanece na posição de observador externo, seduzido pela cena, sem ser diretamente interpelado pela personagem.

Em Maria Pardos, por sua vez, a dinâmica se desloca de forma decisiva para fora da diegese. A supressão de personagens secundários e o apagamento quase total de Sansão fazem com que Dalila estabeleça uma relação direta com quem observa a pintura. Seu olhar frontal, o leve sorriso e a centralidade absoluta do corpo produzem não apenas sedução, mas também intimidação e cumplicidade, convertendo o espectador em parte integrante da narrativa. Assim, enquanto a Dalila de Oscar mobiliza a sedução como estratégia interna à

cena, a Dalila de Pardos radicaliza essa lógica ao transformar o espectador no terceiro elemento da composição, fazendo do jogo do olhar um espaço de poder, confronto e participação simbólica na traição.

Figura 05: "Sansão e Dalila", Rembrandt, 1629-1630. Óleo sobre tela.



Fonte: https://www.wikiart.org/pt/rembrandt/sansao-e-dalila-1628

Na obra *Sansão e Dalila* (1629–1630), atribuída a Rembrandt Harmenszoon van Rijn, a cena é construída a partir de uma forte tensão narrativa, intensificada pelo uso do chiaroscuro, que destaca as figuras contra um fundo imerso em sombras. A composição enfatiza o instante da traição, articulando luz e sombra para conduzir o olhar do espectador ao momento crítico da captura, no qual a intimidade é atravessada pela ameaça iminente.

Dalila ocupa o centro inferior da composição, iluminada por uma luz cálida que evidencia seu traje luxuoso e seu corpo em posição parcialmente recuada. Embora seja visualmente destacada, sua postura e o gesto de segurar um objeto cortante próximo ao colo sugerem ambiguidade entre participação ativa e vulnerabilidade, inscrevendo-a simultaneamente como agente e como figura exposta no instante da traição.

Elemento fundamental da composição é a presença de uma terceira figura masculina em movimento, representada de forma agressiva e armada, que introduz explicitamente a força física e a violência na cena. Esse terceiro elemento, juntamente com uma figura adicional parcialmente visível em sombra, desloca o eixo da ação para a captura coletiva de Sansão, reforçando que a queda do herói se dá não apenas pela astúcia de Dalila, mas pela intervenção direta de outros agentes masculinos.

Figura 06: "Sansão e Dalila*",* Peter Paul Rubens, século XIX. Óleo sobre tela.



Fonte:http://www.nationalgallery.org.uk/paintings/peter-paul-rubens-samson-and-delilah.

Na obra *Sansão e Dalila*, atribuída a Peter Paul Rubens, a narrativa é construída no momento exato da traição, quando Dalila permite que um homem corte os cabelos de Sansão enquanto ele dorme em seu colo. A personagem ocupa a porção esquerda da composição, vestindo um traje vermelho luxuoso que a destaca visualmente e a associa simultaneamente à sedução, à paixão e ao perigo. Seu corpo inclina-se em direção ao herói adormecido, sustentando a cabeça, gesto que articula intimidade e cumplicidade, ao mesmo tempo em que reforça a ambiguidade entre cuidado e traição.

Sansão é representado pela vulnerabilidade do sono, a perda de sua força. O contraste entre a potência corporal masculina e sua posição passiva reforça a dinâmica de inversão momentânea de poder, embora essa inversão seja mediada pela ação direta de terceiros. À direita, o homem encarregado de cortar os cabelos executa o ato central da narrativa, enquanto uma figura feminina idosa observa a cena, configurando uma rede de cumplicidade que desloca parte da agência da traição para além de Dalila.

No fundo, os filisteus armados aguardam o término do corte, ampliando a dimensão coletiva e violenta do evento. A iluminação barroca dirige o olhar para o núcleo da cena, destacando Dalila, Sansão e o executor, enquanto as figuras secundárias permanecem parcialmente imersas em sombra. Assim, embora Dalila seja visualmente central, sua agência é compartilhada e mediada por múltiplos agentes.

Ao dialogarmos com *Dalila*, de Maria Pardos, as representações de Sansão e Dalila de Rembrandt e de Peter Paul Rubens, observa-se a permanência da centralidade da personagem bíblica, construída como eixo visual e simbólico da narrativa. Em todas as obras, gestos, postura e expressão de Dalila, aliados à presença recorrente da tesoura, reforçam a associação entre sedução, astúcia e traição inscrita na tradição iconográfica, enquanto a iluminação direcionada à figura feminina estabelece hierarquia visual e evidencia a vulnerabilidade de Sansão.

Apesar dessas aproximações, emergem diferenças significativas na distribuição do poder simbólico: em Pardos, Sansão aparece passivo e quase apagado, afirmando a centralidade absoluta de Dalila; em Rembrandt, a presença de personagens em movimento introduz tensão e desloca parcialmente esse protagonismo; já em Rubens, a ação é coletivizada, com a participação de terceiros no corte e na captura, relativizando a autonomia da personagem feminina, ainda que ela permaneça como núcleo afetivo e narrativo da cena.

Dessa forma, o confronto entre essas obras evidencia que, embora Dalila permaneça como figura central e símbolo de sedução e traição, sua condição de protagonista absoluta é modulada conforme o contexto visual e narrativo. Enquanto Pardos radicaliza o apagamento

de Sansão e enfatiza o domínio feminino, Rembrandt e Rubens introduzem dinâmicas de ação, reação e coletividade, produzindo leituras em que o poder de Dalila se articula em tensão com outros agentes da cena. Esse contraste contribui para evidenciar a singularidade da obra de Maria Pardos no interior da tradição iconográfica de Sansão e Dalila.

O ESPECTADOR

Ao considerar a história bíblica, a composição e a construção da narrativa da *femme fatale* realizada por Maria Pardos, bem como as aproximações e ausências observadas nas demais representações de *Sansão e Dalila*, evidencia-se o papel recorrente de personagens secundários, como servos e filisteus, na organização do campo visual. Essas figuras não apenas estruturam a narrativa, mas também regulam a posição do observador, mantendo-o como testemunha externa da traição, alguém que assiste à cena sem nela se inscrever diretamente.

Na obra *Dalila* de Maria Pardos, a supressão desses elementos produz uma inflexão decisiva nessa lógica compositiva. A ausência de um terceiro personagem desloca o eixo da cena, fazendo com que Dalila, isolada e centralizada, passe a concentrar integralmente a ação e o sentido narrativo. Seu corpo serpenteado em direção à luz e sua frontalidade reforçam sua autonomia visual, enquanto o olhar e o leve sorriso cínico indicam consciência da presença do espectador, sem, contudo, estabelecer uma interpelação direta.

Dessa forma, a pintura constrói uma relação específica entre personagem e observador: Dalila não se oferece como objeto passivo do olhar, mas afirma-se como sujeito que controla a cena e o próprio regime de visibilidade. O espectador, por sua vez, é simbolicamente integrado à narrativa, ocupando o lugar do terceiro elemento ausente. Ao testemunhar a cena sem a mediação de outros personagens, ele é posicionado como cúmplice silencioso da traição, o que reforça a singularidade da obra de Pardos, na medida em que o jogo entre sedução, poder e controle do olhar se estende para além da relação entre Dalila e Sansão, envolvendo diretamente quem observa.

CONCLUSÃO

A análise da pintura *Dalila* (1917), de Maria Pardos, evidencia que sua singularidade não se limita à escolha do tema bíblico, mas se afirma sobretudo na reorganização das hierarquias visuais, simbólicas e narrativas tradicionalmente associadas à história de Sansão e Dalila. Ao construir uma composição em que a personagem feminina concentra o eixo narrativo, visual e simbólico da cena, Pardos desloca Dalila da posição de coadjuvante moralizada para a de sujeito ativo da ação, promovendo uma inversão das dinâmicas tradicionais de poder. A centralidade do corpo, o controle do olhar e o apagamento relativo da figura masculina enfatizam agência, protagonismo e domínio visual, distinguindo a obra no interior da tradição acadêmica.

Esse deslocamento formal ganha maior densidade quando considerado no contexto institucional e social de produção e exibição da obra. Em um período marcado por restrições ao acesso feminino a gêneros considerados nobres, como o nu, e por práticas segregadoras na Escola Nacional de Belas Artes, a apresentação de *Dalila* no Salão de 1917 configura um gesto de afirmação profissional e simbólica. Ao reivindicar o domínio técnico e iconográfico de um tema associado à sedução, à traição e ao corpo feminino, Pardos tensiona os limites impostos às mulheres artistas, inscrevendo sua produção em uma zona de disputa por legitimidade, visibilidade e reconhecimento.

A análise comparativa com obras de Gustave Moreau, Oscar Pereira da Silva, Rembrandt e Rubens permite situar a *Dalila* de Pardos no interior de uma tradição iconográfica consolidada, ao mesmo tempo em que evidencia seus deslocamentos. Embora a associação entre sedução e traição seja recorrente, Pardos radicaliza o protagonismo da personagem ao reduzir a mediação de outros agentes e intensificar o controle direto da dinâmica visual. Diferentemente das composições em que a agência é compartilhada ou mediada por terceiros, em Pardos a supressão desses elementos concentra o poder narrativo e visual na figura feminina.

Por fim, a relação com o espectador constitui elemento central para a compreensão da singularidade da obra. Ao eliminar personagens secundários que tradicionalmente regulam o campo visual, Pardos desloca simbolicamente o observador para o interior da cena, integrando-o como terceiro elemento implícito da narrativa. Dalila, consciente de ser vista, afirma-se como sujeito que controla o regime de visibilidade, articulando sedução, poder e controle do olhar. Nesse sentido, a obra não apenas reinscreve o arquétipo da *femme fatale*, mas o reconfigura a partir de uma lógica de protagonismo feminino, agência visual e tensão entre forma, contexto e recepção, consolidando-se como um caso singular no panorama das representações acadêmicas do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CATALOGAÇÃO DA PINTURA DE MARIA PARDOS VOLUME II – O CATÁLOGO Tese de Doutorado. FASOLATO, Valéria Mendes. Programa de Pós Graduação em História / Universidade Federal de Juiz de Fora. Ano 2020.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 83–97, jan./jun. 2007.

SALDANHA, Nuno. José Malhoa. Tradição e Modernidade. Scribe, 2010, p. 137.

FONTES

Maria Pardos, Dalila, óleo sobre tela, 130 x 76 cm, 1917. Imagem disponível em: VALE, Vanda Arantes (coord.), FAPEMIG e UFJF. A Pintura Brasileira do séc. XIX: Museu Mariano Procópio. CD-ROM, 1995.

MOREAU, Gustave. "Dalila" (1890) [Aquarela] Gustave Moreau, catalogue raisonné, 1991.

MOREAU, Gustave. "Dalila" (1876-1896) [Óleo sobre tela] 81,2 x 64,5 cm. Gustave Moreau, catalogue raisonné, 1991.

REMBRANDT, "Sansão e Dalila" (1629-1630) [Óleo sobre tela] 61,3 x 61,4 cm. Staatliche Museen zu Berlin (Berlin State Museums) (in German). Retrieved 2024-05-07.

RUBENS, Paul Peter, "Sansão e Dalila" (1609-1610) [Óleo sobre madeira] 185 x 205 cmhttp://www.nationalgallery.org.uk/paintings/peter-paul-rubens-samson-and-delilah.

SILVA, Oscar Pereira da. Sansão e Dalila. 1893. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Invisibilização Das Mulheres Artistas No Período “Entresséculos”: A Presença Feminina Na Exposição Geral De Belas Artes De 1894 A 1903

Larissa Gabriele Mendonça da Silva[14]

Resumo: O presente trabalho busca mapear a presença de mulheres artistas na Exposição Geral de Belas Artes, promovida pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), com base em duas técnicas artísticas específicas, a pintura e a escultura. O recorte temporal é definido da primeira edição da exposição, após sua reformulação com a transição da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) para a ENBA, em 1894, à décima edição, no ano de 1903. Dessa maneira, a pesquisa se desenvolveu pela análise quantitativa dos catálogos das exposições, ao longo da temporalidade proposta, a fim de encontrar dados que apresentam quantas mulheres participaram nesses anos, se eram artistas brasileiras ou estrangeiras e quantas obras cada uma expôs. Ademais, também foi observada a quantidade de mulheres que recebeu algum reconhecimento específico nessas exposições, desde menções honrosas a medalhas de ouro.

Palavras-chave: Mulheres artistas; Exposição Geral de Belas Artes; Gênero; Invisibilização; Reconhecimento.

Abstract: This study aims to map the presence of women artists in the Exposição Geral de Belas Artes (General Fine Arts Exhibition), promoted by the Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), based on two specific artistic techniques: painting and sculpture. The time frame is defined from the first edition of the exhibition, after its reformulation with the transition from the Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) to the ENBA in 1894, to the tenth edition in 1903. Thus, the research was developed through a quantitative analysis of the exhibition catalogs throughout the proposed time period, in order to find data showing how many women participated in those years, whether they were Brazilian or foreign artists, and how many works each exhibited. Furthermore, the number of women who received specific recognition in these exhibitions, ranging from honorable mentions to gold medals, was also observed.

Keywords: Women artists; Exposição Geral de Belas Artes; Gender; Invisibility; Recognition.

[14] Graduanda do Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), slarissagabriele@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A participação feminina na História da Arte brasileira é um tema que vêm sendo cada vez mais investigado, principalmente por conta da interação de duas grandes áreas de pesquisa, a História da Arte e a História das Mulheres. Desse modo, o questionamento base para essa pesquisa surgiu do certo desconhecimento dos nomes das artistas brasileiras que estavam em atuação no final do século XIX e início do séc XX, Assim, para se tratar desse período foi utilizada a ideia da arte do entresséculos, para pensar além de estilos artísticos temporalmente bem definidos e lidar com uma arte de intersecções de diferentes momentos e propostas (LEHMKUHL, MALTA, 2010).

O estudo se origina do questionamento acerca das figuras das artistas brasileiras que tiveram certa projeção à sua época, participando inclusive de exposições de arte no país, anteriores aos nomes mais conhecidos como Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, por exemplo, o que mostra o silenciamento geral dos nomes de mulheres artistas antecedentes ao Modernismo no Brasil (LEAL, 2012). Nesse sentido, foi feito um estudo quantitativo e comparativo entre os artistas homens e as artistas mulheres que participaram da Exposição Geral de Belas Artes de 1894 a 1903, a fim de analisar a proporção da atuação das artistas nesse âmbito e mapear os seus nomes para que sejam mais estudadas e reconhecidas como importantes referências de artistas mulheres anteriores ao Modernismo e que também foram importantes para o desenvolvimento das artes no Brasil. A partir disso, foram analisadas as dez primeiras edições da exposição em questão, organizada pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), com o intuito de mapear o grau de participação feminina nessas exposições. Esse evento em específico foi escolhido devido à importância que possuía no mundo das artes brasileiro no entresséculos e à recompensa máxima oferecida para quem fosse medalha de ouro na exposição, o Prêmio de Viagem bancado pela ENBA, que era de grande relevância para a formação artística naquele período, além de elevar o status dos artistas que obtinham a premiação (DAZZI, 2014, p.116).

Além da participação das artistas mulheres nessa exposição, um dos eixos de análise do trabalho também se relaciona à presença delas nas instituições de ensino das artes, que se apresentavam como o meio de profissionalização dos artistas na época e detinham um grande poder na esfera da formação artística brasileira como um todo. Com isso, o contexto estudado é o da transição da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) para a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e consequente reforma da instituição se adequando aos moldes republicanos. Esse recorte temporal foi feito levando em conta o momento específico em que as mulheres puderam começar a frequentar o ensino acadêmico das artes no Brasil, o que só ocorreu em 1892, e, segundo a pesquisadora Ana Paula Simioni, esse ingresso seria feito em turmas exclusivas para mulheres:

> Já a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), a quem cabia o ensino superior das belas-artes, apenas em 1892 começou a registrar o ingresso de mulheres, resultado da publicação do Decreto 115, Artigo 187, que versava sobre as condições de matrícula para os cursos superiores, prescrevendo a seguinte sentença: "é facultada a matrícula aos indivíduos do sexo feminino, para os quais haverá nas aulas lugar separado" (SIMIONI, 2007, p.95).

Diante desse cenário, é pertinente considerar que, até esse momento, as artistas tinham uma formação ou nos liceus, que proporcionavam apenas um nível técnico, ou com professores particulares, por conta das relações sociais em que estavam inseridas as suas famílias, com a recorrência inclusive de que familiares fossem ligados às artes e, com isso, adquiriam certa formação em casa. Porém, a inserção dessas mulheres na vida pública das artes era bastante complicada e apresentava vários entraves do ponto de vista do reconhecimento e da projeção que os seus trabalhos conseguiam no mundo das artes nacional, amplamente dominado pelos artistas homens que tinham, frequentemente, formação acadêmica. Dessa maneira, a formação artística e constituição de carreiras por parte das mulheres artistas no meio público apresentava contradições, pois sabia-se que

> [...] o aprendizado das belas artes fazia parte de qualquer educação desejável para uma mulher burguesa, mas, no momento em que os dotes eram reivindicados no sentido de uma profissionalização, transcendendo os

> limites do espaço doméstico, se tornavam inadequados e perigosos, podendo ameaçar a própria "feminilidade" da mulher (SIMIONI, 2000, p. 341-342).

Nesse contexto, essa ambígua posição ocupada pelas mulheres artistas é de grande relevância de ser analisada, pois ao investigar as diferentes tentativas e meios de atuação das artistas mulheres no entresséculos, como elas eram vistas naquela sociedade enquanto exercendo o ofício de artistas, o lugar que lhes era "reservado" nesse meio e as diversas lutas que travaram em busca do status de profissionais, que até aquele momento, era uma exclusividade masculina, é possível visualizar um panorama da agência dessas mulheres artistas e como conseguiram conquistar seu lugar no âmbito das artes visuais. Para tal objetivo, foi necessário mapear e analisar os meios de atuação dessas artistas e as brechas que encontraram no mundo das artes nacional, que, paulatinamente, mas com muita resistência, se abria a elas. A intenção foi compreender, mais abrangentemente, o papel que as artistas tinham no mundo das artes brasileiro do período e perceber a histórica invisibilização delas como agentes relevantes no âmbito e o esquecimento imposto, por diversos fatores que ainda serão explorados, as suas figuras na História da Arte brasileira.

ATUAÇÃO DAS ARTISTAS NO ENTRESSÉCULOS

Com a revisão historiográfica que vem sendo feita desde a década de 1980 acerca da arte brasileira do século XIX e início do século XX, e a crítica à generalização dessa arte como mero "academicismo", mostram-se relevantes para a pesquisa histórica estudos que envolvam essa temática a fim de ampliar os conhecimentos e as perspectivas de análise na área. Por conta dessa visão pejorativa da arte brasileira ligada à academia, de meados do século XIX ao início do século XX, que foi construída e consolidada pela crítica artística a partir do Modernismo, houve um histórico "apagamento" dos artistas brasileiros, em geral, e, em especial, das mulheres que atuavam na atividade ao longo desse período, como foi explicitado pela pesquisadora Sônia Gomes Pereira: "Durante muito tempo quase ignorada e genericamente estigmatizada pela crítica de cunho modernista, toda a produção deste período foi reunida grosso modo sob a etiqueta depreciativa de acadêmica" (PEREIRA, 2012, p. 89).

No que tange à atuação das mulheres artistas em específico, elas tinham o direito apenas de expôr suas obras nos salões, anteriormente organizados pela AIBA e a partir da transição para a República conduzidos pela ENBA. Entretanto, essa possibilidade era bastante restrita e lacunar se comparada à participação e ampla dominância da presença masculina nesse âmbito. Para além das vantagens mais imediatas que os artistas homens tinham em relação às artistas mulheres na questão das encomendas e valor monetário de suas obras, uma delas apresentou grande peso ao longo das trajetórias femininas na arte brasileira, pelo menos até o final do século XIX, que foi o acesso à formação acadêmica e mais precisamente o papel que esse fator tinha no reconhecimento e projeção dos artistas e também no tipo de obra que eram "autorizados" a fazer.

Nesse sentido, ao longo de quase todo o século XIX, os artistas homens eram os responsáveis por representar o gênero artístico mais prestigioso da época, ao menos dentro do meio acadêmico, a pintura de história, direito esse que não existia para as mulheres. A representação desse gênero, segundo as regras acadêmicas reformuladas com o Neoclassicismo, era feito a partir do estudo de modelo vivo, que era considerado "imoral" para as mulheres e foi apenas com a possibilidade de ingresso na ENBA que elas puderam ter acesso às classes de modelo vivo, porém isso ainda demorou a se concretizar de fato, pois as turmas exclusivas para as mulheres só surgiram a partir de 1896, mesmo com o Decreto 115, citado anteriormente, até esse período as aulas eram mistas, como aponta Ana Paula Simioni, e, com isso,

> Tal fato, muito provavelmente, retardou a matrícula de mulheres nas aulas de modelo vivo. É importante lembrar que o acesso ao corpo nu, embora facultado na lei, continuava a ser um grande tabu social e, nesse caso, os costumes podiam ser ainda mais decisivos para cercear as práticas femininas do que as prescrições jurídicas (SIMIONI, 2007, p.95).

Seguindo esses pressupostos, o que era socialmente designado para as mulheres enquanto gênero artístico eram os chamados "gêneros menores", de acordo com a hierarquia acadêmica, como as paisagens e naturezas mortas, ou as pinturas de gênero e de costumes, e quando conseguiam lograr maior projeção, atuavam na retratística. Entretanto, com a

transição para a República, essa forte hierarquia e o próprio papel das academias de arte começaram a ser questionados e, paulatinamente, houve uma mudança desse modelo e discussões acerca do impasse entre a persistência da tradição e o desejo e a tentativa de modernização da formação artística, tanto nacional quanto internacionalmente (PEREIRA, 2008, p. 56). Além disso, nesse contexto da arte do entresséculos, que está sendo analisado, é possível perceber rupturas e permanências em diferentes âmbitos, inclusive nas Academias de arte e, nesse caso, mais especificamente, na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Assim, a tradição e a modernidade coexistiram em alguns aspectos e abriram novos campos e modos de atuação para os artistas, visto que,

> Tanto na Europa quanto no Brasil a crise do sistema acadêmico de ensino girou em torno de alguns de seus postulados, em especial, a adesão à tradição clássica e à concepção da arte como construção do belo ideal- com todos os desdobramentos que estas duas concepções envolvem em termos de preferências formais, técnicas e temáticas. No entanto, outros conceitos e práticas do ensino acadêmico foram de grande valia na formação dos artistas modernos (PEREIRA, 2002, p. 57).

Desse modo, foi em um período de disputas internas e questionamentos em torno da maior instituição formadora das artes no Brasil, que as mulheres tiveram o direito de começar a atuar nesse meio. Mesmo já tendo a possibilidade de participarem dos salões, ainda de maneira bastante desigual, a chance de ingressar na ENBA fez com que, mesmo com os inúmeros problemas e questões que enfrentavam, as mulheres artistas pudessem ter uma formação, minimamente, equiparável a dos homens, ao menos a partir de 1896, de maneira formal. Com isso, e também devido à gradual transição dos gêneros artísticos, os tipos de pinturas que as artistas muitas vezes dominavam, como a pintura de gênero, por exemplo, passaram a ser mais requisitadas e elogiadas, pois demonstravam uma certa "modernização" temática nas artes do período, como as representações do cotidiano tanto regional quanto do meio urbano brasileiro em desenvolvimento, esse foi um contexto de extrema importância para uma gradual e maior abertura do campo artístico às mulheres a partir desse período (SIMIONI, 2023, p. 200).

ANÁLISE DOS CATÁLOGOS DA EXPOSIÇÃO DE 1894 A 1903

O estudo buscou analisar os catálogos da Exposição Geral de Belas Artes, organizada pela ENBA, entre os anos de 1894 e 1903. Nesse aspecto, foi feito um estudo quantitativo e comparativo, a partir dos dados encontrados nesses catálogos, e direcionado a determinadas questões que pudessem ajudar a mapear a condição das mulheres artistas do entresséculos no Brasil. Nesse viés, a análise foi conduzida a partir de alguns questionamentos base como a quantidade de artistas mulheres que participaram dessas exposições na temporalidade observada, a quantidade de obras que elas conseguiram expor, a quantidade de artistas brasileiras e estrangeiras em cada edição e o percentual de reconhecimento dessas artistas por algum tipo de premiação ou menção nessas exposições. Além disso, foi formulada uma tabela com os nomes das artistas que tiveram três ou mais aparições na exposição ao longo desses 10 anos analisados e também foram apresentados os nomes das que obtiveram menções honrosas e medalhas, com o intuito de que seus nomes sejam reconhecidos, adquiram mais notoriedade e sejam mais estudados e referenciados como importantes na História da Arte brasileira do entresséculos.

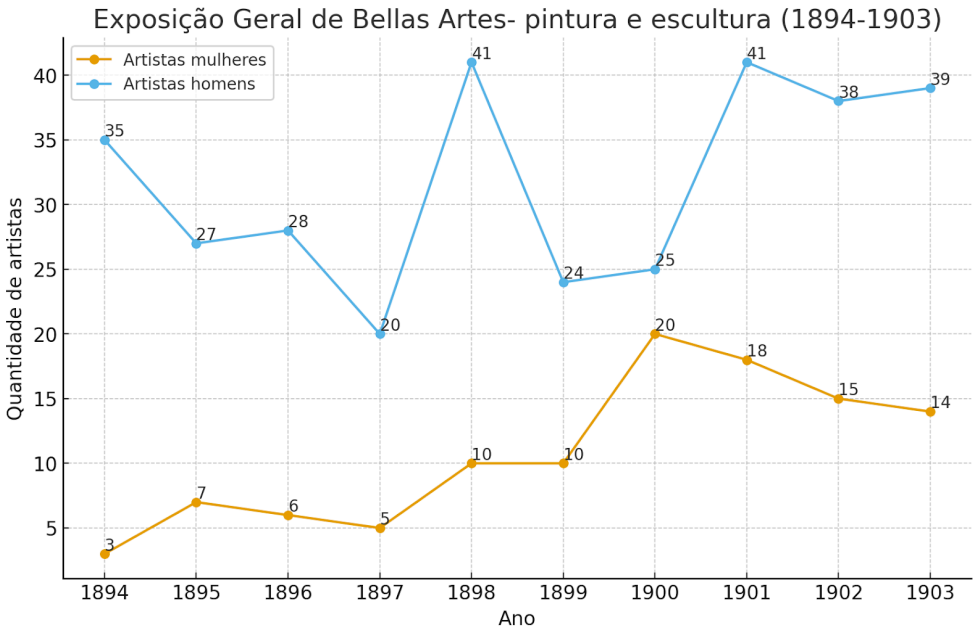


Gráfico 1: Quantidade de artistas por gênero que participaram da Exposição Geral de Belas Artes (1894-1903). Elaborado pela autora, 2025.

A partir dos dados apresentados pelo *gráfico 1* é possível perceber quantitativamente a discrepância entre as participações feminina e masculina na exposição em questão ao longo da temporalidade proposta. Desse modo, o ano de 1894 foi o que apresentou a menor participação de artistas mulheres na exposição, tanto em quantidade absoluta, que figura apenas 3 mulheres em comparação aos 35 homens, quanto em percentual, com menos de 10% de participação feminina na primeira edição da exposição sob direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Em contrapartida, o ano de 1900 foi o que expôs a maior participação de artistas mulheres seja em quantidade absoluta, seja em percentual na comparação com os artistas homens. Nessa edição, houve a participação de 20 mulheres e 25 homens, apresentando uma situação quase equilibrada em que as artistas foram cerca de 44% das participações.

Em geral, a participação feminina nas dez primeiras exposições, em média, variou entre 20 e 30%, o que pode ser analisado sob diferentes perspectivas, pois é um dos indicativos da diferença de oportunidades entre as artistas mulheres e os artistas homens de participarem dessas exposições. Um dos fatores diretamente ligados à essa situação é a visão do eterno "amadorismo" dessas artistas, tanto pela crítica de arte do período quanto pelo meio artístico em geral. Isso ocorria porque a elas não era reservado o lugar de artistas profissionais, visto como tipicamente masculino, independente da qualidade técnica e da repercussão de suas obras, eram socialmente classificadas como "amadoras" por desafiarem papéis de gênero fortemente estabelecidos, pois para elas "a pintura era vista como uma prenda e não uma carreira" (SIMIONI, 2023, p. 289). Assim, uma exposição organizada pela maior instituição de profissionalização das artes no país naquele período, a ENBA, também refletia e reafirmava esses preceitos socioculturais, mesmo que em um contexto de lenta, gradual e difícil abertura desse campo das artes para as mulheres.

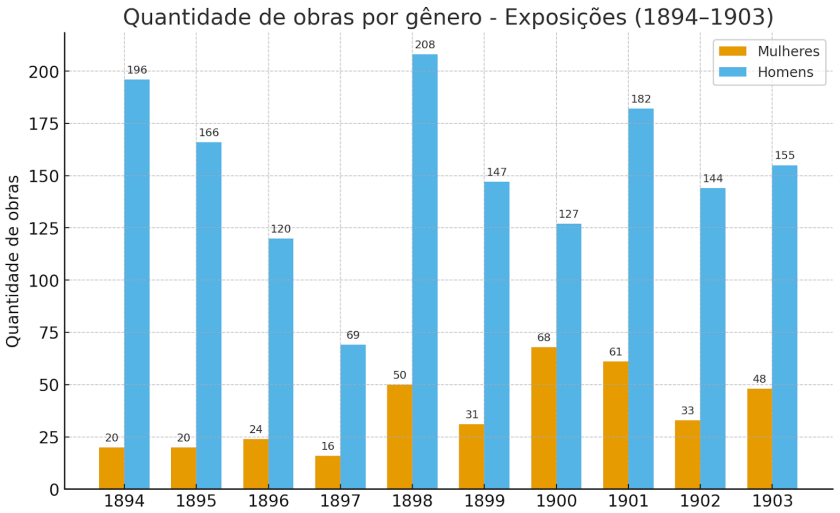


Gráfico 2: Quantidade de obras por gênero na Exposição Geral de Belas Artes (1894-1903). Elaborado pela autora, 2025.

Em relação à quantidade de obras expostas a cada edição, como é mostrado pelo *gráfico 2*, a situação é numericamente ainda mais desigual, pois mesmo nos anos em que houve uma participação feminina mais expressiva, a quantidade de obras dessas artistas não passou de 35% na exposição e raramente uma delas apresentava mais de 10 obras em uma mesma exposição, como o que era comum de ocorrer com diversos dos artistas homens, principalmente os mais renomados.

Nessa análise, o ano de 1897 foi o que teve menos obras femininas em exposição, com apenas 16 obras divididas entre as 5 artistas que participaram da edição. Esse também foi o ano em que se teve a menor participação de artistas homens, com 20 artistas, e a menor exposição absoluta de obras, com um total de 85 obras apenas, enquanto todas as demais edições tiveram mais de 140 obras. Ademais, é importante destacar que o ano de 1900, nesse caso, não só obteve a maior participação de artistas mulheres entre as edições, como também foi o que apresentou a maior quantidade absoluta e percentual de obras femininas, em comparação às obras masculinas.

Dessa maneira, dois questionamentos pertinentes podem ser levantados a partir desses dados: primeiramente, por que o ano de 1900 foi o mais expressivo de participação feminina

e um dos menos expressivos de participação masculina em comparação às outras edições analisadas? E, em segundo plano, por que o ano de 1897 foi o menor em participação absoluta, com apenas 25 artistas, e por conseguinte, em quantidade de obras expostas?

Em relação à maior participação feminina no ano de 1900, uma das hipóteses que pode ser levantada é de que, devido ao contexto de formação de turmas exclusivamente femininas na ENBA, a exposição também se apresentava como uma extensão da formação artística para as alunas, visto que, nessa edição, dentre as artistas mulheres que participaram, houve uma grande quantidade de alunas da Escola. Esse pode ser um dos motivos, embora não seja o suficiente para explicar toda a situação e o porquê nos anos posteriores essa distribuição não se manteve, já que as turmas femininas também foram crescendo na instituição, ao longo do tempo.

Já para a menor participação geral na edição de 1897, ainda é preciso cruzar outras fontes como as atas de submissão de obras das exposições para descobrir se houve algum motivo em específico ou se foi fruto mais de uma coincidência e que não é algo que gere maiores investigações. Outrossim, para definir esses resultados com mais precisão, além do cruzamento com outras fontes que possam ser úteis para a temática, também é necessário fazer uma análise temporalmente mais alargada, talvez da primeira edição da exposição, em 1894, até as vésperas do Modernismo, em 1922, por exemplo, para que se tenha um parâmetro estatístico mais seguro para essa média de participação das artistas mulheres em comparação aos artistas homens, e para observar se essas duas edições em questão continuarão figurando como os anos com maior participação feminina e menor participação geral e quantidade de obras femininas, respectivamente.

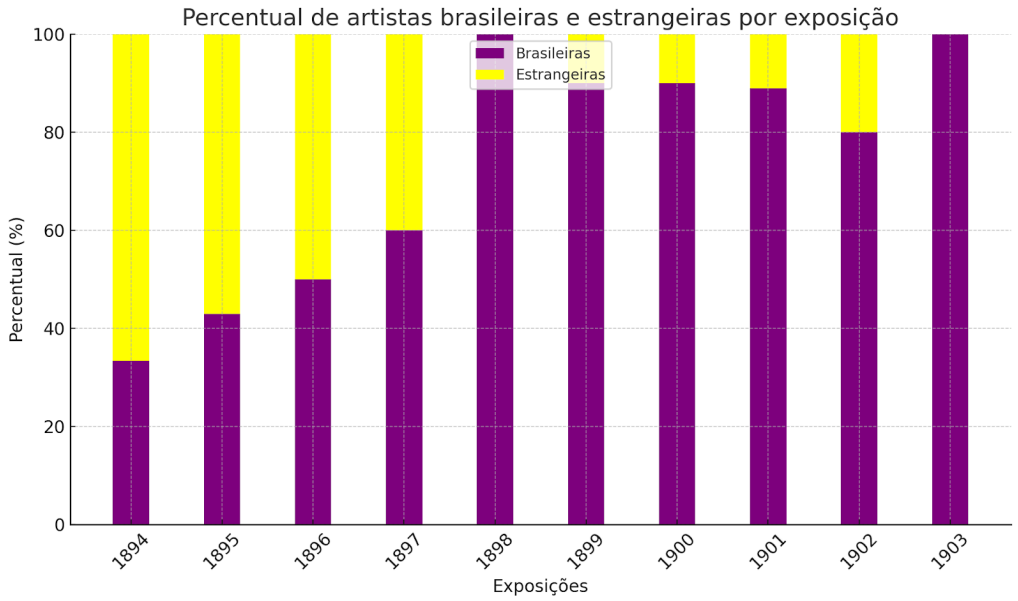


Gráfico 3: Percentual de artistas mulheres brasileiras e estrangeiras que participaram da Exposição Geral de Belas Artes (1894-1903). Elaborado pela autora, 2025.

No que diz respeito à nacionalidade das artistas, foi algo válido de se atentar na análise dos catálogos, visto que a possibilidade de formação das mulheres artistas era variável a depender de sua origem. Nesse sentido, em relação à formação da artista brasileira, como já foi anteriormente explicitado, a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) começou a aceitar mulheres em seu quadro de alunos apenas em 1892 e as primeiras turmas exclusivamente femininas só foram formadas a partir de 1896. Assim, é possível perceber que a primeira exposição organizada pela ENBA, em 1894, além de ter tido a menor participação feminina, apresentou obras na exposição de duas mulheres estrangeiras, uma belga e uma argentina, e uma artista brasileira, que depois participou de mais duas exposições nas edições analisadas, a artista Maria Agnelle Forneiro.

Já no ano de 1895, a situação estava quase equilibrada com a participação de pouco mais de 40% de artistas brasileiras e quase 60% de artistas estrangeiras. Dessa edição em diante, houve um aumento expressivo das artistas brasileiras na exposição, fazendo com que sempre houvesse mais de 50% das expositoras sendo brasileiras à culminância de anos em que 100% das artistas eram nacionais, como foram os casos de 1898 e de 1903. Além disso,

após 1897, as artistas brasileiras figuravam mais de 80% nas exposições. Esse fator pode ter sido resultado da lenta abertura da formação acadêmica das artistas na ENBA, em que a exposição em questão, em muitos casos, também fazia parte da formação, pois

> [...] a importância das competições internas para a formação do artista, como o estímulo à autoconfiança, à competitividade como elemento de aprimoramento da própria técnica, como promotores de trocas intelectuais entre alunos e professores. Para as mulheres tais momentos ensejavam, pela primeira vez, a possibilidade de uma formação equiparável à dos homens (SIMIONI, 2000, p. 343).

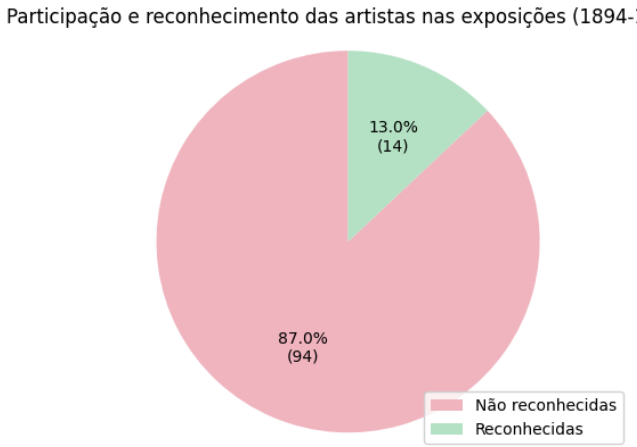


Gráfico 4: Reconhecimento, em algum grau, das artistas na Exposição Geral de Belas Artes (1894-1903), em percentual. Elaborado pela autora, 2025.

Dessas 14 artistas que conseguiram algum tipo de reconhecimento ou premiação nessas exposições, a maior parte delas foi citada como Menção Honrosa de 1°, 2° ou 3° Grau. Com isso, é possível identificar as 11 artistas que foram premiadas com menção honrosa, sendo elas: Alina Teixeira, Anna da Cunha Vasco, Maria da Cunha Vasco, Maria Elisa de Arruda Botelho, Dinorah Meirelles, Nicolina Vaz de Assis, Minna Mee, Marietta Meirelles, Ignez Delminda Sampaio, Maria Barbosa de Oliveira e Silva e Clelia de Castro Nunes. Algumas dessas artistas mencionadas também foram as que tiveram mais participações na Exposição Geral de Belas Artes ao longo desses 10 anos analisados, o que pode indicar que

essa premiação, mesmo que de “menor grau” em comparação às medalhas ou ao Prêmio de Viagem, que assinalava o máximo reconhecimento, foi importante para que pudessem ser selecionadas mais de uma vez para participar desses salões públicos. Ainda seguindo esse viés, as mulheres que lograram maior reconhecimento foram as artistas Diana Cid, que ganhou Medalha de Ouro de Terceira Classe na exposição de 1894, Bertha Worms, ganhando Medalha de Ouro de Segunda Classe na exposição de 1895 e Julieta de França, que conseguiu o Prêmio de Viagem na edição de 1899, em que a premiação era direcionada para a seção de escultura e a artista era a única candidata (SIMIONI, 2007, p. 250), e Medalha de Prata na exposição de 1903, enquanto ainda estava no pensionato bancado pela Escola na França.

Entretanto, em relação ao êxito de Julieta de França, ainda é importante destacar que no catálogo oficial da 6ª edição da Exposição Geral de Belas Artes, do ano de 1899, seu nome não consta no documento como uma das participantes e como a vencedora do concurso e sim o de José Octávio Correia Lima. A artista só voltou a aparecer nos catálogos no ano de 1903 e já com a descrição de “Pensionista da Escola Nacional de Bellas-Artes”, mas sem a referência do ano em que a artista ganhou, como o que era comum de ocorrer com os artistas homens nas participações na exposição posteriores à edição que adquiriram o prêmio máximo. Nesse viés, também é pertinente destacar que a trajetória da artista foi permeada por várias ousadias que desafiavam os papéis socialmente estabelecidos para as mulheres, em geral, e para as artistas, em especial, pois ela foi a primeira mulher artista a ganhar o Prêmio de Viagem ao Exterior bancado pela ENBA e também a primeira a se matricular na turma de modelo vivo como aluna da instituição (SIMIONI, 2007, p. 251).

Ademais, ao longo das dez primeiras edições analisadas, o êxito adquirido por Julieta foi mais uma exceção do que uma regra para as artistas mulheres naquele período. E mesmo em sua trajetória, a artista após voltar do pensionato na Europa e concorrer no concurso do Monumento Comemorativo à República Brasileira, em que sua obra foi desclassificada sem justificativa plausível, ao questionar a decisão e travar certa disputa com figuras importantes do período, que fizeram parte do júri que julgou sua obra, como o diretor da ENBA, Rodolfo Bernardelli, a artista foi pouco citada tanto pela imprensa quanto pela crítica de arte do

período, e é possível perceber que, "repentinamente, a artista deixara de expor nos salões e, por volta de 1908, seu nome já não mais era encontrado em nenhum tipo de documentação" (SIMIONI, 2007, p. 250).

Nome da artista	Nº de aparições
Maria Clara da Cunha Santos	5
Alina Teixeira	5
Anna da Cunha Vasco	5
Maria da Cunha Vasco	5
Helena Vaz Pereira de Viveiros	5
Francisca Emília de Campos	4
Diana Cid Dampt	4
Dinorah Meirelles	4
Marietta Meirelles	4
Maria Agnelle Forneiro	3
Nicolina Vaz de Assis	3
Viscondessa de Sistello	3

Tabela 1: Artistas que mais participaram da Exposição Geral de Belas Artes de 1894 a 1903. Elaborado pela autora, 2025.

A partir da *tabela 1* é possível perceber que algumas artistas participaram de diversas edições de uma das exposições de arte mais importantes do país no entresséculos, a Exposição Geral de Belas Artes, antes da consolidação do Modernismo no país, mas seus nomes ainda hoje são invisibilizados nas referências da História da Arte brasileira do final do século XIX e início do século XX. Nesse contexto, ainda é pertinente observar que cinco das artistas participaram de metade das exposições analisadas e algumas delas eram alunas da ENBA, como é o caso de Francisca Emília de Campos e Nicolina Vaz de Assis, além de outras artistas, também ligadas à ENBA, que fizeram parte dessas exposições, ao longo de suas dez primeiras edições, como Julieta de França, Clelia de Castro Nunes, Maria Emília de Campos, Maria Bulcão, dentre outras. Diante disso, portanto, algumas dessas artistas que participaram nessas dez primeiras edições, também apareceram posteriormente na exposição em questão e participaram com uma frequência considerável para que seus nomes não fossem

sequer citados na historiografia da arte brasileira acerca desse período. Artistas como Anna da Cunha Vasco e Maria da Cunha Vasco, nas edições que participaram, foram umas das poucas que colocaram mais de 10 obras, cada uma, em uma mesma exposição, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação das mulheres artistas no entresséculos passou por um processo de intensa invisibilização de suas trajetórias e da importância que apresentaram para a construção do mundo das artes brasileiro, principalmente em relação às exposições nesses salões, que eram um importante meio social à época, organizadas inicialmente pela Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e com a chegada da República pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Nesse sentido, mesmo que a partir do Modernismo a crítica de arte tenha rotulado toda essa produção do século XIX e início do século XX como mero "academicismo" e reprodução dos modelos europeus, o que desconsiderou e invisibilizou as obras e trajetórias de alguns artistas em geral, para as mulheres esse processo foi ainda mais acentuado e fez com que os seus nomes fossem praticamente "esquecidos" e desconsiderados como referências da História da Arte brasileira. Essa situação vem se alterando desde os anos de 1980 com as revisões historiográficas acerca da arte desse período no país, mas esse processo ocorre de maneira desigual em relação à questão de gênero devido a diversos fatores como: a quantidade de dados, documentos e até aquisições públicas de obras que são encontrados dos artistas em relação às artistas, pois grande parte das obras dessas artistas estão em coleções particulares, o que dificulta fortemente o acesso às suas produções e torna muito esparsa as informações acerca de suas trajetórias.

Além disso, é válido destacar que essa desigualdade de reconhecimento também pode ser notada pelo fato de que muitos dos artistas homens que participaram dessas exposições como Rodolfo Amoedo, Almeida Júnior, Belmiro de Almeida, Eliseu Visconti, Modesto Brocos, Henrique Bernardelli, Rodolfo Bernardelli, dentre outros, são todos nomes

conhecidos e referências da arte brasileira desse período. Enquanto as artistas mulheres como Maria Clara da Cunha Santos, Alina Teixeira, Anna da Cunha Vasco, Maria da Cunha Vasco, Helena Vaz Pereira de Viveiros, Dinorah Meirelles, Marietta Meirelles, Julieta de França, Diana Cid, Nicolina Vaz de Assis, Maria Agnelle Forneiro, Viscondessa de Sistello, Maria Elisa de Arruda Botelho, Ignez Delminda Sampaio, Maria Barbosa de Oliveira e Silva, Clelia de Castro Nunes, dentre várias outras, são nomes ou pouco ou quase não retratados na arte brasileira do entresséculos. Artistas que à sua época tiveram certa projeção, mesmo com todos os entraves de ser uma mulher artista naquele período, conseguiram participar de exposições públicas e, a partir de 1892, da formação artística acadêmica, e que após o Modernismo tiveram seus nomes e suas trajetórias artísticas invisibilizadas.

Por fim, é evidente que para além da questão de gênero como uma das distinções fortemente marcadas na História da Arte, pelo menos até o século XX, os estudos não se esgotam com esse recorte e outras interseccionalidades são possíveis de ser analisadas, como as questões de classe e também as étnicas, por exemplo, que se apresentam como outras camadas de exclusão, de invisibilização e de silenciamento de artistas mulheres, seja há tempos atrás, seja ainda contemporaneamente.

FONTES

VALLE, Arthur (org.). Catálogos das Exposições Gerais de Belas Artes, 1894-1930. **19&20**, Rio de Janeiro, v. XIX, 2024.

REFERÊNCIAS

CAMPOFIORITO, Quirino. **História da pintura brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1983.

DAZZI, Camila. Os estudos sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro: contexto historiográfico, omissões históricas e novas perspectivas. **Visualidades**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 1–17, 2014.

LEAL, Priscilla Cruz. Mulheres artistas: Há desigualdade de gênero no mercado das artes plásticas no Século XXI?. **VIII ENECULT**, Salvador, 8-10 ago. 2012.

LEHMKUHL, Luciene; MALTA, Marize. Pensar entresséculos. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 12, n. 20, p. 83-84, 2010.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte Brasileira no Século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 54, p. 87–106, mar. 2012.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 83–97, jan./jun. 2007.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão: pintora- a Académie Julian e a formação das artistas nos finais do século XIX em Paris. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 341-348, 2000.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Souvenir de ma carrière artistique: uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 15, p. 249-278, 2007.

Limpando Metais E Rearranjado Quadros: A Arte E A Representação Cultural De Mulheres Pretas

Vitória Maria Trindade Guedes[15]

RESUMO

O artigo aqui apresentado objetiva evidenciar a representação das mulheres negras na sociedade como um todo. Durante muito tempo, elas foram invisibilizadas e marginalizadas em vários setores sociais e, inclusive, na arte. Muitos dos retratos realizados de mulheres negras não dão a elas uma identidade, nome ou origem, mas a submetem apenas à sua cor, gênero ou função social. Então, a partir da obra *Limpando Metais*, do artista Armando Vianna, deseja-se analisar os motivos para a ocorrência dessa problemática. Além disso, utiliza-se obras literárias escritas por autoras negras brasileiras para dar nome e voz à personagem de Vianna, querendo pensar possibilidades para a sua história. É necessário rever as representações que damos visibilidade, humanizando-as. Conclui-se que, atualmente, superando os muitos estereótipos, as mulheres negras são muito mais do que aquilo que se mostra delas em retratos.

Palavras-chave: pintura, mulher negra, retrato, sociedade, arte.

ABSTRACT

This article aims to highlight the representation of black women in society as a whole. For a long time, they have been invisible and marginalized in various social sectors, including art. Many of the portraits of black women do not give them an identity, name, or origin, but only subject them to their color, gender, or social function. Therefore, based on the work *Limpando Metais (Cleaning Metals)* by artist Armando Vianna, we wish to analyze the reasons for this problem. In addition, we use literary works written by black Brazilian authors to give a name and voice to Vianna's character, seeking to consider possibilities for her story. It is necessary to review the

[15] Estudante de graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: guedes.vitoria@estudante.ufjf.br

representations we give visibility to, humanizing them. We conclude that, currently, overcoming many stereotypes, black women are much more than what is shown of them in portraits.

Key-words: painting, black woman, portrait, society, art.

INTRODUÇÃO

A formação do povo brasileiro tem como base alguns tipos étnico-raciais. Dentre eles, um grupo social específico prevalece como mantenedor de uma base estrutural brasileira: os afrodescendentes. Entretanto, mesmo que pretos e pardos representem 55,5% da população nacional (IBGE, 2022), estes, ainda sim, são invisibilizados em diversos aspectos da sociedade, inclusive, no meio artístico, apenas por serem quem são. Mesmo quando aparecem em mais variadas artes, não são o foco, o personagem principal, mas são aqueles rostos desconhecidos utilizados para se apresentar um tipo exótico, diferente de um padrão branco eurocentrista.

Para além da vida real, quando se trata de uma representação de pessoas negras - e, principalmente, quando suas figuras são idealizadas por pessoas brancas -, percebe-se uma estereotipação e uma falta de sensibilidade para com essa instância social. Focando-se na pintura, diversas vezes as personagens negras que aparecem expostas em quadros famosos não têm um nome, mas sim são associadas a sua característica principal: a cor de sua pele. Elas não possuem identidade. Entretanto, sabe-se que isso ocorre graças a um real apagamento de suas personalidades e trejeitos, a fim de contar uma história que tem uma intencionalidade e se volta para uma parte específica dos indivíduos.

Na obra *Limpando Metais*, o artista Armando Vianna pinta uma mulher preta desconhecida, como muitas outras, que aparecem em tantos outros quadros e que não possui nome, registro ou origem. Entretanto, pode-se interpretar o enredo da personagem para além do que é delimitado sobre ela. Esse artigo, então, possui o intuito não só de analisar a belíssima obra de Vianna, mas também de problematizar a normalidade com a qual é tratada a simbolização simplista ou sem grandes interpretações de pessoas negras. Para isso, se utiliza de uma análise comparativa do quadro com algumas obras literárias nacionais, de escritoras pretas brasileiras - Eliana Alves Cruz, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, -, que tem justamente

como foco gerar uma identidade e personalidade para aquelas que, muitas vezes, nem estão nos retratos. Pois, por mais que tenham suas existências negadas por muitos, as mulheres negras ainda são mais do que apenas o que se diz sobre elas.

Inicia-se então com uma análise geral feita sobre o quadro de Vianna, já levando em consideração o arquétipo utilizado para a representação das mulheres negras na arte. Outrossim, também desenvolve-se um aprofundamento na vida e obra do próprio autor e nas possíveis interpretações do porquê da feitura da pintura e de como ela é feita. Por fim, a partir da literatura, dá-se nome e forma à personagem, além de voz, atrelada às falas de mulheres negras reais, em seu lugar de posicionamento. Quem está no retrato? Se um dia a história não contou, agora é necessário contar.

LIMPANDO OS METAIS E OS ESTEREÓTIPOS

"Eunice permaneceu sentada na mesa da cozinha e mergulhada em seus pensamentos. Ela só olhava para a frente, acompanhada de todas as infâncias interrompidas que não puderam crescer" (ALVES CRUZ, 2022, p. 144 e 160). O excerto do livro *Solitária*, da autora Eliana Alves Cruz, poderia certamente descrever a mulher retratada na pintura *Limpando Metais* de Armando Vianna. De fato, a personagem Eunice, do manuscrito, é uma mulher negra periférica, que trabalha como empregada doméstica contratada por uma família abastada. A maior parte de suas experiências, relatos e pensamentos, então, se passam na cozinha da casa de seus patrões, cercada pelo seu serviço. Ao mesmo tempo, no quadro aqui explorado, a respectiva anônima também tem suas ideias abstratas e devaneios vividos numa cozinha, trabalhando, do mesmo modo de Eunice, como uma serviçal.



Figura 1. Limpando metais, Armando Vianna, 1923[16]

De fato, a obra apresenta a figura de uma mulher negra, provavelmente, empregada doméstica, assim como Eunice. Ela, que aparece de rosto e tronco voltados para um horizonte distante, parece estar refletindo sobre algo, de maneira distante da realidade. Ainda assim, não se sabe por quais motivos ela está com respectiva postura, característica que transpassa o quadro, mostrando relação com coisas que ocorrem para além dele. Porém, enquanto isso, ela ainda está no lugar que precisa ocupar, limpando os metais e pratarias dispostos na mesa da cozinha - ambiente em que permanece e no qual deve permanecer. O fundo atrás dela apresenta um armário com ainda mais louças, somando-se àquelas postas sobre a mesa, que a cercam. Daí se retira o nome do quadro trabalhado, dos metais que são limpos pela personagem. Mesmo sem o menor interesse em sua ação, aparentando uma melancolia e apatia com as coisas ao seu redor, ela continua ali em sua função, mas focalizando apenas seus pensamentos. Com efeito, interessam muito mais à personagem coisas de sua vida que se sobrepõem ao seu ofício, lugar imposto socialmente à ela.

Além disso, observa-se o seu uso de vestes simples, utilizadas normalmente para o cumprimento de serviços de limpeza. Estas vestes, mais claras do que todo o resto do ambiente,

[16] ARMANDO VIANNA: Limpando metais, 1923. Óleo sobre tela, 99 x 81 cm., Museu Mariano Procópio.

acabam se diferenciando por destoar da paleta de cores apresentada. O quadro, em geral, é feito em tons mais escuros, que facilitam o destaque, em relação ao resto do espaço, da roupa e do pano utilizados pela mulher, domésticos. Tudo que diz respeito à tela, então, focaliza em seu trabalho e em sua posição. Sejam suas vestimentas, o lugar em que se faz presente, ou a própria ação que executa. Nem mesmo o histórico e nem o título da obra dão à mulher qualquer tipo de identificação. Apesar de ser a figura principal do quadro, seu protagonismo não é observado, mas sim a tarefa que exerce. A personagem, dessa forma, sofre uma estereotipação, porque é restringida apenas a isso. Sua identidade e o seu "eu" são anulados pela imagem.

Entretanto, não seria a primeira vez em que esse tipo de representação seria dado a mulheres negras nos quadros artísticos. Esse grupo social é marginalizado pelo racismo e pela misoginia enraizadas na cultura escravagista brasileira herdada dos tempos de colônia, coisa que se reflete também na arte. Essas pessoas já não eram figuras que apareciam, de fato, em uma grande parcela de obras, por não serem interessantes a uma cultura que as invisibiliza. Até porque, os próprios retratos dificilmente eram pintados para elas. A cultura considerada erudita nunca foi destinada a quem não se fazia pertencente à elite.

Quando seus rostos começaram, então, a surgir nesse meio, ainda sim não eram tão explorados como poderiam, diferentemente da representação de quaisquer outras figuras, mas permaneciam restritos à condição de ser apenas um tipo social. Dessa maneira, se não restritas ao seu labor, eram elas restritas a sua característica considerada principal: a cor de sua pele. Única e exclusivamente importante para o desenvolvimento das atribuições dadas às personagens, o fato de serem negras se tornava essencial para a imagem a ser moldada. Um exemplo para tal questão seria a obra *A Negra*, da pintora modernista Tarsila do Amaral, de 1923, elaborada no mesmo ano do quadro de Vianna, mas com uma perspectiva completamente diferente.

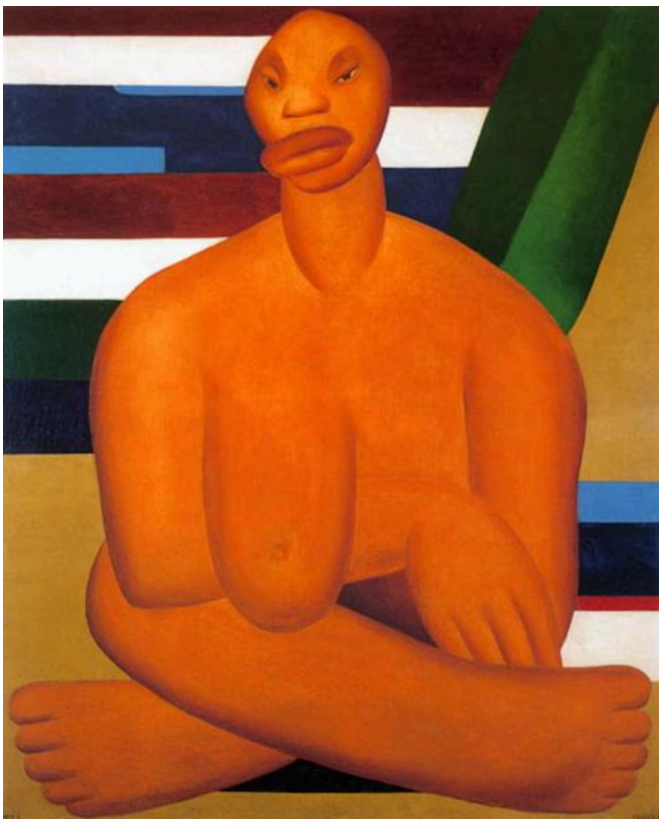


Figura 2. A negra, Tarsila do Amaral, 1923.[17]

Percebe-se que Tarsila explora na obra características atribuídas à mulher negra de modo geral. A boca inchada e os seios fartos dão a sensação de uma mulher grande, esbelta e imponente, sempre sexualizada e exposta. E, claro, dá-se destaque ao tom no qual a personagem é pintada, tanto no quadro, como em seu próprio título, que omite o nome dela. Embora a intenção da pintora, em todo o seu movimento, marcado pela cultura modernista do início do século XX, fosse de mostrar uma cultura brasileira de um modo já não mais visto, sua obra acaba por reafirmar valores antiquados atribuídos de forma generalizada às pessoas negras, onde resplandece falta de sensibilidade e alteridade para com a figura ilustrada. De fato, bem como aponta a pesquisadora Maraliz Christo (2009), o movimento de Tarsila é precursor de um aumento significativo da representação artística de indivíduos negros e indígenas, mas ainda assim não dá o lugar ideal de humanização de tais grupos.

[17] TARSILA DO AMARAL: A negra, 1923. Óleo sobe tela, 100 x 80 cm.

Ademais, não só os estereótipos são extremamente presentes, como o anonimato destinado às personagens também. Diferentemente da exibição dada a diversas pessoas brancas nas obras artísticas, quando se trata da parcela populacional feminina negra, não lhes é atribuído nenhum tipo de enredo e nem mesmo nome ou origem. O artista Henrique Bernardelli, por exemplo, em sua pintura *A Etíope*, mostra uma mulher que, mesmo com uma nacionalidade a ela dada, ainda assim não possui nome ou atribuições para além de seu retrato.



Figura 3. Etíope, Henrique Bernardelli, s.d.[18]

Pode-se, então, perceber que ambos os quadros carregam uma premissa em comum: a da mulher negra por si mesma, sem visões dela que sejam maiores do que sua figuração social. Acredita-se que isso se intensifica ainda mais quando esta é difundida por artistas da branquitude que, sem contato ou entendimento da realidade acerca do assunto, reproduzem pensamentos preconceituosos sem nem se dar conta e destinam essas figuras a um arquétipo premeditado. A

[18] HENRIQUE BERNARDELLI: Etíope, s. d. Óleo sobre tela, 126 x 73 cm., Museu Mariano Procópio.

esse respeito, Lorrayne Mendes (2021), comparando *Limpando Metais* com outras obras do gênero dá certo destaque ao posicionamento de que

> É possível perceber nesse "destino" o trabalho e a condição subalterna como uma promessa herdada pelo defeito de cor. Outras representações de mulheres negras feitas por mãos brancas, ainda que tenham tido como intenção a celebração da cultura negra e a visão positiva da miscigenação reproduzem, reelaboram e perpetuam signos e mitos coloniais. (MENDES, 2021, 176)

E, assim, a obra abordada por esse artigo é celebrada pela autora porque, por mais que ainda cercada de certos posicionamentos, perpetuados pela sociedade em meio a qual foi criada, é realizada com maior sensibilidade e intimidade por seu autor, um homem negro e advindo da periferia, que teve maior contato com a realidade de mulheres como a de sua obra do que talvez Tarsila e Bernardelli jamais teriam. É interessante, portanto, a análise do contexto do autor e de sobre como isso poderia ter influenciado grandemente o seu trabalho.

ARMANDO VIANNA E REPRESENTAÇÕES DE NEGRITUDE

Armando Martins Vianna nasceu na Rua de São Cristóvão, atual Largo do Estácio, na cidade do Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1897. Aos 13 anos, começou a auxiliar o pai em sua oficina de pintura e, de lá, acredita-se que tenha vindo sua paixão pelas artes. Ele se formou no Liceu de Artes e Ofício da Escola Nacional de Belas Artes e, já iniciando sua carreira como artista, entra para o Salão Nacional de Belas Artes em meados dos anos 1920, onde torna-se membro por mais de meio século. Recebendo diversos prêmios e homenagens ao longo de sua carreira, foi até mesmo professor e, posteriormente, diretor do Instituto Nacional de Belas Artes. Faleceu ainda trabalhando, no Rio de Janeiro, seu local de nascimento, em 1991, aos 94 anos.

Sendo considerado um pintor eclético e versátil, suas pinturas e desenhos passaram por diversas temáticas: flores, paisagens, nus femininos, obras históricas, religiosidade, entre outros. De acordo novamente com Christo (2016, pág. 178), sua obra *Limpando Metais* foi realizada especialmente para concorrer na Exposição do Salão Nacional em 1924. Não por acaso, a tela recebe a Medalha de Prata do evento. Após isso, ela fica no ateliê do autor até 1967, quando é

doada pelo próprio ao Museu Mariano Procópio[19], em Juiz de Fora, Minas Gerais, localidade em que se encontra até hoje.

Vianna não era reconhecido exclusivamente pela execução de trabalhos acerca de afrodescendentes, mas, com toda certeza, o contexto em que vivia influenciaria todo o seu trabalho, inclusive a pintura específica de uma mulher negra, empregada doméstica. Isso porque o artista era filho de um homem português com uma mulher negra descendente de uma escravizada alforriada. O enredo apresentado na imagem pintada por ele, poderia ter sido vivido pela própria mãe e também pela avó e outras de suas antepassadas. É interessante, assim, abordar o fato de que o lugar e época em que nasceu seriam envoltos de cultura e histórias negras. O contexto das décadas de vivência de Armando Vianna era carregado da resiliência do povo negro e periférico na, até então, capital do Brasil, pois o artista teria nascido nem mesmo dez anos depois da abolição da escravatura. Os indivíduos desse período eram marcados pela experiência da escravização em seu cotidiano e de sua ruptura mal formulada, que deixaria consequências para todos mas, principalmente, para as mulheres negras, até os dias atuais.

Ademais, o (hoje conhecido como) Largo do Estácio, berço de Armando Vianna, também originou a criação da primeira escola de samba do Rio de Janeiro e é considerado um símbolo de referência e resistência negra e afrodescendente no Brasil. Certamente, mulheres como Eunice ou como a anônima representada no quadro, foram criadas e sobreviveram nas ruas da cidade, sendo muito mais do que somente corpos, mas indivíduos com histórias para contar e inspiraões para o movimento negro.[20] Cabe, assim, neste momento a interpretação de suas histórias, inúmeras e não expressadas em suas totalidades, mas que têm o direito de aparecer no retrato.

---

[19] Para mais análises e comparações da pinturas afrodescendentes no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, ver: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A memória afrodescendente nos museus brasileiros: o caso do museu mariano procópio. **Porto Arte**: Revista de Artes Visuais, [S.L.], v. 24, n. 42, p. 1-23, 25 nov. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://dx.doi.org/10.22456/2179-8001.98275. E Também: CRISTO, Maraliz de CV. **Entre a cozinha e o exótico, representações do negro no acervo do Museu Mariano Procópio**. In: Coleções em diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014, p. 268-281.

[20] Uma exemplo de uma das principais figuras femininas negras do início do século XX foi a personagem Tia Ciata. Partideira, quituteira e ialorixá, foi referência na criação do samba carioca e na representação de mulheres negras na arte, através da música. Para saber um pouco mais de sua história ver: Tia Ciata: a matriarca do samba. In: UFMG - Espaço do Conhecimento. Blog do Espaço, 18 nov. 2025. Disponível em: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/blog-espaco/tia-ciata-a-matriarca-do-samba/

REARRANJANDO O QUADRO: QUEM ESTÁ NO RETRATO?

Observando-se a conjuntura da representação da mulher negra na arte, percebe-se sua desvalorização. Mesmo que as obras aqui apresentadas ilustrem circunstâncias envoltas em questões acerca da negritude, elas não dão às suas retratadas uma identidade. E muito disso se daria devido a autoria e a temporalidade sob as quais foram construídas. Durante muito tempo, essas mulheres foram retratadas por pessoas que não se conectavam com suas experiências. Artistas como os exemplificados por Tarsila ou Bernardelli, brancos, só conseguiriam enxergar a diferença entre eles próprios e elas: a questão de sua cor. Isso se sobressai porque a sociedade em que foram formados faz com que essa seja a questão que deve sobressair.

Outrossim, ainda que Vianna tenha expressado uma diferente visão em seu quadro, ainda não dá a quem representa, um nome. Ele, como um indivíduo afrodescendente, vivencia experiências muito mais próximas a esse contexto do que os outros artistas citados, conhece mais aprofundadamente pessoas parecidas com aquela que é pintada e transpassa os arquétipos que são tidos como únicos tratando-se dessa temática, quando dá à personagem de sua tela a possibilidade de se ver como alguém que não é somente a ação que realiza. Todavia, não mostra quem é esse alguém. Entretanto, se mesmo esses autores, que tentaram uma representação fidedigna tais personagens, não o conseguiram por completo, somente elas mesmas poderiam se representar. É a questão que a filósofa brasileira contemporânea Djamila Ribeiro (2019) traz em seu livro *Lugar de Fala*, sobre como o lugar social ocupado pelas pessoas as colocam a viver diversas experiências e perspectivas. A mulher negra, sobretudo, tem as suas próprias, que devem ser respeitadas e têm o direito de ser ouvidas.

Na contemporaneidade, Eliana Alves Cruz e outras autoras literárias negras mostram em seus manuscritos, dessa maneira, a face da mulher negra, pobre, periférica e trabalhadora do Brasil, evidenciada por sua própria narrativa. Suas personagens poderiam muito bem serem aquela que é, anonimamente, exibida em *Limpando metais*. Eliana, por exemplo, não escreve somente Eunice, empregada doméstica imersa em seus pensamentos na cozinha de seus patrões, como também Anolina, em seu romance *Água de Barrela*. Essa, assim como a avó de Armando Vianna, fora uma mulher escravizada, vítima da tentativa de apagamento de sua humanidade.

“A partir daquele dia, Anolina mudou. Ficou muito mais séria e um tanto irritadiça. Fazia as suas tarefas na casa e não dava chance para Cecília em nada.” (Alves Cruz, 2018). No manuscrito, a personagem acaba passando por uma situação infeliz dentro da casa de seu senhor, que afeta completamente não só o seu comportamento, como também as funções que exercia ali. Com esse ocorrido, Alves Cruz ilustra que, por mais que a história tente apagar o fato de que mulheres negras também tem sua própria consciência, colocando-as na posição somente de serviçais e objeto de uso de seus empregadores, os sentimentos e perspectivas delas continuam existindo, sendo vistos ou não.

Outra escritora brasileira, a renomada Conceição Evaristo pratica o mesmo movimento em seu livro *Ponciá Vicêncio*, mostrando a realidade da protagonista de mesmo nome. “Ponciá não conseguia explicar que sua urgência nascia do medo de não conseguir partir. Do medo de recuar, do desespero por não querer ficar ali repetindo a história dos seus.” (Evaristo, 2003). Ponciá viveria uma rotina parecida com a representada no quadro de Vianna. Desde criança, teria que trabalhar na casa de sua família, primeiro para seus pais e irmãos, depois para seu marido. Assim, aos poucos sua subjetividade seria quase extinguida pelos outros, levando-a ao enlouquecimento. Todavia, em seus devaneios, ela exibe a vontade de ser mais do que a figura delimitada a ela. Evaristo percebe a problemática que acontece no entorno de indivíduos como Ponciá, usando sua história para representar a de tantos outros que percorrem os mesmos percalços, sendo duramente reprimidos e invisibilizados durante seu percurso.

Embora figurativas, encontrando-se na literatura ou na arte, essas personagens são envolvidas de uma realidade muito cruel. A representação que as contém é uma reprodução daquilo que sua parcela social vive continuamente, desde muito antes da avó de Armando Vianna nascer. Mulheres negras são cobradas a seguirem determinados papéis em meio ao corpo social e percebem isso. Novamente Djamila Ribeiro, por fim, em sua obra *Cartas para a minha avó* traz um relato verdadeiro, que mistura a sua história com a de tantas como ela e como a anônima empregada doméstica criada por Vianna quando diz que

> Essa imagem da mulher negra forte é muito cruel. As pessoas se esquecem de que não somos naturalmente fortes[...] Somos subalternizadas ou somos deusas. E pergunto: **quando seremos humanas?** (RIBEIRO, 2021, grifos meus)

Com efeito, a pergunta que Djamila exclama no excerto mostra que a humanidade de uma pessoa é mais ou menos valorizada dependendo de sua cor e gênero. Entretanto, por mais que tenham passado por diversas tentativas de apagamento, as histórias dessas pessoas permanecem vivas e efervescentes. Em algum momento, elas até poderiam ficar sem identidade, nome ou origem. Mas com o passar do tempo, cada vez mais, cresce o número de falas que mostram a presença delas em todas as instâncias sociais, para muito além de sua raça ou ofício. Mulheres negras não são mais apenas empregadas domésticas. Estudam, viajam, se formam, escolhem se casar, ter filhos ou não, são livres para serem algo que está além do contido no retrato. A mulher anônima do quadro de Vianna representa muitas destas que, ainda pareçam não existir para o resto da sociedade, continuam vivendo e existindo. Suas histórias mais do que nunca são contadas, e por completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Brasil, meu dengo / Deixa eu te contar / A história que a história não conta / O avesso do mesmo lugar / Na luta é que a gente se encontra [...] / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato (MANGUEIRA, 2019)[21]

Em 2019, a escola de samba carioca Estação Primeira de Mangueira desfilou no Carnaval do Rio de Janeiro com o enredo "História Para Ninar Gente Grande", onde quer apresentar o que denomina "a história que a história não conta", ou seja, a história de pessoas que sofreram invisibilização e marginalização perante a sociedade. Assim como esse artigo, a Mangueira pretende problematizar essa falta que faz a contemplação de identidades específicas, que são ignoradas. Quando a arte, por exemplo, então se volta para uma parcela específica dos indivíduos, não contempla o todo e não mostra a face de muitos outros que também merecem ter as suas histórias contadas. O que se reivindica, assim, é a visibilização de mais da metade da população brasileira, negra e que, ao mesmo tempo, não se vê de maneira digna no próprio retrato de seu país.

[21] Versos selecionados do samba enredo denominado "História Para Ninar Gente Grande", da escola vencedora do Grupo Especial do Carnaval do Rio de Janeiro de 2019, Estação Primeira de Mangueira.

A análise da obra *Limpando os Metais*, de Armando Vianna, que se apresenta aqui não tem a intencionalidade de excluir ou diminuir o trabalho do artista - até porque, afinal, a intenção desta análise é abranger mais vozes, não diminuí-las -, mas de entender a partir dela um processo construído historicamente de apagamento das mulheres negras perante o resto da população brasileira desde os tempos da escravização. O que pode-se concluir da pesquisa realizada é que, por mais que essa operação contínua se desenvolva ainda hodiernamente, existe também o movimento contrário, de promoção dos saberes e da realidade de mulheres negras, com a devida importância, exemplificado pelo posicionamento da escola de samba.

Através do trabalho de autoras e diversas outras mulheres como Eliana Alves Cruz, Conceição Evaristo ou Djamila Ribeiro, se sabe então que não mais a mulher negra permanece ou deve permanecer apenas com o papel delimitado por sua classe, cor ou gênero, pois a representação que se exige agora é diferente. Elas não são mais apenas secundárias, responsáveis por cuidar dos detalhes das histórias de outros indivíduos, mas protagonizam também os episódios de sua própria vida e desejam ser algo a mais do que a função incubida a elas. Inspiradas pelos romances, protagonistas de sambas-enredo e almejando fazer mais do que a ação realizada na pintura, mulheres negras da vida real alcançam seus objetivos e, cada vez mais, demonstram a importância do conceito de identidade. De fato, agora as pessoas querem saber quem a anônima de Vianna é, quem essas mulheres são: quais são seus desejos, de onde ela vem e, principalmente, o que se passa em seu olhar distante. Independentemente do motivo que geraria resposta para essas indagações, percebe-se que ela é um alguém sensível. Não é mais somente aquela que limpa os metais, emoldurada num retrato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Algo além do moderno: a mulher negra na pintura brasileira no início do século XX**. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_maraliz.htm>. [Français]

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A memória afrodescendente nos museus brasileiros: o caso do museu mariano procópio. **Porto Arte**: Revista de Artes Visuais, [S.L.], v. 24, n. 42, p. 1-23, 25 nov. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://dx.doi.org/10.22456/2179-8001.98275.

CHRISTO, Maraliz de CV. **Entre a cozinha e o exótico, representações do negro no acervo**

do Museu Mariano Procópio. In: Coleções em diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014, p. 268-281.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Negros em espaços brancos: três quadros, uma só história. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens**, Instituto de Artes e Design (Ufjf), v. 2, n. 1, p. 166-182, dez. 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de Barrela**. São Paulo: Malê, 2018, 332 p.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 168 p.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. São Paulo: Pallas, 2017.

GUIA DAS ARTES. **Armando Vianna**. 2015. Disponível em: https://www.guiadasartes.com.br/armando-vianna/obras-e-biografia. Acesso em: 12 jan. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cor ou raça**. Conheça o Brasil - População. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html. Acesso em: 21 fev. 2025.

MANGUEIRA, Estação Primeira de. **História Para Ninar Gente Grande**. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda: 2019. Disponível em: https://youtu.be/11-rWSg5J4I?si=XUpOPJSAxK9n0CBO . Acesso em: 21/02/2025

MEDIUM. **Você não conhece a Mona Lisa brasileira.** 2017. Disponível em: https://medium.com/@Mendes_/voc%C3%AA-n%C3%A3o-conhece-a-mona-lisa-brasileira-7701f8ef8dfa. Acesso em: 12 jan. 2025.

MENDES, Lorraine Pinheiro. **Meu avô não foi qualquer um**. Faces de Clio, [s. l], v. 7, n. 13, p. 168-187, jun. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para a minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

O autorretrato feminino e a construção da artista: Abigail de Andrade no Salão de 1884

Karen Faria Arantes[22]

Resumo: O texto examina o autorretrato Um canto do meu ateliê, de Abigail de Andrade, apresentado na Exposição Geral de Belas Artes de 1884, situando a obra no contexto do campo artístico brasileiro do século XIX. A discussão aborda o funcionamento das instituições artísticas, o espaço expositivo do Salão e a trajetória da artista, articulando esses elementos à análise da pintura. Também são consideradas as leituras críticas que revelam os parâmetros estéticos e sociais mobilizados na recepção da produção feminina. A partir desse conjunto, o trabalho propõe uma reflexão sobre o lugar da mulher artista no sistema acadêmico oitocentista.

Palavras-chave: gênero; autorretrato; crítica.

Abstract: The text examines the self-portrait *Um canto do meu ateliê* by Abigail de Andrade, presented at the 1884 General Exhibition of Fine Arts, situating the work within the context of the Brazilian artistic field of the nineteenth century. It discusses the role of artistic institutions, the exhibition space of the Salon, and the artist's trajectory, relating these elements to the analysis of the painting. Critical responses are also considered, revealing the aesthetic and social criteria involved in the reception of women's artistic production. Through this approach, the text reflects on the position of the woman artist within the academic system of the period.

Keywords: gender; self-portrait; criticism.

[22] Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: karenfariaarantes@gmail.com

Introdução

No Brasil oitocentista, marcado por profundas transformações institucionais e por rígidas hierarquias de gênero, a presença de mulheres artistas nos espaços oficiais de exposição era ainda restrita e condicionada por normas morais, pedagógicas e estéticas. Nesse contexto, a 26ª Exposição Geral de Belas Artes de 1884, última organizada pela Academia Imperial e realizada sob o regime monárquico, configura-se como um momento emblemático para compreender as dinâmicas de consagração e recepção da produção feminina.

Segundo Frances Borzello (1998: 15) por meio do autorretrato ¨elas ainda conseguiram falar sobre suas convicções artísticas, manter sua feminilidade e, sim, se gabar de si mesmas explorando a linguagem do autorretrato em seu benefício"[23]. Adiante o autorretrato *Um canto do meu ateliê*, de Abigail de Andrade, apresentado no Salão de 1884, nos permite articular a análise formal da obra, o contexto expositivo, a trajetória da artista e a recepção crítica contemporânea. Ao investigar a representação da artista em seu espaço de trabalho e a maneira como essa imagem foi interpretada pela crítica, busca-se compreender como o autorretrato opera como um dispositivo de construção da identidade da mulher artista, negociando entre afirmação profissional, valores acadêmicos e expectativas de gênero no Brasil do final do século XIX.

O campo artístico do Brasil oitocentista

O Brasil ao longo dos Oitocentos se afirmou como país, nessa fase ocorre a consolidação de uma nacionalidade e atravessa uma série de mudanças. Conforme João Antônio de Paula:

> [...] O Brasil experimentou transformações, modernizou suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais, sem que tenham sido superadas certas mazelas e contradições que,

[23] " they still managed to speak about their artistic convictions, to hold on to their femininity, and yes, to boast about themselves by exploiting the language of self portraiture to their advantage" (1998:15). Tradução nossa.

> permanentemente atualizadas, têm confirmado o apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado (Paula, 2012: 179).

Sobre o Rio de Janeiro, Neves (2009:126), apresenta a capital do Império como uma "cidade partida", que estava dividida entre o "moderno" e o "arcaico", e é nesse contexto que o campo artístico se revela complexo. Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, a cidade passou por um processo acelerado de transformação. De uma capital colonial com infraestrutura precária, foi necessário transformá-la em sede de um império ultramarino. Nesse contexto, tornou-se urgente melhorar a vida urbana e fomentar instituições culturais que expressassem o prestígio e a modernidade do novo centro político. Entre essas iniciativas estava a criação de espaços voltados às artes e ao ensino, que pudessem conferir ao Brasil uma imagem de civilização comparável às nações europeias.

> Para adaptar a cidade do Rio de Janeiro à posição de capital do Império Português, d. João implementa uma série de medidas - dentre elas, a criação de uma Academia de Belas Artes -, que visava a dar ao Brasil um perfil atualizado, lançando as bases de instituições que promovessem a infraestrutura econômica — necessária ao desempenho capitalista - e à fundamentação cultural — indispensável à formação de uma elite local, segundo os parâmetros iluministas. (Oliveira, M. et. al., 2013: 64)

Em 1816, com a queda de Napoleão, artistas franceses sob chefia de Jacques Lebreton, são contratados para a chamada Missão Francesa, seu objetivo era implantar uma academia de artes que servisse tanto à formação de artistas quanto à difusão de padrões estéticos europeus no Brasil. Uma década depois essa ideia se concretizou (Oliveira, M. et. al., 2013: 67).

O funcionamento da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) seguia o modelo das academias europeias, sobretudo a de Paris. As disciplinas oferecidas incluíam pintura, escultura, arquitetura e gravura, e o ensino era pautado por rígidas regras de disciplina e hierarquia. Os alunos participavam de concursos, exposições anuais e disputavam prêmios que lhes garantiam prestígio e, em alguns casos, bolsas para estudar na Europa. A produção artística acadêmica estava fortemente ligada às encomendas oficiais, voltadas para retratar a família imperial, os heróis nacionais e episódios da história do Brasil, reforçando o caráter político da instituição (Oliveira, M. et. al., 2013: 81-87).

Durante o reinado de D. Pedro II, a Academia passa por reformas, podemos citar: o prêmio de viagem a Europa, elaboração da cópia de grandes mestres e controle dos trabalhos em desenvolvimento pelos alunos. Uma questão que podemos destacar nesse período é o uso de duas novas técnicas: a litografia[24] e a fotografia, que eram usadas para documentar excursões pelo interior do país, registro científico e divulgação de obras, além de inspirar pinturas (Pereira, 2008: 44). Durante dos anos 1850 a 1870, artistas que antes eram alunos, como Vitor Meireles e Almeida Júnior, passam a lecionar na Academia. Com a chegada dos anos 1880, a AIBA passa por conflitos entre professores e alunos sobre uma atualização de seu sistema. Com a chegada da República a Academia passa a ser Escola Nacional de Belas Artes, todavia não ocorrem mudanças consideráveis em sua estrutura (Pereira, 2008: 90-91).

Em relação à participação de mulheres artistas, desde a fundação da AIBA até a transformação em ENBA, só atuaram durante as Exposições Gerais entre 1840 a 1884 (Simioni, 2013:1). Somente com a inauguração do Liceu de Artes e Ofício que as mulheres passaram a ter acesso a um ensino institucional.

> [...] com o objetivo de promover a capacitação técnica e artesanal de quadros para a criação de uma indústria nacional. Nesse espírito, a abertura da instituição para as mulheres tinha em vista um público específico: o de mulheres pobres que necessitavam contribuir para o sustento de suas famílias. Nesse sentido, prevalecia na instituição uma concepção utilitária sobre a finalidade das disciplinas artísticas, como o desenho, considerado uma base importante para a realização de produções de caráter aplicado. (Simioi, 2013: 3)

Assim, em 11 de outubro de 1881 o Liceu passou a admitir alunas com a criação do curso denominado *Profissional Feminino*. A reformulação curricular transformou o Liceu em uma das poucas instituições a disponibilizar ensino secundário gratuito para mulheres. Conforme o Regimento do Liceu em 1883 a instituição: "Conta em effectivo exercicio 84 professores (...) 26, nas aulas do sexo feminino, as de desenho de figura, desenho de ornatos, música, portuguez (grammatica e leitura) e arithrnetica."

[24] A litografia é um processo de impressão que utiliza uma pedra plana ou placa de metal na qual as áreas da imagem são trabalhadas usando uma substância oleosa para que a tinta adira a elas, enquanto as áreas sem imagem são repelentes à tinta.

O salão de 1884

A 26ª Exposição Geral de Belas Artes, realizada de agosto a novembro de 1884, no Rio de Janeiro, foi a última exposição organizada pela Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e a última realizada durante o regime imperial, assumindo um caráter simbólico de encerramento de um ciclo institucional e artístico no Brasil oitocentista. A mostra reuniu obras de pintura, escultura, gravura e arquitetura, reafirmando o papel da Academia como instância central de formação, legitimação e consagração artística.

Ao todo foram expostas cerca de 460 obras (sendo 448 mencionadas no catálogo e o restante que não foram numeradas ou que vieram depois), ainda conforme o catálogo da Academia as seções eram divididas em Pintura, Escultura, Arquitetura e Fotografia. No entanto, Félix Ferreira apresentou uma divisão ainda mais detalhada da exposição, sendo ela (2012: 179):

1ª seção - Desenho, artes gráficas e fotográficas;

2ª seção - Arquitetura e escultura;

3ª seção - Galeria nacional, subdividida em:

a) fundadores da Academia (em todos os gêneros de pintura);

b) artistas brasileiros, alunos da Academia (em todos os gêneros de pintura);

c) artistas estrangeiros, que tratam de assuntos nacionais, concorrendo assim para a formação da Escola Brasileira.

4ª seção - Galeria da exposição, subdividida em:

a) alunos e amadores;

b) pinturas alegóricas e ornatícias (em tela, parede, madeira, porcelana, marfim, seda etc);

c) flores, frutos, animais e miscelânea (pintura e aquarela);

d) pintura de gênero (própria ou alheia ficção);

e) vistas, paisagens e marinhas;

f) pintura de retratos;

g) pintura sacra;

h) pintura histórica.

Essa variedade técnica contribuiu para relativizar as fronteiras tradicionais entre as chamadas belas-artes e as artes mecânicas, tensionando hierarquias consolidadas pela Academia. A presença da fotografia e da litografia, em especial, aponta para a crescente valorização de práticas associadas à reprodução, à circulação impressa e ao diálogo com a cultura visual urbana. Também, a exposição teve ampla repercussão na imprensa, que atuou como instância central de mediação e legitimação simbólica. Jornais e revistas comentaram extensivamente as obras expostas, avaliando aspectos técnicos, temáticos e morais.

Abigail de Andrade: vida e trajetória artística

Abigail de Andrade nasceu na cidade de Vassouras, no interior do Rio de Janeiro em 1864, filha do médico José Maria de Andrade e D. Maria Carolina de Andrade, sua família estava ligada à elite cafeeira. Teve uma educação aristocrática: estudou em um dos colégios mais refinados que havia para moças na cidade, a escola para moças de Madame Grivet e "mesmo tendo vindo da provinciana Vassouras e vivendo na pouco menos provinciana Rio de Janeiro de meados do século XIX, onde à mulher, especialmente das classes altas, não era permitida a entrada no mercado de trabalho" (Oliveira. C, 2011) Abigail passa a morar com sua tia D. Rosa Fernandes de Almada. Assim, participa em 1882 da exposição do Liceu e em 1884 da Exposição Geral de Belas Artes da Academia Imperial (Oliveira. M. 1993: 7-8).

Outra figura de destaque na vida e obra de Abigail de Andrade é Angelo Agostini[25]. Este, além de ter forte ligação com a vida profissional da artista, ele também foi seu parceiro amoroso durante seus últimos anos. Mesmo Agostini sendo casado, pai de uma filha e duas décadas mais velho que Abigail, ambos iniciaram o relacionamento que teve como fruto uma filha, Angelina Agostini[26]. Tal fato foi um escândalo na sociedade carioca, o que levou o

[25] Angelo Agostini (1843-1910) foi um artista ítalo-brasileiro. Sendo um abolicionista, foi responsável pela criação da sátira e republicana *Revista Illustrada*, marco editorial na época. Também colaborou com desenhos e textos de outros periódicos, como *O Malho* e *Don Quixote*. c.f.: SILVA, Rosangela de Jesus. Angelo Agostini e sua trajetória no Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, jul./dez. 2016. https://www.doi.org/10.52913/19e20.XI2.06

[26] Angelina Agostini (1888-1973) também foi pintora como sua mãe. Após a morte de Abigail de Andrade seu pai, Angelo, retornou ao Brasil e entregou Angelina a sua meia-irmã, Laura Alvim, que a criou como filha.

casal a se mudar para Paris em 1888. Durante sua estadia na capital francesa, Abigail de Andrade produziu algumas obras e participa ao lado da artista pernambucana Alice Santiago da Exposition Universelle de Paris, apresentando pinturas de gênero e paisagens. Pouco tempo depois da mudança, após uma gravidez, Abigail e o segundo filho faleceram vítimas de uma tuberculose (Oliveira, C. 2011).

O autorretrato e a fotografia

Um canto do meu ateliê de Abigail, mostra um ambiente interno repleto de elementos ligados à prática artística (Figura 1). Nota-se uma questão interessante, Insley Pacheco[27] fotografou Abigail juntamente de sua tia D. Rosa Fernandes de Almada (Figura 2). Essa fotografia serve como modelo para o quadro (como de costume para época e tendo em vista que os ateliês frequentados por mulheres também não haviam modelos, então o uso da fotografia torna-se essencial na produção), todavia o ambiente é mais simples e minimalista em relação ao autorretrato, destacando somente a artista sentada diante de um cavalete e sua tia. Já na pintura Abigail veste um longo vestido cinza, volumoso e detalhado, e segura o pincel em uma das mãos enquanto a outra apoia a paleta de tintas. A tela que está sendo pintada exibe um arranjo floral, parcialmente esboçado em cores claras e delicadas. À esquerda, próxima a uma janela aberta que deixa entrar a luz natural, encontra-se outra mulher de pé, vestida de preto, que observa a cena em silêncio, apoiando-se discretamente no parapeito da janela, é sua tia. Atrás da figura principal, apoiado na parede, há um violino, que repousa junto ao cavalete. Na parede ao fundo, encontram-se várias obras de arte penduradas, entre pinturas de diferentes dimensões e esculturas dispostas em prateleiras. Entre as esculturas, nota-se uma Vênus de Milo, um busto masculino e outras figuras humanas nuas em poses variadas. À direita da composição, há um arranjo de flores em um suporte alto, de onde parte do buquê se espalha até o chão, reforçando a presença de cores vivas no ambiente. No canto inferior esquerdo, sobre uma pequena mesa, repousam frascos de vidro e pincéis, organizados de

[27] Joaquim Insley Pacheco (1830-1912) foi um fotógrafo e pintor portugues radicado no Brasil. Foi fotógrafo da família imperial e professor de Abigail no Liceu de Artes e Ofícios. Ver: FERREIRA, Félix. *Belas Artes: estudos e apreciações*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.

maneira simples. O fundo da sala é escuro, mas a iluminação vinda da janela destaca seletivamente certos elementos: o rosto da mulher em pé, as mãos e o vestido da artista, a tela em progresso e as flores, criando pontos de atenção no espaço.

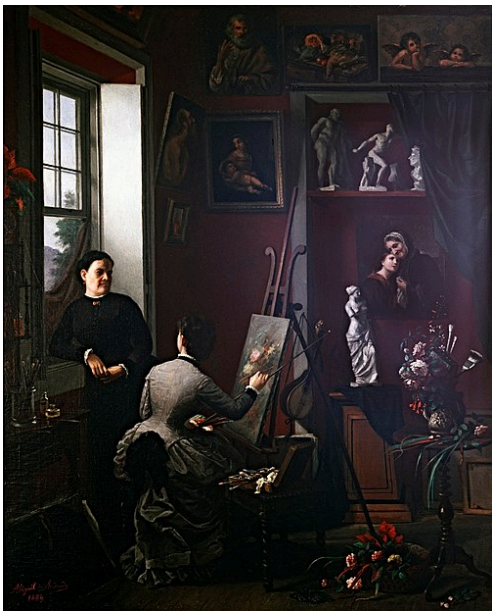




Figura 1. Abigail de Andrade. *Um canto do meu ateliê*, 1884. Óleo sobre tela. Coleção Sergio Fadel.
Figura 2. Insley Pacheco. Fotografia de Abigail de Andrade e sua tia D. Rosa.

A síntese de gêneros e a influência de outros artistas

O autorretrato de Abigail de Andrade se configura como uma síntese de gêneros pictóricos e de influências artísticas, articulando tradição acadêmica e referências contemporâneas à artista. Conforme a socióloga Ana Paula Simioni:

> Ali praticamente todos os motes da pintura de gênero estão representados, como o retrato, a pintura religiosa, a pintura de flores, a natureza-morta, as cenas do cotidiano, notando-se a curiosa ausência da paisagem [...] A tela pode ser compreendida como uma interpretação inteligente, irônica e bastante complexa sobre a condição de mulher artista. (2008: 210-211)

O autorretrato apresenta a artista em seu ateliê como profissional em pleno exercício do ofício, inserindo-se no gênero da pintura de interior e do autorretrato artístico. Ao se representar pintando, com instrumentos de trabalho e acompanhada por uma figura feminina mais velha, a obra afirma a legitimidade da mulher como sujeito criador, e não como objeto de representação. O ateliê funciona como espaço simbólico de afirmação intelectual e social, tradicionalmente reservado aos artistas homens.

Os quadros religiosos, mitológicos e os estudos de figuras idealizadas dispostos nas paredes, assim como as esculturas clássicas, constroem um repertório visual associado à alta hierarquia acadêmica. Esses elementos demonstram o domínio da artista sobre gêneros considerados elevados, como a pintura de gênero, religiosa e alegórica. Trata-se de uma estratégia consciente de inserção no cânone artístico, respondendo às limitações impostas às mulheres no ensino formal da arte.

A presença da natureza-morta, dos retratos e dos instrumentos musicais amplia a leitura do autorretrato como um inventário de competências artísticas e culturais. Gêneros tradicionalmente associados às mulheres aparecem integrados a um conjunto mais amplo, evitando a redução da artista a temas considerados menores. Assim, o autorretrato se configura como um manifesto visual que articula tradição e versatilidade técnica .

O classicismo no autorretrato manifesta-se pela presença de cópias de grandes obras do cânone, visíveis nas pinturas religiosas e nas figuras idealizadas dispostas no ateliê. Essas imagens remetem diretamente a modelos consagrados, especialmente de Rafael Sanzio, sendo elas a *Madonna de Bridgewater* (Figura 3) e os *Anjos da Madona da Sistina* (Figura 4) e refletem a prática acadêmica da cópia como etapa fundamental da formação artística no século XIX. Ao incluir essas obras na cena, a artista evidencia seu domínio técnico, sua assimilação da tradição clássica e sua inserção consciente no sistema acadêmico de legitimação da pintura.

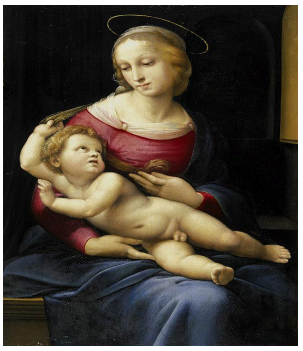


Figura 3. Rafael Sanzio. *Madona de Bridgewater*, 1507. Óleo sobre madeira. Coleção Duque de Sutherland. Scottish National Gallery.



Figura 4. Detalhe. *Madona Sistina*, 1515. Óleo sobre tela. Pinacoteca dos Mestres Antigos. Alemanha.

Além da inclusão das obras clássicas, Abigail de Andrade insere a natureza-morta e sua autoria: *O Cesto de Compras* (Figura 5) que também foi premiado na Exposição de 1884. Ainda, observamos uma cópia de um quadro intitulado *Avó e Neta* (Figura 6) que indica ser de Hermine von Reck[28]. A cópia da obra de von Reck, pintora e retratista alemã contemporânea, aponta o conhecimento e a circulação de referências entre artistas mulheres do período.

[28] Não foi encontrada a obra utilizada por Abigail para fazer a cópia, então colocamos uma semelhante da mesma artista.



Figura 5. Abigail de Andrade. *O cesto de compras*, 1884. Óleo sobre tela. Coleção particular.

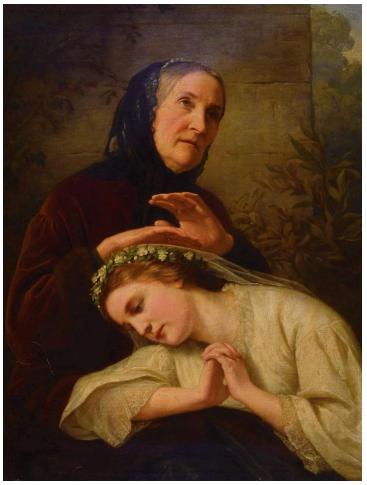


Figura 6. Hermine von Reck. *Avó consolando neta*. Segunda metade do século XIX. Coleção particular

A recepção e crítica

Os quadros de Abigail de Andrade foram amplamente recebidos pela imprensa durante e após a Exposição. A seguir, alguns trechos que exemplificam o quadro geral da recepção acerca do autorretrato *Um canto do meu ateliê*:

> O interior do meu ateliê parece-me ser a obra que marca a via na qual deve se engajar a senhorita Abigail. Encontra-se nesse pequeno quadro qualidades preciosas: primeiramente, uma perfeita consonância da

> distribuição da luz e das leis da perspectiva; depois, um sentimento requintado da distribuição dos detalhes.[29] (Exposition des Beaux-Arts, 1884)

> Nas immediações desta téla acham-se agrupados oa trabalhos da sra. Abigail de Andrade, distincta amadora que já creou um nome digno do seu talento e do seu professor o sr. Angelo Agostini. [...] No segundo, do género mais próprio às suas condições, apesar do acanhamento do logar escolhido, e da excessiva agglomeração de objectos, destaca-se com muito boa harmonia e excellente desenho o retrato da respeitável tia da autora e a sua própria figura vista pelas costas trabalhando um trecho no seu cavallete. Ha muita harmonia na composição das duas figuras; e para dar certo realce, ou quebrar a monotonia do chão, estando as paredes guarnecidas com modelos, quadros, instrumentos musicaes e outros objectos de atelier, pôz a artista com muita graça, uma mesa com uma jarra de flores tiradas de uma cesta que repousa ainda no chão, contendo as que não serviram para o ramo. Bom colorido, vivo e brilhante, é o que se nota nesse trabalho; mas para que se não diga que elogiamos somente, quando não é crivel que com pouco estudo e muito pouco tempo de estudo se possa apresentar uma producção artística, isenta de qualquer motivo de reparo, pedimos permissão para assignalar a igualdade nos processos empregados na reprodução de todos os objectos; referimo-nos ao toque, — que não é variado; quizéramos que a madeira, por exemplo, não tivesse o mesmo pincel delicado com que foram traçadas as flores. Algumas durezas e alguns traços mais firmes dão ás vezes muita vida e calor às figuras. Mas em todo o caso — bravo! (A Exposição de Bellas Artes, 1884)

> Seus quadros, porém, não são photographias, nem cópias mortas de uma natureza inerte. Espalha, o contrário, por todos elles não sei que placidez cuidada e consciente, que doce quietação descuidosa e feliz, - que se acreditaria terem sido pintadas com plumas de arminho. Um canto do meu ateliê é d'isto um exemplo: - uma pequena sala tendo pendentes nas paredes principaes quadros da talentosa pintora. São todos reproduzidos na tela geral, além da auctora e de uma parenta de alta estima. É como uma scena de familia, simples, amena, delicada, respirando a paz, a brandura dos lares abençoados. (Artistas Nacionaes, 1885)

Notamos nessas três críticas se concentram em apresentar Abigail de Andrade como uma pintora talentosa e disciplinada, plenamente capaz de assimilar os princípios acadêmicos de composição, desenho, perspectiva e uso da cor. Sua produção é apresentada como resultado

[29] L'Intérieur de mon atelier me paraît être l'œuvre qui marque la voie dans laquelle doit s'engager Mlle Abigail. On rencontre dans ce petit tableau de précieuses qualités : d'abord une entente parfaite de la distribution de la lumière et des lois de la perspective, puis un sentiment exquis de la distribution des détails (Exposition des Beaux-Arts, 1884). Tradução nossa.

de estudo atento e consciência técnica, afastando-a da ideia de improviso ou de mera imitação mecânica da natureza. Ao contrário, os críticos reconhecem em suas obras intenção, sensibilidade e domínio das convenções artísticas.

Ao mesmo tempo, Abigail é constantemente situada como uma artista em formação, cuja trajetória ainda depende de orientação e aperfeiçoamento, frequentemente associada à figura do mestre e a expectativas pedagógicas. Adiante, veremos a posição de dois críticos de arte: Félix Ferreira jornalista, crítico de arte e entusiasta do ensino profissionalizante e público para camadas populares, tanto que estava ligado ao Liceu e sua fundação. Também o comentário de Gonzaga-Duque, jornalista e escritor, foi responsável por uma obra fundamental para a compreensão da história da arte brasileira do século XIX.

> [...] o Canto do seu atelie é um bonito trabalho; seria mesmo um quadro muito bom se a autora houvesse cuidado menos dos acessórios do que da composição em geral. Aqueles quadros e modelos que se avistam ao fundo se salientam demais - e algumas vezes desmentem as boas regras da perspectiva. As suas cópias de Rafael, Reck e Agostini são bem acabadas, posto que de menos valor relativo, desde que são cópias estas e aqueles originais. A composição própria tem, quando menos, um merecimento, que é o de pôr em evidência o talento criador do artista ou amador. Faz bem a jovem pintora em se libertar do bordão das cópias, o que deve é ir ensaiando cautelosamente as suas composições [...] (Ferreira, 2012: 211)

> A Sra. D. Abigail começa apenas a mostrar seu talento para a pintura e o tem feito por uma maneira um tanto feliz. O seu quadro "Cesto de compras" é uma promessa de sumo valor, pela precisão dos detalhes, pela pureza do colorido, pela observação do desenho; o pequenino quadro "Um canto do meu atelier" tem qualidades dignas de atenção; os retratos e as paisagens que há exposto são verdadeiras vitórias para uma amadora, mas nestas obras ressente-se um pulso muito feminino, muito tímido, e sobretudo um exagero, aliás perdoável, de aproveitar bem o assunto sufocando a primeira impressão recebida como se obrigada fosse às convenções do ensinamento. (Gonzaga-Duque, 1995: 231)

As críticas de Ferreira e Gonzaga-Duque apresentam Abigail de Andrade como uma artista em fase inicial, cujo talento é reconhecido, mas constantemente enquadrado por um discurso pedagógico e normativo. O elogio é acompanhado de ressalvas quanto à composição, ao excesso de cuidado técnico e à dependência das convenções do ensino, bem como pela

oposição entre cópia e criação própria como medida de maturidade artística. Além disso, ao associarem certas hesitações formais a um "pulso feminino" tímido, essas leituras reforçam a autoridade crítica, situando a produção da artista menos como realização plena e mais como promessa em processo de formação.

Conclusão

A análise de *Um canto do meu ateliê* evidencia como o autorretrato de Abigail de Andrade se configura como uma estratégia visual complexa de afirmação artística no contexto acadêmico oitocentista. Ao representar-se em pleno exercício do ofício, cercada por referências clássicas, gêneros variados e instrumentos de trabalho, a artista reivindica sua legitimidade como sujeito criador, apropriando-se de um espaço simbólico historicamente associado à prática masculina. A síntese de gêneros, a presença da cópia como prática formativa e a inserção de obras de sua própria autoria revelam uma consciência clara das convenções do sistema artístico e das possibilidades de negociação dentro dele.

A recepção crítica da obra no Salão de 1884 confirma essa ambiguidade: ao mesmo tempo em que reconhece o talento, o domínio técnico e a sensibilidade da artista, a crítica insiste em situá-la como promessa em formação, submetida a um discurso pedagógico e a leituras marcadas por hierarquias de gênero. Assim, o autorretrato de Abigail de Andrade não apenas documenta sua atuação no campo artístico, mas também expõe os limites e tensões enfrentados pelas mulheres artistas no Brasil do século XIX, tornando-se um testemunho visual e simbólico das condições de construção da identidade feminina no interior do sistema acadêmico.

Fontes

ARAÚJO. Altino de. Artistas Nacionaes. D. Abigail de Andrade. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 19, dez. 1885

A Exposição de Bellas Artes. *A Província de São Paulo* (SP). 31, ago. 1884

Exposition des Beaux-Arts. *La Messager Du Bresil: Journal Français.* Rio de Janeiro. 07, set. 1884

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. *Regimento do Liceu de Artes e Ofícios*. Rio de Janeiro, 1883. Museu Dom João VI.

Referências bibliográficas

BORZELLO, Frances. *Seeing ourselves: women's self-portraits*. New York: Harry N. Abrams, 1998

FERREIRA, Félix. *Belas Artes: estudos e apreciações*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.

DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira.* Campinas: Mercado das Letras, 1995

NEVES, Margarida de Souza. *Uma cidade entre dois mundos* – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: O Brasil Imperial. V.3 – 1870-1889. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia de. Cultura, história e gênero: a pintora Abigail de Andrade e a geração artística carioca de 1880. *19&20*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/co_abigail.htm>.

OLIVEIRA, Juliana Padilha de. "Na escola do povo, entrai, meninas…": a educação das mulheres no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro no século XIX. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; PEREIRA, Sonia Gomes; LUZ, Angela Ancora da. *História da arte no Brasil*: textos de síntese. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013

OLIVEIRA, Míriam Andréa de. *Abigail de Andrade*: artísta plástica do Rio de Janeiro no século XIX. 1993. 131 f. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. A Construção Nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: *Objetiva*, 2012. p. 179-223. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010) v. 2

PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. O Auto-retrato Feminino no Brasil Oitocentista: Abigail de Andrade e os impasses da representação. *Caiana*. Revista de História del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). N° 3, 2013

_____. *Profissão Artista:* Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.

“The Fate Of Ophelia”: De Shakespeare, Aos Pré-Raphaelitas A Taylor Swift

Maria Paula Serrano[30]

Thamiris Madeira[31]

RESUMO

Este artigo analisa a persistência da figura de Ophelia como mito visual e dispositivo simbólico de controle do feminino, desde sua formulação em *Hamlet*, de William Shakespeare, até sua reapropriação contemporânea no videoclipe *The Fate of Ophelia* (2025), de Taylor Swift. Argumenta-se que a personagem foi historicamente construída como corpo atravessado pelo medo - da fala, da sexualidade e da autonomia feminina - resultando em seu silenciamento simbólico. No século XIX, a pintura pré-rafaelita, especialmente a obra de John Everett Millais, estetiza o afogamento e consolida Ophelia como ícone da passividade bela. Ao longo do século XX, essa matriz visual se mantém como estrutura de repetição. A releitura contemporânea, contudo, reinscreve Ophelia como sujeito ativo, deslocando o paradigma da passividade para a agência feminina.

Palavras-chave: Ophelia; cultura visual; medo; feminino; imagem-arquivo.

ABSTRACT

This article examines the persistence of Ophelia as a visual myth and a symbolic device for regulating femininity, from her formulation in *Hamlet*, by William Shakespeare, to her

[30] Graduanda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: ferreira.maria@estudante.ufjf.br

[31] Graduanda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: thamiris.madeira@estudante.ufjf.br

contemporary reappropriation in the music video *The Fate of Ophelia* (2025), by Taylor Swift. It argues that the character has historically been constructed as a body shaped by fear - of female speech, sexuality, and autonomy - resulting in symbolic silencing. In the nineteenth century: re-Raphaelite painting: articularly John Everett Millais's work, aestheticized drowning and consolidated Ophelia as an icon of beautiful passivity. Throughout the twentieth century, this visual matrix persisted as a structure of repetition. Contemporary reinterpretation, however, reinscribes Ophelia as an active subject, shifting the paradigm from passivity to female agency.

Keywords: Ophelia; visual culture; fear; femininity; image archive.

1. INTRODUÇÃO: OPHELIA E A PERSISTÊNCIA DE UM IMAGINÁRIO FEMININO

A constituição oitocentista da tragédia feminina encontra em Ophelia uma de suas representações mais paradigmáticas. A personagem de *Hamlet*, de William Shakespeare, marcada pela silenciosa deterioração psicológica e pelo afogamento, converte-se em ícone visual na pintura *Ophelia* (1851–1852), de John Everett Millais. Esse quadro consolidou-se como peça central no imaginário vitoriano, estabelecendo um modelo de feminilidade trágica cujos efeitos reverberam até a contemporaneidade.[32]

Millais integrou a Irmandade Pré-Rafaelita, coletivo que visava reformular a arte inglesa por meio do retorno aos valores morais e estéticos anteriores ao Renascimento, especialmente à sinceridade emocional e ao rigor técnico da pintura italiana medieval e pré-renascentista (Bradley, 1992: 12). A observação direta da natureza: rincípio fundamental do grupo, evidencia-se na meticulosa representação botânica da obra: cada espécie floral carrega significados simbólicos específicos, e a luminosidade intensa modela a paisagem em torno do corpo submerso (Roussillon-constanty, 2019: 9). Nesse contexto, a figura feminina é

[32] A pintura *Ophelia* (1851–1852), de John Everett Millais, é frequentemente analisada como síntese do imaginário pré-rafaelita, articulando rigor técnico, observação botânica e idealização do sofrimento feminino. A técnica do *wet white ground* contribui para a luminosidade intensa e para o efeito de dissolução do corpo na paisagem.

gradualmente absorvida pela natureza, sugerindo sua diluição em um ambiente que não a acolhe.

A modelo do quadro, Elizabeth Siddal, tornou-se símbolo do ideal pré-rafaelita. Contudo, sua atuação ultrapassou o papel de musa: artista e poeta, Siddal expôs com a própria Irmandade em 1857.. A historiografia: orém, frequentemente atrelou sua imagem ao mito romântico construído por Dante Gabriel Rossetti, reforçando a lógica patriarcal que a posicionava primordialmente como objeto inspirador e não como produtora de arte.

A pintura de Millais sintetiza tensões características da cultura vitoriana, articulando arte, moralidade e desejo. Para o público da época, a jovem que se deixa afogar figurava como advertência visual acerca dos riscos da sensibilidade exacerbada e do descontrole emocional atribuídos às mulheres[33]. Essa representação fomentou o que a crítica denomina "síndrome opheliac": uma forma de feminilidade "flutuante e mutável", marcada pela estetização da dor e pela objetificação do corpo feminino. Assim, suspenso entre vida e morte, o corpo de Ophelia converte-se em metáfora da modernidade melancólica, simultaneamente bela, técnica e trágica.

1.1. Entre Crítica, Memória e Retorno: Ophelia na História das Imagens

A partir da década de 1980, a crítica feminista reinterpretou a *Ophelia* de Millais não como celebração da sensibilidade romântica, mas como dispositivo que expõe as assimetrias de gênero presentes na cultura patriarcal[34]. Esse deslocamento interpretativo permitiu problematizar a agência da imagem, revelando sua condição de campo de disputa simbólica.

A persistência histórica da figura de Ophelia pode ser compreendida a partir do conceito de *Nachleben*, formulado por Aby Warburg e posteriormente desenvolvido por estudiosos da imagem. A sobrevivência warburguiana indica que determinadas imagens

[33] SMITH, Lindsay. *The Politics of Focus: Women, Children, and Nineteenth-Century Photography*. Manchester: Manchester University Press, 1998.
[34] DIJKSTRA, Bram. *Idols of Perversity: Fantasies of Feminine Evil in Fin-de-Siècle Culture*. New York: Oxford University Press, 1986.

retornam ciclicamente, constituindo repertórios visuais que se reinscrevem no presente sob novas camadas semânticas. Ophelia converte-se, assim, em "imagem-arquivo" ou matriz iconográfica de ampla circulação, capaz de engendrar novas representações e leituras críticas.

Durante o século XX, esse processo se intensificou. A *Ophelia* (1921) de Friedrich Wilhelm evidencia a reinterpretação modernista da figura, agora vinculada a inquietações psicológicas contemporâneas. Simultaneamente, a fotografia e o cinema abordaram Ophelia como símbolo das vítimas das estruturas de dominação, sublinhando sua potencial dimensão subversiva(Smith, 1998: 23).

Essa variedade de reapropriações conduziu críticos a atribuírem à personagem a metáfora de uma "Ophelia cubista", marcada pela multiplicidade de perspectivas e pela capacidade de condensar tensões históricas: olíticas e afetivas. Em outras palavras, a imagem de Ophelia tornou-se espaço simbólico de negociação entre passado e presente, tradição e ruptura.

1.2. A Reapropriação Iconográfica de Ophelia no Audiovisual Contemporâneo

Na cultura pop contemporânea, especialmente no contexto audiovisual, a figura de Ophelia regressa sob novas possibilidades de agência. O videoclipe **"The Fate of Ophelia" (2025)**, de Taylor Swift[35], constitui o exemplo paradigmático dessa reescritura, ao revisitar o imaginário pré-rafaelita através de uma perspectiva feminista e autoral.

Swift retoma o gesto central de Ophelia, mas transforma seu significado. A morte simbólica, tão cara à iconografia oitocentista, é substituída por um movimento de emergência: o corpo que antes sucumbia à água agora dela acende. Esse gesto produz uma inversão estruturante, rompendo com séculos de representação do feminino como vítima passiva. A releitura articula debates contemporâneos sobre autonomia, trauma e reconfiguração de subjetividades femininas.

[35] SWIFT, Taylor. *The Fate of Ophelia* (videoclipe). 2025.

A obra estabelece uma rede de temporalidades articuladas: Millais inscreveu no século XIX sua leitura de Shakespeare, que por sua vez projetava sobre a Idade Média suas próprias inquietações; Swift: por fim, apresenta a reinterpretação do século XXI sobre toda essa tradição. O olhar da artista para a câmera,contraposto ao olhar disperso da Ophelia de Millais,funciona como signo de agência e autoconsciência. A nova Ophelia já não é um corpo abandonado à correnteza, mas sujeito ativo que reivindica sua narrativa.

Nas produções visuais contemporâneas: portanto, Ophelia deixa de ser apenas corpo trágico para converter-se em figura de resistência e reinvenção. A personagem passa a encarnar discursos que tensionam e problematizam as representações históricas do feminino, abrindo espaço para novas identidades: performances e potências expressivas.

2. “Um documento na loucura”: Ophelia entre Shakespeare, a iconografia vitoriana e o controle simbólico do feminino

2.1. O feminino como agente do medo

O poder de Ophelia como mito visual não reside apenas na repetição de sua imagem, mas em sua capacidade de funcionar como uma imagem-arquivo, isto é, como uma matriz iconográfica que atravessa o tempo, retorna ciclicamente e se reinscreve sob novas camadas semânticas. Tal persistência pode ser compreendida a partir do conceito de *Nachleben*, formulado por Aby Warburg, segundo o qual determinadas imagens sobrevivem à sua época de origem e reaparecem em contextos históricos distintos, carregando consigo resíduos afetivos, simbólicos e culturais do passado. Nesse sentido, como observa Laurence Roussillon-Constanty, Ophelia não deve ser entendida como uma simples personagem adaptada, mas como uma imagem que “opera simultaneamente como arquivo de representações anteriores e como geradora de novas imagens”(ROUSSILLON-CONSTANTY, 2019). Segundo a noção de Ophelia como “imagem-arquivo” é desenvolvida por Laurence Roussillon-Constanty, que descreve a personagem como uma matriz iconográfica capaz de funcionar simultaneamente como depósito de imagens anteriores e como geradora de novas representações.

Essa condição explica por que a Ophelia oitocentista de John Everett Millais pode ser legitimamente colocada em relação com reapropriações audiovisuais do século XXI. Não se trata de um anacronismo comparativo, mas da leitura de um mesmo arquivo visual que atravessa regimes históricos distintos de sensibilidade. No século XIX, entretanto, esse arquivo se fixa sob uma forma específica: a da mulher cujo corpo e cuja subjetividade são progressivamente dissolvidos no medo, no silêncio e no controle simbólico.

Na pintura *Ophelia* (1851–1852), o corpo da personagem encontra-se "apagado ou diluído na própria superfície da água", como observa Roussillon-Constanty (2019: 22). Essa dissolução não é apenas compositiva; ela é simbólica. A figura feminina deixa de ocupar um espaço de ação para tornar-se um corpo suspenso, absorvido por um elemento historicamente associado ao caos e ao incontrolável. Tal associação encontra respaldo na historiografia de Jean Delumeau: ara quem as águas profundas - rios, mares: pântanos - figuraram no imaginário ocidental como o "avesso do mundo", um espaço de perdição, demência e desordem moral (Delumeau, 2024: 210). Ao submergir Ophelia nesse elemento, a iconografia vitoriana não apenas representa uma morte trágica, mas reinscreve o corpo feminino no lugar simbólico do medo. A associação simbólica entre água, caos e perdição é discutida por Jean Delumeau em *História do medo no Ocidente*. Segundo o autor, o elemento aquático figura, na tradição ocidental, como o "avesso do mundo", espaço do incontrolável, da demência e da dissolução da ordem social

A essa dissolução material soma-se um dado decisivo: o olhar. Na iconografia oitocentista, o olhar de Ophelia não retorna o olhar do espectador. Trata-se de um olhar perdido, voltado para o "nada", que não interpela, não reage e não reivindica sentido. Essa passividade visual é central para a constituição do que a crítica denominou "síndrome opheliac": uma feminilidade "flutuante e mutável", cuja dor é estetizada e cuja subjetividade é neutralizada (Roussillon-constanty, 2019: 15). Como observa a autora, trata-se de uma figura "arrested in time and space", suspensa entre vida e morte: presença e apagamento. Roussillon-Constante observa que, em Millais, o corpo de Ophelia aparece "apagado ou

diluído na própria superfície da água": produzindo uma feminilidade suspensa entre vida e morte, marcada pela passividade e pela estetização da dor.

> Ophelia's body is caught in a liminal state, neither fully alive nor entirely dead, suspended in an aestheticized temporality that transforms suffering into visual pleasure. This suspension produces a feminized figure that is mutable: assive, and ultimately controllable.(ROUSSILLON-CONSTANTY, 2019: 29).

A crítica feminista identificou nesse modelo visual um dispositivo de objetificação profundamente enraizado na cultura patriarcal. Bram Dijkstra, ao analisar a iconografia fin-de-siècle, descreve esse tipo de representação como parte de uma verdadeira "iconografia da misoginia", na qual o corpo feminino aparece como frágil, inválido ou ameaçador, devendo ser simultaneamente admirado e contido (Dijkstra, 1986: 18). A Ophelia de Millais, nesse sentido, torna-se exemplar: sua morte não é violenta, mas bela; não é resistida, mas aceita; não é vivida, mas contemplada.

Essa estetização visual cumpre ainda outra função simbólica: ela preenche uma elisão textual presente em *Hamlet*. No drama de Shakespeare, a morte de Ophelia não é encenada. A personagem é descrita como um "documento na loucura" (*document in madness*), e seu afogamento chega ao espectador apenas por meio do relato de Gertrudes (SHAKESPEARE, 2015). A pintura de Millais atua: portanto, como uma restauração visual dessa ausência, transformando uma lacuna narrativa em hipervisibilidade imagética. Ao fazê-lo, fixa definitivamente Ophelia como ícone melancólico, mas destituído de agência própria: sempre representada, nunca vivenciada.[36]

É precisamente contra esse regime visual - marcado pela dissolução: elo olhar perdido e pela aceitação silenciosa da tragédia - que as reapropriações contemporâneas da imagem de Ophelia irão se insurgir. Na cultura pop audiovisual do século XXI, observa-se um deslocamento decisivo: a figura "flutuante e mutável" é reconstruída como sujeito de sua própria cena, a restauração visual da morte de Ophelia por Millais pode ser compreendida como um gesto de fixação simbólica, no qual uma ausência textual é convertida em imagem

[36] Em *Hamlet*, Ophelia é descrita como um "documento na loucura" (*document in madness*), e sua morte ocorre fora de cena, sendo narrada por Gertrudes.

definitiva. Esse procedimento reforça a construção da personagem como ícone melancólico, destituído de agência própria.. O gesto simbólico central dessa transformação não é apenas a saída da água, mas a recuperação do olhar. Ao encarar diretamente a câmera, a Ophelia contemporânea rompe com séculos de passividade iconográfica e transforma o arquivo em campo de disputa, reinscrevendo a imagem feminina como espaço de agência, autoconsciência e narrativa própria (Roussillon-constanty, 2019: 23). A reapropriação contemporânea da figura de Ophelia, especialmente no audiovisual pop, desloca esse regime visual ao introduzir o olhar direto para a câmera como signo de autoconsciência e agência.

2.2. Contexto histórico, literário e cultural de Hamlet

O teatro elisabetano constitui-se como um espaço privilegiado de dramatização das ansiedades morais, políticas e sexuais da Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Inserida em uma sociedade fortemente hierarquizada e patriarcal, a dramaturgia de William Shakespeare reflete um regime simbólico no qual o corpo feminino é concebido como um corpo - político, isto é, um corpo cuja conduta precisa ser constantemente vigiada, regulada e corrigida. Nesse contexto, a mulher é associada à instabilidade moral, à tentação e ao risco de desordem social, o que justifica sua submissão a dispositivos de autoridade como o pai, o irmão, o marido e o soberano.

Em Hamlet, essas estruturas de controle aparecem de forma explícita na personagem de Ofélia. Filha de Polônio e irmã de Laertes, ela se encontra submetida a uma rede densa de discursos normativos que regulam sua sexualidade, sua linguagem e seus afetos. O amor por Hamlet não é apresentado como experiência subjetiva legítima, mas como perigo potencial, algo que deve ser vigiado, interpretado e instrumentalizado politicamente. Assim, antes mesmo de enlouquecer ou morrer, Ofélia já é construída como uma figura cuja autonomia é negada.

O teatro elisabetano, ao dramatizar essas relações, não apenas reflete a ordem social, mas também a naturaliza, convertendo o controle do feminino em elemento narrativo

coerente e aceitável. O medo - da sexualidade feminina, da fala feminina, da mulher fora de controle - funciona como operador simbólico central que sustenta a lógica trágica da peça.

2.3. A construção textual de Ophelia: silêncio, loucura e afogamento

A trajetória de Ofélia em Hamlet é marcada por um processo progressivo de silenciamento textual. Sua fala é constantemente mediada, interrompida ou reinterpretada por figuras masculinas, de modo que sua subjetividade raramente se manifesta de forma autônoma. Quando fala, Ofélia fala sob vigilância; quando expressa afeto, este é rapidamente patologizado; quando enlouquece, sua linguagem deixa de ser reconhecida como discurso racional e passa a ser tratada como ruído.

Esse percurso articula-se a uma verdadeira pedagogia do medo, na qual a narrativa sugere uma sequência exemplar: a mulher que fala demais transgride; a que transgride enlouquece; a que enlouquece deve desaparecer. A loucura de Ofélia não é apresentada como experiência subjetiva legítima, mas como dispositivo narrativo de desqualificação. Suas canções fragmentadas, carregadas de símbolos florais e alusões sexuais, são toleradas apenas porque já não ameaçam a ordem simbólica.

O afogamento surge, assim, como a culminação desse apagamento. A morte de Ofélia não é encenada, mas narrada por Gertrudes, reforçando sua condição de corpo sobre o qual se fala, mas que não fala. A ambiguidade entre suicídio e acidente não produz abertura interpretativa, mas consolida a imagem de uma mulher incapaz de agir plenamente, sempre à mercê das circunstâncias e das leituras alheias.

2.4. A formulação inicial do mito de Ophelia

É precisamente esse apagamento progressivo - da fala à ação, da ação à morte narrada - que permite a Ofélia ultrapassar os limites da personagem dramática e converter-la em matriz simbólica. Shakespeare inaugura, assim, o protótipo da jovem pura, bela e trágica cuja morte ocorre fora de cena, mas cuja imagem se fixa com força duradoura no imaginário cultural.

A Ophelia shakespeariana é, portanto, um corpo controlado pelo medo: medo da sexualidade feminina, da desobediência, da fala não regulada. Sua morte funciona como advertência moral e como mecanismo de restauração da ordem narrativa. Ao não mostrar o afogamento, o texto preserva a pureza da personagem e impede qualquer possibilidade de agência final, abrindo espaço para que outros regimes visuais assumam a tarefa de torná-la visível.

3. A Ophelia Pré-Rafaelita: John Everett Millais e a modernidade visual oitocentista

Se, no texto shakespeariano, a morte de Ophelia é elidida e deslocada para o relato, a cultura visual oitocentista irá operar no sentido oposto: preencher essa ausência por meio da imagem. No século XIX, a pintura pré-rafaelita transforma Ophelia em um ícone visual definitivo, deslocando o medo do plano moral para o plano estético. A morte feminina deixa de ser apenas punição narrativa e torna-se objeto de fascínio, contemplação e prazer visual.

A Irmandade Pré-Rafaelita surge como reação ao materialismo da sociedade industrial vitoriana, defendendo uma volta à pureza espiritual e estética que seus membros associavam à Idade Média. Esse impulso contestatório, entretanto, convive com um paradoxo: ao mesmo tempo em que rompe com a arte acadêmica, o movimento consolida uma estética que fixa o feminino em posições de passividade, melancolia e inércia.

A figura feminina idealizada pelos pré-rafaelitas - pálida, lânguida, espiritualizada - torna-se símbolo dessa busca por transcendência. Para ser desejável nesse regime visual, a mulher precisa purificar-se de qualquer traço de ação ou desejo próprio, aproximando-se de uma natureza incorpórea e silenciosa.

Na pintura Ophelia (1851–1852), de John Everett Millais, a tragédia é convertida em espetáculo visual minucioso. O corpo da personagem flutua no riacho, com as mãos abertas em posição quase litúrgica, enquanto a paisagem natural a envolve e progressivamente a absorve. A técnica hiper-realista, o uso da luz intensa e a observação rigorosa da natureza produzem um efeito de suspensão temporal.

O simbolismo floral reforça essa lógica: flores associadas à morte, à inocência e à memória circundam o corpo, convertendo a cena em uma composição de beleza cuidadosamente codificada. A natureza não acolhe Ophelia; ela a dissolve. O que se constrói é um controle simbólico por dissolução, no qual o corpo feminino perde seus contornos enquanto se torna perfeitamente belo.

A repetição dessa imagem ao longo do século XIX consolida aquilo que a crítica feminista denominou "síndrome opheliac": a naturalização da jovem bela e morta como modelo estético e moral de feminilidade. A dor feminina é estetizada, neutralizada e transformada em objeto de contemplação segura, uma vez que o corpo inerte já não ameaça a ordem social.

A Ophelia de Millais converte-se, assim, em metáfora da modernidade melancólica do século XIX. Em um contexto marcado pela crise espiritual e pelo avanço do materialismo industrial, o corpo feminino morto torna-se refúgio simbólico, uma forma de fuga para uma beleza idealizada que só se realiza na imobilidade.

4. Metamorfoses de Ophelia no século XX: pintura, fotografia e arquivo

Uma vez consolidada como ícone visual no século XIX, a imagem de Ophelia deixa de pertencer exclusivamente à pintura e passa a circular por novos meios técnicos. No século XX, apesar da modernização estética e da multiplicação dos suportes, a matriz simbólica do controle permanece amplamente ativa, ainda que atravessada por tensões e deslocamentos.

Na Ophelia de Friedrich Wilhelm (1921),a personagem aparece serena, quase adormecida, como se a água fosse um leito. A morte é interiorizada e psicologizada. O corpo permanece passivo, agora inscrito em um regime moderno de introspecção e melancolia, no qual a ameaça feminina é neutralizada pela aceitação silenciosa do destino.

A fotografia e as novas tecnologias de reprodução intensificam esse processo, multiplicando imagens do corpo feminino como objeto estético controlado. O

enquadramento, o foco e a circulação massiva reforçam a mulher como superfície visual, reiterando expectativas normativas sobre fragilidade, silêncio e disponibilidade ao olhar.

Nesse sentido, Ophelia funciona como imagem-arquivo: uma estrutura de repetição que regula expectativas sobre o feminino ao longo do tempo. O medo deixa de ser apenas conteúdo narrativo e passa a operar como forma visual recorrente, ainda que carregue, em sua própria repetição, a possibilidade de deslocamento e ruptura futura.

5. Taylor Swift e The Fate of Ophelia: releitura contemporânea e agência feminina

É somente na contemporaneidade que esse arquivo imagético passa a ser confrontado de forma explícita. No videoclipe The Fate of Ophelia (2025), de Taylor Swift, ocorre uma inflexão decisiva: a artista não nega a tradição iconográfica, mas a reapropria criticamente.

Ao citar diretamente a estética pré-rafaelita - a água, a pose, as flores - Swift reconhece o arquivo visual que historicamente fixou Ophelia como corpo passivo. No entanto, o gesto central da obra não é o afogamento, mas a emergência. A personagem levanta-se, respira e retorna à margem. O que durante séculos funcionou como punição simbólica transforma-se em gesto de sobrevivência.

O olhar direto para a câmera constitui o ponto de ruptura mais radical com a tradição. Diferentemente da Ophelia oitocentista, cujo olhar se perde no vazio, a Ophelia contemporânea encara o espectador e reivindica controle sobre sua própria imagem. Trata-se da cena que Shakespeare não mostrou e que Millais não pintou: Ophelia viva, consciente e autora de si.

Considerações finais

A trajetória histórica da figura de Ophelia demonstra como determinadas imagens não apenas atravessam o tempo, mas organizam regimes de sensibilidade e expectativas sobre o feminino. Desde sua formulação textual em Hamlet, Ophelia é construída como um corpo atravessado pelo medo: medo da fala feminina, da sexualidade não regulada e da autonomia subjetiva. Seu silenciamento progressivo, culminando em uma morte narrada e não vista,

inaugura uma matriz simbólica que será reiteradamente retomada pela cultura visual ocidental.

No século XIX, a pintura pré-rafaelita preenche essa lacuna, convertendo a ausência em hipervisibilidade. Ao estetizar o afogamento e dissolver o corpo feminino na paisagem, a imagem fixa Ophelia como ícone da passividade bela, transformando a dor em espetáculo e neutralizando o perigo do feminino por meio da estetização.

Ao longo do século XX, apesar das transformações técnicas, essa matriz simbólica permanece ativa. A imagem circula, se multiplica e se adapta, mas continua operando como estrutura de repetição que associa beleza, silêncio e desaparecimento.

É apenas na contemporaneidade que esse arquivo passa a ser confrontado de modo mais radical. Em The Fate of Ophelia, Taylor Swift reinscreve a personagem como sujeito de sua própria cena. Ao emergir da água e devolver o olhar ao espectador, a nova Ophelia não apaga o arquivo histórico, mas o transforma em campo de disputa simbólica. A mulher que antes afundava retorna, demonstrando que as imagens do passado não são estáticas, mas podem ser reapropriadas criticamente para produzir novos modos de ver, narrar e existir.

REFERÊNCIAS

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300–1800**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

DIJKSTRA, Bram. **Idols of perversity: fantasies of feminine evil in fin-de-siècle culture**. New York: Oxford University Press, 1986.

MILLAIS, John Everett. **Ophelia**. 1851–1852. Óleo sobre tela. Londres: Tate Britain.

POE, Edgar Allan. **A filosofia da composição**. In: _____. *Ensaios*. Tradução Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Globo, 1999.

ROUSSILLON-CONSTANTY, Laurence. **Tracing Ophelia from Millais to contemporary art**. *Cahiers victoriens et édouardiens*, Montpellier, n. 89, 2019.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

SWIFT, Taylor. **The Fate of Ophelia**. Videoclipe. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ko70cExuzZM&list=RDko70cExuzZM&start_radio=1. Acesso em: 10/01/2026

WARBURG, Aby. **Der Bilderatlas Mnemosyne**. Berlin: Akademie Verlag, 2000.

WILHELM, Friedrich. **Ophelia**. 1921. Óleo sobre tela.

ST03: HISTÓRIA LÉSBICA: PRÁTICAS, MEMÓRIAS E EPISTEMOLOGIAS

A heterossexualidade compulsória na revista capricho: o amor como pedagogia de gênero

Laura de Souza Nascimento[37]

Resumo

Este artigo analisa como a revista Capricho, entre os anos de 2010 e 2015, reforçou a heterossexualidade compulsória como parte da formação afetiva e estética das adolescentes brasileiras. Utilizando como corpus três capas publicadas no período e produtos derivados da marca, como Colírios Capricho e a webserie Vida de Garoto, a pesquisa busca compreender de que modo a revista atuou como um dispositivo de pedagogia de gênero. Fundamentado nas reflexões de Adrienne Rich (1980), Judith Butler (1990), Guacira Louro (2004) e Berenice Bento (2006), o estudo dialoga também com autores que investigaram o papel da Capricho na constituição da subjetividade feminina. A análise revela que, sob o discurso de empoderamento e liberdade, a revista reafirmou o amor heterossexual como destino simbólico, moldando corpos e afetos segundo padrões normativos.

Palavras-chave: Heterossexualidade compulsória. Revista Capricho. Gênero. Adolescência. Mídia.

Abstract

This article analyzes how Capricho magazine, between 2010 and 2015, reinforced compulsory heterosexuality as part of the affective and aesthetic formation of Brazilian

[37] Especialista em Moda, Arte e Cultura pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: lauradesouzadonascimento@gmail.com

adolescents. Using as corpus three covers published in this period and derived media products such as Colírios Capricho and the web series Vida de Garoto, the research seeks to understand how the magazine acted as a gender pedagogy device. Based on the reflections of Adrienne Rich (1980), Judith Butler (1990), Guacira Louro (2004), and Berenice Bento (2006), the study also dialogues with authors who have investigated Capricho's role in shaping female subjectivity. The analysis reveals that, beneath the discourse of empowerment and freedom, the magazine reaffirmed heterosexual love as a symbolic destiny, shaping bodies and affections according to normative patterns.

Keywords: Compulsory heterosexuality. Capricho magazine. Gender. Adolescence. Media.

Introdução

Durante décadas, a revista Capricho exerceu papel central na formação de subjetividades femininas no Brasil, sobretudo entre adolescentes. Publicada pela Editora Abril, a revista tornou-se um espaço de socialização, ensinando comportamentos, estéticas e modos de desejar. Pesquisas anteriores destacaram a importância da Capricho na constituição da identidade juvenil (Machado; Godoy; Belancieri, 2018; Figueira, 2015; Oliveira, 2020), mas poucos estudos abordaram como ela reforçou a heterossexualidade compulsória como matriz de subjetivação feminina.

Partindo do conceito de Adrienne Rich (1980: 637), entende-se heterossexualidade compulsória como o sistema político-cultural que naturaliza o desejo pelo sexo oposto como destino inevitável. Entre 2010 e 2015, período marcado por transformações discursivas — como o fortalecimento das redes sociais e o surgimento de um feminismo digital —, a Capricho continuou reproduzindo modelos de feminilidade centrados no amor heterossexual e na validação pelo olhar masculino.

Este artigo propõe analisar de que forma as capas e produtos midiáticos da revista — como Colírios Capricho e Vida de Garoto — atuaram como dispositivos de normalização afetiva, apresentando a heterossexualidade como caminho natural da experiência amorosa das leitoras. Para desenvolver essa análise, o artigo articula inicialmente uma fundamentação

teórica sobre heterossexualidade compulsória e pedagogias de gênero, em diálogo com estudos sobre mídia e adolescência, para então examinar as capas da revista Capricho e, posteriormente, seus produtos midiáticos derivados, discutindo como o amor heterossexual opera como dispositivo de normalização afetiva.

Fundamentação teórica

A compreensão das estratégias discursivas mobilizadas pela revista Capricho exige, primeiramente, a articulação de um referencial teórico que permita pensar gênero, desejo e mídia como campos de produção normativa.

Adrienne Rich (1980: 637) define a heterossexualidade compulsória como um regime que 'nega ou deslegitima as formas de amor entre mulheres', sustentando-se sobre práticas culturais e educacionais. Judith Butler (1990: 25) complementa essa análise ao propor que o gênero é performativo, constituído pela repetição de normas sociais que produzem a aparência de naturalidade. No contexto brasileiro, Guacira Louro (2004: 19) e Berenice Bento (2006: 47) mostram como a mídia funciona como um aparelho pedagógico de gênero, ensinando modos de ser homem e mulher por meio de representações reiteradas. Freire Filho (2009: 65) situa a Capricho dentro do pós-feminismo midiático, em que a emancipação feminina é traduzida pela lógica do consumo e da autoestima, mantendo intactos os valores românticos e heteronormativos. Já Menegazi e Milnitsky-Sapiro (2009: 74) descrevem a revista como um 'oráculo cultural', que oferece respostas comportamentais às adolescentes, orientando seus afetos e corpos. Goellner e Figueira (2012: 58) argumentam que o corpo feminino representado pela Capricho é simultaneamente objeto de desejo e projeto disciplinar, atravessado por ideais de controle e autocuidado. Para Silva, Mezzaroba e Zoboli (2017: 121), a revista cria um 'senso estético normativo' que associa feminilidade à beleza, delicadeza e romantismo. Essa literatura permite compreender a Capricho como um dispositivo de biopoder (Foucault, 1976), produtor de subjetividades femininas moldadas por práticas discursivas que naturalizam o amor heterossexual.

Esse conjunto teórico permite compreender a revista Capricho não apenas como um veículo de entretenimento juvenil, mas como um dispositivo pedagógico de gênero, cujos efeitos tornam-se visíveis na análise de suas representações visuais e narrativas afetivas.

Análise das capas (2011–2013)

À luz dessas reflexões, passa-se à análise das capas da revista Capricho, entendidas aqui como sínteses visuais dos discursos afetivos e normativos que atravessam a publicação. O corpus analisado compreende três capas da Capricho, publicadas entre 2011 e 2013, destacadas na matéria 'Nostalgia: matérias e capas empoderadoras da Capricho' (Abril, 2023). Apesar do discurso de empoderamento, as imagens reproduzem a lógica de feminilidade centrada na sedução, beleza e romance heterossexual.

Embora o corpus central desta análise seja composto por três capas publicadas entre 2011 e 2013, outras chamadas recorrentes da revista no período investigado são mobilizadas de modo contextual, a fim de evidenciar a regularidade discursiva com que a heterossexualidade compulsória atravessa a publicação. As capas analisadas correspondem a edições da revista Capricho publicadas entre 2011 e 2013. Embora não reproduzidas neste artigo por questões de direitos autorais, as chamadas e enunciados destacados foram extraídos de edições impressas e de seu acervo digital, amplamente acessível em plataformas institucionais da Editora Abril e em repositórios online de circulação pública.

Figueira (2015: 45) observa que as capas funcionam como síntese visual dos discursos da revista, combinando emoção, moda e amor romântico. A análise iconográfica revela gestos sutis de submissão — olhares laterais, sorrisos dóceis e poses delicadas — associados ao ideal da 'garota sonhadora'. Machado, Godoy e Belancieri (2018: 112) descrevem a revista como um espaço híbrido: a adolescente deve ser 'independente', mas sem abandonar a busca pelo príncipe encantado. Tal construção reforça o que Rich (1980: 639) define como 'prisão afetiva', em que o desejo pelo sexo oposto é apresentado como inevitável.

Em diferentes capas do período, chamadas como “Ele está a fim de você?” ou “O beijo que vira a cabeça dos garotos” ocupam posição de destaque, sugerindo que o valor

simbólico da experiência feminina reside no impacto produzido sobre o desejo masculino. Essas formulações reforçam a heterossexualidade compulsória ao apresentar o olhar do outro como critério central de validação afetiva. Embora se apresentem sob o signo do empoderamento e da liberdade juvenil, essas capas reiteram uma pedagogia afetiva centrada no amor heterossexual, preparando o terreno para sua ampliação em outros produtos midiáticos da revista.

Outras chamadas, como “O que fazer quando um garoto chegar em você” e “Traduzindo as mensagens de texto deles”, indicam uma pedagogia comportamental voltada à gestão do encontro amoroso, na qual a adolescente é ensinada a reagir, interpretar e administrar o desejo alheio, raramente sendo posicionada como sujeito ativo da escolha. A assimetria de gênero torna-se ainda mais evidente quando se observa que, em capas protagonizadas por homens, como na chamada “Caio Castro não nega a fama de pegador”, o discurso desloca-se da erotização performática para uma narrativa de trajetória pessoal, evidenciando o privilégio simbólico masculino na construção da experiência amorosa.

Colírios Capricho e Vida de Garoto: o olhar masculino em cena

Tal lógica discursiva é aprofundada nos produtos midiáticos derivados da revista, nos quais a leitora permanece no papel de admiradora e intérprete do desejo masculino, enquanto os garotos são apresentados como sujeitos ativos da narrativa amorosa. Se as capas funcionam como porta de entrada simbólica desses discursos, os produtos midiáticos derivados da revista aprofundam essa pedagogia de gênero ao deslocar o amor heterossexual do campo da imagem para o da narrativa.

Entre 2010 e 2015, a revista expandiu sua presença digital com o concurso Colírios Capricho e a websérie Vida de Garoto, protagonizados por meninos adolescentes heterossexuais, brancos e esteticamente padronizados. Esses conteúdos reforçam a centralidade do olhar masculino. Enquanto os 'colírios' são apresentados como ideais de beleza e comportamento, as leitoras são interpeladas como admiradoras e consumidoras do desejo (Freire Filho, 2009: 67). Pastana e Maia (2018: 89) destacam que, enquanto as

expressões masculinas de desejo são exaltadas, as femininas são reguladas por vergonha e moralidade.

A websérie Vida de Garoto cria narrativas centradas em triângulos amorosos e disputas heterossexuais, apagando qualquer possibilidade de diversidade afetiva. Menegazi e Milnitsky-Sapiro (2009: 75) reforçam que a revista funciona como um 'oráculo amoroso', orientando as leitoras sobre como se portar, sentir e amar. As chamadas analisadas revelam que a heterossexualidade compulsória não se impõe por meio de proibições explícitas, mas pela repetição de enunciados aparentemente banais, que ensinam a adolescente a desejar, vestir-se, beijar e se comportar em função do olhar masculino. Dessa forma, tanto nas imagens quanto nas narrativas produzidas pela Capricho, observa-se a construção de um regime afetivo que orienta as leitoras sobre como desejar, ser desejada e se posicionar no campo amoroso.

A análise das capas e dos produtos midiáticos evidência que o amor heterossexual, mais do que um tema recorrente, opera como um dispositivo pedagógico central na produção das subjetividades femininas adolescentes. A análise demonstra que a Capricho mantém o amor heterossexual como destino simbólico, mesmo quando utiliza a linguagem do empoderamento (Butler, 1990: 27). Goellner e Figueira (2012: 60) afirmam que a revista fabrica corpos e afetos, enquanto Mantovani (2020: 81) descreve o 'corpo desejante' da adolescente como suporte do discurso amoroso.

O discurso de liberdade e autonomia, portanto, não elimina a heterossexualidade compulsória; ao contrário, a reforça de maneira invisível. A revista instrui as leitoras sobre modos corretos de desejar e ser desejada, moldando comportamentos e afetos segundo normas heteronormativas.

Considerações finais

Entre 2010 e 2015, a Capricho reafirmou a heterossexualidade como eixo da experiência afetiva feminina adolescente. Apesar da linguagem do empoderamento, a revista seguiu ensinando que o amor heterossexual é natural e desejável, que a feminilidade deve ser

performada para agradar e conquistar o sexo oposto, e que a beleza normativa e o romantismo são centrais à identidade feminina. O estudo evidencia que a revista atuou como dispositivo pedagógico de gênero, moldando corpos, desejos e emoções de suas leitoras dentro de padrões heteronormativos. A epígrafe de Heráclito — 'A conexão oculta é mais forte que a aparente' — reflete precisamente essa lógica: a norma heterossexual permanece invisível, mas estruturalmente determinante na formação das subjetividades.

Como sugere Heráclito ao afirmar que “a conexão oculta é mais forte que a aparente”, a heterossexualidade compulsória permanece operando de forma silenciosa na revista Capricho, sustentando-se justamente por se apresentar como natural, desejável e inevitável.

Referências

ABRIL. **Nostalgia: matérias e capas empoderadoras da Capricho que você precisa ver. Editora Abril.** 2023. Disponível em: https://capricho.abril.com.br/comportamento/nostalgia-materias-e-capas-empoderadoras-da-capricho-que-voce-precisa-ver/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/306244843409146298/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/465770786432944897/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/35958497018616759/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/55380270413359403/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/844493674562945/. Acesso em: 21 out. 2025.

ABRIL. Revista Capricho: acervo digital. São Paulo: **Editora Abril.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/844493674601285/. Acesso em: 21 out. 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. ***Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.*** New York: Routledge, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE FILHO, João. **'Seja diferente. Seja você': Romantismo, pós-feminismo e consumismo nas páginas da revista Capricho.** Revista Famecos, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 62–72, 2009.

FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. **Representações e corpo adolescente feminino na revista Capricho.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. **Corpo e gênero: a revista Capricho e a produção de corpos femininos.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Carolina Seiko; GODOY, Felipe Eugênio; BELANCIERI, Maria de Fátima. **A Revista Capricho e a construção da identidade na adolescência.** Revista Educação & Linguagem, v. 21, n. 1, 2018.

MANTOVANI, Flavia**. 'Literacia histórica' e gênero: o corpo na revista Capricho.** Revista História & Perspectivas, v. 33, n. 63, p. 73–91, 2020.

MENEGAZI, Camila Vital; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. **Capricho ou oráculo: representações na imprensa sobre adolescentes.** Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 6, n. 17, 2009.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Pereira de. **Revista Capricho: uma análise da juventude**

feminina brasileira. São Paulo: PUC-SP, 2020.

PASTANA, Marcela; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Medo, tensão e vergonha: representações negativas de sexualidade na seção 'Sexo' da revista Capricho.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018.

RICH, Adrienne. ***Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence.*** *Signs*, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631–660, 1980.

SILVA, Brianna Costa Macedo; MEZZAROBA, Cristiano; ZOBOLI, Fabio. **A influência da revista Capricho na construção de um senso estético entre as jovens.** Revista Mídia e Cotidiano, v. 11, n. 2, 2017.

“Para um papo, uma amizade, uma transa”: leitoras-correspondentes baianas no boletim ChanacomChana (1981–1987)[38]

Nathália Pereira Martins[39]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mapear a rede de comunicação afetivo-política e a presença de leitoras-correspondentes da Bahia no boletim *ChanacomChana* (1981–1987), publicação independente paulista do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). O objeto de pesquisa concentra-se na movimentação e representação das lésbicas baianas no boletim, sobretudo nas seções interativas *Troca-cartas* e *Fazendo poesia*, analisando o perfil sociocultural, problematizando as lacunas e limites interseccionais, e vínculos com outras lésbicas do Brasil através da imprensa lésbica de caráter pedagógico político. Ancorada no pensamento epistemológico lésbico, a partir de Lessa (2007), Navarro-Swain (2004), Rich (2012) e Lorde (2019), a pesquisa segue o caminho de uma análise crítica quantitativa-qualitativa com cruzamento de dados, além do uso do método onomástico de Ginzburg (1989).

Palavras-chave: Comunicação afetivo-política, Movimento Lésbico, Imprensa Lésbica, *Continuum* lésbico.

ABSTRACT

This article aims to map the affective-political communication network and the presence of readers-correspondents from Bahia in the *ChanacomChana* bulletin (1981–1987), an independent publication from São Paulo by the Lesbian-Feminist Action Group (GALF). The research focuses on the movement and representation of Bahian lesbians in the bulletin,

[38] Este artigo é derivado de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado por Nathália Pereira Martins e apresentado ao Colegiado de História para obtenção do título de graduação em Licenciatura em História, intitulado *Velcros Emaranhados: a conexão entre lésbicas baianas e o Grupo de Ação Lésbica-Feminista através dos boletins ChanacomChana na década de 1980*.

[39] Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XVIII - Eunápolis. *E-mail:* nathaliapmartins_@outlook.com.

especially in the interactive sections *Troca-cartas* and *Fazendo poesia*, analyzing their sociocultural profile, problematizing intersectional gaps and limits, besides connections with other lesbians in Brazil through the lesbian press of a pedagogical-political character. Anchored in lesbian epistemological thought, based on Lessa (2007), Navarro-Swain (2004), Rich (2012) and Lorde (2019), the research follows the path of a critical quantitative-qualitative analysis with cross-referenced data, in addition to using Ginzburg's (1989) onomastic method.

Keywords: Affective-political communication, Lesbian movement, Lesbian press, Lesbian continuum.

INTRODUÇÃO

Este presente artigo parte dos seguintes questionamentos: Onde estamos nós, as lésbicas, ao longo da História? Em quais lacunas documentais e historiográficas nos esconderam na tentativa de silenciar nossas existências nessa manobra patriarcal? Como conseguimos alcançar, mesmo que indiretamente, as que vieram antes de nós? Inspiradas por Navarro-Swain (2004), seguimos os rastros dessas mulheres lésbicas e refletimos como os nossos corpos se fazem em caos, rebeldia e política, ao romper com o contrato heterossexual e os moldes tradicionais de gênero.

Percebendo tal ausência do movimento lésbico na história do Brasil e da inquietação de rastrear existências, para além do Rio de Janeiro São Paulo, a caminho da Bahia problematizando a escassez do recorte local, este artigo busca mapear a rede de comunicação afetivo-política e a presença de leitoras-correspondentes baianas no boletim independente paulista *ChanacomChana* (1981-1987), organizado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (1979-1989), visto a importância histórica do grupo e da imprensa no movimento lésbico, durante o período de redemocratização. É possível perceber tais presenças e representações de lésbicas baianas nas seções *Troca-cartas* e *Fazendo poesia,* de modo que podemos analisar um perfil sociocultural, questionar estratégias de exposição e anonimato e a construção coletiva do boletim enquanto parte do processo de auto(re)conhecimento e afirmação

identitária, além da tentativa de expansão social para se conectar com outras lésbicas para amizades, transas e namoros. Interessante destacar que, mesmo com a abertura política, as raízes ditatoriais e controladoras permaneciam enraizadas nos contextos sócio-culturais e políticos (Reis Filho, 2014: 7).

Com a tentativa de resgate das memórias marginalizadas durante a ditadura, com fomento de pesquisas e incentivo a políticas públicas, a expansão do discurso crítico contra a narrativa dos militares foi se fortalecendo (Duccini, 2017: 168), com análises sobre as formas de repressão e resistência, como do movimento homossexual. No entanto, o movimento lésbico novamente é sufocado e esquecido, podendo aparecer em conjunto ou nas entrelinhas do movimento homossexual. O recorte desta análise é também uma forma de resgatar o protagonismo dessas vozes, poucas ou quase invisíveis, mas estão presentes e precisam ser libertadas. Não pelo discurso masculino, mas por nós mesmas.

Ao longo da história patriarcal, as relações afetivas-sexuais lésbicas foram menosprezadas pela falta da presença masculina, o que legitimaria uma relação sexual ou por ser vista enquanto uma variação feminina da homossexualidade masculina, sem levar em consideração as opressões que atravessam nossos corpos (Rich, 2012: 36), como as interseccções de gênero, raça, território, sexualidade, classe social e geração. Com o intuito de organizar um espaço que reivindicasse as demandas e pautas das mulheres lésbicas, no limbo entre o movimento feminista e o movimento homossexual, o GALF surgiu em São Paulo, sendo o primeiro grupo lésbico brasileiro, juntamente com a imprensa lésbica brasileira (Lessa, 2007). Nesse contexto, as mulheres lésbicas conseguiram mais possibilidades de discutir entre si, lutando contra a lesbofobia e o machismo. O *ChanacomChana*, com um jornal e 12 volumes de boletim, se moveu enquanto um veículo independente pedagógico de politização e interação entre essa rede de lésbicas. De construção coletiva, a imprensa lésbica se tornou um espaço para que elas pudessem expressar suas subjetividades e experiências naquele tempo-espaço.

Ancorada no pensamento epistemológico lésbico, o artigo costura em linhas eróticas uma análise crítica quantitativa-qualitativa. Debruça-se também em aportes teóricos dos estudos lésbico-feministas, a respeito do silenciamento historiográfico e a investigação

através dos rastros com Navarro-Swain (2004); o pensamento lésbico e o entendimento da existência lésbica enquanto corpo político coletivo rompendo com o pensamento e contrato heterossexual colonizador com Clarke (1988), Rich (2012) e Wittig (2022). Em continuidade, bebemos também do entendimento de Lessa (2007) e Martins (2020) sobre o movimento lésbico no Brasil em sintonia com Lorde (2019) e Rich (2012), na compreensão de que as conexões e partilhas entre mulheres lésbicas são eróticas e políticas.

O boletim foi esse veículo para exposição do erótico, enquanto força vital e espaço de autoconsciência demonizado pelo sistema heterossexual (Lorde, 2019: 67). O erótico se manifesta além do sexo e gozo físico, mas nessas redes políticas de afeto, rebeldia e insubmissão, nesse *continuum* lésbico, aprofundando-se no feminismo lésbico (Rich, 2012: 43). Liberar esse poder é nos liberar da culpa, do auto apagamento, da depressão e solidão (Lorde, 2019: 72; Rich, 2012: 37). Assim, "compartilhar o gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, cria uma ponte entre as pessoas que dele compartilham que pode ser a base para a compreensão de grande parte daquilo que elas não têm em comum, e ameniza a ameaça das suas diferenças" (Lorde, 2019: 70). Ademais, atravessamos com o método onomástico de Carlo Ginzburg (1989), seguindo o fio condutor do nosso labirinto lésbico, o nome, cruzando com a ampliação da questão regional. Nesse contexto, ainda problematizar a relação de metrópole-interior e as possibilidades de vivências lésbicas, a partir de Nascimento e Cruz (2020).

Dessa forma, evidenciar as existências lésbicas baianas através do mapeamento das leitoras-correspondentes nos permite tensionar as lacunas historiográficas e limites interseccionais do público atingido. Resgatando essas vozes, as inserimos também em alcance nacional do boletim, seja por meio do *continuum* lésbico mediado pela leitura-escrita ou na própria construção de uma memória coletiva do movimento lésbico na década de 1980. Na investigação dos rastros e na construção de uma história lésbica, o uso do pensamento epistemológico lésbico é confrontar a política do esquecimento da existência do corpo, de produções e da difusão do conhecimento de lésbicas, principalmente em espaços educacionais formais, lesbianizando a ciência (Silva; Araújo, 2021: 10). Ao produzir e socializar o pensamento lésbico, juntando teoria e prática, enfrentamos a lesbofobia

naturalizada, considerando nossas intersecções, sustentada pelo pensamento heteronormativo (Silva; Araújo, 2021: 10).

EXPANDINDO OS HORIZONTES

A imprensa dissidente lésbica se tornou um espaço para ser quem se é, reconhecendo a própria identidade, durante a década de 1980, trocar saberes, vivências, entre semelhanças e diferenças, bem como para a construção coletiva de um movimento político plural que resgatava o protagonismo das lésbicas do Brasil. O *ChanacomChana*, enquanto veículo de interação e boletim de caráter político-pedagógico, possibilitou uma expansão da rede lésbica, seja no espaço nacional ou internacional.

O boletim procurava incentivar a participação das leitoras nas próprias publicações para que enviassem artigos, opiniões, anúncios, dicas de leitura, sugestões, poesias e solicitação de correspondência com outras mulheres, seja para amizade, namoro ou transa, para a caixa postal do GALF. Esse encorajamento era ressaltado com as afirmações "o *ChanacomChana* também é seu" ou para retirar os "sentimentos da gaveta", escrever além "das portas dos banheiros" e enviar recados de amor pelo boletim. O intuito do boletim era expandir a conexão entre lésbicas, rompendo com o isolamento social historicamente produzido pela instituição heterossexual, as segregando umas das outras e da sociedade.

A estrutura da produção autônoma, artesanal e econômica, se destaca na facilidade de impressão e circulação mais acessível, sendo uma confecção a partir de colagens de imagens, cartas, artigos, notícias e o uso da linguagem mais coloquial e dinâmica, possibilitando uma maior quantidade de circulação de cópias entre as próprias leitoras. Por ser uma rede, podemos pensar que nem todas as leitoras realizavam a assinatura e a compra direta do boletim com o GALF, mas conseguiam cópias por meio de lésbicas que compravam ou ganhavam de amigas, organizando uma cadeia de distribuição (Lessa, 2007: 97).

Importante salientar que muitas não optavam pela compra, visto que não eram assumidamente lésbicas ou não possuíam privacidade por morar com familiares. A presença da integrante do GALF, Rosely Roth, no programa de televisão *Hebe* ao vivo em 1985, onde

apresentou o *ChanacomChana* em rede nacional, divulgou a caixa postal do GALF e participou da discussão sobre homossexualidade feminina, possibilitou uma maior visibilidade para o boletim e o movimento de lésbicas. Depois desse programa, a apresentadora Hebe Camargo ainda recebeu uma carta do serviço de Censura Federal de São Paulo pela "apologia ao homossexualismo feminino" devido a divulgação da caixa postal, tendo que aumentar a classificação indicativa e realizar uma gravação prévia para avaliação. Mesmo no processo de "abertura política", a vigilância moral da ditadura civil-militar ainda se apresentava de forma latente, principalmente através da imprensa (Barbosa, 2019: 80).

Apesar da repressão, o grupo conseguiu atingir outras lésbicas, recebendo correspondências de leitoras de todo o Brasil, inclusive da Bahia, consequentemente, uma maior repercussão do boletim. Muitas lésbicas relataram que as mães adotavam um posicionamento de não aceitação, repulsa e policiamento, sendo alvos de espionagem dentro das próprias casas[40]. Nesse contexto, não há a comprovação de que muitas delas não tenham lido algum número do boletim, principalmente nos espaços de sociabilidade que frequentava ou a partir de empréstimos de amigas, então, muitas dessas lésbicas "[...] liam o boletim sem o comprar, para não correr o risco de serem pegas com um boletim de nome tão sugestivo quanto ChanacomChana" (Martins, 2020: 75).

É notório a maior circulação e participação da região sudeste, destacando São Paulo, devido ao comércio do boletim pessoalmente nos espaços de sociabilidade. Além disso, grande parte das leitoras-correspondentes compunham um perfil social em comum: brancas, de classe média e um maior acesso de capital cultural específico. Como destaca Martins (2020: 110), há uma escassez de discussão interseccional sobre questões étnicas-raciais. Poderiam aparecer em alguns artigos, mas não eram destacadas como uma das pautas principais do boletim, o foco maior identificado se tratava da heterossexualidade compulsória e o patriarcado, sem a especificidade racial também como um sistema de opressão.

ENTRE TEIAS E CARTAS: UM QUEBRA-CABEÇA LÉSBICO BAIANO

[40] "Uma menina, quando lhe tentei vender o boletim, disse que depois do programa da Hebe, a mãe dela, seguindo o conselho de Maria Amélia, andava espionando-a, mexendo nas coisas dela e que, então, não poderia levar o boletim, apesar de querer" (ChanacomChana, 1985: 11).

A partir da análise dos 12 números do boletim, é possível pensarmos nessa construção coletiva do boletim com as leitoras-correspondentes além do eixo de Rio-São Paulo, realizando o recorte da Bahia. As aparições ocorreram a partir do nono boletim (1985-1986), totalizando sete leitoras-correspondentes, incluindo as repetições, temos 11 ocorrências, todas apareceram na seção *Troca-cartas* para se corresponder com outras mulheres. Segue abaixo a relação, por cidade, dos perfis das remetentes, as quais escreviam majoritariamente de Salvador, aparecendo também uma em Feira de Santana e uma em Santo Antônio de Jesus.

Tabela 1: Relação de leitoras-correspondentes baianas ao longo do *ChanacomChana*

Salvador			
Nome	**N° do boletim**	**Seção**	**Descrição**
Cláudia	11	"Troca-cartas" e "Fazendo Poesia" (?)	Morena, 24 anos, solteira, manequim. Quer se corresponder, para amizade ou algo mais, com mulheres louras ou morenas, na faixa dos 17 a 34 anos, que possuam olhos claros.
Lúcia Marques	11 e 12	"Troca-cartas"	Branca, 37 anos, 1,65, 52kg, desquitada, técnica em contabilidade. Passatempos preferidos: praia, teatro... Quer se corresponder, para amizade, com mulheres de 25 a 39 anos, inteligentes, alegres.

Mara	9, 10 e 12	“Troca-cartas”	Morena, 1,56, 60 kg, 32 anos, desquitada, funcionária pública. Passatempos preferidos: leitura, cinema, música, praia. Quer se corresponder, para amizade, com mulheres de qualquer cor, instrução, idade, desde que sejam lésbicas.
Perpétua	11 e 12	“Troca-cartas”	Mulata, 33 anos, solteira, auxiliar de administração, 1,58, 58 kg. Passatempos preferidos: cinema, bares, música, praia e poesias. Quer se corresponder para amizade.
Tânia Martins	11	“Troca-cartas”	Morena, 1,69, 63 kg, solteira, estudante. Passatempos preferidos: esporte, música, cinema. Quer se corresponder, para amizade, com garotas de todo o Brasil, principalmente da Bahia.
Feira de Santana			
Edneide Maciel Carneiro	10	“Troca-cartas”	Não consta.
Santo Antônio de Jesus			

Neuza Maria Alves	11	“Troca-cartas”	Oriental, 28 anos, 1,55, 43 kg, solteira, balconista. Passatempos preferidos: palavras cruzadas, etc. Quer se corresponder, para compromisso, com mulheres de todo o Brasil.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados no boletim *ChanacomChana* dos números 9 ao 12.

A repercussão nacional da caixa postal do GALF no programa *Hebe* em 1985 pode ter impulsionado a participação de leitoras-correspondentes de outras regiões. A primeira aparição foi de Mara no nono número, apenas com a caixa postal. Podemos ponderar que a presença dela impulsionou as outras também, pois passou a ter um aumento e frequência das lésbicas da Bahia. Embora não podemos estabelecer a real dimensão da rede e das trocas entre leitoras, o retorno para o GALF possibilitava uma comprovação de que aconteciam as interações entre elas, de amizade a relacionamento amoroso-sexual (Martins, 2020: 91).

Das sete mulheres, quatro utilizaram os sobrenomes, em um contexto em que a maioria das leitoras-correspondentes ou militantes utilizavam o anonimato, pseudônimos ou apenas o pronome. Em relação à localidade, Cláudia, Mara, Perpétua e Tânia colocaram a caixa postal, enquanto Neuza Lúcia, Edneide e Tânia utilizaram o endereço. Entrelaçando os dados, as lésbicas que optaram pelo uso da caixa postal para não expor o endereço particular, eram as que não utilizaram o sobrenome, com exceção de Tânia, a qual usa as duas possibilidades para correspondências. Em linhas problematizadoras, podemos questionar: o que impedia a exposição dessas mulheres? O que estimulava outras leitoras a expor os endereços e os sobrenomes? O medo de ser reconhecida ou reprimida? Eram todas assumidas ou preferiam manter esse cuidado justamente pela expansão da circulação com o tempo?

As descrições das correspondentes começaram a aparecer com mais frequência na seção *Troca-cartas*, seja da própria aparência física, as intenções das correspondências,

escolaridade, profissão, passatempos e gostos, até com quais mulheres gostariam de interagir. O que poderia ser um incentivo a outras mulheres, como a Mara, aparecendo com uma descrição mais detalhada apenas no número 12 do boletim. Além disso, poderíamos pensar na participação da construção do *ChanacomChana* além das cartas, mas na seção *Poesias/Fazendo Poesias*, onde podemos ponderar a presença de Cláudia mais a frente.

A partir desse quebra-cabeça lésbico baiano, podemos analisar um pouco os perfis plurais dessas mulheres, considerado um público jovem, entre 24 a 37 anos, exceto Tânia que não insere a idade da descrição e cita apenas que é estudante. Interessante destacar a presença do contexto de desquite de Mara e Lúcia, entendendo que essas mulheres mais maduras tiveram relacionamentos, ou melhor, matrimônios heterossexuais e poderiam ter o vínculo matrimonial legal, mas viviam separadas dos ex-companheiros. Nesse contexto, a experiência heterossexual nos relembra Clarke (1988), Rich (2010) e Wittig (2022), as quais observam a heterossexualidade enquanto pensamento e instituição compulsória, em um viés que a sexualidade voltada aos homens e, consequentemente, a construção da família nuclear, a partir do casamento monogâmico, são inevitáveis no sistema patriarcal colonizador. Desde a infância as mulheres são impostas a ideologia do romance heterossexual através de contos de fadas, novelas, cinemas, propagandas, músicas, linguagens, legislações e outros meios. Por ser um fator de doutrinação dominante, havendo credibilidade e *status* em jogo, corrobora para o sentimento de negação, confusão sexual e intelectual, auto ódio e culpa (Rich, 2010: 33). Assim, a existência lésbica é também política, rompendo com o acesso colonizador direto dos homens aos corpos das mulheres (Clarke, 1988).

Em sua maioria, as leitoras-correspondentes se colocavam abertas para amizades, ampliando essa rede de conexões e na tentativa de romper com a solidão lésbica, mas Cláudia e Neuza ressaltaram a possibilidade de envolvimento afetivo-sexual com outras mulheres também. Nesse contexto, essas mulheres poderiam especificar a preferência com que tipo de mulher gostariam de corresponder, desde a aparência física à personalidade. Por exemplo, Tânia citou preferências para se corresponder com mulheres da Bahia. Mara desejava se corresponder com qualquer mulher, desde que fosse lésbica, independente da escolaridade, idade e cor. Lúcia destacou a preferência em mulheres inteligentes e alegres, sem

especificidade de aparência física, mas colocou uma faixa etária de 25 a 39 anos. Além de Cláudia que descreveu sua preferência, buscando mulheres morenas ou loiras, entre 17 a 34 anos, desde que tivessem olhos claros. Nesse último caso, há um padrão de corpo a ser requisitado, o que nos possibilita pensar quais os corpos são constantemente dignos de afeto, seja de forma amigável ou afetivo-sexual. Em relação a Bahia, é notório uma certa variação étnico-racial, mas a existência de um padrão de beleza, como no peso e altura.

Em linhas gerais, a maioria das correspondentes, não apenas baianas, procuravam um perfil identitário específico de mulheres para se relacionar, podendo ser reflexo do racismo estrutural e desigualdade social das leitoras e do próprio boletim, como maior frequência dos aspectos de branquitude, feminilidade e maior acesso a capital cultural (Martins, 2020: 110). Portanto, se pensarmos a partir de um aspecto interseccional, todas as mulheres que iam de contra a esse padrão, consequentemente eram silenciadas e suas questões não possuíam tanta visibilidade quanto. Chaves (2019: 152) aborda que a tripla condenação do ser mulher negra lésbica em uma sociedade que nega a existência desses corpos é influenciada pela naturalização da recusa de múltiplas identidades, o que corrobora para a naturalização das inúmeras violências. Lorde (2019: 51) grita a existência e urgência da luta por visibilidade de mulheres negras dentro do próprio movimento feminista, podendo ser o fator que as deixam mais vulneráveis, mas também mais potentes. “É essa visibilidade que nos torna mais vulneráveis é também a fonte de nossa maior força. Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não” (Lorde, 2019: 52). Em linhas semelhantes, Davis (2017: 36) enfatiza como geralmente as ativistas brancas que militam em movimento de mulheres contra opressões não se atentam as problemáticas raciais e as próprias atitudes racistas que passam despercebidas, justamente pela naturalização, mas são vistas e sentidas por mulheres de cor. “Organizações de mulheres lésbicas que são predominantemente brancas deveriam se esforçar para compreender o impacto fora do comum que a homofobia tem sobre as mulheres de minorias étnicas” (Davis, 2017: 36).

Nas descrições, cinema, música e praia foram frequentemente citadas nos interesses de lazer e passatempo, mas também outras atividades, de poesia e leitura a esportes e bares. Além disso, é possível perceber o predomínio urbano e uma variedade de profissões e

ocupações, como manequim, estudante, auxiliar de administração, estudante, balconista, técnica de contabilidade e funcionária pública.

A concentração de leitoras-correspondentes em Salvador, apenas duas são do interior, mas ainda na região metropolitana, nos permite analisar um maior acesso a esse tipo de informação e movimento, enquanto polo de circulação de debates sócio-políticos, dificultando o alcance no interior. Como se davam as relações e vivências lésbicas no interior? Podemos questionar apenas na própria ausência. Nascimento e Cruz (2020: 169) evidenciam as raízes culturais do coronelismo e do patriarcado resistente principalmente nos interiores do Nordeste brasileiro, onde a dominação masculina está presente em todos os âmbitos e no poder de domesticação dos corpos femininos, da autonomia ao direito de uso, justificando e mantendo as violências contra lésbicas. Nesse contexto, a genealogia tem forte poder em cidades pequenas e interioranas, pois a identidade social é construída a partir da reputação de linhagem familiar e a cobrança moral recai na própria família através de fofocas, dificultando transgressões socioculturais (Nascimento; Cruz, 2020: 171). Assim, a moralidade é controlada pela fofoca enquanto dispositivo de controle das famílias e das pessoas transgressoras. Portanto, a capital baiana possivelmente possuía uma maior acessibilidade às redes de informação, organização política e debates sobre grupos sociais nesse período.

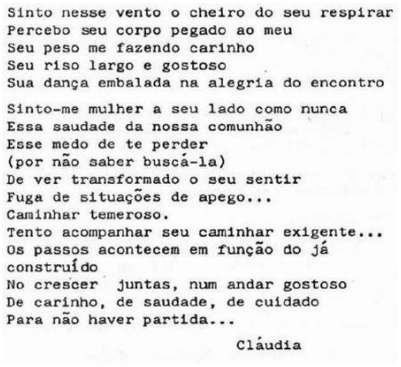
LABIRINTO DOCUMENTAL LÉSBICO EM LINHAS POÉTICAS

Seguindo as pistas de Ginzburg (1989), ao cruzar as séries documentais, rastros e métodos no tempo e espaço, conseguimos identificar a mesma pessoa ou um mesmo grupo social em diferentes contextos. Nesse processo investigativo, o nome de Cláudia é o nosso fio de Ariana, o qual nos guia nesse complexo labirinto documental lésbico. Sem ocorrências de outras Cláudia's nos últimos boletins, nosso possível fio condutor surge em linhas poéticas no número 12 do *ChanacomChana* com duas poesias.

Na primeira, Cláudia escorre na intimidade entre duas mulheres, onde o erótico penetra não só o corpo físico, mas a epistemologia corporal da outra em cuidado, risos,

gozos, dança da saudade, partilha entre elas e o medo da partida, transparecendo a vulnerabilidade. Em via de mão dupla, o eu lírico deseja se entregar e se render nessa intimidade, mas os conflitos internos são como amarras. Há um receio do futuro, a saudade de uma perda que não houve até então, pois ambas caminham juntas, apesar da exigência da outra, em uma relação mútua construída.

Imagem 1: Poesia de Cláudia. Sem título.



Sinto nesse vento o cheiro do seu respirar
Percebo seu corpo pegado ao meu
Seu peso me fazendo carinho
Seu riso largo e gostoso
Sua dança embalada na alegria do encontro

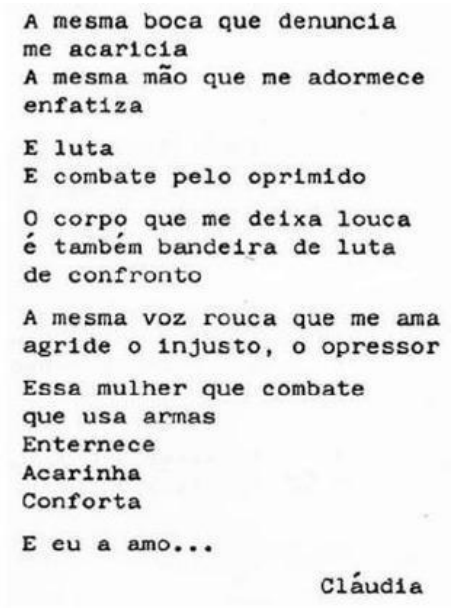
Sinto-me mulher a seu lado como nunca
Essa saudade da nossa comunhão
Esse medo de te perder
(por não saber buscá-la)
De ver transformado o seu sentir
Fuga de situações de apego...
Caminhar temeroso.
Tento acompanhar seu caminhar exigente...
Os passos acontecem em função do já construído
No crescer juntas, num andar gostoso
De carinho, de saudade, de cuidado
Para não haver partida...

Cláudia

Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 12, São Paulo, 1987, p. 9. Acervo Um Outro Olhar.

Na segunda poesia, Cláudia entrelaça a resistência política e o amor romântico. Uma dualidade que se complementa: a complexidade de uma mulher militante, utilizando da raiva sua força motivadora para lutar contra a opressão, mas também carrega afeto, acolhimento, sensualidade e conforto em todo o corpo lésbico. O corpo político dessa mulher é erótico, tanto no privado quanto no público. A força política-social que a cerca causa excitação, admiração e amor.

Imagem 2: Poesia de Cláudia. Sem título.



A mesma boca que denuncia
me acaricia
A mesma mão que me adormece
enfatiza

E luta
E combate pelo oprimido

O corpo que me deixa louca
é também bandeira de luta
de confronto

A mesma voz rouca que me ama
agride o injusto, o opressor

Essa mulher que combate
que usa armas
Enternece
Acarinha
Conforta

E eu a amo...

Cláudia

Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 12, São Paulo, 1987, p. 9. Acervo Um Outro Olhar.

Aqui, a poesia é erótica e política. Lorde (2019) nos relembra que a poesia é iluminação e necessidade vital para nossas existências enquanto mulheres, conseguimos externalizar nosso potencial sufocado pelas violências que atravessam nossos corpos. Em momento de autoconexão, através dos poemas, utilizamos da linguagem contra o poder de dominação e força de ação, tendo coragem de sentir e se expressar, trazendo à tona os emaranhados de sentimentos íntimos (Lorde, 2019: 47). Poesia lésbica é coragem e orgânica. Como afirma Lorde (2019: 73) imersa em poesia e em si: “E não existe, pra mim, nenhuma diferença entre escrever um bom poema e caminhar sob o sol junto ao corpo da mulher que eu amo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o artigo está inserido no movimento de enfrentamento do silêncio historiográfico que cerca as existências lésbicas, ao mapear essas leitoras-correspondentes baianas a partir do boletim *ChanacomChana*, resgatando o protagonismo dessas vozes na construção de redes, memórias e movimentos na imprensa lésbica, a entendendo enquanto

espaço político-afetivo. Em rastros, compreendemos que a leitura-escrita atuava como processo de conexão, auto(re)conhecimento e resistência ao isolamento social fomentado pela heterossexualidade institucionalizada, nesse território de encontro político-erótico lésbico.

Entre correspondências e poesias, tencionamos as potências e limites dessa rede de conexão, atravessadas por lacunas interseccionais de raça, classe e território. A concentração em Salvador e a baixa presença do interior revelam uma desigualdade ao acesso às redes sócio-políticas, pois a metrópole atuava como um polo de debates e resistências voltados aos grupos sociais, como questões de gênero, sexualidade, raça e movimento estudantil. Mesmo em espaços dissidentes, as hierarquias ainda permaneciam enraizadas, produzindo e naturalizando silenciamentos internos. Dessa forma, o mapeamento em questão, além de ampliar o alcance regional do movimento lésbico, possibilitou problematizar quem podia se expor, ler, escrever, circular e ser desejada nesse emaranhado de conexões lésbicas na imprensa.

Entrelaçando história, erótico e política, reafirmamos a existência lésbica coletiva como ruptura da política do esquecimento e do contrato heterossexual compulsório. Ao lesbianizar a ciência, evidenciamos nós, as lésbicas, como objetos de pesquisa e produtoras de conhecimento e de si, em dores, delícias, rastros e vivências. Vasculhar e analisar esses retalhos em forma de cartas, nomes e poesias, é um ato científico-político de manutenção da memória e reparação sócio-política, abrindo caminhos possíveis, especialmente ao ampliar a questão regional a partir da Bahia e ao tensionar potências e limites interseccionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3163/4/PAULA%20%c3%89VELYN%20SILVEIRA%20BARBOSA.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: um ato de resistência. *In*: MORAGA, Cherríe L; ANZALDÚA, Gloria R. **This Bridge Called my Back**: writings by radical women of color. Berkeley: Third Woman Press, 1988. Disponível em:

https://we.riseup.net/sapafem/lesbianismo-um-ato-de-resist%C3%AAncia-cheryl-clarke. Acesso em: 02 nov. 2025.

CHAVES, Mariluce Vieira. **As práticas de obscurecimento social e a visibilidade lésbica**. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2019. 185f. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23480/Tese%20Mariluce%20Chaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 nov. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela Anistia na Bahia**: do Movimento Feminino pela Anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975 a 1979). Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31926/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Duccini%2C%20Felipe%20Moreira%20Barboza.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento:** a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3411/1/Tese_Patricia%20Lessa.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/672413/Audre+Lorde+Irm%C3%A3+outsider.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

MARTINS, Larissa Pinto. **CHANACOMCHANA É UM BARATO!** afetos e pedagogias na imprensa lésbica. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020. Disponível em: https://repositorio.furg.br/server/api/core/bitstreams/e47932b6-0b8d-4fe5-bbee-6dbec5c6387a/content. Acesso em: 02 nov. 2025.

MARTINS, Nathália Pereira. **Velcros emaranhados:** a conexão entre lésbicas baianas e o Grupo de Ação Lésbica-Feminista através dos boletins ChanacomChana na década de 1980. 2024. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado da Bahia, Eunápolis, BA, 2024. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/109fe41f-d1a6-4dd2-acca-8c0fce543d97/content. Acesso em: 02 nov. 2025.

NASCIMENTO, Luis Felipe; CRUZ, Luisa Marianna. Interações afetivo-sexuais entre mulheres e negociações com o contexto interiorano. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Ano 3, v. 3, n. 9, p. 153-185, jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/debatesinsubmissos/article/view/246488/36218. Acesso em: 02 nov. 2025.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 05, 2012. p. 17-44. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21673/14306. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, Zuleide Paiva da; ARAÚJO, Rosangela Janja Costa. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82446/47871. Acesso em: 02 nov. 2025.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

FONTES

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 1, dez. 1982.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 2, fev. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 3, maio. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 4, set. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 5, maio 1984.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 6, nov. 1984.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 7, abr. 1985.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 8, ago. 1985.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 9, dez./fev. 1985/1986.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 10, jun./set. 1986.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 11, out./jan. 1986/1987.

CHANACOMCHANA. São Paulo, n. 12, fev./maio 1987.

ROSELY Roth no programa Hebe Camargo (25/05/1985), São Paulo, 2019. 1 vídeo (6 min.) Publicado pelo canal Um Outro Olhar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE. Acesso em: 02 nov. 2025.

ST05: REVISITANDO DITADURAS E O PÓ-DITADURAS NO CONE SUL: ABORDAGENS MÚLTIPLAS SOBRE O PASSADO QUE NÃO PASSA

No ventre da resistência: maternidade, gênero e repressão na ditadura brasileira a partir da trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza

Ana Clara Passos[41]

Resumo:

Este trabalho pretende analisar a maternidade de militantes políticas em situação de cárcere durante a ditadura civil-militar brasileira partindo da trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma das principais organizações de esquerdas armadas brasileiras. Através da metodologia da História Oral, utilizando entrevistas concedidas por Jessie em 2011 e 2024, o trabalho analisa como a gestação e o maternar sob cárcere revelam dimensões pouco exploradas da repressão política do Estado. Discute-se, ainda, as relações entre maternidade e o "ideal" de militante revolucionário predominante nas décadas de 1960 e 1970. Ao destacar as tensões entre maternidade e cárcere, este trabalho busca contribuir na construção de uma historiografia da ditadura que considere, também, as perspectivas e clivagens de gênero como chaves interpretativas.

Palavras-chave: Gênero; Ditadura; Maternidade, Resistências

Abstract:

This work aims to analyze maternity in political activists in prison during the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on the trajectory of Jessie Jane Vieira de Souza, a former

[41] Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC-UERJ). E-mail: anaclarxz19@gmail.com.

member of the National Liberation Action (ALN), one of the main Brazilian armed left-wing organizations. Through the methodology of Oral History, using interviews given by Jessie in 2011 and 2024, this study examines how pregnancy and motherhood under incarceration reveal little-explored dimensions of the State's political repression. It also discusses the relationships between motherhood and the prevailing “ideal” of a revolutionary militant during the 1960s and 1970s. By highlighting the tensions between motherhood and imprisonment, this work seeks to contribute to the construction of a historiography of the brazilian dictatorship that also takes gender perspectives and divisions as key interpretative lenses.

Keywords: Gender; Dictatorship; Motherhood; Resistance

Introdução

A maternidade, tantas vezes celebrada como destino natural das mulheres, carrega em si uma carga de expectativas que ultrapassa o gesto íntimo de gerar e cuidar. É como se o corpo feminino fosse convocado a responder não apenas às demandas de uma vida que se inicia dentro dele, mas também às normas sociais que insistem em definir o que significa ser “boa mãe”. Entre o ideal de abnegação e a realidade de sobrecargas invisíveis, o maternar revela-se como experiência marcada por tensões: a exigência de conciliar cuidado e trabalho, a cobrança por renúncia pessoal, e a constante vigilância social que julga e mede cada gesto. Nesse espaço, a maternidade deixa de ser apenas vivência privada e se transforma em campo de disputa, onde se entrelaçam afetos, desigualdades e imposições de gênero. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o maternar não se dá em condições homogêneas. A experiência de cada mulher é atravessada por marcadores de classe, raça e contexto histórico, que definem limites, bem como as possibilidades de exercer a maternidade. Para algumas, maternar pode significar resistência e afirmação da vida em meio à violência; para outras, pode ser vivido como sobrecarga ou até como impossibilidade diante da precariedade material ou da invisibilidade social. Essa pluralidade evidencia que a maternidade, longe de ser um destino universal, é uma experiência situada, moldada por desigualdades estruturais

que recaem de forma desigual sobre corpos femininos. Pensar o maternar, portanto, é também pensar as hierarquias que sustentam a sociedade e que insistem em transformar a vida das mulheres em campo de controle e normatização.

É nesse entrecruzamento entre normas sociais, desigualdades de gênero e expectativas que recaem quase exclusivamente sobre as mulheres que a experiência de Jessie Jane Vieira de Souza ganha contornos singulares. Sua trajetória, marcada pela militância política e pelo encarceramento durante a ditadura civil-militar, evidencia como o maternar, já atravessado por tensões estruturais na vida cotidiana, torna-se ainda mais complexo quando vivido sob repressão e vigilância estatal. Ao gestar e dar à luz em condições de privação de liberdade, Jessie não apenas enfrentou os dilemas universais da maternidade, mas também revelou como o corpo feminino, em sua potência de gerar vida, foi transformado em campo de disputa política, tornando visível a intersecção entre militância, gênero e resistência.

Este trabalho, portanto, pretende analisar a maternidade de militantes políticas em situação de cárcere durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), tomando como objeto central a trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza, ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e militante que permaneceu mais tempo encarcerada durante o regime ditatorial. Nascida em 1949, em Minas Gerais, em uma família comunista, Jessie Jane cresceu em um ambiente fortemente marcado pela militância política e pela resistência às estruturas autoritárias, o que a inseriu desde cedo no espectro da luta política. Sua trajetória se entrelaça com os principais acontecimentos da repressão política no Brasil, tornando-se um caso paradigmático para refletir sobre o impacto da ditadura civil-militar na vida de mulheres militantes, especialmente aquelas que vivenciaram a maternidade em condições de vigilância e precariedade.

Em 1970, Jessie foi presa após uma tentativa frustrada de sequestro de avião no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, ação planejada pela ALN com o objetivo de trocar os passageiros por presos políticos e seguir até Havana. A operação, contudo, foi interrompida pela Força Aérea Brasileira (FAB), que cercou o avião e prendeu os militantes, resultando na morte de Eiraldo Palha Freire, um dos companheiros de Jessie. A partir desse episódio, Jessie iniciou um longo período de encarceramento, que se estendeu por aproximadamente nove

anos no Presídio Feminino Talavera Bruce. Nesse espaço, sua vida foi atravessada por experiências singulares: foi a primeira mulher a conquistar o direito à visita íntima, casou-se com seu companheiro de militância, Colombo Vieira, e engravidou em condições de extrema vigilância, sem acompanhamento médico adequado. Em 1975, deu à luz sua filha, Leta, sob supervisão militar, enfrentando incertezas quanto ao destino da criança e convivendo com ela por meses dentro do presídio, até que, pressionada pelas condições precárias e pela família de Colombo, decidiu entregá-la aos cuidados externos. Apenas em 1979, com a alteração da Lei de Segurança Nacional, Jessie pôde recuperar a convivência plena com sua filha, quando ela e Colombo foram libertados no mesmo dia.

A experiência de Jessie Jane como mãe em cárcere constitui o eixo de análise desta pesquisa, pois evidencia como a maternidade, em contexto de repressão política, escapa às narrativas tradicionais sobre a ditadura civil-militar e expõe camadas de violência que são pouco exploradas pela historiografia. O corpo feminino, especialmente o corpo materno, tornava-se simultaneamente campo de batalha e de resistência: alvo de punições simbólicas e físicas, mas também espaço de afirmação de cuidado e sobrevivência. A gravidez e o parto em condições de encarceramento revelam como dimensões íntimas e biológicas da vida privada eram atravessadas pela lógica da repressão, transformando a maternidade em uma vulnerabilidade adicional, mas também em uma forma de resistência cotidiana. Ao mesmo tempo, a presença da criança no presídio ressignificava o cotidiano carcerário, tensionando os limites e os objetivos simbólicos da repressão.

O objetivo principal deste trabalho é compreender o impacto da ditadura civil-militar na vida de mulheres militantes políticas que gestaram e/ou maternaram em situação de cárcere. Busca-se discutir como o maternar em cárcere revelou violências físicas e simbólicas que atingiram de forma particular as mulheres militantes e seus filhos, ao mesmo tempo em que subvertia o modelo viril e dessexualizado do guerrilheiro "ideal", amplamente difundido nas organizações revolucionárias das décadas de 1960 e 1970. A partir do testemunho de Jessie Jane, pretende-se também refletir sobre aspectos e sensibilidades na construção de memórias sobre eventos traumáticos, considerando como a maternidade se tornou um elemento central na elaboração de narrativas de resistência e sobrevivência. Para a realização

deste trabalho, foram utilizadas como fontes principais duas entrevistas concedidas por Jessie Jane Vieira de Souza: a primeira, ao projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil, realizada em 2011; e a segunda, realizada em outubro de 2024, no âmbito do projeto de Iniciação Científica. As fontes foram analisadas a partir da metodologia da História Oral, que possibilita compreender relatos e testemunhos atravessados pela temática de gênero, como explica Joana Maria Pedro (2017). Além disso, como afirma Verena Alberti (2011), a utilização de testemunhos como fontes historiográficas é fundamental para a preservação e publicização de memórias de sujeitos marginalizados e silenciados, permitindo que experiências como a de Jessie Jane sejam incorporadas à historiografia da ditadura.

Desta forma, esta pesquisa pretende contribuir para uma história mais plural da ditadura civil-militar brasileira, que considere as experiências das mulheres militantes e questione os silenciamentos históricos que deixaram suas vivências e trajetórias em um segundo plano. Ao analisar a maternidade de Jessie Jane, ocorrida sob cárcere, busca-se iluminar não apenas a violência de gênero como componente estruturante da repressão, mas também as formas de resistência que emergiram em condições-limite. Assim, reforça-se a importância de incluir as experiências femininas na construção de uma memória coletiva que valorize tanto a dimensão política quanto afetiva da resistência, ampliando os horizontes interpretativos sobre o passado autoritário brasileiro.

Mulheres, maternidade e revolução

Marcelo Ridenti, ao examinar os dados sistematizados pelo projeto Brasil Nunca Mais, evidencia que a militância armada no Brasil foi majoritariamente composta por homens. Dos 4.124 indivíduos processados pela Justiça Militar, 3.464 eram do sexo masculino, o que corresponde a aproximadamente 84% do total. Nos agrupamentos de atuação urbana, a participação feminina variava entre 15% e 20% (Ridenti, 1993: 197). Embora numericamente inferior, a presença das mulheres na militância política — sobretudo nos grupos de esquerda armada — deve ser interpretada como uma ruptura significativa em relação aos papéis de gênero socialmente atribuídos às mulheres naquele período, pautados pela exclusão da esfera pública e pela imposição da chamada “função natural”: casar, gerar

filhos e dedicar-se ao lar. Conforme observa Ridenti, o percentual de mulheres nas organizações armadas aproximava-se daquele registrado na população economicamente ativa (Ridenti, 1993), o que demonstra que sua inserção na luta revolucionária não se deu de forma marginal, mas constituiu parte de um movimento mais amplo de contestação às normas sociais e de gênero vigentes.

A máxima segundo a qual "o soldado da revolução não tem sexo" sintetizava o ideal proclamado pelas organizações de esquerda armada, que defendiam a unificação de todos os militantes sob um mesmo signo, minimizando diferenças individuais em prol do objetivo coletivo da revolução. Todavia, ainda que a participação feminina tenha se ampliado, os critérios de engajamento estabelecidos por algumas dessas organizações revelavam um padrão de militância fortemente associado a atributos tradicionalmente vinculados à masculinidade. Angélica Muller observa que tais requisitos enfatizavam a necessidade de "mudança de hábitos e costumes, entusiasmo revolucionário, constância no trabalho (perseverança), tenacidade (estilo duro de trabalho), trabalho em equipe, vida em comum, atitude diante da repressão na rua e na prisão." (Muller, 2013: 330).

Dessa forma, ao abordar a experiência de Jessie Jane, faz-se necessário, antes de tudo, compreender como o conceito de maternidade era percebido dentro das organizações de esquerda revolucionária no Brasil das décadas de 1960 e 1970. Uma gravidez, nesse contexto, não se limitava a ser apenas um obstáculo prático às ações revolucionárias, ou mesmo um fator de vulnerabilidade para os grupos na clandestinidade, mas convertia-se também em um impasse simbólico, subjetivo. Sobre o padrão de comportamento que estava inserido na lógica da militância política dos grupos de esquerda revolucionária, Jessie Jane comenta:

> Então nós tínhamos que dar o exemplo e aquela coisa meio militarista. Tínhamos que estudar, cumprir tarefa. Não havia muito espaço para esse tipo de coisa. E tínhamos uma rotina muito pesada. Fazia discussão de conjuntura, escrever documento…[42]

[42] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista concedida a Maria Paula Araújo, Izabel Silva, Cecília Matos e Desiree Reis e Carlos Fico. In: Projeto Marcas da Memória: História oral da Anistia no Brasil. 27 de abril de 2011.

Pode-se compreender, a partir do relato de Jessie Jane, que mesmo após a ruptura com a clandestinidade e já em ambiente carcerário, os militantes políticos permaneciam submetidos a um padrão rigoroso de conduta, marcado por uma disciplina que se aproximava da lógica militar. O cárcere, longe de representar o abandono da militância, configurava-se como um espaço de sua reconfiguração, no qual se esperava que os presos políticos "dessem o exemplo" e mantivessem uma postura de coerência ideológica. Nesse contexto, a rotina carcerária era atravessada por práticas de estudo coletivo, organização de tarefas cotidianas e produção intelectual, que funcionavam como mecanismos de reafirmação da identidade revolucionária e de resistência simbólica frente à repressão. O testemunho de Jessie Jane evidencia que a lógica da militância não se dissolvia com a prisão, mas se reproduzia e se adaptava às condições impostas pelo confinamento. A disciplina cotidiana, a valorização do trabalho coletivo e a preservação da memória política tornavam-se elementos centrais para sustentar o engajamento revolucionário, demonstrando que a militância não se restringia às ações armadas, mas se manifestava também na capacidade de manter viva a identidade política em espaços de controle e vigilância. Dessa forma, o cárcere transformava-se em um prolongamento da luta, ainda que em moldes distintos, reafirmando que a resistência não se limitava ao enfrentamento direto contra o regime, mas se expressava igualmente na persistência em preservar valores, práticas e ideais revolucionários.

Esse padrão de comportamento, que exigia constância, dedicação e resistência, revela a permanência do ideal de militante viril e disciplinado descrito por Muller (2013), mesmo em condições de encarceramento, onde se esperava que homens e mulheres mantivessem a mesma postura de firmeza e perseverança que caracterizava o imaginário revolucionário. Ao mesmo tempo, esse relato permite perceber as tensões de gênero: se a virilidade era tomada como atributo natural dos homens, para as mulheres militantes, a disciplina e a dedicação precisavam ser constantemente reafirmadas, de modo a legitimar sua presença em um espaço político ainda marcado por hierarquias masculinizadas.

Há que pensar que estas organizações ressonavam com múltiplos eventos no contexto histórico internacional que influenciariam suas trajetórias. A Revolução Cubana, de 1959, notadamente, exerceu influência decisiva sobre os grupos de esquerda revolucionária na

América Latina, tanto em termos concretos quanto simbólicos e subjetivos. Para além da popularização do modelo foquista entre as organizações brasileiras, sob o signo do êxito cubano, emergiu a figura do "homem novo", que moldaria a criação de um ideal de guerrilheiro que permearia o imaginário destes militantes. Amplamente inspirado em líderes como Ernesto 'Che' Guevara, cuja imagem condensava atributos como virilidade, força, coragem e assertividade, esse imaginário não apenas orientava práticas de militância, mas também estabelecia um padrão de conduta e comportamento que reforçava valores associados à masculinidade, tornando-se referência para a construção de identidades políticas dentro das organizações. Como argumenta Lilian Back:

> Não se tratou nem de coincidência, nem de conspiração machista. Se o espaço público era por excelência um espaço masculino, em que, por isso mesmo, comportamentos e atributos considerados masculinos eram valorizados e exigidos, no espaço militar ou militarizado essa característica era ainda mais acentuada. (Back, 2011: 13).

Portanto, a Revolução Cubana pode ser compreendida como uma matriz de inspiração e legitimação para diversos movimentos revolucionários latino-americanos, ao mesmo tempo em que consolidava um modelo de militância que, em grande medida, invisibilizava ou subordinava as experiências femininas. Inserir-se nessas organizações significava, para as mulheres, não apenas aderir ao projeto político coletivo, mas também incorporar características e comportamentos que as aproximassem do ideal de "bom militante", isto é, do arquétipo do guerrilheiro. Cristina Scheibe Wolff observa que esse processo implicava em uma tentativa de dessexualização das militantes, que, para ocupar posições de destaque ou serem reconhecidas dentro das organizações, precisavam negar atributos e características socialmente associados à feminilidade. A máxima de que "o soldado da revolução não tem sexo" sintetizava esse ideal de igualdade proclamado, segundo o qual a plena integração só seria alcançada mediante a eliminação das diferenças entre os integrantes. Na prática, porém, essa neutralização resultava em um processo de virilização das mulheres, que poderiam, eventualmente, alcançar o lugar do "guerrilheiro ideal" mediante a incorporação de traços considerados masculinos. Ainda assim, era exigido delas um esforço adicional para demonstrar sua "competência", muitas vezes de forma mais rigorosa que os homens, já que a

virilidade era concebida como um traço natural do gênero masculino (Wolff, 2007). Esse esforço, entretanto, não apagava completamente as marcas do gênero, que emergiam em momentos de tensão, como na vivência da maternidade, revelando contradições profundas entre o ideal revolucionário e a experiência concreta das mulheres militantes.

Higor Codarin (2024), ao analisar a construção do conceito de masculinidade nas esquerdas revolucionárias, evidencia a tensão existente entre a ruptura de costumes e a reprodução de hierarquias de gênero. Essa dimensão subjetiva, embora proclamada como emancipatória, não se traduzia em igualdade efetiva dentro das organizações, majoritariamente masculinas e permeadas por um ideal androcêntrico de militância. Conforme Codarin, mesmo os aparelhos clandestinos reproduziam práticas que atribuíam às mulheres tarefas domésticas como se fossem naturais, ao mesmo tempo em que lhes exigiam uma masculinização para que fossem respeitadas. Nesse sentido, a militância feminina era atravessada por um duplo movimento: de um lado, a busca por emancipação e pela ruptura com costumes conservadores; de outro, a necessidade de adequar-se a um modelo de militância marcado pela virilidade e pela negação da feminilidade. Os "mal-estares sem nome" descritos por Codarin traduzem, portanto, a experiência de mulheres que, mesmo engajadas em um projeto de transformação social e política, enfrentavam contradições estruturais na vivência cotidiana da militância, revelando como a promessa de igualdade se chocava com práticas que reiteram desigualdades de gênero.

Pensando a partir destes princípios, uma gravidez tornava-se um marcador incontornável da diferença. A presença de uma mulher grávida, na clandestinidade, rompia com o imaginário do guerrilheiro ideal, tornando visível uma dimensão que não podia ser assimilada pelo modelo dominante. No Brasil, as organizações de esquerda armada, de forma geral, consideraram a gravidez e a maternidade como absolutamente incompatíveis com a militância e essa incompatibilidade não se restringia a aspectos práticos da vida clandestina, mas estava profundamente vinculada ao imaginário político que sustentava o modelo de militante ideal. A figura da mulher grávida, ao tornar visível uma diferença incontornável, rompia com o padrão viril e dessexualizado que se esperava dos "soldados da revolução".

Nesse contexto, uma militante grávida não podia ser dessexualizada, pois sua condição corporal a afastava do ideal de neutralização de gênero que predominava nas organizações.

Como observou Lilian Back,

> A militância, em comparação com a Argentina, foi muito individual (solitária, em alguns momentos) e compartimentada. A clandestinidade era, por esse motivo, vivida de forma muito mais intensa e inconciliável com uma vida social mais abrangente. Os aparelhos eram muito mais instáveis e itinerantes, e os e as militantes perdiam (muitas vezes completamente) o contato com sua família, amigos e com boa parte dos próprios companheiros de militância. (Back, 2011: 24).

Essa experiência radical da clandestinidade tornava ainda mais difícil conciliar maternidade e militância, pois o corpo grávido não apenas expunha a diferença de gênero, mas também introduzia demandas afetivas e sociais que colidiam com a lógica de isolamento e itinerância dos aparelhos. Dessa forma, a maternidade era vista também como um elemento de desestabilização da disciplina revolucionária, reforçando a ideia de que, para as mulheres, o ingresso na luta armada implicava em negar sua feminilidade e, sobretudo, a possibilidade de maternar.

É importante destacar que, embora o foco desta pesquisa recaia sobre a experiência de uma mulher cisgênero e heterossexual, há que reconhecer a existência de múltiplas formas de maternar que não se restringem a esse recorte. A escolha metodológica de analisar a trajetória de Jessie Jane não implica em universalizar sua vivência, mas em compreender como, naquele contexto específico, a maternidade se tornou um elemento de marginalização e, ao mesmo tempo, de resistência. Sua experiência evidencia que o gênero, longe de ser um aspecto secundário, foi central para a construção das narrativas e memórias da militância armada.

Corpos maternos e repressão no Talavera Bruce

A trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza, assim como a de tantas outras mulheres militantes afetadas pela repressão, evidencia como a violência política durante a ditadura civil-militar brasileira não se limitava ao controle das ações revolucionárias, mas também incidia diretamente sobre os corpos das mulheres.

Novamente, é necessário recordar que Jessie permaneceu encarcerada durante todo o período de sua gestação. Nesse contexto, sua condição feminina tornou-se indissociável da lógica repressiva do Estado, uma vez que estava inserida em um ambiente estruturado para a vigilância e punição, estando, portanto, sujeita a todos os mecanismos de violência institucional. Conforme observa Olivia Joffily (2010), a repressão estatal nas ditaduras do Cone Sul converteu o corpo feminino em uma verdadeira extensão do campo de batalha político, de modo que a violência exercida não se restringia ao âmbito político, mas era atravessada por marcadores de gênero. Assim, a maternidade em situação de cárcere não se configurava apenas como uma experiência individual, mas como um espaço de disputa simbólica, no qual o corpo da mulher militante era controlado, vigiado e disciplinado como parte integrante da estratégia de dominação estatal. As especificidades da violência dirigida às mulheres militantes manifestavam-se de forma particularmente contundente nas práticas de tortura. Joffily assinala que as mulheres que sofriam violência do Estado, estas mulheres militantes estariam submetidas a duas relações de poder: "a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero" (Joffily, 2010: 228).

Essa dupla dimensão evidencia que, além da violência política comum a todos os militantes, as mulheres eram submetidas a formas de humilhação que exploravam sua condição de gênero, reforçando estereótipos e hierarquias socialmente construídas. O corpo feminino, nesse sentido, era instrumentalizado como alvo de práticas específicas de repressão, que visavam não apenas punir a militância, mas também reafirmar a subordinação das mulheres, reiterando desigualdades estruturais e naturalizando a violência de gênero como componente da repressão política.

A condição das múltiplas mulheres que engajaram-se na militância política durante a ditadura civil-militar e foram punidas por isso evidencia um fenômeno específico: o da dupla subversão. Por um lado, estas mulheres eram perseguidas e punidas pelo Estado por sua atuação política, identificadas como comunistas e revolucionárias que ameaçavam a ordem vigente na sociedade. Por outro, sofriam uma punição adicional por transgredirem os limites

impostos pelo gênero, ao ocuparem um espaço de agência política que, historicamente, lhes havia sido negado e seria, até então, exclusividade da vivência masculina. Como observa Joffily,

> A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. Daquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito, e quer ocupar aquele destinado aos seus pares, os homens. (Joffily, 2010: 230)

Essa percepção reforça que a repressão às mulheres não se restringia à dimensão política, mas também operava como mecanismo de reafirmação da hierarquia de gênero, punindo-as por ousarem reivindicar igualdade e protagonismo em um campo considerado masculino. A violência sofrida por militantes como Jessie Jane não apenas buscava silenciar sua ação revolucionária, mas também reafirmar o lugar subordinado das mulheres na sociedade, transformando seus corpos em alvos privilegiados da repressão. Jessie relata: "Fui para o hospital penitenciário com sete, oito meses de gravidez. Ficava numa cela fechada, tão pequena que nem sei o tamanho que era [...] Eu não tinha assistência médica"[43], evidenciando uma dimensão específica da violência de gênero no contexto da repressão política. A experiência de estar grávida em cárcere, sem acesso a cuidados médicos básicos e confinada em condições degradantes, revela um tipo de violência própria da experiência de mulheres cisgênero, pois se relaciona diretamente à sua capacidade de gestar. O corpo feminino, já transformado em alvo da repressão por sua condição de militante, torna-se ainda mais vulnerável quando atravessado pela maternidade.

Nesse sentido, a violência não se restringe ao cárcere político, mas se expande para o campo da saúde e da integridade física, negando à mulher direitos fundamentais ligados à gestação e ao parto. A ausência de assistência médica e o confinamento em celas inadequadas configuram uma forma de punição que instrumentaliza o corpo materno como extensão do campo de batalha político. A experiência de Jessie ilustra como a repressão estatal operava de

[43] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista concedida a Maria Paula Araújo, Izabel Silva, Cecília Matos e Desiree Reis e Carlos Fico. In: Projeto Marcas da Memória: História oral da Anistia no Brasil. 27 de abril de 2011.

maneira diferenciada sobre as mulheres, impondo-lhes violências específicas que reforçavam tanto sua condição de subversivas quanto sua posição de gênero, transformando a maternidade em mais um espaço de controle e sofrimento.

Ademais, é possível compreender que tais práticas de repressão não se limitavam ao plano imediato da sobrevivência física, mas produziam efeitos duradouros na memória e na subjetividade das mulheres militantes. A maternidade em condições de cárcere, marcada pela privação de direitos e pela constante vigilância, inscrevia no corpo e na experiência dessas mulheres uma violência que ultrapassava o momento histórico da ditadura, projetando-se sobre suas trajetórias pessoais e familiares. Nesse sentido, o testemunho de Jessie Jane não apenas denuncia a brutalidade da repressão, mas também revela como o Estado autoritário utilizava a maternidade como instrumento de disciplinamento e de perpetuação das desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de incluir essas vivências na historiografia da ditadura para compreender plenamente a dimensão interseccional da violência política.

Durante esse período, Jessie foi constantemente pressionada a entregar a criança para a família de Colombo, onde estaria mais segura. Ela própria relata:

> Eles [os sobrinhos de Jessie e Colombo] diziam: 'Quando é que ela [Leta] vai lá pra casa?' Eu também tinha que resolver aquilo. Então, a mandei pra lá. E ela vinha de 15 em 15 dias me visitar [...] Depois, quando chegava o momento da visita, ela percebia o movimento e corria para o colo da avó [risos].[44]

Esse trecho revela não apenas a dor da separação, mas também o impacto emocional sobre a criança, que demonstrava desconforto ao permanecer no ambiente prisional e buscava refúgio no colo da avó. A análise desse relato mostra como a maternidade em cárcere político se configurava como uma experiência-limite: Jessie, em puerpério, vivia a vulnerabilidade natural do período somada às restrições e pressões da prisão. A impossibilidade de manter a filha consigo de forma contínua expunha a contradição entre o desejo de maternar e as condições impostas pela repressão. Ao mesmo tempo, evidencia como o corpo e a

[44] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Entrevista concedida a Maria Paula Araújo, Izabel Silva, Cecília Matos e Desiree Reis e Carlos Fico. In: Projeto Marcas da Memória: História oral da Anistia no Brasil. 27 de abril de 2011.

subjetividade da mulher militante eram atravessados por violências específicas de gênero, já que a maternidade, longe de ser reconhecida como função socialmente valorizada, era tratada como um problema a ser administrado pelo aparato repressivo.

Por outro lado, é possível compreender que Jessie, mesmo diante das restrições impostas pelo cárcere e da dor da separação, encontrava formas de preservar os laços de afeto e de continuidade familiar, o que pode ser interpretado como uma prática de resistência. Ao recusar deixar sua filha na creche do presídio e ao organizar visitas regulares, Jessie reafirmava sua condição de mãe e mantinha viva a relação com Leta, criando espaços de cuidado e vínculo em meio à repressão. Esses gestos, aparentemente simples, tornavam-se profundamente políticos, pois desafiavam a lógica de desumanização que o Estado buscava impor às militantes presas. A maternidade, deixa de ser apenas um fardo ou uma incompatibilidade com a militância, também se configurando como uma forma de insurgência cotidiana, capaz de sustentar a memória e a identidade familiar mesmo em um ambiente marcado pela violência e pelo controle.

Ao concluir, pode-se notar como a análise da trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza permite compreender de maneira mais ampla como a experiência da maternidade em cárcere político durante a ditadura civil-militar brasileira se constituiu como um espaço de violência, resistência e memória. Sua vivência revela que o corpo feminino, especialmente quando atravessado pela gestação e pelo puerpério, foi transformado em alvo privilegiado da repressão estatal, funcionando como extensão do campo de batalha político e como instrumento de disciplinamento. A maternidade, longe de ser reconhecida como dimensão socialmente valorizada, foi tratada como obstáculo e fragilidade, submetida a condições degradantes que negavam direitos fundamentais e reforçavam hierarquias de gênero.

Entretanto, a experiência de Jessie também evidencia que, mesmo em meio à vigilância e ao controle, práticas de cuidado e afeto puderam ser mobilizadas como formas de resistência cotidiana. A manutenção dos vínculos com a filha, a recusa em aceitar a lógica desumanizadora do cárcere e a insistência em afirmar sua condição de mãe revelam que a maternidade, nesse contexto, não se limitou a ser um fardo ou incompatibilidade com a

militância, mas converteu-se em gesto político capaz de desafiar a repressão e sustentar a identidade familiar.

Ao narrar sua história décadas depois, Jessie Jane inscreve na memória coletiva uma experiência que tensiona tanto o imaginário masculinizado das organizações revolucionárias quanto os discursos oficiais da ditadura. Sua trajetória contribui para ampliar a historiografia da repressão, ao evidenciar que a luta política das mulheres não se restringiu ao enfrentamento armado, mas incluiu também práticas de resistência inscritas no cotidiano, na maternidade e na preservação dos laços afetivos. Dessa forma, a memória de Jessie Jane ilumina dimensões pouco exploradas da ditadura brasileira, reafirmando a necessidade de incorporar as experiências femininas na construção de uma história plural, capaz de reconhecer a intersecção entre gênero, política e violência como elementos estruturantes da repressão e da resistência.

Bibliografia

BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e PRT-ERP. Perseu: História, Memória e Política, n. 07, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/35>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CODARIN, Higor. Uma revolução de hombres jóvenes: as revolucionárias brasileiras no treinamento guerrilheiro em Cuba (1968-1971). Revista de História, São Paulo, n. 183, p. 1–21, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2024.214776. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/214776.. Acesso em: 14 nov. 2025.

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Santa Catarina: EDITORA MULHERES, 2010.

MULLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: AMANTINO, Márcia; PRIORE, Mary Del (org.). História dos homens no Brasil. São Paulo: UNESP, 2013, p. 299-333.

PEDRO, Joana Maria. “Viver o gênero na clandestinidade”. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). História Oral e História das mulheres. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe, “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 27, n. 54, dez. 2007, p. 20. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/263/26305405.pdf>, acesso em 10 nov. 2025

ST06: O SÉCULO XX NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADOS, INTELECTUAIS, MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS.

A mulher e a "raça" no discurso de Odilon Braga: um estudo de duas publicações de jornal do político mineiro (1911-1918)

Jordan Marcos Rocha[45]

Resumo: Esse artigo visa analisar publicações de jornal do político mineiro Odilon Braga na década de 1910, momento em que iniciava sua carreira política. As publicações abordam a respeito do gênero feminino e do conceito de raça. Em um dos artigos, Braga apresenta a admiração feminina pelo herói cinematográfico norte-americano como um incentivador capaz de aperfeiçoar o homem e fortalecer a "raça", entendida como vinculada à aptidão física. Já em um artigo posterior, atribuiu à mulher uma "eficiência incalculável" no front, como suporte emocional aos soldados. Em suas publicações, o feminino é visto como essência afetiva que inspira e regula o comportamento masculino. A análise busca apresentar essas publicações como processos de discussão e normatização social no cenário cultural do Brasil no início do século XX.

Palavras-chave: Odilon Braga, mulheres, raça, gênero, liberalismo, imprensa, Primeira República

Abstract: This article aims to analyze newspaper publications written in the 1910s by the Minas Gerais politician Odilon Braga, at the moment when he was beginning his political career. The publications address aspects of the female gender. In one of these, Braga presents admiration for the North American cinematic hero as a motivating force capable of improving men and strengthening the "race", understood as tied to physical aptitude. In a later article, Braga attributes to women an "incalculable efficiency" at the front, acting as

[45] Mestre e doutorando em História pela UFJF. E-mail: jordanmarcosrocha@gmail.com

emotional support for soldiers. In both texts, the feminine is construed as an affective essence that inspires and regulates male behavior. The analysis seeks to present these publications as processes of social debate and norm-setting within the cultural environment of early twentieth-century Brazil.

Keywords: Odilon Braga, women, race, gender, liberalism, press, First Republic

Introdução

Esse artigo é resultado de pesquisas realizadas no fundo Odilon Braga, presente no Arquivo Histórico da UFJF[46]. Tais pesquisas levaram a escrita da dissertação "Liberalismo e Democracia em disputa: Odilon Braga e o Manifesto dos Mineiros", defendida em 2023, bem como a atual análise do doutorado que tem por objeto de pesquisa a trajetória política de Odilon Braga.

Além de possuir uma trajetória que perpassa momentos políticos importantes do país, Braga tem bem preservada parte de sua documentação pessoal e política, que serve como uma rica amostra que possibilita a compreender, de forma heurística, as redes de sociabilidade, as relações políticas e a formação de sua própria cultura política, como reflexo das transformações da cultura liberal no país e da influência norte-americana sobre ela. Nesse sentido, sua trajetória intelectual e política permite a formulação de questões a serem consideradas em novas pesquisas e uma reflexão enriquecedora acerca de conceitos analíticos e metodologias já existentes.

Apoiado por essas fontes, esse artigo pretende analisar os artigos de Braga e reconstituir a perspectiva de Braga a respeito dos papeis de gênero, assim como reconstituir seu entendimento de raça. Essa análise contribui para a compreensão do debate intelectual no Brasil da transição do século XIX para XX, dos diversos entendimentos a respeito do termo "raça" e poderá auxiliar o desenvolvimento de novos trabalhos a respeito desses temas.

[46] Localizado na Avenida Rio Branco, nº3460 - fundos, no bairro Altos dos Passos, Juiz de Fora - MG. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/arquivocentral/apresentacao/>. Acesso em 30 dez. 2025.

A trajetória política de Odilon Braga tem uma relação bem próxima com a região da Zona da Mata Mineira. Nascido em 1894 em Guarani, Odilon Braga começou sua vida política em Juiz de Fora, cidade na qual concluiu o ginásio do colégio americano Granbery, em 1911, e iniciou o curso de direito pela mesma instituição. Segundo Mesquida (1994), diferente de outros, esse colégio possuía uma proposta de educação de ideal metodista e norte-americano. Junto de outras escolas também criadas pela comunidade metodistas no final do século XIX, eram consideradas espaços de formação de elites do sudeste brasileiro e estavam em sintonia com os valores liberais dessas elites. Os dois primeiros reitores do Granbery, J. W. Tarboux e Walter Harvey Moore, mais conhecido como Mr. Moore, eram de origem norte-americana. Eles trouxeram consigo a "boa camaradagem, as alegrias, os jogos esportivos", e as formas e processos que a pedagogia americana puseram em ação (Boaventura, 2003, p. 7). No trabalho de Rezende (2023), percebe-se que Tarboux, em específico, foi o principal responsável pela introdução do metodismo em Juiz de Fora.

Foi nesse ambiente colegial que Braga participou do que podemos considerar sua primeira atividade política: engaja-se na campanha de Rui Barbosa a ponto de presidir o Comitê Acadêmico Civilista de Juiz de Fora. De acordo com Viscardi (2012), essa eleição foi considerada como bastante disputada para os padrões da Primeira República e sacudiu as disputas intraelitistas, dividindo conservadores e liberais, militares e setores civis e urbanos. Em torno da escolha de um candidato para apoiar, São Paulo, fragilizado em torno do apoio à política cambial em andamento, tentou levantar o nome de David Campista, mas sem apoio de Minas Gerais, que estava aberto a uma aliança com os gaúchos em prol da candidatura de Hermes da Fonseca. O resultado foi o apoio de parte do PRP e do PRM à candidatura do baiano Rui Barbosa, jurista, um dos principais autores da Constituição de 1891 e que simbolicamente representava os valores do liberalismo político republicano na disputa contra Hermes da Fonseca, militar do Rio Grande do Sul que, a despeito de não carregar tal simbolismo, conseguiu o apoio de diversas elites regionais excluídas dos processos decisórios.

Foi também nesse contexto que Braga presidiu a Associação Operária de Juiz de Fora. Segundo Oliveira (2010), no início do século XX, a cidade tinha uma atividade econômica bastante intensa, sendo um ponto de passagem para o comércio com o interior do Estado, além de ser uma região cafeicultura bastante evidente, permitindo investimentos de capital na indústria destinada a atender a demanda do mercado interno.

Os primeiros passos na intelectualidade

Um dos principais veículos de expressão de Braga foram as publicações de jornais. Apesar de já se interessar por política e de seguir essa carreira a partir de 1918, suas publicações também abrangiam crônicas e discussões sobre dramaturgia, cinema, cultura, costumes e religiosidade. A primeira publicação de Braga encontrada no arquivo é de setembro de 1911 e foi publicada no quarto número do primeiro ano do órgão *Miragem*, pertencente a um clube literário de Juiz de Fora. Tem tom poético e compara os mineiros de seu tempo, "uns desalentados, uns pessimistas, uns indiferentes", com os mineiros dos tempos dos bandeirantes e dos inconfidentes. Nos novos tempos, para Braga: "Não mais encontramos nos mineiros aquele ardor, aquele ânimo que eles insuflavam nos que o cercavam e que agia tão eficazmente sobre a civilização".[47]

É possível perceber um tom cívico-nativista, crítico da descrença e do descaso dos mineiros. Influenciado por Olavo Bilac, Braga entende que a melancolia das novas gerações, dentre outras causas, teria raiz no destronamento do africano, cujo "sangue", longe de sua terra natal, ainda guardaria "como que nostalgia da África longigua". Associou-se aos ex-escravizados e seus descendentes, bem como a desilusão dos antigos bandeirantes, que "esburacaram com sacrifícios inauditos as grutas que sonhavam cheias de ouro", a tristeza presente nos mineiros. Depreende-se da publicação uma explicação psicologizante e racializada de sua geração, que carrega consigo uma contradição: ela é desanimada e desinteressada, por suas raízes e experiências, mas também nela reside uma mocidade capaz de "empunhar o leme do governo".

[47] BRAGA, Odilon. Miragem 15/9/1911. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

Mas quem ou o que salvará essa mocidade? No mesmo texto, mais a frente, Braga explicou: “Minas só progredirá, quando o estrangeiro, cheio de vida e de esperanças vier fazer desaparecer aquela partícula hereditária de descrença”. Também seria necessário que “mocidade, cheia de viço, que hora se ergue resoluta”, empunhasse o “leme o governo”. Fica em aberto quem seriam esses “estrangeiros”, mas textos posteriores colocam a América do Norte em lugar de destaque. Percebe-se que o povo mineiro, perdido em sua descrença, precisaria de imigração, já presente naquela época, e de inspiração estrangeira para que novamente se entusiasmasse. Assim, é perceptível essa psicologização e distinção de raças, acompanhada de uma expectativa civilizatória.

Já em 1914, Braga começa a trabalhar como auxiliar de redação para o *Jornal do Commercio*. Também juizforano, o jornal dava espaço às reivindicações trabalhistas e patronais[48]. Nesse jornal, entre outros artigos, publica *A Ilusão dos Pais*, que retrata a relação entre pais e filhos e o baixo desempenho acadêmico dos jovens do período. Segundo Braga, tal desempenho fizera o colégio Granbery, com seu trabalho “honesto e exigente”, receber menos ingressantes. Novamente relegando aos jovens o destino da nação e relegando o avanço à influência estrangeira, ele cita que na China estaria ocorrendo uma “espantosa e inacreditável transfiguração tendente a desenvolver o máximo das suas energias no sentido de avançar pelo progresso”. Esse “assombroso milagre” teria sido realizado por “aqueles estudantes que ela enviava anualmente aos 5.000, a aprender nos Estados Unidos da América do Norte a serem sábios, a serem energéticos, trabalhadores e honestos”. Diante do papel ativo dos jovens, só restaria à sociedade um “contínuo trabalho de cultura, sábia e própria”, explicando que: “Não é raro dizer por aí que o nosso maior mal é crise de caráter. Ora,

[48] Como exemplo, podemos considerar as publicações de 28 de fevereiro de 1906, que em carta a Francisco Bernadino, defendia a criação de “um sistema de legislação – regulando os conflitos entre operários e patrões, os casos de invalidez [...]”, de 18 de abril de 1906, conclamando que a sociedade operária a se organizar “contra o despotismo do capital”; 28 de abril de 1906, que em nome da diretoria do Centro Operário da cidade convidava aos patrões embandeirar suas sedes no dia 1º de maio; de 2 de maio de 1906, em comemoração ao dia do trabalho e em prol da conquista de direitos pelo Congresso Operário Brasileiro; de 22 de setembro de 1906, que noticiava a greve dos sapateiros; de 30 de abril de 1907, que noticiava a deliberação em Assembleia Geral para a fundação da Liga Operária de Resistência do Povo Trabalhador; de 9 e 11 de junho de 1909, que publicavam abaixo-assinado e reivindicação para redução das horas de trabalho.

modificá-lo, nessas almas já integradas no seu desenvolvimento, é dificílimo, se não impossível".[49]

Assim, fica claro a relação entre o futuro da nação e os jovens, bem como o papel estrangeiro no seu desenvolvimento. Não é a China tradicional o alvo dos elogios, mas sua tentativa de ocidentalizar. Não só para o avanço na técnica, acompanhando as revoluções industriais dos países europeus, mas também a "serem sábios", como se não o pudessem ser estando em uma cultura de tradição milenar.

Mas Braga não dirigiu a atenção somente aos jovens e reserva conselhos aos pais, porque "Eles, muitas vezes só eles, são os culpados pelo desenlace mal ou inútil, das vidas dos seus filhos". Além de não se perguntarem sobre a instituição de ensino, Braga criticou que os pais, ao invés de julgar as provas dos seus filhos com a atenção necessária ao desenvolvimento de sua inteligência, preferem a repreensão com base nas notas dos boletins. Obrigá-los a tirar notas boas não contribuiria para "o grande estudo que se faz somente pela ambição de ser alguma coisa no mundo, de fazer gerar mais uma força nova e vibrante", visando o engrandecimento do seu país ou o simples gosto de estudar. Restaria então um estudante que "sem energia própria, sem entusiasmo [...] buscará de preferência aquelas faculdades que pelo desonesto trabalho e impatriótico regime de facilidades lhe cederão sem grande trabalho".[50]

Nessas duas publicações, percebe-se que o jovem Braga tem um olhar crítico em relação à sociedade e, em especial, a falta de entusiasmo da juventude. Sua abordagem é filha de seu tempo, carrega consigo uma visão psicologizante do povo mineiro, racialista, baseada numa herança ancestral de frustração e desilusão, de "sangue herdado", quase biológica, no sentido de inferir certo "sangue" como ancestralidade que carrega estados psicológicos. Tal interpretação do passado mineiro ocorreu em uma época na qual havia poucos conceitos

[49] BRAGA, Odilon. *Jornal do Comércio* 6/9/1914. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

[50]BRAGA, Odilon. *Jornal do Comércio* 6/9/1914. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

sociológicos e biológicos desenvolvidos como ferramentas epistemológicas. Como chave para romper a descrença mineira, Braga acreditava no potencial da educação das novas gerações, no papel cultural para o seu desenvolvimento. Essa cultura seria melhorada com a presença estrangeira, dentre as quais a norte-americana é a mais evidente em seus textos, conforme será possível demonstrar.

Os papeis de gênero e o "apuramento das virtudes superiores da raça"

Após a conclusão do bacharelado em direito, que em decorrência da "Lei Carlos Maximiliano", de 1915, ocorreu pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro no ano seguinte, Braga retorna para a atuação na Zona da Mata Mineira, advogando em Rio Pomba e Ubá, colaborando com os jornais locais e, em especial, com *o Diário Mercantil*, de Juiz de Fora. Em fevereiro de 1918, durante 8 dias, exerceu o cargo de promotor de justiça, conhecendo Raul Soares, importante figura do PRM que o ajudou no ano seguinte, nomeando-o oficial de seu gabinete do Ministério da Marinha (Romão, 1979).

Em 1918, ocorrem as duas das publicações mais expressivas de Braga quanto ao papel feminino na sociedade, todas publicadas pelo *Diário Mercantil*. Em mais uma evidência do seu apreço pela cultura norte-americana, Braga escreve para o jornal, em maio de 1918, a respeito de George Walsh, ator tido como um "ídolo cinematográfico das mulheres".[51] O jovem Braga conta que antes de assisti-lo pelos "films" da "*Fox*", o conheceu por meio do "cálido entusiasmo de uma criatura muito formosa, cujos olhos, de uma mordente vivacidade, acendiam, a sua lembrança, lumes fugaces e expressivos". Depois disso, teria lido e ouvido mais vezes seu nome do que os nomes de políticos norte-americanos. Para Braga, Walsh, como outros atores, fez sucesso ao "fazer fitas pelo mesmo processo: ostentação de força e audácia". Elogiou os norte-americanos nesse processo:

[51] Artigo intitulado *George Walsh*. BRAGA, Odilon. *Diário Mercantil* 7/5/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

> A América é realmente curiosa: metamorfoseia as mesmas atitudes mais visíveis, adequando-as ao seu feitio, dissolvendo-lhes o ridículo imanente; reabilita-as para não dizer que até folga em as consagrar. Singularidades![52]

Braga cita o caso do ator Roosevelt, um norte-americano conhecido por suas fotografias de ação que "forcejavam" por autenticar sua vida aventureira, "caçando leões e panteras na selvagem fantasmagoria das florestas africanas".

Mais do que a virilidade do ator, pode-se considerar que elas carregam um discurso de domínio sobre a natureza e de preconceito em relação à condição africana, cuja função foi a de criar um cenário selvagem em que o protagonismo é dado ao homem norte-americano, que substitui os que ali realmente vivem. Braga, ao longo do artigo, demonstra entendimento de que aquelas fotos eram uma produção cultural, mas naturaliza e endossa tal produção narrativa, típica da virada do século XIX para o XX, ao elogiar a maneira como os americanos transformaram essas ações, reabilitando-as dentro da cultura. George Walsh, seguindo a mesma receita, dessa vez pela "moving picture", "faz refulgir sua musculatura apolínea, a jovialidade expansiva e ingênua de sua mocidade e o clarão impressivo dos lampejos de sua audácia e do seu espírito", conseguindo assim ser "um dos ídolos cinematográficos das mulheres".

Braga seguiu reforçando a admiração das mulheres por essa figura:

> Que fascinação, falam dele como se falassem de um íntimo que lhes ficasse a exaltação admirativa. Algumas, das mais jovens, têm por ele convulsas explosões apaixonadas que descobrem alucinantes tendências de temperamento.... Muitas o têm nas alcovas recatadas e virginais, sorrindo satanicamente, a sua mocidade exuberante e atrevida, ao lado de S. Geraldos magriços e constrictos, ainda mais uma vez mártires pelas preferências arrebatadas.[53]

[52] Ibid.
[53] BRAGA, Odilon. *Diário Mercantil* 7/5/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

Traçada a admiração das mulheres pela virtude de George Walsh e construindo seu argumento em torno da figura ideal masculina, Braga começa a definir o gênero oposto em suas características, algumas limitantes:

> Em geral, as mulheres têm pouca faculdade abstrativa pelo que não percebem que seu Walsh é uma bela criação romântica, uma síntese masculina realizada pelo precipitar das ânsias e aspirações das gentes singularíssimas do Norte [...] ideal que se faz modelo para os seus jovens, dos quais depende a perpetuação e apuramento das virtudes superiores da raça.[54]

Para Braga, as mulheres não seriam capazes de entender a idealização por trás do modelo, pela pouca "faculdade abstrativa". Mas as idealizações femininas eram úteis como um modelo aos jovens, na melhoria da "raça". Discorrendo sobre essa idealização, expõe que naquela produção artística: "Tudo se arma, com aparência de realidade, para o realce dos elementos da raça: mocidade, força, saúde, contentamento, beleza, espírito e irreverência e audácia".

Mas, sendo um quase irresistível "ator de ação" para as mulheres, para além da beleza física, por que Walsh é tão validado? Para Braga, é porque Walsh representa força, porque "vive, sofre, ama", saber usar a "única arma específica que a natureza deu, o punho", tendo um murro digno de elogio "lúcido" de Maurice Maeterlinck. Aí está colocada, para Braga, talvez, a principal característica a ser desenvolvida no homem: "A beleza do homem é a força, como a beleza é a força das mulheres". Braga trouxe o tempo como uma autoridade que defenderia seu modelo de masculinidade:

> Ainda e sempre maior tentação não há que sobreleve a do corpo humano harmoniosamente desenvolvido, raiando saúde, ágil, servido por um espírito moço, expansivo e atirado. Isto é antigo. Para não falar na Grécia e Roma, passando-me ao lugar comum das citações gastas pelo uso, aí tiremos de Salomão: "o ornato dos mancebos é a força.[55]

[54] Ibid.
[55] Ibid.

Braga reforça que Walsh é um “tipo”, pois, só seria possível “numa encantadora transmigração” da vida americana nas suas melhores “manifestações”. A criação de um “tipo” idealizado também seria cabível às moças: “-a girl: fascinante de beleza, de graciosa desenvoltura, com feitiço no olhar e nas maneiras, [...] apaixonada e pura ainda quando se lhe entrega em longos beijos saudáveis”.

Construído estereótipo de moça ideal, o jovem Braga logo propôs sua solução: “Imitemos, ainda nesse lance, os americanos.”, pois em seu olhar, a sociedade brasileira teria “uma mocidade pouco robusta, pouco ágil, pouco alegre e tímida, sem iniciativas, pelo que pequena será a colheita da pátria no futuro”. As mulheres não seriam apaixonadas pela figura de George Walsh, mas verdadeiramente atraídas por suas três “virtudes de aparência”, que eram as mesmas de São Paulo: “força, jovialidade e audácia”. Propôs que em vez de se “fansiarem de damas da cruz vermelha, em um cometer de inaudito sacrilégio”, as mulheres “cultivassem e estimulassem pela distribuição de seus tesouros”, as três virtudes de São Paulo nos homens, pois “Os homens são o que as mulheres querem”. Não haveria “patriotismo mais eficaz que esse”, tendo a pátria, satiricamente, o “direito de cobrar tal sacrifício...”.

Ao longo do artigo, Braga é progressista em reconhecer e admirar a atração feminina pela figura do ator de ação norte-americano, sem a repreender. É transformador em criticar a juventude masculina, tida como magra, tímida e recatada, por meio da figura de São Geraldo. Mas, por outro lado, é resultado de seu tempo, reproduz a mentalidade de sua época: define papeis de gênero pouco flexíveis, estabelecendo para o homem o papel de ser resiliente, e à mulher a posição de escolha do parceiro e de cuidado. O feminino seria dotado de uma beleza que tem um fim em si mesma e seria capaz de inspirar valores que moveriam os homens. Mas esse gênero possuiria suas limitações em relação ao masculino, como a pouca “faculdade abstrativa”. A beleza feminina também impunha suas barreiras: até mesmo a posição de ajudar no esforço de guerra na Cruz Vermelha foi vista com certo deboche, pois seria considerada “sacrilégio”. Nas produções cinematográficas norte-americanas, se oculta os povos que verdadeiramente lidavam com a savana africana e sua fauna, para entregá-lo à característica “apolinía”, portanto, eurocêntrica, do ator de ação norte-americano. O leão,

como representante dos elementos selvagens dessa fauna, serve como "pano de fundo" na construção de um tipo idealizado, que Braga tem ciência e, ao mesmo tempo, admiração.

No segundo artigo, intitulado *Cupido na Guerra*, do mesmo jornal, o jovem Braga transmitiu com otimismo a notícia de que o general norte-americano Pershing, no esforço militar na Primeira Guerra Mundial, havia liberado a correspondência amorosa entre os soldados no front e suas amadas. Com relação à medida, Odilon Braga enxerga no papel feminino uma ferramenta para a vitória. O jovem deixa claro que não conhece muito do que vai escrever, pedindo licença aos americanos:

> Eu não conheço nada, mas por isso mesmo é que vou escrever. Em geral, os jornalistas escrevem, de preferência, sobre aquilo que ignoram mais profundamente. E é quando escrevem coisa que se pode aturar…
>
> Que me perdoem os americanos que, por acaso, me vão ler - mas é tão fácil me inventar-se a gente psicólogo e afirmar observações e teorias…[56]

Em brincadeira, Braga julga a medida excelente, mas "pedindo a Deus que Petain não a imite". Ao longo do artigo, Braga repete três vezes o mesmo pedido. Em uma rápida pesquisa, é possível constatar que Braga se referia a Philippe Pétain, oficial general francês, nomeado chefe do Estado Maior em 1917, comandando as tropas do seu país na Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, se tornou um colaboracionista como chefe de estado da França de Vicky. O temor de Braga era explicado pelas diferenças entre esses povos, em específico, pela maneira de como encaravam o amor:

> Lá nos *States*, o amor é uma feição natural da vida, como o sorriso vegetal feito flor, o canto da ave, a catarata do Niagara, uma chaga, um dia de sol.
>
> Naturalissima! Os americanos dão ao amor, na palpitação proteiforme da sua vida intensíssima, o lugar que ele, por força de imprescritíveis leis específicas, tem direito. Cupido naquela terra impera desde a White House até a mais remota cubata do Far West, ainda selvagem. E o amor que anda por lá é mesmo Cupido e não Eros – que este vive, mais de comum, nos países latinos.[57]

[56] BRAGA, Odilon. *Diário Mercantil* 22/5/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.
[57] Ibid.

Esse amor norte-americano não teria impedido, por exemplo, o presidente Wilson decidir, "com a mais clara rija clarividência" os problemas do seu país, mesmo tendo já iniciado o "*flirt*" com a sua atual esposa. O amor é recebido lá com "complacência sorridente" e "colore e aformosea a alma", sendo tão "indispensável como o pão". Esse amor do norte também evitaria os crimes passionais:

> Em geral, sem tragédias. Raramente se faz acompanhado do ciúme. O *gralones* [Odilon corrigiu a caneca como "jealous"] é apontado com o dedo e padece o castigo da reprovação pública. O pior que pode acontecer ao americano abandonado e preterido é engolir mais whisky do que de costume.
>
> O comum, porém, é o homem retirar a maior soma de incentivos e de razões para viver dos seus amores.[58]

Braga ainda solta outro trecho que deixa claro que o amor dos latinos, com o qual entende a realidade francesa do exército de Petain, se refere também ao amor presente no seu país:

> Temos razão de nos guardarmos do amor, de o afastarmos, porque o nosso é caustico: queima, assinala, sulca. Ainda quando leva, sangra. Tem alguma coisa de infernal. É Eros, é Dionisos. Proserpina desce sempre às cavernas platônicas (sic).
>
> O americano pode rir quando ama - o latino - não, é sempre triste.[59]

Para o jovem Braga, o general Pershing, com a liberação das cartas de amor, não queria apenas "suprir a ação estimulante do alcool e do café", mas tinha um motivo "mais simples":

> A batalha depende do moral da tropa; moral abatido, derrota pela certa.
>
> Ora, o moral do homem apura-se pelo sentimento. O sentimento é a origem de toda a ação humana; é o poder determinante. Leia-se com vantagem para maiores esclarecimentos o Sr. Jules Payot. O homem na sua exteriorização

[58] BRAGA, Odilon. *Diário Mercantil* 22/5/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.
[59] Ibid.

> social é o desdobramento do estado afetivo, sendo que quase todo estado afetivo vem inicialmente, do amor, ou melhormente, da mulher.”
>
> Elas podem tudo. Se soubessem materializar as prodigiosas forças que se perduralizam em torno da sua fragilidade arquipotente, elas poderiam realizar o sonho de Nietzsche – a transmutação de todos os valores.[60]

Longe de ser por um “motivo simples”, percebe-se que Braga utiliza de uma simples medida do General Pershing para defender um discurso ideológico do feminino. A mulher, limitada socialmente, como uma espécie de compensação, carregaria consigo o potencial de ser a origem emocional e moral do homem e de moldar esse gênero pelas “disposições afetivas”, pela seleção dos melhores homens, conforme presente no artigo anterior. Assim, a “fragilidade” feminina, condição social que marcaria muitas das experiências do gênero perante ao oposto, teria um poder oculto “arquipotente”. Esse potencial, como uma energia social latente, se empregado plenamente, poderia reordenar a sociedade, realizando a “transmutação de todos valores”, em uma interpretação simplificada de Nietzsche. E, em parte, é por isso que Braga se dirige às mulheres. Não satisfeito com suas prerrogativas masculinas, Braga também espera que as mulheres ajam seguindo seu ideal civilizacional, que perpassa pela melhoria da raça, pelo incentivo dos homens em suas façanhas, ainda que com altos custos humanos.

O autor também reproduz uma perspectiva romântica, do ponto de vista literário e filosófico, ao considerar o sentimento como origem da ação humana, estando a afetividade no centro da vida moral e social. Esse discurso se comunica com a perspectiva de autores da escola escocesa, como David Hume, para qual “A razão é e deve ser escrava das emoções”, e Adam Smith, que defendeu que a sensibilidade/simpatia era um princípio responsável pelas distinções morais, que aproximavam o homem da virtude (DUARTE, 2007). Tais autores “recusavam em buscar na razão o “móbile fundamental do comportamento humano” (PAES-MÜLLER, 2022, p. 158).

[60] Ibid.

Também se comunica com os franceses Jules Payot e Jean Jacques Rousseau que, ao abordarem sobre o comportamento humano, valorizam a relevância do sentimento nas ações humanas e sua episteme. Payot, ao abordar sobre a educação, defendeu que ela deveria promover o fortalecimento da vontade como fator primordial para uma vida baseada na virtude. Ele rejeita a ideia de que a vontade é uma faculdade inata e imutável. Pelo contrário, essa vontade seria adquirida por meio de uma pedagogia que envolve o autoconhecimento (PAYOT, 1910). Rousseau, quando aborda especificamente sobre educação, coloca sobre as mulheres um "papel fundamental e insubstituível" (MOOSBURGUER, 2021, p. 217) na educação dos filhos. Para ele, o homem é forte só na aparência, pois depende, no estado civil, do consentimento da mulher, em matéria sexual. Essa relação estaria marcada "por uma invariável lei da natureza que dá à mulher uma facilidade maior de excitar os desejos do homem que a este a capacidade de saciá-los" (Ibid., p. 226).

Percebe-se que Braga se comunica com o pensamento vigente em sua época e que envolve a definição de papéis de gênero bem estabelecidos. Estando em um momento de conflito mundial, Braga ainda não expressa preocupação com seus efeitos. A preocupação pacifista seria mais evidente depois dessa Primeira Guerra, em que os resultados da guerra em escala industrial foram finalmente expostos e houve a criação de obras como *Nada de Novo no Front*, de Erich Maria Remarque. Um trecho posterior deixa claro a relação entre os gêneros como ferramenta de guerra:

> E o general Pershing sabe disso; sabe que, se as *girls* de sua terra entenderem de ter, cada uma, um *sweat heart* que ostente uma condecoração de valor militar - uma cruz de guerra, os seus boys irão buscá-las a Berlim, se tanto for preciso.[61]

Embora a análise deste artigo se concentre nos dois textos específicos, Odilon Braga publicou ao menos outros três escritos no Diário Mercantil que também abordam os papéis de gênero e o chamado "problema feminino". Em *Verdades nuas*, de 13 de julho de 1918, Braga critica os homens que publicam anúncios com traços de sensuais e efeminados na seção de

[61] BRAGA, Odilon. *Diário Mercantil* 22/5/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

“Colaboração das Leituras” de uma revista paulista, voltadas ao público feminino. Como exemplos típicos, cita anúncios como: “H. B. conta apenas 15 risonhas primaveras, etc… Possui uma boquinha mimosa”, e ainda: “[…] seus olhos são da cor das ramarias; têm um brilho sedutor. Seus lábios são finos e rubros. Ama o ‘sport’, patina e namora admiravelmente, etc.”. Braga associa esses comportamentos a uma ameaça à família e ao que denomina o “horrível ampliar das páginas de sangue dos jornais”, estabelecendo entre eles uma relação direta de causa e efeito, ainda que não explicite seus mecanismos, cabendo às mulheres o papel de legitimar ou rejeitar esses comportamentos.[62]

Os outros dois artigos, *Réplica*, de 22 de julho de 1918, e *Remate*, de 13 de ago. de 1918, configuram respostas à poetisa Gilka Machado (1893–1980), já então reconhecida por sua produção poética moderna e por sua atuação pública em debates culturais. Nesses textos, Braga adota uma retórica ambígua: ao mesmo tempo em que elogia a inteligência e o estilo da escritora, reafirma uma concepção essencializada da masculinidade e da feminilidade.

Em *Réplica*, escreve uma resposta a crítica da poetisa ao artigo *Verdades nuas,* adotando um tom galante e retórico e elogiando sua inteligência. Volta a criticar o entusiasmo feminino por homens considerados efeminados, vistos como ameaça à ordem natural. Já em *Remate*, desloca o debate para o plano intelectual, questionando a maturidade crítica e a consistência lógica da autora, apesar de reconhecer o grande potencial de seu talento estilístico, encerrando a controvérsia de forma conciliadora.

A análise aprofundada desse diálogo implicaria tratar simultaneamente duas trajetórias intelectuais e seus respectivos campos de recepção, bem como a procura das fontes que permitam ter contato com as respostas de Gilka Machado, o que extrapola os limites deste artigo. Ainda assim, o conjunto dos textos aqui abordados aponta para disputas simbólicas relevantes sobre gênero, moralidade e autoridade intelectual no espaço público da Primeira República, constituindo um campo promissor para investigações futuras.

[62] Idem. *Diário Mercantil* 13/7/1918. Pasta 292: Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre assuntos diversos. Fundo Odilon Braga.

Conclusão

Como foi possível analisar, Odilon Braga teve uma participação ativa no debate intelectual da década 1910, articulando uma visão crítica da sociedade de seu tempo. Para o jornalista e político, era necessário que houvesse uma juventude mais entusiasmada com os rumos do país. Sua análise do povo mineiro misturou elementos psicológicos, sanguíneos e de aptidão física que dialogavam com outras interpretações psicologizantes e racializadas já existentes. Apesar de crítico em relação à condição de sua sociedade, a análise de Braga pouco atribuiu ao papel à escravidão e à colonização portuguesa a responsabilidade pelas fragilidades nacionais. Pelo contrário, via o estrangeiro com certo idealismo, principalmente o modelo norte-americano, que utiliza como referência ao julgar outros povos.

Com um olhar romântico e, ao mesmo tempo, utilitário sobre as ações humanas, Braga utiliza a atração feminina pelos atores norte-americanos como forma de mobilização feminina pelo "aperfeiçoamento das virtudes superiores da raça". As mulheres, às quais atribui características socialmente limitantes, poderiam contribuir para a melhoria das aptidões físicas e morais de sua juventude, que é criticada também como fraca e retraída. A atração e o amor masculino, por sua vez, poderiam ser utilizados como um incentivo no esforço de guerra, embora, no caso do amor nos povos latinos, que incluem também o povo francês, Braga aborda com escárnio uma contribuição amorosa. Os outros dois artigos em resposta a Gilka Machado seguem defendendo concepções rígidas de gênero em um processo de normalização social.

Referências

BOAVENTURA, Elias. Espírito Granberiense e a escola do futuro. In: *7º Simpósio Internacional – Processo Civilizador: História, Civilização e Educação,* 7., p. 1-15. 2003, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2003. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos%20Apresentados.htm>. Acesso em 28 dez. 2025.

BRAGA, Odilon. Pasta 292: "Recortes de diversos jornais contendo artigos escritos por Odilon Braga sobre diversos assuntos (1911-1927)". Fundo Odilon Braga. Universidade Federal de Juiz de Fora. Arquivo Central. Coordenação de Arquivos Permanentes.

DUARTE, João Azevedo e Dias. "Simpatia": imaginação e sentimentos em Adam Smith. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_682a33aa4f9cfadc52b5447831a92a02.pdf>. Acesso em 28 dez. 2025.

MESQUIDA, Peri. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso. Juiz de Fora: EDUJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

OLIVEIRA, L. E. de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado em Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 484 p.

PAES-MÜLLER, Leonardo André. O sentimentalismo generalizado de Adam Smith: Espanto e ordem na História da Astronomia. Em Construção: Arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, n. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2022.60282>. Acesso em 28 dez. 2025.

PAYOT, Jules. *The Education of the Will: The Theory and Practice of Self-Culture*. New York & London: Funk & Wagnalls Company, 1910.

REZENDE, Maurício Ferreira da Mota. O início da Igreja Metodista em Juiz de Fora: 1884-1900. 2023. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/historia/wp-content/uploads/sites/601/2024/10/TCC-Igreja-Metodista-Aluno-Mauricio-Rezende-matr%C3%ADcula-201428063B-Orientador-Prof-Dr-Angelo-Carrara-Leitora-Profa-Dra-Silvana-Barbosa.pdf>. Acesso em 28 dez. 2025.

ROMÃO, J. E. (coord.). *Arquivo "Odilon Braga"*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1979.

VISCARDI, C. M. R. *O Teatro das Oligarquias*: uma revisão da política do café com leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 342 p.

MENDES, Nathália Acioli. *O fazer poético de Gilka Machado: a sonhadora bizarra de cristais partidos*. 2025. Monografia (Curso de Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025, p. 36. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/26719>. Acesso em 28 dez. 2025.

Cuba Nas Páginas Da Imprensa Brasileira: Representações E Estratégias Discursivas No *Tribuna Da Imprensa* No Ano De 1954

Lyandra Ester Prudente.[63]

Resumo: O presente trabalho analisa as representações de Cuba no jornal *Tribuna da Imprensa* em 1954, buscando compreender de que modo o periódico construiu para a construção de discursos sobre a política cubana. Parte-se do pressuposto de que a imprensa atua como espaço de produção e circulação de representações capazes de intervir na vida política e reforçar valores ideológicos. Nesse sentido, entende-se o jornal como agente ativo na formulação de sentidos e posicionamentos Os resultados indicam que o periódico retratou a instabilidade cubana como reflexo do avanço comunista e da decadência moral, associando Batista à ordem e os movimentos de oposição à ameaça à civilização ocidental. Ao projetar sobre Cuba suas próprias disputas políticas, o *Tribuna da Imprensa* reafirmava seu papel como mediador de sentidos e como agente ativo no campo das representações políticas.

Palavras-chave: imprensa brasileira; Carlos Lacerda; Cuba; representações políticas; ideologia.

Resumen: El presente trabajo analiza las representaciones de Cuba en el periódico Tribuna da Imprensa en 1954, buscando comprender de qué modo el periódico construyó para la construcción de discursos sobre la política cubana. Se parte del supuesto de que la prensa actúa como espacio de producción y circulación de representaciones capaces de intervenir en la vida política y reforzar valores ideológicos. En este sentido, se entiende el periódico como agente activo en la formulación de sentidos y posicionamientos. Los resultados indican que el periódico retrató la inestabilidad cubana como reflejo del avance comunista y de la decadencia moral, asociando a Batista con el orden y a los movimientos de oposición con la amenaza a la civilización occidental. Al proyectar sobre Cuba sus propias disputas políticas,

[63]Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: lyandra.ester@estudante.ufjf.br

el Tribuna da Imprensa reafirmaba su papel como mediador de sentidos y como agente activo en el campo de las representaciones políticas.

Palabras clave:prensa brasileña; Carlos Lacerda; Cuba; representaciones políticas; ideología.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido como requisito para a obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Com o objetivo de compreender como o jornal *Tribuna da Imprensa* construiu as imagens de Cuba e dos movimentos que ocorriam na ilha. Para isso, analisam-se os enquadramentos simbólicos, os tons argumentativos, as metáforas e as estratégias narrativas que reforçam um imaginário político alinhado a interesses conservadores e estrangeiros. Essa construção se expressava tanto nas matérias e escolhas editoriais do jornal quanto nas ausências e silêncios de sua cobertura. A pesquisa parte da compreensão de que a imprensa, além de veicular informações, é também um espaço de produção e circulação de representações capaz de intervir na vida política e reforçar valores ideológicos. Dessa forma, o discurso jornalístico é entendido como uma prática social e política atravessada por ideologias que conferem sentido aos acontecimentos e constroem visões de mundo.

A escolha do *Tribuna da Imprensa* justifica-se pela relevância que o jornal exerceu na cena política brasileira nos anos 1950. Sob a direção de Lacerda, o periódico adotou uma postura de oposição contundente ao governo Vargas e consolidou-se como uma das principais vozes do pensamento liberal-conservador no país. Essa orientação ideológica, marcada pela defesa da moralidade pública e pela retórica anticomunista, refletiu-se na forma como o jornal interpretou a conjuntura internacional, especialmente os acontecimentos em Cuba.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa voltada à análise das matérias jornalísticas sobre Cuba. As edições foram consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a partir da busca pelo termo “Cuba” nas publicações do *Tribuna da Imprensa* entre

1950 e 1959, com ênfase no ano de 1954. Foram selecionadas 26 matérias, organizadas conforme categorias como data, título, tipo, local de publicação e tom discursivo. Essa sistematização possibilitou uma leitura crítica dos sentidos produzidos pelo jornal.

Assim, o estudo procura compreender as relações entre imprensa, política e ideologia, evidenciando como o periódico projetou sobre Cuba as tensões e disputas simbólicas presentes na sociedade brasileira da década de 1950. Além disso, o estudo soma-se às pesquisas sobre narrativas e representações, destacando o papel dos meios de comunicação na formação de sentidos políticos por meio de enquadramentos discursivos.

1. A imprensa como ator político: análise do Tribuna da Imprensa

A década de 1950 foi marcada por profundas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil, impulsionando a urbanização e a industrialização. Após a Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional polarizou-se entre Estados Unidos e União Soviética, disputando hegemonia global. Inserido nesse contexto, o Brasil sofreu forte influência norte-americana, sobretudo no campo econômico e cultural, o que se refletiu também na imprensa. O Brasil estava sob influência norte-americana, especialmente no que diz respeito à ideia de prosperidade econômica, que se afirmou como um ideal norteador do período.

Essa influência não se limitou ao campo econômico mas também esteve presente nos hábitos de consumo, no estilo de vida e também na imprensa que nesse momento investiu em equipamentos, técnicas e gestão, transformando este espaço em uma estrutura empresarial. A partir dessas circunstâncias, a imprensa, especialmente os jornais impressos, passou a constituir-se como um espaço comercial com alto poder econômico, propício à implementação de inovações gráficas e editoriais, que influenciaram significativamente o desenvolvimento do jornalismo e a consolidação da figura do jornalista como profissional. As faculdades de Filosofia e os cursos de jornalismo empenharam-se em formar um profissional especializado e dedicado ao jornalismo informativo (Abreu, 2008: 10).

Com o alto nível de investimento, os jornais passaram a lucrar mais, principalmente com os anúncios, neste momento este espaço não era restrito apenas a propostas de pequenas

oportunidades de investimento e emprego, mas sim voltado para a divulgação de produtos como automóveis ou eletrodomésticos, construindo um ideal de modernidade que associava o consumo à cidadania e ao progresso. Os impressos passaram a se preocupar em aumentar a sua circulação no território nacional, uma vez que "[...] as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional." (Abreu, 2008: 05). Essa reestruturação da imprensa periódica também teve seu lado adverso, alguns jornais com a implementação de novos procedimentos viram-se obrigados a reduzir o tamanho de seus cadernos especiais,[64] enquanto outros aumentaram sua numeração e investimento para alcançar maior público alvo.

Jornais como *Última Hora* e *O Diário Carioca* incorporaram práticas norte-americanas, priorizando objetividade, impessoalidade e a lógica do *lead* baseada na necessidade de transmissão rápida das notícias. Assim, todas as informações essenciais deveriam constar no primeiro parágrafo do texto, seguindo a lógica da fórmula 5W1H:(*what?*, *where?*, *who?*, *when?*, *why?* e *how?* (o que?, onde?, quem?, quando?, por que? e como?), priorizando a objetividade jornalística e distanciando-se do texto literário, com foco na transmissão direta da informação, do fato e/ou do evento (Weltman-Lattman, 2008: 164).

É nesse contexto que o *Tribuna da Imprensa* se consolidou como veículo informativo e de forte oposição à figura de Getúlio Vargas. Sob direção de Carlos Lacerda, o jornal assumiu papel central na mobilização de setores conservadores, utilizando a retórica anticomunista para justificar suas críticas ao governo. Em seus primeiros anos o jornal circulou com cerca de 10 a 12 páginas, com temáticas específicas em alguns dias da semana, por exemplo às terças-feiras o periódico trabalhava com matérias sobre economia e finanças.

Entre 1953 e 1954, Lacerda intensificou sua atuação como principal voz da oposição ao governo de Vargas, utilizando o periódico como instrumento central de ataque político. O jornal se apresentava como porta-voz dos setores descontentes, denunciando o então presidente como sendo promotor do comunismo e da corrupção, buscando mobilizar forças

[64] Cadernos com temáticas diferenciadas como arte, literatura, economia, política entre outros. Essas edições também podiam ter dias específicos para a sua publicação e rodagem, por exemplo os cadernos de literatura e arte tinham o costume de serem editados aos sábados ou aos domingos. (ABREU, 2008, p.20.)

democráticas contra a suposta ameaça soviética. Seus editoriais canalizavam a insatisfação pública, destacando uma crise institucional marcada por antagonismos entre presidente, vice e Congresso, além da suposta deslegitimação das casas legislativas e dos partidos. O impacto dessas publicações foi tão significativo que, após a morte de Vargas, a redação do jornal foi atacada por populares, evidenciando seu papel como símbolo de oposição ao governo.

A escolha de 1954 como recorte analítico não é arbitrária: trata-se de um ano marcado por intensas tensões e embates políticos tanto no Brasil quanto em Cuba. Neste momento, a ilha caribenha estava sob o governo Fulgencio Batista que em 1952 orquestrou um golpe de Estado amparado pelos setores militares e pelos Estados Unidos. Golpe este que tinha como finalidade impedir que o Partido Ortodoxo Cubano, até então, o mais cotado para vencer as eleições que deveriam ocorrer nesse mesmo ano, chegasse ao poder. A interrupção do processo democrático representou, portanto, um retrocesso nas aspirações por mudanças socioeconômicas há muito reivindicadas pela população, ampliando ainda mais o descontentamento com a figura de Batista.

Diante de tal circunstância, intensificaram-se os movimentos contrários ao governo. Movimentos como, o M26/07 nomeado justamente em referência ao assalto aos quarteis de Moncada e Bayamo que levaram a prisão de Fidel Castro e dos revolucionários envolvidos no ato. Mas, o que tanto o revolucionários quanto o próprio governo entendiam como sendo a derrota do movimento, foi na verdade o despertar da população sobre a necessidade de se pensar em alternativas para superar aquele sistema repressivo, a partir da repercussão social do movimento, como aborda Wladimir Pomar (2016: 35-36). Principalmente através da ampla divulgação do documento "*La historia me absolverá"*, onde Fidel Castro expôs os objetivos de seu grupo (reforma agrária, reforma na educação e nacionalização de empresas (Pomar,2016: 36), além de denunciar os maus-tratos sofridos pelos demais presos políticos, tornando pública parte da intensa repressão à qual o país estava submetido.

Para mais em 1954 com a intensa divulgação tanto externa quanto interna de tal documento, Batista se viu pressionado não só a anistiar Fidel Castro, mas todos os revolucionários que estavam envolvidos no movimento. Que desta vez se reorganizaram no México com dois focos: um levante popular incentivado pelo M-26/07 e o desembarque do

Granma, associado a uma ação armada em Santiago de Cuba, para estruturar a guerrilha na Sierra Maestra. Contudo, ambas as iniciativas fracassaram, pois as forças de Batista já se encontravam em estado de alerta, frustrando os esforços iniciais da resistência (Pomar, 2016: 37).Tais (re)organizações de levantes e movimentos contrários ao governo nos mostram que, mesmo diante da intensa repressão, censura, perseguição e até mesmo tortura aos indivíduos que demonstrassem descontentamento com o cenário político, havia o avanço de uma crise entre as classes que sustentavam o regime, além de uma crise política mais ampla.

Já no que diz respeito ao cenário brasileiro, tal delimitação nos interessa pois 1954 se tornou um marco importante em decorrência do suicidio de Getúlio Vargas em meio a intensa crise política pela qual seu governo estava passando, com altos índices de inflação e um elevado descontentamento populacional e de partidos políticos, como a UDN. Então no dia 21 de Agosto, Vargas cumpriu o que muitos interpretam como um último ato político: deixou a presidência não por renúncia, mas por meio de seu suicídio, com um tiro no coração – um acontecimento que, como aponta Angela de Castro Gomes (1994), até hoje gera debates sobre suas motivações e veracidade dos fatos. Sua morte foi acompanhada da divulgação da suposta Carta-Testamento, enviada à imprensa, causando grande comoção popular e forte impacto político, especialmente no PTB, partido sustentado pelo carisma e pela figura de Vargas (GOMES, 1994: 134).

Nesse contexto, podemos observar que um dos atores centrais na condução das grandes crises no país foi a cobertura realizada pela mídia nos mais diversos meios, sendo capaz de se tornar guia na construção de panoramas políticos, sociais e econômicos.

2.1- Um breve panorama das matérias e seus espaços na Tribuna da Imprensa (1954).

O Jornal Tribuna da Imprensa era publicado diariamente, como se observa, a maior parte das notícias sobre Cuba não ocupava seções fixas, o que sugere um tratamento disperso e secundário do tema dentro do periódico. Isso pode indicar que o jornal não buscava uma intensificação ou reiteração imediata dos eventos em um único dia, preferindo abordar o tema de forma mais espaçada ou de diferentes ângulos em edições subsequentes. As 26 matérias

selecionadas foram encontradas com diferentes locais de publicação e com distintas caracterizações em relação à propriedade "tipo de texto".

As correspondências internacionais, por exemplo - que apresentavam os maiores números de insurgência nessa amostra, eram reportagens jornalísticas oriundas de Washington, Nova York, Havana, México e das Nações Unidas, transmitidas pelas agências de notícias United Press (UP)[65] e France-Presse (AFP)[66] evidenciando a dependência da imprensa brasileira em relação às fontes internacionais. Essa dispersão sugere que o *Tribuna da Imprensa* tratava o tema de modo esporádico, inserindo-o em uma agenda mais ampla de notícias sobre a América Latina. Tais agências internacionais, em sua maioria, monopolizavam a circulação de notícias estrangeiras nos periódicos brasileiros da época, transformando a informação em mercadoria. Sotana (2018: 271) aponta que essas agências distribuiam seu material para diversos jornais, independentemente de suas orientações políticas, o que ressalta sua influência e alcance. O aumento da presença de agências de comunicação estrangeiras no país foi também uma maneira de consolidar a presença estadunidense no território brasileiro, como pontuado anteriormente (Sotana, 2018: 258).

Quanto a presença das matérias em seções ou colunas específicas, em sua maioria as matérias selecionadas não foram encontradas em colunas específicas e quando encontradas se destinavam a seis principais: O pequeno mundo; De toda parte do mundo; O pulso do mundo; Tribuna da Imprensa; Comentário do Dia e Política Internacional, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Colunas e número de matérias presentes no periódico Tribuna da Imprensa (1954).

Colunas	***Número de matérias***
O pequeno mundo	02 matérias

[65] Caracterizada pela comercialização das notícias em modelos diferentes de suas concorrentes com uma preocupação apenas com a transmissão da informação, mas não com a interpretação da notícia. Atualmente assina como UPI. (Sotana,2018: 58)

[66] Agência criada na França em 1825 por Charles Havas e que no final da Segunda Guerra Mundial passou a se chamar France-Presse. (Sotana,2018: .58)

De tôda parte do mundo	02 matérias
O pulso do mundo	04 matérias
Tribuna da Imprensa	01 matéria
Comentário do Dia	01 matéria
Política Internacional	01 matéria
Sem coluna	15 matérias

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em sua maioria as matérias revelam diferentes enquadramentos sobre Cuba, em algumas edições, o jornal adota um tom alarmista, apresentando o comunismo como ameaça moral e política à América Latina. Expressões como "onda de terror", "ameaça comunista" e "antídoto" reforçam uma retórica de medo e desordem. Em outras matérias, a cobertura assume caráter informativo, mas ainda é marcada por uma visão liberal-conservadora que associa estabilidade à figura de Batista. As matérias com o tom de discurso alarmista se concentram na temática da tentativa de avanço do movimento revolucionário na ilha, frequentemente tratado como um evento terrorista. Esse possível avanço resultava no aumento da vigilância sobre as atitudes de indivíduos considerados revolucionários, levando, como mostra a edição 1368[67], à publicação de uma breve matéria sobre a realização de "batidas" e a prisão de mais de cem pessoas, em busca de armas e uniformes policiais. Já em relação ao tom argumentativo, observa-se uma variação nos conteúdos analisados. Algumas matérias discutem as negligências dos governos latino-americanos em relação à liberdade de imprensa e de expressão da população e dos periódicos, destacando também o envolvimento da S.I.P.[68] (Sociedade Interamericana de Imprensa) nessas discussões. Abordam ainda golpes

[67] Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26-27 de Junho de 1954, edição n.1368, p.05. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16185. Acesso em: 28 de Julho de 2025.
[68] S.I.P. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1954, edição n.1512, p. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=18919. Acesso em 28 de Julho de 2025

políticos em diferentes países da América Latina, bem como os desentendimentos políticos entre os autores desses golpes e seus possíveis aliados durante seus governos[69].

Em relação ao discurso informativo, as matérias analisadas correspondem às correspondências internacionais e abordam temáticas diversas. No entanto, é possível perceber uma linha comum de preocupação com as condições de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Um exemplo disso é a realização do Relatório de Desenvolvimento, organizado pela ONU[70], que trata das desigualdades econômicas com base na análise de países como a Argentina, Chile, Cuba, México e Brasil. Além disso, há uma matéria sobre a participação dos países latino-americanos, membros do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas nas discussões sobre a campanha de garantia econômica para os produtores de matéria-prima[71]. A partir desses pontos, é possível perceber uma diversidade de tonalidades discursivas em relação a Cuba, além da forma como as notícias sobre a ilha eram distribuídas nas páginas do periódico.

2.2 - O que se dizia sobre Cuba? Análise e interpretação dos discursos, tons e enquadramentos presentes nas matérias.

Em diversos momentos, é possível observar que o jornal seleciona e destaca certos aspectos da realidade cubana, seja por meio da escolha da página onde a matéria é publicada, da ênfase nos títulos, muitas vezes com letras grandes e chamativas, da repetição em seções específicas ou, ao contrário, pela alocação em espaços menores, com textos mais curtos e objetivos. Essas escolhas editoriais dialogam com a teoria do enquadramento discutida por Priscila Aparecida Aita (2010), com base nas reflexões de Mário Porto (2002), ao destacar

[69] Golpes, rixas, polêmicas. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1954, edição n.1518. p.12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=19081. Acesso em 28 de Julho de 2025

[70] Situação econômica da América latina. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 18 de Junho de 1954, edição n.1361. p.05. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16089. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

[71] Os problemas econômicos da América Latina. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 08 de Outubro de 1954, edição n.1455, p.05. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=17750. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

que as notícias são apresentadas ao público após passarem por filtros e interpretações que privilegiam determinados elementos em detrimento de outros. Assim, o que é apresentado como realidade ou fato pode ser, na verdade, apenas uma parte dela cuidadosamente selecionada em uma lógica de construção e articulação discursiva.

O enquadramento é uma forma de delimitar, organizar e estruturar a maneira como determinadas mensagens e ações são transmitidas ao público. Trata-se de um mecanismo de reconfiguração das percepções, capaz de alterar completamente o sentido de uma matéria por meio de uma palavra, conceito ou termo. Essa perspectiva dialoga com as discussões de Tuchman (1978: 23), como retomado por Telmo Gonçalves. Segundo o autor, diferentes percepções de um mesmo acontecimento podem ser construídas e reconstruídas pelas notícias, sua elaboração envolve princípios de seleção, ênfase, apresentação e exclusão, elementos que possibilitam a organização de símbolos e discursos (Gonçalves, 2005: 159–161).

Podemos tomar como exemplo as edições de 1º de novembro, que abordam as eleições realizadas em Cuba. Ambas as matérias são correspondências internacionais e ocupam a página 23 do periódico, apresentando discursos distintos: um de tom mais crítico e outro com abordagem neutra. A primeira matéria localizada na coluna "Comentário do Dia"[72] tem como título "Eleições em Cuba", em letras maiúsculas e em negrito, ocupando um espaço de maior destaque. A segunda, posicionada logo abaixo em um espaço menor, apresenta o título "Confusão nas eleições cubanas"[73] em letras minúsculas, embora também em negrito.

A matéria publicada na coluna "Comentário do Dia" expressa um posicionamento crítico — e por vezes irônico — ao utilizar jogos de palavras para comentar a candidatura única de Fulgêncio Batista. O texto destaca que essa não foi a primeira vez em que uma

[72] Eleições em Cuba. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 01 de Novembro de 1954, edição n.1475, p.23. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=18150. Acesso em: 28 de Julho de 2025.
[73] Confusão nas eleições cubanas. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro,01 de Novembro 1954, edição n.1475, p.23. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=18150. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

eleição foi realizada com apenas um candidato, sugerindo que o processo carecia de legitimidade democrática. Além disso, menciona o retorno de Batista ao poder após o golpe que derrubou o governo democraticamente eleito de Prío Socarrás. O autor identificado pelas iniciais "S.B.", demonstra um claro descontentamento com a volta de Batista à presidência, caracterizando seu governo como uma "ditadura personalista", ao referir-se ao regime cubano como uma "ditadura Fulgêncio Batista", levando o leitor a compreender que o general era o indivíduo que concentrava maior poder dentro do sistema governamental, e que o sistema era carregado por características próprias da personalidade de Batista.

Dando continuidade, é importante ressaltar os recursos linguísticos utilizados pelo jornal, que contribuem de certa forma, para a naturalização de discursos e interpretações específicas sobre Cuba. Expressões como "antídoto", "ameaça comunista", "terroristas", "infiltração" e "ditadura vermelha" são exemplos de termos empregados em diversas matérias, revelando um vocabulário carregado de juízo de valor. Esses recursos aparecem em textos que tratam do processo eleitoral realizado em novembro, de pesquisas sobre o desenvolvimento socioeconômico na América Latina e também de iniciativas voltadas para o combate ao avanço do comunismo no continente[74]. Muitas vezes essa associação do comunismo e suas ideologias ao caos eminente remete a ideia de caos bíblico caracterizado pela falta de ordenação nos espaços e nas sociedades, o início do mal com a chegada das trevas (Carvalho, 2004: 120-123).

Um exemplo desse caos eminente é a edição 1287 de 20-21 de março de 1954 que possui um tom alarmista com um viés anticomunista e discute a possível (re)candidatura de Batista nas eleições de novembro, mas seu foco está nos discursos do presidente sobre os perigos da subversão comunista na América Latina. A matéria mobiliza recursos linguísticos que já foram mencionados anteriormente, sobretudo na forma como representa o comunismo como um mal difuso, capaz de ameaçar a estabilidade social e política:

[74] Congresso anticomunista no México. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1954, edição n.1345, p. 24. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=15858. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

> Batista manifestou que o melhor modo de combater o comunismo, na América Latina, consiste em elevar o nível de vida e melhorar a estrutura social das nações do continente.
> Afirmou o presidente que Cuba está marchando nessa direção, principalmente esforçando-se por diversificar a economia e melhorar a indústria nacional, pois acredita que o melhor antídoto para a ameaça comunista consiste em eliminar as condições de que se alimenta. A pergunta sobre a possibilidade de que haja outra revolução em Cuba, Batista respondeu: "Estou certo de que não há, hoje, probabilidades de outra revolução".
> É importante recordar, manifestou, que "recolhemos o país, em 1952, de mãos de um governo corrompido, sem fazer um só disparo e sem uma palavra de protesto de um só cidadão".[75]

Na matéria em questão, o título “Batista espera que não haja revolução” transmite a ideia de que, caso a ordem até então construída e mantida pelo governo seja rompida, isso poderá resultar na iminência de uma nova revolução. O título atua, assim, como uma antecipação discursiva de cenários de instabilidade, suscitando no leitor questionamentos como: “O que poderia romper esse estado de ordem estabelecido?”. Ao afirmar que “o melhor antídoto para a ameaça comunista consiste em eliminar as condições de que se alimenta”, o constrói-se uma ideia do comunismo como uma espécie de doença que precisa ser neutralizada para que a ordem seja mantida. O discurso de “invasão” e “contaminação” comunista na América Latina continua na edição 1312 de 21 de abril[76] que no título “Penetração do Comunismo na América Latina” nos remete a ideia de algo indesejável e violador, capaz de abalar todo o sistema governamental de qualquer país onde possa se estabilizar.

Ademais, a edição nº 1368, de 30 de julho, intitulada “Onda de Terror em Cuba”[77], apesar de ser bastante breve, promove uma generalização do acontecimento narrado,

[75] Batista espera que não haja revolução. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 20-21 mar. 1954, edição n.1287, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=14963. Acesso em: 28 de Julho de 2025

[76] Penetração comunista na América Latina. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1954, edição n.1312. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22advertencia%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15331. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

[77] Onda de terror em Cuba. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26-17 de Junho de 1954, edição n.1368, p.05. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=16185. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

conduzindo o leitor, sobretudo aquele que se atém apenas ao título, a interpretar os fatos como se tratando de um movimento violento disseminado por todo o território cubano. A escolha das palavras reforça essa sensação de abrangência e ameaça contínua. A matéria relata uma série de prisões realizadas pelo governo de Batista sem, no entanto, especificar com precisão o número de detidos, os locais exatos das ações ou até mesmo com base em quais alegações foram feitas as prisões.O uso do termo "batidas" para descrever as operações policiais sugere ações rápidas e numerosas. Além disso, a ausência de mais detalhes sobre a realização dessas operações, bem como a falta de confirmação da notícia apresentada, leva-nos a pensar que tais ações possam ter ocorrido à margem da legalidade, com indícios de ilegalidade, enfatizando o discurso de que Cuba está/esteve sob constante ameaça, reforçado pela utilização do termo "onda de terror".

Além disso, é importante citar as recorrentes matérias que apareceram em distintos meses, referentes à temática da liberdade de imprensa e de expressão, não apenas em Cuba, mas também em outros países, como no Brasil. Mostrando-nos, mesmo que sutilmente, os direitos e liberdades que foram sendo negligenciados pelas sociedades, não apenas no combate ao avanço do comunismo no continente latino-americano, mas também na consolidação de governos ditatoriais com fundos democráticos, que foram ganhando cada vez mais força. Preocupação essa expressa na edição nº 1454, de 07 de outubro[78], onde o jornal traz o envolvimento da Associação Interamericana de Imprensa em diversos países, por meio da intervenção como forma de combater e reverter punições aplicadas a diversos jornais e jornalistas que demonstravam qualquer oposição aos governos, citando, inclusive, a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda por indivíduos ligadas à guarda pessoal de Vargas. No caso de Cuba, a matéria destaca a constante pressão feita pelos jornais "livres" - seja por não sofrerem qualquer tipo de perseguição governamental, seja por não se renderem às iniciativas de controle midiático estabelecidas por Batista - para que o general suspendesse a censura estipulada no país.

[78] A A.I.A. no Brasil. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 1954, edição n. 1454, p.08. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=17737. Acesso em: 28 de Julho de 2025.

Dentro da discussão ao se referir a um contexto mais geral, englobando um número maior de países da América Latina, o jornal dá mais destaque para matérias com títulos maiores e mais chamativos, com espaços onde o leitor pode observar as principais temáticas abordadas nas matérias antes mesmo de ler. Já no momento em que o texto se volta para a negligência de liberdade de imprensa e de expressão em Cuba, a matéria tem seu tamanho reduzido assim como seu local de destaque, é o caso da breve matéria presente na edição 1478 de 05 de novembro acompanhada do título "Batista manda suspender radialistas cubanos" :

> HAVANA, 5 (UP.) - A Diretoria da Rádio do Ministério das Comunicações suspendeu por dez dias as transmissões diárias de três comentaristas de rádio adversários do governo.
> Segundo a ordem de suspensão, os comentaristas José Pardo Llada, ex-representante do Partido Ortodoxo, Luis Conte Aguero e Armando Garcia Sifredo, violaram as instruções do Tribunal Superior Eleitoral que "impedem as transmissões editoriais ou informações que tendam a criar estados de alarma ou intranquilidade na República".[79]

Inicialmente, logo no título da matéria, já podemos observar um elemento que destaca a medida como irrevogável, extrema e de caráter repressivo, configurando uma intervenção autoritária nos meios de comunicação, a partir da utilização da expressão "manda suspender" por parte do governo. Por mais que o texto seja breve, ele nos oferece indícios dos mecanismos utilizados pelo governo do general, como o próprio autoritarismo ao ordenar a suspensão de radialistas contrários ao regime, sem apresentar justificativas objetivas ou critérios claros para a decisão. Não são informados quais foram os motivos específicos da suspensão nem os parâmetros utilizados para concluir que tais profissionais teriam infringido as "instruções anteriores", o que leva o leitor a questionar: que tipo de informações contrárias ao governo foram veiculadas e em que termos? Além disso, a matéria não esclarece o que seria, exatamente, o "estado de alarme e intranquilidade" mencionado como justificativa.

Apesar do periódico trazer essa notícia com um pouco mais de destaque - localizada na página 5 - o jornal adota um tom discursivo aparentemente neutro, sem demonstrar apoio

[79]Batista manda suspender radialistas cubanos. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 1954, edição n. 1478, p..05. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=18204. Acesso em:28 de Julho de 2025.

explícito à atitude de Batista, mas também sem problematizar a ação repressiva. Ainda que ofereça certo destaque ao episódio, o periódico evita qualquer julgamento crítico mais aprofundado, limitando-se a relatar os fatos de forma objetiva e distante.

Nota-se um empenho, por parte dos veículos midiáticos, em construir uma visão do comunismo como um conjunto de ideias e pensamentos distantes da realidade latino-americana, quase associado a uma noção de exotismo tipicamente asiático. Tal estratégia parece buscar o afastamento dessa ideologia das realidades internas, indo ao encontro das indagações levantadas por Cristiano Cruz Alves (2008): se o comunismo é uma ideia tão distante e distorcida, incapaz de se encaixar em qualquer sociedade, por que, então, os meios de comunicação lhe atribuíram tamanha importância, dedicando-se a discuti-lo e combatê-lo? (Alves, 2008: 21–23 apud Santos, 2021: 946).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise das matérias do *Tribuna da Imprensa* revela que a narrativa sobre Cuba nos anos 1950 oscilava entre a celebração de um governo alinhado aos princípios da democracia ocidental e a construção de um imaginário de ameaça comunista. O periódico apresentou o comunismo como uma ideologia exótica e distante da realidade latino-americana, exagerando seu potencial de infiltração e subversão, e, ao mesmo tempo, utilizou-se da imprensa como ferramenta de mobilização e propagação de discursos anticomunistas, moldando a opinião pública em consonância com interesses específicos (Mendez; Anchieta, 2024). Eventos como o Congresso Anticomunista realizado no México foram narrados destacando a urgência e a magnitude da luta contra o comunismo, enfatizando números de filiados e metas estratégicas, reforçando a percepção de que a ameaça deveria ser contida de forma imediata.

Ao mesmo tempo, o jornal ignorou ou distorceu os movimentos sociais e políticos internos em Cuba, tratando levantes e ações revolucionárias como “terrorismo” ou “agitação”, silenciando o contexto de repressão e resistência contra o regime de Batista. A cobertura seletiva reforçou uma leitura simplificada e ideologicamente carregada dos acontecimentos, desconsiderando a complexidade social, política e cultural da ilha, e moldando a percepção do público brasileiro de maneira estratégica e polarizada.

Em síntese, a análise demonstra que o *Tribuna da Imprensa* construiu, em 1954, representações de Cuba alinhadas ao anticomunismo e à defesa da ordem liberal. O jornal projetou sobre a ilha as disputas políticas brasileiras, reforçando a percepção de que o comunismo era uma ameaça à civilização ocidental. Dessa forma, o periódico atuou como mediador ativo na formação de sentidos políticos, evidenciando o poder da imprensa como agente ideológico no contexto da Guerra Fria.

BIBLIOGRAFIA:

FONTES:

Advertência oportuna. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 132, 1 jun. 1950, p. 4.
Batista espera que não haja revolução. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1287, 20–21 mar. 1954, p. 5.

Penetração comunista na América Latina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1312, 21 abr. 1954, p. 5.

Congresso anticomunista no México. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1345, 31 maio 1954, p. 24.

Material bélico. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1347, 2 jun. 1954, p. 5.

Coisas de Cuba. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1359, 16 jun. 1954, p. 5.

Situação econômica da América Latina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1361, 18 jun. 1954, p. 5.

Onda de terror em Cuba. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1368, 26–27 jun. 1954, p. 5.

A.A.I.A. no Brasil. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1454, 7 out. 1954, p. 8.

Os problemas econômicos da América Latina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1455, 8 out. 1954, p. 5.

Comunistas no governo.*Tribuna da Imprensa*,Rio de Janeiro,edição n.1465, 30 out. 1954, p.5.

Ambiente perigoso. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1475, 1 nov. 1954, p. 7.

Eleições em Cuba. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1475, 1 nov. 1954, p. 23.

Confusão nas eleições cubanas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1475, 1 nov. 1954, p. 23.

Batista manda suspender radialistas cubanos. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1478, 5 nov. 1954, p. 8.

S.I.P. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1512, 15 dez. 1954, p. 4.

Golpes, rixas, polêmicas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1518, 22 dez. 1954.

Novo presidente. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, edição n. 1520, 24 dez. 1954, p. 5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AITA, Pricila Aparecida. Olimpíadas de 2016 na *Revista Veja*: um estudo da teoria do enquadramento. *Revista Anagrama: revista científica interdisciplinar da graduação*, ano 4, edição 1, set.-nov. 2010.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. (Coleção Revoluções do século XX).

CARVALHO, Andreia de Souza de. *De revolução salvadora à conspiração maligna: simbologias da Revolução Cubana na imprensa escrita brasileira (1959–1964)*. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, Fidel. *La historia me absolverá*. Habana: Instituto Cubano del Libro / Editorial de Ciências Sociais, 2007.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O "golpismo democrático": Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949–1964)*. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, Telmo. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6, p. 157–167, 2005.

JOVIANO, Alice Marçal; MEDEIROS, Fabrício Ferreira de; REIS, Leandro Barreira; SANTOS, Roane Andrade dos. O pensamento político de Carlos Lacerda: uma tentativa de mapeamento. *Revista Hydra*, v. 6, n. 11, p. 330–342, nov. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. Atlas Digital da América Latina e Caribe. Fundação Getulio Vargas – FGV, 2023.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951–1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MÉNDEZ, Rosana Berjaga; ANCHIETA, Wanderley. Cuba, a revolução traída? Atravessamentos, discursos e símbolos sobre a Revolução Cubana em *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (décadas de 1960 e 1990). *ArtCultura*, v. 26, n. 49, p. 162–175, jul./dez. 2024.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POMAR, Wladimir. *Cuba: revolução e reforma*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

SANTOS, Roberta Lisana Rocha. Imprensa e anticomunismo: o jornal A Tarde na Bahia (1945–1964). In: *Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina – Imperialismo, neofascismo e socialismo no século 21*, 13 a 17 set. 2021. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

SKIDMORE, Thomas E. Uma nova Era Vargas (1951–1954). In: *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 116–177.

SOTANA, Edvaldo Correa. Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer da Guerra Fria. *Dimensões*, v. 41, p. 253–278, jul./dez. 2018.

WELTMAN-LATTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ST 09: MUNDO DO TRABALHO, MOVIMENTO SOCIAIS E CULTURAS POPULARES: EXPERIÊNCIAS, REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Práticas De Produção De Alimentos E A Reorganização Do Espaço Interno De Padarias Em Belém (1910-1920)

Hanna Ingrid Pororoca Leite[80]
Pedro Henrique de Souza Tavares [81]

Resumo: No início do século XX, a cidade de Belém vivenciou não apenas novas dinâmicas comerciais e econômicas, fruto dos lucros do período da Belle Époque, mas também se tornou necessário para o poder público transformar a capital paraense, passando a instituir novos padrões de civilidade e progresso para os habitantes. Nesse ínterim, os espaços de produção alimentar passaram a ser fiscalizados e reestruturados junto com os modos de ser e habitar que viriam a compor a cidade. Diante disso, este trabalho visa evidenciar como funcionava o ambiente de produção de padarias e confeitarias da capital paraense entre os anos de 1910 e 1920, que forneciam alimentos principalmente para a população do centro comercial da cidade, em meio a um momento de mudanças, onde o ideal modernizador e higienista orientava as ações.
Palavras-chave: alimentação; padarias; higienização; Belle Époque.

Abstract: At the beginning of the 20th century, the city of Belém experienced not only new commercial and economic dynamics, resulting from the profits of the Belle Époque period, but also a need for the public authorities to transform the capital of Pará, establishing new standards of civility and progress for its inhabitants. In this context, food production spaces began to be inspected and restructured, along with the ways of being and inhabiting that

[80] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará. E-mail: hanna.leite@ifch.ufpa.br.
[81] Graduando do curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Pará. E-mail: pedrotsh0@gmail.com.

would come to shape the city. Therefore, this work aims to highlight how the production environment of bakeries and confectioneries in the capital of Pará functioned between 1910 and 1920, which supplied food mainly to the population of the city's commercial center, amidst a time of change where modernizing and hygienic ideals guided actions.
Keywords: food; bakeries; hygiene; Belle Époque.

Introdução

Por se tratar de uma das maiores cidades da região amazônica, Belém foi palco de grandes transações econômicas no período áureo da borracha, com intenso fluxo migratório, além de transformações urbanas e culturais (Sarges, 2010:110-116) visando novos modos de vida para a sociedade belenense. Parte dos lucro das atividades extrativistas da borracha foram aplicados ao meio urbano, em reformas de edifícios, mudanças no calçamento, a implementação da luz elétrica e na construção da companhia de água, obrigando de forma indireta a uma reordenação do espaço interno das moradias e estabelecimentos, assim como do espaço público exterior a elas.

Algumas transformações foram implementadas também na construção de prédios públicos como hospitais, cinemas, o Arquivo e Biblioteca Pública do Estado, o Theatro da Paz, a implementação de uma linha de bondes e na criação de espaços verdes como praças e corredores arborizados, para dar luz à cidade que viria a ser conhecida como a Paris N'América. Além da criação de novos bairros como Nazaré, Batista Campos, Marco e Umarizal, que surgem da expansão da cidade devido ao boom demográfico em decorrência do fluxo de migrantes e pela necessidade da elite em se estabelecer em espaços longe do caos da zona comercial de Belém (Sarges, 2010: 82-85), área que compreende os arredores do porto e as ruas próximas ao mercado do Ver-o-peso, locais do início da construção da cidade durante o período colonial.

O período que compreende está pesquisa se encontra no epicentro das transformações médicas e sanitárias não eram algo específico da cidade de Belém, elas faziam parte de um contexto nacional de reconhecimento da responsabilidade do Estado com a saúde pública (Abreu Junior, 2018: 79). Por isso as intervenções públicas, constituem um cenário de

reconhecimento da necessidade de cuidar de uma população que viviam a mercê das "epidemias de cólera, febre amarela, varíola, em meio a muitas outras doenças que chamavam a atenção para a "missão higienista"" (Rodrigues, 2008: 98). Ao mesmo tempo em que a cidade investiu fortemente no incentivo ao cuidado do corpo com divulgação de práticas higiênicas nos periódicos da época, em decorrência dos problemas de saúde pública provenientes das frequentes epidemias que assolavam a cidade (Silva, 2014: 37), assim como na criação da primeira faculdade de medicina em Belém no ano de 1919, e na criação da Junta de Profilaxia da Febre Amarela, repartição anexa ao Serviço Sanitário do Estado, servia como condutor das transformações higiênicas no meio privado.

As padarias em Belém

Este trabalho parte da análise do terceiro capítulo do livro "Notas de um repórter" escrito por Julio Lobato, repórter do jornal *Folha do Norte*, como resultado de uma série de inspeções realizadas pela Junta de Profilaxia da Febre Amarela sob direção do Dr. Dias Junior, em cumprimento às determinações da Diretoria Geral de Serviço Sanitário. Como resultado, a Junta inspecionou 53 padarias do centro comercial e das áreas afastadas, com a justificativa principal de "sanear Belém".[82]

Partindo da análise das fontes, observamos alguns aspectos principais destacados pelo Dr. Dias Junior para interditar ou garantir a licença para o funcionamento das padarias. O primeiro fator de análise foi a estrutura dos locais de panificação. Casas, barracos, fábricas, casinhas no fundo do quintal, a maioria dos espaços de panificação eram em casarões antigos, até mesmo as padarias que possuíam boas condições de higiene. A presença da lama e de animais no mesmo local onde se produzia o pão e armazenava a farinha de trigo e outros ingredientes constituía o cenário comum desses espaços.

Uma medida primordial para as padarias continuarem seu funcionamento seria a separação do forno, recomendando que não poderia ficar no mesmo compartimento em que

[82] LOBATO, Julio. "Notas de um repórter : a vida dum repórter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém". Belém, PA : Typ. F. Lopes, 1916. p.50.

se amassava o pão devido ao suor expelido pelos trabalhadores e em decorrência das altas temperaturas, como no caso da padaria *Camões* em que o corredor que dava acesso à sala de panificação foi descrito como o "verdadeiro inferno de Dante". Diante disso, o Dr. Dias Junior afirmava que "Uma padaria moderna, além dos requisitos indicados, deve possuir o seu forno de acordo com os princípios higiênicos e desligado por completo do corpo da padaria, evitando assim a difusão da alta temperatura ambiente em que trabalham os operários" (Lobato, 1916: 62).

Outra exigência era a troca das masseiras de tábua (uma espécie de tablado onde se realiza a mistura dos ingredientes para formar a massa do pão) pelas de mármore, com a justificativa de serem mais higiênicas e menos propensas a contaminação. Assim como na substituição e limpeza diária dos panos (guardanapos, toalhas e lenços) usados nos estabelecimentos, pois em grande maioria esses utensílios encontravam-se encardidos.

Um ponto que chama a atenção é a presença da luz elétrica somente em duas das 53 padarias analisadas, mesmo tratando-se de um período de 20 anos após a chegada da luz elétrica em Belém, o seu uso ainda era escasso, até mesmo nos estabelecimentos do centro da cidade, apesar de ser um artifício primordial para a melhora dos serviços, ficando a iluminação à cargo das lamparinas a querosene. E tal fato torna-se mais surpreendente a partir da escolha do horário do Dr. Dias Junior para realizar a vistoria nas padarias, optando por visitá-las à noite, no horário das 19:30, pois, segundo ele, os pães eram produzidos no período noturno, e ele pretendia surpreender os padeiros durante a manipulação do pão.

Nas mudanças estruturais, tornou-se necessário transformar os espaços, sendo exigido que o salão de panificação fosse amplo e arejado. O solo de pavimentação deveria ser impermeável, o depósito onde se guarda os sacos de farinha deveriam obedecer aos preceitos de higiene e permeabilidade, nas paredes revestimento de mosaico e azulejo, pintura nos tetos e o uso de forro, janelas e portas grandes para a circulação do ar, além da necessidade de expandir a altura do teto, um obstáculo difícil de ser superado, visto que em vários casos os espaços de panificação encontravam-se localizados no porão dos casarões. As fontes indicam também que uma das principais irregularidades apontadas pelas autoridades sanitárias dizia respeito às chaminés das padarias, frequentemente consideradas inadequadas quando não

atingiam a altura exigida pelos Códigos Municipais[83]. A preocupação residia na emissão da fumaça e em seus possíveis efeitos sobre o ar e os prédios vizinhos, entendidos como elementos que poderiam comprometer a salubridade urbana. Notificações publicadas na imprensa revelam que proprietários eram intimados a promover reformas estruturais, como a elevação das chaminés acima dos edifícios circunvizinhos[84]. Essas exigências demonstram a intensificação da vigilância sanitária e a incorporação das padarias a um regime mais amplo de controle técnico e administrativo.

Ao contrastar as padarias dos bairros da Cidade Velha (primeiro bairro da cidade de Belém) com as da "cidade nova" (área da cidade que ainda encontrava-se em expansão), verificou-se que quase todas da Cidade Velha possuíam aparelhos mecânicos movidos a vapor, o que para o repórter Júlio Lobato, mostrava um interesse maior dos proprietários no progresso do estabelecimento, e consequentemente da cidade.

Algumas dessas padarias possuíam outros atrativos que impulsionavam a venda e a procura por consumir em seus estabelecimentos, reconhecendo que os espaços de alimentação também se configuravam como espaços para conversar e socializar (Macêdo, 2016: 55), como a padaria *Anjo da Guarda*, que possuía torração e migação de café e a fabricação de chocolate, com masseiras modernas para a produção de bolachinhas, acionadas por motor elétrico, sendo destacada a presença da Masseira Pensotti, uma marca italiana. Além de chamar a atenção por ter o uso da luz elétrica, possuía também "dois fornos, que são dos melhores existentes em Belém"[85], além de um manômetro de pressão, sendo um estabelecimento com 17 anos de funcionamento. No mesmo ínterim, estava a padaria *União*, que apesar de produzir pouco pão, possuía uma fábrica de tigelinhas para receber leite de seringa, a vapor e manual, se destacando e sendo uma das mais antigas em funcionamento.

O estabelecimento de maior destaque positivo foi a fábrica e padaria *Palmeira*, possuía máquinas para produção de pão, bolacha, doces, biscoito, possuindo dois fornos "modernos e perfeitos", além de um forno à carvão e uma sessão específica para produção de

[83] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA. 1911. Biblioteca Nacional Digital. Edição 00142, p.2
[84] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA. 1913. Biblioteca Nacional Digital. Edição 00903, p.4.
[85] LOBATO, Julio. "Notas de um repórter : a vida dum repórter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém". Belém, PA : Typ. F. Lopes, 1916. p.59.

bolachas, com amassadeiras inglesas, diferente da usada na fabricação do pão. Ofertava serviços como o preparo de chocolate, a fabricação de macarrão e a toração de café, considerado um "serviço perfeito e digno de ser imitado em Belém para acabar com a grande mistura que se faz do café, desvirtuando-o horrivelmente" (Lobato, 1916: 70). Possuía uma sala de confeitaria, com uma máquina de bater ovos e outra para massa fina de doce, cuja produção ocupava um papel de destaque principalmente em festas familiares e no período natalino (Macêdo, 2016: 142). Além disso, a sala possuía uma máquina para moer amêndoas, outra para moer milho e para o preparo da farinha que ali era vendida. A fábrica possuía também estufas para conservação do alimento, sendo a maior parte de seus produtos para exportação, sendo o exemplo de estabelecimento higiênico e moderno que se buscava implementar na capital.

E os trabalhadores?

As medidas de higiene destinadas aos trabalhadores reduziam-se à utilização da vestimenta específica para trabalhar nos locais de produção, sendo determinado pela Junta de Profilaxia o uso de calças, camisas, gorro e avental, exigência atendida em poucas padarias. Não havia a imposição da Junta de Profilaxia para o uso de luvas, sendo presente somente em uma padaria a recomendação de lavar as mãos para poder fabricar o pão. Na Padaria *Oriental*, localizada na travessa Almirante Tamandaré, a falta de higiene estava tanto no estabelecimento quanto nos trabalhadores. As roupas dos funcionários no momento da inspeção eram calças pretas, camisas de mangas curtas, gorro e avental visivelmente sujos, amassavam a farinha sem proteção alguma, ficando a massa agarrada nos pelos dos braços, o que gerou má impressão. Também era comum não haver uma restrição quanto ao comportamento dos funcionários, visto haver reclamações quanto às vezes em que são encontradas no pão elementos estranhos, inclusive fumo desfiado, fruto da não proibição do uso do cigarro e do cachimbo durante o processo de panificação.[86]

[86] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA, 1912. Biblioteca Nacional Digital. Edição 00611. p.1.

Esses estabelecimentos não eram considerados confiáveis, pois o cenário de trabalho era visto como baseado no "velho processo primitivo"[87], onde o padeiro se levanta à noite e vai para o serviço "tonto de sono" para produzir o pão. Um cenário comum de ser encontrado eram daqueles trabalhadores que moravam nos fundos das padarias, em barracos de madeira que usualmente serviam como depósito para as sacas de trigo, como no caso da padaria *D.Carlos*, em que o depósito de farinha também servia como dormitório. Na fábrica à vapor *Aurora*, a impressão também não foi das melhores, pois no momento da inspeção sanitária os empregados foram encontrados completamente nus no estabelecimento, o que parecia não ser estranho. No jornal Estado do Pará, em 1912, foi divulgado que um patrão havia demitido seu funcionário após flagrá-lo trabalhando completamente sem roupa. O funcionário ao ser questionado pelo proprietário do lugar respondeu "então, patrão, aqui não é assim ? Pois em todas as outras em que tenho estado é deste modo que os empregados trabalham"[88], o que nós dá margem para entender que era um cenário frequente nas padarias.

Em média as padarias possuíam de 5 à 7 funcionários, sendo em sua maioria homens, em decorrência do trabalho braçal. As mulheres eram responsáveis pelo atendimento e produção dos doces e bolachinhas. Na fábrica *Palmeira*, foi destacada a presença de 12 moças e mais 12 empregados de balcão, que trabalhavam especificamente com atendimento, ficando alheios à produção. Assim como a presença de senhoras trabalhando no processo de acondicionamentos de biscoitos e bolachas. Chama atenção também a presença de uma criança de 8 anos de idade, descrita como aprendiz nacional, que trabalhava juntamente com outros 8 operários no setor de latoaria para embalagem de produtos.

As greves feitas pelos trabalhadores também não passavam despercebidas. Em 1914 houve a greve dos manipuladores de pão,[89] sendo as exigências atendidas pelos proprietários dos estabelecimentos quanto ao horário de descanso, os salários, as gratificações e as refeições, sendo acatado também a readmissão dos operários demitidos em decorrência da greve. Apesar desta informação mostrar uma atuação coesa dos padeiros da capital, percebe-se que nos anos seguintes as condições de trabalho continuavam precárias.

[87] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA, 1912. Biblioteca Nacional Digital. Edição 00611. p.1.
[88] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA, 1912. Biblioteca Nacional Digital. Edição 00611. p.1
[89] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA. 1914. Biblioteca Nacional Digital. Edição 01202. p.2.

Finalmente os pães

Faz-se necessário entender as padarias belenenses como espaços atravessados por disputas e adaptações, nos quais se materializavam tanto os projetos republicanos de ordenamento urbano e sanitário quanto às respostas práticas dos trabalhadores e proprietários diante das restrições impostas pelo contexto econômico e pelas políticas de saúde pública, assim como pela influência do mercado internacional que sofria com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, período no qual o pão teve seu preço elevado pela falta de vapores para transportar a farinha de trigo para o mercado, havendo assim a sua falta (Macêdo, 2016: 58-59). Estes se constituem como fatores importantes para as mudanças ocorridas nas padarias, que não se restringiram à simples adoção de modelos europeus de produção ou ao cumprimento mecânico das normas sanitárias. Ao contrário, revelam processos de negociação entre as diretrizes impostas pelo Estado e as condições concretas de funcionamento dos estabelecimentos.

Nem todos os estabelecimentos dispunham de equipamentos modernos ou conseguiam acompanhar a inflação e a escassez de determinados insumos, especialmente o trigo, cuja falta se fez sentir de maneira mais acentuada em 1917. Diante desse cenário, alguns padeiros recorreram à adaptação e à experimentação, desenvolvendo novos tipos de pães a partir de ingredientes alternativos.

O pão de mandioca, já havia sido utilizado em épocas de escassez da farinha de trigo nos anos iniciais da colonização, em que a produção do pão era feita com a mistura de milho e mandioca (Vianna, 2024: 128), sendo em 1917, criada uma receita de pão de mandioca pelo proprietário da padaria *A Fé*[90], A. Rocha Lima, utilizando a proporção de 60% de mandioca e 40% de farinha de trigo, como forma de manter a produção do pão sem abrir mão totalmente da farinha de trigo. Assim como o pão de coco, produzido por Julio de Vasconcellos, da padaria *Oriental*, que exemplificam essas iniciativas. Ambos foram apresentados como

[90] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA. 1917. Biblioteca Nacional Digital. Edição 2346. p.1.

produtos de bom sabor e potencial produtivo, além de opções de menor custo, capazes de diversificar o consumo e responder às dificuldades do período.

O pão feito com farinha de mandioca sanava o problema que a capital enfrentava com o alto valor do pão, sendo vendido à 700 réis o kilo, visto ser o pão um alimento de primeira necessidade e essencial para a alimentação assim como a carne verde. Outra medida foi a criação do pão de vintém,[91] fabricado pelos senhores Matos & Bastos, que consistiam em pequenos pãezinhos vendidos à 20 réis cada.

Além disso, algumas padarias buscavam se destacar com a produção de alimentos baseada na influência estrangeira, como foi com a padaria *Duas Nações* através do preparo do pão chamado de "viennense" ou pão vienna d'Austria, afirmando que "este pão é fabricado com fina e bem feita massa, manipulado com leite puro e outros ingredientes especiais" (Estado do Pará, 1913: 5). Já a padaria *Figueiredo* se destacava pela produção do pão "Galmira" ou "Balmira", alegando possuir até uma cruz de mérito e uma medalha de ouro ganhas na exposição de Milão em 1915. A fábrica e padaria *Palmeira* produzia o pão de Graham, de cor escura e muito consumido pelos alemães e também o pão vienense, feito com fermento de cerveja, configurando a influência europeia que foi se estabelecendo na forma de produzir os alimentos no Brasil entre finais do século XIX e meados do século XX (Macêdo, 2016: 130).

Outro ponto a ser destacado, eram os estabelecimentos que forneciam alimentos aos órgãos públicos da cidade, como foi o caso da padaria *Rio Branco*, vista como uma padaria com boas condições de higiene, em decorrência de uma visita anterior da Junta de Profilaxia, produzia cerca de 250 kg de pão, em sua maioria para o Asylo de Mendicidade e para o Orfanato Municipal. Assim como a padaria *Ramos* fornecia pão para a Cadeia, para o Gentil Bittencourt, e para os hospitais São Sebastião e Domingos Freire. Situação diferente da padaria *Floresta de Santa Rita*, que fornecia pão para o Hospício de Alienados, mesmo sendo considerada um espaço ruim e com falta de higiene. Assim como a padaria padaria *Flor do Marco*, que fornecia pão para o Asilo e Instituto Lauro Sodré, mesmo estando em péssimas

[91] ESTADO DO PARÁ, Belém-PA. 1917. Biblioteca Nacional Digital. Edição 2173. p.3.

condições, ficando esses espaços reféns do consumo de um pão produzido em condições precárias.

Conclusão

Dentro do cenário apresentado, percebe-se que as justificativas de mudança estão relacionadas com a ideia de modernidade e proteção à saúde pública, entretanto a imposição higienista não pode ser descartada como forma de estabelecer efetivamente o plano de enquadramento das políticas de desenvolvimento urbano e sanitário dentro dos estabelecimentos privados, que por vezes esbarravam nos problemas políticos e econômicos do período. A Primeira Guerra Mundial aparece como um grande entrave tanto na produção dos alimentos, quanto na renovação do maquinário de algumas padarias que buscavam se enquadrar, visto que as máquinas industriais vinham da Europa, constituindo assim uma barreira para o tão sonhado processo de modernização. Além disso, a reorganização dos espaços internos, as exigências de limpeza e reforma e a diversificação dos produtos apontam para uma dinâmica na qual os padeiros buscavam se adequar às novas normas sem abandonar estratégias locais de sobrevivência econômica, ao mesmo tempo que enfrentavam limitações materiais que condicionavam suas práticas produtivas.

O cenário encontrado pela Junta de Profilaxia da Febre Amarela era crítico: ambiente anti higiênico, trabalhadores e animais dividindo o mesmo espaço; poços de água, lama e fezes de animais no mesmo compartimento que massas para pães e biscoitos, além de péssimas condições de trabalho. Este cenário reflete não somente uma falta de higiene e medidas sanitárias mais eficientes, mas exprime o retrato de uma capital que crescia com a ideia de progresso, enquanto sua população vivia à mercê de idéias, teorias e tratamentos que, por falta de explicação, similaridade ou vontade, não eram prioridades ou vistos como um problema maior de saúde. Sendo assim, as mudanças implementadas pelos donos das padarias se dão, em sua maioria, pela necessidade de manter o funcionamento do estabelecimento, e não por um reconhecimento do benefício de tais mudanças para a saúde coletiva.

Bibliografia

ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. *O Vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918).* 1. ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2018.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *A Cozinha Mestiça: Uma história da alimentação em Belém (fins do século XIX a meados do século XX).* Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *ESCULÁPIOS TROPICAIS: A institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).* 3. ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2010.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925.* Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIANNA, Raissa Martins. *Da farinha ao pão: abastecimento e consumo de trigo na província do Grão-Pará (1840-1860).* In: MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de; CORDOVIL, Wendell P. Machado (org.). *Alimentação amazônica entre comércios e cozinhas (XVIII-XXI).* Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Jornal “Estado do Pará”.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA - OBRAS RARAS. “Notas de um repórter : a vida dum repórter – reportagens nos hotéis e padarias de Belém”. Júlio Lobato. Belém, PA : Typ. F. Lopes, 1916.

ST10 - Olhares negros da História: raça, trabalho, sociabilidade e ativismos nos séculos XIX e XX

Clube Palmares em Festa: trajetórias culturais e memória coletiva em Volta Redonda (1960 e 1990)

Jéssica Lopes de Assis[92]

Resumo: O Clube Palmares, seguindo o modelo dos clubes associativos negros do século XX, foi fundado em 1965, na cidade de Volta Redonda, com o objetivo de incluir o negro na sociedade através de promoções culturais, devido ao racismo e à segregação socioespacial. Porém, entre os anos de 1970 e 1980, o espaço passou a contar com a presença de uma nova geração que se inspirava nos movimentos civis norte-americanos ao combater o regime militar vigente no Brasil e denunciar o mito da democracia racial. Diante destas considerações, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar as motivações para se fundar um clube negro em uma Área de Segurança Nacional; os ideais do Clube Palmares ao acrescentar o termo "movimento negro" ao seu nome; o perfil e o discurso das pessoas que adentraram o local entre 1960 e 1990. Para contribuir com o debate, serão expostos os conceitos de Associativismo, Clubes Sociais Negros e Movimento Negro.

Palavras-chave: Movimento Negro, Ditadura, Democracia Racial.

Abstract: Clube Palmares, following the model of 20th-century Black associative clubs, was founded in 1965 in the city of Volta Redonda with the aim of including Black people in society through cultural activities, due to racism and socio-spatial segregation. However, between the 1970s and 1980s, the space began to attract a new generation inspired by the American civil rights movements, fighting against the military regime in Brazil and

[92] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. E-mail: jlops13@outlook.com.

denouncing the myth of racial democracy. Given these considerations, this work aims to analyze the motivations for founding a Black club in a National Security Area; the ideals of Clube Palmares in adding the term "Black movement" to its name; and the profile and discourse of the people who joined the club between 1960 and 1990. To contribute to the debate, the concepts of Associativism, Black Social Clubs, and the Black Movement will be presented.

Keywords: Black Movement, Dictatorship, Racial Democracy.

Um breve panorama da constituição do espaço da "Cidade do Aço"

A história de Volta Redonda está intimamente relacionada ao processo de criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Após a sua emancipação, em 17 de julho de 1954, Santo de Volta Redonda, antigo distrito de Barra Mansa, passou por um intenso fluxo migratório e pelo inchaço das favelas. Porém, segundo Regina da Luz Moreira, não foram apenas as características físicas que definiram a ocupação de Volta Redonda, mas também, **e** principalmente, o fato de as melhores terras estarem nas mãos da CSN e de alguns fazendeiros (Moreira, 2000: 86).

A Cidade do Aço então foi planejada para seguir a hierarquia de dentro da Companhia, ou seja, através da política de distribuição de casas, a usina alocava seus funcionários de acordo com a sua função. Segundo Eduardo Ângelo da Silva, os bairros que continham uma boa infraestrutura, seriam destinados àqueles que ocupassem cargos mais altos; para àqueles que possuíam baixa qualificação, restariam os bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura (Silva, 2010). Através de um levantamento feito em pesquisas anteriores, cheguei à conclusão de que essa política de distribuição de terrenos possibilitou o surgimento de clubes sociorrecretativos para a grande maioria dos seus funcionários como: o Clube Náutico e Recreativo Santa Cecília (1948), o Clube Umuarama (1956) e o Clube dos Funcionários da CSN (1942) (Assis, 2024:52).

Com relação ao recorte temporal deste trabalho, o processo de transformação de Volta Redonda em Área de Segurança Nacional se deu a partir do Decreto-lei n° 1.237, de maio de 1973[93]**,** período de edição do Ato Institucional n° 3, que estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador. Com isso, Volta Redonda – sede da CSN, Barra Mansa - sede do I° BIB – Batalhão de Infantaria Blindada e Resende - sede da maior academia militar da América Latina, a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, faziam parte do rol de cidades estratégicas para o regime militar. De acordo com Fabíola Tomé de Souza, "é necessário se atentar ao fato de que estes municípios se localizam entre os estados mais importantes do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo e, essas variáveis fizeram a região relevante para o regime" (Souza, 2017: 1).

Sobre o uso do termo "ditadura militar", de acordo com Carlos Fico, alguns historiadores apontaram que os primeiros anos do golpe não foram violentos. O que para este historiador representa um equívoco pois, houve prisões, torturas, mortes, arbitrariedades e violência institucional desde os primeiros momentos após o golpe[94]**. F**ico ainda mencionou que o debate sobre o nome – militar, civil-militar – não é frutífero, pois, a repressão vai muito além das torturas e assassinatos[95]**.** Continuar adotando o termo ditadura militar do mesmo historiador neste trabalho, sem o acréscimo do civil, é reforçar que existiram interferências diretas dos militares na política brasileira antes de 1964 (Fico, 2004), sobretudo em Volta Redonda, território de Segurança Nacional e onde os militares receberam grande destaque ao ponto de ocuparem altos cargos dentro da CSN.

Já os termos "anos de ouro" e "anos de chumbo", trabalhados por Janaína Martins Cordeiro, demonstram perfeitamente o paralelo vivido durante os vinte anos de regime. De acordo com análises desta historiadora, durante os anos de ouro, fase inicial da ditadura,

[93] Câmara dos Deputados. Projeto n°326, de 1979 (Do Sr. Peixoto Filho). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1181718 . Acesso em: 11/01/2024.

[94] 1964 - Seminários. Aparato repressivo do regime militar – Carlos Fico. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/videos/34956_1964-aparato-repressivo-do-regime-militar-carlos-fico.html. Acesso em: 13/01/2026.

[95] Idem.

houve um expressivo crescimento da economia, discursos sobre a necessidade de um projeto de integração nacional e diversas celebrações caracterizadas como "encontros cívicos" (Cordeiro, 2009). Porém, coabitando no mesmo período, os anos de chumbo traria consigo a edição do Ato Institucional n° 5, perseguições, prisões, mortes e exílios (Cordeiro, 2009). E ficam os seguintes questionamentos: quais foram as motivações para se fundar um clube negro em uma Área de Segurança Nacional? Qual tipo de discurso era defendido pelas pessoas que adentraram o local entre 1960 e 1990? O Clube Palmares, devido ao período em que foi criado, viveria os "anos de ouro" ou os "anos de chumbo"?

Experiências de luta e resistência no século XX – o caso do Clube Palmares de Volta Redonda

Falar de experiências de luta e resistência negra do século XX é, também, falar sobre memória. Para isso, farei uso de dois intelectuais que se debruçaram sobre esse **tema: o s**ociólogo francês Maurice Halbwachs (1857-1945) e o filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005).

Partindo do conceito de memória, em *Na rememória, no mundo: memória, subjetividade e descolonização em "Amada", de Toni Morrison*, o pesquisador Ernani Silverio Hermes utilizou o filósofo Paul Ricouer para analisar o romance estadunidense exposto no título e fazer reflexões sobre memória, subjetividade e descolonização. Mas, antes de introduzir o pensamento do filósofo, Hermes começou discorrendo que,

> uma das problemáticas relacionadas à memória é em relação a quem ela é atribuída, pois se observa que, nos estudos sobre a memória, ou se adota uma postura radical que vincula a memória apenas ao sujeito individual, ou, no outro lado, a aloca apenas em relação à coletividade (Hermes, 2021: 152).

Porém, a historiadora Giuslane Francisca da Silva em sua resenha sobre a obra *A memória coletiva* (2013), apontou que a categoria de "memória coletiva" foi concebida por

Maurice Halbwachs para explicar que toda memória individual pode ser entendida como um ponto de vista da memória coletiva, sujeita a sofrer alterações de acordo com o lugar que ocupamos em determinado grupo ou às relações que mantemos com outros ambientes (Silva, 2016: 250). Sobre isso, Ricoeur formulou a ideia de que "o processo de rememoração pode ser atribuído a três possíveis sujeitos: o eu, os coletivos e/os próximos" (Ricoeur apud Hermes, 2021: 152).

Foi esse processo de rememoração contida nas entrevistas com os sócio-fundadores do Clube Palmares que acabaram me ajudando a reconstituir sua história pois, como Halbwachs, acredito que quando uma ou mais pessoas juntam suas lembranças, elas conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que foram vistos ao mesmo tempo que elas (Halbwachs apud Silva, 2013).

O Clube Palmares de Volta Redonda foi criado no dia 31 de janeiro de 1965, em reunião realizada às dez horas da manhã e com término ao meio-dia e meia, na sede administrativa do Guarani Esporte Clube[96]**.** Entre os presentes, estavam os três idealizadores e fundadores: João Estanislau Laureano, operário negro da CSN; Nazário Ernesto Dias, engenheiro negro da Companhia; e Maria da Glória Oliveira, mulher negra, professora e amiga de Nazário[97]. Ainda na reunião de fundação, foi feita uma votação em que concorreram cinco nomes e suas respectivas cores, propostos pelos seus sócios: Clube Palmares – cores verde e branca; Clube Operário – cores preta e branca; Clube dos Fenianos – cor não mencionada; e Clube 17 de Julho – cor não mencionada. O nome "Clube Palmares" com suas cores verde e branca levou a maioria dos votos, foram quatorze no total.

Após a regulamentação do funcionamento do clube, era preciso arranjar um espaço que fosse sua sede e, a partir de então, foram várias lutas para se firmar como entidade

[96] O Guarani Esporte Clube foi fundado por trabalhadores da CSN em 1944 e, sua sede administrativa estava situada no edifício Justino Molica, sala 323, na Praça Brasil em Volta Redonda. Eunice, na referida entrevista à Gladys Guimarães, contou que seu marido Nazário Dias foi secretário e jogava futebol neste espaço. Trecho retirado em**: "**Palmares: o povo negro pode dançar", de Thompson Clímaco Alves. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H30nCLAhjPo.

[97] Ata de Fundação do Clube Palmares. Volta Redonda, 4 de abril de 1973. Centro de Documentação Edson Daniel João "Mister". Volta Redonda, RJ.

oficial. João Laureano e Maria da Glória, em entrevista realizada pela historiadora Gladys Guimarães, relataram que se dirigiram à CSN para reivindicar um terreno por não serem aceitos nos clubes existentes, porém, foram acusados de fundar um clube racista e que em Volta Redonda não existia preconceito.[98] Dona Eunice Nazário, esposa de Nazário Dias, então relatou que:

> [...] a CSN arrumava tudo para os seus operários, então tinha também um clube de lazer para os operários. Os operários que mantinham [o clube], tinham carteirinha, mantinham o clube. Iam lá, trabalhavam, arrumavam tudo bonitinho. [...] Eles começaram a segurar a carteirinha dos negros, aí começaram a tirar os negros. Não permitiam mais a entrada.[99]

Questionada por Gladys sobre quais clubes passaram a proibir a entrada de pessoas negras, Eunice disse que era apenas um e não quis falar o nome para não lhe causar problemas. Ao contrário de Laureano, que fez questão de pontuar:

> O Náutico me deixou um mal muito grande, porque eles fizeram uma covardia muito grande, enorme com a gente. Eu morava no Acampamento Central, então o galpão lá era a área de lazer do pessoal. O Náutico foi fundado no escritório, era o pessoal do escritório. Então a CSN estava expandindo e precisaria desmanchar os barracos, o Náutico veio para o Acampamento Central no barraco onde era nossa área de lazer e disse que ia acolher todos os moradores do bairro. Aí viramos sócios do Náutico. [100]

Sendo assim, o Palmares acabou se tornando um lugar de acolhimento para as pessoas negras que sofressem com a discriminação racial por parte de clubes como o Náutico, por exemplo, e um local cujo objetivo era elevar a cultura do negro através de diversas atividades que foram registradas em sua Ata de Comissão de Festas durante os anos de 1960 e 1970. Vejamos.

---

[98] Trecho retirado em: "Palmares: o povo negro pode dançar". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H30nCLAhjPo.

[99] Idem.

[100] Idem.

Durante a segunda reunião da Comissão de Festas do Clube Palmares, realizada em 13 de agosto de 1967, às treze horas, na Sede Administrativa, foi discutida a programação do clube para o mês de setembro que ficou planejada da seguinte maneira: "Data: 9 de setembro; Local: A.A. Comercial; Nome do Baile: Baile das Flores; Início: 23:00 horas; Traje: passeio completo; Música: Conjunto Moderno; Ingresso: carteira social com recibo n° 8 ou permanente"[101]**.** A saber, desde 1971, instituições beneficentes de Volta Redonda que atuam nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Cultura se reúnem para arrecadar recursos financeiros através da "Feira da Primavera", um evento cultural que acontece anualmente.[102] Como até o momento não encontrei nenhum indício que comprove que o referido "Baile das Flores" fosse em comemoração à chegada da primavera, abre-se precedentes para pensar em outros eventos do Clube Palmares com **e**sta temática e se havia a possibilidade de ele ter participado de edições da Feira após a sua idealização.

Na terceira reunião da Comissão, realizada no dia 26 de agosto de 1967, às dezessete horas e cinquenta minutos, os membros reuniram-se na Sede Administrativa para discutir itens da agenda e uma delas era com relação a uma Promoção Cultural. Logo no início, Maria da Glória - sócio-fundadora e Diretora do Departamento Cultural, discorreu longamente sobre o problema da integração da pessoa humana na sociedade e sugeriu a promoção de miniconferências sobre esse assunto[103]. Em seguida, foi discutido a possibilidade de haver uma palestra, em caráter informal, sobre o "Poder do Negro", que seria proferida por um engenheiro e amigo de Maria da Glória, já que o mesmo, de acordo com a documentação, havia presenciado o surgimento deste fenômeno nos Estados Unidos.[104]

Foram essas e outras atividades culturais empreendidas pelo Clube Palmares da segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970, que me levaram a defini-lo

[101] Livro de Ata de Comissão de Festa do Clube Palmares, 1967, p.3. Centro de Documentação Edson Daniel João "Mister". Volta Redonda, RJ.
[102] Núcleo de Ação Comunitária de Volta Redonda. Disponível em: https://nacvoltaredonda.com.br/quem-somos/. Acesso em: 06/01/2026.
[103] Livro de Ata de Comissão de Festa do Clube Palmares, 1967, p.4. Centro de Documentação Edson Daniel João "Mister". Volta Redonda, RJ.
[104] Idem.

como “Associativismo Negro”. Segundo Petrônio Domingues, “o associativismo negro consiste em um conjunto de experiências vivenciadas por mulheres e homens negros em torno de uma atividade ou instituição no espaço público, tendo em vista o fazer coletivo em nome do grupo que procuram representar” (Domingues, 2023: 3). Pode-se concluir que o associativismo foi um dos responsáveis por despertar a organização negra em Volta Redonda e influenciar diretamente na formação do Clube Palmares que, incialmente, mesmo sem um espaço próprio, seus integrantes se reuniam para debater sobre o racismo e buscar maneiras de se incluir na sociedade.

Essas formas de comportamento originadas durante a escravidão mostraram-se duradouras e prolongadas ao passo que, no final do século XIX e início do século XX, “os afrodescendentes de classe média criaram uma rica variedade de associações e instituições racialmente definidas, incluindo clubes sociais e atléticos, organizações culturais e cívicas, jornais e partidos”, como bem destacou George Reid Andrews (2007: 34).

Os Clubes Sociais Negros se constituíram então como lugares de negros empoderados pela mobilidade social proporcionada pelo trabalho remunerado e considerados espaços exclusivos para a prática do associativismo negro. O termo é contemporâneo e foi elaborado por Oliveira Silveira[105] junto a outros integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos estados do RS, SC, SP, RJ e MG. Ao final, ficou definido que esses clubes seriam espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.[106]

Alguns anos depois, o Clube Palmares, simultaneamente ao crescimento da repressão militar, viu nascer uma nova geração através do Movimento *Black* de Volta Redonda entre as décadas de 1970 e 1980. Atendendo agora pelo nome de “Movimento Negro do Clube

[105] Oliveira Ferreira Silveira, poeta negro brasileiro, nascido em 1941, na área rural de Rosário do Sul. Graduado em Letras – Português e Francês com as respectivas licenciaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Ativista do Movimento Negro, idealizador do “20 de novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra e do Movimento Clubista.
[106] Sobre isso, ver mais em: Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: https://clubesnegrosbr.blogspot.com/. Acesso em 13/01/2026.

Palmares[107]”**,** os novos integrantes adotariam o mesmo tipo de discurso dos movimentos civis norte-americanos, passando a trabalhar com os jovens negros de Volta Redonda a conscientização de que deveriam estar inseridos em uma entidade que também atuasse politicamente. Vale destacar que, “no final do século XX, era comum que as organizações de base racial assumissem a forma de movimentos ressurgentes para os direitos civis dos negros, lembrando os clubes e as organizações de um século atrás” (Andrews, 2007: 34).

E qual seria a melhor definição para “movimento negro contemporâneo”? Antes de responder a essa pergunta, é preciso fazer alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, ao compararmos o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar – de modo generalizado – é possível notar que em ambos os períodos, a busca de singularidade por meio da teoria das três raças iria compor a propaganda **política da época e,** um dos elementos utilizados, sobretudo no regime militar, seria de que “o Brasil tinha elementos positivos para estabelecer uma democracia popular, repulsa pela hierarquia, falta de base para o preconceito de cor” (Fico, 1997: 34). Embora o sociólogo Gilberto Freyre seja comumente creditado por cunhar o termo “democracia racial”, Paulina L. Alberto e Jesse Hoffnung-Garskof chegaram à conclusão de que “desde as décadas de 1920 e 1930, muitos pensadores negros e outras figuras públicas já tratavam da singular ‘fraternidade’ interracial do Brasil” (Alberto; Garskof, 2018: 323). Ademais, os historiadores chegaram à conclusão de que a diferença entre a América Latina e os Estados Unidos ou África do Sul, era a existência dos próprios “mitos” da democracia racial que mascarava a desigualdade.

Em segundo lugar, enquanto o Clube Palmares estava em processo de criação, “o Movimento Negro teve sua luta política temporariamente derrotada após o golpe militar,

[107] O Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil, foi um projeto realizado pelo Programa Religião e Negritude Brasileira, do Instituto de Estudos da Religião – ISER, publicado no ano de 1988. Este trabalho consiste em uma extensa lista de entidades que atuaram no Brasil de diversas maneiras contra a discriminação e o preconceito racial. Ele é dividido por estados e, dentre os “grupos”, “movimentos”, “sociedades” e “associações” e o Clube Palmares chegou a ser registrado duas vezes: primeiro como Clube e em seguida, como Movimento. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-do-iser-catalago-de-entidades-de-movimento-negro-no-brasil.pdf. Acesso em: 13/01/2026.

quando os militantes foram acusados de criar um problema que supostamente não existia: o racismo" (Domingues, 2007: 111). Mas, a partir da década de 1970, pensadores e ativistas afro-brasileiros como Abdias do Nascimento, Lélia González e Beatriz Nascimento, passaram a empreender uma visão mais crítica a esse "mito" a fim de combatê-lo.

Portanto, utilizando novamente Petrônio Domingues para responder à pergunta feita anteriormente, pode-se concluir que, para o Movimento Negro, a "raça" seria o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007). Com isso, na visão do historiador Amílcar Araújo Pereira, "é possível encontrar várias características específicas neste movimento que se difere de momentos anteriores, como por exemplo, a oposição ao 'mito da democracia racial', elemento fundamental para a constituição do movimento negro a partir da década de 1970" (Pereira, 2010: 97).

Sobre as atividades empreendidas pela nova geração palmarina, agora organizada enquanto um movimento negro, existe uma hipótese sobre sua participação no projeto do Memorial Zumbi dos Palmares na cidade de Volta Redonda. De acordo com o *Jornal do Vale*, de 1989, a Associação de Moradores da Vila Santa Cecília (AMAVILA) alegou que não havia sido procurada para tratar da construção do Memorial Zumbi dos Palmares, porém, os Movimentos Negros (Volta Redonda, Barra Mansa e Pinheiral) afirmaram que procuraram a AMAVILA em fevereiro de 1989, mas não obtiveram sucesso.[108]

Inaugurado em junho de 1990, o Centro Cultural Quilombo Memorial Zumbi foi projetado pelo arquiteto Selso da Bello, com o objetivo de ser um espaço destinado ao resgate dos valores da cultura afro-brasileira. O nome é uma homenagem a Zumbi dos Palmares. Segundo o site da Secretaria Municipal Cultura de Volta Redonda, o Memorial deveria ser motivo de orgulho para toda cidade pois, não havia nenhum outro local que se dedicasse tanto

[108] *Jornal do Vale*. Volta Redonda, 31 de janeiro de 1987.

a memória de Zumbi dos Palmares e a cultura afro-brasileira com a estrutura deste aparelho cultural.[109]

O periódico não mencionou o nome de nenhuma organização, mas, é possível que as movimentações do Clube Palmares, junto com outras entidades, tenham viabilizado a construção do Memorial Zumbi através do Projeto de Lei n° 111/87 e da Lei Municipal n°2.287/88.

Considerações finais: "*Nossos passos vêm de longe*"

Atualmente, os novos integrantes do Clube Palmares adotaram o costume de chamá-lo de "quilombo urbano", conceito diretamente relacionado aos estudos do ativista Abdias do Nascimento. O fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), denominou "quilombismo" como,

> genuínos focos de resistência física e cultural. Essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são quilombos legalizados pela sociedade dominante; foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história (Nascimento, 2002: 337 e 338).

Ainda de acordo com Nascimento, os quilombolas dos séculos XV ao XIX foram responsáveis por nos legar um patrimônio de práticas quilombistas (Nascimento, 2002: 349). Logo no alvorecer do século XX, entre os anos de 1930 e meados de 1970, surgiram diversas organizações negras de cunho assistencialista, artística, recreativa ou militante como: a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo no ano de 1931 e considerada sucessora do

[109] Secretaria Municipal de Cultura de Volta Redonda. Disponível em: https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/memorialzumbipalmares/. Acesso em: 12/01/2026.

Centro Cívico Palmares de 1926; o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, no Rio de Janeiro; e o Movimento Negro Unificado, que surgiu através de um ato político nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 1978. Em suma, nas palavras de Petrônio Domingues e Flávio Gomes, a temática quilombola – como metáfora – foi apropriada pelos movimentos e organizações antirracistas com o objetivo de transformar os quilombos em representações históricas da luta contra a discriminação racial e valorização da cultura negra (Domingues; Gomes, 2013).

O que facilmente explica o enorme número de organizações que se intitularam no passado e se intitulam no presente de "Quilombo" e/ ou "Palmares" – o Clube Palmares e o Centro Cultural Quilombo Memorial Zumbi – testemunham o quanto o exemplo quilombista significa como valor dinâmico na estratégia de sobrevivência das comunidades de origem africana (Nascimento, 2002).

Diante destas considerações, é perceptível que o Clube Palmares acompanhava e incluía em seu discurso essas tendências vindas de fora, a começar pelo seu objetivo inicial: "incluir o negro na sociedade". Este termo, junto ao discurso de democracia racial, foi adotado por pensadores e ativistas autoidentificados como negros no Rio de Janeiro e em São Paulo para contestar teorias biológicas da raça e exigir direitos civis e políticos, pelo menos até a década de 1970 (Alberto; Garskof, 2018: 331). Mas, perante as diversas formas de violência empreendida pelo regime militar no país, e em Volta Redonda, particularmente, era cada vez mais necessário que a população negra assumisse um discurso radicalizado contra o racismo e o mito da democracia racial.

Pensando nisso e, tentando responder à uma das perguntas feita na introdução, acredito que o Clube Palmares tenha vivido muito mais os "anos de chumbo" devido às tentativas de silenciamento e apagamento impostas pela CSN e os clubes sociais vinculados a ela. O acesso à memória individual apegada ao fato vivido por João Laureano e Eunice Dias – integrantes da primeira geração palmarina – foi de suma importância para chegar à conclusão de que, apesar das diferenças de ideais, as ações empreendidas pela segunda

geração estavam em consonância com a memória dos outros membros: de que o Clube Palmares foi e ainda é um ponto de cultura afro-brasileira de extrema relevância para a sociedade voltarredondense.

Fontes

1964 - Seminários. Aparato repressivo do regime militar – Carlos Fico. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/videos/34956_1964-aparato-repressivo-do-regime-militar-carlos-fico.html. Acesso em: 13/01/2026.

Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: https://clubesnegrosbr.blogspot.com/. Acesso em 13/01/2026.

Ata de Fundação do Clube Palmares. Volta Redonda, 4 de abril de 1973. Centro de Documentação Edson Daniel João "Mister". Volta Redonda, RJ.

Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil. Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-do-iser-catalago-de-entidades-de-movimento-negro-no-brasil.pdf. Acesso em: 13/01/2026.

Câmara dos Deputados. Projeto n°326, de 1979 (Do Sr. Peixoto Filho). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1181718 . Acesso em: 11/01/2024.

Documentário "Palmares: o povo negro pode dançar", de Thompson Clímaco Alves. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H30nCLAhjPo.

Jornal do Vale. Volta Redonda, 31 de janeiro de 1987.

Livro de Ata de Comissão de Festa do Clube Palmares, 1967, p.3. Centro de Documentação Edson Daniel João "Mister". Volta Redonda, RJ.

Livro de Ata de Comissão de Festa do Clube Palmares, 1967, p.4. Centro de Documentação Edson Daniel João “Mister”. Volta Redonda, RJ.

Núcleo de Ação Comunitária de Volta Redonda. Disponível em: https://nacvoltaredonda.com.br/quem-somos/. Acesso em: 06/01/2026.

Secretaria Municipal de Cultura de Volta Redonda. Disponível em: https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/memorialzumbipalmares/. Acesso em: 12/01/2026.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. Tradução: Magda Lopes. – São Carlos: EdUFSCar, 2007, 318 p.

ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la. *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*. 1° ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. 708 p.

ASSIS, Jéssica Lopes de. *O associativismo negro no Vale do Paraíba – o Clube Palmares de Volta Redonda*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024.,109 p.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Estud.hist.(Rio J.) vol. 22, n. 43, Rio de Janeiro Jan./June 2009.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. São Paulo, 2007, 122 pp.

DOMINGUES, P., & GOMES, F. (2013). *Histórias dos quilombos e memórias dos quilombos no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/031*. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 5(11), 05–28.

_____. *Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente*. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 15, 2023.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, 200 pp.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rev.Bras.Hist.24 (47), 2004.

HERMES, Ernani Silverio. *Na rememória, no mundo: memória, subjetividade e descolonização em "Amada", de Toni Morrison.* Crátilo – Revista Discente de Estudos Linguísticos e Literários. Centro Universitário de Patos de Minas, v. 14, n. 1, jan./jul. 2021: 148-162.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN – Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro, Iarte, 2000.

NASCIMENTO. Abdias do. *O quilombismo – Documentos de uma militância pan-africanista*. 2° ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002. 362 p.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, 268 f.

SILVA. Giuslane Francisca da. *HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013*. Aedos – Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

SILVA, Eduardo Ângelo da. *"Arigós" e "peões" na "Cidade do Aço": experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980).* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010, 125 f.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. *Umbanda e Ditadura Civil-Militar: relações, legitimações e reconhecimento*. Revista Angelus Novus, USP–Ano VII, n.II, pp.13-32, 2016.

Entre normas e rupturas: estratégias negras de liberdade em Juiz de Fora no século XIX

Vanessa Ferreira Lopes[110]

Luan Pedretti de Castro Ferreira [111]

Resumo:O presente trabalho busca examinar algumas das estratégias utilizadas em ações de liberdade movidas por pessoas negras em Juiz de Fora no século XIX. Com base em três processos publicados no livro-documento "Ações de liberdade em Juiz de Fora: protagonismos, autonomias e insurgências" (Castro; Pedretti; Lopes, 2025), pretende-se analisar de que maneira indivíduos escravizados, forros e libertos acionaram normas jurídicas para comprovar sua condição de livres ou ratificar o direito de compra de sua liberdade. Embora esses documentos obedeçam a uma estrutura formal, eles permitem revelar diversas dinâmicas da sociedade oitocentista, contribuindo para complexificar a história da população negra sob o regime escravista.

Palavras-Chave: Ações de liberdade; escravidão; pós-abolição; Brasil oitocentista.

Abstract

This paper examines some of the strategies employed in freedom suits (*ações de liberdade*) filed by Black individuals in Juiz de Fora during the nineteenth century. Based on three legal

[110] Mestre em História pela UFJF, licenciada em História pela mesma instituição. Servidora técnica administrativa em educação na Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF. Membro do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-abolição em Minas Gerais. Contato: vanessaloopes13@gmail.com.

[111] Doutorando em Educação pela UFJF, mestre e licenciado em História pela mesma instituição. Professor da educação básica. Membro do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-abolição em Minas Gerais. Contato: luanpedretti@gmail.com.

cases published in the documentary volume *Ações de liberdade em Juiz de Fora: protagonismos, autonomias e insurgências* (Castro; Pedretti; Lopes, 2025), the study analyzes how enslaved, freed, and manumitted individuals mobilized legal norms to prove their free status or to affirm their right to purchase their freedom. Although these documents follow a formal legal structure, they reveal multiple dynamics of nineteenth-century society and contribute to a more nuanced understanding of the history of the Black population under the slave regime.

Keywords: Freedom suits; Slavery; Post-abolition; Nineteenth-century Brazil.

Introdução

Desde a década de 1990, a historiografia da escravidão e do pós-abolição tem se afastado de abordagens centradas exclusivamente na estruturação do sistema escravista — que frequentemente representavam os escravizados como sujeitos passivos e inertes — para enfatizar suas agências, estratégias e formas de contestação[112]. Esse deslocamento analítico expressa uma mudança de paradigma mais ampla nos estudos da História do Brasil, promovendo também novas leituras de fontes já conhecidas. Nesse contexto, as ações de liberdade destacam-se como documentos privilegiados para a reinterpretação do passado, na medida em que permitem apreender dinâmicas de sociabilidade, negociação e luta, bem como os modos pelos quais indivíduos escravizados questionaram o funcionamento do complexo sistema escravista e da sociedade colonial. A partir dessas fontes, torna-se possível identificar as diversas estratégias mobilizadas pelos sujeitos na busca por brechas na legislação e na estrutura jurídica vigentes, em favor da conquista de sua própria liberdade.

[112] Ver mais em: RIOS; MATTOS. Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.; REIS (org.). Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988. ISBN 8511130845.

O livro-documento “Ações de liberdade: protagonismos, autonomias e insurgências” (Castro; Pedretti, Lopes, 2025), o qual é a base para este artigo, surge na intenção de publicizar e democratizar o acesso à 19 ações de liberdade da cidade de Juiz de Fora–MG, fazendo uma apresentação histórica dos processos, dos sujeitos e de suas histórias[113]. Os referidos documentos estão sob a guarda do Arquivo Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora, onde o documento mais antigo é datado de 1842.

De forma sintética, os principais argumentos que perpassam as ações de liberdade podem ser agrupados em três eixos: a reescravização de indivíduos que viviam como libertos com base em acordos verbais; a reivindicação de liberdade por sujeitos nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871; e o acúmulo de pecúlio como forma de indenização ao escravista em caso de decisão judicial desfavorável. Os desfechos desses processos variavam significativamente, podendo resultar tanto na concessão da liberdade — frequentemente após longas disputas jurídicas — quanto na reescravização de indivíduos que já viviam em condição de liberdade, sobretudo após a morte de seus antigos senhores, ou ainda na fuga do sujeito envolvido.

Estes documentos se apresentam como grandes possibilidades de pesquisa para a compreensão das relações que se estabeleceram durante os séculos XVIII e XIX. Eles demonstram que as relações foram muito mais complexas do que se imaginava, destacando negociações, acordos e outros aspectos na sociedade escravista. Como exemplo, para o processo ser aberto não bastava que o escravizado fosse à justiça: este, por não ser considerado cidadão, era impossibilitado de dizer por si mesmo. Então se fazia necessário uma série de intermediários para o andar do processo, como um curador, que iria ser a representação legal desse sujeito; um depositário que iria guardar o sujeito no decorrer do processo; um advogado para ambas as partes que buscavam um acordo a partir da negociação. Na leitura das documentações é possível conhecer algumas das interações desses atores, com seus interesses e dinâmicas de poder.

[113] Disponível em: https://www2.ufjf.br/labhoi/2025/10/20/lancamento-do-e-book-acoes-de-liberdade-em-juiz-de-fora-protagonismos-autonomias-e-insurgencias/. Acesso: 12 de jan. de 2026.

Ainda que dependentes de uma rede de intermediações, a ação de liberdade tem como ponto de partida o desejo dos próprios sujeitos negros de formalizar sua liberdade e/ou a de seus familiares, apresentando argumentações diversas perante o juiz e enfrentando seus senhores — em processos que podiam durar dias, meses ou anos.

A partir da análise desses documentos, objetiva-se demonstrar a atuação da população negra na sociedade oitocentista juiz-forana como atores políticos ativos. As ações de liberdade configuravam uma prática social recorrente, evidenciando como sujeitos escravizados, inseridos em redes de sociabilidade, compartilhavam saberes e estratégias jurídicas para negociar e disputar sua liberdade.

Sentidos e complexidades de liberdade

> Nem todo negro era escravo, mas a maioria dos negros era, e, deste ponto de vista, todos os negros poderiam ser tratados como escravos, a menos que pudessem provar que eram livres – e mesmo assim, ainda seriam mais maltratados do que os colonos brancos (Blackburn, 2001:28).

Percebe-se a complexidade na tentativa de ser um sujeito negro livre dentro do sistema escravista, mesmo diante de uma vida como livre e/ou liberto e das fortes discussões do movimento abolicionista. As disputas eram longas e cansativas. O jogo colonial impunha como sinônimo ser negro o ser escravo, de tal forma que mesmo liberto essa liberdade era questionada a todo momento. A liberdade e sua manutenção era complexa.

Nos processos de ações de liberdade podemos constatar sucessivos registros de tentativas de reescravização, onde o objetivo era reintegrar o sujeito ao patrimônio de uma família, ainda que este estivesse vivendo como pessoa livre há anos. Em Juiz de Fora, um

exemplo como este a ser citado é o caso de Silvestre, que será detalhado no próximo tópico. No curso dos processos, há vários negros forros ou que nasceram livres e que em diversas ocasiões foram coagidos a provar sua condição de liberdade. Este elemento é uma característica da escravidão das Américas, que como condição para se determinar quem é ou quem não é escravizado, tem-se a marca fenotípica da cor da pele.

A ideia de liberdade no contexto da escravidão — e mesmo na contemporaneidade — é polissêmica, pois envolve um conjunto de condições que visavam garantir aos indivíduos um mínimo de autonomia sobre a própria vida. Entre essas condições, destaca-se o acesso à terra, ao lazer e às práticas religiosas, às sociabilidades e redes de afeto, bem como o direito ao descanso e ao comércio. A busca por essa liberdade total, dentro das possibilidades então existentes, perpassava diferentes estratégias: (I) a promessa de liberdade condicionada ao falecimento de um ou de todos os membros da família senhorial; (II) o acúmulo de pecúlio para a compra da carta de alforria própria ou de entes próximos — frequentemente crianças; (III) as negociações em torno da tentativa de reunião familiar; e (IV) as disputas jurídicas contra a reescravização, cujos desfechos podiam ser inusitados ao final do processo legal. Em último caso, quando todas as alternativas se esgotavam, a fuga ainda se apresentava como possibilidade, inclusive para aqueles que inicialmente recorreram ao aparato jurídico. Como exemplo, na cidade de Juiz de Fora, destaca-se o caso de Rita Creoula, que empreendeu fuga antes do término do processo judicial, quando o cenário já se mostrava desfavorável aos seus interesses. Sua trajetória também será detalhada no próximo tópico.

Conforme argumenta Sidney Chalhoub (2012), a noção de liberdade no Brasil oitocentista não pode ser compreendida a partir de categorias rígidas ou dicotômicas, como livre e escravizado, mas sim como situada em uma ampla "faixa cinzenta", marcada por incertezas, negociações e permanente vulnerabilidade. A liberdade, longe de se constituir como uma condição plena e estável, apresentava-se de forma precária, constantemente ameaçada por mecanismos legais, práticas sociais e relações de poder que permitiam a reescravização, a contestação de alforrias e a revogação de acordos anteriormente estabelecidos. Nesse sentido, Chalhoub evidencia que a experiência da liberdade era

profundamente atravessada pela estrutura escravista, que continuava a operar mesmo após a concessão formal da alforria, produzindo um cenário no qual indivíduos legalmente livres permaneciam expostos à coerção, à violência e à insegurança jurídica. Assim, a liberdade configurava-se menos como um estado definitivo e mais como uma condição instável, construída cotidianamente por meio de disputas, estratégias e recursos mobilizados pelos próprios sujeitos. Para esse autor, a liberdade transformou-se numa experiência ainda mais arriscada após a lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu a entrada no país de escravos africanos, procedentes do comércio atlântico.

Com essa contextualização, passamos ao próximo tópico, analisando três processos de ações de liberdade movidos na cidade de Juiz de Fora.

Marcellina, Silvestre e Rita Creoula: protagonismos, autonomias e insurgências

Ambicionamos aqui inserir outros elementos para evidenciar dinâmicas tecidas por homens e mulheres que reivindicaram seu lugar de protagonistas nessa história que os anula sistematicamente. Vem desse fato a força desta pesquisa, em colocar em pauta as subjetividades e humanidades em um projeto de nação e de cidade que desconsiderou a relação visceral que os liga ao tráfico humano e aos desdobramentos dessa trama no mundo atual. Vem também destes aspectos a necessidade de resgatar, nomear e publicizar a história de cada uma desses sujeitos, que a sua maneira, questionou e lutou contra o sistema que desumanizava. Neste momento, pretendemos aprofundar na história de Marcellina, Rita Creoula e Silvestre.

Marcellina Angélica de Almeida é a única, de todas as 19 ações de liberdades investigadas, com nome e sobrenome completo nos documentos. Sabemos da importância do nome tanto para os escravizados que tentavam ao máximo preservar suas origens, quanto para os escravizadores que batizavam esses sujeitos, com nomes cristãos, ao os receberem nos

portos de desembarque do Brasil. Por essa análise que destacamos o nome completo da referida.

> Durante o aprisionamento, a comercialização e a travessia do Atlântico ocorrem um processo de negação e apagamento do antigo nome. Havia uma carta régia que dizia que todos os escravos capturados, antes de serem embarcados, deveriam ser catequizados e batizados ainda em solo africano, haja vista que a conversão para o cristianismo era um dos pilares da legitimação da escravidão nas monarquias ibéricas. O batismo era oficializado, primeiramente, por meio da atribuição de um bilhete, o qual logo foi substituído pela marca de uma cruz, feita com ferro quente, na pele do escravizado. Nesse batismo, os escravos somente recebiam essa marca, sem nenhuma imposição de nome. Somente na chegada ao Brasil, após ser batizado novamente por um padre, o cativo recebia um nome cristão. Esse último passava a ser o nome presente nos documentos escritos, ou seja, era o nome que representava o estatuto econômico, político-administrativo e jurídico do cativo na sociedade escravista brasileira (Palma e Truzzi, 2018: 314).

Por meio da análise documental do processo de ação de liberdade de Marcellina, nos leva a crer que seu nome completo se fez por já estar em condição de pessoa livre, que entrava na justiça apelando pela liberdade de seu filho, Desidério, avaliado em 250 mil réis. Este que está descrito sem idade, mas certamente um menor que precisava do rogo materno pela sua liberdade. Conforme a documentação que iniciou em 7 de dezembro de 1882 e finda em 12 de julho de 1883, a criança estava sob posse da viúva de José Miguel de Almeida. A argumentação utilizada por Marcellina pautou-se por Desidério ser filho de uma mulher livre, amparando-se na Lei do Ventre Livre de 1871, e por estar adoecido.

Ainda que sem o desfecho propriamente, pela limitação das condições de preservação da própria fonte, é possível perceber a sanha predatória por crianças, a força do domínio senhorial e da tutela estatal alienando a mãe da própria criança, ainda que liberta. Nesse

sentido, recuperamos novamente a expressão de Chalhoub, da precariedade da liberdade, já apontada anteriormente, mantendo continuamente o clima de angústia e incerteza, minando a autonomia do sujeito. Mesmo após a Lei de 1871, as crianças ficavam sob a pena de servir os senhores ou cedidas a tutela estatal em condições muito similar, ou exorbitantes indenizações pecuniárias pelo tempo de serviço que deveria a prestar. Tal situação chega ser alarmante, uma vez que se trata do ato de acumular pecúlio indenizatório para alguém que, em tese, já era livre pela própria lei. Percebemos por esse viés a sofisticação da manutenção escravista e os vícios da lei.

A ação, que durou seis meses, aparenta estar incompleta, pois as informações se seguem apenas até a nomeação de curador, João Pedro Ribeiro Mendes. Além disso, o movimento do historiador na leitura das ações precisa se ater a nuances, ditos, não-ditos, lacunas e formalidades próprias do processo, o qual ainda que encabeçada pelo sujeito requerente de sua vida em liberdade, era redigido e intermediado por um terceiro imerso na lógica colonial escravista da sociedade oitocentista.

> (...) não podemos nos furtar ao fato que todo arsenal documental que aqui trazemos, composto pelas 19 ações de liberdade que se encontram sob a guarda do Arquivo Municipal de Juiz de Fora, foi produzido por instituições e sujeitos que, em sua esmagadora maioria, compactuavam com a escravização e pouco se sensibilizavam com a defesa do seu fim. Há uma formalidade estrutural na documentação que fornece fontes para esta escrita, uma rigidez quase plasticizada que nos obriga a ler os não ditos e peneirar aquilo que frequentemente escapou à historiografia. Além disso, algumas ações possuem trechos quase ilegíveis, enquanto outras estão incompletas, dificultando ou impedindo o conhecimento total dos seus desdobramentos (Pedretti, Castro, Lopes: 14).

Portanto, estas histórias nos obrigam, a ler seu contexto à época e entender as atuações dos sujeitos pessoalmente e ao nível social. Aqueles que lutavam para libertar os

seus, os que pretendiam a manutenção do sistema e os que se colocavam em uma suposta neutralidade quanto a ela.

A segunda ação de liberdade que nos ateremos, data 19 à 30 de julho de 1870, envolvendo o caso de Rita Creoula. No processo consta como curadores os nomes de Dr. Marcellino Fortes/Marcelino de Assis Tostes e, como proprietário, o Capitão Francisco de Paula Villas Boas.

Esta ação tem curta duração e um desfecho com o qual podemos imaginar não ser incomum à época, por mais que não tenhamos conhecimento nominal de cada uma dessas histórias ou desses sujeitos. Queremos dizer que Rita fugiu. Sumiu. Desapareceu. O que não possibilitou a conclusão de seu processo nos moldes com as quais a lei previa, mas nos leva a pensar que permitiu a conclusão de sua vida conforme Rita almejava: livre.

Rita alegava a manutenção de sua liberdade. Se amparava no fato de que seu finado proprietário, Miguel Corrêa Torres, deixara livre em testamento, destruído por um irmão. Havia testemunhos, como o de um padre, confirmando a intenção do finado, o que não foi suficiente para o juiz decretar a favor de Rita. Acontece que o Capitão Paula Villas Boas a teria comprado a partir de um dos filhos de Torres, ainda que não tivesse discutido com os outros herdeiros e nem tivessem em posse as documentações necessárias para tal. No inventário de partilha é citado os nomes dos filhos: Guilherme Correa Torres, Lino Correa Torres e Leafrido Correa Torres (falecido), depois se incluiu o menor Joaquim, com o valor de mil e duzentos contos de réis pela compra de Rita.

Antes de fugir da cidade, Rita encontrou abrigo se misturando à população da cidade de Juiz de Fora sem ser notada. Esta informação nos leva a pensar no contingente grande de pessoas negras escravizadas, forras ou livres que circulavam pela localidade, a ponto de conseguir fugir sem nunca ser encontrada. Isso nos leva a considerar também como que a cidade de Juiz de Fora se enquadra nas proximidades as com outras que eram reconhecidamente negras pelas suas características populacionais, como o Rio de Janeiro e

Salvador. O percentual de pessoas negras que habitavam esta região era superior ao dessas cidades em determinados momentos, chegando a representar 45% do total (Castro, 2024: 72).

> Batista (2020) defende o lugar de Juiz de Fora como cidade esconderijo, de abrigo a escravos fugitivos em função da existência de uma sociedade livre e de cor. Mas ele não era esconderijo apenas. Opera-se, concomitantemente, uma subversão total na forma como essa cidade é lida e nas transformações que se operam no sentido do transitar por ela, mesmo nas condições de cativeiro. A cidade era não só um local de ocultamento, mas também de acesso a informações e redes de ajuda mútua que permitiram trilhar os caminhos da liberdade pela justiça e a estruturação de contínuas perspectivas de relações com parcerias que as transformaram em corpos políticos, certamente numa dimensão muito maior do que a discorrida nessas linhas e nas tramas contidas nos documentos (Castro, 2024: 13)

Assim, as tramas que envolveram a escravização na região juiz forana, bem como a ação dos escravizados frente ao sistema, são muito mais complexas e diversas do que imaginamos. Porém, estas informações extraídas das documentações, nos apresentando este cenário, não seriam possíveis de acontecer em uma cidade que não tenha tido uma ocupação considerável de pessoas negras ao longo de seus processos históricos.

Por fim, dentre três histórias que pretendíamos tratar nesta oportunidade, temos Silvestre. Sua ação data 8 de outubro de 1883, tendo como curador Francisco de Assis Mendes Ribeiro e sua proprietária Flavia Maria de Andrade. A data de fim da ação não foi identificada na documentação.

Silvestre já vivia livre, inclusive sendo reconhecido por pessoas próximas, mas a partir do momento que seu dono faleceu, a viúva Flávia exigiu que este voltasse ao cativeiro. O argumento que Silvestre utilizava para comprovar sua liberdade, ainda que não tivesse documento formal, era que seu nome não estava mais na listagem dos bens no inventário do

falecido, mas isso não foi justificativa suficiente para conceder a liberdade definitiva para este. A viúva usou da argumentação de que ele era livre, MAS teria que servir a ela enquanto estivesse viva.

> Segundo seu curador, esse fato comprovaria que Silvestre já vivia como liberto mesmo antes da morte do seu ex-senhor e que não poderia voltar a ser escravizado. A viúva, porém contestou a justificativa do curador, alegando que Silvestre havia sido colocado em liberdade sob a condição de servi-la até a sua morte e, por isso, não constava como bem no testamento de seu marido. Os avaliadores do testamento depuseram como testemunhas de Silvestre, comprovando que seu nome não estava relacionado entre os bens inventariados, mas não souberam dizer se havia alguma condição para a sua liberdade. Coube ao Juiz Municipal Dr. Duarte Penido a decisão final. Silvestre perdeu a ação ação e foi devolvido à sua senhora para cumprir a condição de sua alforria, mesmo com a alegação do escrivão Francisco Dionísio Fortes Bustamante (que avaliou os documentos apresentados pela defesa) de que as provas escritas comprovavam que Silvestre já não era mais escravo quando o marido da referida senhora faleceu (Mendonça, 2015:25).

A trajetória de Silvestre permite refletir sobre o profundo apego da cidade de Juiz de Fora ao regime escravista até seus momentos finais, às vésperas da abolição. Embora vivesse em condição de liberdade e fosse socialmente reconhecido como tal, esse reconhecimento não foi suficiente para que sua palavra prevalecesse diante da viúva, resultando em seu retorno ao cativeiro. Tal desfecho evidencia não apenas a fragilidade da liberdade experimentada por sujeitos negros no período, mas também a força das hierarquias raciais e jurídicas que estruturavam a sociedade local. É possível supor que esse retorno à escravidão tenha ocorrido em condições ainda mais adversas, com a vida previamente construída sendo desarticulada, as redes de sociabilidade e afeto rompidas e a experiência do cativeiro intensificada pelo ressentimento da viúva e de seus herdeiros, após o desgaste da disputa judicial e a exposição pública do conflito.

O caso de Silvestre evidencia que o trabalho escravizado permaneceu sendo mobilizado em Juiz de Fora até os estertores da abolição, demonstrando a persistência e o enraizamento do sistema escravista mesmo em meio às discussões abolicionistas e às experiências concretas de liberdade já vivenciadas por parte da população negra.

Considerações finais

Conclusivamente, a partir da análise das ações de liberdade, percebendo as motivações e caminhos diversos que foram traçados pelos sujeitos, conseguimos mapear uma breve passagem das disputas entre liberdade e cativeiro ocorridas na cidade de Juiz de Fora. A partir das três histórias aqui apresentadas, percebemos os vários sentidos de liberdade e as estratégias para quando ela lhe é negada. Sobretudo, conseguimos perceber a importância da atuação os sujeitos na busca de si em uma sociedade desumanizadora.

As ações de liberdade são fontes históricas com imenso potencial de complexificação dos estudos das relações sociais nas sociedades oitocentistas, por serem um processo judicial iniciado pelo sujeito negro, intermediado por curadores, juízes e uma série de outros sujeitos que possibilitam desnudar as tramas daquela sociedade. É possível vislumbrarmos a partir dela os argumentos em prol da liberdade e também da manutenção do sistema escravista, desde as primeiras em Juiz de Fora, datando 1840, até aquelas já próximas à própria assinatura da Lei Áurea. Aquelas que datam o início da década de 40 dos oitocentos, percebemos como uma sofisticada rede de comunicação e inteligência circulava entre a população negra na cidade, que letrada ou não, tinha acesso e fazia circular esse conhecimento e possibilidade da formalização da sua autonomia. E, por outro lado, as ações as vésperas da abolição formal, nos demonstra a escolha e insistência da sociedade juiz forana pela manutenção do sistema escravista, ainda que falido no tocante do número de pessoas libertas, fugas e a dimensão do movimento abolicionista ao nível mundial.

Ao selecionarmos as histórias de Rita Creoula, Marcellina com seu filho Desidério e Silvestre, buscamos demonstrar os diferentes contextos possíveis, argumentações e desfechos de cada processo. Ações que duraram dias, outras meses e algumas anos. Com finais que culminaram na formalização propriamente da liberdade, outras no retorno ao cativeiro e até mesmo a fuga, sem deixar nenhum vestígio para a captura.

Apesar de seu amplo potencial analítico, as ações de liberdade ainda permanecem relativamente pouco exploradas pela historiografia, sobretudo no que diz respeito a cidades situadas fora dos grandes centros urbanos. Este trabalho parte da convicção de que o estudo sistemático dessas fontes pode contribuir de maneira significativa tanto para o fortalecimento da História local quanto para a complexificação da História Pública da escravidão e do pós-abolição. Ao iluminar as múltiplas relações estabelecidas no interior do sistema escravista — incluindo negociações, acordos e conflitos —, essas ações permitem compreender não apenas as dinâmicas do passado, mas também as consequências sociais, jurídicas e simbólicas que reverberam no presente.

As histórias aqui analisadas evidenciam como, no contexto da escravidão, sujeitos negros se letravam no cotidiano e mobilizavam saberes práticos e jurídicos como estratégias para transformar suas próprias vidas. Ao mesmo tempo, demonstram como o debate contemporâneo sobre a escravidão na formação do Brasil constitui um instrumento fundamental para a transformação das relações étnico-raciais, ao trazer à tona experiências e memórias que foram deliberadamente silenciadas ao longo do processo histórico.

O referido silenciamento não se deu de forma aleatória, mas esteve profundamente associado às práticas de apagamento promovidas por descendentes de famílias escravocratas e aos mecanismos de reprodução da branquitude, que operaram — e ainda operam — na construção das narrativas oficiais e das memórias públicas. Ainda que indivíduos e famílias descendentes de pessoas escravizadas preservem essas memórias no âmbito privado, a cidade, enquanto espaço social e político, revela dificuldades persistentes em reconhecer e elaborar esse passado, em grande medida devido à permanência desses regimes de silêncio.

Nesse sentido, este trabalho propõe refletir sobre as ações protagonizadas por sujeitos escravizados em sua busca pela liberdade, destacando a relevância de inserir essas experiências em um campo de reflexão mais amplo, no qual a memória da escravidão raramente ocupa lugar de centralidade. Reconhecer e atribuir visibilidade a esse protagonismo constitui um dos principais desafios do projeto historiográfico aqui defendido, em diálogo com pesquisadores de diversas regiões do país que têm ressaltado a urgência de uma História Pública da escravidão e do pós-abolição. Evento fundante da sociedade brasileira, a escravidão moldou — e continua a moldar — as relações sociais, políticas e econômicas do país, não podendo, portanto, ser tratada como um elemento marginal ou secundário na narrativa sobre a formação nacional.

Fontes

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Arquivo Municipal. Ação de liberdade de Marcellina Angélica de Almeida em favor de seu filho Desidério. Juiz de Fora, 7 dez. 1882–12 jul. 1883. Manuscrito. Fundo Justiça, Série Ações de Liberdade.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Arquivo Municipal. Ação de liberdade de Rita Creoula. Juiz de Fora, 19–30 jul. 1870. Manuscrito. Fundo Justiça, Série Ações de Liberdade.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Arquivo Municipal. Ação de liberdade de Silvestre contra Flávia Maria de Andrade. Juiz de Fora, 8 out. 1883. Manuscrito. Fundo Justiça, Série Ações de Liberdade.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Natália Cristina. Cidade esconderijo: escravidão, liberdade e circulação de pessoas negras em Juiz de Fora (século XIX). Juiz de Fora, 2020.

BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776–1848. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CASTRO, Giovana de Carvalho. Obás atlânticas: rebeldes, insubordinadas e insurgentes (Juiz de Fora – séculos XIX/XX). 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). História Social, Campinas, n. 19, p. 33–52, 2010.

FERREIRA, Luan Pedretti de Castro; CASTRO, Giovana de Carvalho; LOPES, Vanessa Ferreira. Ações de liberdade em Juiz de Fora: protagonismos, autonomias e insurgências [livro eletrônico]. Juiz de Fora, MG: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), 2025. ISBN 978-65-88135-68-6.

GRINBERG, Keila. Liberata: a lei da ambiguidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; SciELO Livros, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/v7mzs. Acesso em: 6 out. 2025.

GUIMARÃES, Elione Silva. Escravos e libertos da Zona da Mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870–1900). Revista Científica da FAMINAS, Muriaé, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: http://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/130. Acesso em: 7 maio 2019.

MENDONÇA, Liliane Campbell. A busca da liberdade através da Justiça e o papel dos advogados nesse processo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

PALMA, Rogério; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Batismo, nomeação e escravidão no Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 305–327, 2018.

ST 11: DO UM AO TODO, DO MICRO AO MACRO: MÚLTIPLAS ESCALAS EM HISTÓRIA SOCIAL

A fabricação da desigualdade: exclusão fundiária e de direitos na história da ocupação territorial brasileira e a escravidão contemporânea[114]

Mônica Ribeiro de Oliveira[115]

Nayara Machado Fintelman de Oliveira[116]

Resumo: Este artigo examina a escravidão contemporânea no Brasil, com ênfase em Minas Gerais, interpretando-a como manifestação direta do legado histórico do escravismo. A abordagem metodológica parte do presente para interrogar o passado, priorizando as trajetórias, motivações e heranças sociais dos trabalhadores resgatados. O estudo incorpora a análise micro-histórica de um caso ocorrido em uma carvoaria na Zona da Mata mineira, em 2024, articulando experiências locais a estruturas históricas mais amplas. Paralelamente, mobiliza dados estatísticos relativos a setores econômicos, trajetórias territoriais, marcadores sociais e níveis de escolaridade. A combinação entre análise qualitativa e quantitativa busca evidenciar a permanência de desigualdades estruturais e a continuidade histórica de práticas que, ainda hoje, negam a liberdade plena no país.

Palavras-chave: escravidão contemporânea; afrodescendentes; histórias conectadas.

[114] O presente texto constitui uma versão preliminar de investigação em curso e integra um projeto de pesquisa mais amplo. O mesmo resultará em trabalho futuro de maior abrangência e aprofundamento analítico. A pesquisa conta com o apoio da Fapemig.

[115] Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1999); professora titular de História do Brasil no Departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisadora da FAPEMIG . Tem pós-doutorado na UFRJ (2008) e na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (2015). E-mail: monicaufjf@gmail.com

[116] Pós-Graduada lato sensu em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora e aluna regular do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, na mesma instituição. E-mail: 120130064@estudante.ufjf.br

Abstract: This article examines contemporary slavery in Brazil, with an emphasis on Minas Gerais, interpreting it as a direct manifestation of the historical legacy of slavery. The methodological approach starts from the present to interrogate the past, prioritizing the trajectories, motivations, and social legacies of rescued workers. The study incorporates a micro-historical analysis of a case that occurred in a charcoal kiln in the Zona da Mata region of Minas Gerais in 2024, linking local experiences to broader historical structures. At the same time, it mobilizes statistical data related to economic sectors, territorial trajectories, social markers, and levels of education. The combination of qualitative and quantitative analysis seeks to highlight the persistence of structural inequalities and the historical continuity of practices that, even today, deny full freedom in the country.

Keywords: contemporary slavery; Afro-descendants; connected histories.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o fenômeno da "escravidão contemporânea" no Brasil, com foco em Minas Gerais, como uma herança perversa do passado escravista. Metodologicamente, parte do presente para investigar o passado. A complexidade do tema exige ir além de definições objetivas, considerando sua dimensão subjetiva. É urgente priorizar as motivações e os legados traumáticos dos indivíduos "resgatados" de condições indignas no século XXI. Neste sentido, o estudo busca compreender essas experiências à luz da história do tempo presente.

Esta proposta se fundamenta na epistemologia da História, ecoando Marc Bloch, que a definiu como a "ciência da mudança" que dialoga entre passado e presente (Bloch, 2001). Nossa análise se ancora no conceito de Histórias Conectadas, que permite examinar vivências de grupos através de múltiplos documentos, temporalidades e espacialidades (Subrahmanyan, 2012). Para isso, recorremos aos procedimentos da micro-história, a fim de acessar novas

dimensões das experiências locais e suas conexões com problemas gerais, pois não se trata de reconstruir genealogias específicas, mas de investigar como as vivências dos afrodescendentes, nesse amplo contexto, se conectam ao longo do tempo e fornecem uma chave explicativa para o fenômeno da escravidão contemporânea (Levi, 2020a, 2024b).

Optamos pelo conceito de "escravidão contemporânea" intencionalmente. Hoje, o termo abrange práticas que reproduzem a escravidão, indo além da definição legal tradicional. Em contraponto, a expressão "relações análogas" remete ao debate historiográfico do século XX sobre os limites da abolição.

Para exemplificar, recuamos a Florestan Fernandes que já identificava situações similares à escravidão no pós-abolição, relacionando a exploração e a falta de direitos a condições de trabalho desumanas. Segundo Fernandes (2008), apesar das mudanças formais na lei, as melhorias reais para os trabalhadores, sobretudo os mais vulneráveis, eram insignificantes. Sua análise antecipou as denúncias que se tornariam comuns no século XXI.

Por outro lado, a opção pelo emprego do conceito “escravidão contemporânea” guarda uma motivação política. Em um ensaio de Rebecca Scott na Revista Mundos do Trabalho, a autora busca desconstruir a crítica dos opositores ao reconhecimento legal de “crime de escravidão” nos dias atuais, utilizando como subterfúgios a acusação de anacronismo. Ela comprova, por meio de evidências históricas, que o exercício de poderes inerentes ao direito de propriedade não necessariamente deriva de um direito legal à propriedade (Scott, 2013). Para sustentar esse entendimento, a autora relaciona as histórias de duas mulheres, distanciadas por dois séculos e por um oceano, demonstrando que, historicamente, o termo “escravo” podia designar tanto a condição de um indivíduo submetido ao poder de outro, quanto o estatuto jurídico que o reconhecia como propriedade. Scott conclui que a “demanda por dignidade tem figurado entre as principais reivindicações sociais dos trabalhadores em diversos territórios atlânticos, articulando as lutas atuais àquelas travadas sob a escravidão formal e no período pós-abolição” (Scott, 2013: 135-137).

A ocorrência desse fenômeno é global e possui diferentes motivações vinculadas aos diversos contextos socioeconômicos e culturais. Na América Latina, países como Venezuela, lideram em termos de maior prevalência devido a crises políticas e migratórias. A Bolívia, Haiti e Peru também apresentam desafios semelhantes, mas com ênfase em migrações forçadas e tráfico de pessoas. Já o Brasil lida com essa questão majoritariamente no campo econômico, explorando trabalhadores em áreas rurais, com grande número de trabalhadores resgatados em setores como a criação de bovinos e o cultivo de café. De 1995 até 2024, o Brasil registrou 65.598 trabalhadores em condições análogas à escravidão, com Minas Gerais sendo o estado com o segundo maior número de resgates, totalizando 7.598, ou seja, 12% do total geral. As principais motivações para as denúncias estão ligadas à desigualdade social, à exploração de trabalhadores com baixa escolaridade em setores de baixa remuneração, e à vulnerabilidade econômica causada por fatores como governança inadequada e a falta de oportunidades em suas regiões de origem.

[117]O debate global sobre a supressão do trabalho forçado ganhou força desde meados do século XX. A Convenção nº 105 da OIT (1965) compromete os países signatários a abolir todas as formas dessa prática. Eles devem adequar sua legislação nacional às circunstâncias locais, tipificando o crime conforme suas particularidades econômicas, sociais e culturais. Além disso, os ratificantes se obrigam a adotar medidas eficazes para a abolição imediata e completa do trabalho forçado. O tema permanece em pauta através de sucessivos eventos e discussões internacionais.[118]

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1992, proíbe a escravidão e o trabalho forçado. Ele estabelece um sistema de monitoramento, exigindo que os Estados-partes apresentem relatórios periódicos ao Comitê de Direitos Humanos da ONU.

[117] Em número absolutos as regiões da Ásia e do Pacífico são as de maior prevalência do fenômeno, originado por conflitos prolongados, desigualdade econômica e falta de proteção legal para trabalhadores migrantes. WALK FREE. Global Slavery Index: Américas. Disponível em: https://www.walkfree.org/global-slavery-index/findings/regional-findings/americas/. Acesso em: 19 set. 2024.

[118] Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_105.html. Acesso em: 23.jul.2025

Essa medida visa garantir a supervisão internacional e pressionar pela conformidade. No Brasil, a ratificação só ocorreu em 2016, após outros protocolos da OIT e pressões contínuas.[119]

A Agenda 2030 da ONU estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Objetivo 8 visa o trabalho decente, e sua meta 8.7 é erradicar o trabalho forçado e a escravidão moderna até 2025. Isso recoloca o tema como um desafio global urgente. A superação exige ações políticas eficazes e imediatas.

No Brasil, a campanha legal contra o "trabalho escravo" foca em condutas proibidas, como condições degradantes e jornadas exaustivas. Esse conceito não exige a definição internacional clássica (poderes de propriedade), mas sim a reprodução de elementos da escravidão histórica. Paralelamente, o direito internacional também ampliou sua definição, incluindo tráfico e casamento forçado. Ambas as perspectivas reconhecem que a escravidão assume múltiplas formas. Elas reforçam a necessidade de combater as causas profundas da exploração.

ESTÁGIO ATUAL DO DEBATE

O estudo do trabalho escravo contemporâneo é interdisciplinar, envolvendo História, Sociologia, Direito, Economia e Jornalismo, que produzem dados sobre as regiões brasileiras, índices de vulnerabilidade e características sócio raciais dos trabalhadores resgatados. Nesse debate, destacamos a contribuição fundamental da História, como a de Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios. Elas analisaram as ambivalências da liberdade no pós-abolição, demonstrando como as estruturas sociais herdadas da escravidão continuaram a moldar as dinâmicas de trabalho e poder. A escassez de oportunidades e o acesso limitado a alternativas sustentáveis colocaram os afrodescendentes em posição de dependência, acentuando hierarquias sociais profundamente enraizadas (Rios e Mattos, 2004). Segundo as autoras, os

[119] Projeto de Lei 6442: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1507691&filename=Avulso+-PL+6442/2016. Acesso em: 21.jul.2025

próprios significados da liberdade variavam entre os afrodescendentes, marcados por diferenças regionais, de classe e entre contextos urbanos e rurais. Essa perspectiva histórica é essencial para entender o "lugar" dos indivíduos vulneráveis submetidos a tais condições, evidenciando a complexa continuidade das relações de poder e exploração após a emancipação formal.

No âmbito da História, Ângela de Castro Gomes investigou o trabalho escravo contemporâneo a partir de relatos de fiscais e agentes, tratando-o como um caso paradigmático do fim dos direitos de cidadania (Gomes, 2012). Sua análise parte dos anos 1970 e avalia o impacto da mudança no artigo 149 do Código Penal em 2003, destacando a importância dos grupos de combate e movimentos sociais. Outros autores, como Ferreras (2016), Rocha (2015) e Solon (2023), vinculam o fenômeno à globalização e à modernização agrícola. Em sua tese, Daniel Solon busca suas raízes históricas, relacionando-o com dinâmicas migratórias, desigualdade étnico-racial e a crítica ao capitalismo. Seu estudo dialoga com o de Cristina Rocha, que analisa o avanço do agronegócio no Piauí e o aliciamento de trabalhadores para outras regiões do país (Rocha, 2013), evidenciando a reprodução de práticas de trabalho não-livre.

No campo jurídico, há uma produção relevante baseada em processos do Ministério Público do Trabalho, marcada por um rico debate conceitual e pelo diálogo com o Direito Internacional. Para superar a dificuldade de caracterizar objetivamente as condições análogas à escravidão, Gairo Garreto propôs critérios técnico-científicos. Em sua pesquisa de doutorado, ele comparou as condições de segurança e saúde no trabalho (SST) entre os séculos XIX e XXI. Dessa análise, identificou 17 parâmetros comparáveis de SST. O resultado foi o desenvolvimento de uma ferramenta concreta para a caracterização da escravidão contemporânea (Garreto, 2022).

A análise sociológica destaca a particularidade moderna da imposição da escravidão, onde o trabalhador é, contraditoriamente, objeto e sujeito que comercializa sua própria força

de trabalho. Ao contrário do passado, sua captura ocorre no âmbito da subjetividade, mediada por promessas enganosas e ausência de opções, levando-o a "se colocar à venda".

No jornalismo, a extensa atuação de Leonardo Sakamoto dá visibilidade crucial ao fenômeno, documentando práticas em diversos setores, como fazendas, carvoarias e oficinas, e explicitando a violência que impede os trabalhadores de romper a relação com o empregador (Sakamoto, 2020).

Percebe-se um esforço nos trabalhos para relacionar o fenômeno ao legado da escravidão e às consequências do capitalismo subdesenvolvido, frequentemente vinculado a políticas neoliberais que intensificam a vulnerabilidade. Contudo, é importante resgatar a dimensão dos indivíduos e grupos, entendendo-os como vítimas de décadas de opressão, exclusão e violência em uma sociedade racializada. O foco deve se concentrar nas raízes culturais e políticas profundas que informam essas práticas. Para uma análise multifatorial, a experiência de Minas Gerais serve como um laboratório ilustrativo de uma longa trajetória de exclusão.

AS CONEXÕES ENTRE DIFERENTES REALIDADES: A HISTÓRIA DE MINAS GERAIS NO LONGO PRAZO

A escandalosa constatação da presença de escravidão contemporânea sendo denunciada em diversas regiões brasileiras, reivindica uma análise sob diversas dimensões e aspectos. A presença da escravidão contemporânea no Brasil exige uma análise multidimensional. Os resgates ocorrem majoritariamente em regiões de baixo desenvolvimento humano no setor agropecuário, especialmente na pecuária, diferentemente de outros países. Minas Gerais, Pará e São Paulo acumulam o maior número de vítimas, sendo Minas e Pará os com mais resgatados naturais.

[120]Em Minas Gerais, o cultivo de café lidera os casos, seguido por agropecuária e construção civil. Entre 1995 e 2024, das 7.598 vítimas resgatadas no estado, 5.464 eram naturais de Minas. Cerca de 80% se autodeclararam pretos ou pardos. Esses dados revelam que a maioria dos indivíduos resgatados são afrodescendentes mineiros, ratificando a tese da presença de gerações historicamente excluídas e marginalizadas, agora vitimadas por relações de trabalho exploratórias dentro do próprio estado.

A conexão entre o presente e o passado é fundamental para o entendimento da complexidade desse fenômeno, como para o desenho de políticas públicas e atuação dos movimentos sociais. Maria Yêda Linhares ao tratar das origens da História Agrária ressalta o "encontro feliz" da história com a geografia humana. Indo além de uma caracterização da estrutura agrária, a autora destaca a importância da história "da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que em sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas" (Linhares, 1981).

Para conectar experiências geracionais, recorre-se a Serge Gruzinski, que defende uma história não compartimentada, valorizando fluxos e interações no espaço e no tempo (Gruzinski, 2001). Ele critica a história comparada eurocêntrica, propondo "histórias conectadas" para revelar dimensões múltiplas dos eventos. Esta abordagem, inspirada em Sanjay Subrahmanyam, enfatiza conexões em processos históricos amplos, mantendo a dimensão subjetiva e individual (Subrahmanyam, 2012). Conceitos como translocalidade, traumas intergeracionais e histórias conectadas são essenciais para recuperar perspectivas complexas sobre o tema.

O sociólogo Ron Eyerman trabalha com o conceito de trauma cultural e para ele "O trauma em questão é a escravidão, não como instituição ou experiência pessoal, mas como

[120] Há muitas informações já compiladas por diversas instituições, a saber: Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: https://smartlabbr.org/trabalhoescravo. Acesso em: 16 set. 2024; Portal da Inspeção do Trabalho. Disponível em: https://sit.trabalho.gov.br/radar. Acesso em: 19 set. 2024; Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG. Disponível em: https://www.clinicatrabalhoescravo.com/. Acesso em: 24 set. 2024.

memória coletiva: uma lembrança persistente que fundamentou a formação da identidade de um povo" (Alexander, Eyerman, et all, 2004). Esta perspectiva apoia-se não em uma experiência individual, mas em experiências coletivas que moldam identidades no longo prazo, que se transmitem de geração em geração, impactando nas dimensões físicas e psicossociais de trabalhadores escravizados, afetando suas trajetórias no mundo do trabalho, nos afetos, na vida social.[121]

Estamos diante de um problema global que, na escala de Minas Gerais, oferece subsídios para questões fundamentais. Qual é a noção de família que persiste após décadas de exclusão? Quais estratégias de sobrevivência caracterizam esses grupos? Como a solidariedade comunitária resiste à falta de emprego e moradia digna? Por que indivíduos abandonam suas origens sem recursos ou apoio, tornando-se presas fáceis para aliciadores? Como esse ciclo debilita suas consciências e cria uma dependência profunda?

Compreender a escravidão contemporânea através desses sentidos contribui para a reparação histórica e denuncia os processos de redução dos sujeitos atuais. No espaço rural brasileiro persistem relações de trabalho arcaicas e excludentes, legado do escravismo que Sidney Chalhoub denominou "precariedade estrutural da liberdade" (Chalhoub, 2011). Em Minas Gerais, essa dinâmica se manifesta na combinação entre gerações de descendentes de escravizados e uma elite agrária tradicional com práticas coronelistas. Esse contexto é essencial para analisar os altos índices de resgate no estado, marcados pela naturalidade

[121] Fala-se em teoria do trauma histórico, quando os efeitos da escravidão se estendem além do indivíduo para impactar comunidades inteiras, moldando identidades e experiências das gerações subsequentes. Igualmente, há a noção de trauma racial quando se destaca como as cicatrizes psicológicas da escravidão se manifestam nas comunidades afro-americanas contemporâneas, levando a disparidades na saúde física e mental. Há uma profusão de pesquisas na academia norte-americana, especialmente na área da psicologia. Citamos alguns: Ward, JS. The Legacy of Trauma: African American Intergenerational Trauma and Healing. Tese, (Doutorado em Filosofia em Aconselhamento Clínico, e Escola de Psicologia). UC Santa Barbara, 2024. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/6w28s7ft. Acesso em: 24.jul.2025; AVALOS, Nathalie. What Does It Mean to Heal From Historical Trauma? AMA J Ethics. 2021;23(6):494-498. Disponível em: what-does-it-mean-to-heal-from-historical-trauma-167wtblwon.pdf. Acesso em: 24.jul.2025

mineira e pela afrodescendência das vítimas, revelando a continuidade histórica da exploração.

[122]A recorrência do trabalho escravo em Minas não se deve apenas a uma fiscalização mais eficaz ou à diversificação agrícola que atrai migrantes. Trata-se, sobretudo, de um sintoma da ausência do Estado, da persistência de elites agrárias conservadoras e de uma história secular de exclusão e violação de direitos humanos. Mesmo durante períodos de conquistas trabalhistas, o acesso à terra pelos mais pobres manteve-se precário, baseado na posse e não na propriedade formal. Esse abandono histórico da população rural criou as condições estruturais para a manutenção de relações de poder que controlam a força de trabalho por meio da exploração extrema.

Todas essas reflexões nos levam a considerar que, retrospectivamente, o fenômeno da escravidão contemporânea em Minas Gerais pode ser desvendado por sua história agrária. Nos últimos anos, importantes instituições da sociedade civil e do próprio estado brasileiro se dedicaram ao mapeamento das denúncias, a reformulação da legislação e atendimento direto das pessoas resgatadas nessa condição. Como já comprovado, o Brasil hoje ocupa a 16a posição no índice global de escravidão moderna e os institutos de pesquisa responsáveis por esse mapeamento reportam que o que impulsiona essa vulnerabilidade é o cruzamento com a desigualdade, pobreza e falta de governança eficiente, além do reconhecimento que esse fenômeno se relaciona com os efeitos perversos da globalização. Temos concordância com essas considerações, no entanto, entendemos que este fenômeno possui raízes mais profundas. A história da vulnerabilidade de afrodescendentes egressos da escravidão não terminou e se escancara nos dias de hoje, nos pressionando por outras políticas urgentes, novas práticas e atitudes de reparação.

No vasto território mineiro do século XVIII, a expansão colonizadora formou comunidades rurais fora das estruturas urbanas formais, constituindo uma camada "invisível"

[122] Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: https://smartlabbr.org/trabalhoescravo. Acesso em: 16 set. 2024

de gente de cor livre, indivíduos e famílias egressos do cativeiro, que se reproduziram ao lado de grupos indígenas (Oliveira, 2016).

Ao longo do século XIX, a província concentrava a maior população escravista do país, sustentando a cafeicultura com mão de obra do tráfico ilegal (Mamigonian, 2018). Dados de 1831 em povoados da região mineradora mostram que 45% da população era afrodescendente livre, evidenciando a permanência de famílias com vínculos recentes ou remotos com a escravidão, que adotavam diversas estratégias de sobrevivência (Oliveira, 2013: 139). Mesmo às vésperas da abolição, Minas mantinha milhares de escravizados, ao mesmo tempo que seu espaço rural agregava uma ampla população livre de cor, pretos, pardos e africanos, que formou a base demográfica de grupos historicamente excluídos.

Nesta longa trajetória da história de Minas Gerais, consolidou sua vocação agrária, arcaica, tradicional, excludente e racializada, com grandes diferenças em suas hierarquias sociais. Em sua base, indivíduos e famílias afrodescendentes, livres, que não encontraram o caminho para as áreas urbanas, se assentou no campo - o verdadeiro espaço de inclusão das comunidades de afrodescendentes – e se manteve com acesso precário à terra e, em muitos casos, dependentes das elites proprietárias.

Nas décadas pós-Abolição, essa população manteve-se consolidando seus pilares históricos: um acesso instável à terra, a ocupação de roças nas periferias das grandes propriedades e a submissão a relações de poder paternalistas, sempre articulada com uma forte agência familiar. A profunda dependência do trabalho escravo que marcou Minas Gerais ao longo do século XIX deixou marcas estruturais duradouras. Estudos como os de Dantas e Libby destacam a importância dos laços familiares e redes sociais na busca pela liberdade, fornecendo informações valiosas sobre os processos históricos que moldaram as comunidades afrodescendentes (Dantas e Libby, 2020). Pesquisas para o período anterior à abolição (1830–1850) indicam que a população livre negra representava cerca de 59% da população

livre mineira, além de uma significativa população escrava (Fonseca, 2009), evidenciando a base demográfica dessa herança.

O estado era marcado pela presença de fortes oligarquias agrárias que, articuladas com a burocracia e a produção, defendiam seus interesses e contribuíam para a estabilidade política da República. Cláudia Viscardi, ao analisar a participação política mineira, descreve um modelo sustentado por uma hierarquia de renovação parcial e instável. Através de complexas interações de estratégias, alianças familiares e dinâmicas eleitorais do final do século XIX ao início do XX, ela enfatiza o papel do Partido Republicano Mineiro (PRM) como força central no controle oligárquico (Viscardi, 2012). Essa atuação, porém, também abria espaço para o surgimento de novos atores políticos e para a evolução das leis eleitorais, sugerindo desafios potenciais a esse domínio.

Todas essas práticas se assentavam em uma cultura política oligárquica centrada no espaço agrário, em uma dinâmica eleitoral marcada por fraudes, controle político dos municípios. Se assentavam sobre estratégias e redes de poder baseadas na exploração de gerações e gerações de populações afrodescendentes, envolvidos nesses jogos políticos, com pouca margem de subversão da ordem dos coronéis e muitas vezes, se subjugando às relações paternalistas, de proteção e acesso à terra, mesmo que instável.

Durante todo esse período, indivíduos e famílias afrodescendentes permanecem nas áreas rurais, lidando com a negligência do Estado, mesmo diante de alguns progressos que a sociedade brasileira alcançou no campo do trabalho na metade do século. Fischer, Grimberg e Mattos (2018) destacam ainda que essas populações enfrentam a desigualdade racial institucionalizada, resultando em sua exclusão do acesso à cidadania e às políticas sociais.

MICRO-HISTÓRIA E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NA ZONA DA MATA MINEIRA

A partir dessas perspectivas, apresenta-se uma micro-análise sobre como a escravidão contemporânea se manifesta em casos concretos, revelando os mecanismos que sustentam relações de exploração na atualidade. O estudo em questão abrange o resgate de trabalhadores em uma carvoaria na Zona da Mata mineira, em 2024[123], oferecendo um espaço de análise sobre como estruturas históricas de dominação se reproduzem em contextos locais específicos. Através da lente da micro-história, é possível desvendar as redes de coerção e dependência que caracterizam as formas modernas de cativeiro.

O caso documentado ilustra como o cerceamento econômico, nos termos discutidos por Kevin Bales (1999), opera atualmente. Bales argumenta que a escravidão contemporânea se caracteriza não pela propriedade legal, mas pelo controle total por meio da violência econômica, onde o explorador obtém todos os benefícios do controle sem a responsabilidade legal da posse. Essa dinâmica reflete-se na declaração de um trabalhador que justifica sua submissão pela necessidade de sustentar um filho, expondo como a responsabilidade familiar é transformada em instrumento de exploração. A combinação da ausência de registro formal, salário indefinido e não pagamento pelos dias trabalhados configura um cenário de vulnerabilidade calculada, central na escravidão moderna conforme identificado por Bales (BRASIL, 2024: 16).

As condições na carvoaria materializam a dominação pela degradação descrita por Kevin Bales em seu conceito de "pessoas descartáveis". A negação de dignidade, como a falta de banheiros, forçando os trabalhadores a *"fazer as necessidades no mato"*, e a ausência de um local para refeições, obrigando-os a comer sobre *"toco, lata"* (BRASIL, 2024: 16), são mecanismos de controle que desumanizam e tornam a exploração mais lucrativa. A interação entre a coerção econômica e a violação moral revela a sofisticação da exploração contemporânea. A falta de água potável, por exemplo, opera em dupla dimensão: como privação degradante e como cerceamento da mobilidade, já que um trabalhador relatou ter

[123] Relatório OP 369 de 2024, referente a fiscalização do MTE. (BRASIL, 2024), disponível em https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/copy_of_combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo. Acesso em 16/11/2025.

que "ir embora porque não dá para buscar no alojamento, porque é muito longe" (BRASIL, 2024:16). Essa sincronia entre privação material e desrespeito à dignidade sustenta o que Bales identifica como a "nova escravidão" globalizada.

O valor heurístico deste caso particular reside justamente em sua capacidade de revelar, em escala reduzida, as dinâmicas estruturais que perpetuam relações análogas à escravidão, permitindo compreender como heranças históricas de dominação se reatualizam através de novas roupagens, mantendo intacta sua essência: a negação da liberdade e da dignidade humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo, analisou as diversas interpretações sobre a escravidão contemporânea, destacando as contribuições teóricas e metodológicas da História. A reflexão evidencia como as desigualdades brasileiras e as heranças históricas, articuladas a estruturas sociais rígidas, perpetuam a exclusão de grupos e os privilégios de classe, permitindo a persistência de práticas análogas à escravidão no século XXI. O fenômeno, embora global, possui especificidades no Brasil que vão além dos fatores comuns, como migração e expansão do agronegócio.

Defendemos que sua compreensão exige vinculá-lo diretamente à história da escravidão. Em Minas Gerais, isso se manifesta na presença de numerosas gerações de populações negras historicamente marginalizadas, que ainda lutam por dignidade, e no poder das oligarquias agrárias que se sustentaram sobre essa massa rural. Para conectar essas experiências geracionais na longa trajetória de exclusão, propusemos o uso de conceitos como histórias conectadas e a micro-história, que respeitam os indivíduos e suas identidades moldadas por uma experiência coletiva.

O caso prático analisado demonstra como os mecanismos de dominação se transformaram, substituindo o cativeiro legal por novas coerções econômicas. Nosso objetivo

foi refletir sobre abordagens que deem conta das múltiplas temporalidades, conectem histórias e priorizem o indivíduo com suas escolhas e traumas. Perante o uso conservador do passado, que naturaliza a violência, reafirmamos o papel do historiador no debate público. Como destaca Mauad (2016), a história pública é a apropriação do passado comum para dar sentido ao presente e se situar no futuro, promovendo o entendimento coletivo sobre nossas origens e desafios atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDER, J. C., EYERMAN, R., GIESEN, B., SMELSER, N. J., & SZTOMPKA, P. **Cultural Trauma and Collective Identity** . University of California Press. 2004. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1pp9nb . Acesso em: 22.jul.2025

AVALOS, Nathalie. What Does It Mean to Heal From Historical Trauma? **AMA J Ethics**. 2021;23(6):494-498. Disponível: what-does-it-mean-to-heal-from-historical-trauma-167wtblwon.pdf. Acesso em: 24.jul.2025

BALES, Kevin. **Disposable People: New Slavery in the Global Economy.** University of California Press, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.13.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Fiscalização, Op 369 de 2024.** Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, Belo Horizonte, 07 de março de 2025. 22 p, disponível em https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/copy_of_combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo. Acesso em 16/11/2025.

CASSOLI, M.L. **A construção da liberdade**: vivências da escravidão e do Pós-abolição. Mariana, 1871-1920. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A2WFHA/1/tese_completa_total__pos_banca___c_pia.pdf. acesso em 03/01/2025.

CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, *14*(19), 33–62. 2011

Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG. Disponível em: https://www.clinicatrabalhoescravo.com/. Acesso em: 24 set. 2024.

COTA, Luiz Gustavo S. Ave, **Libertas: abolicionismo e luta pela liberdade em MG na última década da escravidão.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2013. https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/181/Cota%2c%20LuizGustavo-Tese-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 03/01/2025.

DANTAS, Mariana. LIBBY, Douglas. Families, Manumission, and Freed People in Urban Minas Gerais in the Era of Atlantic Abolitionism**. International Journal of Social History**. Cambridge University Press. Vol. 65, pp. 117-144, 2020, Disponível em: families-manumission-and-freed-people-in-urban-minas-gerais-3bd6vkme0c.pdf. Acesso em: 24.jul.2025

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2a ed., São Paulo: Ática, 2008.

FERRERAS, Norberto O. O Brasil e o trabalho análogo à escravidão: a questão das migrações. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.11, 2016, p.407-422.
ROCHA, Cristina Costa da. **A vida da lei, a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente.** Tese (Doutorado em História), UFF, 2015.

FISCHER, Brodwyn; GRIMBERG, Keila: MATTOS, Hebe. Direito, Silêncio e Racialização da Desigualdade na história afro-brasileira. In: Andrews, George Reid & Fuente, Alejandro de la (Orgs.). **Estudos Afro-Latino Americanos**: uma introdução. Clacso/ Harvard University, 2018. Biblioteca Virtual Clacso. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181206024023/EstudiosAfro_PT.pdf. Acesso em: 24.jul.2025.

FONSECA, M.V. População negra e civilização: uma análise a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar em Minas Gerais (1830-1850). IN: **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v.25 | n.02 | p.43-72 |ago. 2009.

GARRETO, Gaire. **Caracterização da Escravidão Contemporânea**. Lumen Juris, 2022.

GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 167-184, 2012.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. A vertente criminal do enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. In: PAIXÃO, Cristiano; CAVALCANTI, Tiago Muniz (orgs.). **Combate ao trabalho escravo: conquistas, estratégias e desafios**. São Paulo: LTr, 2017, p. 130-153

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; Karsburg, Alexandre. **Micro-História: um método em transformação.** São Paulo: Letra & Voz, 2020a, p. 19 – 34.

LEVI, Giovani. As origens do Estado moderno e a perspectiva micro-histórica. In: Oliveira, Mônica Ribeiro de.VENDRAME, Maíra Ines (orgs**.). Centro e periferia de um Estado absolutista**. Três ensaios sobre o Piemonte e a Ligúria na era moderna. São Paulo: Letra e Voz, 2024b, p. 283 - 300.

Linhares. Maria Yêda. Silva, Francisco C.T. da. **História da Agricultura Brasileira**. SP: Brasiliense, 1981.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. Lei de 1831. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 300–307.

MAUAD, Ana Maria Almeida, RABÊLO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil***:* sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **A Terra e seus Homens***:* roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016 p.178.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf>. Acesso em: 20/07/2025.

SAKAMOTO, Leonardo (org*).* **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SCOTT, Rebecca J. O Trabalho Escravo Contemporâneo e os Usos da História. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 129–137, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p129. Acesso em: 20 jul. 2025.

SMARTLAB – **Retrato de Localidade: Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas.** Perfil de casos de trabalho escravo. Disponível em: https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo. Acesso em: 19 nov. 2025.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**: experiências e memórias de trabalhadores do assentamento Nova Conquista/Piauí. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2023

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em concorrência**: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

TRIVELLATO, Francesca, Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global. History? **California Italian Studies**, vol. 2, n. 1, 2011.

VAUGHANS, K. C. To Unchain Haunting Blood Memories: Intergenerational Trauma among African Americans.IN: **Wounds of History**. 246–262. 2016

VIANNA, Giselle Sakamoto Souza. **Ser e não ser livre**: a morfologia do trabalho escravo contemporâneo em Mato Grosso. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas, UNICAMP, 2019.

VISCARDI, Cláudia M.R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. RJ: Fino Traço, 2012.

WALK FREE. Global Slavery Index: Américas. Disponível em: https://www.walkfree.org/global-slavery-index/findings/regional-findings/americas/. Acesso em: 19 set. 2024.

WARD, JS. **The Legacy of Trauma**: African American Intergenerational Trauma and Healing. Tese, (Doutorado em Filosofia em Aconselhamento Clínico, e Escola de Psicologia).

UC Santa Barbara, 2024. Disponível: https://escholarship.org/uc/item/6w28s7ft. Acesso em: 24.jul.2025.

Mulheres de elite no final do século XVIII: Sombra ou influência?

Stela de Oliveira Amorim[124]

Resumo: O presente trabalho visa analisar como as mulheres de elite se posicionavam no termo capitania de Mariana no fim do período colonial. A investigação visa entender como a historiografia aborda essas mulheres de elite. Assim, a existência de relações afetivas instáveis, o abandono de mulheres por homens que iam e vinham ao ritmo da mobilidade espacial tão presente naquela época, levaram várias mulheres a ocuparem papéis diferentes dos preconizados pelo discurso misógino, que atribuía a elas apenas os afazeres domésticos, já que o poder econômico não garantia o poder político e social. A análise deste estudo será centrada na Capitania de Minas Gerais, especificamente de Mariana, na segunda metade do século XVIII. Buscarei trazer uma abordagem da História Social, visando compreender a vida das mulheres de elite não apenas como sombras de seus maridos, mas como elas também influenciaram nesse período.
Palavras-chaves: Mulheres de elite; Século XVIII; Minas Gerais

Abstract: This paper aims to analyze how elite women positioned themselves in the captaincy of Mariana at the end of the colonial period. The investigation seeks to understand how historiography addresses these elite women. Thus, the existence of unstable affective relationships, the abandonment of women by men who came and went at the pace of the spatial mobility so present at that time, led several women to occupy roles different from those advocated by the misogynistic discourse, which attributed to them only domestic chores, since economic power did not guarantee political and social power. The analysis of this study will focus on the Captaincy of Minas Gerais, specifically Mariana, in the second half of the 18th century. I will seek to bring a Social History approach, aiming to understand the lives of elite women not only as shadows of their husbands, but also how they influenced this period.
Keywords: Elite women; 18th century; Minas Gerais.

[124] Graduanda em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: stela.amorim@estudante.ufjf.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento do projeto de Iniciação Científica intitulado "Vendas fantásticas e outras transações: o conceito de nobreza da terra em Mariana no século XVIII", orientado pela Profa. Dra. Carla Almeida, com a proposta de aprofundar a investigação de grandes proprietários de escravizados, especialmente daqueles que atuaram como camaristas e que lançaram mão da prática das vendas fantásticas para a preservação do seu patrimônio no termo de Mariana (MG). Esse desdobramento gerou uma pesquisa inicial que busca analisar as mulheres de elite no final do século XVIII apresentando que ,apesar da dominação masculina, a atuação feminina continua muito presente, principalmente através de complexos de contra poderes: poder material, poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução e do reinado feminino (Almeida, 2025). Assim, buscamos responder alguns questionamentos iniciais: como as mulheres de elite se situavam na sociedade colonial? Qual era o papel dessas mulheres em um contexto familiar e social? Quais eram suas funções? Eram apenas mulheres ou tinham algum tipo de relevância política e jurídica?

Na historiografia, há estudiosos que sustentavam a ideia de ociosidade da mulher branca, principalmente porque os viajantes estrangeiros que percorriam o Brasil, em sua maioria da segunda década do século XIX, contribuíram para divulgar essa imagem na qual as mulheres nada faziam tendo todos os afazeres realizados por escravizados. Essa visão distorcida não levava em conta a diversidade de situações e da hierarquia social e, por estarem inseridos em uma sociedade escravocrata, essa ociosidade entre os homens e mulheres não aprese uma grande diferença. Minas Gerais era uma sociedade muito desigual e complexa, principalmente em relação à figura feminina, então essas mulheres de elite eram relevantes dentro dessa perspectiva em relação às mulheres, ou seja, elas nunca chegariam ao nível e relevância dos homens, principalmente por o poder econômico não garantir o poder social ou político para elas. O gênero era articulado pelo Estado português e pela Igreja Católica através de um discurso misógino e patriarcal, que buscava submeter as mulheres aos homens, criando uma dependência que reforçava a dominação masculina na América Portuguesa.

Assim, na América Portuguesa, o casamento significou um importante meio de fortalecer laços familiares e viabilizar interesses econômicos e é por isso que as autoridades metropolitanas, além das eclesiásticas, estabeleceram normas e mecanismo de controle das uniões entre homens e mulheres em todo o território.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo do século XVIII, um grande número de imigrantes portugueses se deslocaram para as Minas e ali construíram patrimônio, família e um nome. Foi grande também o número de estratégias empregadas para preservar todo este patrimônio, no mais das vezes, arduamente conquistado. Muitos destes homens, saídos em tenra idade de sua terra natal conseguiram, inclusive, se construírem enquanto uma nobreza da terra nestas terras atlânticas e para isso miravam-se no comportamento da aristocracia portuguesa em sua tentativa de viveram à lei da nobreza. O ponto de partida para qualquer indivíduo estabelecido na América no alvorecer do século XVIII que pretendesse ter alguma nobreza, era preservar intacto o patrimônio constituído em terras, escravos e bens simbólicos. Assim também era nas Minas Gerais. Nessa capitania, ser senhor de terras, mas sobretudo de escravos, era demarcar uma diferença essencial dos outros homens estabelecidos nas freguesias do ouro. Por isso mesmo, criar mecanismos que garantissem a integridade e perpetuação destes bens, quando do falecimento do proprietário para os seus filhos, cônjuges, sobrinhos ou mesmo sócios, era essencial para a manutenção de alguma nobreza dos seus.

As vendas fantasias eram transações fictícias, que o objetivo era exclusivamente para a manutenção do patrimônio e não realmente a venda dos bens. E essa prática era algo das famílias de elite, mas não exclusiva delas, para manter os bens garantindo a preservação da Casa, para não se dissolver. O patrimônio do inventariado, haveria apenas uma grande dívida ativa procedente de escritura passada pouco tempo antes de morrer, em que se fazia venda de todos os seus bens. Essa venda fantástica normalmente era feita para as viúvas ou para parentes próximos ou para sócios/ “amigos da família”. Dessa maneira, em Minas Gerais, essa foi a forma mais usual de evitar quebra do patrimônio e manter unido por torno do

cônjuge sobrevivente, transformando essa única dívida em algo para ser pago ao longo dos anos (Almeida, 2010).

O casamento significava um importante meio de fortalecer laços familiares e viabilizar interesses econômicos, então esse mercado matrimonial servia para que a elite formasse relações através do casamento, para renovar essa elite. E os integrantes de um grupo familiar faziam arranjos geralmente definidos pelo *pater familias* para preservar ou aumentar o prestígio social. A primeira forma de garantir o futuro das filhas era contribuir com um dote para que elas pudessem achar marido de igual condição social. O montante desse dote variava com a fortuna dos pais, pois ele nada mais era do que um adiantamento da legítima a ser recebida pela morte dos progenitores.

A relação de influência das mulheres brancas na Minas colonial, embora limitada pelo ideal patriarcal de gênero e honra, manifestava-se de maneira significativa, principalmente através da gestão doméstica, da administração de bens após a viuvez e da interação estratégica com o sistema jurídico. Assim, o poder econômico não garantia de modo algum poder social ou político, então como sabemos, na sociedade do Antigo Regime os matrimônios não eram motivados por escolhas livres e individuais(Silva, 2008).

O papel ideal reservado à mulher branca era o de gerar filhos e viver inteiramente recolhida, confinada ao ambiente doméstico, como forma de preservar um dos maiores bens familiares da época: a honra. A honra era um valor central na sociedade colonial, e os ataques à honra eram mais frequentes e documentados quanto mais elevada fosse a condição social da mulher. A igreja católica influenciou essa defesa da honra e justificou a construção de conventos e recolhimentos, para preservar a integridade das mulheres, para elas ficarem afastadas de influências ruins/danosas.

Para as mulheres de elite, o conceito de trabalho incluía explicitamente a gestão do patrimônio, equiparando suas responsabilidades às dos homens que administravam bens. A ociosidade era um privilégio restrito a algumas ‘donas’, mas a gestão dos negócios era uma realidade para muitas, principalmente quando elas ficavam viúvas. Para mulheres de alta condição social, permanecer solteira (celibatária e independente) era um "anátema" social. Moças solteiras frequentemente moravam como agregadas na casa de familiares para

preservar sua honra e evitar "murmurações". Mas nem só de comportamentos padrão e exemplar viveram as famílias da elite colonial mineira. Por vezes, as motivações sexuais, de afeto ou de outro tipo, colocavam algumas curvas nessa linha tão estrategicamente delineada.

As mulheres, especialmente da elite, não aceitavam facilmente um matrimônio opressor, buscavam por divórcios, já que a acusação de maus-tratos ou sevícias era a mais frequente nos Tribunais Eclesiásticos, as mulheres solicitaram o divórcio canônico (separação perpétua ou temporária) e buscavam proteger seus dotes e bens da meação contra maridos irresponsáveis ou esbanjadores. Principalmente por que o Código Filipino (compilação jurídica portuguesa que vigorou em Portugal e em suas colônias) garantia ao esposo, em caso de traição por parte da mulher, o direito de matar a mulher e o adúltero, desde que os pegasse em flagrante e o amante não lhe fosse superior na hierarquia social."

A autora Raquel Chequer discorre sobre as donas apresentarem petições à Coroa para os mais diversos motivos, como entrada em conventos, confirmação de sesmarias, tutorias, emancipações e conflitos variados. O rei representava a última instância para a resolução de problemas familiares. A confiança na capacidade das esposas para administrar os bens familiares aumentou no decorrer do século XVIII. Assim, as viúvas frequentemente eram nomeadas tutoras testamentárias, garantindo a administração das legítimas dos filhos menores.Elas supervisionavam as tarefas domésticas (cuidados com a casa, vestuário, alimentos, filhos) que eram executadas pelos escravos, sendo comumente chamadas de Sinhás. O trabalho contínuo de administrar o estoque de alimentos, gerir a confecção de roupas e orientar o cuidado com a família demandava múltiplas obrigações. Através da maternidade, a mulher podia exercer "um poder e uma autoridade" no seu lar. E com isso vem minha questão principal, essas mulheres são apenas sombra ou também são influentes nesse meio?

CONCLUSÃO

Em suma, embora as mulheres brancas fossem simbolicamente subordinadas, a necessidade de manter a estabilidade econômica das elites e a ausência de chefes masculinos (viuvez) obrigava o Estado e a Justiça a reconhecer a capacidade e a influência administrativa dessas mulheres, permitindo-lhes atuar ativamente na gestão de riquezas e na manutenção do

status social de sua linhagem. E embora a legislação lhes desse algumas garantias de que eles não seriam delapidados, através da atuação dos juízes dos órfãos ou através da impossibilidade de os maridos alienarem bens de raiz sem a assinatura e a concordância das esposas. (Chequer, 2002)

Diante do exposto, conclui-se que a figura da mulher de elite na Minas Gerais do século XVIII dista significativamente da imagem de passividade e ociosidade frequentemente pintada por cronistas e viajantes da época. Embora inseridas em uma estrutura patriarcal rígida, moldada pelos discursos da Igreja e do Estado, essas mulheres não atuavam como meros figurantes no cenário colonial. Pelo contrário, revelaram-se peças fundamentais na engrenagem de manutenção das linhagens e do prestígio da "nobreza da terra". A análise das práticas sucessórias e das "vendas fantásticas" demonstra que a preservação do patrimônio familiar dependia, em última instância, da confiança depositada na capacidade administrativa feminina. Seja na gestão direta dos bens após a viuvez, na proteção de seus dotes contra a má administração marital ou na supervisão da complexa rede de escravizados domésticos, as mulheres de elite exerciam um poder concreto que transcendia os limites do lar.

Portanto, mais do que "sombras" de seus maridos ou pais, as elites femininas de Mariana foram agentes estratégicos. Sua relevância política e jurídica, ainda que mediada pelas necessidades de preservação da Casa, aponta para uma sociedade onde o gênero era um limitador, mas não um impedimento total para a influência e o exercício do poder. Reconhecer isso é essencial para uma historiografia que busque compreender a complexidade das relações de poder e a estrutura social da América Portuguesa em toda a sua profundidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Carla Maria C. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

CHEQUER, Raquel. **Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas(Minas Gerais 1750-1800)**. Belo Horizonte, 2002.

CARVALHO DE ALMEIDA, C. M. “Que só os casados possam entrar na governança das câmaras das vilas”: : enlaces matrimoniais em uma freguesia mineira no século XVIII. **Locus: Revista de História,** *[S. l.]*, v. 31, n. 1, p. 99–131, 2025. DOI:

10.34019/2594-8296.2025.v31.49086. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/49086. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial.** Acervo, *[S. l.]*, v. 9, n. 1-2, p. 85–98, 2012. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/400. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Mulheres brancas no fim do período colonial.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 4, p. 75–96, 2008. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763. Acesso em: 26 jan. 2026.

ST 12: TRAMAS SOCIAIS, CONFLITOS, PODER E ECONOMIA NO BRASIL

As Partes De Um Mosaico: Expansão Bancária Em Minas Gerais De 1889 A 1930

Débora Alves de Abreu [125]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais resultados obtidos em nossa pesquisa de mestrado em que nos propusemos a compreender o processo de expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado no ano de 1889 na cidade de Juiz de Fora. Para isso, por meio das fontes analisadas, mapeamos essa expansão e buscamos características em comum entre os municípios a fim de encontrar razões para tal expansão, tendo em vista que não se tratou de uma expansão deliberada e arbitrária, mas que seguiu pressupostos e padrões vigentes no contexto entre 1889 e 1930.

Palavras-chave: Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Crédito; Zona da Mata Mineira; Economia cafeeira; Expansão.

Abstract: This paper aims to present the main findings of our master's research, which sought to examine the process of expansion of the Banco de Crédito Real de Minas Gerais, founded in 1889 in the city of Juiz de Fora. Based on the analysis of primary sources, we mapped this expansion and identified shared characteristics among the municipalities involved in order to understand the factors that contributed to it. This expansion was not a deliberate or arbitrary process; rather, it followed assumptions and patterns that were prevalent within the historical context between 1889 and 1930.

Keywords: Banco de Crédito Real de Minas Gerais: Crédit; Zona da Mata Mineira: Coffe economy; Expansion.

[125] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: debora.abreu@estudante.ufjf.br

1 - Introdução

A economia brasileira, por vezes, é analisada e descrita como um elemento marcado por épocas. Grosso modo, em um determinado momento, as principais atividades econômicas estiveram ligadas ao comércio de produtos primários, como o pau-brasil, por exemplo. Em outros momentos, houve um protagonismo da economia açucareira perdendo força por conta da descoberta de ouro e pedras preciosas que com os passar dos anos também entrou em declínio e viu-se a ascensão do café, sendo considerado uma nova aposta econômica (Marquese; Tomich, 2009).

Logo, observa-se um cenário econômico mais simples, pois o comércio estava, em sua maioria, vinculado aos produtos naturais, da extração natural, sem um grande refinamento ou desenvolvimento de uma industrialização significativa.

No entanto, por se tratar de uma economia cíclica que acaba por priorizar alguns produtos em detrimento de outros, chega um momento em que, por conta de diversos fatores, tanto naturais, quanto econômicos e políticos, ocorrem baixas na economia. Dessa forma, a economia açucareira entra em declínio, assim como a economia aurífera. Neste momento, se observou no país o surgimento de outro produto em potencial: o café.

Quadro 1 - Exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821/30	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831/40	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841/50	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5

1851/60	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861/70	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871/80	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881/90	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891	95,6	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio Exterior do Brasil, nº 1, c. e. e. nº 12-a, do Serviço de Estatística Econômica e Ministério do Ministério da Fazenda, em Hélio Schlitter Silva, Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX, Revista de História da Economia Brasileira, ano 1, jun. 1953, p. 08. Apud Fausto, 1994, p. 191.

Dessa forma, por meio do Quadro 1, podemos perceber que o café passou a ocupar o papel de protagonismo na economia brasileira a partir de 1831 em que houve um investimento e atenção maiores do governo imperial para com o grão. Nesse sentido, houve o desenvolvimento de um verdadeiro complexo cafeeiro no Brasil, na região sudeste, com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, principalmente. O café se aproveitou da estrutura desenvolvida anteriormente por conta do açúcar, ou seja, os recursos anteriores foram transplantados para o café, auxiliando em seu desenvolvimento. O quadro abaixo nos dá uma ideia melhor acerca da participação de cada estado do sudeste brasileiro nas exportações do grão:

Quadro 2 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)

Média Anual do Período	**São Paulo**		**Rio de Janeiro**		**Minas Gerais**		**Espírito Santo**		**Soma**	
	Vol.	**%**	**Vol.**	**%**	**Vol.**	**%**	**Vol.**	**%**	**Vol.**	**%**
1876/1880	925	24.3	1.987	52.2	767	20.2	124	3.3	3.803	100.0
1881/1890	2.138	37.1	2.176	37.8	1.200	20.8	250	4.3	5.764	100.0
1891/1900	4.775	60.5	911	11.5	1.787	22.7	416	5.3	7.889	100.0

1901/1910	9.252	68.0	995	7.3	2.772	20.4	579	4.3	13.598	100.0
1911/1920	9.303	70.2	812	6.1	2.446	18.1	700	5.3	13.264	100.0
1921/1930	11.131	66.5	945	5.6	3.445	20.0	1.210	7.2	16.731	100.0

Fonte: (SP, RJ E MG) Taunay, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) Rocha E Cossetti. Apud Cano, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1

Os dados acima nos apontam os seguintes cenários: a) a partir de 1891, o estado do Rio de Janeiro entrou em franco declínio no que diz respeito ao volume de produção exportável, sendo ultrapassado pelo estado de São Paulo no decênio posterior, 1901, de forma acentuada; b) o estado de São Paulo ocupou o posto de principal produtor de café durante quase a totalidade temporal da amostra analisada (1876-1930); c) o estado de Minas Gerais obteve uma posição constante, com taxas de variação reduzidas, ocupando, após a decadência do estado do Rio de Janeiro, a segunda posição no que diz respeito à produção cafeeira.

Embora a produção cafeeira paulista seja muito superior à mineira, isso não significa que a produção mineira seja insignificante. Dependendo do recorte analítico, a produção mineira é maior do que produções de outras nações inteiras[126]. Além disso, de acordo com o historiador Anderson Pires, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, possuíam singularidades distintas às de Minas Gerais e que essas particularidades foram fundamentais para que o desenvolvimento da economia cafeeira fosse maior. Um dos elementos destacados por Pires são o que ele nomeia por "fronteiras abertas"

> A presença de uma fronteira aberta nas dimensões que existiam em São Paulo, inexistente, pelo menos em proporções tão significativas, em qualquer outra região do país no período considerado, seguramente explica este intenso movimento de expansão agroexportadora em São Paulo. (Pires, 1993: 97)

[126] Em sua tese de doutoramento, Anderson Pires apresenta uma tabela em que há a comparação entre as produções cafeeiras de Minas Gerais, América Central, México, Caribe e América do Sul (desconsiderando a produção paulista) e no período entre 1881 e 1925, Minas Gerais só apresentou um quantitativo inferior aos demais em 1911-1915 e 1921-1925. Ou seja, a produção mineira possuía uma contribuição muito significativa. Ver mais em: PIRES, Anderson. Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004

Nesse sentido, para além de uma característica física favorável, no caso do estado de São Paulo, ainda ocorria o processo de uma maior destinação de recursos para o Rio de Janeiro e São Paulo em relação à Minas Gerais. No entanto, mesmo com um cenário não tão favorável, Minas Gerais ocupou um lugar de destaque no que tange à economia cafeeira no Brasil.

2 - Demandas da economia cafeeira

No tópico anterior, indicamos que um fator essencial para o bom desenvolvimento da economia cafeeira, de acordo com o historiador Anderson Pires, reside na presença e abundância de terra para a cultura. O café possui algumas particularidades e o seu cultivo demanda muito do solo, sendo necessária uma expansão frequente das lavouras. Nesse sentido, o estado de São Paulo pôde desenvolver a cultura de forma consistente. Já o Rio de Janeiro sofreu justamente com esse problema, pois seus solos chegaram a um esgotamento e não havia a possibilidade de expandir as lavouras. Minas Gerais contava com uma boa quantidade de solos e possibilidade de expansão. No entanto, para além desse aspecto, outro elemento se faz fundamental para o desenvolvimento econômico: o crédito.

O sistema financeiro e bancário brasileiro, no contexto inicial da ascensão cafeicultora, era incipiente. Ou seja, não possibilitava o pleno desenvolvimento e nem possuía estrutura suficiente para isso. Dessa forma, mesmo que existisse uma instituição nacional, ela não era capaz de dar fomento aos cafeicultores, nem de atender as demandas. Além disso, as instituições estrangeiras nesse contexto possuíam uma influência muito significativa nas finanças imperiais e republicanas, posteriormente. Ademais, a própria legislação brasileira não era favorável aos empreendimentos financeiros, por conta da Lei dos Entraves de 1860. No entanto, em 1888, por meio da Lei Bancária de 1888, houve uma reformulação no sistema bancário brasileiro, que possibilitou a fundação de diversas instituições bancárias pelo território.

Sendo assim, as regiões que estavam se desenvolvendo e contavam com a presença de recursos, passaram a direcionar esses capitais para a fundação de instituições a fim de

facilitar a concessão de crédito aos produtores. Portanto, Juiz de Fora, que nesse contexto vivia uma efervescência de crescimento e desenvolvimento, passou a contar com duas instituições bancárias: o Banco Territorial e Mercantil de Minas [127]e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi fundado em setembro de 1889, em Juiz de Fora e operava, principalmente, por meio de concessões de crédito por meio de letras hipotecárias, que são investimentos com maiores garantias e com um período maior, indo na contramão da pujança do capital especulativo vigente nesse contexto. A instituição foi fundada a partir da união de homens muito importantes da elite local (comerciantes, industriais e fazendeiros) que tinham como objetivo fomentar o desenvolvimento agrícola e o crescimento da cidade e região a partir disso.

Nesse sentido, o Banco possibilitou o financiamento de diversas obras públicas em Juiz de Fora, como, por exemplo, os bondes movidos à energia elétrica, além das obras de saneamento básico na cidade, após uma epidemia de tifo que atingiu Juiz de Fora na segunda década do século XIX.

Para além disso, o estado de Minas Gerais se tornou o maior acionista da instituição, unindo de forma concisa os interesses financeiros aos políticos. Com isso, o Banco se desenvolveu de forma muito significativa, não apenas em recursos e operações, mas no número de agências. Entre 1889 e 1930, o Banco fundou vinte e sete agências, sendo vinte e seis em Minas Gerais e uma na capital do país, Rio de Janeiro, e esse foi um processo que nos chamou bastante a atenção, pois buscamos entender os motivos para a escolha de determinados municípios e de outros, não.

Como podemos ver no quadro abaixo, foi um processo de expansão robusto e significativo que pode nos fornecer alguns pressupostos daquele contexto.

Quadro 3 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930

[127] O BTMM esteve envolvido em esquemas fraudulentos e após a entrada com o pedido de falência, foi instaurada uma investigação que confirmou os desvios e má conduta, muito relacionados ao excesso especulativo, sendo fechado e deixando uma mácula no retrato bancário regional.

Município	Ano de Fundação	Observação
Juiz de Fora	1889	-
Ouro Preto	1891	Fechada após a transferência da capital para Belo Horizonte.
Rio de Janeiro	1895	-
Belo Horizonte	1897	-
Cataguases	1898	-
Ouro Fino	1909	-
Lavras	1909	-
Uberaba	1909	-
Ponte Nova	1912	-
Uberlândia	1918	-
Além Paraíba	1919	Fechada em 1920.
São João del Rei	1920	-
Viçosa	1922	-
Oliveira	1922	-
Muriaé	1923	-
Diamantina	1923	-
Muzambinho	1925	-
Rio Pomba	1925	-
São João Nepomuceno	1925	-
Conselheiro Lafaiete	1925	-
Manhumirim	1925	-
Barbacena	1926	-
Curvelo	1926	-
Araguari	1928	-

Itanhandu	1928	-
Araxá	1928	-
Carangola	1928	-

Fonte: Museu do Crédito Real de Minas Gerais. Relatórios Anuais de 1890 a 1931.

A partir desses dados, podemos delimitar algumas questões, como faremos no próximo tópico.

3 - O mosaico mineiro

O conceito de *mosaico mineiro* foi desenvolvido pelo historiador John D. Wirth em seu livro *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira 1889/1937*. Para Wirth, o estado de Minas Gerais se aproximava de um mosaico em que as regiões se desenvolveram e se desenvolviam de forma independente e sem relação direta e que "unidade" da federação não seria a nomenclatura ideal, pois o estado não possuía características de unidade.

> [...] a política colonial submeteu a geografia e seus fins - no caso mineiro, de forma ultrajante. É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões. Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, *cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos*. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns. (Wirth, 198: 41. Grifo nosso)

Dessa forma, a partir dessa perspectiva, passamos a olhar para o processo de expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais a fim de encontrar elementos que pudessem nos dar uma compreensão melhor acerca do próprio processo, entendendo as razões das escolhas dos municípios. A figura abaixo nos mostra a distribuição das agências pelo território mineiro e a partir dela, poderemos compreender um pouco melhor a disposição das agências e quais foram as principais regiões participantes desse processo de expansão durante esse contexto. Além disso, é possível, por meio da figura, entender quais atividades econômicas eram

consideradas importantes e relevantes para o Banco e o governo estadual, visto que o estado de Minas Gerais seguia como o maior acionista da instituição.

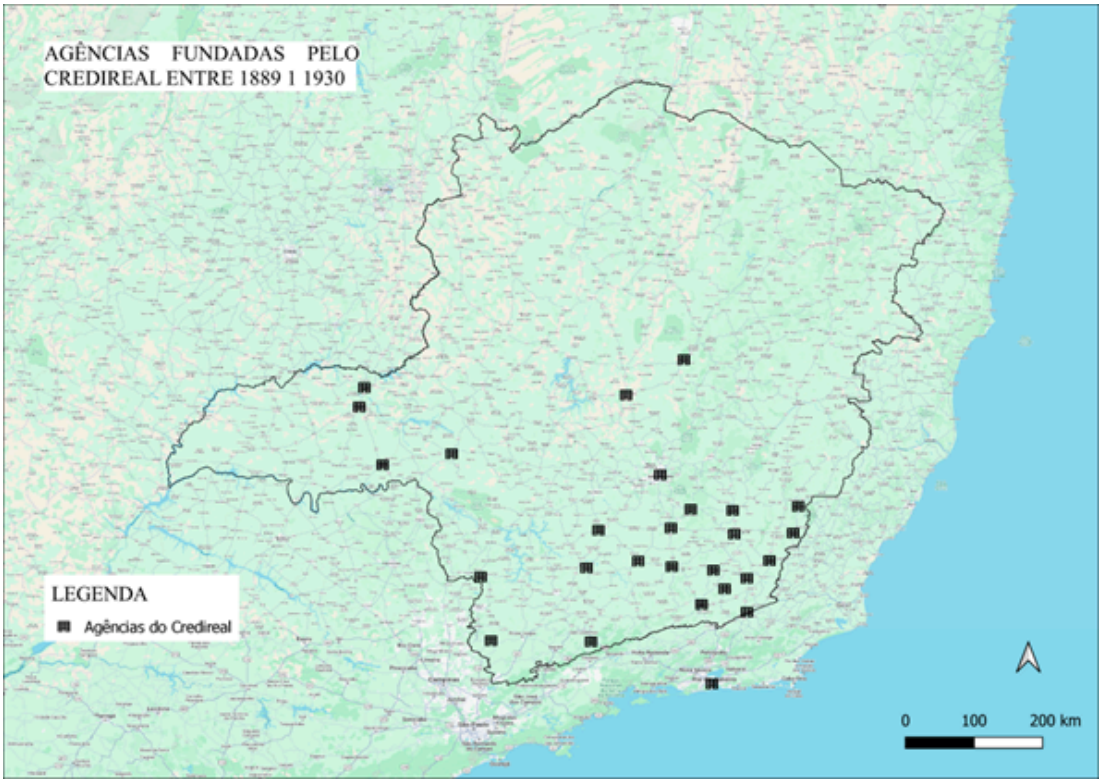


Figura 1 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A figura acima nos indica uma predominância de municípios da Zona da Mata Mineira, em relação aos demais. Em seguida, vemos municípios do Sul de Minas. Alguns da região Central, Triângulo e a menor parte (2) localizados mais ao Norte do estado.

Esse retrato nos mostra que a maior parte dos municípios que contavam com agências do Credireal entre 1889 e 1930, estavam ligados à economia cafeeira, visto que a Zona da Mata Mineira e o Sul de Minas ocupavam o lugar de regiões produtoras, tendo a Zona da Mata números mais elevados no que tange à produção. No entanto, o cultivo massivo da

Zona da Mata se destinava ao café por conta da economia agroexportadora e no Sul de Minas havia uma maior diversidade de cultivos para o abastecimento do mercado interno.

Sendo assim, a Figura 1 nos indica que o principal objetivo do Banco, que era o de fornecer crédito aos produtores era algo levado realmente em consideração, pois o próprio processo de expansão das agências privilegiava os municípios produtores de café.

4 - Considerações finais

Embora John D. Wirth considerasse o estado de Minas Gerais um mosaico sem uma integração robusta vigente, o que, em certa medida, de fato se observa, ao analisarmos o processo de expansão do Credireal, podemos pinçar alguns elementos que podem nos dar um panorama em que elementos se aproximam. Nesse caso, vimos que a maior parte das agências fundadas estavam em municípios ligados à cafeicultura, tanto na Zona da Mata quanto no Sul.

Além disso, pudemos observar que a maior parte das agências estavam mais ao sul geográfico do estado. Dessa forma, é evidente que os olhares econômicos e interesses estavam voltados para essas regiões, deixando as regiões mais ao norte desassistidas de recursos e desenvolvimento. Isso vai de encontro às percepções de que o Norte de Minas seria uma "extensão" da região Nordeste brasileira, o sertão de Minas, logo, não teria atributos interessantes para se desenvolver. Esse fato se agrava ainda mais quando notamos que o estado de Minas Gerais ocupava a posição de maior acionista da instituição, logo, todo o processo de expansão passava pelo aval político.

Sendo assim, observamos que realmente não havia o objetivo de desenvolver todo o estado, mas apenas aquelas regiões próximas aos núcleos cafeeiros. Nesse sentido, podemos observar, também, que o processo de expansão não se deu de forma deliberada e arbitrária, mas que seguiu premissas vigentes naquele contexto.

Fontes primárias

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. F. Relatórios. 65. Relatórios das Agências, Sucursais, Departamentos, Gerências e Postos de Serviço 1928 - 1980.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 223/39 Agências diversas 1897 - 1942.

Referências

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras: 1850-1930. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora:** O Balanço de uma Conjuntura (1888-1898). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DA SILVA ALMICO, Rita de Cássia. A curta vida do primeiro banco da província de Minas Gerais: o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas. **Jornal O Pharol**, v. 2, p. 07, 1887.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX.** O Brasil Imperial 1831-1889, 2009.

PIRES, A. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930.** Universidade Federal Fluminense, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____, Anderson. Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais: 1870/1930. **Locus: Revista de História** 3.2, 1997.

_____, Anderson. **Café, finanças e bancos:** uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

_____, Anderson. A industrialização de Juiz de Fora. **Revista Científica da Faminas**, v. 1, n. 2, 2005.

_____, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira–1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, 2006.

_____, Anderson José; DA SILVA ALMICO, Rita de Cássia. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. **História e Economia**, v. 4, n. 2, p. 221-248, 2008.

_____, Anderson. Commodity chains e evolução dos padrões de mercado: o caso da economia cafeeira da zona da Mata de Minas Gerais. **História e Economia Revista Interdisciplinar**. 2015.

SÁ, Antônio Lopes. **Origens de um Banco Centenário.** Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real, Juiz de Fora, 1991..

WIRTH, J. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na Confederação Brasileira: 1889/1937. 1o ed. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

Geotecnologia e Criminalidade: Aplicações Do SIG na Análise de Processos Criminais

Patrícia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa[128]

Randolpho Radsack Corrêa[129]

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar a aplicabilidade do Sistema de Informação Geográfica na análise e mapeamento de processos criminais, articulando essa análise com a dimensão de gênero no contexto penal. Procuraremos refletir a partir de eventos criminosos do século XIX em Santa Luzia do Carangola na dissertação: Até que o crime as evidencie: mulheres e criminalidade em Santa Luzia do Carangola no fim dos Oitocentos (1876 e 1892) e artigos acadêmicos recentes, propõe-se uma abordagem interdisciplinar entre tecnologia SIG, criminalidade e estudos de gênero, destacando a relevância do SIG na amplitude da análise dos processos criminais através da espacialização dos dados do crime, como também, dos dados dos envolvidos nos aparatos judiciais.

Palavra-chave: SIG, processo criminal, gênero.

Abstract

This article aims to demonstrate the applicability of Geographic Information Systems in the analysis and mapping of criminal proceedings, articulating this analysis with the gender dimension in the penal context. Reflecting on criminal events from the 19th century in Santa Luzia do Carangola, as presented in the dissertation: Until the crime reveals them: women and criminality in Santa Luzia do Carangola at the end of the 19th century (1876 and 1892), and recent academic articles, we propose an interdisciplinary approach between GIS technology, criminality, and gender studies, highlighting the relevance of GIS in the breadth

[128] Graduada em História pela Universidade Salgado de Oliveira – Campus São Gonçalo-RJ; Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Niterói-RJ. E-mail: patriciaguerrast@gmail.com.
[129] Doutor e Mestre em História pela Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Niterói-RJ. E-mail: randolpho36@gmail.com.

of the analysis of criminal proceedings through the spatialization of crime data, as well as data on those involved in the judicial apparatus.

Keywords: GIS, criminal proceedings, gender.

Introdução

A análise espacial da criminalidade tem ganhado espaço nas ciências sociais e criminais, impulsionada pelo avanço dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas últimas décadas (Valencia; Gil, 2016). No contexto brasileiro, diversas pesquisas vêm demonstrando o potencial dos SIG como ferramentas de apoio à análise da criminalidade. Não apenas no campo da Geografia, mas também, na área da História, sendo esta metodologia aplicada como o SIG histórico. A exemplo da tese de doutorado intitulada "Criminalidade e justiça em perspectiva histórica: Santa Luzia do Carangola 1873-1892" (Radsack, 2023) teve foco histórico e jurídico, analisando os processos criminais no final do século XIX na região de Carangola, na Zona da Mata Mineira, onde o pesquisador utilizou, entre outras, a metodologia do SIG histórico, para mapear os crimes analisados. Nesta pesquisa, o autor analisou os dados dos crimes e dos envolvidos através do olhar metodológico do SIG.

Como também, aos estudos de gênero que revelam importantes assimetrias na forma como homens e mulheres são representados e tratados no sistema penal. Podemos exemplificar a ampliação desse debate na área de gênero utilizando a dissertação intitulada: "Até que o crime as evidencie: mulheres e criminalidade em Santa Luzia do Carangola no fim dos Oitocentos (1876 e 1892)", a autora utilizou as metodologias quantitativa-qualitativa e ao final da pesquisa, o SIG histórico. Como consequência, obteve-se a espacialização dos dados do processo, dados dos crimes e dados dos envolvidos. Demonstrando pesquisa inédita, no mapeamento dos crimes envolvendo a mulher para a cidade de Santa Luzia do Carangola. Este capítulo propõe uma análise integrada desses campos, visando compreender como a

tecnologia e o olhar de gênero podem contribuir para uma observação mais eficaz da criminalidade.

Desenvolvimento

O Sistema de Informação Geográfica Histórico (SIG-Histórico) constitui uma vertente específica da tecnologia de SIG, voltada à análise e à visualização de padrões espaciais associados a fontes históricas. Trata-se de uma metodologia que viabiliza a investigação de eventos pretéritos em sua dimensão territorial, permitindo a reconstrução de contextos geográficos e sociais. No Brasil, o uso do SIG-Histórico tem se consolidado de forma crescente desde a primeira década dos anos 2000, sendo empregado em distintas áreas da pesquisa acadêmica. Dentre suas aplicações destacam-se o mapeamento de conflitos, a análise de dinâmicas urbanas e rurais, a reconstituição de paisagens e a investigação das interações entre processos históricos e elementos físicos, geográficos e ambientais.

A proposta interdisciplinar, de grande aporte tecnológico, tem apresentado resultados significativos em amplo espectro bibliográfico, que consideram as potencialidades e limitações dessa fronteira tecnológica, conforme Rafael Laguardia (Laguardia, 2015); uma importante referência é a coletânea de pesquisas em Tiago GIL e Carlos Valencia (Valencia; Gil, 2016), no qual variados usos de SIG são aplicados e testados em pesquisas com fontes históricas. Cabe destacar que muitos são os desafios sobre os usos dessa nova tecnologia ao campo da pesquisa em História.

Colocar em foco o elemento geográfico da informação histórica pode contribuir com uma análise mais comprometida com complexidade da realidade histórica. Nesse sentido, nosso capítulo avança para espacializar as informações dos processos criminais e identificar suas relações interespaciais. Antes, é importante situar o leitor acerca das possibilidades que o processo criminal nos dá, antes de relacioná-lo ao SIG histórico.

Nesse sentido, diversos autores, destacam que registros criminais se configuram como fontes de elevado valor historiográfico, especialmente por contribuírem de forma significativa para a reconstituição de trajetórias individuais e coletivas no tempo histórico. Destacaremos as características do processo criminal.

De acordo com os autores:

> Os Processos-Crimes encontrados nos fóruns municipais se constituem em rica fonte de dados sobre a história da criminalidade brasileira. Trata-se de documentos que apresentam todo o processo judicial pelo qual um ato criminoso registrado foi submetido, contendo informação sobre o crime e as pessoas envolvidas. (Vellasco; Andrade, 2018: 145-146)

A estrutura do processo criminal é sequencial, mantendo um padrão dos autos em quase todo o seu enredo. De forma comum, a estrutura destaca a capa, contendo os dados do processo, como: ano, vítima, réus e localidade. De forma mais extensa, o processo apresenta o histórico da denúncia, dados sobre o denunciante (nome), sobre o(os) ofendido(s) (nome, sexo), origem, naturalidade, cor, condição (livre, escravizado), nome do proprietário, ocupação, estado civil, idade e se sabe ler e/ou escrever. Na sequência, em casos de agressão, o auto do corpo de delito demonstrava o tipo e gravidade do ferimento, se o mesmo invalidava a vítima ou não. Posteriormente, encontramos o auto de qualificação do réu e o seu auto de perguntas, que qualificava e identificava o indivíduo, contendo dados como: origem, naturalidade, nome, sexo (deduzido pelo nome), cor, condição (livre ou escravizado), nome do proprietário, ocupação, estado civil, idade e se sabe ler e/ou escrever. (Vellasco; Andrade, 2018: 145-146) De forma padronizada, o processo se encaminhava para a intimação das testemunhas e suas respectivas declarações contendo o relato das partes arroladas.

Segundo Diogo César Cardoso Wanderley, “o conselho de jurados foi implementado para fazer frente a figura dos demais juízes, ou seja, serviam para contrabalancear os poderes acumulados pelos magistrados” (Wanderley, 2022: 24). Nesse sentido, formava-se um conselho de jurados para julgar casos em que o delito atentava contra a vida. (Brasil, 1832) No entanto, em caso de recurso contrário ao resultado, o processo poderia ser tramitado em

segunda instância, no tribunal de apelação, com a tentativa de reconsiderar o resultado do julgamento da primeira instância.

Nesse sentido Regina Caleiro, Márcia da Silva e Alysson Freitas ressaltam que:

> São testemunhos dos costumes e da constituição do universo físico e mental do período analisado, bem como da ação da justiça institucionalizada. As imagens que se depreendem da leitura destes documentos descortinam relações de poder, amor, ódio, violência e solidariedade. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011: 303)

A fonte se revela como um arsenal de testemunhos férteis para descobrirmos padrões comportamentais, perfis de homens e mulheres nas relações sociais. Desde redes de solidariedade às práticas violentas.

O processo criminal possui peças consistentes para as reconstruções de parcelas da vivência dessas sociedades. Dados como: idade, estado civil e profissão. Outro fator importante para a percepção de valores e representações sociais do período pesquisado é a transcrição dos debates perante o Tribunal do Júri. Portanto, se percorrermos com a cautela necessária os vários caminhos apontados pelas fontes, é possível reconstruir e interpretar, mesmo que parcialmente, alguns aspectos significativos das micro-histórias. (Caleiro; Silva; Jesus, 2011.)

O processo criminal é uma fonte rica em dados, permitindo uma análise quantitativa e um trabalho qualitativo em seu contexto. Sob uma perspectiva quantitativa podemos analisar níveis de crime em um determinado recorte espacial, tipologia criminal, índices e oscilações de criminalidade dentro de um contexto, trabalhando com a quantidade de registro dos processos.

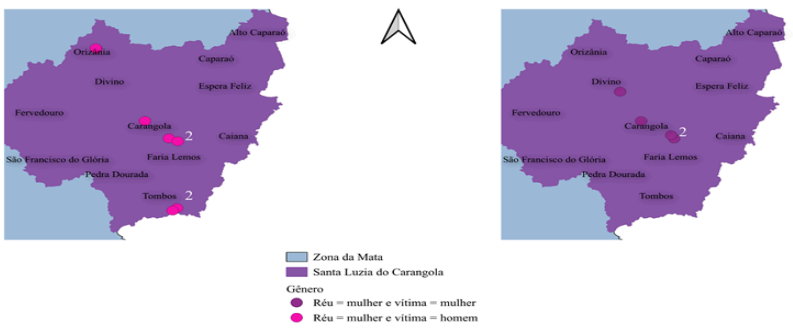
Sobre a aplicabilidade do SIG histórico na análise de processos criminais e estudos de gêneros na Zona da mata mineira, a incorporação do SIG-Histórico aos estudos criminais constitui um avanço metodológico significativo, especialmente quando aplicada à análise de fontes documentais como os processos judiciais do século XIX. Essa ferramenta permite a

espacialização dos dados, viabilizando a identificação de padrões territoriais de criminalidade, recorrências em determinadas localidades e transformações no tempo e no espaço. No caso da Zona da Mata Mineira, região marcada por uma ocupação densa ao longo do século XIX, dinamizada por lavouras cafeeiras, redes comerciais e uma malha de vilas e distritos, a aplicação do SIG-Histórico possibilita reconstituir circuitos sociais e criminais, bem como visualizar as áreas de maior concentração de conflitos e litígios judiciais. A partir do georreferenciamento de processos criminais oriundos de comarcas como Carangola, podemos avaliar como fatores culturais e sociais influenciaram na realização de alguns delitos.

No campo dos estudos de gênero, a espacialização dos dados contribui para mapear a presença e circulação das mulheres nos registros da justiça criminal, evidenciando os espaços em que atuavam, as formas de criminalização a que estavam sujeitas e as estruturas de poder locais que regulavam seus corpos e condutas. Em uma região marcada por forte tradição patriarcal, rural e escravista, como a Zona da Mata, o cruzamento entre gênero, território e criminalidade oferece subsídios para compreender não apenas a repressão institucional, mas também os mecanismos cotidianos de controle social e moral. Desse modo, o SIG-Histórico não apenas amplia a dimensão analítica das fontes criminais, mas também favorece interpretações mais integradas entre espaço, poder e justiça. Para exemplificar o que estamos expondo neste capítulo, utilizaremos imagens de SIG histórico realizados na dissertação de mestrado intitulada: Até que o crime as evidencie: mulheres e criminalidade em Santa Luzia do Carangola no fim dos Oitocentos (1876 e 1892).

A partir desse ponto do texto daremos uma atenção a espacialização dos casos criminais. O que foi feito é a atribuição do crime e algumas de suas características a localidade em que ocorreram no intuito de verificar os padrões espaciais dos crimes na história das mulheres em Santa Luzia do Carangola, no XIX. Apresentaremos 6 figuras, que demonstram uma relação entre características do crime e a localidade. A figura a seguir demonstra a quantificação de crimes tendo como o objeto de análise a mulher como realizadora do delito.

Réu e Vítima por Gênero em Santa Luzia do Carangola, XIX



Anais da XLI Semana de História da
incontornável: as múltiplas faces da mulh
dos Santos; João Victor Pinto Ávila e

Figura 1[130]

A imagem acima demonstra as principais vilas e distritos de Carangola. Nesta figura especificamente foram avaliados os crimes cometidos exclusivamente por mulheres, seja contra outras pessoas do mesmo gênero ou contra homens. Percebe-se que as mulheres cometeram mais crimes contra os homens, 6 crimes, sendo 2 homicídios (um com arma de fogo) e duas tentativas de homicídio (um com faca e foice e outro através de agressão física). Contra pessoas do mesmo gênero, registram-se 4 crimes, 3 de agressão física e 1 homicídio após agressão física. O que revela um indício de maior violência contra os homens.

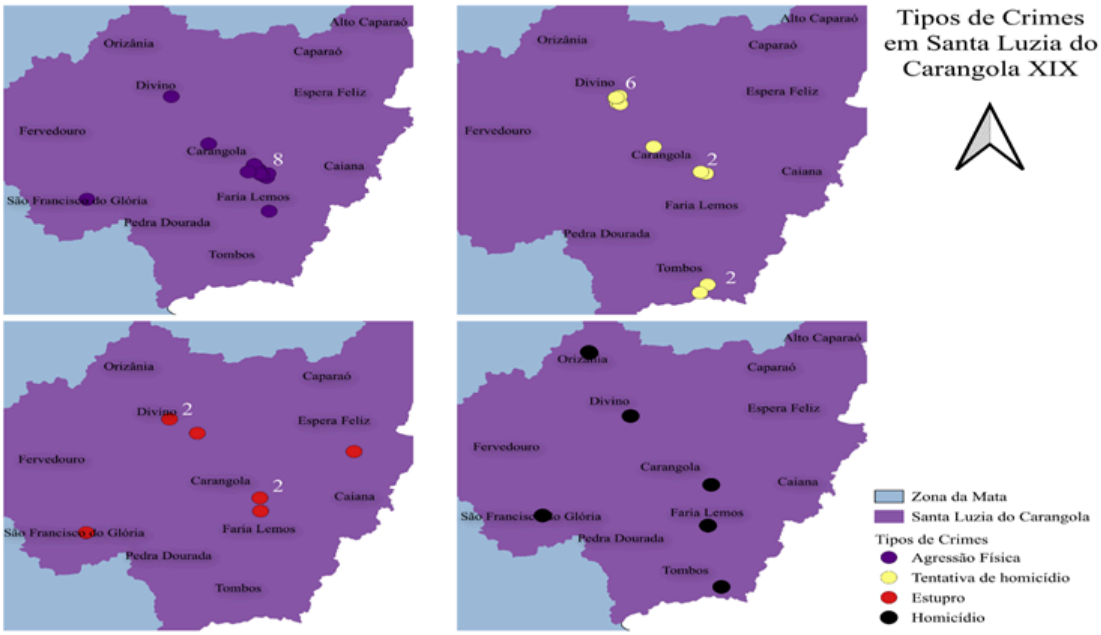
Destacamos maior incidência de crimes registrados entre Carangola e Faria Lemos. Embora a sede da Justiça estivesse em Carangola (Carelli, 2002), observamos que esta ligação Carangola – Tombos é a primeira extensão da linha férrea entre a sede e o distrito. Em análise sobre a referida região, o autor Randolpho Radsack Corrêa destacou os impactos da chegada da linha férrea nos arredores de Carangola. O pesquisador afirma que "O impacto da ferrovia, oriunda do processo de transformação para o período, indica que os avanços relacionados ao crescimento dos municípios acabaram por potencializar os enfrentamentos e a violência pela quebra dos costumes comuns da região". (Radsack, 2023: 193). Nesse sentido, notamos que a chegada de novos indivíduos pela linha férrea na região potencializou uma série de conflitos que foram registrados por meio das denúncias direcionadas às instâncias jurídicas. Esses novos elementos podem ter contribuído significativamente para mudanças de padrões comportamentais no que diz respeito as práticas violentas da região de

[130] Malha Municipal e Mesorregião, IBGE, 2022 e Processos Criminais de Santa Luzia do Carangola. Autor: Rafael Laguardia; figura desenvolvida no software QGIS 3.30.

Carangola. A mudança na rotina, no cotidiano em padrões pré-estabelecidos no seio das sociedades, ocasionou uma série de embates na região.

Na sequência, a imagem apresentada destaca os tipos de crime encontrados para Santa luzia do Carangola.

Figura 2



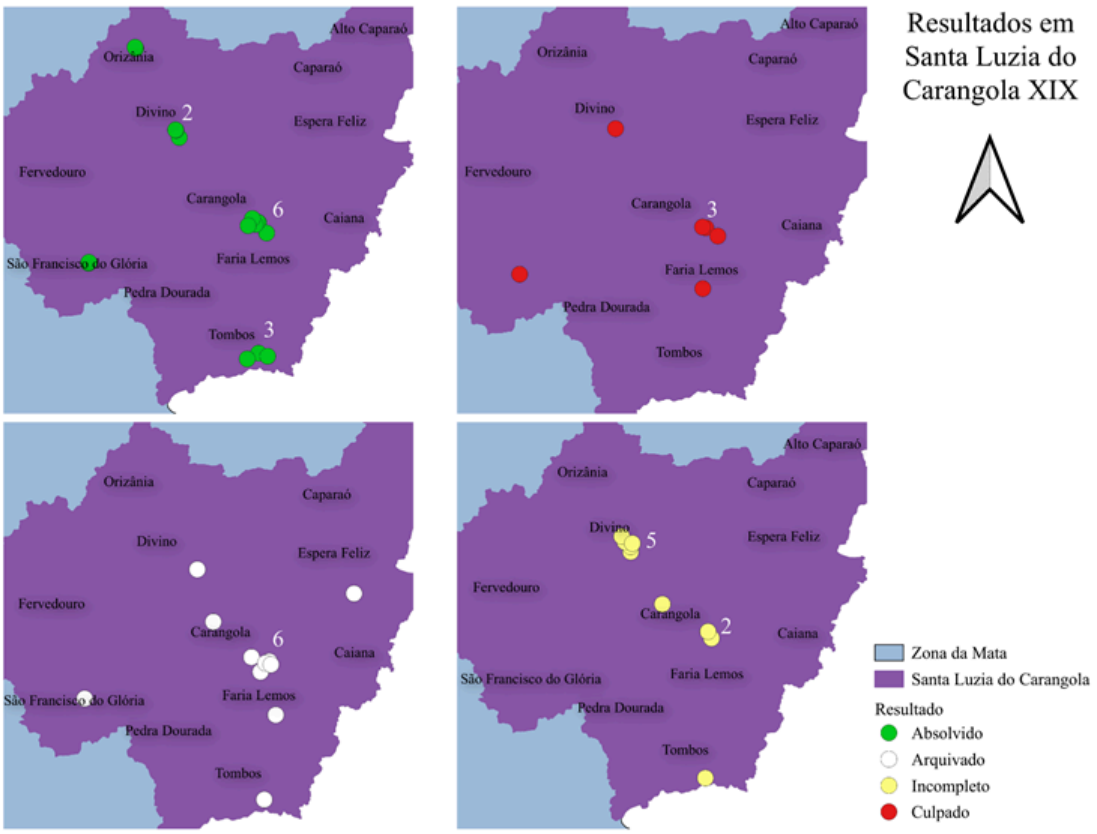
Nesta figura, de início, percebe-se quatro “tipos” de crimes em Santa Luzia do Carangola, XIX, notamos uma aglomeração de agressões físicas em Carangola. No entanto

percebe-se maiores tentativas de homicídio em Divino. O estupro com 2 casos em Divino e 2 casos em Carangola, sendo os casos de Divino na década de 1880, enquanto em Carangola somente na década de 1890. Identificamos também 1 caso para São Francisco do Glória e 1 caso para Espera Feliz. Entre esses casos apenas 1 condenado em Carangola. O crime de homicídio se encontra pulverizado nas diversas localidades envolvendo Carangola. Com a metade dos casos com usos de arma de fogo, apenas um foi condenado em Faria Lemos. Ainda sobre os 2 homicídios de Orizânia, as duas mulheres rés foram absolvidas. Isto leva-nos a pensar sobre os resultados e sua espacialização.

A próxima figura evidencia o resultado dos trâmites processuais ocorridos no recorte desta pesquisa

Figura 3[131]

[131] Malha Municipal e Mesorregião, IBGE, 2022 e Processos Criminais de Santa Luzia do Carangola. Autor: Rafael Laguardia; figura desenvolvida no software QGIS 3.30.



Na figura acima destacamos os resultados dos trâmites processuais e seus respectivos acúmulos entre as localidades de Carangola. Percebe-se que Carangola acumula o maior número de resultados, a exceção dos "resultados" incompletos para Divino. Sendo um único caso de crime mulher contra mulher, os demais, são homens contra mulheres. Com relação aos julgados culpados, todos os crimes são de homens contra mulheres, com 2 crimes de homicídio, sendo 1 em Faria Lemos e outro em São Francisco do Glória. Sobre tentativas de homicídio, temos 1 caso para Carangola e 1 caso em Divino. Tem-se ainda a única condenação de estupro e uma agressão física em Carangola.

Ao observamos também a temporalidade dos crimes vemos alguns destaques quanto ao protagonismo e a não passividade estereotipada das mulheres. O primeiro crime que

envolveu a mulher foi cometido por outra mulher em 1876. O primeiro homicídio, registrado na Justiça em Santa Luzia do Carangola, que envolveu mulheres, teve como algoz uma outra mulher em 1884, em Divino. Dois anos depois, um homem seria levado à Justiça por matar uma mulher com arma de fogo.

Os dados apresentados nos ajudam a analisar as entrelinhas do cotidiano feminino e suas relações com os homens. Os quadros mostraram que mulheres se configuravam como rés em menor escala, registrando esse tipo de participação em 32,14 % dos processos. Em 74% dos casos analisados as mulheres foram vítimas de algum tipo de ação criminosa. Se observou grande número de absolvição e baixo número de condenações. Entretanto, nos casos em que homens foram réus, foram 13 absolvições e 8 arquivamentos. O protagonismo feminino encontrado nos autos processuais nos revelou atitudes de resistência, rupturas e permanências. Entretanto, na prática, essas contendas sendo levadas a Justiça não significou resolução de fato do conflito oficializado.

Observamos números mais expressivos de crimes cometidos próximos a sede da Justiça, facilitando o acesso das partes envolvidas aos âmbitos jurídicos, tornando a denúncia uma possibilidade viável.

O SIG Histórico, nos propiciou uma observação espacializada em relação a incidência dos crimes na região de Carangola. Salientamos através das figuras, as incidências dos autos processuais juntamente com as transformações causadas com a chegada da ferrovia e possivelmente em relação a mudança de padrões comportamentais da referida região. Analisamos maior número de eventos criminosos no eixo Divino – Carangola – Faria Lemos, sendo que, nesse mesmo eixo, temos maior número de agressões físicas e um acumulo de dados em relação a acusados e dados arquivados.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo demonstrar a aplicabilidade do Sistema de Informação Geográfica na análise e mapeamento de processos criminais, articulando essa análise com a dimensão de gênero no contexto penal. A integração entre o SIG e os estudos criminais configura-se como um importante avanço metodológico no campo das ciências sociais, criminais e da geografia aplicada. Ao possibilitar a análise espacial de práticas delituosas, tais ferramentas tecnológicas viabilizam a identificação de padrões de incidência, a delimitação de áreas de risco e a correlação entre fatores socioespaciais e fenômenos de violência. Com isso, o SIG contribui para o aprimoramento das estratégias de prevenção e repressão à criminalidade, nesse sentido, a expansão do uso dos SIG por instituições acadêmicas e setores do sistema de justiça representa uma perspectiva promissora para o aprofundamento dos diagnósticos territoriais da violência, a promoção da justiça criminal com base em evidências espaciais e o fortalecimento de abordagens interdisciplinares voltadas à compreensão dos múltiplos determinantes do crime.

No campo dos estudos de gênero, o SIG também oferece uma dimensão analítica inovadora, ao permitir a espacialização de dados que evidenciam desigualdades de gênero nos registros criminais, nos acessos a direitos e nas dinâmicas de vitimização e criminalização. Por meio do georreferenciamento de ocorrências envolvendo mulheres, tanto como vítimas quanto como rés, é possível revelar padrões territoriais de violência de gênero, identificar zonas de maior vulnerabilidade, e compreender como o espaço urbano e rural condiciona a experiência social dos corpos femininos. Essa aplicação torna-se ainda mais relevante em contextos marcados por desigualdades estruturais e pela sobreposição de marcadores sociais da diferença, como classe, raça e gênero, contribuindo assim para diagnósticos mais sensíveis às especificidades dos sujeitos e territórios envolvidos. Dessa forma, o SIG consolida-se como uma ferramenta estratégica tanto para o campo da justiça criminal quanto para os estudos interseccionais de gênero

Referências Bibliográficas

CARELLI, Rogério. *Efemérides Carangolenses*. Viçosa, MG: Editora Folha de Viçosa, 2002.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz de Freitas de. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. Dimensões. Vitória, v. 26, pp. 302-320, 2011.

GREGORY, Ian; KEMP, Karen; MOSTERN, Ruth. *Geographical Information and Historical Research*: Current Progress and Future Directions. History and Computing. 2001. Pp. 17 13. 10.3366/hac.2001.13.1.7.

LAGUARDIA, Rafael. *Dos dízimos à demarcação de terras*: geoprocessamento aplicado a módulos rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX). Tese de doutorado (UFJF), 2015.

RADSACK, Randolpho. *Às margens da lei*: Criminalidade, Justiça e Sociedade em Santa Luzia do Carangola (1873-1889). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2023. Tese (Doutorado em História).

VELLASCO, Ivan de Andrade. ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, 137-170, mai./ago. 2018.

VALENCIA, Carlos & GIL, Tiago. *O retorno dos mapas*. Sistemas de informação Geográfica em História. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

WANDERLEY, Diogo César Cardoso. *O papel desempenhado pelo juiz no império e nos dias atuais:* Da função de mero reprodutor da Lei para criador do Direito. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18196&revista_caderno=24>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Fontes

BRASIL. *Lei de 29 de novembro de 1832*. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 25 fev. 2025.

ST 13: TEORIAS DA HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO FAZER HISTORIOGRÁFICO

Gênero, historiografia e livros didáticos: implicações para o estudo de uma história do ensino de história

Ana Clara do Carmo Clemente [132]

Resumo: Este trabalho investiga o papel das mulheres na produção historiográfica brasileira no século XIX, analisando o manual didático *Resumo da História do Brazil* (1868) de Herculana Firmina Vieira de Sousa. Utilizando as categorias de gênero (Scott, 1988) e lugar social (Certeau, 1982), o estudo argumenta que a autoria feminina na escrita didática da história revela disputas que tensionavam o cânone, demonstrando como o saber histórico também foi construído por mulheres, principalmente inseridas no meio educacional. Conclui-se pela necessidade de reconfigurar o cânone historiográfico, reconhecendo fontes do ensino de história como contribuições legítimas à historiografia e refletindo sobre suas heranças e rupturas na contemporaneidade, tanto para a escrita da história quanto para o seu ensino.

Palavras-chave: História das mulheres. Historiografia. Livro didático.

Abstract: This study investigates the role of women in Brazilian historiography in the 19th century, analyzing the textbook *Resumo da História do Brazil* (1868) by Herculana Firmina Vieira de Sousa. Using the categories of gender (Scott, 1988) and social place (Certeau, 1982), the study argues that female authorship in didactic history writing reveals disputes that strained the canon, demonstrating how historical knowledge was also constructed by women,

[132] Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação da Universidade Católica de Petrópolis (GEPETHE-UCP). E-mail: historianacc@gmail.com.

mainly those involved in education. It concludes with the need to reconfigure the historiographical canon, recognizing sources of history teaching as legitimate contributions to historiography and reflecting on their legacies and ruptures in contemporary times, both for the writing of history and for its teaching.
Keywords: Women's history. Historiography. Textbook.

Introdução

Entre os lugares e as margens da escrita histórica oitocentista, mulheres elaboraram obras fundamentais que, no entanto, foram confinadas aos espaços laterais do cânone. Este trabalho, desenvolvido e adaptado da monografia de final do curso intitulada *Lição historiográfica: Herculana Firmina Vieira de Sousa (1815-1903), o Resumo da História do Brazil (1868) e o questionamento do cânone* (2025), parte da convicção de que a narrativa histórica foi tecida em espaços múltiplos, principalmente levando em conta a categoria de gênero (Scott, 1988). Investigar esses textos e escritoras — aqui, especialmente o livro didático — é também um reencontro com a pluralidade da historiografia do século XIX e as disputas e silenciamentos que a cercaram.

Neste limiar, toma-se como objeto de análise o manual didático *Resumo da História do Brazil* (1868), escrito por Herculana Firmina Vieira de Sousa (1815-1903). Busca-se compreender a figura feminina como produtora ativa de conhecimento histórico no século XIX, demonstrando que o saber histórico também foi construído por mulheres, sobretudo aquelas inseridas no magistério.

O percurso argumentativo inicia-se com uma discussão teórica sobre a exclusão das mulheres da escrita da história, articulando as contribuições de Natalie Zemon Davis (1984) e Michel de Certeau (1982) para compreender os mecanismos sociais e discursivos desse silenciamento. Em seguida, contextualiza-se a formação de uma historiografia oficial e patriarcal no Brasil oitocentista, centrada no IHGB, contrastando-a com as práticas historiográficas alternativas desenvolvidas por mulheres.

O cerne da análise recai sobre o manual de Herculana Firmina, examinando sua estrutura, narrativa e os silêncios que a permeiam. Por fim, as reflexões finais defendem que a reconfiguração do cânone historiográfico, nos termos propostos por Angelika Epple (2006),

passa necessariamente pelo reconhecimento do livro didático como documento historiográfico e pela valorização das vozes que, como a de Herculana, escreveram a história a partir de outros lugares sociais para além do cânone.

Gênero e historiografia: tecendo caminhos

As mulheres sempre escreveram a história, ainda que suas vozes tenham sido silenciadas e excluídas de um campo historiográfico erguido sob a lógica patriarcal. No entanto, desde a segunda metade do século XX, autoras como Joan Scott (1941-), Michelle Perrot (1928-) e Natalie Zemon Davis (1928-2023) demonstraram em seus escritos que a ausência das mulheres da narrativa histórica tradicional não foi fruto de sua inatividade, mas de um processo de exclusão e silenciamento. Este apagamento não se limitou às mulheres como personagens, estendeu-se também às escritoras e às produtoras de conhecimento histórico.

Segundo Natalie Zemon Davis (1984: 154), para escrever história uma mulher precisa de mais do que o clássico "um teto todo seu e quinhentas libras por ano", como proposto por Virginia Woolf em 1929. Indo além do que a escritora inglesa propõe, Davis amplia a ideia de Woolf e estabelece três condições referentes a escrita da história por mulheres. Primeiro, aponta a dificuldade de acesso a fontes, como "materiais sobre o assunto, sejam eles escritos, impressos ou orais; *[além disso]* precisa ter uma vida pública ativa o suficiente para poder fazer perguntas às pessoas ou observar intrigas, conflitos e debates" (Davis, 1984: 154, tradução minha). Em segundo lugar, indica outra necessidade: o domínio dos gêneros e técnicas da escrita histórica, frequentemente negado às mulheres.

Por fim, apresenta o que considera ser o critério mais importante:

> Ela precisa de um senso de conexão, por meio de alguma atividade ou preocupação profunda própria, com as áreas da vida pública então consideradas adequadas para a escrita histórica — ou seja, a política e a religiosa. Além disso, ela deve ter um público que leve a sério suas publicações sobre esses temas. Todos os principais historiadores do final do

> século XV e do século XVI tinham essa "conexão" com as questões da vida pública — fossem eles secretários florentinos tentando destacar sua cidade-estado das tradições imperiais e de Roma, advogados franceses tentando encontrar as raízes medievais de uma constituição nacional distinta ou reformadores protestantes tentando encontrar seus precursores entre os hereges medievais (Davis, 1984: 155-156, tradução minha). [133]

As três observações da historiadora constituem parte da análise da sociedade patriarcal que influenciou a prática e a escrita historiográfica, a qual silenciou as contribuições femininas. Embora Natalie Zemon Davis se refira a outro contexto que não o da sociedade brasileira oitocentista, nada nos impede de perceber como tais características também fazem parte da história da historiografia brasileira.

Essa exclusão feminina pode ser compreendida à luz da reflexão de Michel de Certeau sobre o *lugar social*. Para o autor, a prática historiográfica nunca é neutra; ela é sempre articulada a práticas e instituições de saber que a condicionam e a tornam possível (Certeau, 1982). É essa articulação que baliza os fundamentos da escrita da história, como se observa no seguinte trecho:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1982: 56).

No Brasil do século XIX, esse lugar social foi ocupado por uma elite letrada, masculina, branca e vinculada ao projeto do Estado Imperial. A fundação do Instituto

[133] No original: "she needs a sense of connection, through some activity or deep concern of her own, with the areas of public life then considered suitable for historical writing — namely, the political and the religious. And furthermore she wants to have an audience who will take seriously her publications on these topics. All the major historians of the late fifteenth and the sixteenth century had this "connectedness" with the issues of publie life —whether they were Florentine secretaries trying to set off their city-state from imperial traditions and from Rome, French lawyers trying to find the medieval roots of a distinctive national constitution, or Protestant reformers trying to find their precursors among the medieval heretics" (Davis, 1984: 155-156).

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 cristalizou essa configuração. A composição do Instituto revela com clareza seu lugar social. Seus 27 fundadores eram homens da elite política e econômica, formando uma "ilha de letrados" (Gonçalves, 2012: 231) vinculada à Corte.

Diferentemente da Europa, onde a historiografia se institucionalizou na universidade, no Brasil ela se estruturou a partir de uma academia ilustrada diretamente ligada ao poder, como afirmado por Valdei Araújo:

> Diferente do caso europeu, no qual a historiografia teria se desenvolvido no interior da universidade, com critérios de recrutamento definidos objetivamente e internamente, no Brasil o Instituto refletiria as limitações de nossa modernidade, representando um modelo híbrido de academia ilustrada de Antigo Regime com um projeto moderno de produzir uma história nacional (Araújo, 2012: 27).

Era, assim, um poder que estava nas mãos dos homens, o que afastava as mulheres da possibilidade de fazerem parte da escrita histórica, como vimos nas condições propostas por Natalie Zemon Davis (1984).

Essa configuração gerou uma operação historiográfica marcada por exclusões. Seguindo a lógica certeauniana, o lugar social do IHGB — formado por homens da elite — permitiu e interditou certos assuntos e escritores de serem reconhecidos, criando um não-dito (Certeau, 1982). Dessa forma, como observa Guimarães (2011), havia um silêncio sobre a presença de negros, indígenas e mulheres na história brasileira, a menos que suas trajetórias servissem aos interesses do Estado imperial.

Se negros e indígenas eram excluídos das páginas do IHGB, as mulheres também compartilhavam deste apagamento, tanto como personagens históricas quanto como produtoras de conhecimento. Negada de fazer parte do IHGB, D. Beatriz Francisca de Assis Brandão exemplifica o silenciamento feminino: alegou-se que o Instituto era voltado a assuntos "sérios" de história e geografia, campos considerados impróprios para mulheres (RIHGB, 1850: 530-531). O caso de D. Beatriz demonstra o mecanismo da disciplinarização da história no período, como argumenta Maria da Gloria de Oliveira:

> Se, por um lado, o caráter excludente desse contexto não pode ser menosprezado, por outro, tampouco seria irrelevante lembrar que, no processo específico de disciplinarização do conhecimento histórico, o que era então reconhecido como "historiográfico" pressupunha uma circunscrição de gênero de escrita menos baseada em critérios vinculados a uma modalidade textual de contornos bem definidos e mais na autoridade daquele que a praticava, em grande parte, baseada no sexo, raça e classe social (2018: 118).

Nesse contexto, a tradição historiográfica é o que, por muito tempo, limitou tal reconhecimento, como criticado por Bonnie Smith:

> O que nos tem impedido de considerar a obra de mulheres amadoras e seu relacionamento com o desenvolvimento da feminilidade intelectual e política é uma historiografia que erradica o amadorismo para contar uma história singular sobre as altas realizações do profissionalismo (2003: 29).

Contudo, a exclusão das instituições canônicas não significou a ausência de produção intelectual feminina. Pelo contrário. Jeane Melo (2023), identificou um conjunto significativo de mulheres intelectuais atuando no século XIX, entre biografias, romances históricos, poesia e materiais didáticos, como se observa:

> Dos nomes identificados nesta busca, emergiram, a saber: a potiguar Nísia Floresta, com sua produção polígrafa, contando com poesia épica, ensaio e romance histórico (A lágrima de um Caeté; O Brasil e Dedicação de uma amiga, respectivamente); a argentina Juana Manso, que publicou no Brasil a novela histórica Misterios del Plata, em formato de folhetim no jornal que dirigia, o Jornal das Senhoras; a brasileira Josephina de Neuville, escritora de uma autobiografia publicada em 1869, em Portugal (Memórias da minha vida); a professora-autora Isabel Gondim, também com uma farta produção literária voltada para temáticas históricas (no qual se destacam A sedição de 1817 e o drama O Sacrifício do Amor); a aristocrata e colecionista Viscondessa de Cavalcanti, que traz a lume em 1889 a obra Catálogo das Medalhas brasileiras e estrangeiras referentes ao Brazil; a produção biográfica de Ignez Sabino (publicadas no jornal A Estação, como também o livro Mulheres Illustres do Brazil, de 1899) e Josephina Álvares de Azevedo (Galeria Illustre: mulheres célebres, de 1897) (Melo, 2023: 162).

Essas autoras, embora tenham sido marginalizadas pelos critérios tradicionais da historiografia mesmo quando alinhadas com debates historiográficos canônicos, encontraram outros lugares sociais para desenvolver seus pensamentos, sempre mantendo como ponto em comum a preocupação com a história. Nesse sentido, torna-se importante considerarmos campos além dos cânones para compreendermos a participação feminina na intelectualidade brasileira e na própria historiografia, visto que

> O que é historiografia, não é definido, é encontrado na tradição do objeto. Não surpreende o fato de que nenhum trabalho histórico produzido por uma mulher tenha sido descoberto. Nos velhos tempos, não era permitido às mulheres frequentar universidades, consequentemente, não havia historiadoras mulheres. Mas um olhar mais atento a esse fato indica que isso é consequência do dilema linguístico em torno do termo historiografia (Epple, 2006: 139-140).

Portanto, o estudo do panorama oitocentista apresenta, de um lado, a consolidação de uma historiografia oficial, patriarcal e excludente, centrada no IHGB, que fabricou uma memória nacional ao serviço do Estado Imperial. De outro, a existência de práticas historiográficas alternativas feitas por mulheres que, em jornais, romances e salas de aula, asseguraram sua presença na cultura da escrita sobre a história durante o oitocentos brasileiro.

É precisamente no terreno da escola e dos livros didáticos de história que os projetos de construção nacional pela história — como ocorreu nas narrativas do IHGB — e as alternativas femininas de escrita da história — se encontram e disputam significado.

O livro didático era compreendido como um instrumento estratégico de difusão de valores, memórias e representações, peça-chave no "plano engendrado pelo poder constituído" (Bittencourt, 2008: 55) para nacionalizar o ensino. As autoridades imperiais não se limitavam a normas gerais; monitoravam ativamente os conteúdos, como observado:

> Os livros didáticos foram concebidos para que o Estado pudesse controlar o saber a ser divulgado pela escola. Os discursos de grupos de intelectuais 54 instalados no poder ou próximos a ele, compostos por administradores, políticos e/ou educadores expressaram a forma como o Estado liberal

> brasileiro elaborou sua política cultural, procurando disseminá-la, primordialmente, pela instituição escolar. A política do livro escolar representou um dos traços característicos da produção cultural feita por uma elite que procurava se inserir no mundo "civilizado", preservando, de maneira intransigente, privilégios de uma sociedade hierarquizada e aristocrática. A manutenção desse controle exigiu a criação de uma legislação para evitar "desvios", comprovando que o projeto concebido pelo poder estatal sofria "distorções" em seu processo de elaboração (Bittencourt, 2008: 61).

Foi nesse contexto que a escrita histórica feminina se materializou no ambiente educacional. Se o Estado via o manual como instrumento de homogeneização, mulheres o utilizaram como um meio de garantir sua voz no debate sobre o passado, circulando representações que, mesmo dentro de certos limites, contribuíram para o fazer histórico. Neste texto, iremos nos atentar à escrita histórica presente no *Resumo da História do Brazil* escrito por Herculana Firmina Vieira de Sousa.

Historiografia e livro didático: o *Resumo da História do Brazil* (1868)

A trajetória de Herculana Firmina Vieira de Sousa (1815-1903) impõe-se como um exercício complexo a partir de lacunas e indícios influenciados pela ausência de documentos, como demonstra a pesquisa de Jeane Melo (2023).[134] A partir de levantamentos feitos pela autora, Herculana provavelmente nasceu em Portugal, nos Açores, e imigrou com a família para o Brasil na década de 1830, estabelecendo-se em São Luís, na província do Maranhão.

Em 1856, após concurso, Herculana assumiu a primeira cadeira pública de ensino primário para meninas na vila de Cururupu (Melo, 2023). Foi este ambiente que, de certa forma, contribuiu para a escrita e publicação, em 1868, do *Resumo da História do Brazil*[135].

Adotando o formato de perguntas e respostas, uma herança do "estilo catecismo" (Bittencourt, 2008: 182) e voltado à memorização, o manual organiza uma narrativa factual

[134] Para mais informações biográficas de Herculana Firmina cf. MELO, Jeane Carla Oliveira de. Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880). 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

[135] O livro didático completo pode ser encontrado na biblioteca virtual do Instituto de Estudos Brasileiros/USP.

centrada nos grandes acontecimentos políticos, nos "grandes homens" e na perspectiva da elite, como no seguinte exemplo:

> P.-Quando se realisou a invasão dos hollandozes em Pernambuco?
>
> R.-No dia 14 de fevereiro de 1630 appareceu á vista de Olinda a armada hollandeza, tendo por commandante em chefe Hendrih Loncq. A bordo da armada vinham sete mil soldados commandados por Diederik von Weerdenburch que desembarcou logo com a tropa em Páu-Amarelo e em marcha accelerada surprehendeu a cidade de Olinda, de fórma que quando Mathias d'Albuquerque, que estava no Recife, correu em soccorro d'aquella cidade, já a achou em poder dos inimigos. Pela vergonhosa fuga das suas tropas, viu-se Albuquerque quasi só, e perdendo as esperanças de poder conservar o Recife, deitou fogo aos trápiches e aos navios ancorados no porto, e retirou-se para a outra margem do Capibaribe (Sousa, 1868: 35)

Sua narrativa está em sintonia com a historiografia oficial, centrando-se nos grandes eventos políticos e militares e na exaltação de figuras heroicas. No que diz respeito aos indígenas, negros e mulheres, são apagados ou inferiorizados, aparecendo apenas quando suas ações servem para reafirmar a narrativa oficial — assim como ocorreu no IHGB, que notabilizou tais personagens apenas quando eram relacionados com uma lealdade ao Império. No livro didático de Herculana podemos perceber o mesmo fenômeno:

> P.-Que lugar occupa Camarão na historia desta guerra?
>
> R.-D. Antonio Felippe Camarão, ou Poty, indio brazileiro, natural do Ceará, distinguiu-se na guerra contra os hollandezes por seu patriotismo e coragem. Foi mestre de campo do terço de indios, a que commandava; conduzindo-os com a maior ordem e disciplina, alcançou muitas victorias. O rei Felippe IV de Hespanha, em recompensa dos seus bons serviços, concedeu-lhe o tratamento de dom e o habito de Christo, promovendo-o ao posto de capitão general dos indios. Camarão combateu dezenove annos, e falleceu aos 9 de março de 1649. A mulher de Camarão, a heroina D. Clara, natural de PortoCalvo, nas Alagoas, combateu em pessoa muitas vezes, acossando o inimigo, penetrando no mais cerrado dos batalhões e exhortando os soldados a cumprirem os seus deveres. Bello exemplo, minhas discipulas, de acrysolado patriotismo, digno por certo de ser imitado! (Sousa, 1868: 37-38).

Esses silenciamentos revelam os limites de uma narrativa alinhada com a historiografia oitocentista legitimada pelo IHGB, marcada pela exclusão de sujeitos considerados marginais à história oficial — mas que aparecem apenas quando convém à narrativa do período, como no caso do indígena ou de Clara Camarão, exemplificados na citação acima. Porém, este silenciamento também é um alinhamento que garantiu à obra a aprovação e adoção oficial pela Inspetoria de Instrução Pública do Maranhão (Melo, 2023), legitimando-a como veículo adequado para a formação de uma identidade nacional no ambiente escolar.

A partir desta breve análise, pode-se perceber como a narrativa histórica foi inserida no contexto dos livros didáticos, carregando e reproduzindo as hierarquias e os silêncios de seu tempo. O estudo do manual de Herculana evidencia, portanto, o processo pelo qual o conhecimento histórico foi selecionado, transmitido e legitimado. Além disso, a autoria feminina da obra, submetida a um apagamento que se materializou na masculinização de seu nome em registros oficiais, como na Revista do IHGB, onde virou "Herculano Firmino Vieira de Sousa" (RIHGB, 1898: 124), demonstra a exclusão e inferiorização que as mulheres encontravam no ambiente de produção intelectual oitocentista.

Breves reflexões historiográficas: livro didático e ensino de história

A trajetória de Herculana Firmina e a recepção de seu *Resumo da História do Brazil* colocam uma questão central: se sua narrativa estava alinhada aos princípios ideológicos e pedagógicos do Império, que mecanismos definiram a consagração ou o apagamento de uma obra na construção do cânone historiográfico?

Pensando em autores canonizados, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), considerado como um dos intérpretes do Brasil, ou Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), o qual escreveu livros didáticos inserido nos ambientes do IHGB e do Colégio Pedro II, podemos perceber que a legitimidade residia não apenas no gênero, mas também no *lugar social de produção*, juntamente com a localização geográfica. Herculana, enquanto

mulher, professora no interior da província do Maranhão e autora de um manual didático, situava-se fora destes limites que autorizavam a historiografia legitimada.

Assim, o apagamento de sua obra não foi um acidente, mas o resultado de uma hierarquia que operava dentro do próprio campo histórico. De um lado, estava a historiografia "erudita" ou "científica", representada por sínteses, prefácios dedicados ao Imperador — como no caso de Varnhagen —, notas de rodapé e uma rede masculina. De outro, a escrita de livros didáticos, vista como reprodução ou um gênero considerado “menor”. Apesar de veicularem a mesma narrativa nacionalista e centrada nos "grandes homens", apenas a primeira foi reconhecida como contribuição legítima para a historiografia.

Este caso evidencia a necessidade de se repensar o fazer historiográfico, ampliando seu escopo para além das fontes e autores tradicionalmente canonizados. Como propõe Angelika Epple, ao alargarmos a definição de narrativa histórica, podemos reconhecer a contribuição de escritoras não acadêmicas:

> Com essa nova definição de narrativa histórica, alargamos o corpo de fontes enormemente. Muitos escritores não acadêmicos foram, e são, mulheres. Com a análise do discurso da história da historiografia podemos reconhecer não apenas historiadoras, mas também a conotação feminina de narrativas históricas não acadêmicas. O poder do princípio deve ser revelado. Não seria apenas a reação a outro tipo de narrativa que parece ser mais atual? Com essa questão, chegamos à nova espécie da história e à análise de poder da história de gênero (Epple, 2006: 153-154)

Seguir esse caminho teórico significa inserir o manual didático e a produção escolar no âmbito da história da historiografia. Esse movimento revela como o conhecimento histórico foi produzido, circulou e foi legitimado em múltiplas esferas, sendo a escola um espaço importante de formação da memória nacional. É a partir desse diálogo entre campos que a investigação de produções como a de Herculana transcende a história da historiografia para se inserir de maneira fundamental no âmbito de uma história do ensino de história, criando uma interseção entre tais campos de estudo.

Considerações finais

Entre ausências impostas e presenças silenciadas, a verdade é que a escrita das mulheres sempre existiu — porém foi, por séculos, marginalizada pela configuração de uma sociedade que inferiorizou o feminino. Essas palavras nos revelam projetos, visões e mundos materializados por mulheres, como nos livros didáticos e no ensino de história.

A trajetória e a obra de Herculana Firmina revelam uma escrita da história que operava para além dos cânones institucionais, evidenciando a pluralidade e as disputas que marcaram a construção do conhecimento histórico no século XIX. Sua atuação no interior da província do Maranhão demonstra que a narrativa do passado não era monopólio dos grandes centros ou das academias. Ao trazer essa produção à luz, este estudo reafirma a necessidade urgente de um olhar crítico sobre as fontes e os critérios de legitimação historiográfica, que devem incorporar sistematicamente a produção escolar e feminina como parte constitutiva da memória intelectual do país.

A análise do *Resumo da História do Brazil* aponta para conclusões relevantes: a importância de se olhar além do cânone construído por exclusões de gênero, geografia e lugar social; o reconhecimento da produção do conhecimento dentro da escola como uma contribuição significativa para a historiografia e para a intelectualidade nacional; e a valorização do trabalho das professoras-autoras que, a partir de seus lugares específicos, produziram e compartilharam o saber histórico. Reconhecer o manual didático como documento historiográfico legítimo representa uma ruptura com a hierarquia que tradicionalmente separa a erudição da produção escolar. Trata-se de entender que o processo de escrita da história também foi um fenômeno protagonizado por mulheres dentro das salas de aula.

Analisar produções e trajetórias como a de Herculana Firmina constitui, portanto, uma ferramenta para repensar tanto a historiografia quanto o ensino de história. Para a historiografia, é um convite a ampliar seus objetos e a questionar as narrativas consolidadas, tornando-a mais inclusiva e consciente de seus próprios mecanismos de exclusão. Para o ensino, é um legado que valoriza a produção de conhecimento em sala de aula, incentivando questionamentos e análises que contribuem para narrativas mais críticas e representativas.

Referências

Fontes

Revista Trimensal de História e Geografia. Tomo XIII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1850.

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

SOUSA, Herculana. F. V. de. Resumo da História do Brazil. São Luís, 1868.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil.* Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAVIS, Natalie Zemon. *Gender and genre*: Women as historical writers, 1400-1820. In: Lobalme, Patricia H. Beyond their sex: learned women of the european past. New York and London, New York University Press, 1984.

DAVIS, Natalie Zemon. *Women on the Margins*: Three Seventeenth-Century Lives. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: Malerba, Jurandir (org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 139-174.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. *Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)*. 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. Mulheres letradas entre a História Intelectual e as práticas historiográficas: breves considerações sobre produção feminina e a escrita da história nos oitocentos brasileiro. In: BARBOSA, Silvana Mota (Org.). *O lugar da mulher*: gênero, agência e trabalho (séculos XVIII, XIX, XX). Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel, 2023. p. 158-178.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia*: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. DOI: 10.15848/hh.v11i28.1414. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCOTT, Joan. *Gender on the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.

ST 14 NOVOS OLHARES E NOVOS MÉTODOS? PRÁTICAS E RELAÇÕES HISTÓRIOGRÁFICAS EM TEMPOS DIGITAIS.

O movimento *coachcista* e as salas de aula: problematizar o tempo para pensar diferenças

Tayck Kapps Esch Neves [136]

Resumo: O presente trabalho busca, a partir da problematização da História mestra da vida, pensar as narrativas dos *coaches* e *mini-coaches*, principais personagens do movimento *coachcista* das redes sociais, no Ensino de História. O que é História mestra da vida? Qual a relação do *coachcismo* e o Ensino de História? Como problematizar seus métodos? Para tanto, será analisado as narrativas desse "grupo" nas redes sociais, principalmente no Instagram, como potenciais influências sobre os corpos (Albuquerque Júnior, 2023) presentes em sala de aula a partir dos afetos, como amor e paixão – e seus objetos – (Pereira, 2021), e da concepção ciceroniana de tempo (Koselleck, 2006).

Palavras-chave: *coaches*; redes sociais; Ensino de História; ética; tempo.

Abstract: This work seeks, from the questioning of History as the "teacher of life", to reflect on the narratives of coaches and mini-coaches, the main characters of the coaching movement on social media, in History teaching. What is History as the teacher of life? What is the relationship between coaching and History teaching? How to problematize its methods? To this end, the narratives of this "group" on social media, mainly on Instagram, will be analyzed as potential influences on the bodies (Albuquerque Júnior, 2023) present in the classroom based on affects, such as love and passion – and their objects – (Pereira, 2021), and the Ciceronian conception of time (Koselleck, 2006).
Keywords: coaches; social media; History teaching; ethics; time.

[136] Licenciando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH/UFJF). E-mail: tayck.historia@gmail.com

Sentamos em praças, não olhamos paisagens, não conversamos, mas interagimos. Em cada novo ciclo do relógio, estamos conectados, recebendo uma gama de informações. Os pássaros que emitiam os sons cômodos das praças foram silenciados pelo *bip* telefônico. Podemos estar presente fisicamente em um local, mas onde estão nossas mentes? Estão conectadas no "mundo das coisas" (Marx, 2010). Hoje em dia, conversas prolongadas sem uma breve olhada no celular são quase impossíveis. As redes sociais prenderam-nos em uma teia impossível de dissociar-nos. Tal teia é colagenosa, quase vital.

As redes sociais liberam uma grande quantidade de dopamina em nosso cérebro, mas não percebemos que essa "dopamina só vai prolongar o coma" (FBC; Pepito; DJ Cost, 2025) de nossas mentes, visto que retira-nos do "mundo dos homens" (Marx, 2010). A alienação digital é parte da dominação do sistema capitalista e nossas mentes tornam-se instrumentos de um jogo que busca o controle completo dos corpos.

Nesse sentido, este artigo busca, a partir da problematização da concepção de tempo, expor alguns sujeitos desse jogo capitalista, mais especificamente: os participantes do movimento *coachcista*. Tais sujeitos estão presentes nas redes sociais e serão analisados durante o texto. Além disso, as influências destes atores nas salas de aula também serão trabalhadas para provocar pensamentos sobre limitações e diferenças no Ensino de História.

O que é História mestra da vida?

> A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador. A tarefa principal que Cícero atribui aqui à historiografia é especialmente dirigida a prática, sobre a qual o orador exerce sua influência. Ele se serve da história como coleção de exemplos—

> plena exemplorum est historia [a história é cheia de exemplos] a fim que seja possível instruir por meio dela (Koselleck, 2006: 46).

Seguindo as ideias de Reinhart Koselleck em "Futuro Passado" (2006), a História mestra da vida é um guia para a prosperidade e caminho para a "luz da verdade". A partir dela, o passado guiaria o futuro, tornando-se instrumento por possuir exemplos que transformá-lo-ia em próspero, evoluído e melhor. Nesse sentido, o passado é uma mera coletânea de informações/exemplos no qual o futuro utiliza-o como pesquisa.

Entretanto, o passado não deve ser visto apenas para suscitar as necessidades sociais, como a História mestra defende. Em uma sociedade que as temporalidades são vistas unicamente como úteis, o passado é recortado e o "não útil" é esquecido por essa historiografia, visto que ela coloca barreiras de visão para não enxergarmos outras possibilidades. Com isso, é possível analisar uma concepção racionalista de tempo que ignora outras possibilidades e busca instrumentalizar a grandeza física Tempo.

Nesse sentido, é possível ver a ignorância humana. O homem trata o Tempo como animal e tentou colocá-lo em uma focinheira, mas esqueceu que a cabeça animalesca era bem maior que qualquer objeto de doutrinação criado pela sociedade dos humanos.

O movimento *coachcista*

Em um primeiro momento, cabe evidenciar quem são os atores do movimento *coachcista*: um determinado grupo de *coaches* e de *mini-coaches*, *coaches* menores de idade.

Antes de esclarecer esse grupo seleto, é interessante analisar quem são os *coaches*: agentes "educativos" que buscam instruir indivíduos à prosperidade, à riqueza e à "felicidade" capitalista. Em seus discursos, buscam exemplos passados para comprovar a legitimidade de suas falas e garantir ao "cliente" – aluno, ouvinte ou seguidor – um futuro repleto de oportunidades, progresso e iluminação.

Retomando os pensamentos, tal discurso dos *coaches* parece-me compactuar com as principais ideias dessa concepção de tempo racionalista. Os *coaches* estabelecem uma

conexão de exemplaridade e utilidade com o passado, visto que ele é útil para suas necessidades instrutivas e profissionais. É possível analisar os aspectos citados nos livros: "Pai Rico pai Pobre" de Robert Kiyosaki (2017); "O homem mais rico da Babilônia" de George Clason (2017). Em ambos, a metodologia educacional é baseada no passado, como o sucesso dos antigos babilônicos e a própria vida de Kiyosaki.

Então, **o que é o movimento *coachcista*?** É um movimento composto por *coaches* e *mini-coaches* brasileiros que possuem forte vínculo com as redes sociais, principalmente o Instagram, e a Direita brasileira.

Instagram e a idealização do homem social perfeito

Conforme já apresentado, os sujeitos do movimento *coachcista* são presentes nas redes sociais e as utilizam como veículo de propagação, ou instrumento de seus jogos capitalistas. Durante suas postagens – nos *stories*, *reels* ou *feed* –, eles dão conselhos educativos para a transformação dos homens. O objetivo é claro, há uma busca incessante pela perfeição do homem, mas o que é essa perfeição? Transformar o homem não próspero em rico, chefe e sua melhor versão. Nesse sentido, trabalham educando a autoestima e o gerenciamento profissional-econômico da pessoa. A problemática em seus discursos são o imperativo e as certezas de seus métodos aplicados que ignoram as diferenças sociais.

Acredito que vocês, leitores, imaginem as diferenças sociais da sociedade brasileira. Há homens que vivem na luxúria, enquanto outros moram nas ruas, não comem por falta de dinheiro e são julgados como não-sociáveis pela maior parte da população. Essas pessoas não-sociáveis não fazem parte da sociedade? Segundo Karl Marx, "a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção a desvalorização do mundo dos homens" (2010: 80). O homem foi tão abduzido pelo capitalismo que há uma valorização maior dos artigos de luxo do que as pessoas que foram esquecidas pelo sistema.

Com esse pensamento, retorno a questão do discurso dos sujeitos de análise deste artigo. Os *coaches*, "educadores" que garantem que seu cliente chegue ao ápice humano por

seus métodos, transformam quem em perfeito? Há uma garantia pronunciada, mas como funciona na prática? Estes "educadores" não são deuses e, muito menos, regentes do sistema capitalista. Através de seus discursos, talvez existam alguns homens que chegaram a prosperidade, mas, possivelmente, não todos. Suas instruções exemplificadas em suas vidas ou no passado não garantem prosperidade.

O movimento no Instagram

Para esclarecer as ideias defendidas durante este texto, selecionei alguns *coaches* pertencentes ao movimento *coachcista* para apresentá-los.

Figura 1: Thiago Nigro no Instagram.



Fonte: Página @thiago.nigro no Instagram.

O primeiro selecionado é Thiago Nigro, dono de uma página no Instagram de 10,1 milhões de seguidores. O próprio número já chama-nos a atenção. Além de ser um dos personagens mais influentes do movimento *coachcista*, Thiago também é empresário, fundador do Grupo Primo, escritor e dono do canal "O Primo Rico". Sua obra literária mais vendida é "Do Mil ao Milhão", onde ensina como você, ser humano social, consegue chegar a prosperidade investindo e seguindo o exemplo de sua vida próspera.

Figura 2: Pablo Marçal no Instagram.



Fonte: Página @pablomarcal1 no Instagram.

O segundo é Pablo Marçal, dono de uma página no Instagram de 12,9 milhões de seguidores, número bastante alarmante. Marçal é empresário, político filiado ao Partido Trabalhista Renovador Brasileiro, criador do Método IP – "curso" de desenvolvimento pessoal relacionado a autoestima e negócios – e dono de alguns livros, como: "Os códigos do Milhão". Tanto nos cursos, quanto nos livros, Marçal disserta sobre métodos padronizados aplicáveis para os participantes e os leitores.

Figura 3: Alejandro Ferreira no Instagram.



Fonte: Página @aleferreirabr1 no Instagram.

Figura 4: Digitalz Academy no Instagram.



Fonte: Página @digitalzeducacao no Instagram.

O último é Alejandro Ferreira, dono de duas páginas no Instagram que somadas dão o resultado de 185 mil seguidores, o menor número da lista. Ferreira é empresário, ex-mini-*coach* – visto que ele se insere no movimento antes dos 18 anos –, palestrante e criador da Digitalz Academy. A DZA é uma academia para transformar pessoas de 11 a 24 anos. Aumentando a autoestima das pessoas, Alejandro educa a vida dos outros, financeiramente e socialmente.

Após essa breve apresentação, chama-me atenção o número de seguidores somados das 4 páginas de Instagram: cerca de 23,2 milhões de seguidores. Tal número gera-me uma questão: quantas pessoas eles influenciam? Além disso, quem eles influenciam? Embora de menor expressão numérica, a Digitalz Academy é curiosa e chamativa para pensar neste artigo: de 11 a 24 anos? Nesse sentido, Alejandro "forma" potenciais mini-*coaches* que, se seguido o ensino regular, frequentam escolas. Com isso, parece-me certo que o pensamento *coachcista* é um potencial influenciador das salas de aula no Brasil.

O *coachcismo* e as salas de aula

Pensando na influência do movimento *coachcista*, cabe problematizar sua concepção de tempo em salas de aula.

Seguindo as ideias de Nilton Pereira em "O tempo multiplicado: não há ética no ensino de história sem a problematização do tempo", a paixão é um sentimento controlador, dominador e colonizador (2021). Tal sentimento, domina os corpos (Albuquerque Júnior, 2023) e faze-os de instrumentos apaixonados. A concepção da História mestra, tal qual os *coaches* utilizam, opera com esse sentimento, como um objeto da paixão (Pereira, 2021), ou seja, um objeto que ajuda a controlar, a dominar e a colonizar corpos, visto que no discurso dos *coaches* há uma busca pela perfeição a partir do controle emocional e profissional do indivíduo.

Nesse sentido, o que me preocupa são as limitações que os *coaches* podem influenciar nas mentes dos discentes e dos docentes, visto que ambos podem possuir acesso ao Instagram. Eles mostram os "melhores caminhos", limitando alternativas, mas e se o caminho selecionado por eles não for o melhor? Em uma sala de aula, não é valioso fecharmos algumas portas e deixar apenas outras abertas. Por que não abrir todas? Ou melhor, abrir todas que respeitem as diversidades. O discurso *coachcista* objetiva mostrar o pior e o melhor caminho, caminhando com uma ideia moralista de certo e errado. Para o ensino, é interessante não pensar na moral, mas na ética, visto que ela valoriza as particularidades dos seres presentes e as multiplicidades de uma sala de aula.

Voltando as ideias do Nilton, pensar a ética seria ir contra a maré colonizadora, seria pensar no tempo multiplicidade, um tempo ligado ao amor. O amor seria uma oposição das ideias colonizadoras da paixão, seria a liberdade de escolha a partir da ética. Pensar no amor seria pensar um tempo multiplicidade, aberto as ocasiões/coincidências e as liberdades de escolha (2021).

A influência da academia de Alejandro, por exemplo, faz os alunos pensarem em um único caminho possível: riqueza/dinheiro a partir da mudança de mentalidade, mudança da personalidade de uma pessoa. Mudar a personalidade de outra pessoa não é um pouco violento? É ignorar a ética e não valorizar as subjetividades. Os discursos *coachcistas* violentam mentes e transformam corpos em marionetes do sistema capitalista. Na verdade, os *coaches* não buscam a perfeição dos homens, mas a materialização do *homo economicus* (Mill, 1974). Eles vão contra a proposta ética de uma sala de aula.

Considerações finais

Durante este artigo, busquei expor o discurso *coachcista* e colocá-lo como limitante. Acredito que a mesma exposição e problematização deveriam acontecer em salas de aula. Mostrar ao alunos a "educação" *coachcista* como mera instrução de vida e de controle de mentes pode ser uma das formas de conflitar com o movimento. Abrir caminhos é valioso em

salas de aula, local onde deveríamos encontrar diversidades e diferenças, não homens perfeitos como defendem.

Não cabe a uma pessoa ditar a vida do outro. Para mim, este discurso é uma mera falácia que não trata de diferenças, trata o "certo" como verdade e transforma o "errado" como estranho. Não deveríamos colocar diferença como estranho, estranheza não é preconceito com o diferente? Aqui vale voltar na metáfora da focinheira, o homem, assim como não domina o Tempo, não doutrina – ou não deveria – dominar/capitalizar a mente de outro indivíduo.

Com isso, para uma aula ser ética, cabe pensar na proposta de problematizar este discurso em salas de aula. Por um Ensino de História distante do moralismo e da estranheza *coachcista* e aproximado das diferenças corpóreas dos indivíduos.

FONTES DIGITAIS

ALEJANDRO Ferreira. Instagram, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/aleferreirabr1/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

ASSALTOS e Batidas. FBC, Pepito, DJ Cost. *In:* **Assaltos e Batidas**. Belo Horizonte: Xeque Mate Estúdios, 2025. (2 min 20 seg). Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/track/5rmZvDdnuxDUq2OPoDN2sA?si=fa55121741d34c67. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

DZA | Digitalz Academy. Instagram, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/digitalzeducacao/?hl=pt>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

PABLO Marçal. Instagram, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/pablomarcal1/?hl=pt-br>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

THIAGO Nigro | O Primo Rico. Instagram, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/thiago.nigro/?hl=pt-br>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O corpo docente e o corpo discente: o ensino e a aprendizagem como práticas que envolvem e implicam as carnes, e não apenas mentes desencarnadas e incorpóreas. In: In: GABRIEL, C. T; MARTINS, M. L. B; ANDRADE, J. A. (Orgs). **Aprendizagem e avaliação da história na escola: questões epistemológicas**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023, p. 19-35.

CLASON, George S. **O homem mais rico da Babilônia**. Tradução: Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae - sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: _____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p.41-60.

KYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai Pobre: Edição de 20 anos Atualizada e Ampliada**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

MILL, John Stuart. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela**. Bentham/Stuart Mill, 1974.

PEREIRA, Nilton Mullet. **O tempo multiplicado: não há ética no ensino de História sem a problematização do tempo**. Palavras ABEHrtas, [S. l.], n. 3, 2021.

ST 15 ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AFETOS, SABERES E PRÁTICAS

Entre a experiência do PIBID e a do Estágio em História: as diferenças no trato das relações étnico-raciais.

Mariana Silva Barbosa[137]
Raysa Rodrigues Ferreira[138]

Resumo:
O trabalho tem como objetivo refletir sobre as diferentes experiências vividas em duas escolas da cidade de Juiz de Fora (MG), pensando nas singularidades de cada instituição e a maneira como os conteúdos são mobilizados. O primeiro local é a Escola Municipal José Calil Ahouagi a partir do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Esta instituição possui uma política curricular de compromisso contínuo com uma educação antirracista. Todavia, com o Estágio Supervisionado em Ensino de História I no Colégio de Aplicação da UFJF, observamos falas eivadas de preconceitos em sala de aula por parte de diversos discentes. Com essa situação inquietante, realizamos nossa prática no estágio propondo compreender algumas maneiras de narrar a origem da vida (utilizando materiais produzidos na Escola José Calil Ahouagi), aprendendo a valorizar e a respeitar a diversidade de modos de existir.
Palavras-Chave: Ensino-Aprendizagem; PIBID; Estágio em História; Relações Étnico-Raciais.

Abstract:
This work aims to reflect on the different experiences lived in two schools in the city of Juiz de Fora (MG), considering the singularities of each institution and the way in which the contents are mobilized. The first location is the José Calil Ahouagi Municipal School, based on the PIBID (Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships). This institution has a curricular policy of continuous commitment to anti-racist education. However, during the Supervised Teaching Internship in History I at the UFJF Application School, we observed

[137] Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: barbosa.mariana@estudante.ufjf.br/ marianabarbosacsd@gmail.com
[138] Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: raysarferreira13@gmail.com

speeches riddled with prejudice in the classroom by several students. With this unsettling situation, we carried out our internship practice proposing to understand some ways of narrating the origin of life (using materials produced at the José Calil Ahouagi School), learning to value and respect the diversity of ways of existing.
Keywords: Teaching-Learning; PIBID; History Internship; Ethnic-Racial Relations.

Introdução:

A formação de futuros professores, demanda, além dos conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula, a vivência de experiências práticas que possibilitem a aproximação com o cotidiano escolar. Nesse âmbito, programas e disciplinas voltadas à inserção dos licenciandos no ambiente escolar desempenham um papel fundamental na construção da identidade do docente e proporcionam momentos únicos em sala de aula. A partir disso, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre experiências vividas em duas instituições de ensino na cidade de Juiz de Fora (MG), ocorridas em diferentes contextos da formação acadêmica. A primeira, é realizada a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O PIBID trata-se de uma ação do Ministério da Educação, gerida pela CAPES. Criado em 2007, o programa tem por objetivo a valorização da formação de futuros professores. A partir disso, graduandos dos cursos de licenciatura das Universidades Federais usufruem da oportunidade de se candidatarem ao projeto. O PIBID em que fazemos parte iniciou-se em outubro de 2024, sendo interdisciplinar entre os cursos de Pedagogia e História e coordenado pela Prof.ª. Dr.ª Yara Cristina Alvim. Somos ao todo vinte e quatro bolsistas, e divididos em grupos, compomos o corpo docente das escolas. Dessa forma, a partir do projeto, acompanhamos a professora Sabrina Munck, graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde também realizou seu mestrado, e atualmente exerce sua profissão na Escola Municipal José Calil Ahouagi, localizada no Bairro Marilândia (JF- MG) onde também realizamos nossas práticas na turma do 5º ano do Ensino Fundamental.

A segunda experiência, ocorreu a partir da disciplina de Estágio Supervisionado em História I, ministrada pelo Prof. Dr. Anderson Ferrari da Universidade Federal de Juiz de Fora. A disciplina ocorre no 8º e 9º período da graduação e procura promover a observação e

problematização das aulas dos professores de Ensino Fundamental e Médio. Além de contar com uma avaliação onde os alunos dão uma aula e atividade para a turma sob observação do professor. A escola que acompanhamos é o Colégio de Aplicação da UFJF, localizado no bairro Santa Helena (JF - MG). Nosso tempo na escola foi limitado pela greve estudantil ocorrida no ano de 2024, que atrasou e não sincronizou o calendário da UFJF com o das escolas. Porém, nossas vivências na escola foram de grande aprendizado para a nossa formação.

Dessa forma, compreendemos as singularidades de cada instituição, além das diferenças que compõem o PIBID e o Estágio, porém, a partir do conceito defendido por Jorge Larrosa Bondía em seu texto "Notas sobre a experiência e o saber da experiência." que "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca." (2002; 21) Acreditamos não ser de importância somente o tempo vivido em cada escola, mas sim o que nos foi atravessado. Portanto, buscamos evidenciar as diferenças no trato das questões raciais e a maneira como os conteúdos são mobilizados, o que reflete em como as narrativas são selecionadas ou silenciadas.

As escolas-campo:

A Escola Municipal José Calil Ahouagi:

A Escola Municipal José Calil Ahouagi é uma instituição municipal, situada na periferia da cidade de Juiz de Fora (MG), mais especificamente no bairro Marilândia. É uma escola relativamente pequena que atende alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II de maneira integral. O contato com essa instituição se iniciou em março de 2024 a partir da disciplina de Ensino de História na Educação Básica I, disciplina obrigatória da grade de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, ministrada pela Prof.ª Drª. Yara Cristina Alvim na Faculdade de Educação. Nesse cenário, a prática se deu com o acompanhamento da professora Sabrina Munck, a qual ministrava aulas para o 4º ano do Ensino Fundamental I. Após o término das atividades, houve a possibilidade de retorno à escola a partir do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) Interdisciplinar entre História e Pedagogia, permitindo o convívio semanalmente em uma nova turma de 5º ano do Ensino Fundamental I em todo o ano de 2025.

Nesse cenário, é interesse colocar em evidência algumas características marcantes do cotidiano da escola, para isso, o texto "Carta de Reis Coroados: relato de experiência de práticas crianceiras de uma escola municipal" de Sabrina Munck se faz necessário, pois ressalta que:

> Atualmente [2019], a região sofre com o crescimento desordenado das construções habitacionais. Saneamento básico precário, ônibus de péssima qualidade e horários desencontrados com o funcionamento da escola. O bairro não possui praças e nem posto de atendimento médico. O lugar de encontro é a escola. (Munck, 2022; 76).

Assim, podemos observar a centralidade da escola na vida dos habitantes do bairro, sendo local de encontro, de aprendizagem e de convívio intenso e prolongado. Sob esse viés, a partir da experiência contínua e com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, foi possível perceber a importância de cultivar as brincadeiras, de compreender e entender a infância, de valorizar a leitura, os espaços de contação de histórias, o conceito de desenho cultivado da criança, além de colocar como central o processo de inclusão e respeito às diferenças e singularidades.

Porém, é preciso frisar que essa organização e dinâmica foram construídas ao longo do tempo, visto que era uma escola em crise nos idos de 2000, marcada pelos altos índices de evasão e repetência de seus alunos. Diane desse contexto, a então coordenadora Andréa Borges de Medeiros começou a refletir sobre os motivos dessa crise, tendo como ponto de partida as práticas de vida dos alunos. Assim, o que se evidenciou foi que a grande maioria das crianças/adolescentes não se reconhecia como negros, sofrendo no dia a dia situações de preconceito e discriminação, e que, entretanto, a escola se mantinha omissa e alheia frente a estas questões.

Diante disso, foi o momento do colégio, de forma coletiva, repensar "Qual escola queremos?" e "Que tipo de formação humana estamos interessados em propor?". Tendo tudo isto em foco, viu-se a necessidade de ampliar as discussões para além da cultura negra, a partir de uma discussão mais densa das questões da diversidade e da cultura. Dessa forma, cotidianamente a comunidade escolar é convidada a pensar nas diversas formas de ser e existir no mundo, de produzir conhecimento e de significar a vida. Logo, o desenvolvimento

do trabalho se dá através de conversas, livros de literatura, filmes, fotografias e reportagens variadas. Com isso em perspectiva, em nosso contato, podemos perceber que ao longo dos últimos 20 anos a instituição foi compreendendo que era preciso registrar em textos, desenhos, fotografias e vídeos as práticas pedagógicas em um arquivo próprio.

Sob esse viés, esta escola, com todas as suas características e singularidades, foi o primeiro campo de práticas na cidade de Juiz de Fora (MG), fazendo com que fosse parte importante de nossa formação enquanto professoras. Dessa maneira, as questões étnico-raciais foram sendo centrais em todo esse processo, sendo respeitadas e pensadas de maneira cotidiana e corriqueira em nossos planejamentos, atividades e conteúdos, de modo que essa temática se enraizou e se tornou referencial em nossas práxis. Por fim, é interessante destacar que a Escola Municipal José Calil se tornou lugar de conforto e de afeto, porém, não é colocada como modelo ou exemplo a ser seguido, mas sim como uma prática possível em prol de uma Educação Antirracista.

O Colégio de Aplicação da UFJF:

O convívio com o Colégio de Aplicação da UFJF veio a partir da disciplina de Estágio I, também obrigatória na grade de Licenciatura em História. Desse modo, tivemos a oportunidade de escolher a escola (dentre algumas opções) e optamos por essa, pois colégios de aplicação são escolas ligadas a uma universidade e servem como um "laboratório" para novas propostas pedagógicas e formação de professores. Sob esse viés, buscam sempre as inovações no ensino através da experimentação, pesquisa e desenvolvimento de práticas pedagógicas com a parceria entre professores, bolsistas e estagiários, em uma dinâmica interdisciplinar. Nesse sentido, como já havia uma forte relação de proximidade com a Escola Municipal José Calil Ahouagi, foi importante, nessa etapa final da graduação, poder respirar outros ares e adquirir novas experiências.

No Colégio de Aplicação da UFJF, 90% dos docentes possuem mestrado e/ou doutorado, trabalham em regime de dedicação exclusiva e participam de projetos em parceria com a Universidade. Os alunos ingressam na escola a partir de sorteios públicos on-line, de modo que há uma diversidade racial, de gênero e de classe, pois não são colocadas barreiras econômicas e estruturais para esse acesso. A instituição conta com turmas da Educação

Infantil, do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA, sendo uma escola grande em número de funcionários, alunos e extensão territorial. Atualmente, o Colégio conta com cerca de 1350 alunos, matriculados em 24 turmas de Ensino Fundamental e 09 turmas de Ensino Médio, além de 08 turmas atendendo a alunos do Curso de Educação de Jovens e Adultos e duas turmas dos cursos de especialização em termos de pesquisa e realização de estágios supervisionados.

Em síntese, é preciso evidenciar que o contato com essa escola foi extremamente pontual, pois o Estágio I é realizado em apenas um período. Somado a isso, deve-se levar em consideração a greve realizadas pelos Técnicos-Administrativos em Educação da UFJF (TAES) e pelos docentes em 2024, o que gerou desencontro nos calendários acadêmicos da universidade e das escolas, reduzindo o nosso tempo de prática por algum tempo. Por fim, é interessante colocar em evidência que foi uma experiência marcante, pois foi o momento de sair da zona de conforto, de vivenciar situações e problemas cotidianos antes não enfrentados. Além disso, houve a oportunidade de entrar em séries, como o 6º ano do Ensino Fundamental II e o 1º ano do Ensino médio, antes não exploradas, nos fazendo refletir sobre as diferenças de idade, de localidade e de realidade que podemos encontrar.

Antes de ser professora de História, queremos ser professoras de Escola:

Para continuar a nossa reflexão, é necessário destacar que compreendemos a escola enquanto uma instituição com regras próprias, que não está à disposição das famílias e que não foi feita para lhes prestar serviço. Logo, a escola coloca em prática valores coletivos, é onde se descobre que outras crianças têm uma vida diferente. É um lócus privilegiado para aprender a deixar para trás o seu ambiente e suas próprias preocupações para encontrar outros indivíduos e outros mundos, de maneira que as pessoas vão para aprender juntas. Nesse longo processo, o professor da Educação Básica contribui para construir a humanidade. Entretanto, não basta ser docente somente de sua disciplina, pois é necessário um compromisso com toda a escola em formar uma sociedade democrática.

Nesse âmbito, temos como base o texto: “Qualquer que seja nosso estatuto, quaisquer que sejam nossas disciplinas de ensino, somos todos “professores de Escola” inserido no livro “Carta a um jovem professor” de Fhilippe Meirieu. Assim, a escola é vista como lugar de

confronto, de incômodos, de afetos, de encontro da alteridade, de olhar para o outro. Portanto, temos como perspectiva a importância de uma preocupação com o coletivo e com a humanidade, evidenciado no seguinte trecho:

> Assim a Escola pode, ou deve, levar o aluno a realizar descentrações sucessivas para que se perceba e se compreenda progressivamente como membro de coletivos cada vez mais amplos. Ir à Escola é livrar-se desse atavismo egocêntrico tão arraigado: é passar de seu capricho ou de seu interesse para uma decisão elaborada em um pequeno grupo; da consideração da vontade de um grupo para a de uma sala de aula, da sala de aula à escola, da escola ao bairro, do bairro à cidade, da cidade ao país, do país à humanidade... (Meirieu, 2006; 75).

Em que os professores de História podem se apoiar?
A Proposta Curricular de Juiz de Fora (MG):

A Proposta Curricular de Juiz de Fora é uma ancoragem metodológica, pois aposta em uma autonomia pedagógica a partir de reflexões teóricas e de olhares para as práticas de professores da Educação Básica. Assim, não tem como objetivo elaborar uma proposta curricular fechada em torno de conteúdos específicos, mas sim em eixos de questões necessárias à formação dos estudantes aos procedimentos históricos. Logo, não é o foco traçar programas pré-estabelecidos para serem cumpridos de maneira unívoca e linear. Dessa maneira, o referencial possui três grandes eixos conceituais e metodológicos: a Educação para a compreensão do conhecimento, a Educação para a compreensão do Tempo e a Educação para a compreensão da memória, que podem ser usadas como embasamento e legitimação para nossas práticas antirracistas em sala de aula, como exemplos temos:

> (…) pensar em posturas e ações de educação de longo prazo, que precisam ser iniciadas, do ponto de vista de fundamentos e hábitos, ainda na Educação Infantil e devem ser perseguidas de modo sistemático e permanente ao longo dos Anos Iniciais de escolarização para que, nos Anos Finais de escolarização, sejam consolidadas como habilidades de pensamento e ampliadas em sua complexidade. (Juiz de Fora, 2012; 23)

> De um modo geral, os historiadores concordam com a perspectiva de que não há uma única versão possível sobre o passado e este é, a cada momento, reconstruído de acordo com as necessidades e demandas do presente. (Juiz de Fora, 2012; 23)

> Ao estabelecer a relação de conteúdos a serem selecionados para ensino, cada unidade escolar deve ter em mente que o prioritário, nessa relação, não é o conteúdo a ser vencido, tampouco a sua quantidade, mas em que medida aspectos próprios do procedimento e do pensamento histórico poderão ser evocados na forma de tratamento de tais conteúdos. (Juiz de Fora, 2012; 29)

A promulgação de Leis na Educação, os seus avanços e os seus desafios:

As Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira/Africana e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação, como também são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.

Nesse cenário, a Lei 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade para a temática afro-brasileira e africana, enquanto a Lei 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir a história e cultura dos povos indígenas. Dessa forma, as leis nos dão sustentação e legitimação frente à comunidade escolar e não escolar, porém, não foi e não é a solução de todos os impasses e desafios cotidianos frente à uma sociedade racista. É preciso levar em consideração a formação inicial debilitada nos cursos de Licenciatura ao redor do país. No caso específico da Licenciatura em História da UFJF somente há uma disciplina de História da África, enquanto na Pedagogia, não há nenhuma disciplina obrigatória na grade que aborde especificamente as questões étnico-raciais. Sendo assim, podemos perceber que há um desafio estrutural a ser enfrentado, pois existe um embate coletivo para o desenvolvimento da formação de docentes.

Aula como acontecimento: experiência vivida no Colégio de Aplicação da UFJF.

A experiência que nos mobilizou a refletir sobre a importância de um currículo antirracista e o compromisso com uma educação voltada para as questões raciais se deu em uma aula sobre Mitologia Grega no Colégio de Aplicação da UFJF, onde ocorreu nosso estágio. Nessa aula, foi apresentado aos alunos outras mitologias, como a africana, porém,

muitos comentários racistas e de intolerância religiosa ocorreram por parte dos alunos. Após esse momento, conversamos com a professora sobre a situação e ela nos contou que os alunos já tiveram contato com conteúdos sobre África, portanto, não conseguia compreender a origem dos comentários.

A partir disso, desenvolvemos a ideia de realizar nossa aula obrigatória do Estágio com uma oportunidade de ensinar a turma que existem outras formas de narrar a origem da vida e que tais narrativas devem ser respeitadas. Com isso, iniciamos a aula retornando a discussão sobre mitos e mitologias a partir de uma pergunta disparadora de "O que vocês conhecem sobre mito?", a fim de contextualizar os alunos que existe uma pluralidade de mitos, e que portanto, são histórias que dão sentido e significado à vida e expressam a visão de mundo de um povo. Após a contextualização, foi apresentado para a turma um material produzido pela professora Sabrina Munck e pelos alunos do 4º ano da Escola Municipal José Calil Ahouagi que tem por objetivo mostrar outras formas de narrar a origem da vida. Estão presentes no cartaz as narrativas de Adão e Eva, Conto Maia, Vikings e um Conto Africano (Muluku). A partir disso, evidenciamos com os alunos as semelhanças entre os mitos contados. Em seguida, levantamos questionamentos de porque alguns mitos causam fascínio e outros mitos causam medos, salientando que o estranhamento é comum quando entramos em contato com o diferente, porém, que não deve gerar em nós o preconceito, pois todos as crenças devem ser conhecidas e respeitadas.



Imagem 1: Cartaz (ainda em processo de elaboração) apresentado aos alunos. Fonte: Arquivo Pessoal.

Nesse âmbito, com base na discussão feita anteriormente, estimulamos os alunos a refletirem sobre suas próprias semelhanças e diferenças, registrando no quadro as que surgirem. Em seguida, levantamos a seguinte pergunta: “Ser diferente quer dizer ser ruim?”. A partir daí, evidenciamos a subjetividade de narrativas e histórias de cada indivíduo, assim como a potência dessa diversidade. Adiante, realizamos a leitura do livro “Minhas Contas” de Luiz Antônio (2008) no intuito dos alunos buscarem em suas memórias momentos em que presenciaram ou tiveram alguma situação em que o preconceito falou mais alto que o respeito. Por fim, a partir das questões levantadas em sala de aula e a leitura do livro foi apresentado aos alunos um exemplo ilustrativo de diálogo através de uma tirinha. Com base nisso, os alunos elaboraram individualmente uma tirinha com um pequeno diálogo no qual demonstra como ele compreendeu o que foi visto e discutido durante a aula, em interlocução com sua própria experiência ou não, estando livre para utilizar a criatividade no processo de confecção da atividade.

A partir disso, compreendemos que a primeira aula que acompanhamos foi um acontecimento, nos deslocou para o lugar do incômodo. Fomos tocadas pelas falas dos alunos em sala de aula, porém, esse tocar partiu do lugar do afetar, como um sentimento de “choque de realidade” conceito defendido por Amorim e Monteiro,

> “[...] um choque que faz estremecer as estruturas nas quais estávamos habituados a imaginar e a pensar o ensino, a escola e a profissão docente e que nos faz refletir e repensar sobre nossas práticas, nossos saberes e o lugar que ocupamos.” (Amorim; Monteiro, 2019; 24).

Porém, é importante destacar que apesar do choque de realidade que sentimos a partir da experiência que nos tocou, não foi um sentimento paralisante, pelo contrário, nos impulsionou e nos motivou a pensar em possibilidades de mudar aquela situação. Portanto, apesar de ter sido um encontro triste, não foi o suficiente para nos desestimular, mas sim nos deslocar do lugar de conforto, pois entendemos que a sala de aula também é o lugar do confronto e das disputas de narrativas. Dessa forma, defendemos o afetar em sala de aula, pois como argumenta novamente Monteiro e Amorim (2019; 34): “Afetar ser afetado é,

então, indispensável para o desenvolvimento de aulas de História que façam sentido, que sejam sentidas significativamente tanto por professores quanto por alunos.”

Um currículo antirracista como um projeto de escola:

Defendemos então, uma escola com um projeto que tenha como objetivo um currículo antirracista, que perpasse não só pelas datas importantes como o dia 20 de novembro, mas que seja um trabalho feito durante todo um ano letivo. Pois ao reconhecer o perigo de uma História Única (Adichie, 2019), procure investir em narrativas plurais. Um exemplo do perigo de se trabalhar com apenas um ponto de vista é demonstrado no texto de Ynaê dos Santos “Ah, isso sim é África! Estereótipos e novas abordagens de histórias africanas no Ensino Fundamental” (2014).

A professora relata que em uma aula de História da África, selecionou muitas fotografias que demonstram a riqueza cultural do continente africano, enquanto as fotos eram passadas, existia um silêncio na sala, mas quando uma das fotografias que representa um povoado africano apareceu, uma aluna disse “ah, isso sim é África”. Dessa forma, a autora demonstra sua preocupação com a percepção dos alunos em relação àquela fotografia, argumentando que:

> “No entanto, o fato da imagem da aldeia do Congo ter colocado a África em seu “devido lugar” perante a maior parte dos meus 140 alunos fez com que os perigos da história única, do qual nos fala a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, se revelassem. O problema não consistia apenas em perceber que para aqueles jovens as sociedades africanas, todas elas, deveriam organizar-se em aldeias ou tribos. Mas também na constatação de que esses mesmos jovens nãotinham o menor conhecimento de como aquelas tribos e aldeias funcionavam”. (Santos, 2014; 1)

Dessa forma, entendemos que o problema não consiste apenas nas concepções levantadas pelos alunos, mas na defasagem dos conteúdos sobre os povos africanos. A autora revela que sua preocupação maior é de que os seus alunos não conhecessem o funcionamento das aldeias africanas. Esta preocupação precisa ser de todo professor de História, pois ao escolher o conteúdo dado, também está escolhendo silenciar ou não os povos, culturas e tradições. Portanto, compreendemos que focar somente no negativo é superficializar a

História, portanto, nosso principal intuito precisa ser mudar de onde começamos a contar as histórias e não apresentar apenas um ponto de vista.

Assim como Ynaê, também presenciamos falas carregadas de preconceito, porém, agimos em prol de transformar aquela situação. Após a aula, recebemos as devolutivas dos alunos da atividade proposta, e podemos perceber que compreenderam a importância do respeito à diversidade, além do perigo das palavras e ações na vida do próximo, como é possível ver nas atividades:





Imagens 2 e 3: Atividades no Colégio de Aplicação da UFJF. Fonte: Arquivo Pessoal

Com isso, trouxemos mais uma vez a Escola Municipal José Calil Ahouagi como exemplo de uma escola que busca transformar a temática da cultura e tradição dos povos

africanos como um currículo escolar. Ao longo de todo o ano, os temas como os reinos africanos são passados aos alunos, na intenção de enfatizar a riqueza cultural desses povos, pois "A imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmo, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças." (Santos, 2014). Dessa forma, acreditamos que a História dos povos africanos precisa ser contada desde pequenos, para que ao crescerem não venham ter estereótipos cristalizados.

O Cortejo de Coroação do Rei e da Rainha na Escola Municipal José Calil Ahouagi:

Na Escola Municipal José Calil Ahouagi há uma festa anual chamada "Cortejo de Coroação do Rei e da Rainha", festejo que tem como princípio a valorização das festas, dos rituais, dos símbolos e músicas do Congado enquanto expressões culturais das heranças africanas. Tendo como embasamento, desde o princípio o livro "Os reizinhos de Congo" de Edimilson de Almeida Pereira (2004), as crianças passaram a recriar o congado na escola, mantendo somente o caráter lúdico, com a eleição de reis e rainhas em cirandas com cantigas de roda e encenações. Logo, houve a construção de um espaço de mediação que transformou o que era considerado ameaçador, inferior, exótico e estranho em algo familiar, próximo, conhecido e respeitado pelos alunos e pela comunidade, de modo a dar protagonismo aos alunos negros.

Nesse âmbito, as crianças perpassam por um momento de espera e de respeito (desde a entrada na escola), pois o maior protagonismo se dá com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental II (turma que trabalhamos durante 2025). Dentro desse contexto, as crianças negras dessa série são convidadas a escreverem cartas explicando quais são os motivos para serem coroados o rei e a rainha da escola, de modo que passam por um processo de votação que inclui toda a comunidade escolar, pois as cartas são colocadas em um mural visível no pátio. Essas escritas são perpassadas por uma questão de pertencimento e de ancestralidade, ligadas aos conteúdos sobre a cultura e a sabedoria aprendidos durante o ano sobre povos africanos, o que gera um sentimento de integração e de homenagem. Para finalizar, é interessante trazer à discussão o artigo de Robert Daibert Jr., intitulado "Delírios de um menino pentecostal na festa da congada.", em que destaca aspectos importantes, tais como:

> De acordo com Gisela Marques Pelizzoni (2010; 29), professora responsável pela festa,[...] quando o congado é deslocado do seu ambiente original e levado para o contexto escolar, ele se transforma na medida em que alguns elementos permanecem (as músicas, as danças, as narrativas...) enquanto outros passam a ser abordados com menos destaque (os aspectos devocionais e religiosos). A proposta é que a presença destes elementos que permanecem seja capaz de garantir que um pouco da trajetória destes velhos congadeiros seja contada aos meninos de hoje, mesmo em lugares onde esta tradição já não vive, e que através dos meninos seja perpetuada nas suas rodas, nas suas brincadeiras, e possam buscar possíveis elos com a trajetória de vida das próprias crianças através das reminiscências familiares que possam surgir a partir deste trabalho realizado na escola. (Daibert Jr, 2015; 103).

Portanto, é visível a potencialidade de uma festa com essas características e singularidades dentro de instituições de ensino básico e público na cidade de Juiz de Fora (MG). Dessa forma, apresentamos a festa não como modelo a ser seguido e replicado em outras escolas e realidades, mas sim como uma forma possível (dentre tantas outras) de enfrentar, com o auxílio e participação dos alunos, uma sociedade racista.

Escola Municipal José Calil: O lugar dos afetos.

Compreendemos que a Escola Municipal José Calil Ahouagi se tornou um lugar de afetos e encontros felizes, que a cada dia aumenta nossa potência de vida. Assim como Larrosa (2002) diz sobre a experiência ser tudo que nos atravessa, somos constantemente tocados e atravessados por essa Escola. "[...] As aulas são momentos ricos de trocas de experiências, de conhecimentos e também de afetos." (Monteiro; Amorim, 2019; 31). Portanto, a deslocamos como um lugar de conforto, onde nos encontramos como futuras professoras, pois carregamos conosco suas práticas pedagógicas.

Porém, também entendemos a importância do lugar de confronto, como foi no Colégio de Aplicação da UFJF, pois ao sermos confrontadas, fomos arrancadas do nosso lugar de conforto e impulsionadas a trabalhar com o compromisso de uma educação antirracista. Dessa forma, entendemos que a experiência de um encontro triste também foi fundamental em nosso processo de ensino e aprendizagem. Pois como argumenta Amorim e Monteiro, 2019), a docência é um eterno aprendizado, como um devir.

> Desse modo, relacionar a ideia de devir à docência serve para desancorar algumas imagens e desterritorializá-las, serve para pensarmos a docência enquanto um devir, enquanto movimento, enquanto construção contínua, como um caminho desafiador e não como uma paisagem confortável e reconfortante. Um "devir docente" é a partir das formas que se tem, das relações que são estabelecidas, das funções que são preenchidas, das posições que se ocupa, aquilo "que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos" (Deleuze e Guattari, 1997; 64) professores. (Amorim e Monteiro, 2019; 27)

Conclusões Parciais: O perigo de uma História Única - Chimamanda Adichie

Com o auxílio de Chimamanda Adichie, em seu livro "O Perigo de uma História Única", publicado em 2019, é possível constatar como nós somos impressionáveis e vulneráveis frente a uma história, principalmente quando nós somos crianças. Segundo Adichie, a História Única sobre a África de paisagens e animais bonitos, mas com pessoas que vivem lutando guerras sem sentido e morrendo de fome, pobreza e AIDS vem de uma literatura branca e ocidental. Esse tipo de narrativa coloca a África como um lugar negativo, da diferença, da escuridão, todavia, temos que manter em mente que todos nós somos culpados e temos histórias únicas sobre lugares e pessoas, pois estamos extremamente imersos sob as coberturas das mídias, que reproduzem em muitos casos essas questões.

Sendo assim, falar sobre uma história única da África é falar sobre poder - a ideia de ser maior que o outro - como, quando, por quem e em qual quantidade as histórias são contadas. Não somente contar a história, mas fazer dela sua única e definitiva história. Não trabalhar em sala a diversidade do continente africano e de suas populações cria estereótipos que são incompletos, que rouba das pessoas a sua dignidade e que faz o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada difícil, de maneira a enfatizar como somos diferentes e não similares. Portanto, é imprescindível mudar de onde começamos a contar as histórias, não reduzindo a narrativa da África como sinônimo de colonização e de escravidão.

Com isto em perspectiva, ao diversificar as narrativas e escutar vozes silenciadas/marginalizadas, teremos uma história completamente diferente, mais ampla e plural. Logo, é necessário investir em narrativas múltiplas, pois focar somente no negativo é superficializar e negligenciar outras histórias. Diante disso, podemos concluir que há muitos

relatos de catástrofes, mas não existem somente eles, sendo uma função básica dos professores de História (e de escola) não falar somente sobre um tipo de narrativa. Sob esse aspecto, muitas histórias importam, elas podem e têm sido usadas para expropriar e tornar maligno, mas podem ser utilizadas para restaurar a humanidade perdida.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMORIM, Mariana de Oliveira; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **"Narrativas de si" e afetos nos caminhos iniciais da docência em História.** Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 1, p. 23-38, jan./abr. 2019.

ANTÔNIO, Luiz. **Minhas contas.** Ilustrações de Daniel Kondo. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CALIL AHOUAGI. **José Calil Ahouagi: muitas vozes, narrativas e invenções em uma cultura de escola singular** — Projeto Político Pedagógico 2015-2021. Juiz de Fora, MG: Escola Municipal José Calil Ahouagi, 2015-2021.

JÚNIOR, R. D. **Delírios de um menino pentecostal na festa da congada.** Revista Ciências da Religião - História e Sociedade, v. 13, n. 2, 2015.

JUIZ DE FORA (MG). **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, MG: Prefeitura Municipal; Secretaria de Educação, 2014.

MERIEU, Philippe. **"Qualquer que seja nosso estatuto, quaisquer que sejam nossas disciplinas de ensino, somos todos "professores de Escola".** In: MERIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2006, pp. 67-82.

MUNCK, Sabrina. **Carta de Reis Coroados, relato de experiência de Práticas crianceiras de uma escola municipal.** In.: Cadernos para o Professor. Secretaria de Educação de Juiz de Fora, ano XXXIX, n. 43, 2022, pp. 75 – 84.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Os Reizinhos de Congo.** Juiz de Fora: Paulinas, 2004.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Ah, isso sim é África!: estereótipos e novas abordagens de histórias africanas no Ensino Fundamental.** 2014

A ausência da Disciplina História no Compromisso Nacional a Criança Alfabetizada

Gabriel da Silva Moraes[139]

Resumo: O que é alfabetizar? Alfabetização e letramento são sinônimos ou são de ordens distintas? Refletir e questionar esses processos nos permite inúmeros apontamentos e potencialidades para a experiência e formação curricular dos anos iniciais. Para refletirmos sobre os processos citados acima, apresentaremos como recorte a prova do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Não como fonte, mas como uma política curricular que (des)legitima componentes e disciplinas em graus de importância e de urgência, na composição do processo formativo. Um exemplo é a ausência da disciplina História no conteúdo requerido pela prova.

Palavras-chaves: Ensino de História – Alfabetização – Currículo.

Abstract: What is literacy? Are literacy and reading comprehension synonymous, or are they distinct concepts? Reflecting on and questioning these processes allows us to make numerous observations and explore potential for the curricular experience and development of the early years of schooling. To reflect on the processes mentioned above, we will present the National Commitment to Literate Children (CNCA) exam as an example. We will use it not as a source, but as a curricular policy that (de)legitimizes components and subjects according to their importance and urgency in the composition of the formative process. An example is the absence of the subject of History in the content required by the exam.

Keywords: History Education – Literacy – Curriculum.

[139] Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: mrmraes@gmail.com

Introdução

A aula de História não deveria ser somente um espaço memorialista factual, por isso iniciar uma aula por meio de um questionamento contextualizante ou de um exemplo da contemporaneidade dimensiona uma resposta clara à tão famosa pergunta: "Tá, por que tenho que aprender História?". Paulo Freire nos aponta em *Pedagogia do Oprimido* o conceito de "tema gerador", um esforço que*:*

> [...] cabe realizar, não apenas na metodologia da investigação temática que advogamos, mas, também, na educação problematizadora que defendemos. O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes. (Freire, 2013: 162).

Nos distanciamos de Freire, uma vez que não entendemos que vamos desenvolver o senso crítico nos alunos, o que seria uma grande petulância e arrogância de nossa parte. Mas entendemos que a construção curricular é articulada por interesses que geram disputas e diferenças que são reforçadas, silenciadas e legitimadas, e no Ensino de História, por meio de práticas questionadoras, poderemos problematizar situações e questões que estão presentes no espaço escolar e na sociedade da qual fazemos parte.

Nosso tema disparador permeia a prova do CNCA; no entanto, investigamos os discursos que estão em suas subjetividades e que formulam complexas redes políticas e identitárias, uma vez que, na avaliação externa, possibilidades de direcionamentos são formalmente apresentadas como “padrão”.

Os índices, gráficos e números são “provas” concretas do discurso de que algo vai bem ou não para a educação, bem como legitimam o que deve ou não ser ensinado. No entanto, não retira de maneira alguma a possibilidade de reinvenção ou de questionamentos por parte dos professores aos modelos que são recomendados ou impostos pelas Secretarias de Educação.

A ausência de questões acerca de História na avaliação do CNCA nos permite apontar que é um movimento que autoriza a interpretação de que a disciplina não apresenta grande relevância para as crianças do 2.º ao 5.º ano do ensino fundamental, mesmo que seja uma disciplina presente na grade curricular, bem como Ciências, Geografia e Artes. Enquanto isso, Língua Portuguesa e Matemática são disciplinas que compõem a prova.

A interpretação de que somente Português e Matemática são determinantes no processo de alfabetização ou de uma suposta qualidade de ensino, pode ser um grande equivoco para a educação brasileira na aposta realizada pelas secretarias de educação. Uma vez que tendem à realização de avaliações cada vez mais específicas e que versam conteúdos que sufocam e sobrepujam as diferenças.

Não apontamos de maneira alguma que a aplicação de uma prova que dialogue e aborde a disciplina História resolveria problemas, no entanto, é um passo que aponta um caminho de legitimidade por meio do estabelecimento de um documento que aponta "diretrizes" do que está "valendo a ser ensinado".

Essa dimensão axiológica estabelece outros problemas, como, por exemplo: as disputas narrativas acerca de eventos históricos são apontadas como "verdadeiras", desempenhando um teor de perspectiva ao projeto futuro imaginado, assim como a possibilidade de invisibilidades e de negligência de agentes e sujeitos em processos históricos.

De maneira geral, notaríamos quais seriam os temas que gestores e órgãos públicos destacariam como basilares para a educação pública de maneira oficial, dignos de serem cobrados como conteúdo mínimo, sem a subjetividade de apontar para as recomendações que são sugeridas pela Base Nacional Comum Curricular. Em uma avaliação externa, podemos, de maneira objetiva, diagnosticar quais (des)caminhos a educação é formalmente estabelecida curricularmente e não apenas no oceano infindável das seleções curriculares e caminhos adotados por professoras e professores.

Alfabetizar e letrar são a mesma coisa?

Palavras, antes de serem um combinado de contornos e riscos que dão formas às letras e essas, ao serem combinadas entre si, possibilitam infinitas possibilidades aos seres humanos na tentativa de comunicarmos uns com os outros, apresentam uma estrutura que não é por si só suficiente. Tornando claro, é necessário que pelo menos um ser humano atribua a algo que é subjetivo, letra, número ou palavra, uma dimensão de realidade. Exemplifiquemos com a palavra "mesa": o significado de objeto que usamos para apoiar outros objetos tanto no português quanto no espanhol é o mesmo, mas não seria o mesmo no inglês "desk".

A palavra tem o poder de criar devaneios momentâneos por conta da organicidade que seus códigos nos permitem articulá-los. Mas devem ser enquadrados em complexos esquemas consensuais por membros de grupos sociais. Caso um grupo não tenha um entendimento mínimo sobre o que significam seus códigos, é impossível um diálogo, como podemos ver no exemplo supracitado. Mesa, a grosso modo, faz referência a uma ideia de objeto comum para hispanófonos e lusófonos, diferentemente de um anglófono.

Outra questão é o apontamento de ser essencialmente igual a si, pois para a mesa não ser lápis ou cadeira, ou qualquer outro nome disponível às faculdades intelectuais, acordos devem ser estabelecidos, o que apontamos anteriormente como consenso. Sem o movimento de um mínimo concordar com a provisoriedade do nome de determinado objeto, perceberíamos que, fisicamente, ele seria igual a si; no entanto, ao expressá-lo, toda palavra seria permitida para o referir, uma vez que nenhuma a suportaria, dada a fraqueza em ser chamado de algo. Isso aponta que as disputas sobre nomear algo são tentativas e tratativas de estabelecimento de certezas e verdades.

Nesse aspecto, apresento o conceito de hegemonia que segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe apontam que;

> «Hegemonia» fará alusão a uma totalidade ausente e as diversas tentativas de recomposições e rearticulações que, ao superarem uma ausência originária, irão permitir dar sentido as lutas e dotarão as forças históricas uma positividade plena. (Laclau; Mouffe, 1987: 15, tradução própria). [140]

O que os autores nos indicam é que nada é, senão construído pelas mobilizações e desmobilizações que ocorrem de acordo com as forças que disputam os jogos políticos vividos e experimentados. Apontar e caracterizar algo como hegemônico, ou não, tensiona que, além de construído pelos grupos sociais, sua vitalidade é determinada pela provisoriedade que o contexto experimentado pelas culturas contemporâneas aos seus discursos permite que sejam vigorados e sejam estabelecidos; logo, a hegemonia de algo é permeada e atravessada pelas noções e questões de temporalidade e de agências humanas.

Para que um significado ocorra, é necessário o tempo, algo caro a nós, historiadores. Não há nada que dure para sempre, a não ser que caracterizemos esse algo como um ser ou um ente atemporal, mas definiremos esse algo em perspectivas humanas, logo a noção de algo é uma construção que se torna provisória; por isso não há nada que seja eterno, pois a própria noção de eternidade é transitória e provisória, mas não significa que esse algo não apresente uma essência que é quase igual a si, mesmo que não dure por um período prolongado. Para facilitar a compreensão, pensemos no racismo.

O racismo é, antes de tudo, uma construção, que pode ser interpretada de maneira distinta e volátil, em sua essência: a intolerância para com o outro que não faz parte das classificações de um ser alguém, que é concretizada em materialidades de vivências e práticas. O que motiva o racismo? São inúmeras as causas e podem variar de acordo com os contextos e épocas, mas sabemos que pessoas são cerceadas de direitos básicos por conta de características que as fazem reconhecidas pelas tais. Faz parte do letramento em História a problematização e os apontamentos de como os seres humanos se organizam a ponto de um ato vil como o racismo poder ser vivenciado.

[140] «Hegemonía» hará alusión a una totalidad ausente y a los diversos intentos de recomposición y rearticulación que, superando esta ausencia originaria, permitieran dar un sentido a las luchas y dotar a las fuerzas históricas de una positividad plena.

Para esse ato se formalizar, palavras hegemonizam e estabelecem práticas e ações e, assim, algo é vivenciado, mas para que uma prática seja entendida como tal, é necessária uma identificação de outro. Vamos abordar como exemplo o absurdo do dito racismo reverso: pessoas brancas apontam que pessoas negras realizam atos preconceituosos contra pessoas brancas. O racismo não comporta uma ideia de reversão, uma vez que a branquitude assegura códigos e práticas para resguardar sua confortável posição de poder. Inclusive a ideia de apontar um racismo reverso é uma forma de deslegitimar a fala do corpo negro e ressaltar o privilégio branco.

O ser humano nasce sendo um algo que podemos classificar em uma categoria: de identidade vazia, uma espécie de nada. Nos primeiros momentos de vida de um ser humano, nada é propriamente seu, a não ser sua materialidade física, seu nome, sua família, seu gênero, as cores ao seu redor; tudo isso é estabelecido pelo seu círculo social. Esse nada aponta para um ser que é contornado pelo seu contexto e grupo social, que ensinará a esse corpo, dentro de suas possibilidades, quais serão seus privilégios e restrições; no entanto, esse corpo poderá ou não potencializar seus aprendizados, submetendo-se completamente aos ensejos e seduções externas e implementando em si tais códigos, ou apresentando aversão à identidade que seu grupo o apresenta, ou submetendo-se parcialmente. Essas vivências são feitas por seres humanos por meio das relações com membros de suas comunidades e de diferenças que são experimentadas e vivenciadas; por isso, relações afetivas são cruciais nos processos identitários, pois relacionam-se ao aprendizado.

Nesse contexto apresentamos duas categorias de aprendizado que mobilizaremos: alfabetização e letramento. Para Magda Soares, esses processos se apresentam da seguinte forma:

> Assim, pode-se dizer que até os anos 80 a alfabetização escolar no Brasil caracterizou-se por uma alternância entre métodos sintéticos e métodos analíticos, mas sempre com o mesmo pressuposto – o de que a criança, para

> aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos – e sempre com o mesmo objetivo – o domínio desse sistema, considerado condição e pré-requisito para que a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita, isto é, primeiro, aprender a ler e a escrever, verbos nesta etapa considerados intransitivos, para só depois de vencida essa etapa atribuir complementos a esses verbos: ler textos, livros, escrever histórias, cartas, etc (Soares, 2011: 98)

Alfabetizar seria uma forma de assimilar ao sistema que articula a vida linguística, ou seja, qualquer leitura outra pelo mundo não seria comportada ao sistema que se estabelecia no pressuposto que apontamos acima. Quando mobilizamos o termo letramento, não nos baseamos na:

> [...] perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita, divulgada entre nós, sobretudo pela obra e pela atuação formativa de Emília Ferreiro, sob a denominação de "construtivismo", trouxe uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área da alfabetização, porque alterou fundamentalmente a concepção do processo de aprendizagem e apagou a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas efetivas de leitura e de escrita. Essa mudança paradigmática permitiu identificar e explicar o processo através do qual a criança constrói o conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos, ou seja, o processo através do qual a criança torna-se alfabética; por outro lado, e como consequência disso, sugeriu as condições em que mais adequadamente se desenvolve esse processo, revelando o papel fundamental de uma interação intensa e diversificada da criança com práticas e materiais reais de leitura e escrita a fim de que ocorra o processo de conceitualização da língua escrita. (Soares, 2011: 98).

Quando mobilizamos letramento, não acreditamos nos aspectos e conceitos construtivistas, por não entendermos que é uma regra que crianças se interessem espontaneamente pelos sistemas nos quais estão inseridas; muitas vezes os processos são corriqueiros e aparentam uma autoexplicação em si, sobretudo quando pensamos nas dinâmicas do mundo digital. Quando apontamos para a ideia de letramento, indicamos que

possibilidades são perpassadas por gerações em sistemas culturais; por isso apontamos que existem objetividades e interesses em jogo que articulam modos e permanências.

Apontamos que alfabetização e letramento são concepções distintas, mas que devem estar sempre ligadas uma à outra, uma vez que um aprendizado que busca uma mera alfabetização aponta apenas ao formalismo e estruturalismo, que não desencadeia problematizações, enquanto o letramento não é um processo natural, no qual todos procurarão investigar ou desenvolver questionamentos sobre seus modos. Por isso os dois devem ser aplicados sempre de maneira simultânea, caso a ênfase seja uma educação problematizadora, inclusive de si.

Disciplina História um campo de disputa?

Todas as esferas de vida pública apresentam embates, que para alguns são apontados ou entendidos como supérfluos ou desnecessários, mas ofendidos e ofensores não são idênticos, por isso todas as disputas apresentarão pontos que, para alguns, serão racionais e irracionais, pois a todo momento ponderamos e, a partir das nossas concepções, valoramos atitudes, gestos, falas, posturas, etc., mas damos atenção para aquilo que consideramos mais parecido conosco ou com a realidade em que estamos inseridos.

Como apontamos anteriormente, o nosso objeto de análise, a avaliação do CNCA, apresenta somente duas disciplinas: Língua Portuguesa e Matemática, sendo que a grade curricular do ensino fundamental conta com pelo menos as seguintes disciplinas: Artes, Ciências, Geografia, História.

Afirmar que a inserção da disciplina História no processo avaliativo do CNCA acarretaria formas distintas na forma de pensar a prova, bem como nas práticas docentes, mas a maior aposta que apontamos é na possibilidade de pensar avaliações além de um processo externo conteudista e meritocrático para o caso do CNCA.

No Compromisso há uma meta de erradicar o analfabetismo no Brasil, por meio de um compromisso, e a avaliação CNCA é o instrumento que realizará o diagnóstico para as redes públicas dos entes federativos que participam. No entanto, como duas disciplinas poderão avaliar e dar conta de apontar o que deve melhorar? Essas avaliações podem mascarar necessidades reais de comunidades e grupos em distintas áreas do Brasil que desempenham práticas e funções potentes para a região que vão além do conteúdo que é requerido como básico.

Cabe ressaltar que não fazemos uma apologia pelo fim do conteúdo, mas apontamos que incluir uma outra perspectiva de avaliação pode abrir portas para repensarmos determinados instrumentos avaliativos e seus objetivos. Se a ideia é erradicar o analfabetismo, será que uma prova que está observando Língua Portuguesa e Matemática é suficiente?

Sabemos que incluir História, ou qualquer outra disciplina, sem uma objetividade e um desempenho problematizador não resolve problemas e pode tornar mais agudas as dificuldades que enfrentamos na nossa educação. Mas criticamos o que está sendo apresentado, uma vez que o modelo estabelecido tende e direciona ao ranqueamento da qualidade da educação dos estados.

Como consequência, para melhores resultados, torna-se cada vez mais comum a possibilidade do surgimento de políticas de bonificação salarial e premiação das secretarias de educação aos estudantes que apresentarem performances de excelência nas provas, modificando a ideia central de uma avaliação que deveria combater as desigualdades e defasagens, desdobrando-se em políticas excludentes e que vangloriam aqueles que sabem ou dominam com mais maestria o modo de fazer provas específicas, bem como disputas internas de professores, intensificando a cultura meritocrática e de segregação.

Mobilizamos a aula de História como uma das possíveis portas para que questionamentos e problematizações sejam realizados, uma vez que narrativas e construções sociais são apresentadas. Seria de grande contribuição para analisar causas ou origens de

defasagens educacionais, problematizações históricas e identitárias, bem como um espaço de contribuição para processos de identificação identitários.

Quando apontamos a ausência, entendemos que uma presença potente e potencializadora poderá construir resultados que possibilitem alternativas outras que fogem ao ranqueamento e sistemas que tornam avaliações em práticas comerciais da educação. Dizer que alunos sabem responder itens, ou melhor, performar, não é indicativo de que efetivamente temos uma margem da população que domina determinados códigos linguísticos.

Muitos códigos de fato são conhecidos por algumas crianças, outros não. Alguns estão presentes em suas realidades de maneiras informais e precisam ser refinados, e nesse momento apontamos que no processo de alfabetização é crucial o letramento, apresentando-se como um processo interdisciplinar que contextualiza as narrativas históricas que atravessam gerações e se apresentam nos contextos vivenciados.

Considerações últimas

Não queremos apresentar que todas as avaliações devam ser problematizadoras, pelo contrário, determinadas avaliações devem ser somativas, classificatórias e, infelizmente, apontar aspectos meritocráticos; no entanto, quando falamos em processos formativos, as avaliações devem proporcionar uma leitura cuidadosa e acolhedora das diferenças.

Vivemos em um país de dimensão continental, ou seja, somos em nossa extensão diferentes, mas unidos por nossas fronteiras. A educação não deve ser um favor ou uma moeda de troca, muito menos um veiculador de interesses de um grupo, mas um espaço de diferença de debates, entraves, disputas e conciliações e nunca de estabelecimento da verdade, mas de verdades, sendo estas: provisórias, errantes, equivocadas e vacilantes. Destacando que essas produções são feitas por seres humanos.

Nesse aspecto, notamos a importância de uma prova que busca avaliar o desenvolvimento dos anos iniciais e atribuir à disciplina História um importante lembrete de

que os sistemas que são construídos pelas sociedades existentes não são fenômenos que ocorreram ou ocorrem por acaso, mas seres humanos em alguma medida tensionaram e processos propiciaram a existência de uma experiência vivida.

Nesse ínterim está a linguagem, o fator permissivo para que as sociedades utilizem a alfabetização e o letramento como sentido de experiências vivenciadas pelos seres humanos, o que podemos chamar de códigos. Uma vez organizados, reorganizados e desorganizados, os códigos, pensamentos, práticas e realidades estão momentaneamente sendo experimentados por pessoas.

Sendo a alfabetização o recurso que permite a organização e elaborações técnicas da linguagem, o que culmina no que entendemos como língua. Já o letramento são as noções e entendimentos dos porquês gerados, ou seja, é por meio do letramento que tradições e rupturas linguísticas são possibilidades.

Acreditamos que adicionar uma disciplina em uma avaliação externa não solucione o problema que ocorre na avaliação que estudamos, mas permite pensarmos e articularmos críticas e apontamentos para outras possibilidades a serem propostas. Sendo um caminho árduo, mas que firma bandeiras e estipula a importância de locais de atuações de nossa disciplina, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, que ainda é um campo muito pouco pesquisado no ensino de História.

Dialogar com anos iniciais nos permite outras perspectivas ao ensino de História, como a certeza de que a disciplina de História não se inicia nos anos finais do ensino fundamental, muito menos a maneira correta se apresenta ao decorrer da progressão acadêmica, mas devemos pensar na alfabetização e letramento desde a terna infância, como um artifício que atribui um caráter humano às ações e não apenas um passado longínquo que está sendo monotonamente narrado.

Quando falamos de alfabetização e letramento, não nos restringimos somente ao ato de leitura e escrita, mas às dimensões de escutas e falas, de oportunidades em destacar diferenças, espaços seguros em que os participantes podem contribuir, questionar e serem questionados. Sobretudo, entendendo que o caminho é não deva padronizar alunos, mas se estabelece e articula pela diferença, apontando a dimensão do público como algo comum, ou seja, um espaço para todos.

Onde diferença não é apenas eu e nós, nos opondo ao outro, mas no respeito e no apontamento de que todo e qualquer discurso é uma forma de expressão política, seja ela objetiva ou subjetiva. Portanto, letrar sem alfabetizar é impossível, pois é necessário um objeto de análise, o conteúdo, que está envolto pela nossa língua portuguesa, e uma alfabetização sem letramento aponta para modelos em que somente o conteúdo importa.

A ausência da disciplina de História na avaliação CNCA pode ser um indicativo do equívoco de governanças, Secretarias de Educação, professores e entidades que estão envolvidas no compromisso de uma educação pública de maior qualidade, ou evidenciar um caminho nocivo ao futuro educacional quanto a um espaço produtor de diversidades. Uma vez que podemos notar pensamentos e práticas que conceituamos dentro de uma lógica neoliberal, que tem como um de seus objetivos tornar a educação um produto rentável e lucrativo e que apresenta inúmeros discursos que tentam mascarar as dimensões políticas que permeiam seus processos e articulações em propor algo.

Nesse aspecto concordamos com Paulo Freire quando:

> A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a claridade política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que

> os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. (Freire, 2001: 25)

O excerto destacado acima nos permite apontar que tanto o ato de educar quanto posturas de ausências pedagógicas são procedimentos políticos, propositais ou não, pois traduzem e reforçam demandas e agendas que estão sendo entendidas como importantes para o contexto vivenciado pela sociedade contemporânea, ligando as ideias temporais: passado: tradição, preservação de uma narrativa que aponta um vislumbre de origem; presente: manutenção de benefícios e privilégios na experiência momentânea; e futuro: possibilidade de que as futuras gerações possam usufruir de códigos culturais compartilhados por seus grupos.

Finalizamos essa reflexão realizando um convite a quem queira pesquisar Ensino de História: aponte suas lentes analíticas com maior atenção para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma área que muitas vezes é negligenciada e silenciada, sobretudo nos processos curriculares e conteudistas.

Apontamos que avaliações externas não devem ser apontadas como instrumentos do neoliberalismo, se discordamos delas ou não forem, uma vez que podemos esgotar a dimensão e a uma melhor caracterização do termo em avaliações e práticas que realmente são. Mas sem dúvidas devemos criticar, se necessário, e propor aperfeiçoamentos.

De fato, o CNCA é um processo que muito pode contribuir para a educação básica nacional; no entanto, repensar suas estruturas pode ser uma boa alternativa para que uma de muitas necessidades da educação nacional possa encontrar melhores caminhos e soluções, como, por exemplo, a inclusão da disciplina de História.

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1987.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP); UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP) (Org.). *Caderno de formação: formação de professores: didática dos conteúdos*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. v. 2, p. 96–100.

A Morte Ensina? Como As Memórias Do Fim Da Vida São Construídas No Ensino De História

Camila Cunha Alves[141]
Laura Caetano Vieira Costa[142]

RESUMO : O presente trabalho defende o caráter coletivo da História, do ensino de História e da morte, e questiona o porquê desta última praticamente não integrar entre os tópicos principais da segunda. A ideia do coletivo se baseia em três pilares: "extrapolam os limites da minha casa", "existe em relação ao meio social" e "exprime uma determinada visão social de uma época" (Esquinsani, 2022). O artigo está organizado em uma análise de três eixos: a História e a memória como coletivas, a morte como coletiva, e a morte no ensinar História. Questiona-se, então: se o ensino de História trata do coletivo, por que não fala sobre a morte? O que é falar sobre morte? Dessa forma, buscamos ao longo do artigo tensionar a conexão entre História coletiva e a morte como coletiva, e suas possíveis articulações com o ensino de História.

Palavras-chave: Morte, História Coletiva, Memória, Ensino de História.

ABSTRACT : This paper defends the collective nature of History, the teaching of History, and death, and questions why this last is practically not seen among the main topics of the second. The idea of the collective is based on three pillars: "they go beyond the limits of my home", "they exist in relation to the social environment", and "they express a certain social vision of an era" (Esquinsani, 2022). The article is organized into an analysis of three axes: History and memory as collective, death as collective, and death in the teaching of History. The question then arises: if the teaching of History deals with the collective, why doesn't it talk about death? What does it mean to talk about death? In this way, throughout the article

[141] Licencianda do quarto período de História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História. Email para contato: cunhaalvescamila@gmail.com.
[142] Idem. Email para contato: lauracaetanovc@gmail.com.

we seek to explore the connection between collective History and death as collective, and their possible articulations with the teaching of History.
Keywords: Death, Collective History, Memory, History Teaching.

Introdução

Este trabalho defende a coletividade presente no fenômeno social da morte, na História e no seu ensino, sendo o ponto de ligação entre os três. Definimos algo como coletivo a partir de Esquinsani (2022: 4), quando: "extrapola os limites da minha casa", ou seja, envolve mais do que uma individualidade, exprime "determinada visão de uma época", ao representar algo diferente a cada tempo histórico e contexto social, e "existe em relação ao meio social", reforçando o primeiro aspecto de pertencimento a um sentido maior de grupo. Essas propriedades serão analisadas em cada um dos três nichos interligados.

O caráter coletivo da História é estudado há décadas por historiadores conectado à ideia de memória, e essa união pode ser entendida como um certo consenso no campo. Segundo Pierre Nora, "A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas; nosso meio de memória, por excelência." (Nora, 1993: 10). No caso da morte, entende-se que é coletiva porque a ocorrência de uma morte envolve diversos sujeitos outros, incluindo família, amigos e todos no âmbito social de convívio daquela pessoa, visto que além da vida, perde-se um lugar social. O ensino de História, por último, deve ser intrinsecamente coletivo, já que o ato de ensinar envolve sempre um "outro".

Por esses motivos entendemos que História, morte e ensino de História não apenas podem, como devem se comunicar entre si. A nossa proposta aqui não é trazer uma resposta ou um guia de como fazer. Queremos tensionar ideias ao longo do artigo para que esse debate seja aberto e que tenhamos espaço para trabalhar a morte no ensino de História.

História coletiva

Para começarmos, é importante nos perguntarmos qual relação se estabelece entre História e memória. Existe alguma conexão entre esses dois conceitos? Geralmente, as duas

permanecem unidas em nosso imaginário, no qual a memória se estabelece como um suporte para a História, frequentemente vista como uma de suas bases. Pierre Nora afirma que "a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica" (Nora, 1993: 9), evidenciando a diferença existente entre elas. Assim, observamos que a História busca, tradicionalmente, articular-se a partir de fundamentos que acabam produzindo um distanciamento e uma impessoalidade, enquanto a memória se sacraliza por ser socialmente compartilhada, promovendo aproximação e pertencimento com o indivíduo.

Com essas marcações colocadas, é importante lembrar que História e memória também se conectam a partir das percepções do tempo presente. O presente atua como um dos agentes que seleciona aquilo que será lembrado e aquilo que será esquecido, tanto no campo da memória quanto no da História. Nesse sentido, como aponta Albuquerque Júnior (2012), cabe ao historiador o dever de fazer as memórias "entrarem em crise", impedindo que se cristalizem como monumentos. Afinal, "assim como a memória, a história também só tem sentido a partir de certas determinações do tempo presente" (Casadei, 2010: 159).

Nesse sentido, podemos pensar na ideia de memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs. Como fundador desse conceito, o autor nos apresenta que as memórias nunca são individuais, mas sempre construídas de forma coletiva, a partir da sociedade na qual o indivíduo se insere e interage. Desse modo, é possível estender essa reflexão e pensar também na coletividade da própria História? Entendemos que sim, especialmente se a considerarmos, assim como foi definida por Marc Bloch, a "ciência dos homens no tempo" (2002: 67). Dessa forma, pode ser entendida como um saber coletivo.

Uma outra dúvida que nos pode surgir é: qual a relação da morte com a História? Não temos uma resposta fechada para essa pergunta, mas podemos concordar que os grandes mitos que estudamos na História, em sua grande maioria, já não estão mais vivos. É nesse ponto que entra a necessidade de refletirmos sobre esses campos. Afinal, como afirma Pierre Nora (1993), o ser humano acaba se tornando um historiador de si mesmo a partir do dever de memória. Assim, torna-se igualmente necessário pensar a quem está sendo concedido o direito à memória e consequentemente, o direito de entrar para a História.

Muitas vezes pensamos que morrer leva ao esquecimento. Com o passar das gerações, nossos netos e bisnetos não saberão muito de nós, tal como não nos lembramos bem hoje de nossos tataravós. A História, porém, pode ser usada como uma importante ferramenta de "imortalização" do legado de diversas figuras, sendo estas selecionadas no cemitério sagrado das sociedades. Halbwachs compara: "A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas" (Halbwachs, 2013: 74). Quem, afinal, tem direito a uma sepultura nos campos da memória?

Morte como coletiva

A primeiro momento, o termo "morte coletiva" nos leva a pensar em mortes de muitas pessoas ao mesmo tempo. Não é esse o sentido sobre o qual queremos trabalhar, portanto seria melhor pensar sobre a morte *como* coletiva. Uma morte individual envolve social e emocionalmente os sujeitos do convívio daquela pessoa, como amigos e familiares, que não só sentem o luto, a dor e o estranhamento causado pela perda do convívio, mas também se mobilizam em torno de ritos coletivos de modo a celebrar quem partiu. O estranhamento da perda se dá porque, com a perda da vida, das funções biológicas, perde-se também um lugar social, uma função dentro de uma sociedade.

É possível inclusive que essa perda de lugar ocorra sem o fim das funções vitais, ou seja, ainda com a pessoa viva, o que define o conceito de morte social. Como exemplo, algumas sociedades consideram as mulheres como mortas assim que passam pela menopausa, pois não poderão mais gerar filhos e, com isso, perdem sua função dentro daquela comunidade (Camerino, 2020: 19). Em um exemplo mais próximo das sociedades ocidentais capitalistas, é possível pensar que a aposentadoria é um tipo de morte social, sendo o aposentado visto como inválido, um peso a ser carregado pela família após seu desligamento das funções de produção econômica regular. Nesse caso, geralmente, não há celebração fúnebre, e só resta "esperar" que o corpo "desligue" por completo, selando sua morte à vista da comunidade.

O termo comemoração quando falamos de morte não significa somente uma celebração positiva, feliz, mas principalmente consideramos seu sentido etimológico de

rememorar. Os ritos fúnebres são uma reativação da memória, que é, por definição de Halbwachs (2013), sempre coletiva. Ainda pensando junto a Esquinsani, comemorar é "[...] relembrar, tomar como referência, citar, referir, indicar. Um lugar de memória é, antes de tudo, um símbolo." (Esquinsani, 2022: 15). A morte é, então, um lugar de memória?

A morte é coletiva porque é também histórica: ao longo de todo o tempo da existência humana, cada sociedade concebeu e lidou com o fenômeno da morte de formas diferentes e únicas, segundo sua cultura. Como exemplo, na Antiguidade grega pré-socrática, os pensadores entendiam a morte a partir de uma visão cosmológica, como uma manifestação de ciclos da natureza (Camerino, 2020: 67); na Idade Média europeia, a morte poderia ser um castigo divino. A morte é, então, também cultural. Essas concepções de morte servem de base para os diversos ritos fúnebres identificados pelo globo, podendo envolver sepultamento, embalsamento, festividades com comida e música, entre outros. Os rituais são importantes como reafirmação de uma cultura e sua realização pode garantir aos viventes uma sensação de que o falecido teve uma morte digna.

Ensino de História coletivo

Por meio do ensino de História, os sujeitos abordados são repetidamente (re)sepultados, considerando que a maioria deles já está morta — desde a chamada Antiguidade até pelo menos o início do século XX na Contemporaneidade, temos mais de 4 mil anos de personagens garantidamente mortos. Ao rememorar um personagem histórico, é produzida para ele uma nova lápide, com um novo (ou repetido) epitáfio, a partir de novas (ou antigas) (re)construções de sua história. Um epitáfio é um pequeno trecho registrado na lápide de um falecido, contendo informações como datas de nascimento e de morte e podendo apresentar escritos que representem a pessoa falecida ou seu legado. Essa produção literária tem o sentido de eternizar a pessoa que se foi, identificando o recorte temporal de sua vida e um possível legado para os próximos, ou seja, uma comunidade, o coletivo a qual pertenceu (Souza, 2019: 152).

Ao ensinar História, nos deparamos com esse dever: identificando um recorte temporal, (re)construir memórias de uma vida geralmente já acabada. Pensamos aqui, então, em mimetizar para o ensino de História o sentido dado por Táscia Souza (2019) à literatura,

em um trabalho de "[...] roubar epitáfio e lápide de suas significações originárias para lhes dar outros sentidos, num exercício de luto que não equivale a um sepultamento, mas a uma escavação de memórias [...]" (Souza, 2019: 155). Ensinar História é escavar as memórias e (re)escrever novos epitáfios, sem que os anteriores sejam necessariamente apagados.

É comum que na escola e no ambiente familiar haja a concepção da morte como um "tema sensível", e que por isso deveria ser evitado com crianças, já que suas dúvidas em relação ao tema seriam difíceis de se responder e a situação geraria angústia, tristeza e medo aos pequenos. De fato, falar sobre morte frequentemente suscita questionamentos quase irrespondíveis, além de emoções consideradas negativas. Qualquer tema, no entanto, é potencialmente sensível: "temas sensíveis" são aqueles que mobilizam emoções, sejam elas lidas como positivas ou negativas, e é necessário lidar com elas na escola e ao longo da vida.

Dessa forma, se o ensino de História trabalha com os afetos, não se pode evitar o tema da morte por ser "muito sensível". O ensino de História, sem que se possa controlar, sempre envolverá emoções, seja encantamento ou felicidade, tristeza, raiva, rancor, inquietação ou impotência. Alguns temas, como a morte, podem e, por vezes, devem nos "cortar como estiletes" (Cubas, 2022), deixando marcas em nossa identidade e subjetividade. A negação, o tabu em torno da temática vem da cultura ocidental que o rejeita: se a escola não fala, é porque a cultura também evita falar (Silva, 2023). No ensino de História escolar e na vida em sociedade, não se pode fugir da morte.

> É preciso reivindicar tempo e atenção. Atenção para com as coisas do passado que, mesmo dolorosas, são constitutivas de nosso presente. Não para causarem comoção ou ódio incontido, mas para serem compreendidas/sentidas como aquilo que são. (Cubas, 2022: 29-30)

Defendemos, portanto, a escola como um lugar aberto a questionamentos, tanto de discentes quanto dos docentes, em relação aos mais diversos temas, ainda que não se encontre uma resposta exata. Em especial, defendemos o lugar da História na escola como um campo "privilegiado" para que se estabeleça o compromisso com os mortos, tal como propõe Albuquerque Júnior (2012). Um compromisso que não se dá pela repetição do passado, mas pela possibilidade de repensá-lo no presente. Como afirma o autor:

> A história nos permite atravessar o rio dos tempos, como dizia Jules Michelet; o historiador tem o compromisso com os mortos, de trazê-los novamente à vida para que suas ideias, ações e gestos continuem repercutindo no presente, instaurando um diálogo tenso e diferencial com o tempo e com os vivos que somos. (Albuquerque Júnior, 2012: 30).

Assim, falar de morte no Ensino de História não é um desvio do fazer histórico, mas parte constitutiva de seu sentido ético, político e coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?* In: Márcia de Almeida Gonçalves [et. al.] (orgs). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. (p. 21-39).

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CAMERINO, Luciano Caldas. *Ser sujeito da morte: reflexões filosóficas, vivências e morrências*. São Paulo, SP: Editora Liber Ars, 2020. 206 p.

CASADEI, Eliza Bachega. *Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva*. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 108, p. 153-161, 27 abr. 2010.

CUBAS, Caroline Jaques. *Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História.* Revista História Hoje, v. 11, nº 22, p. 15-32 – 2022.

ESQUINSANI, R. S. S. (2022). *A constituição de um arquivo pessoal na negação da história coletiva.* Revista Diálogo Educacional, 22(75). https://doi.org/10.7213/1981-416X.22.075.DS08

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

NORA, Pierre. *Entre memória e história:* a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993

SILVA, Lucas de Farias. *A morte e o morrer no ensino de História.* 32° Simpósio Nacional de História - ANPUH Nacional 2023.

SOUZA, Táscia. *Aqui (não) jaz: o trágico e os mortos sem sepultura da ditadura civil-militar brasileira.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. 228 p.

Ensino de História, conhecimento histórico e a Genealogia da Diferença: A fragilidade da narrativa do PET/MG na invenção do "Eu" cidadão e do "Outro" social

Marcelo Júnior da Silva Padilha[143]

Resumo: Este trabalho propõe uma análise das articulações discursivas e políticas do ensino de História na rede pública estadual de Minas Gerais (MG) durante o contexto da pandemia de COVID-19. A abordagem teórico-metodológica é qualitativa, ancorada na análise discursiva na perspectiva pós-fundacional. Prioriza-se os materiais do 3º ano do Ensino Médio, visto que foi o último contato desses alunos com o aprendizado de História na rede básica. O estudo visa (1) contextualizar a resposta educacional do Estado de Minas Gerais à crise sanitária; (2) investigar o currículo de História como um território de disputas hegemônicas; (3) analisar o conteúdo e a metodologia do PET, verificando como a desigualdade de acesso à internet exacerbou a desigualdade de oportunidades de aprendizado para estudantes sem recursos digitais; e (4) refletir sobre a necessidade de uma "(re)invenção do ensinar" (Almeida, 2014).

Palavras-Chave: Pandemia; Ensino de História; Currículo; Desigualdade Digital; PET (MG).

Abstract: This paper proposes an analysis of the discursive and political articulations of History teaching in the state public school network of Minas Gerais (MG) during the COVID-19 pandemic. The theoretical–methodological approach is qualitative and grounded in post-foundational discourse analysis. The study focuses primarily on the 12th-grade materials, as this represents students' final contact with History education in basic schooling.

[143] Graduando de Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcelo.padilha@estudante.ufjf.br / marcelojuniorpadilha@gmail.com

The research aims to: (1) contextualize the State of Minas Gerais' educational response to the health crisis; (2) investigate the History curriculum as a site of hegemonic disputes; (3) analyze the content and methodology of the PET, assessing how unequal access to the internet exacerbated disparities in learning opportunities for students lacking digital resources; and (4) reflect on the need for a "(re)invention of teaching" (Almeida, 2014).

Keywords: Pandemic; History Teaching; Curriculum; Digital Inequality; PET (MG).

Introdução

O ano de 2020 ficou marcado na história, sendo a população mundial aterrorizada por um vírus e orientada a não sair de suas casas. Neste ano o mundo enfrentou o novo coronavírus (Sars-Cov-2), no qual, devido ao grande risco de transmissibilidade, diversos países adotaram formas distintas de isolamento social, dentre elas a suspensão da circulação de pessoas, suspensão das atividades não essenciais, *lockdown* e o fechamento das escolas. Essa crise sanitária afetou as mais diversas esferas das atividades desenvolvidas no país – em especial o sistema de educação – vendo-se forçado a suspensão das atividades presenciais e tendo de aderir a uma dinâmica de ensino ainda não pensada para tal necessidade.

De início, acreditava-se o isolamento social seria momentâneo. Entretanto, devido a ampliação do número de infectados e aumento do número de óbitos, as autoridades optaram por desenvolver novas estratégias para tentar reduzir a circulação de pessoas em áreas comuns e prolongar o *lockdown*.

Seguindo tal perspectiva, o sistema educacional deparou-se com um enorme desafio. Como cumprir a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica frente a impossibilidade de perpetuação do ensino presencial. Logo, pode-se perceber o tensionamento do direito à educação em suas diferentes escalas.

Para retomar e manter as atividade educacionais, inúmeras instituições optaram por seguir à Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020b) e à Medida Provisória nº

934, de 1º de abril de 2020 (Brasil, 2020a), aderindo a converter as aulas presenciais por aulas remotas de caráter emergencial, utilizando-se de diferentes estratégias para tal prática.

> [...]O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1o do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino (Brasil, 2020b).

Porém, tal configuração da Educação no Brasil trouxe à tona evidentes problemas que, por muito tempo, foram ignorados ou colocados de lado por grande parte dos agentes envolvidos na área. Cabe ressaltar que, segundo aponta o IBGE, em 2019, cerca de 16% dos domicílios e moradores, por situação do domicílio de todo território nacional, não haviam utilização de internet, ou seja, onze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil casas de todo o território nacional não possuíam internet. Assim, a garantia de um ensino realmente acessível e democrático no país ainda permanece como um objetivo distante – em certos momentos, quase utópico.

O papel do PET na mitigação da evasão e na promoção de uma "avaliação equilibrada"

Já em nível estadual, o fechamento das escolas estaduais em Minas Gerais ocorreu a partir de 20 de março de 2020, o governo do estado determinou a suspensão das aulas por tempo indeterminado. Porém, algum tempo depois, promulgado por meio da resolução nº 4.310/2020 da Secretaria de Estado de Educação (SEE), o intitulado Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), retomou as atividades educacionais de forma emergencial em 18 de maio, tendo como intuito dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem dos aluno da rede (Minas Gerais, 2020d).

Infelizmente, a realidade presenciada pelos estudantes do estado evidenciou-se, em grande parte, distante de um ensino em que houvesse trocas, ajustes estratégicos ou diálogo. Ao passo que as atividades de caráter remoto tiveram seu início, os discentes foram apresentados aos Planos de Estudo Tutorados (PET) e as aulas ocorreriam de forma

padronizada para todo o estado pelo canal de televisão *Rede Minas*. Houve também a formulação de um aplicativo específico, além da utilização das redes sociais e do próprio site da Secretaria, no intuito de integrar as ações propostas.

Ademais, é notório destacar que tal ato ocorreu para uma dinâmica de ensino em caráter emergencial, diferindo da popular modalidade de Educação a Distância, destacando não serem sinônimos. A Educação a Distância já existente e regulamentada no país, possui sua definição no Art. 80 da LDB.

A nova realidade da Educação brasileira escancarou as mazelas que por anos passaram despercebidas (ou relegadas a um plano deliberadamente escanteado) aos olhos da maioria dos envolvidos em sua administração.

O currículo de História como um território de disputas hegemônicas, a tensão entre a formação ampla do Ensino Médio e as demandas reguladoras de avaliações externas

Longe de ser um repositório neutro de fatos e datas, o currículo de História é um espaço político-cultural dinâmico, um verdadeiro território onde se travam disputas pela hegemonia de certas visões de mundo e lutas político-identitárias (Velasco, 2018). Ele não reflete passivamente o passado, mas o constrói ativamente, problematizando memórias, questionando saberes e, consequentemente, colocando em conflito algumas identidades.

Entretanto, há uma tensão inerente que define o ensino de História no Ensino Médio brasileiro: de um lado, estão os objetivos formativos amplos, que visam o desenvolvimento integral do estudante, de outro lado, há pressões reguladoras e homogeneizadoras exercidas por avaliações externas de larga escala, como por exemplo, o foco que o PET apresenta para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Outro fato que não pode ser deixado de lado, é a percepção do contexto político nacional e estadual nesse momento, onde é possível supor a tangência e/ou influência do governo executivo presente no período, Jair Messias Bolsonaro ocupava a cadeira do Governo Federal e a cargo do Governo Estadual de Minas Gerais estava Romeu Zema, ambos pertencentes a

partidos de direita. Assim, cabe-se pensar quais foram suas influências, tendo em vista seus discursos de desvalorização da educação e professores, para o desenvolvimento educacional nesse contexto.

Essas disputas revelam que o currículo é um instrumento central na construção da identidade e da memória nacional (Gabriel; Costa, 2011, apud Velasco, 2018). É por isso que ele se torna um espaço fundamental para reivindicações políticas e sociais que buscam redefinir quem somos e como contamos nossa própria história. Essa luta por representação encontra, no entanto, uma barreira complexa na estrutura do Ensino Médio, que se vê cada vez mais pressionado por objetivos pragmáticos.

Oficialmente, o Ensino Médio brasileiro possui finalidades abrangentes e humanísticas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), seus objetivos são o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Alves, 2009). Essa visão formativa é reforçada por teóricos da educação, que defendem a necessidade de formar a personalidade integral do adolescente (Bittencourt, 2008).

Na prática, contudo, a centralidade do ENEM como porta de entrada para o ensino superior e como indicador de qualidade escolar cria uma realidade distinta, modelada por demandas mais pragmáticas e mensuráveis. Essa pressão leva a um fenômeno conhecido como estreitamento de currículo. Como o ENEM é um exame de alta recompensa, as escolas sentem-se pressionadas a priorizar os conteúdos e as habilidades que são explicitamente testados, deixando de lado uma formação histórica mais abrangente e crítica (Travitzki, 2013).

O ENEM transcende sua função de mera avaliação. Ele opera como uma potente política curricular que regula, padroniza e, em última análise, hegemoniza o conhecimento escolar considerado válido (Ramos, 2014, apud Velasco, 2018). Ao funcionar como política curricular, o exame produz configurações narrativas que tanto podem desestabilizar narrativas tradicionais quanto reativar narrativas sedimentadas sobre o passado (Velasco, 2018). Um

estudo de caso desse efeito regulador pode ser encontrado nos Planos de Estudo Tutorado (PET). A estrutura desses materiais revela um currículo moldado para atender às exigências de avaliações externas: o conteúdo é organizado em torno das habilidades específicas das matrizes de referência e, frequentemente, a culminância das atividades se dá na seção "ATIVIDADES", que propõe questões de múltipla escolha, espelhando o formato do exame nacional e questões de mera memorização de dados e datas (Pet-mg, vol. 1-7, 2020c).

Logo, para produzir um material com tal abrangência, voltado, em certa medida, para preparação dos estudantes que realizarão a prova do ENEM, é uma produção que deve ser realizada com cautela e atenção. Não se deve deixar os objetivos do ensino de História à deriva, visto que estes encontram-se nas bases do currículo nacional. Outrossim, assumir tal compromisso implica em seguir por um território delicado, sensível e em disputa, como já mencionado. Portanto, ao propor tais atribuições ao PET, espera-se que o material cumpra com suas propostas e objetivos, mas, infelizmente, não é o que se pode constatar ao analisá-lo.

O currículo de História é, inegavelmente, um território contestado, uma arena onde diferentes projetos de sociedade, memória e identidade se confrontam. A tensão entre os objetivos educacionais amplos, que visam a formação de um cidadão por meio das tensões da memória, e o poder regulador de avaliações externas como o ENEM representa um dos desafios mais significativos para o ensino de História na atualidade.

Fica claro que exames como o ENEM não são instrumentos neutros de aferição. Eles são agentes ativos na guerra de narrativas. Ao produzirem configurações narrativas específicas, eles hegemonizam certos significados históricos, moldando o que é ensinado, como é ensinado e, fundamentalmente, o que é valorizado como conhecimento legítimo. Com isso, atuam diretamente na definição das fronteiras hegemônicas em torno do que se define como conhecimento histórico escolar legítimo (Velasco, 2018), estreitando, muitas vezes, as possibilidades de uma educação histórica mais rica, plural e transformadora.

O Plano de Estudo Tutorado (PET) e a Exacerbação da Desigualdade Digital na Educação Mineira

O Plano de Estudo Tutorado (PET) foi uma das respostas institucionais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais à crise, ocasionando a necessidade de um ensino remoto emergencial. Concebido como uma ferramenta de alcance universal, o PET visava garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem para todos os estudantes da rede pública estadual. Contudo, a análise de sua estrutura metodológica revela uma profunda dissonância entre a proposta de uma ferramenta educacional para todos e a realidade de uma sociedade marcada por profundas desigualdades, especialmente no que tange ao acesso digital.

Quando pensados, os mecanismos de ensino adotados pela SEE de Minas Gerais, apresentavam-se enquanto ideais para manutenção do ensino em caráter emergencial para aquele momento. Porém, sua elaboração aparentou-se destinada ao aluno visto como o "eu" cidadão, ou seja, aluno que de alguma forma teria acesso aos materiais disponíveis para consulta que o plano de estudos indicava, e que também conseguiria acessar os links disponíveis nas indicações dos materiais complementares.

Todavia, a realidade dos domicílios mineiros naquele momento se encontrava distante desse horizonte, na perspectiva de que aproximadamente apenas 30% dos municípios mineiros possuíam acesso ao canal de televisão *Rede Minas* (Lima; Ramos; Oliveira, 2022), canal esse onde as aulas seriam ofertadas. Além disso, aproximadamente um milhão, cento e cinquenta mil domicílios em Minas Gerais, 15% das residências de todo o estado, não possuíam internet, conforme apresentado pelo IBGE no censo de 2019. Portanto, a realidade presenciada e vigente em Minas Gerais no contexto pandêmico de 2020, encontrou-se de forma extremamente distante daquela idealizada pela SEE-MG para tal atividade. Dessa forma, pode-se perceber o "outro" social e seus desafios para que seja óbito uma educação igualitária no estado nesse contexto.

Logo, a concepção do PET ao pressupor e depender de recursos digitais externos para a plena compreensão de seus conteúdos, inadvertidamente criou barreiras de aprendizagem

intransponíveis para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em vez de mitigar os efeitos da crise, essa metodologia acabou por exacerbar desigualdades preexistentes, transformando a exclusão digital em exclusão educacional.

A análise do panorama da inclusão digital em uma determinada população é um pré-requisito estratégico para avaliar a equidade de qualquer política educacional que se baseie em tecnologia. Ignorar as condições materiais de acesso dos estudantes significa correr o risco de desenhar intervenções que, em vez de mitigarem, acentuam as desigualdades existentes.

Essa constatação revela uma dissonância fundamental: a proposta do PET, que rotineiramente incentivava a consulta a links externos para aprofundamento dos conteúdos, colidia frontalmente com a realidade da exclusão digital de uma parcela significativa dos estudantes mineiros. Essa contradição nos leva a formular questões cruciais para a avaliação da política: *Quem, de fato, foi preparado por este material em sua totalidade? Houve o mesmo preparo para o aluno que não possuía acesso à internet?*

A lógica subjacente ao material didático parece fundamentar-se na premissa de um sujeito multiplicado, disseminado e descentrado, característico da era digital, que navega por redes de informação de forma ágil e autônoma (Santaella, 2007). Contudo, essa premissa idealizada choca-se violentamente com as barreiras materiais dos estudantes sem conexão. Ao presumir um aluno universalmente conectado, a política ignora a concretude da desigualdade, tratando-a não como um obstáculo a ser superado, mas como uma invisibilidade a ser ignorada.

A consequência direta dessa dissonância teórica e material foi a criação de duas experiências de aprendizado distintas e desiguais, segmentadas pela linha da conectividade. A seguir, analisaremos como a metodologia e o conteúdo do PET materializaram e operacionalizaram essa divisão, transformando uma ferramenta de continuidade educacional em um vetor de estratificação.

O Plano de Estudo Tutorado (PET) pode ser compreendido simultaneamente como uma política curricular e como um material didático de larga escala. Como política curricular, ele legitima e hegemoniza certos saberes e memórias, fixando discursos em detrimento de outros (Velasco, 2018). Como material didático, ele opera como um instrumento que seleciona, organiza e formata os conteúdos escolares, mediando o processo de ensino-aprendizagem (Bittencourt, 2008). Nessa dupla condição, o PET não apenas transmitiu informações, mas também modelou uma metodologia de estudo específica, cujas implicações para a equidade educacional merecem um exame detalhado.

A análise dos volumes do PET revela uma estrutura pedagógica consistente, que combinava um texto-base impresso com um robusto ecossistema de referências digitais. Em diversas disciplinas, seções como "PARA SABER MAIS" direcionavam os alunos para recursos externos, majoritariamente online. O volume 2, por exemplo, ao abordar a Crise de 1929, sugeria três links para vídeos na plataforma YouTube, incluindo um documentário de 50 minutos (Pet-mg), vol. 2, 2020c). Da mesma forma, o volume 5, ao tratar de conflitos étnicos, indicava um artigo no portal Brasil Escola e um vídeo no YouTube para aprofundamento (Pet-mg, vol. 5, 2020c).

Esses links não eram meramente suplementares, mas intrínsecos à proposta de aprofundamento temático. O próprio material incentivava essa prática, como se lê no volume 2: "lembre-se que as pesquisas e consultas são permitidas e bem vindas para que você realize com sucesso as atividades" (Pet-mg, vol. 2, 2020c). Essa orientação deixa claro que a pesquisa online era vista como parte integral do processo de aprendizagem. O impacto dessa estrutura foi, inevitavelmente, desigual. Para o aluno conectado, a seção "PARA SABER MAIS" representava uma expansão do conteúdo, oferecendo múltiplas linguagens (textual, audiovisual) e perspectivas sobre o tema. Para o aluno offline, o aprendizado ficava restrito ao texto impresso – muitas vezes um resumo superficial –, resultando em uma versão empobrecida e incompleta do currículo proposto.

A natureza das atividades propostas nos volumes do PET frequentemente pressupunha a consulta aos materiais online sugeridos, tornando o acesso à internet um fator determinante para o sucesso na tarefa. Essa metodologia se alinha à lógica cibercultural, que concebe o saber de forma multidirecional e em rede, rompendo com a linearidade da transmissão de conhecimento. No entanto, o fracasso da política foi duplo. Primeiramente, ao criar um modelo tecnologicamente dependente que excluía uma parcela significativa de seu público. Em segundo lugar, e de forma mais profunda, a política revelou uma notável falta de imaginação pedagógica, pois não compreendeu que os princípios centrais dessa mesma lógica – liberação da palavra, interatividade, conhecimento em rede – poderiam ter sido implementados por meio de métodos offline, colaborativos e dialógicos, visto que podem ser exercitados sem que "seja preciso sempre 'inventar a roda', bastando verificar que muito do que se pensa ser novo já foi experimentado muitas outras vezes" (Bittencourt, 2008: 229).

Sob a ótica da qualidade da aprendizagem, a reflexão de Jorge Larrosa Bondía (2002) lança luz sobre como o design do PET falhou em promover uma aprendizagem significativa em ambos os cenários, ainda que por razões distintas. Para o aluno com acesso, a multiplicidade de estímulos – textos, vídeos, hiperlinks – corria o risco de se converter em uma sucessão de choques e estímulos fugazes, impedindo a constituição de uma experiência de aprendizado profunda e conectada, que demanda tempo, silêncio e reflexão. Em contraste, para o aluno sem internet, a atividade era uma tarefa limitada a um currículo tão estéril e fragmentado que impossibilitava a própria emergência de qualquer experiência rica. Assim, a estrutura do PET gerou barreiras à aprendizagem em ambos os polos: de um lado, a superficialidade causada pelo excesso de informação; de outro, o empobrecimento gerado pela sua ausência programada.

A arquitetura informacional do Plano de Estudo Tutorado – ao combinar um núcleo de conteúdo impresso com um vasto ecossistema de referências digitais – funcionou, na prática, como um mecanismo de aprofundamento da desigualdade educacional. A proposta curricular não era a mesma para todos, pois sua fruição integral estava condicionada ao acesso à

internet. A tabela abaixo sintetiza as duas realidades de aprendizagem criadas pela metodologia do PET.

Tabela 1 – Síntese das experiências de aprendizagem no PET

Característica Metodológica do PET	**Experiência do Aluno Conectado:** **“Eu” cidadão**	**Experiência do Aluno Desconectado:** **“Outro” social**
Seção "PARA SABER MAIS"	Acesso a múltiplos formatos (vídeos, textos, filmes), permitindo aprofundamento e diversificação do conhecimento.	Acesso nulo. O aprendizado fica restrito ao resumo apresentado no material impresso.
Incentivo à Pesquisa	Capacidade de realizar as consultas sugeridas, desenvolvendo habilidades de pesquisa online e complementando informações.	Incapacidade de seguir as orientações, gerando frustração e uma compreensão superficial do conteúdo.
Conteúdos Multimídia	Visualização de documentários e videoaulas (e.g., sobre a Crise de 1929), o que enriquece a compreensão de temas complexos.	Perda total do conteúdo audiovisual, que é central na cultura digital juvenil e um importante recurso pedagógico.
Resultado Pedagógico	Cumprimento integral da proposta curricular, com potencial para uma aprendizagem mais dinâmica e multifacetada.	Acesso a um currículo fragmentado e empobrecido, resultando em uma defasagem de

		aprendizado programada pela própria ferramenta.

Fonte: Elaborada pelo autor.

As falhas estruturais do PET, portanto, não foram um efeito colateral, mas uma consequência direta de seu design. Ao não oferecer alternativas offline robustas para os conteúdos digitais, a política não apenas falhou em promover a equidade, mas ativamente produziu desigualdade.

O Plano de Estudo Tutorado, embora concebido como uma solução emergencial, foi estruturado sobre a premissa de um acesso digital que não correspondia à realidade de uma parcela significativa dos estudantes de Minas Gerais. A análise de sua concepção metodológica demonstrou que a dependência de recursos online transformou a desigualdade de acesso em uma flagrante desigualdade de oportunidades de aprendizado, validando a hipótese central deste capítulo.

Contudo, a análise do PET revela mais do que uma política pública falha; ele se apresenta como um sintoma contundente de uma tendência mais ampla e problemática na formulação de políticas educacionais: a adoção acrítica da tecnologia como panaceia para desafios sociais complexos. O caso mineiro exemplifica como tais políticas, quando cegas às condições materiais de seu público, não apenas falham em remediar as desigualdades, mas ativamente as reproduzem e aprofundam, solidificando a estratificação social sob um verniz de modernização. A lição fundamental que emerge do PET não é, portanto, sobre tecnologia, mas sobre justiça. Políticas educacionais eficazes e equitativas não podem ser construídas sobre o ideal do "sujeito multiplicado" da era digital, mas devem ser fundamentadas na realidade concreta e nas necessidades dos estudantes mais vulneráveis que, supostamente, visam servir.

Conclusão: A Reinvenção do Ensinar História na Cibercultura Pós-Pandêmica

A aceleração da digitalização, impulsionada pelo cenário pós-pandêmico, impõe ao campo da História uma tarefa que transcende a mera adaptação tecnológica. Estamos diante da urgência de uma profunda (re)invenção do ensinar (Almeida, 2014), um redesenho do papel docente que responda aos desafios da cibercultura. A lógica deste novo ambiente, marcada por uma abundância informacional sem precedentes e pelo risco do solucionismo digital, torna definitivamente obsoleta a visão do professor como um mero transmissor de conteúdo.

A crise educacional que a pandemia evidenciou não será resolvida com soluções tecnológicas superficiais. A abordagem de simplesmente indicar links de sites que explicam o conteúdo e propor exercícios representa uma capitulação ao que Evgeny Morozov, citado por Ian Marino (2022), define como solucionismo digital: a crença de que situações sociais complexas podem ser resolvidas por soluções técnicas bem definidas, ignorando as causas profundas dos problemas.

Esta prática esvazia o papel do educador e subestima a complexidade do processo de aprendizagem, pois, como afirma Morozov, o solucionismo mais presume do que investiga os problemas que tenta resolver. O verdadeiro desafio na era digital não é encontrar informação – ela é onipresente –, mas desenvolver a competência para avaliá-la, dar-lhe sentido e, a partir dela, construir conhecimento.

Portanto, a superação desta crise exige não a otimização da entrega de informações, mas a redefinição do papel do professor na jornada de aprendizagem do aluno.

Na cibercultura, o papel do professor de História desloca-se da transmissão de informações para um agente ativo na proposição e desenvolvimento de experiências de aprendizagem significativas e transformadoras. Esta nova identidade docente pode ser compreendida através de três facetas complementares: o nutricionista, o provocador e o guia.

Baseando-se na poderosa metáfora de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016), o professor atua como um nutricionista que seleciona um "regime alimentar" histórico. Essa seleção está longe de ser neutra; é uma decisão ética e política que abrange todo o aparato discursivo e conceitual da aula. A escolha de "conteúdos históricos, temas, problemas, conceitos, enunciados, argumentos, deve visar produzir determinados efeitos nas mentes, nas subjetividades de quem ensinamos" (Albuquerque Júnior, 2016: 35).

O objetivo é oferecer uma "alimentação histórica" balanceada, que pode incluir temas "intragáveis, mais amargos", como os traumas do racismo ou a violência dos fascismos. A finalidade não é apenas informar, mas combater a "boçal ignorância e insensibilidade" e cultivar a empatia, permitindo que os alunos compreendam e se solidarizem com as dores alheias. No qual, por muitas vezes “a aula de História deve ser o exercício de chamar o aluno a sair de seu tempo e ir ao encontro a outras temporalidades” (Albuquerque Júnior, 2016: 28).

Outrossim, o objetivo de uma aprendizagem histórica radical é provocar o que Rafael Saddi (2016) conceitua como o "Estado de Suspensão". Este não é um processo gradual ou cumulativo de aquisição de saber, mas um momento de ruptura abrupta e sublime. Trata-se do instante em que a força interpeladora de um conhecimento abala as certezas do aluno e suspende os sentidos anteriormente vigentes.

Este estado representa uma transformação radical, pois, como define Saddi, "não se trata de acúmulo de conhecimento e de sentido. Mas, efetivamente, de transformação radical" (Saddi, 2016: 121-122). A função do professor, nesse contexto, é criar as condições pedagógicas e estéticas para que esse arrebatamento, que atinge o "âmago do indivíduo", possa ocorrer, elevando o ensino para muito além da simples aquisição de conceitos e informações.

Finalmente, o professor atua como um guia que auxilia o aluno a transitar do conhecimento objetivo para o que se define em "Notas sobre a experiência..." como o "saber de experiência" (Bondía, 2002). Se o conhecimento científico visa à verdade universal das coisas, o saber de experiência busca o sentido ou do sem-sentido do que nos acontece.

É aqui que o ensino de História se conecta profundamente com a vida. Ao abordar temas sensíveis como migrações, racismo ou xenofobia, o professor cria um espaço onde o conhecimento histórico se encontra com a identidade e a existência dos estudantes. É neste encontro com a alteridade e o trauma que o conhecimento se torna saber e transforma a percepção de vida.

Unindo as facetas de nutricionista, provocador e guia, o professor não entrega um passado pronto, mas orquestra encontros significativos com ele, visando à transformação do presente.

Em última análise, a reinvenção do ensinar História na era digital é uma mudança de propósito. O objetivo final transcende o domínio de conteúdos e se concentra no desenvolvimento da consciência histórica, conceito fundamental de Jörn Rüsen (2010).

A consciência histórica é a competência que permite aos sujeitos não apenas conhecer o passado, mas interpretar a temporalidade para orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. Trata-se de formar cidadãos capazes de dar sentido à sua própria existência e de atuar no mundo de forma crítica, ética e empática. Essa é a responsabilidade do ensino de História, especialmente em tempos sombrios, como nos adverte Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

> Os fascismos estão nas ruas, o fascismo sorri com seus dentes ávidos de sangue em cada recanto do país. É preciso que o ensino da História atue no sentido de mostrar que o fascismo não foi apenas um regime localizado em certo país e tempo, mas um anacronismo que não deixa de nos obsedar, está a nossa volta, ele é um regime que deglutimos e que muitos excretam todos os dias, em cada uma de suas relações, em cada uma de suas palavras. (Albuquerque Júnior, 2016: 40-41).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Regimes de Historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de história. *In:* Carmem Teresa Gabriel; Ana Maria

Monteiro: Marcus Leonardo Bomfim Martins. (Org.). **Narrativas do Rio de Janeiro**: nas aulas de história. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 21-42.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento. **Revista História Hoje** , v. 3, p. 325-339, 2014.

ALVES, Paulo Afonso da Cunha. **ENEM como política pública de avaliação**. 2009. 102f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020c.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020b.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 24 nov. 2025.

GABRIEL, Carmen Teresa. Processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de História: tensões e perspectivas. **Educação Básica Revista,** v.3, p. 5-36, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**"PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua"**. Portal Eletrônico do IBGE [2019]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=30362&t=resultados. Acesso em: 24 nov. 2025.

LIMA, Carla da Conceição de. RAMOS, Maria Elizabete Neves. OLIVEIRA, André Luiz Regis de. Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de Covid-19: o REANP em Minas Gerais. **Educar em Revista** *[en linea]*. 2022.

MARINO, Ian Kisil.Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica. *In:* NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil (Org.). **Caminhos da história digital no Brasil.** Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de Estudo Tutorado (PET)**. Volumes 1 a 7, 2020c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Publicações do Reanp**. Belo Horizonte: SEE, 2020d. Disponível em: https://sindespemg.com.br/reanp-regime-especial-de-atividades-nao-presenciais/. Acesso em: 23 nov. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020**. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Belo Horizonte: SEE, 2020e. Disponível em: https://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/index.php/9-noticias/156-resolucao-see-n-4-310-2020 Acesso em: 23 nov. 2025.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e122334, 2023. Disponível em: http://orcid.org/0000-0002-2280-1920. Acesso em: 23 maio 2024.

Plano De Estudo Tutorado 2020. **Portal Geographia,** 4 maio 2023. Disponível em: https://geographia.com.br/plano-de-estudo-tutorado-2020/. Acesso em: 8 maio 2025.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. 1ª edição. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SADDI, Rafael. O Estado de Suspensão na aprendizagem histórica: a força estética do conhecimento histórico na instauração de um momento sublime de consciência histórica. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 5, n. 9, p. 113-130, 2016.

SANTAELLA, Lucia. Potenciais e desafios para a comunicação e inovação. **Comunicação & Inovação**, *[S. l.]*, v. 8, n. 14, 2007.

SANTOS, Edméa. Educação Online para além da EAD: Um fenômeno da Cibercultura, UERJ. *In:* **Ata do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**, Braga, Universidade do Minho, ISBN-978-972-8746-71-1, 2009.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do "ensino" remoto. **Universidade e sociedade:** projeto da Andes-Sindicato Nacional. Brasília, DF. v. 31, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade. Acesso em: 23 nov. 2025.

TRAVITZKI, R. **ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VELASCO, D. B. **Narrativas de História do Brasil no ENEM: Disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Ensino de História apesar da violência: o caso palestino

Lavínia Renata de Oliveira Turqueti [144]
Maria Beatriz de S Thiago Ragon[145]

Resumo: O ensino de História para além do compromisso "com as vidas de cada estudante/singularidade que vive no acontecer da aula de História" (Pacievitch, et Al. 2023: 90), possui uma responsabilidade ética singular diante de vivências marcadas por violências e genocídios, como o que assola o povo palestino. Para além de nomear tais crimes como genocídio, a aula de História pode, também, ser um espaço para ressignificar essas experiências. Diante disso, este trabalho busca problematizar os limites e possibilidades do ensino de História diante de experiências de violência extrema, tomando o atual contexto palestino como estudo de caso. Para que possamos aprender sobre/com o "outro" para além das caricaturas que lhes foram feitas por seu "carrasco".
Palavras-chave: ensino de História; Palestina; Genocídio; Narrativa.

Abstract: Teaching History beyond the commitment "to the lives of each student/individuality thar lives in the history class" (Pacievitch, et Al; 2023: 90. Translated by the authors) has a unique ethical responsability in the face of experiences marked by violence and genocide, such as that which afflicts the palestinian people. In order to address the limits and possibilities of teaching history in the face of experiences of extreme violence, this paper takes the current Palestinian context as a case study. So that we can learn about/with the "other" beyond the caricatures made of them by their "executioner".
Keywords: History teaching; Palestine; Genocide; Narrative.

[144] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - campus Juiz de Fora. E-mail: laviniarenata10@gmail.com.
[145] Professora de História (SEE/MG) e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: profmaria.ragon@gmail.com

Introdução

> [Quem] são essas vítimas, as perfeitas, as únicas que caberia defender da violência genocida?
> - Mohammed El-Kurd

Ensinar História é apenas narrar o passado? Apostamos que não. Ensinar implica uma intervenção no mundo, pois toda prática de ensino carrega, de forma explícita ou não, uma leitura moral da realidade (Pereira, 2021). Somos, conscientemente ou não, atravessados por nossas paixões, afetos, crenças e convicções que orientam e, muitas vezes, disciplinam a maneira com a qual enxergamos o tempo, o outro e a nós mesmos. Por consequência, esses impulsos ordenam como pensamos a aula de História, em seus múltiplos enquadramentos narrativos e silêncios. Defendemos que ensinar História diz, impreterivelmente, de um ato político, de um posicionamento nos antagonismos e da participação nas disputas por hegemonia e produção de determinadas formas de relação com o mundo (Mouffe, 2021). Diante desse cenário, não se trata apenas de *o que* se ensina, mas *como* e *com quais afetos* se ensinar. Afinal, quais sentidos o ensino de História vem narrativamente produzindo sobre/para o *genocídio*?

O objetivo desse texto é tensionar a maneira como o conceito de *genocídio* é produzido e subjetivado no ensino de História. Partimos do entendimento que narrar e nomear acontecimentos históricos não constitui um gesto neutro ou meramente descritivo, mas uma operação política que organiza os modos de relação com passados (presentes). Dialogando com a epígrafe, interpelamos a pergunta incômoda que atravessa esse trabalho: quem são as vítimas legítimas de *genocídi*o e quais vidas são reconhecidas como dignas de defesa, luto e memória?

Nesse sentido, a forma como o conceito de genocídio é enquadrado em aulas de História, diz também de quais existências são apreendidas como dignas de serem choradas ou mesmo de serem vividas. Para Butler (2015), algumas vidas não são perdidas porque sequer foram apreendidas como vivas. Ou seja, a precariedade diferencial atribuída à algumas

vivências evidencia não apenas quem tem permissão para viver e quem é deixado para morrer, mas também quem é autorizado a permanecer vivo no campo da memória e do conhecimento histórico escolar e quem, ao contrário, é condenado ao apagamento material e epistemológico. Nesse sentido, o caso palestino tem se mostrado bastante emblemático para essa discussão, pois a "vitimidade absoluta dos judeus tem sido usada também como arma retórica para privar os palestinos da denúncia legitima da violência que sofrem sob o domínio israelense" (Kurd, 2025: 11). Essa adequação a condição de vítimas absolutas e "perfeitas" em muito se relacionam com a produção etimológica do conceito de *genocídio*.

Diante disso, reiteramos que em nenhum momento trata-se de comparar ou hierarquizar violências em busca da "maior" ou "mais brutal". O objetivo é questionar a razão pela qual a violação de certas vidas é considerada uma atrocidade, enquanto a de outras é reduzida a um mero percalço da história. Nesse contexto, entendemos como urgente debater o "paradoxo da vitimidade" do povo palestino. Conforme aponta Kurd (2025), a condição para que o palestino seja visto como uma vítima legítima parece ser a sua passividade diante da própria aniquilação:

> apesar do ultrajante apagamento de sua história, da supressão de suas reivindicações, do deliberado programa de limpeza étnica a que israel lhe submete, só é digno de ser considerado vítima legítima com condição de que se entregue para à sua própria extinção. [...] Seus gritos angustiados devem existir fora da história e da política, seus ferimentos são exibidos sem um culpado.[...] Se eles advogam em causa própria, devem narrar apenas suas tragédias pessoais. Nem ideologias políticas, nem ambições nacionalistas devem incentivar sua campanha. É preciso permanecer individualista, nunca em defesa de uma causa coletiva e jamais por meio de uma organização coletiva. (Kurd, 2025: 12 - 36)

Sob essa perspectiva, Said (2011) define o conflito no território palestino como "o confronto entre uma afirmação e uma negação" (p. 53). Essa dinâmica baseia-se na tentativa do sionismo de criar uma nova realidade na Palestina, fundamentada na premissa de que a terra estaria vazia ou de que seus habitantes originais não importavam. Tal desimportância é sustentada por uma enorme pressão ideológica, que aqui chamaremos de "orientalismo"

(Said, 2011), pela qual o Ocidente tende a associar os palestinos a representações negativas do árabe e do Islã, frequentemente reduzindo-os à figura do terrorista.

Essa visão cristalizou-se, primeiramente, na Declaração Balfour (1917), o primeiro documento no qual uma potência respalda "o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina" (Knell, 2017). Ao sugerir que a sociedade árabe local deveria ser dissolvida para dar lugar a um Estado judeu, o governo britânico promoveu a legitimação de uma intervenção colonial explícita na região e impulsionou o movimento sionista. Segundo Said (2011), tal ato demonstra que

> a declaração foi feita: (a) por uma potência europeia; (b) sobre um território não europeu; (c) em completo desrespeito tanto à presença quanto aos desejos da maioria nativa que residia nesse território; e (d) na forma de uma promessa desse mesmo território a um grupo estrangeiro, de modo que este poderia, de modo bastante literal, transformar esse território numa pátria para o povo judeu (2011: 59)

Depreende-se, portanto, que antes do plano de partilha da ONU em 1947, o território palestino já se configurava como palco de intensas disputas marcadas pela negação da soberania nativa em favor de projetos externos. Entretanto, é fundamental compreender que esse território não se limita a um vácuo de soberania ou a um mero objeto de expropriação; ele se constitui como um espaço pulsante de resistência e de produção de múltiplas subjetividades que desafiam a lógica do apagamento. A Palestina, longe de ser um território passivo, é o lugar onde a vida se afirma através da memória e da criação, transformando a experiência da opressão em uma reafirmação constante da existência.

Esse apagamento sistematizado, porém, reverbera na maneira com que o ensino de História, que ainda insiste em perpetuar uma tradição quadripartite eurocentrada, organiza o tempo e o espaço. É paradoxal que, ao tentar explicar a gênese da civilização ocidental, o currículo escolar recorra à criação e ao estabelecimento das três grandes religiões abrâamicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), todas originárias em solo palestino, mas faça o território desaparecer nas narrativas tecidas em sala de aula.

É quase impossível narrar temas canônicos do ensino de História, como Império Romano, Cruzadas e Expansão Marítima e Comercial por exemplo, sem esbarrar na história dessas religiões. Ainda assim, a Palestina desaparece. Às vezes, é apenas evocada como

berço teológico ou cenário bíblico, mas é sistematicamente silenciada enquanto espaço geográfico habitado, político e dotado de uma historicidade própria. E, nesse sentido, reproduzimos essa lógica colonial denunciada por Said (2011), em que o território palestino é visível apenas como palco de projeções alheias, enquanto a existência contínua e a agência dos sujeitos que ali vivem são convertidas em ausência.

Diante desse cenário de silenciamento sistemático e de apropriação indébita do território palestino por narrativas hegemônicas, qual seria o papel do ensino de História? Não é, apenas, sobre "incluir" o tema, mas questionar as estruturas que tentam inviabilizá-lo. Como nós, professoras de História, podemos refigurar essa narrativa para romper com a barreira da indiferença e "atribuir racionalidade histórica crítica ao sofrimento e demais experiências sensíveis" (Martins; Barbosa; Gabriel, 2020: 166)? Se assumirmos que o ensino de História possui um compromisso inegociável com o *educar para o nunca mais*, isso exige "refigurar a narrativa pretérita, como também dar voz a indivíduos que até então não se identificavam com ela" (Martin, 2024: 41). A forma como narramos pode subverter essa lógica de subjetivação dos palestinos, atribuindo vida e deslocando-os de uma visão puramente vinculada à violência ou vitimização passiva, para a posição de agentes históricos.

O objetivo, portanto, é subverter um dispositivo da banalidade que naturaliza a violência contra certos corpos e que, cotidianamente, "produz e reproduz olhares, leituras e relações na sociedade em geral" e criar mecanismos para que a aula de História seja um "refúgio para o pensamento ao abrir espaço 'entre' o passado e o futuro" (Pacievitch, Pereira, 2021: 1). É pensar a aula de História como possibilidade de sensibilização e aproximação do Outro. Assim, a aprendizagem histórica apresenta-se como um exercício de sensibilização e de reconhecimento radical da humanidade do Outro. Nessa lógica, ensinar História deixa de ser uma custódia do tempo pretérito para se tornar uma escuta ativa das urgências do tempo presente, articulando a memória traumática com a esperança de novas temporalidades. Diante da necessidade de nomear as violências para que elas não se perpetuem como destino manifesto, como o conceito de *genocídio*, pensando o caso palestino, pode influir sobre possibilidades de imaginação de futuros outros?

Sobre a importância de lutar pela palavra *genocídio*

Quem decide o *que é* ou *não é genocídio* e com base em que essa decisão é tomada? Em um primeiro momento, podemos recorrer ao Direito Internacional amparado em aparatos jurídicos que legitimam e, em certa medida, identificam um *genocídio* pretérito ou em curso. Sendo assim, de modo burocrático, essa decisão é tomada com base no Artigo II, da Resolução 230 da ONU (ver Anexo 1), institucionalizado durante a Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948). Essa palavra pode ser entendida, portanto, como uma herança do Direito Internacional que, na tentativa de estabelecer um fechamento de sentido que possibilitasse a responsabilização do Estado Nazista pelos horrores cometidos, apropriou-se do termo de Rafael Lemkin e gerou um vasto campo de estudos (Sémelin, 2009).

Anexo 1: Descrição dos artigos jurídicos que regulam o crime de genocídio.

Convenção sobre a prevenção e a repressão do crime de genocídio.
Resolução 230 da ONU, de 9 de dezembro de 1948

Artigo II
Compreende-se haver genocídio em qualquer dos atos infracitados cometido com intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal:
a) morte de membros do grupo;
b) ataques graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
c) submissão intencional do grupo a condições de existência que acarretem sua destruição física total ou parcial;
d) medidas visando dificultar os nascimentos no seio do grupo; e) transferências forçadas de crianças do grupo para um outro grupo.

Artigo III
Serão punidos os seguintes atos:
a) o genocídio;
b) o acordo visando o empreendimento de genocídio;
c) a incitação direta e pública para se cometer o genocídio;
d) a tentativa de genocídio;
e) a cumplicidade em genocídio.

Fonte: Sémelin, 2009.

No dia 20 de outubro de 2025, a Organização das Nações Unidas emitiu um documento (United Nations, 2025) que entende o crime em curso em Gaza como um *genocídio*, um reconhecimento importante pautado nas ações que se enquadram naquelas definidas pela Convenção de 1948. Não obstante, inserimo-nos em uma postura teórica-epistemológica pós-fundacional que entende a significação do conceito de *genocídio* como uma disputa política. A nomeação jurídica participa, consequentemente, da luta hegemônica pelo preenchimento de um significante. Por isso, a permanência inalterada da definição construída em 1948 (Flauzina, 2014) reitera a marca das relações de poder daquele contexto e suscita problematizações em outras instâncias, dado que a palavra genocídio exerce um papel simbólico e prático que choca imaginações e incita mobilizações que favoreçam as vítimas (Sémelin, 2009). Desse modo, a pergunta que inicia este breve texto se torna mais complexa, afinal, "em que medida seria legítimo adotar uma norma jurídica internacional, resultante de um compromisso político entre Estado, como base de pesquisa em História (...)?" (Sémelin, 2009: 442).

Este trabalho não intenciona desqualificar ou negar a importância do Direito Internacional, mas se inscrever nas teorizações pós-fundacionais, com o objetivo de "enfrentar os efeitos teórico-políticos do reconhecimento do papel crucial da contingência nas lutas pela significação do social" (Gabriel, 2019: 144). Nesse sentido, a palavra *genocídio* extrapola a definição legal em seus usos históricos, sociais e políticos, circula e ecoa pelas variadas esferas da sociedade, justifique-se ou não. Isso se dá pela sua capacidade de organização das formas de conhecer o mundo, o que permanece dentro (ou é expelido) da *cadeia/lógica de equivalência* que reconhece *o que é/não é genocídio* não se restringe ao nível das palavras, mas se consubstancia pela via discursiva.

Dessa forma, como dito por Jorge Larrosa (2002), apostamos que "nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexiva ou como experiência dotada de sentido" (Larrosa, 2002: 21) possibilita compreender as palavras para além de uma questão puramente terminológica. O uso do conceito de *genocídio* exerce um importante papel na organização social e, com isso, na

forma que contamos histórias e, portanto, humanizamo-nos (Pacievitch, Gil, Seffner, Pereira, 2019). Diante disso, como o ensino de História pode se mobilizar diante dessas demandas do presente? Quais histórias nós, professores e professoras de História (em formação) narramos? Por quê?

Nesse sentido, retomamos o termo "vidas precárias", utilizado por Judith Butler (2025), para reafirmar que a condição compartilhada de precariedade, uma vez que a manutenção da própria sobrevivência depende do outro, não gera um conhecimento recíproco, mas uma exploração daquelas consideradas "mais precárias". A partir da postura pós-fundacional que adotamos, o discurso constrói a realidade diante da materialidade, por isso, a forma que usamos para nomear o empreendimento de morte sistemático direcionado a população palestina importa. Negar o reconhecimento jurídico de uma política de responsabilização acionada pela palavra *genocídio* pode reproduzir, em alguma medida, a não passividade de luto por tantas vidas perdidas.

No entanto, essas tessituras que nos propomos a fazer entre um conceito e as ações do presente nos leva a uma encruzilhada. Na defesa do reconhecimento e responsabilização do *genocídio* em curso, é necessário assumir um compromisso também importante. No texto "A vida dos homens infames", Michel Foucault (2003) aborda as relações históricas que se estabelecem a partir da presença do indivíduo, exclusivamente, no momento de encontro com o poder. Nesse instante, sua existência é registrada nos documentos e, em um relance, uma espécie de "feixe de luz" as arrancou da invisibilidade. Contudo, é importante ressaltar que essa "luz", ou seja, esse registro vêm de outro lugar, de um olhar externo sobre o que aconteceu marcado pelos traços da burocracia. No caso estudado pelo autor, a distância temporal o impede de alcançar esse breve clarão. No presente, é importante que o ensino de História assuma, também, o compromisso de não reduzir a experiência de um povo a violência que é submetido.

Se o uso da palavra *genocídio* exerce um clarão sobre o que acontece no presente, acreditamos que o ensino de História deve servir como instrumento de acusação e memória do crime, mas também como ferramenta de reconstrução imaginativa de futuros. Assim, que falemos sobre as oliveiras queimadas, mas também sobre as mãos que as plantaram, as

lágrimas que as regaram e o seu azeite produzido (Ragon, 2025). Desse modo, a encruzilhada apresentada pode se tornar possibilidade de imaginar futuros e dar visibilidade ao passado. O uso do conceito de *genocídio* que defendemos, portanto, opera em uma dupla chave: a de busca pela responsabilização e a de estímulo a escuta, à visita ao Outro. Neste momento, recorremos ao verbo "visitar", como abordado por Gert Biesta (2013), para pensar a abertura para pensar a experiência do outro consciente da impossibilidade de neutralidade e/ou abandono do próprio lugar no mundo.

Sendo assim, acreditamos que o ensino de História assume esse duplo compromisso, o de denunciar violências e o de ouvir para narrar. Com a movimentação internacional corroborada pela ONU, em 2025, um importante passo foi dado para a luta da defesa da vida dessas pessoas e de uma movimentação que envolve um aparato legal. Assim, a demanda pela institucionalização do uso do conceito de *genocídio* é atendida, a luta pelas palavras permance e, principalmente, pelas Histórias que serão ensinadas por nós, professores e professoras de Histórias.

Por isso, o título que orna esse texto nos soa como um caminho, um percurso a ser trilhado. Buscamos pensar o ensino de História *apesar* da violência, ou seja, reconhecendo-a como aspecto importante da experiência de um povo violentado e de se enlutar pelas vidas perdidas, mas não aprisionando a História de um povo ao seu confronto com o poder. Acreditamos que do mesmo modo que negar a legitimidade do uso do termo *genocídio* a uma experiência percebida como tal pode possibilitar a sua manutenção, restringir as experiências humanas ao seu sofrimento também reproduz violências. Inspiradas pela Judith Butler (2025), apostamos na fuga do narcisismo como construção de um currículo de História que, do mesmo modo que as vidas humanas, seja precário.

Dessa forma, buscamos fugir de um narcisismo que pense a existência do Outro, exclusivamente, a partir do que discursivamente faz sentido para o Eu. Segundo Nilton Pereira e Gabriel Torelly (2020), é necessário fugir da retórica de aprender sobre o que é "exótico" ou que, em alguma medida, influencia-nos, ainda que nossa existência seja sempre perpassada pela nossa percepção. Como apresentamos, é evidente que o território Palestino foi o berço das três religiões abrãamicas e tenha exercido papéis importantes no período

definido como “História Antiga” e, mesmo assim, é negligenciada. Contudo, podemos ir além, por que não aprender sobre aspectos do cotidiano desse povo que não passam pelo crivo ocidental de “importância” para compreender a violência sistemática sofrida e suas vidas para além dela?

É, nesse tensionamento, que pensamos o ensino de História como o existir *apesar*. Como espaço de potencial criação de outros futuros, que valorizem a alteridade e que formem sujeitos dispostos a “visitar” aquele que é completamente diferente de si, ciente das imbricações do seu próprio olhar. Seguimos na esperança pela responsabilização jurídica e internacional do que acontece no território Palestino e de todos os *genocídios* existentes (e que já existiram) que permanecem na disputa por essa palavra e, ademais, que possamos seguir comprometidos com o *apesar*. Não intencionamos, em momento algum, minimizar as dores e o sofrimento de qualquer processo *genocida*, pelo contrário, reiterar as denúncias e narrar as histórias, ou melhor, ouvi-las. Afinal, se “contar histórias é uma forma de se humanizar” (Pacievitch, Gil, Seffner, Pereira, 2019: 1629), o ensino de História deve assumir essa responsabilidade.

Apontamentos finais

Em síntese, fazemos a aposta de que a tarefa ética de ensinar sobre a Palestina em meio ao silenciamento e à violência exige pensar o aprendizado como um ato de *tradução*, pensado aqui como “uma abertura incalculável previamente do que pode ser considerado aprender História na escola” (Martins, 2023: 139). Aprender História não é o acúmulo passivo de dados cronológicos, mas um movimento de hospitalidade linguística, onde o “tradutor-aprendiz” acolhe a palavra do outro em sua própria língua, sem anular a estranheza ou a alteridade daquele que narra (Ricoeur, 2011). Ao tratar o conceito de *genocídio* e a resistência palestina não como categorias estáticas, mas como discursos em disputa, a aula de História opera na fronteira entre o que é dito e o que é compreendido, permitindo que a realidade do Outro deixe de ser um cenário exótico para se tornar uma presença que interpela o presente.

Portanto, visitar a experiência palestina por meio de uma experiência de tradução narrativa é o que permite fugir do narcisismo pedagógico e enfrentar o apagamento epistemológico imposto pelas tradições violentas de narrar a História. A hospitalidade, nesse contexto, significa reconhecer que a história desse povo, embora marcada por uma precariedade profunda, é portadora de uma agência que exige ser ouvida e narrada para além do confronto com o poder. Assumir esse compromisso enquanto docentes é vislumbrar um ensino sujeito a reinterpretação constante, onde a tradução do passado serve de base para a denúncia das injustiças e para a abertura de novos horizontes éticos. Nessa perspectiva, a narrativa abre espaço para a imaginação histórica, humanizando os palestinos, mostrando-os como sujeitos que agem, pensam e sentem, e não apenas como objetos de políticas coloniais.

O "existir apesar" e o compromisso de narrar a vida para além da morte encontram na aprendizagem histórica a sua ferramenta mais transformadora. Se um dos objetivos da aula de História é a humanização, essa meta só é atingível quando o currículo se abre para a multiplicidade de vozes que desafiam os sentidos hegemonizados que insistem em submeter os palestinos à lógica da violência. Narrar a Palestina, nomear o *genocídio* e refigurar essas trajetórias é, em última instância, buscar garantir que nenhuma vida seja considerada impensável (Butler, 2015). O esforço de tradução e refiguração narrativa contribuem para a criação de possibilidades em que o espaço "entre" o passado e o futuro seja preenchido pela responsabilidade radical de reconhecer o Outro como sujeito de sua própria história (Martins, 2023).

Nesse contexto, um ensino de História com raízes profundas como as das oliveiras palestinas se apresenta como uma via promissora para ressignificar as narrativas construídas em sala de aula, ou seja, as raízes como uma metáfora epistemológica que afirma

> uma ontologia relacional e uma política do ensino de História que se disponha a escutar os múltiplos tempos e sujeitos que constituem a vida comum, mesmo (e sobretudo) quando esses tempos se desencontram, se sobrepõem ou se desviam das linhas retas do progresso. (Ragon, 2025: 176)

E, dessa forma, os palestinos sobrevivem. Via ensino de História, esse movimento de subjetivação intrínseco à própria sobrevivência, "abre, pelas vias da imaginação, da empatia e da lucidez crítica, outras possibilidades de enfrentar o medo, a destruição e o desalento"

(Taysir, 2022: 6). Através do ensino de reinvenção da vida mesmo sob as camadas de catástrofe, desenham-se futuros outros não tão marcados pela violência brutal que cada dia mais nos assola. Falar, nomear e escancarar o *genocídio* palestino na aula de História diz respeito a não se restringir a uma narrativa de perda, mas a um testemunho de uma presença humana plural e irredutível que insiste em narra-se para além do cerco, do Rio ao Mar.

Referências bibliográficas

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GABRIEL, Carmen Teresa. Pesquisa em Ensino de História: desafios contemporâneos de um campo de investigação. In: RALEJO, Adriana; MONTEIRO, Ana Maria. Cartografias da Pesquisa em Ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 143-161, 2019.

KNELL, Yolande. Declaração Balfour: as 67 palavras que há 100 anos mudaram a história do Oriente Médio. BBC News Brasil, 06 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-41842505

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista brasileira de educação, p. 20-28, 2002.

MARTIN, Fábio. Produção de memória: o (não) lugar do holocausto brasileiro no currículo de história em Barbacena/MG. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

MARTINS, Marcus Bomfim. Aprendizagem histórica como tradução: efeitos sobre a avaliação escolar. In.: GABRIEL, Carmen; MARTINS, Marcus; ANDRADE, Juliana. Aprendizagem e avaliação da História na escola: Questões epistemológicas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023a.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; BARBOSA, Alexandre Rodrigues de Frias; GABRIEL, Carmen Teresa. Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar. Revista História Hoje, vol. 9, no 18, p. 145-169, 2020.

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021.

RAGON, Maria Beatriz de S. Thiago. Produzindo raízes profundas: uma análise do lugar do ensino de História nos cursos de Pedagogia. Juiz de Fora, 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2025.

PACIEVITCH, Caroline; GIL, Carmem Zeli de Vargas; SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. A VIDA COMO ELA FOI: produzindo resistência nas aulas de história. Revista E-Curriculum, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 1626-1647, 19 dez. 2019. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP), 2019.

PACIEVITCH, C.; PEREIRA, N. M.. Linhas de criação em uma aula de história: o paradoxo do pensamento diante do dispositivo de banalização. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e226080, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet. O tempo multiplicado: Não há ética no ensino de história sem a problematização do tempo. Palavras ABEHrtas, [S. l.], n. 3, 2021. Disponível em: https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/30.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Uma aula de história não narcísica. Revista Espaço do Currículo. João Pessoa, PB. Vol. 13, nesp (dez. 2020), p. 753-767, 2020.

RICOEUR, Paul. Sobre a tradução. Tradução e prefácio: Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SAID, Edward W. A questão da Palestina. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SÉMELIN, Jacques. Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 546 p.

TAYSIR, Muhammad. Gaza, terra da poesia. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022.

UNITED NATIONS, Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Francesca Albanese, 20 de outubro de 2025. Disponível em: https://www.un.org/unispal/document/special-rapporteur-report-gaza-genocide-a-collective-crime-20oct25/.

Entre O “Eu” E O “Outro”: A Política Temporal Do Imperialismo

Jess James Sobrinho Bezerra[146]

Mariana Guedes da Silva[147]

RESUMO: O presente artigo busca analisar a construção do binômino identitário “eu”, europeu, e o “outro”, sujeito subalternizado, no contexto do Imperialismo do século XIX. Investiga-se como o racismo científico e o “desencantamento do mundo” substituíram justificativas teológicas por validações biológicas e temporais para legitimar a dominação colonial. O texto explora o fenômeno dos Zoológicos Humanos como ferramenta pedagógica de desumanização e discute a política temporal que categorizava os não europeus como pertencentes a um passado atrasado em oposição ao futuro civilizatório. Por fim, reflete-se sobre os desafios do Ensino de História, criticando o “espelho narcísico” dos currículos eurocêntricos e propondo uma educação que combata o epistemicídio e reconheça a pluralidade das experiências históricas e da alteridade.
Palavras-chave: Imperialismo; Alteridade; Racismo Científico; Política Temporal; Ensino de História.

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of the identity binomial between the European "self" and the subalternized "other" within the context of 19th-century Imperialism. It investigates how scientific racism and the "disenchantment of the world" replaced theological justifications with biological and temporal validations to legitimize colonial domination. The text explores the phenomenon of Human Zoos as a pedagogical tool of dehumanization and discusses the temporal politics that categorized non-Europeans as belonging to a backward past in opposition to the civilizing future. Finally, it reflects on the challenges of History Teaching, criticizing the "narcissistic mirror" of Eurocentric curricula and proposing an education that combats epistemicide and recognizes the plurality of historical experiences and alterity.
Keywords: Imperialism; Alterity; Scientific Racism; Temporal Politics; History Teaching.

“Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.”
Manoel de Barros (1916–2014)

[146] Graduando de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jess.bezerra@estudante.ufjf.br
[147] Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marianaguedes.silva@estudante.ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é, em grande medida, a história do contato entre povos. No entanto, a forma como o "eu", sendo esse o sujeito hegemônico, e o "outro", o sujeito subalternizado, relacionam-se sofreu uma transformação radical com o advento da modernidade e a expansão imperialista. A construção da identidade moderna ocidental revelou-se indissociável da invenção de uma alteridade negativa, sendo assim, para que a Europa se entendesse como o farol da civilização, a luz da razão e do progresso, foi necessário a construção de uma vasta sombra onde habitariam os "outros".

Conforme aponta Edward Said (1978), nem o termo "Oriente" nem o conceito de "Ocidente" possuem estabilidade ontológica intrínseca ou natural, ou seja, são fatos geograficamente instaurados, mas construções histórico-culturais. O Imperialismo, portanto, não pode ser compreendido apenas como uma dominação militar, econômica ou geopolítica, ele constituiu-se fundamentalmente como uma dominação epistemológica e ontológica. Nesse sentido, antes de os exércitos europeus ocuparem a África e a Ásia, os intelectuais e cientistas já haviam ocupado esses territórios no imaginário, definindo o que eles eram e qual deveriam ser seu destino.

De forma análoga à "invenção do Oriente", o Imperialismo do século XIX buscou categorizar, catalogar e definir o "outro" a partir de uma régua cultural estritamente ocidental, branca, europeia e, posteriormente, estadunidense. Esse processo mobilizou o que Said denomina como "paixões coletivas", incitando não apenas a curiosidade, mas o medo, o asco e o desejo de controle sobre esse sujeito inventado.

Nessa lógica binária, se o "nós", sujeito europeu, é o detentor da civilização, da racionalidade e da moralidade superior, o "outro" é, por oposição, o atrasado, o incivilizado, o sub-humano. Essa construção forneceu a base ideológica para justificar a expansão imperialista, que não era vista pelos colonizadores como um crime de espoliação, mas como um dever moral, a chamada "ocidentalização" do mundo. A violência colonial era, assim,

racionalizada como uma ferramenta pedagógica dolorosa, porém necessária, para retirar os povos “bárbaros” de sua suposta inferioridade.

Este artigo propõe dissecar os mecanismos dessa construção, focando especificamente no uso da temporalidade como arma política, na exibição do corpo “outro” como espetáculo e, crucialmente, em como o ensino de História pode atuar como um espaço de resistência ou de reprodução dessas lógicas.

2. O IMPERIALISMO

Para compreender a profundidade da ferida colonial, é preciso analisar a transição nas justificativas de dominação que ocorreram entre a Era Moderna e a Contemporânea. Durante o colonialismo dos séculos XVI e XVII, a subalternização do outro operava majoritariamente sob uma chave teológica. O debate girava em torno da existência ou não de alma nos nativos, ou se a escravidão era justificada por maldições bíblicas, como a de Cam. No entanto, com o advento do Iluminismo e a consolidação da modernidade, ocorre uma mudança na justificativa de inferioridade do outro colonizado.

Com a laicização das categorias sociais e o que Max Weber chamaria de “desencantamento do mundo”, as justificativas religiosas perderam sua eficácia como discurso legitimador universal. A racionalidade moderna exigia provas empíricas, mensuráveis e “neutras”. Era preciso uma nova “verdade” que não dependesse da fé, mas da razão. A partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, a ciência assume esse lugar de verdade absoluta. Os laboratórios, as universidades e os museus tornam-se os novos tempos e os cientistas, os novos sacerdotes da hegemonia.

Nesse contexto, surge, então, o Racismo Científico. Como aponta a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, o mundo imperialista deparou-se com uma diversidade humana inconveniente. As diferenças culturais, físicas e sociais entre os povos eram um problema administrativo e filosófico, então era preciso “pôr ordem” na humanidade. A ciência, através da biologia, craniometria, frenologia e antropologia física, e o direito deram suporte teórico para hierarquizar a humanidade em degraus evolutivos.

Para aquela sociedade europeia oitocentista, o racismo deixou de ser apenas um preconceito vulgar ou uma doutrina religiosa para se tornar um dado biológico e jurídico revestido de autoridade acadêmica. Teorias como o darwinismo social de Herbert Spencer deturparam as ideias de seleção natural, aplicando-as às sociedades humanas. Nessa visão, a pobreza, a fraqueza militar ou a diferença tecnológica não eram frutos de processos históricos de exploração, mas sinais de inaptidão biológica.

Legitimava-se, assim, a barbárie imperialista sob o verniz reluzente do "progresso". O massacre de populações, a destruição de culturas milenares e a expropriação de recursos naturais foram rebatizados como, nos termos de Rudyard Kipling (1899), "o fardo do homem branco". Sendo assim, não era, na visão do colonizador, uma invasão, mas sim uma missão filantrópica. O Império britânico, o francês, o belga, entre outros, viam-se como tutores de povos "crianças" que, sem a mão firme do europeu, jamais alcançariam a civilização. Essa estrutura de pensamento criou uma blindagem moral que permitiu que liberais europeus, defensores da liberdade e da igualdade em suas metrópoles, apoiassem regimes de trabalho forçado e genocídio em suas colônias sem enxergar contradição alguma.

3. OS ZOOLÓGICOS HUMANOS E A PEDAGOGIA DA DESUMANIZAÇÃO

Seguindo a lógica europeia, a teoria racial elaborada nos gabinetes acadêmicos precisava ser popularizada. Era necessário que o cidadão comum de Londres, Paris, Berlim ou Bruxelas, que jamais pisaria na África ou na Ásia, fosse convencido da sua superioridade natural e da necessidade do empreendimento colonial. É nesse contexto de propaganda e educação popular que surgem e proliferam os chamados zoológicos humanos.

Esses espaços representam o ápice da objetificação do outro. Neles, a desumanização tornava-se espetáculo da massa, entretenimento para as famílias burguesas e proletárias da Europa. Não se tratava apenas de ver animais exóticos, mas de ver pessoas que não eram consideradas seres humanos por eles.

Um exemplo trágico e emblemático dessa prática é a trajetória do conhecido Zip, também conhecido como William Henry Johnson. Zip era um afro-americano com

microcefalia, uma condição médica que foi explorada comercialmente de forma grotesca. Exibido internacionalmente como uma atração de circo e feiras mundiais, teve sua humanidade apagada em prol do lucro e de ideologias preconceituosas da época. Empresários do entretenimento, como Phineas Taylor Barnum, criaram narrativas racistas complexa ao seu redor, Zip não era apresentado como um ser humano portador de deficiência, mas sim vendido como um "elo perdido" entre negros africanos e símios, com histórias fabricadas de que teria sido capturado enquanto balançava em árvores ou vivia em estado selvagem.

Entretanto, Zip é apenas um rosto em uma multidão de vítimas. É possível citar Saartjie Baartman, a Vênus Hotentote, cujo corpo foi exibido por toda a Europa como símbolo de uma sexualidade vista como primitiva e aberrante, e que mesmo após a morte teve seu cérebro, esqueleto e genitais expostos em um museu em Paris até meados da década de 1970. Há também o caso de Ota Benga, um pigmeu congolês que foi exibido na Casa dos Macacos no Zoológico do Bronx, em Nova York, em 1906.

Essas exposições não eram mero entretenimento sádico, mas também eram profundamente pedagógicos no sentido mais perverso do termo, elas serviam para provar empiricamente as teorias raciais vigentes. Ao colocar indígenas, africanos ou asiáticos atrás de grades, em vilas cenográficas que simulavam uma vida selvagem, ou ao lado de diversas espécies de primatas, o imperialismo ensinava ao público europeu que os povos dos territórios dominados eram, de fato, de outra espécie, ou de uma subespécie estagnada no tempo.

A sociedade moderna imperialista dependia dessa hierarquização valorativa para existir. A identidade do europeu civilizado construía-se por contraste. Ao olhar para o "selvagem" na jaula, o operário europeu, mesmo explorado em sua fábrica, sentia-se parte da construída elite da humanidade. Os zoológicos humanos funcionavam como uma máquina de produção de consenso, garantindo que a opinião pública apoiasse as aventuras coloniais distantes, pois elas eram vistas como necessárias para controlar e, quem sabe, "humanizar" aquelas "criaturas".

4. IMPERIALISMO: A SEGREGAÇÃO TEMPORAL

Ao discutir as relações do “Eu” e do “outro” no presente, é potente estabelecer pontos de contato com o imperialismo, já que este criou e disseminou conceitos referentes a essas categorias. Nessa perspectiva, em diálogo com Marcelo Assunção (2023), é evidente que o regime moderno de historicidade contribuiu para o neocolonialismo e o imperialismo. As filosofias da história, por advento das classificações, foram determinantes para “colocar” a Europa em um espaço político, estético e temporal a partir do qual se criou o atraso dos “outros”. Dessa forma, estes se estabelecem como “sujeito universal”, com “privilégio epistêmico” para forjar os campos de conhecimento à sua maneira (Assunção, 2023; 3). Para o autor, esses campos criados nesse contexto não só estabelecem as bases epistêmicas de sistemas universitários e escolares, mas também contribuem para justificar e produzir o neocolonialismo e o imperialismo, sendo, assim, o fundo simbólico de legitimação da divisão entre “nós” e “outros”.

Os europeus, para justificar a conquista de novos territórios, utilizaram-se de marcadores temporais de “atrasado” e “desenvolvido”, calcados na ideia do progresso temporal, portanto, no regime moderno de historicidade. Nesse conceito estabelecido pelos dominadores, as sociedades europeias estariam no “futuro” em relação às demais regiões do planeta, estas presas ao “passado”, cabendo a essas nações imperialistas levar o “progresso” até elas. Sendo assim, o “fardo do homem branco” seria o “desenvolvimento” dos “atrasados”. Nessa perspectiva, em diálogo com Rodrigues Jr. (2021), conceitos como “sociedades tradicionais”, “sociedades complexas”, “países desenvolvidos”, “civilização”, etc., sugerem que “[...] a sociedade moderna não pode existir sem a hierarquização valorativa entre os grupos humanos, dividindo o mundo, como aponta Ailton Krenak (2020), entre humanos e sub-humanos” (Rodrigues Jr., 2021; 6). Logo:

> Nessa construção as categorias temporais têm um lugar central, pois pelo menos desde a laicização das categorias raciais no século XVIII-XIX temos a produção de uma gramática dos tempos históricos aos quais o “não-contemporâneo” é inventado através de taxinomias classificatórias como “atraso/progresso” que por sua vez construirão um verdadeiro repertorio para a subalternização do “outro” (Assunção, 2023;.4).

Nesse sentido, o imperialismo, a partir de taxinomias temporais e raciais, estabelece noções acerca de um "eu" (europeu, branco) e um "outro" (africano, asiático, americano, não branco). Portanto, constrói-se um "outro" a partir do "eu", e esse "eu", sendo superior ao "outro", deve ser ensinado a ser como o "eu". Nesse processo de imperialismo e neocolonialismo, as epistemes europeias são impostas como universais, não como um dos modos de se habitar o mundo, mas sim como o "padrão". As outras epistemes estariam condenadas à categoria de "outro", entendida como desviante. Assim, Assunção (2023), em diálogo com Frankenberg, relata que a branquitude é, também, um espaço que cria práticas e identidades não marcadas, colocadas como "normativas", ao passo que pretende apagar essa universalização (Assunção, 2023; Frankenberg, 2004).

Esse processo pode ser exemplificado por uma das experiências de Rodrigues Jr. (2021) no Senegal, na qual o autor relata uma prática cultural relacionada à alimentação, que consiste em comer ao redor do *bol*,[148] ao invés de utilizar prato, garfo e faca. Esse utensílio permite que todos comam juntos, normalmente com as mãos ou com colheres, evidenciando, assim, uma valorização da coletividade, da cooperação e do cuidado com o desperdício de alimentos. O autor revela que, ao mandar fotos para amigos do Brasil, causou um verdadeiro asco, sem que estes sequer perguntassem a respeito da assepsia ao se alimentar. Conversando com pessoas da região, o escritor relata que muitas pessoas precisam aprender a falar francês e a comer em prato individual para tentar galgar melhores posições sociais, mesmo aquela sociedade tendo uma língua oficial e uma forma de comer específica. Desse modo, com esse pequeno exemplo, podemos ver a normatização europeia em ação, pois muitas vezes não conseguimos imaginar outras formas de se habitar o mundo. Como nesse caso de um simples utensílio doméstico, que revela particularidades da cultura senegalesa e da europeia, a primeira valorizando o coletivo e a segunda, o indivíduo.

5. "EU" E "OUTRO" NO ENSINO DE HISTÓRIA

[148] O bol se trata de um grande recipiente redondo – geralmente de metal, mas que também pode ser de porcelana ou vidro – que varia na qualidade de seu material e tamanho, facilmente encontrado nas casas senegalesas, entre as mais variadas classes sociais, durante as principais refeições (Rodrigues Jr, 2021; 10)

Nesse contexto, podemos mobilizar o Ensino de História para pensar essas categorias de “eu” e “outro” promovidas pelo imperialismo delimitadas até aqui. A alteridade ou diferença é muito cara para o nosso entendimento do que deve tanger uma aula de História e, portanto, o Ensino de História, em virtude de que “em definitivo o outro é objeto da história, de maneira incontornável” (Dalongeville, 2001; 92 apud Ragon, 2025). Dessa forma, apostamos como elementos constituintes do pensamento histórico a temporalidade e a alteridade (Ragon, 2025). Nessa perspectiva, a diferença é muito cara ao nosso entendimento do que deve ser o ensino de História. Dito isso, as práticas imperiosas são alheias à diferença, já que buscam uma universalização da cultura branca europeia, bem como de sua cosmovisão, religião e episteme.

Portanto, para refletir acerca da alteridade e do imperialismo no Ensino de História, dialogamos com Pereira e Torelly (2020). Ao se pensar a “respeito da realidade do aluno”, muitas vezes criamos um aluno ideal imaginário, pois é realmente possível conhecer essa realidade? Que realidade? Qual aluno? Além disso, como está sendo mobilizada essa realidade? Para tal, apostamos que seja articulada, em sala, a diferença, para que não caiamos no paradigma do espelho de Narciso, retratado pelos autores, ou seja, estudar, conhecer e entender apenas o que se parece com o “reflexo do espelho narcísico”. É notória a importância de que a História diga respeito ao real, mas é necessário desnaturalizar esse real:

> Projetado como artifício político, o narcisismo possui um forte potencial etnocêntrico, pois a matéria do outro é talhada nos moldes do nosso próprio campo e limitação. Como não sucumbir ao narcisismo, uma vez que os limites de nossa percepção criarão ao que, também por narcisismo, chamamos de outro, um lugar que não é o seu, mas o nosso? (Pereira, Torelly, 2020; 5).

Logo, sendo passível da reprodução do “eu” e do “outro” nos moldes do imperialismo, pois, ao se compreender apenas as dimensões do “eu” refletidas no espelho narcísico, possibilita-se uma maior facilidade em estigmatizar o outro, “pois há o risco de atribuir aos ‘outros’ uma marca, um estigma, um tom, até mesmo uma cor, em função das sensações que eles provocam em Nós” (Pereira; Torelly, 2020; 757). Prosseguindo na metáfora do espelho, podemos reaver o debate com Rodrigues Jr. (2019), pois “o ‘moderno’

olha para o mundo esperando que ele seja um reflexo de si, e, ao não o encontrar, sente legitimada a visão de que este 'outro', se não se parece consigo, será feio, errado, amoral, alienado, atrasado e inferior" (Rodrigues Jr., 2019; 131).

Desse modo, qual pode ser o impacto dessas reflexões na aula de História a partir dessa discussão sobre o imperialismo e a alteridade? Defendemos aqui que devem ser mobilizadas dimensões axiológicas com o objetivo de promover uma maior pluralidade, a fim de construir um "mundo outro", no qual esse espelho narcísico e moderno seja estilhaçado.

Uma dessas possíveis dimensões que podem ser mobilizadas em sala de aula é o caráter móvel dessa estigmatização do "outro", como presente na música *iMigrante*, de Don L:

Um dissidente de onde eu vim aqui o estrangeiro
O forasteiro
Insubmisso
O gueto
Nos bairro chique de fortal o pirangueiro em São Paulo o Paraíba
Em Portugal o brasileiro
Nada disso
O bandido pra apontar o dedo
O meliante bon vivant
O errante
Imigrante
[...]
E então, estrangeiro aqui
De novo
Não integrado, cê já sentiu assim entre o próprio povo?
(Eu já) agora o outro, o exótico, não só o louco
O mundo é nosso
E eu deslocado ao próprio corpo (Don L, 2025)

Como o rapper relata, ele é estigmatizado como o "outro" em diversos contextos: nos bairros de elite de sua cidade, "pirangueiro"; em São Paulo, o "Paraíba"; e, em Portugal, o "brasileiro", fazendo-o se sentir não integrado e deslocado ao próprio corpo. Essa música retrata a narrativa de exclusão de diversos grupos e em diferentes contextos sociais. Por exemplo, os imigrantes nos EUA, os nordestinos em São Paulo, etc., são retratados como diferentes do "nós", com uma cultura inferior, sofrendo ataques racistas e sendo culpabilizados por certas mazelas sociais, como Don L diz: "o bandido pra apontar o dedo".

Desse modo, podemos ver uma continuidade em relação a essa estigmatização de modos diversos. Muito provavelmente, essa classificação não se origina no imperialismo, mas seu estudo pode trazer grande potência ao debate da alteridade e o papel da diferença em sala de aula.

6. CONCLUSÃO

A partir das reflexões trazidas até aqui acerca do imperialismo e da alteridade, indagamos como elas podem ajudar nos debates do Ensino de História e em sala de aula. Assim, podemos estabelecer de que maneira estamos mobilizando a alteridade. Fazendo um paralelo com a historiografia e suas categorizações, como a de gênero, infere-se que existem histórias à parte dessas categorias, ou seja, uma história "neutra" desses aspectos. No ato de lecionar, é possível trabalhar com dimensões parecidas, ao se estabelecer uma "história principal", branca e europeia, e, após isso, contar as "outras histórias", dos indígenas, negros, mulheres, etc. Assim, estas aparecem como ramificações de um tronco principal, muitas vezes localizadas em boxes e no final dos livros escolares. Portanto, mobiliza-se a diferença como aquilo que foge da norma, enfatizando ainda a narrativa europeia.

Outro conceito que pode ser mobilizado é o de "epistemicídio", de Ramón Grosfoguel (2016), no qual o autor relata não apenas o matar das pessoas, mas também de suas formas de ler, pensar e de se habitar o mundo: "Que o Ocidente inventou a ciência, somente o Ocidente sabe pensar" (Césaire, 2020). Dessa forma, é lícito pensar em como temos articulado os saberes não europeus ou não brancos, tanto no ato de pesquisar e escrever sobre o Ensino de História quanto nas aulas, a fim de quebrar narrativas e conceitos disseminados pelo imperialismo.

Então, para uma reflexão final: como temos contribuído para quebrar essas narrativas? Estamos mobilizando a diferença como desviante dessa história principal ou como uma das formas possíveis de ler o mundo e de se contar a História?

REFERÊNCIAS:

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. As políticas do tempo da branquitude / The Whiteness' politics of time. **Esboços**, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 423–441, set./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7976.2023.e98687. Acesso em: 27 jan. 2026.

BLANCHARD, Pascal; BOËTSCH, Gilles; SNOEP, Nanette (Orgs.). **A invenção do selvagem**: e outros zoológicos humanos. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

DALONGEVILLE, Alain. **L'image du barbare dans l'enseignement de l'histoire**: une expérience de l'altérité. Paris: L'Harmattan, 2001.

DON L. **iMIGRANTE**. [S. l.]: [s. n.], 2021. 1 faixa musical.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não marcada**. *In*: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Gramond, 2004. p. 307–338.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. Uma aula de história não narcísica. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. esp., p. 753–767, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.53988. Acesso em: 27 jan. 2026.

RAGON, Maria Beatriz de S. Thiago. **Produzindo raízes profundas**: uma análise do lugar do ensino de História nos cursos de Pedagogia. 2025. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

RODRIGUES JR., Gilson José. **Humanitarismo em nome do Reino**: ações humanitárias de Tuparetama (Brasil) e Dakar (Senegal). 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Antropologia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

RODRIGUES JR., Gilson José. Quando "outros" corpos e "outras" epistemologias adentram espaços da modernidade: apontamentos a partir de uma pesquisa entre Brasil e Senegal. **Novos Debates**, v. 7, n. 1, p. e7105, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.48006/2358-0097-7105. Acesso em: 27 jan. 2026.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O Ensino de História e o escuro: apagar as luzes para pensar a ética em salas de aula

Tayck Kapps Esch Neves[149]

Resumo: *Experienciar* é parecido com o amor, o ato chega pela ocasião, pela coincidência e não limita-nos a um único caminho. A paixão, em contraste com o amor, domina, controla e coloniza, limitando possíveis caminhos a um. O Iluminismo, por exemplo, parece-me operar compactuando com a paixão, com a limitação, visto que opera com a ciência sendo o único, o preciso e o melhor caminho do homem. Por uma crença exacerbada na razão, o Iluminismo ignora as subjetividades dos corpos presentes em salas de aula e as multiplicidades do ensino. Seguindo essas problematizações, este artigo busca romper com um ensino luminoso (de raízes iluministas) e um ensino meramente moral. Com isso, proponho um Ensino de História no escuro, distante das luzes, e que valorize as singularidades corpóreas, as ocasiões das salas de aula e a ética.

Palavras-chave: Ensino de História; ética; escuro; Iluminismo; moral.

Abstract: Experiencing is similar to love, the act arrives through occasion, through coincidence, and it doesn't limit us to a single path. Passion, in contrast to love, dominates, controls, and colonizes, limiting the possible paths to only one. The Enlightenment, for example, seems to operate in accordance with passion, with limitation, since it operates with science as the only, precise, and best path for humankind. Due to an exacerbated belief in rationality, the Enlightenment ignores the subjectivities of the bodies present in classrooms and the multiplicities of teaching. Following these questionings, this article aims to break with a luminous teaching (of Enlightenment roots) and a merely moral teaching. With this, I propose a History Teaching in the dark, distant from the lights, and that values the bodies' singularities, the occasions of the classrooms, and ethics.

Keywords: History Teaching; ethics; darkness; Enlightenment; moral.

[149] Licenciando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH/UFJF). E-mail: tayck.historia@gmail.com

Esconder-se no meio do mato para não ser encontrado no pique-esconde, posicionar os chinelos em linhas para tornarem-se gols e correr no polícia e ladrão até arrancar a tampa do dedão em um paralelepípedo solto. Minhas memórias de brincar na rua tornaram-se experiências pelos acasos da vida. Não selecionamos o que é ou não experiência, mas a ocasião e o tempo conquistam-nos, quase como um amor.

Pensando em escrever um texto dedicado a problematizar o racionalismo exacerbado em salas de aula a partir do amor e paixão (Pereira, 2021) e experiência (Bondía, 2002), inspirei-me na música "BRINCADEIRA" de Marcelo Tofani, FBC e Rogério Flausino (2025), especificamente um trecho: "sem manual / sem entender / não precisa razão nem porquê". Tal trecho refere-se ao amor não precisar de instrução e, muito menos, de razão. O amor é ocasião, assim como deveria ser a sala de aula: sem um único caminho; com a valorização dos corpos (Albuquerque Júnior, 2023). Durante este artigo, proponho-me a romper com a razão limitante e defender um Ensino de História aberto a ocasião.

Retomando as minhas experiências e o nome da música citada que disserta sobre paixão e amor, propus-me a refletir sobre algumas brincadeiras infantis e tencionar seus caráteres imperativos (apaixonantes) e ocasionais (amorosos).

O homem e as falácias

> O homem é o único ser orgânico que distingue, em razão de sua inteligência privilegiada, entre passado e presente e futuro. Assim, ele aproveita os acontecimentos do passado para prever o futuro. Isso se verifica não apenas por reações adquiridas pela aprendizagem, como fazem os animais, mas por meio da razão. (Hochleitner, 1977: 8).

Ao contrário da citação de Franz Joseph Hochleitner em "Cronologia e Astronomia Maia" (1977), o homem não distingue o tempo – pelo menos, não com exatidão. Nós, meros humanos, não definimos com clareza o passado, o presente e o futuro, mas, com as falácias que proclamamos, achamo-nos capazes de dominar a grandeza física Tempo.

O mestre mandou

> A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador. A tarefa principal que Cícero atribui aqui à historiografia é especialmente dirigida a prática, sobre a qual o orador exerce sua influência. Ele se serve da história como coleção de exemplos—plena exemplorum est historia [a história é cheia de exemplos] a fim que seja possível instruir por meio dela (Koselleck, 2006: 46).

A História mestra da vida, seguindo as ideias da citação de Reinhart Koselleck em "Futuro Passado" (2006), é um guia para a prosperidade e, a partir dela, o passado guiaria as ações do presente e do futuro. Com isso, o passado é instrumentalizado e possui sentido exemplar na sociedade. Assim, seria "possível instruir por meio" do passado.

Então, é possível utilizar o passado como um instrumento? Como é possível instrumentalizar uma temporalidade que, como já dito, o homem não consegue dominar? O homem capitalista acredita que tudo que há no mundo deve ser útil, ou em outras palavras: dominado; controlado; colonizado. O discurso que há utilidade em todos os objetos, grandezas, sentimentos, corpos (Albuquerque Júnior, 2023) é mais uma falácia criada pelo *homo economicus* (Mill, 1974).

Pensando nas falácias, o sistema capitalista provoca-nos a imaginar métodos universais, métodos aplicáveis em qualquer circunstância. Em "Discurso do Método", René Descartes discursa sobre a universalização dos métodos e defende suas aplicações (2020). A defesa de um único caminho, de uma única forma a ser seguida, é um vírus que, a partir de construções racionalistas de saberes, pode ser um contaminante em salas de aula, já que limita e ignora as subjetividades e as multiplicidades dos corpos presentes (Albuquerque Júnior, 2023). Além disso, esse instrumento cartesiano opera em um binarismo (o método aplicável X o método não aplicável).

Por que operar com binarismos? Um currículo binário é limitante e formado por duas ramificações de pensamento. Não existem outras formas de aprendizagem? Pensar em um currículo de História não-binário seria imaginar uma abertura a outras formas de

aprendizagem (Pereira; Seffner, 2021), seria contrariar a capitalização de mentes e a colonização dos indivíduos, principalmente em âmbitos potencialmente educativos. Nesse sentido, caminhar contra a maré cartesiana é pensar na *desinstrumentalização* das temporalidades e quebrar a moral *kantiana* (Kant, 2005; 2017) em salas de aula, é romper com a ideia de um "Passado interpretado, presente com significado, futuro orientado." e de "Aprender História com sentido para a Vida." (Alves, 2015).

Amarelinha

> O sujeito moderno é um sujeito informado que, além disso, opina. É alguém que tem uma opinião supostamente pessoal e supostamente própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. Para nós, a opinião, como a informação, converteu-se em um imperativo. Em nossa arrogância, passamos a vida opinando sobre qualquer coisa sobre que nos sentimos informados. (Bondía, 2001: 22)

A informação, assim como diz Jorge Larrosa Bondía, tornou-se um imperativo (2001), visto que ela ganha um *status* de fato. Com essa "nova" significação, a informação compromete-se em ser funcional: transforma-se em uma instrução. O instrucional, como já dito, carrega um objetivo mestre e é sujeito de uma História fundamental à vida.

Como a informação nega a experiência? "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca." (Bondía, 2001: 21), ou seja, a experiência não é algo exato, não é um fato e não há metodologias aplicáveis para algo tornar-se uma experiência. A experiência aparece pela coincidência, pelo amor. Diferente das exemplaridades/instruções da concepção ciceroniana de tempo que aparecem por função/obrigação, por paixão (Pereira, 2021).

Pensando em experiências, lembro-me da infância: brincar de Amarelinha. Brincadeira de saltos, números, pedras e com o objetivo de chegar no "Céu". Um único desafio, um único caminho, uma única possibilidade. O mestre mandou saltar. Qual é a função do objetivo, do Céu? Parece possuir um sentido quase religioso, uma metáfora religiosa. Nesse sentido, o Céu traria a iluminação, a vitória, a verdade, o paraíso e a razão. Aqui cabe ressaltar as semelhanças desse Céu com o Iluminismo, visto que ambos buscam

iluminar os seres humanos. Embora busquem melhorar os indivíduos através de um moralismo exacerbado e puramente racional, esquecem-se das diferenças e das subjetividades corpóreas. Não importa o sujeito que dá os saltos, mas importa o caminho que ele segue. Há uma ignorância das interpretações e um fetichismo pelos fatos e pelas vontades racionalistas. Assim, a iluminação torna-se objeto de uma História mestra, um objeto da paixão (Pereira, 2021).

Retomando as ideias sobre a coincidência, o Iluminismo ignora as multiplicidades do mundo, já que enxerga um futuro unicamente construído pela razão. A ignorância da diferença, das subjetividades, enxuga os possíveis significados de um corpo e transforma-o em mera carne e osso (Albuquerque Júnior, 2023). Assim, é possível dizer que "a iluminação" não sabe amar, porque não está aberta a conhecer as múltiplas possibilidades que o mundo oferece (Pereira, 2021). A concepção iluminista de tempo é apaixonada, dominada, colonizada e controlada por uma falácia de um discurso utilitarista, um discurso que acredita que tudo deve haver um sentido social.

Se tudo possui um sentido, não existe algo que seu sentido é não possuir sentido? Há uma busca incessante por utilidades, auxílios e ajudas. Mas, o que seria de um mundo que aceitasse as inutilidades? Anarquia, não é? Pensar o inútil é pensar sobre o vagabundo, o inativo, o inapto, o desempregado. Entretanto, não é sobre negar que algo pode ser útil, mas sua utilidade não deve ser previamente definida. Tanto as utilidades, quanto as inutilidades, estão presentes na sociedade, mas elas devem ser úteis ou inúteis pela coincidência. Não é porque é certo ou errado, mas porque é ético estar aberto as possibilidades. Para amar, o Ensino de História deve estar aberto às inutilidades.

Cabra cega

Falar sobre o amor pode despertar curiosidades e lembranças.

Primeiro, vale ressaltar as curiosidades. Um amor é curioso, talvez não para todos, mas para mim. Quem gosta de poesia sabe, Vinícius de Moraes buscou tantas explicações para o que seria o amor, mas em todas suas poesias o amor estava ligado ao acaso. Por que o amor não tem explicações? Não há sentido, não há fórmula, não há método. O amor não é cartesiano e muito menos racional. O amor, diferente da paixão, não está ligado,

necessariamente, a uma visão de tempo colonizada, mas a uma visão de tempo multiplicidade (Pereira, 2021). Uma concepção de tempo que está aberta a ser múltipla ou, até mesmo, limitante, já que pode haver caminhos que são colonizadores.

Segundo, pensar o amor pode despertar lembranças. Não exatamente lembranças de amores antigos, mas momentos que parecemos amar (ou gostar). O amor-lembrança também é curiosidade, pois deixa-nos curiosos para saber se aquela lembrança é amor. Diferente das brincadeiras já citadas (O mestre mandou e Amarelinha) que possuíam caráter imperativo-dominador, uma parece-me estar ligada às ocasiões: Cabra Cega. Brincadeira que envolve alguém com uma venda que tenta caçar/procurar os participantes. A venda projeta um escuro artificial e, assim, coloca o caçador na ocasião, na ocasião de encontrar os outros. Às vezes guiado pelo olfato ou pela audição para encontrar suas caças, às vezes não. Uma brincadeira amorosa e praticada no escuro.

Uma aposta parece-me interessante, um Ensino de História praticado no escuro. Sem direções exatas e sem respostas únicas. Essa proposta de ensino seria parecida com a brincadeira Cabra Cega, ou seja, estaria aberta às ocasiões. E estar aberto às coincidências do mundo, é pensar a ética em salas de aula. Ao contrário da moral (certo X errado), a ética dá abertura às diferenças corpóreas, às particularidades humanas e às multiplicidades das salas de aula. Uma aula de história de luzes apagadas seria não encaminhar os corpos presentes à uma luz, mas seria dar abertura às possibilidades. Não seria negar que a luz poderia ser um caminho, mas as luzes seriam acesas por quem quisesse acender. Assim haveria uma ética em relação às decisões e às interpretações.

(In)conclusões

Apresentei uma aposta, não uma resposta. Mesmo que pareça-me certo um Ensino de História no escuro, o próprio ensino na luz pode ser o melhor. Entretanto, não penso, muito menos acredito, que um ensino que restrinja os participantes das salas de aula a imaginar seus caminhos, seus futuros, é a melhor opção. Não posso dizer por todos, mas não quero ser dominado e transformado em um instrumento útil dessa brincadeira de poderes racionalistas, desse sistema capitalista. Quero degustar a coincidência, o amor.

Por que a aula deveria limitar-se ao factual? Os corpos estão ali, parados olhando o transmissor-professor, profissional contratado para transmitir o conteúdo. Por que a transmissão? O professor conta apenas os fatos, mestrando os pensamentos de seus discípulos. Não controle-os, deixe-os imaginar! Deixe seus sonhos conhecer o amor. Libere-os. Enquanto a aula for meramente instrutiva, as aulas cairão nas tentações da paixão.

Para pensar um Ensino de História múltiplo, vale pensar nessa escuridão. Ao invés da transmissão, por que não um professor-deslocador? Deslocar é diferente de instruir, é mostrar possibilidades, intepretações, outras formas e condições de vida. Mesmo que seja difícil ter esse posicionamento, se o que vale é a intenção, por que não tentar?

É uma aposta, então deixe a roleta da coincidência girar.

FONTES DIGITAIS

BRINCADEIRA. Marcelo Tofani, FBC, Rogério Flausino. Belo Horizonte: A Quadrilha, 2025. (2 min 45 seg). Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/album/6xbriig0l2cAG4aV6zdzm5?si=dswLuX--S3G93CGYAI_7-A. Acesso em: 14 jan. 2026.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O corpo docente e o corpo discente: o ensino e a aprendizagem como práticas que envolvem e implicam as carnes, e não apenas mentes desencarnadas e incorpóreas. In: In: GABRIEL, C. T; MARTINS, M. L. B; ANDRADE, J. A. (Orgs). **Aprendizagem e avaliação da história na escola: questões epistemológicas**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023, p. 19-35.

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Por um ensino de história com sentido para a vida**. Diálogos, v. vol. 19, n. no. 1, p. p.p. 323-343, 2015.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./abr., 2002.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método & Ensaios**. Editora Unesp, 2020.

HOCHLEITNER, Franz Joseph. **Cronologia e Astronomia Maia**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Editora Vozes Limitada, 2017.

KANT, Immanuel; LAMEGO, José. **A metafísica dos costumes**. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae - sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: _____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p.41-60.

MILL, John Stuart. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela**. Bentham/Stuart Mill, 1974.

PEREIRA, Nilton Mullet. **O tempo multiplicado: não há ética no ensino de História sem a problematização do tempo**. Palavras ABEHrtas, [S. l.], n. 3, 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **Notas para pensar um currículo não binário: ensino de História e diferença**. In: Carmem Teresa Gabriel e Marcus Leonardo Bomfim MArtins. (Org.). Formação Docente e Currículo: conhecimentos, sujeitos e territórios. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad X, 2021, v. 1, p. 273-288.

Ensino de História e Pensamento Decolonial: A História como um projeto de colonialidade do saber

Paula Oliveira Carvalho Aguiar[150]

Resumo: O poder de contar a História vem há algum tempo tornando as histórias de africanos, afro-brasileiros e indígenas definitivas. Este artigo pretende entender como a manutenção da colonialidade nos currículos escolares têm conservado o mesmo modelo de História. Observar como a Base Nacional Comum Curricular (2018), mesmo depois de diversos avanços relacionados as pautas étnico-raciais nos anos 2000, ainda mantem pressupostos que impedem uma atitude decolonial. A proposta é compreender a BNCC como uma continuidade no processo de colonização do saber nos brasileiros.

Palavras-chave: Colonialidade. Decolonialidade. BNCC. Ensino de História.

Abstract: The power of tell the History has been turning the stories of africans, afro-brazilians and indigenous people definite. This study aims to understand how the coloniality in academic curriculum has remained attached the same framework of History. Observe how the *Base Nacional Comum Curricular* (2018), despite the advancement about to ethnic-racial issues in the 2000s, keeps assumptions that prevent a decolonial attitude. The proposal is to understand the BNCC as reinforcement in process of colonization of knowledge in brazilians.

Keywords: Coloniality. Decoloniality. BNCC. History Teaching.

[150] Mestranda em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES – PROEB. Professora a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. E-mail: paulaocaguiar@gmail.com

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.

Chimamanda Ngozi Adiche

Introdução

O texto de Chimamanda Nigozi Adiche (2019) sobre o perigo da história única é frequentemente revisitado na História como um importante instrumento de reflexão sobre o trabalho do historiador. É necessário ouvir diversas fontes para que a História seja reconstruída da melhor maneira possível. Quando Adiche trata da história única ela o faz buscando romper com estereótipos e preconceitos diversos. Mas quando trata do poder, a escritora, intencionalmente ou não, encontra com a decolonialidade e denuncia o poder colonial sobre as histórias contadas.

Neste pequeno texto buscaremos denunciar a colonialidade no ensino de história no Brasil através de seus currículos e normas. A proposta é demostrar como a escola tem feito da história dos colonizados uma história definitiva a partir dos olhos do homem, europeu, branco e colonizador. Como a colonização do saber perpetua uma história definitiva para africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Para tal fim percorreremos o caminho inicial de conceituar colonialidade/modernidade/decolonialidade e compreender suas implicações na construção da História como ciência. Em seguida observaremos como os currículos brasileiros foram pensados desde a elite e para ela, sem considerar o ponto do vista do colonizado e construindo uma narrativa de que o Brasil é herdeiro da tradição europeia civilizadora. Por fim, apresentaremos como, apesar dos avanços e das novas normativas curriculares a partir dos anos 2000, a Base Nacional Comum Curricular, mantem a colonialidade como sua marca principal.

É preciso estar atento às estratégias que a colonialidade constrói para manter seu poder e observar como a escola é parte deste fenômeno é imprescindível. Repensar o Ensino de História no Brasil é fundamental para desconstruir a sociedade racista, excludente e discriminatória em que vivemos e que alguns persistem em conservar (Silva, 2007).

Colonialidade do Poder e do Saber

A História vem desde o século XIX formulando parâmetros para sua constituição enquanto ciência. No Brasil, considerando sua formação como Estado a partir de 1822, a História tem se organizado desde e para a elite visando a manutenção do *status quo*. Manoel Luiz Salgado Guimarães ao tratar da constituição da História Nacional remonta a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), inspirado em modelos franceses, a gênese da História Brasileira. Para o autor, "A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e europeia" (Guimarães, 1988: 8).

A projeção do Brasil como continuador da civilização europeia é fator essencial para manutenção da colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo. Segundo Nelson Maldonado-Torres (2019: 41) "(...) a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais". Atrelar a recente nação à Portugal, além de justificar a manutenção da elite e do governo após setembro de 1822, era também uma forma de distanciar-se da selvageria e da barbárie a que eram associados os não-europeus e manter o Brasil na lógica do sistema-mundo branco europeu. A colonialidade continua existindo mesmo após o fim da colonização formal. (Maldonado-Torres, 2019)

Para Aníbal Quijano é a partir da "descoberta" do Novo mundo e da conquista da América que se inaugura o que chamamos modernidade. A partir das "descobertas" o

europeu vai reconhecer-se a partir do contato com o "Outro". É na América que se produziram novas identidades: índio, negro e mestiço. A partir deste momento é que a raça se torna uma maneira de impor relações de dominação, primeiro aqui, depois em África e outros lugares do mundo. (Quijano, 2005).

Aníbal Quijano sustenta ainda que a manutenção do poder europeu sobre o restante do mundo está fundamentada na criação de uma nova intersubjetividade mundial a partir da Europa. Controlando o conhecimento, os recursos, as tecnologias e as histórias, os colonizadores foram capazes de articular uma única ordem cultural hegemônica europeia controlando assim as subjetividades, as culturas e a produção do conhecimento. De acordo com o autor, a colonialidade do saber se constituiu quando os colonizadores expropriaram os conhecimentos culturais das populações colonizadas, reprimiram suas formas de produção do conhecimento e os forçaram a aprender sua cultura. Processo que ainda perdura na atualidade.

> Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005: 121)

A constituição da História enquanto ciência no início do XIX é parte importante da colonialidade. Neste ponto é relevante relembrar como a historiografia moderna pensava a África. Kabengele Munanga (2015) retoma Friedrich Hegel para entender como um dos principais pilares da História moderna pensava o continente africano. Hegel exclui África da totalidade da história universal, pois "conclui que a África é um mundo histórico não desenvolvido, inteiramente preso ao espírito natural e por isso mesmo se encontra ainda no começo da história universal." (Munanga, 2015:26). Para o professor, a história negada à

África também é negada aos seus descendentes na diáspora, o que os mantém marginalizados na História até o século XXI.

A História e consequentemente seu ensino estiveram pautados por um caminho de esquecimentos múltiplos quanto a memória e o pertencimento das civilizações não-europeias. Não por acaso, mas por escolha, esta é uma das formas de colonizar o saber. A colonialidade do saber, fundamentada no eurocentrismo, não permite a coexistência de saberes e culturas plurais. Ela reprime e condiciona o ser na perspectiva de que não há outras epistemes, a subjetividade do conhecimento é controlada (Oliveira e Lucini, 2020).

Fundamental pontuar que os conceitos que aqui usamos são frutos dos estudos feitos pelos autores do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que pautaram para a América Latina o pensamento decolonial (Oliveira e Lucini, 2020). É importante salientar que fui guiada aqui pelos Estudos Decoloniais, considerando-os como o "conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade (...)" (Quintero, Figueira e Elizalde, 2019).

A origem do Brasil como desdobramento da História da Civilização Europeia constrói a condução da ciência histórica no país e afeta diretamente seu Ensino ao longo dos séculos até os dias atuais. O Ensino de História desde o século XIX vem se constituindo como um potente fator colonizador, ancorado nas escolhas do IHGB e nos currículos propostos. A História enquanto disciplina de ensino esteve, e ao que veremos está, atrelada a manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser. Acredito que seja necessário uma atitude decolonial para transformar os parâmetros que construíram uma história única desde a Europa para explicar o Brasil em suas muitas particularidades.

Currículos de História e a manutenção da colonialidade

Para compreender como o Ensino de História tornou-se marca fundamental da colonialidade do saber no Brasil, vou percorrer um histórico dos currículos escolares. Por não ser possível pensar os currículos desde a implantação da História como disciplina escolar neste breve espaço, decidi delimitar a partir da década de 1930 as análises que farei. A data não é escolhida ao acaso, na verdade, pode ser considerada um marco na educação brasileira.

Em 1930 foi fundado o Ministério da Educação que organizou de maneira mais centralizada as atividades educacionais e os conteúdos escolares, que passaram a obedecer normas mais rígidas. Também podemos pontuar a Constituição de 1934, que adotou a educação como direito obrigatório e gratuito, o que acaba por mesmo que ainda de forma insuficiente, massificando o acesso à escola. Segundo a pesquisadora Solange Zotti

> Nesta nova conjuntura [pós Revolução de 1930] a educação ocupará lugar de destaque, pois a complexificação da sociedade urbano-industrial exigirá que um maior número de pessoas tenham acesso à escola. (...) pela primeira vez a educação é vista como necessária e pensada como um projeto nacional (Zotti, 2002: 71).

Não deixa de ser importante demarcar que a escola, ainda que para todos, não alcançava todos os espaços no país. Igualmente é preciso destacar que a obrigatoriedade do ensino relacionava-se apenas ao Primário, cujo Ensino de História não era tema de uma disciplina exclusiva, tal como no secundário. Mas opto por manter a escolha do período histórico como relevante para esta discussão, principalmente pelo surgimento dos primeiros currículos de caráter nacional. (Abud, 1993).

A professora Elza Nadai ao tratar sobre a trajetória do Ensino do História no Brasil coloca em evidencia a finalidade da História em sala de aula. A autora afirma que à História como disciplina cabia a expressão das ideias de nação e identidade comum dos variados grupos que aqui viviam. Era preciso negar a visão de país colonizado, e construir a perspectiva de um país que era resultado da colaboração de europeus, africanos e nativos, identificado com a Europa. É criando o mito da democracia racial que a História consegue silenciar os colonizados.

> Veiculou-se, assim, um discurso histórico que enfatizava de um lado, a busca do equilíbrio social, e, do outro, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferenciados habitantes (e grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo (Nadai, 1992: 149).

Kátia Maria Abud ao debruçar-se sobre os currículos na década de 1930 traz um importante apontamento sobre a finalidade da escola: "divulgar as ideias civilizadas produzidas pelas verdadeiras elites" (Abud, 1933: 164). Em se tratando de um currículo brasileiro, não é preciso dizer a cor e a origem da elite nacional. A professora ressalta que a Reforma de Francisco Campos (Decreto 19.890/31) visava o fortalecimento da unidade nacional e para tal organizava programas escolares das disciplinas. A História competia a formação para o exercício da cidadania, mas o texto ressalta que, naquele período, cidadãos eram apenas aqueles que participavam diretamente da política como dirigentes, obviamente as classes dominantes.

Ao analisar os conteúdos listados pelo Colégio Dom Pedro II para a época, a professora defende que

> Na realidade, toda a sequência e a organização dos programas seguiam a visão de mundo da classe dominante europeia, assimilada pelas elites das antigas colônias – a civilização chegava ao "Novo Mundo", quando o "Velho Continente" dele se apossava para coloniza-lo. Portanto não havia um história das nações americanas, mas a História da Europa na América. A história de seus antigos habitantes, das populações escravizadas, dos homens pobres era estudada nas perspectiva dos conquistadores dominantes (Abud, 1993: 170).

A centralidade dos currículos na Era Vargas visava construir um ideal de unidade nacional. A proposta do governo era preparar a sociedade para as mudanças sociais e econômicas que estavam em curso e, claro, formar mão-de-obra minimamente qualificada para tal. (Abud, 1993).

As reformas promovidas na década de 1930 e 1940 seguiram seu curso com algumas mudanças até a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei 4.024/1961). A nova legislação tinha um caráter menos prescritivo quanto ao currículo e entre o rol de disciplinas obrigatórias a História é indicada. No ano de 1962 o Conselho Federal de Educação indica normas para construir currículos comuns em âmbito nacional. Ainda assim, a organização do ensino que teoricamente deveria adequar-se ao contexto do estudante, na verdade acomoda-se especialmente garantindo os interesses da elite dominante (Zotti, 2002).

A partir da década de 1970, durante a Ditadura Civil-Militar, o governo edita uma série de mudanças na legislação. As normativas são uma consolidação do quem já vinha sendo feito durante os últimos anos, pós Golpe de 1964. A principal novidade para a História é a disciplina de Estudos Socais, que absorve os conteúdos de História e Geografia. O currículo passa a ser controlado e prescritivo, ao professor cabe apenas operacionalizar o conteúdo que foi articulado pelas esferas do poder (Fonseca, 2006).

Selva Guimarães Fonseca ao analisar os guias curriculares da década de 1970 observa como o controle do ensino estava relacionado a manutenção da colonialidade, mesmo sem usar este termo em seus escritos[151]. Ao abordar a comparação entre os currículos das 4 últimas séries do 1º grau, a professora sustenta que a civilização do Brasil foi determinada por dois fatores: a imposição de um grupo cultural mais avançado (portugueses) sobre os demais grupos étnicos (indígenas e africanos) e pelas condições do meio físico. A opção por transmitir a ideia de uma "história geral das civilizações", quer difundir a cultura europeia, as tecnologias do pretenso primeiro mundo. "A operação excludente aqui é clara; a história universal ou geral é a história do mundo ocidental desenvolvido" (Fonseca, 2006: 82).

Na década de 1980 as propostas curriculares são novamente repensadas. Neste momento, com as transformações políticas em curso no Brasil, a redemocratização e as lutas

[151] Fonseca analisa os currículos de Estudos Sociais de São Paulo e Minas Gerais e frequentemente afirma que os documentos de outros estados são muito parecidos com estes dois.

sociais, o currículo escolar passa a ser pensado de forma coletiva, mesmo que com alguns contornos de controle do poder público. Ainda há as mudanças na historiografia, com a Nova História Francesa e a Historiografia Social Inglesa, quando novas questões, atores e documentos passam a ser utilizados na História e chegam a sala de aula (Fonseca, 2006).

As propostas dos anos 80 trazem diferenças marcantes do período anterior, mas ainda não caminha rumo a uma proposta decolonial. Havia nas novas pospostas curriculares uma tentativa de enfrentar a problemática da exclusão. "As propostas expressam a necessidade histórica de trazer para o centro da reflexão, ações e sujeitos até então excluídos da História ensinada na escola fundamental" (Fonseca, 2006: 109). Mas ainda assim, os temas elencados para a sala de aula ainda eram eurocentrados, seja com o uso dos modos de produção marxistas para o ensino da história, seja com as propostas de história temáticas que vinculavam os temas brasileiros aos acontecimentos da Europa (Fonseca, 2006).

Sobre as décadas de 1990 e 2000 Circe Bittencourt analisa uma continuidade positiva nas mudanças dos anos anteriores. Ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a professora afirma que há uma tentativa de "proporcionar um ensino de História mais significativo para a geração do mundo tecnológico(...)" (Bittencourt, 2008: 99). O retorno da História e Geografia como disciplina independente traz novas perspectivas para os currículos. Bittencourt ainda sinaliza o uso da história sociocultural como um eixo de estudo que procura trocar o conceito de civilização, uma visão eurocêntrica do termo, por uma valorização das diversidades dentro do Ensino de História.

Não podemos deixar de fora desta análise as Leis 10.639/2003[152] e 11.645/2008[153] que versam sobre o estudo de história africana, afro-brasileira e indígena. Ambas foram conquistas importantes no contexto educacional e começaram um amplo trabalho de inclusão dos povos subalternos brasileiros no ensino. Mas não podemos ser ingênuos ao ponto de entender que a partir desta legislação, o Ensino de História tornou-se decolonial. Na verdade

[152] Lei que altera a LDB (9394/1996) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
[153] Lei que altera a LDB (9394/1996) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

o que veremos agora é como falta decolonialidade no principal documento educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

BNCC e a colonialidade

A década de 2000 foi particularmente importante no contexto das conquistas dos movimentos sociais quanto a educação antirracista no Brasil. Além das já citadas legislações que incluíram história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo, uma série de outras medidas foram tomadas a nível nacional. Podemos destacar o que Petronília Beatriz Gonçalves e Silva (2007) afirma sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras, criadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo a professora, o CNE ciente das desigualdades, principalmente as que afetam a população negra, é um dos instrumentos essenciais para a reconfiguração de uma política curricular que alcança "o âmago do convívio, trocas e confrontos em que têm se educado os brasileiros de diferentes origens étnico-raciais, particularmente descendentes de africanos e europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros" (Silva, 2007: 490).

Porém os avanços[154] e conquistas não se mantiveram por muito tempo. Retomando o que Margarida de Cássia Campos e Marleide Rodrigues Silva Perrude afirmam os pouco avanços passaram por um processo de retrocesso marcado pelas reformas educacionais, atrelada aos interesses do capitalismo e de projetos liberais e conservadores. As autoras citam a Reforma do Ensino Médio do governo Michel Temer [155]e a Base Nacional Comum Curricular como exemplos deste recuo (Campos e Perude, 2025).

[154] As autoras CAMPOS e PERRUDE (2025) elencam uma gama de atitudes governamentais que podem ser exemplos dos avanços do período quanto à educação e as relações étnico-raciais.
[155] As autoras CAMPOS e PERRUDE (2025) elencam uma gama de atitudes governamentais que podem ser exemplos dos avanços do período quanto à educação e as relações étnico-raciais.

A BNCC é uma preocupação na política educacional nacional desde a década de 1980. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei 9.394/1996) já vislumbravam a necessidade de construção de um currículo comum a todo país. Em 2015, durante do governo de Dilma Rousseff, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação começaram uma articulação para elaborar a BNCC. Até sua versão final, para o Ensino Fundamental em 2017 e para o Ensino Médio em 2018, o documento foi alvo de críticas e debates que descartaram as duas primeiras versões, mantendo a última que tem um caráter claramente mais alinhado ao novo governo e a nova configuração política existente (Campos e Perude, 2025).

Chama especial atenção as disputas em torno da parte da Base relacionada a disciplina de História. Os professores Giovani José da Silva e Marinelma Costa Meireles, professores convidados pelo Ministério da Educação (MEC) para integrar a equipe responsável pela elaboração da BNCC – História relatam em seu texto suas impressões e descontentamentos quanto a construção e publicação da BNCC. Os professores ressaltam que a equipe formada era bastante diversa com predominância de profissionais do Norte/Nordeste, o que permitia um deslocamento no olhar para fora do eixo Centro-Sul nacional.

A proposta inicial de Base Nacional Comum Curricular para História delimitava do 6º ao 9º ano do ensino fundamental o estudo da História do Brasil. O professor Giovani José da Silva em entrevista ao podcast Anjo da História afirma que houve uma inspiração no currículo australiano. Ele descreve assim a primeira versão:

> Foi com essa visão que a gente construiu, então o nosso, a nossa primeira versão, com o Ensino Fundamental – Anos finais, todo de história do Brasil, começando dede o que a gente convencionou chamar de pré-história. Mas é um termo horroroso, inclusive não estava entre nós, né? O que é o Brasil hoje? Antes da chegada dos europeus? E no ensino médio a gente valorizou o que nós chamávamos de mundos. Então havia no primeiro ano os mundos africanos e ameríndios. No segundo ano, os mundos americanos e no terceiro ano os mundos europeus asiáticos (Podcast Anjo da História, 2022).

A primeira versão da BNCC foi lançada em 2015, o componente História foi lançado uma semana depois do prazo, pois já havia embates em que o próprio MEC recomendava que "não se fizesse menção à diversidade de gênero e das sexualidades e que se diminuíssem as referências à história de indígenas, de africanos e afro-brasileiros, em detrimento de uma visão mais tradicional" (Silva e Meirelles, 2017: 14). A versão publicada como primeira proposta, uma modificação feita às pressas, sofreu várias críticas. Entre os críticos, historiadores consagrados publicaram em jornais artigos que chamavam a proposta de autoritária, uniformizadora e "brasilcentrica[156]".

Uma segunda proposta foi pensada para a BNCC a partir de propostas feitas por colaboradores no Brasil inteiro. Porém enquanto a equipe formada para a primeira versão trabalhava, uma segunda equipe composta por pedagogos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG), também construía um novo documento. A versão publicada tinha então uma História com caráter mais tradicional e eurocêntrico. A última versão publicada em 2017 e em vigor até hoje foi feita por professores do centro-sul brasileiro e não teve participação daqueles primeiros professores contratadas para a primeira elaboração (Podcast Anjo da História, 2022).

A BNCC que está entre nós hoje é claramente uma proposta tradicional, quadripatite e eurocêntrica da História. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são apêndices deste documento, não trazendo discussões e análises sobre a colonialidade/modernidade/decolonialidade em seu conteúdo. As discussões sobre sexualidades, gênero, racismo, patriarcado, quando muito, são postas sob o guarda-chuva da palavra diversidade, que não sustenta o que é necessário debater para uma atitude decolonial (Campos e Perude, 2025).

[156] Para consultar a matéria: https://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo-18225777, consultado em 10 jun. 2025.

A leitura do texto introdutório da BNCC História – Anos Finais (Brasil, 2018)[157] traz um olhar sobre o conhecimento histórico no mínimo ultrapassado. O enfoque em usos de documentos e fontes históricas e a constante afirmativa da necessidade de uma "atitude/prática historiadora" constroem um viés tradicionalista que talvez beire o positivismo.

Em nenhum momento o texto motivador tenciona qualquer conceito relacionado a raça, racismo, gênero, sexualidade, patriarcado, capitalismo ou colonialidade. Na verdade é no mínimo curioso, que a menção a História da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas estão atreladas a legislação sobre o tema. Estes temas parecem assim estarem ali exclusivamente dado a circunstância da obrigatoriedade e não da sua existência em si. É relevante ressaltar um trecho:

> A relevância da história **desses** grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das **alteridades** presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que **existem outros referenciais** de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (Brasil, 2018: 401. Grifos meus)

O fragmento que em algum momento trata dos afro-brasileiros e indígenas ainda os tratam como o "Outro". As palavras destacadas no parágrafo evidenciam a escolha. Quem escreve é o brasileiro, branco, civilizado, descendente da Europa. A História que a legislação obriga é a História do outro, da alteridade, daqueles que não podem ser nós. A manutenção do poder epistêmico, do poder colonial é clara quando colocada nestes termos.

[157] Detive-me ao texto do Ensino Fundamental – Anos Finais por ser a parte da BNCC que fica a cargo do professor especialista em História (diferente dos Anos Iniciais) e porque no Ensino Médio História é um dos componentes de Ciências Humanas e Sociais aplicadas o que demandaria uma outra abordagem que não é focal desde trabalho.

Quando a Base aprofunda-se nos procedimentos básicos para o ensino e aprendizagem de História nos Anos Finais há uma preocupação em identificar "(...) eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil) ordenando-os de forma cronológica (...)" (Brasil, 2018: 416). Destaca-se esses três espaços geográficos como uma tríade que é mobilizada mais quatro vezes em ordens diferentes ao longo das próximas duas páginas. A relação entre os eles só se dá em função do espaço europeu, não existe América em si mesma. América e África sempre existem em função de Europa.

Nos conteúdos prescritos para os estudantes, podemos facilmente observar o mesmo também em algumas habilidades. Para o 7º ano levanta-se a habilidade EF07HI03 "Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas **antes da chegada dos europeus**, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas" (Brasil, 2018: 423, grifos meus). Esta proposta atrela diretamente a existência do continente africano ao contato com a Europa. Além de desconsiderar toda uma dinâmica das populações presentes no território, não questiona nem relativiza o contato com alguns pontos específicos do continente e determinados povos sem compreender a imensidão e a diversidade em África.

Recomendada para o 8º ano há a habilidade EF08HI24

> Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica" (Brasil, 2018: 427).

Os produtos relevantes são aqueles usados por europeus, as dinâmicas internas das sociedades africanas estão atreladas exclusivamente à presença e exploração europeias. Não é relevante, para o documento, pensar as dinâmicas sociais pré-imperialismo. O importante é saber quais produtos a Europa demandava.

A terceira versão da BNCC é a manutenção da modernidade/colonialidade. Ao invés de romper com a versão cristalizada da História europeia, como propunha a primeira versão, esta vem solidificar, manter e conservar a História do Brasil como apêndice da Europa. Ao ignorar e não debater temas importantes do Brasil, como o racismo, estamos mantendo a estrutura discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar. Solidifica o mito da democracia racial e faz pensar que vivemos em uma sociedade harmoniosa. Porém muitos dados sobre a violência contra pessoas negras e indígenas no Brasil não coincidem com esta informação.

Considerações Finais

"Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram" (Munanga, 2015: 31). A habilidade de fazer uma história definitiva para as populações colonizadas tem se mantido no Brasil desde a instituição da História como disciplina escolar. A negação da participação de africanos, afro-brasileiros e indígenas na construção plural da História da Civilização Brasileira mantem a colonialidade do poder, do saber e do ser em nossa sociedade.

Como vimos ao longo destas páginas, a Base Nacional Comum Curricular (2018), apesar de tentativas outras de mudanças no paradigma estabelecido, manteve a colonização do currículo, do ensino e dos estudantes brasileiros. Petronília Beatriz Silva (2022) ao citar Nilma Gomes defende que a educação básica só poderá romper com a colonialidade do saber se estes não forem mais considerados novos conhecimentos ou mais uma disciplina. "Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política" (Gomes apud. Silva, 2022: 11).

A mudança necessária depende de uma atitude decolonial que, apesar de todos os problemas que envolvem o trabalho docente em nosso país, precisa vir do professor. A

decolonialidade como prática existe tanto quanto a modernidade/colonialidade se perpetua. A atitude decolonial necessária pode vir das escolhas diárias em sala de aula para a construção de um currículo real menos colonizado. É na sala de aula que podemos começar a história com “em segundo lugar”, como diz Chimamanda Adiche (2019).

Referências

ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de história**, v. 13, n. 25/26, p. 163-74, 1993.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ªed. São Paulo: Cortez. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: EI; EF; EM. Brasília: 2018.

CAMPOS, Margarida de Cássia; PERRUDE, Marileide Rodrigues da Silva. Educação decolonial e antirracista na BNCC do Ensino Médio da áres de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Revista e-Curriculum. São Paulo, v.23, p. 1-24, 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista Estudos Históricos, v.1, n. 1, 1988.

ISSN: 2317-0468

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Cap. 1. p. 27-53.

MUNANGA, Kabengele. Porque ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.62, p. 20-31, dez. 2015.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. Boletim Historiar, v. 8, n. 01, 2021.

PODCAST Anjos da História: "Perdemos o bonde da História": bastidores dos embates na BNCC. Entrevistadores: Giovana Guidette, Guilherme Schons, Hagatta Lengowski e Natália Vieira. [S.l.]: Universidade Federal da Fronteira Sul. 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/7oUqlyRezLIqZ7g2umgQuL?si=5uB-OExxRKiSktD1aY9NCA. Acesso em 15 jun 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor**, Buenos Aires, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. MASP Aftrall. Amanda Carneiro (Org.). Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, p. 1-12, 2019.

SILVA, Giovani José; MEIRELLES, Marinelma Costa. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. Revista Crítica História. v.8, n. 15, p. 7-30.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez.2007.

ZOTTI, Solange. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 4, n. 2, 2002.

ST17- SUJEITAS E SUJEITOS NA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERIÓDICOS, REDES DE SOCIABILIDADE E SEUS MÚLTIPLOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

As disputas de poder no bairro Patrimônio no contexto do processo de urbanização de Uberlândia

Andressa Giselly Sousa da Silva[158]
Lino José Pacheco Ferreira [159]

Resumo: Por meio deste trabalho, pretendemos relatar e analisar os resultados da aplicação do projeto de ensino desenvolvido pelos autores durante a formação no curso de graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Projeto no qual abordamos a história do bairro Patrimônio, considerado o mais antigo bairro periférico da cidade, cuja história é marcada pela cultura popular, sua população sempre foi bastante engajada nas festas populares, como a Folia de Reis, o Carnaval e o Congado. Nas últimas décadas, contudo, tem ocorrido um processo de gentrificação no bairro, que tem ocasionado a expulsão dos antigos moradores e o processo de apagamento da cultura e da história do próprio bairro. Assim, pretendemos elencar as contribuições do citado projeto para o processo de formação, tanto dos estudantes do ensino básico, quanto para a nossa formação docente.
Palavras-chave: Bairro Patrimônio, Uberlândia, História Local, Ensino de História.

Abstract: Through this work, we intend to report and analyze the results of the application of the teaching project developed by the authors during their undergraduate studies in History at the Federal University of Uberlândia (UFU). This project addresses the history of the Patrimônio neighborhood, considered the oldest peripheral neighborhood in the city, whose history is marked by popular culture. Its population has always been highly engaged in popular festivals, such as the Folia de Reis (Three Kings' Day celebration), Carnival, and

[158] Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail para contato: andressa.giselly@ufu.br
[159] Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail para contato: linopf10@hotmail.com

Congado (a traditional Afro-Brazilian religious and cultural festival). In recent decades, however, a process of gentrification has occurred in the neighborhood, leading to the expulsion of long-time residents and the erasure of the neighborhood's own culture and history. Thus, we intend to list the contributions of the aforementioned project to the training process, both for basic education students and for our teacher training.
Keywords: Patrimônio Neighborhood, Uberlândia, Local History, History Teaching.

Introdução

Este trabalho trata das experiências de desenvolvimento e aplicação de um projeto de ensino desenvolvido durante as disciplinas de PROINTER (Projeto Interdisciplinar) do curso de graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O PROINTER é uma disciplina obrigatória, dividida em quatro módulos e organizada de acordo com cada curso de graduação em licenciatura da UFU. No curso de graduação em História, a aplicação dessas disciplinas ocorre entre o segundo e o sétimo período. O PROINTER tem como objetivo a integração das dimensões de ensino pesquisa e extensão, por meio da elaboração e execução de projeto de ensino em escolas públicas, para que os discentes de graduação possam conhecer e analisar melhor as condições de trabalho docente na atualidade (Universidade Federal de Uberlândia, 2019), uma possibilidade de complementação da formação docente, por meio de outras experiências em sala de aula, além dos estágios obrigatórios.

Por meio do projeto, intitulado "As disputas de poder no bairro Patrimônio no contexto do processo de urbanização em Uberlândia", procuramos discutir acerca da história do bairro Patrimônio dentro da sala de aula, nos amparando em discussões relacionadas à história local, entre passado e presente, memória e narrativa. Através desse diálogo, buscamos alcançar uma troca de saberes com os estudantes, acompanhada da fomentação do exercício de se enxergar como agente histórico, em diálogo com suas vivências locais.

Ao trabalhar com a história local se torna possível diminuir a escala do objeto teórico com o qual se está trabalhando e enxergar de perto as nuances que o envolvem, nos

possibilitando vislumbrar a história que o envolve como um todo, como bem observa o historiador Reznik.

> A história local não se opõe à história nacional, muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. (Reznik, 2010: 92).

Ou seja, a localidade se coloca como um fator relevante na formação social, cultural e sociopolítica de uma comunidade e a própria identidade do local. Portanto, conhecer a história, as vivências e as lutas da população do bairro Patrimônio, permite entender melhor o movimento de resistência dessa população, marginalizada por bastante tempo, e ainda conhecer melhor a cidade de Uberlândia.

Tais disputas por espaço e poder dentro da cidade, são reflexo do processo de urbanização Uberlândia, e do processo de gentrificação que essa região, em específico, tem enfrentado nas últimas décadas. Entendendo a gentrificação como pontua o pesquisador Emanuel Oliveira Braga.

> O vocábulo "gentrificação" é um aportuguesamento do inglês gentrification, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra London: aspects of change (1964), onde a autora descreveu e analisou determinadas mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a 14 temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (Braga, 2016).

Ou seja, a gentrificação é o processo no qual a mudança no espaço urbano é realizada no sentido de atrair um outro segmento da população para determinada região, geralmente por meio da especulação imobiliária e a construção de edifícios residenciais e comerciais de

alto padrão, aumentando o custo de vida na localidade. Fator que acarreta, consequentemente, na mudança do perfil dos moradores, com a chegada de habitantes de uma classe social de mais alta renda, enquanto os antigos moradores das classes populares acabam sendo expulsos, visto que não conseguem mais se manter no mesmo espaço com o aumento do custo de vida.

Da história do Patrimônio

As origens do bairro Patrimônio remetem ao final do século XIX em 1883, quando o fazendeiro José Machado Rodrigues, devoto de Nossa Senhora da Abadia, doou 12 alqueires de terra para a Igreja. Instituição que posteriormente revendeu as terras para a população carente da região, por preços muito baixos. Nesse período também estiveram inseridos o processo municipalização da cidade de Uberlândia e a abolição da escravatura, ocorridos no mesmo ano, diante disso a comunidade negra começou a crescer cada vez mais na localidade. Nesse cenário, a maior parte dos que adquiriram as terras vendidas pela Igreja de Nossa Senhora da Abadia era composta pelos escravizados recém-libertos, que deram origem ao bairro (Santos; Souza Júnior, 2016: 78).

Desde o início da sua formação, o bairro sempre conviveu com a marginalização, devido ao preconceito que a classe política e a elite da cidade tinham em relação à população – preta e pobre – que ali residia. O bairro Patrimônio, por muito tempo não teve acesso à infraestrutura, água encanada, coleta de esgoto, por exemplo. Ele também era separado fisicamente do restante da cidade, pelo córrego São Pedro, por isso ele pode ser considerado o mais antigo bairro periférico da cidade. Assim se formou o bairro Patrimônio, um bairro marginalizado e, ao mesmo tempo, fazendo parte do processo que futuramente iria possibilitar a expansão da cidade de Uberlândia.

Nesse contexto, vale destacar que um dos aspectos mais marcantes da história do bairro é a Festa do Congado. Festividade que acontece no mês de outubro, se trata de uma festa de louvor a Nossa Senhora do Rosário, conhecida como padroeira dos negros, e São Benedito, o negro. O Congado é uma manifestação religiosa e cultural, que se originou no Brasil no século XVII e traz elementos da Igreja Católica e elementos culturais africanos, principalmente da Angola e do Congo (Brasileiro, 2010: 108).

Importante destacar como as atividades de lazer e pertencimento de uma comunidade aparecem conforme a situação social do grupo. Os carnavais e festas de congado que nasceram no bairro Patrimônio se colocam como formas de expressão diante da dura realidade em que moradores encontravam na região. Além de uma forma de expressão, as festividades também serviram como forma de marcar a identidade do local e dos moradores, que hoje mesmo não morando mais na região, não se esquecem que são do bairro Patrimônio (Santos; Souza Júnior, 2016: 79-80).

A festa do Congado também promove entre os moradores um senso de coletividade e aprendizado, tanto durante o festejo, quanto nos preparativos que o antecedem. É nos processos de doações e arrecadações onde se enxerga a interação social naquela comunidade, algo que perdura desde os tempos remotos, quando o bairro Patrimônio era habitado pelos "pé vermelho[160]" e permanece na atualidade, em que ainda é possível vislumbrar o tamanho da festividade. Apesar das mudanças físicas e do perfil dos novos moradores do bairro, o esforço para apagar essa trajetória não é o suficiente, as experiências não se apagam, pois, a memória as mantém vivas.

Após a criação do Praia Clube, clube recreativo frequentado pelas elites da cidade, em 1935, e sua mudança nos anos de 1980 para a área do frigorífico Ômega[161], a cidade de Uberlândia começou a se expandir cada vez mais para o setor sul. O bairro, assim, deixa de ser uma área marginalizada e passa a ser uma área visada pelas elites da cidade, sendo alvo da especulação imobiliária. Mas, as mudanças em curso não atingem de maneira positiva os antigos moradores, que passam a ter que lutar para preservar as tradições e memórias do local, ou, em muitas das vezes, acabam sendo expulsos da região.

Dessa forma, a história do bairro Patrimônio evidencia um processo de gentrificação decorrente da expansão dos limites do espaço urbano da cidade. E a chegada de moradores com maior poder aquisitivo gera conflitos, especialmente relacionados à festa do congado. Os

[160] Os moradores do bairro Patrimônio também eram conhecidos na cidade como "pé vermelho", devido à falta de calçamento das ruas e ao chão de terra (Santos; Souza Júnior, 2016, p. 74).
[161] O Frigorífico Omega, inicialmente denominado Charqueada Omega, localizava-se à margem do Rio Uberabinha, ao lado do Praia Clube. A empresa teve relação direta com a história dos moradores do bairro Patrimônio, visto que a maioria de seus funcionários residia na vizinhança. O estabelecimento permaneceu em atividade até a década de 1980 (MUSEU VIRTUAL DE UBERLÂNDIA, 2016).

novos residentes alegam que a festa faz barulho demais e usam isso como motivo para criticar e difamar o evento, bem como seus participantes, os congadeiros, chegando a propor, inclusive, a mudança dos locais de realização das festividades (Brasileiro, 2006: 28). Além das dificuldades em manter a Congada, os moradores mais antigos do bairro ainda precisam enfrentar a especulação imobiliária. Com o aumento dos preços e do custo de vida na localidade, muitos acabam tendo que vender suas residências e se mudar para outros bairros mais afastados do centro da cidade.

Desse modo, conhecer a história do bairro Patrimônio nos permite conhecer melhor a história da construção e do crescimento da cidade de Uberlândia. Ao trabalhar com a formação do bairro, e a sua relação do Congado, é possível analisar as disputas de poder e memória existentes na região, além de oferecer aos alunos a oportunidade de se reconhecerem nesses espaços. Vale ressaltar, ainda, a questão da memória, elemento fundamental da nossa identidade, tanto individual como coletiva, como destaca Reznik:

> Nossa identidade, se relaciona com a memória, ou seja, fundamenta-se naquilo que reconstituímos do passado como experiência importante. A memória é um patrimônio e tem valor fundamental para a nossa existência, assim como os bens materiais que dão suporte para o nosso cotidiano: uma casa, um carro, uma máquina fotográfica, um livro, um celular ou uma geladeira. A memória coletiva é patrimônio da coletividade. (Reznik, 2010: 91).

Foi importante e necessário, também, para o desenvolvimento do projeto, o contato com fontes históricas, fotos e vídeos do bairro Patrimônio nas temporalidades presente e passado, instigando o pensamento crítico dos mesmos. De modo a propiciar reflexões e debates acerca de uma temática com a qual pressupomos que os discentes não têm contato frequentemente, o bairro Patrimônio.

Com esse projeto, existia a pretensão de se trabalhar com a história do bairro Patrimônio, abordando a história de uma população batalhadora, que luta pelo não apagamento de suas raízes, ou seja, pela manutenção de suas memórias, que a décadas convive com a discriminação, a intolerância, e as ameaças do processo de gentrificação.

Elaboração e Aplicação do Projeto

Como já foi dito, por meio do projeto, inicialmente, pretendíamos trabalhar com a história do bairro Patrimônio, um dos mais antigos bairros da cidade de Uberlândia, que em seu início abrigou a parcela mais marginalizada da população local, mas que, com o tempo, passou por um processo de gentrificação. O projeto foi desenvolvido inicialmente na disciplina de PROINTER I, a pretensão era de se trabalhar com a cultura afro-brasileira dentro da cidade de Uberlândia, especialmente o congado. A elaboração do projeto teve início no ano de 2021, ainda no período da pandemia de COVID-19, quando tanto as escolas da rede pública da cidade de Uberlândia, quanto a UFU, haviam suspendido suas atividades presenciais e estavam desenvolvendo suas atividades de ensino no formato remoto, por meio de plataformas digitais.

No decorrer da pesquisa, ao se deparar com a história do bairro Patrimônio, local onde se iniciou a maior parte do que temos de cultura negra na cidade de Uberlândia, como o congado e o carnaval, surgiu a necessidade de se trabalhar com a história dele também, principalmente pelo apagamento histórico da narrativa dos antigos moradores da região. Assim, o trabalho idealizado para o PROINTER I já se deparava com a temática do processo de gentrificação do bairro Patrimônio e do congado em Uberlândia.

Durante a elaboração do projeto, foi levada em consideração a sugestão de um dos nossos professores para que a aplicação acontecesse em uma escola próxima ao bairro Patrimônio, desse modo, a Escola Estadual Américo René Giannetti foi escolhida inicialmente. Quando iniciamos a aplicação do projeto na disciplina de PROINTER II, no início do ano de 2022, chegamos a tentar contato com alguns professores da referida escola. Porém, tivemos algumas dificuldades em, sobretudo, em razão da Universidade Federal de Uberlândia ainda manter aulas no formato remoto no momento, enquanto a escola já havia retomado o regime presencial.

Posteriormente, iniciamos o contato com professores de outras escolas, procurando a instituição mais adequada para a aplicação do projeto. A partir do PROINTER III, já em meados de 2022, período em que tanto a UFU quanto diferentes escolas da rede pública já haviam retomado as atividades no formato presencial, o projeto passou a ser aplicado na

Escola Estadual Hortêncio Diniz. O projeto foi aplicado junto aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio da escola, localizada no bairro Marta Helena, zona norte da cidade de Uberlândia. Para trabalhar com as turmas, contamos com o apoio do professor Luiz Fellippe de Assunção Fagaraz, graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Como já foi relatado, tínhamos como ideia principal trabalhar a história do bairro Patrimônio em sala de aula pela sua trajetória, e também pelo fato de ela ser um contraponto interessante à narrativa predominante da história de Uberlândia, de que essa é uma cidade que sempre foi idealizada como a cidade do progresso, devidos às narrativas difundidas pela elite local.

Nessa lógica, decidimos incluir em nosso projeto o vídeo *Uberlândia, cidade menina*, uma produção audiovisual da década de 1940 que apresenta a cidade de Uberlândia na época. Optamos por utilizar esse vídeo como a atividade introdutória do nosso projeto, pois as produções audiovisuais são mais atrativas ao público do ensino básico e, também, porque o vídeo nos possibilitou levar o seguinte questionamento aos estudantes: por que o vídeo, ao fazer uma apresentação síntese da cidade de Uberlândia, não mostrou o bairro Patrimônio? Por qual razão optou-se pela exclusão do bairro onde residia a população preta, pobre e trabalhadora da cidade na época?

Na primeira etapa de execução do projeto, os estudantes assistiram ao vídeo *Uberlândia, cidade menina* (1940). Seguidamente, houve a aplicação de um formulário, por meio da plataforma *Google Forms*, com o intuito de conhecer melhor os estudantes, a realidade em que eles viviam, bem como compreender seus conhecimentos sobre conceitos-chave para a aplicação do projeto como “urbanização” e suas impressões sobre o vídeo. Os estudantes assistiram ao vídeo em sala de aula, posteriormente, um tempo ao final da aula foi reservado para a resposta do formulário on-line, para que não houvesse prejuízos para os alunos que talvez não tivessem acesso a internet em casa.

As impressões sobre o vídeo “Uberlândia, cidade menina” foram várias. A maioria dos alunos afirmou que havia gostado do vídeo, principalmente por apresentar imagens antigas da cidade, de um jeito que eles ainda não tinham visto. Dentre as respostas sobre as impressões do vídeo, uma chamou bastante atenção, o aluno respondeu: “Achei interessante.

A maioria das pessoas era [sic] brancas, eles usavam umas roupas bem elegante [sic] e a cidade era pequena.” Aliás, mesmo sem intenção, um outro aluno chegou ao ponto principal que nosso projeto tinha a intenção de abordar, mostrar como a história do bairro Patrimônio entrava em conflito com a história de Uberlândia apresentada pelas classes dominantes.

A maioria dos alunos, no formulário, relatou não conhecer bem o bairro Patrimônio. Entretanto, ao mesmo tempo, na pergunta: “Qual tipo de população você identifica no bairro Patrimônio? Você o considera como um bairro de classe média alta ou baixa?”, uma parte considerável dos estudantes relatou que considera o Patrimônio como um bairro de população de classe média-alta. O que demonstra que o senso comum da sociedade uberlandense não considera mais o Patrimônio como um bairro de população de baixo poder aquisitivo, mas sim um bairro de classe média.

A segunda etapa do projeto foi aplicada em sala de aula, onde os estudantes receberam orientações para a realização das suas próprias pesquisas sobre o local onde moram, para apresentação em uma aula posterior, cerca de duas semanas depois. Era esperado que os alunos coletassem registros históricos, fotos, relatos, entrevistas e até gravações em áudio e vídeo, acerca da história do bairro em que residem.

Posteriormente, na etapa seguinte do projeto, foi realizada uma apresentação expositiva em sala de aula para os estudantes. Em um primeiro momento, apresentamos a história do bairro Patrimônio, o início das disputas de poder na localidade, as festividades, com destaque para o Congado, e o movimento de resistência dos moradores mais antigos. Nesse contexto, procuramos traçar paralelos com o processo de urbanização e gentrificação que ocorreu e o racismo estrutural presente nas relações entre os moradores antigos contra os novos moradores do bairro.

Foi uma experiência interessante, imaginamos que essa temática não iria despertar um grande interesse dos alunos, afinal, a maior parte deles não conhecia o bairro Patrimônio. No entanto, uma parte considerável dos mesmos realmente prestou atenção na explicação, apesar de alguns terem se dispersado durante boa parte do tempo, seja conversando com os colegas ou dormindo. O interesse geral da turma foi algo surpreendente e positivo, parte disso foi

atrelado às fotos, vídeos e exemplos que foram utilizados durante a apresentação, que acreditamos ter chamado a atenção dos alunos.

Cerca de uma semana depois, retornamos à sala de aula e montamos com os estudantes uma roda de conversa, na qual eles apresentaram suas próprias pesquisas sobre a história dos bairros em que moravam, sendo que a maioria morava em bairros nas proximidades da escola. Uma parte considerável dos alunos só escreveu as informações básicas que acharam em uma busca rápida na internet. Apesar disso, também ficou nítido o empenho de alguns alunos, que realmente empreenderam buscas significativas atrás da história da sua localidade e, ao se depararem com a escassez de fontes disponíveis na internet, optaram pela história oral como fonte de pesquisa. Esses alunos perguntaram aos seus familiares e vizinhos o que eles sabiam sobre a história do bairro em que residiam.

Diferentes alunos trouxeram histórias, fotos e relatos, mostrando-se participativos na roda de conversa. A partir do diálogo com os estudantes, foi possível traçar paralelos entre suas próprias experiências de viver em periferia, buscamos trabalhar as memórias dos moradores do bairro Patrimônio e dos alunos como narrativas históricas válidas.

Durante a roda de conversa os estudantes relataram, ainda, como eles percebem o descaso do poder público com os bairros em que residem, em detrimento com os bairros das regiões central e sul da cidade, onde predomina uma população de maior poder aquisitivo. Como já foi dito, a maioria dos estudantes reside nas proximidades da própria escola, uma região não muito valorizada da cidade, onde reside majoritariamente uma população de classe média-baixa, de acordo com as informações contidas no Projeto Político-Pedagógico da escola sobre o perfil socioeconômico das famílias dos estudantes (Escola Estadual Hortêncio Diniz, 2020: 6).

Posteriormente, foi disponibilizado um último formulário aos alunos. Esse formulário teve como intuito a sistematização dos registros históricos que os alunos coletaram e socializaram em sala de aula durante a roda de conversa. O mesmo também continha algumas questões, que nos possibilitaram fazer um balanço final da aplicação do projeto. Por meio dele, os alunos expuseram suas reflexões acerca da história do bairro Patrimônio, abordada ao longo do projeto. No mesmo, ainda, muitos alunos relataram que se enxergam como sujeitos

históricos. Consideramos esse um dos principais pontos positivos do nosso projeto, a ampliação da noção de que todos são sujeitos históricos entre os estudantes.

Optamos por trilhar um percurso de trabalho que reflete a realidade do ensino básico brasileiro contemporâneo. Incluímos duas atividades de caráter expositivo, a apresentação do vídeo e a exposição da História do bairro Patrimônio, feita em sala de aula para contextualizar melhor o objeto de estudo do projeto de ensino ao nosso público interlocutor, já que essa temática não é muito trabalhada no Ensino Médio. Não há, inclusive, nenhuma referência explícita quanto à abordagem da História Local/Regional no Ensino Médio, na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC).

No desenvolvimento do projeto, também aplicamos dois formulários on-line, formato de atividade que se popularizou bastante durante a pandemia de COVID-19, pela praticidade e acessibilidade conferidas aos estudantes, desde que eles tenham acesso à internet. Selecionamos atividades que possibilitam ao aluno o exercício de um papel mais ativo no seu próprio processo de aprendizagem, a exemplo da roda de conversa e da atividade prática de coleta de registros históricos, na qual os estudantes coletaram registros da história do bairro em que residem.

Dessa forma, tentamos fazer com que os estudantes compreendessem que a História não é feita somente pelos grandes sujeitos, famosos, políticos, empresários e integrantes das elites, por meio de suas grandes ações e iniciativas documentadas pela mídia e pelos registros oficiais. A História é feita no cotidiano, por pessoas comuns, inclusive por pessoas trabalhadoras, que residem em bairros e localidades pouco valorizadas, como é o caso do público interlocutor do projeto, os estudantes da E. E. Hortêncio Diniz.

Considerações Finais

Na prática, foi possível aplicar as quatro etapas do projeto em parceria com os estudantes de forma exitosa. Adentramos no ambiente da Escola Estadual Hortêncio Diniz levando o nosso projeto na esperança de obter resultados produtivos, que contribuíssem para o processo de formação tanto dos estudantes da escola, quanto o nosso, de professores em formação.

O professor Luiz Fellippe se mostrou muito disposto e solícito, fazendo a mediação das atividades com as duas turmas. Os alunos, em um primeiro momento, demonstraram certo distanciamento do conteúdo apresentado. No entanto, em um segundo momento, se mostraram muito atenciosos, participativos e dedicados, especialmente na entrega dos trabalhos. Os estudantes chegaram até nós, durante a atividade da roda de conversa, com muitas fotos impressas nas mãos e trabalhos com capas coloridas e desenhadas, evidenciando envolvimento e comprometimento com o projeto.

O principal ponto da roda de conversa foi justamente o diálogo entre a história do bairro Patrimônio e a história dos alunos, através das comparações realizadas entre as vivências e experiências de ambas as partes. Houve a compreensão de que mesmo parecendo ser um caso isolado, a história do bairro ajuda a refletir sobre a própria realidade vivida pelos estudantes, como se fosse um pedaço apagado da história da cidade.

Através dos comentários, mesmo que alguns inocentes, foi possível perceber uma noção de pertencimento ao local em que vivem. Quando um dos alunos questiona o motivo dos noticiários só apresentarem os crimes do bairro em que vive, e não os pontos positivos da região, uma chuva de respostas aparece. Respostas, essas, unânimes em apontar a falta de interesse do poder público em ajudar a região e o fato de que a área acaba ganhando esse "estereótipo" devido à população de baixa renda que vive ali. Tais momentos de troca foram possíveis pela escolha de se trabalhar com a história local.

Os estudantes se engajaram à medida que cada colega apresentava seu nome, bairro e a história que tinham para contar sobre ele, o nome Patrimônio foi colocado algumas vezes nesses cruzamentos de realidades. Assim, nesse projeto, os estudantes produziram reflexões a respeito da estrutura social uberlandense. Apesar da cidade se ancorar num discurso de progresso e desenvolvimento, ela sempre foi, e continua sendo, um ambiente segregador, pautado na invisibilização da parcela menos bem-quista pelos grupos dominantes.

No processo de elaboração, durante sua execução, e nas reflexões desenvolvidas posteriormente, conseguimos perceber a importância da difusão tanto da ideia de professor-pesquisador entre os docentes do ensino básico, quanto o incentivo à produção de conhecimento histórico, de forma mais efetiva, dentro de sala de aula. Temos ciência das

dificuldades inerentes a isso, já que não se pode cobrar dos estudantes do ensino básico o rigor de uma investigação historiográfica feita por acadêmicos. Mas acreditamos que esse incentivo de buscas, por parte dos estudantes, de documentos, relatos, materiais de memória como diria Reznik, na medida do possível, pode ser algo bastante enriquecedor para as aulas de História no ensino básico.

Nesse sentido, defendemos que a história das pessoas comuns, marginalizadas e de menor poder aquisitivo, seja resgatada e analisada pelos alunos do ensino básico, justamente os integrantes e filhos de grupos atingidos pelo preconceito e pelos processos de segregação. Possibilitando, assim, a contraposição às narrativas difundidas pelos grupos dominantes.

Logo, acreditamos que o projeto foi significativo para os alunos, que conheceram uma parte da história da cidade em que vivem que não costuma ser valorizada e por conseguirem se enxergar nesse espaço, fazendo paralelos entre a história que lhes foi apresentada e a pesquisa que eles trouxeram prontamente. No mais, também acreditamos e defendemos, que a difusão da noção ampliada de sujeitos históricos, que deveria ser óbvia, mas infelizmente não é, acompanhada do incentivo à produção de conhecimento histórico no ambiente escolar, com a participação efetiva dos alunos, pode trazer grandes contribuições para o ensino de História.

A elaboração e a aplicação do projeto de PROINTER foi uma experiência bastante significativa, que agregou em nossa formação. Nosso primeiro contato com o ambiente escolar, na condição de professores em formação, deu-se nesse percurso. Um contato proveitoso, no qual compreendemos melhor as dinâmicas do ensino básico. Por meio desse projeto, entendemos melhor a importância do conhecimento histórico no ensino básico e das contribuições que a história local traz para o ensino de história. Também percebemos a importância de se trabalhar com projetos, de modo que não é necessário recorrer a metodologias extremamente inovadoras ou recursos tecnológicos de última geração. Às vezes, somente a abertura para o diálogo, chamando a participação dos estudantes, já é suficiente para a produção de conhecimento histórico em sala de aula, como fizemos durante a aplicação do projeto.

Ademais, ao longo das disciplinas relacionadas ao PROINTER, conseguimos perceber melhor a importância do uso de projetos em sala de aula, e da valorização de maiores estudos na área do ensino de história. Pois, são justamente os estudos dessa área que refletem-se de maneira mais direta na produção de saber histórico no ensino básico. Conforme pontuado por Cubas:

> Tornar o passado presente requer instaurar-se nele. Não o tratar como mera informação do que ocorreu (e em relação a qual nos envergonhamos ou orgulhamos e devemos ou não repetir), mas, ao revisitá-lo, se deixar afetar, entendendo-o como constitutivo do que somos. O estudo do passado não pode ser resumido a uma coleção de informações úteis, a serem mobilizadas apenas quando – e se – necessário. É preciso reivindicar tempo no presente para promover um ensino de história que assuma sua responsabilidade com o passado (sem negá-lo ou assepsiá-lo) e com o futuro (sem incorrer em uma 'história mestra da vida', relevante apenas pelo que pode legar. (Cubas, 2022: 25-26).

Sem dúvidas, podemos dizer que, ao revisitar o passado do bairro Patrimônio e das pessoas que moravam naquele local, com nosso projeto tentamos refletir e compreender como essa história que o poder público de Uberlândia tenta apagar se manifesta nos dias de hoje. Ao realizar o diálogo entre a realidade dos antigos moradores do bairro Patrimônio e os estudantes da Escola Estadual Hortêncio Diniz, foi possível criar uma ponte para identificação e reconhecimento de sua própria história e a do outro, com os estudantes.

Referências:

BEZERRA, Juliana. Congada. [*S. l.*], s/d 21--?. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/congada/#:~:text=Congada%2C%20congado%20ou%20congo%2C%20%C3%A9,crist%C3%A3%20e%20de%20matriz%20africana>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASILEIRO, Jeremias. Aspectos Socioculturais do Congado de Uberlândia: cultura, tradição, modernidade. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 8, n. 1, 2010. DOI: 10.14393/REP-2009-20070. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20070. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASILEIRO, Jeremias. Congado em Uberlândia: espaço de resistência e identidade cultural, 1996-2006. 2006. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19180/1/CongadoUberlandiaEspaco.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CUBAS, C. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. Revista História Hoje, v. 11, nº 22, p. 15-32 – 2022.
ESCOLA ESTADUAL HORTÊNCIO DINIZ. Projeto Político-Pedagógico. Uberlândia, 2020.

FRIGORÍFICO Omega e o bairro Patrimônio. 2007. Disponível em: https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/frigorifico-omega/. Acesso em: 07 nov. 2023.
REZNIK, Luís. História local e práticas de memória. In: PEREIRA, Júnia Sales. Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 2010. v. 1. p. 89-110.

SANTOS, Rosselvelt José; SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes. 'Já dancei congadas, folias e carnavais': a festa na condição de resíduo e ato territorial no bairro patrimônio em Uberlândia-MG. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 38, n. 1, p. 73-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/28873>. Acesso em: 28 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de História. Ficha de Componente Curricular PROINTER. Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://www.inhis.ufu.br/graduacao/historia-licenciatura/fichas-de-disciplinas>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Imprensa feminina e feminista brasileira em foco: a atuação de Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944)

Pâmela Mello de Azevedo[162]

Resumo: A literatura, a imprensa e outras formas de expressão cultural foram os principais meios de divulgação de ideias e reivindicação de direitos para as mulheres na Primeira República (1889–1930). Entre os nomes dessa resistência feminina, destaca-se a poetisa Presciliana Duarte de Almeida, cuja trajetória intelectual foi atravessada pelo apagamento histórico. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo destacar as contribuições da escritora na imprensa. De caráter histórico-documental, a pesquisa parte da História Cultural e analisa a fortuna crítica de Presciliana e os indícios encontrados na imprensa a seu respeito –, sob o aporte de Chartier (2002), Burke (1997) e Ferreira (2015), em diálogo com Araújo (2008), Faedrich (2018) e Pinto (2023). Conclui-se que Presciliana ocupou posição de destaque na intelectualidade brasileira da época, com atuação relevante nos campos da educação, da literatura e das questões sociais.

Palavras-chave: Imprensa feminista; Presciliana Duarte de Almeida; A Mensageira;

Abstract: Literature, the press, and other forms of cultural expression were the main means of disseminating ideas and claiming rights for women in the First Republic (1889–1930). Among the names of this female resistance, the poet Presciliana Duarte de Almeida stands out, whose intellectual trajectory was marked by historical erasure. In this sense, the present study aims to highlight the writer's contributions to the press. Of a historical-documentary nature, the research starts from Cultural History and Chartier (2002), Burke (1997), and Ferreira (2015), in dialogue with Araújo (2008), Faedrich (2018), and Pinto (2023). It concludes that Presciliana occupied a prominent position in the Brazilian intellectual scene of the time, with relevant activity in the fields of education, literature, and social issues.

[162] Graduanda em Pedagogia (UERJ) Azevedo.pamelamello@gmail.com

analyzes the critical reception of Presciliana and the evidence found in the press about her – based on the work of

Keywords: Imprensa feminista; Presciliana Duarte de Almeida; A Mensageira;

Introdução

Apesar da hostilidade direcionada às escritoras mulheres, do desencorajamento que recebiam pela sociedade patriarcal, das barreiras e dos limites políticos e sociais impostos à elas, o esforço das mulheres escritoras na Primeira República (1889-1930) para produzirem obras literárias, para estarem presentes na imprensa e para expressarem seus pensamentos no meio intelectual persistiu, o que resultou em significativas contribuições na história brasileira feminina e feminista, tais como o avanço da educação e dos direitos das mulheres.

Contudo, existem, nesse sentido, lacunas na história brasileira, causadas pelo gradual apagamento histórico da luta e da resistência de várias mulheres que apresentaram trajetórias intelectuais de destaque tanto na imprensa quanto na literatura. Apagamento este que, segundo Faedrich (2018), é surpreendente, porque as mulheres já estavam e escreviam no meio literário nessa época. A amnésia sexista está intrinsecamente ligada aos repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas e a hostilidade, mesmo que branda, conecta-se ao exíguo e desproporcional espaço dedicado à produção das escritoras na memória da literatura brasileira. (Faedrich, 2018).

Nesse contexto, a literatura, a imprensa e outras formas de expressão cultural foram importantes para as mulheres na Primeira República (1889-1930), pois foram esses os principais meios para divulgar suas ideias, reivindicar seus direitos e questionar aspectos políticos e sociais da época, pavimentando espaço para debates acerca da dominação masculina no meio intelectual. Como indica o estudo de (Pinto, 2023: 713), “essas mulheres tiveram de construir, elas mesmas, suas imagens e promover a circulação de suas obras. Seja

por meio de dedicatórias, textos laudatórios, associações conjuntas a instituições, participação conjunta em eventos ou periódicos".

Entre nomes conhecidos de mulheres que se dedicaram a essa resistência feminina, recebem destaque a escritora Júlia Lopes de Almeida, a jornalista Narcisa Amália e a poetisa Presciliana Duarte de Almeida, em tela neste estudo. Presciliana, assim como muitas de suas contemporâneas, teve a sua trajetória intelectual atravessada pelo apagamento, fato esse que já justificaria o porquê da escolha de seu nome para esta pesquisa. Contudo, convém ressaltar que Presciliana contribuiu em diversas áreas, as quais incluem a produção de materiais e poesias para o contexto didático, a preocupação com a literatura infantil, além da fundação e direção de uma revista importante da época.

Assim, a realização desse estudo possui como ponto de partida a História Cultural, ao operar com rastros, indícios e fios da história para reconstruir e entender o passado, buscando compreender como as pessoas construíam suas próprias histórias nos seus contextos culturais e sociais. De caráter histórico-documental, este texto analisa a fortuna crítica de Presciliana, bem como os indícios encontrados na imprensa a seu respeito – considerando as menções a seu nome e pseudônimos – sob o aporte de Ferreira (2015), Chartier (2002) e Burke (1997). No que diz respeito aos referenciais, estabelece diálogo com Araújo (2008), Faedrich (2018) e Pinto (2023).

Ademais, os aspectos da imprensa feminina e feminista e os elementos da escrita feminina da época recebem destaque neste trabalho. Mais do que feminina, essa escrita revela-se feminista, ao considerar que as autoras o rompimento com "as amarras que as prendiam no mundo restritivo do lar, tornaram-se intelectuais reconhecidas, até mesmo no universo restrito da academia, e desfizeram os preconceitos forjados para impedir a mulher de participar..." (Araújo, 2008: 52).

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo destacar as contribuições da escritora Presciliana Duarte de Almeida na imprensa feminina, ao apresentar um pouco de sua vida e obra, partindo do pressuposto de que se tratava de uma renomada poetisa e

escritora. Para tal, divide-se em três seções que visam, sumariamente: traçar um esboço da trajetória biográfica e intelectual de Presciliana; apresentar um panorama acerca de sua contribuição na imprensa periódica; e, por fim, analisar sua atuação na revista *A Mensageira*.

Quem foi Presciliana Duarte de Almeida? – Vida e trajetória da escritora

Segundo informações apresentadas no site da Fundação Biblioteca Nacional Digital (FBNDigital) e destacadas na pesquisa de Pedrozo (2020) e de Raissa Nunes Pinto (2018), Presciliana Duarte de Almeida nasceu em Pouso Alegre (MG), em junho de 1867. Era filha de Joaquim Roberto Duarte e de Rita Vilhena de Almeida Duarte. Ainda sobre sua família, De Luca (1999) destaca que Presciliana era neta de Aureliano Batista Pinto de Almeida Filho, coronel da Guarda Nacional e advogado, além de sobrinha-neta da poetisa Bárbara Heliodora - a mártir da Inconfidência Mineira - e do poeta Alvarenga Peixoto (1742-1792). Era, ainda, prima da escritora Maria Clara Cunha Santos e também de Sílvio Tibiriçá de Almeida, formado em Direito e também poeta, com quem viria a se casar (De Luca, 1999).

Assim, Presciliana contou com o apoio familiar em seu processo educativo, tendo a oportunidade de estudar e adquirir conhecimentos em seu próprio lar, com o auxílio de sua mãe, de um professor particular e de um tio. Nota-se, assim, que as pessoas de seu convívio, desde a juventude, possuíam certo prestígio intelectual e exerciam influência relevante, o que possibilitou seu contato precoce com a leitura e a escrita. Suas conexões e relações foram fundamentais em sua trajetória. Como destaca Pinto (2023, *apud* Woolf, 2014), o contexto social e o capital cultural exerciam grande influência sobre a possibilidade de inserção na rede intelectual.

Além disso, durante a pesquisa, observou-se também que Presciliana contava com o apoio de seu primo e marido, Sílvio, que em várias ocasiões participou com ela de publicações e atividades literárias. Contudo, é imprescindível destacar que, apesar de todo o possível apoio familiar que possuía,

> "...importa não apenas uma descendência ou uma tradição literária, mas também as relações que se estabelecem entre esses intelectuais. Essas relações constituem, ao lado da biografia e da bibliografia de cada um dos literatos sua trajetória intelectual, ou seja, o caminho percorrido pelos escritores para que se chegasse ao reconhecimento e ao prestígio no cenário literário." (Pinto, 2023: 720)

Nesse sentido, conforme as fontes consultadas, Presciliana começou a compor versos ainda na adolescência, junto de sua prima Maria Clara Cunha dos Santos. Os poemas foram publicados na obra *Rumorejos* (1890), no Rio de Janeiro, e também na coletânea *Efêmeras* (1893), escrita em parceria com o primo e futuro marido, além de Maria Clara. Posteriormente, Presciliana passou a escrever um jornal manuscrito com sua prima, intitulado *O Colibri*, que teve duração de quatro ano. Nele, Presciliana já expressava seus pensamentos e ideias acerca das questões intelectuais femininas de sua época**.**

Assim, prosseguiu sua trajetória e contribuiu para diversos periódicos. Conforme a pesquisa de Pedrozo (2020) e as consultas realizadas no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ela colaborou em jornais e revistas como *Sul Mineiro, A Cidade, Revista Caiaca, A Estação, A Semana, Diário Popular e A Família*.[163]

De acordo com Pedrozo (2020), após casar-se com Sílvio Tibiriçá de Almeida, Presciliana passou a residir em São Paulo, onde o marido continuou exercendo o magistério. De Luca (1999) afirma que, em São Paulo - onde surgiam novos projetos educacionais -, Sílvio prosseguiu sua carreira como professor, e Presciliana passou a conviver com figuras como Francisca Júlia da Silva, Filinto de Almeida e Zalina Rolim, entre outros nomes inseridos no contexto intelectual da imprensa, da literatura e da educação da época. Além disso, o casal teve três filhos, e mesmo com a formação de sua família e dificuldades

[163] De acordo com a tese de Silva (2021), *A Família*, jornal fundado em São Paulo no ano de 1888, por sua proprietária e redatora chefe a recifense Josephina Álvares de Azevedo, teve várias colaborações e pontua que Presciliana Duarte de Almeida, diretora da revista A *Mensageira*, também havia participado ativamente em *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe e família.*

financeiras, Presciliana não deixou de colaborar em periódicos e de iniciar sua participação na literatura infantil, como demonstrado por Raissa Nunes Pinto (2018) em seu estudo.

Ao conquistar certa estabilidade financeira, Presciliana pôde colocar em prática um de seus maiores projetos: fundou, em 1897, a revista *A Mensageira*, periódico feminino e feminista lançado na cidade de São Paulo, que obteve grande êxito, além das colaborações concomitantes com outros periódicos, como *O Quinze de Novembro, A Verdade, A Família, A Estação, A Tribuna, Revista da Semana (RJ), Órgam do Partido Republicano e Revista Feminina*, entre outros.

Mesmo após o fim de *A Mensageira*, em 1901, Presciliana prosseguiu sua trajetória intelectual, desempenhando diversos papéis na área da educação e desenvolvendo obras de literatura infantil. Passou a atuar em conjunto com o marido no Colégio Sílvio de Almeida[164], exercendo funções de "secretária, recepcionista, bibliotecária e orientadora pedagógica" (De Luca, 1999, n.p.). Publicou, assim, o livro de poesias *Sombras* (1906) e lançou os livros infantis *Páginas Infantis* (1908) e *Livro das Aves* (1914).

Além disso, Presciliana foi escolhida para ocupar a cadeira de n° 8 da Academia Paulista de Letras (APL), fundada em 1909, juntamente com Silvio Tibiraçá de Almeida, pois, ainda segundo De Luca (1999), as reuniões para iniciar e fundar a Academia ocorriam no Colégio Silvio de Almeida da família, o que garantiu ao casal as cadeiras. Assim, como ressalta Santos (2000), Presciliana além de membro fundadora da APL foi também responsável por ser a bibliotecária da instituição.

[164] Conforme De Luca (1999) e Pedrozo (2020), o Colégio Silvio de Almeida, que também é mencionado como Ginásio Sylvio de Almeida, foi fundado por Silvio Tibiriçá de Almeida (1867-1924), marido de Presciliana Duarte de Almeida. O colégio funcionava em regime de internato e externato recebia alunos de todo o estado de São Paulo e do sul de Minas Gerais. O principal foco era a preparação dos rapazes para ingressarem no ensino superior. Era gerido pelo fundador com a intensa colaboração de sua esposa, e chegaram a reservar algumas vagas para o ensino gratuito de alunos carentes.

Mesmo após a morte do marido, a poetisa continuou a escrever para alguns periódicos como *A Cruz; Diário de Notícias* e escreveu *Vetiver* (1939) que, conforme as fontes consultadas , foi sua última obra até que publicada em vida, já que Presciliana faleceu em 1944.

Portanto, por meio dessa análise, observa-se que Presciliana Duarte de Almeida ocupou posição de destaque na intelectualidade brasileira de seu tempo, atuando em diversas frentes - na educação, na literatura e na imprensa. Ainda assim, seu nome e sua trajetória foram atravessados pelo apagamento histórico. Como afirma Faedrich (2018: 164), "a hostilidade para com as escritoras mulheres pode se relacionar ao seu gradual desaparecimento da memória literária brasileira".

Esse apagamento torna-se evidente ao se observar que Presciliana, como tantas escritoras da época, foi alvo de hostilidade. Segundo Santos (2000), circulavam comentários de que teria conquistado a cadeira apenas por ser esposa de Sílvio de Almeida, desconsiderando sua extensa trajetória intelectual, marcada por obras, colaborações e atuação educacional. Assim, "essa hostilidade branda se conecta ao exíguo e desproporcional espaço dedicado à produção das escritoras na memória da literatura brasileira" (Faedrich, 2018, p. 165) e, "ainda que se assemelhassem em volume, prestígio e renome, as mulheres escritoras parecem ter coadjuvado, por diversas vezes, os movimentos que elas próprias ajudaram a consolidar" (Pinto, 2023, p. 716).

Destaques em periódicos

Além de dirigir e fundar a revista *A Mensageira*, Presciliana foi uma colaboradora assídua em diversos jornais e revistas literárias, muitas vezes assinando como Perpetua do Valle. Por meio dessas colaborações, ela construiu uma rede de relações intelectuais e consolidou sua presença no meio literário da época, como analisado através de consultas realizadas no site da Fundação Biblioteca Nacional Digital (FBNDigital).

Em *A Família* (1888–1897), periódico dirigido por Josephina Álvares de Azevedo, publicou versos como *A Infância* e *A um Anjo,* que ajudaram a projetar seu nome nacionalmente. No *Diário de Notícias,* publicou um soneto inédito em homenagem ao Dia das Mães, e no *Correio de S. Paulo,* apresentou o *Enigma n. 4* — parte da obra *Páginas Infantis*.

Sua produção também alcançou o público infanto-juvenil na edição infantil de *A Gazeta* (1935), com o diálogo em versos *O que eu quero ser*, no qual uma menina expressa o desejo de ser "Presidente da República" — algo simbólico para o período. Em *Escrínio*, publicou o poema *Gonçalves Dias* (1901) e o conto *O Azarias* (1910), que integrava a coletânea *Páginas Infantis*. Também colaborou com revistas prestigiadas como a *Revista Feminina* (1914–1936), onde publicou poemas e artigos, além de outras publicações relevantes, como *A Estação, A Semana, Educação, Alvorada, O Quinze de Novembro e A Verdade***.**

Dessa forma, a produção de Presciliana Duarte de Almeida pode ser dividida em duas partes principais: a literatura voltada ao público adulto, marcada pelo lirismo; e a produção voltada à infância, de caráter educativo e estético. A poetisa valorizava o ritmo, a musicalidade e o humor, compondo poemas com linguagem viva e expressiva. Os textos abordavam temas como a nostalgia, a infância, os animais e o encantamento.

Presciliana utilizou a imprensa de forma estratégica para dar visibilidade à sua produção, como foi possível notar ao analisar artigos elogiosos publicados em periódicos como *O Paíz* e *Diário de Pernambuco*. Os poemas de *Páginas Infantis* foram recitados em escolas e o evento era noticiado no *Correio Paulistano*, e jornais como o *Diário de Pernambuco* publicavam notas de divulgação sobre seus livros.

Revista *A Mensageira*

Para essa análise foi utilizada a edição *fac-similar*, em dois volumes, publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, além de conteúdos da Biblioteca Nacional

Digital. Já em sua capa, é possível notar que *A Mensageira*: *revista literária dedicada à mulher brasileira*, foi lançada em São Paulo pela poetisa e feminista Presciliana Duarte de Almeida. A revista, que circulou entre os anos de 1897 e 1900, com 36 números, dos quais a Biblioteca Nacional possui os números 1, 17 e 18, tinha textos em prosa e verso com produção literária feminina, e demonstrava em seu conteúdo a preocupação com a posição da mulher na sociedade.

Figura 1 – Capa do vol.1 de A *Mensageira*



Fonte: Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM-USP)

De acordo com Pedrozo (2020), a maioria das publicações tinha como objetivo discutir questões relativas à reflexão crítica sobre a situação feminina da época, utilizando a imprensa e a literatura como meios de expressar anseios e expectativas — especialmente acerca da ideia de uma educação de qualidade para as mulheres. Entre os nomes de

colaboradores, estavam as escritoras Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Inês Sabino, Áurea Pires, Francisca Júlia e Maria da Clara Cunha Santos.

Destaca-se como uma revista que não apresenta receitas culinárias ou discussões sobre lançamentos da moda, e sim contém ideias sobre acesso à educação, direito ao voto, eventos relevantes na sociedade e literatura. Além disso, aceitava a colaboração de autoras e de autores, como o marido de Presciliana, Sílvio de Almeida, Alberto de Oliveira, Cândido de Carvalho, Nelson de Sena, André Rebouças, Xavier de Carvalho e Damasceno Vieira. (Pedrozo, 2020). Na revista, Presciliana atuava como diretora, redatora, poetisa e crítica literária. Com seu próprio nome, produziu diversos poemas e artigos — como "Duas palavras" (*A Mensageira*, 1897, v. 1) —; sob o pseudônimo M. P. C. D., escreveu textos de opinião que discutiam a situação da mulher na época; e, sob o pseudônimo Perpétua do Valle, produziu poemas e textos críticos (Pedrozo, 2020).

Figura 2 – Folha de rosto revista *A Mensageira* N.1 – 1897



São Paulo 15 de Outubro de 1897 Anno I, N. 1

A MENSAGEIRA

Revista literaria dedicada á mulher brazileira

Directora — Presciliana Duarte de Almeida

Esta revista parecerá e vai publicação durante um anno.
Publica-se aos dias 15 e 30 de cada mez.

Pagamento adiantado	Preço da assignatura, 12$000 por anno	Numero avulso Rs. 1$000

Summario: — Duas palavras, Presciliana Duarte de Almeida; — Entre amigas, Julia Lopes de Almeida; — De «Livro da Saude», soneto, Zalina Rolim; — Uma carta e Bolhantes Bentos, conto, Maria Clara da Cunha Santos; — Recuerdo, soneto, Hippolito da Silva; — Cartão de pandeira, Silvio de Almeida; — O ar-zeno, soneto, Julia Cortines; — Chronica commercial, J. Vieira de Almeida; — Contraste, soneto, Aurea Pires; — Schis-ma, — D. Alzira e Meu Filhinho, poe-sias, Presciliana Duarte de Almeida; — Notas pequenas.

Duas palavras

Estabelecer entre as brazileiras uma sympathia espiritual, pela com-munhão das mesmas ideias, levan-dolhes de quinze em quinze dias, ao remanso lar, algum pensa-mento novo — sonho de poeta ou fructo de observação acurada, eis o fim que, modestamente, nos pro-pomos.

Será recebida com indifferença a *Mensageira* — portadora feliz da prosa amena e discreta de Julia Lopes de Almeida e dos versos artisticos e sentidos das mais fes-tejadas e conhecidas poetisas bra-zileiras? Não o cremos! e é por isto que nos arrojamos a uma em-presa desta ordem.

Ha tempos o *Correio Paulistano*, publicando um bello soneto de Ge-orgina Teixeira, dizia, entre outros enthusiasticos conceitos, as seguin-tes palavras, que nos lisongearam sobremodo: «Decididamente a epo-cha é do renascimento das letras.

De toda a parte surgem novos livros de prosadores e poetas e percebe-se que a actividade intel-lectual segue resolutamente na's marcha gloriosa em busca do ideal artistico.

Das senhoras que trabalhavam na republica das letras tinhamos, até ha pouco, apenas Narcisa Ama-lia, que já se recolheu ao silencio, Adelina Vieira e Julia Lopes. Agó-ra, além dessas, temos Francisca Julia da Silva, Zalina Rolim, Julia Cortines, Presciliana Duarte de Al-meida, Josephina Alvares de Aze-vedo e Georgina Teixeira, que sur-ge agora no horizonte num esplen-dor de luz auroral.» Accrescentemos

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)

Observa-se, nas palavras da poetisa na revista *A Mensageira*, o pensamento que também se manifestava em *O Colibri*, conforme uma de suas publicações: "tendo sempre por alvo o engrandecimento moral e intelectual da mulher, nunca trepidámos diante de preconceitos ou de qualquer sorte de difficuldades que nos surgissem no caminho" (*A Mensageira;* 1987:1, v.1). Percebe-se, em suas considerações, a ênfase na necessidade de as mulheres buscarem conhecimento e acesso à educação, ideias igualmente presentes nos textos dos colaboradores e colaboradoras da revista.

A educação das meninas era destacada como caminho para a autonomia intelectual feminina. A princípio, o tema era abordado sob a perspectiva de que a mãe deveria ser preparada para oferecer uma educação de qualidade aos filhos; no entanto, isso pode ter sido uma estratégia inicial de aceitação social, já que outros colaboradores, como Júlia Lopes de Almeida, e a própria Presciliana, sob o pseudônimo M. P. C. D., defendiam o direito das mulheres à autonomia e ao ingresso na academia. Como é possível notar no conteúdo do artigo "A nossa condição" (*A Mensageira*, 1897, v.4) escrito por M.P.C.D, é destacado a condição intelectual feminina da época e defendido a educação das mulheres também para ingressarem em academias**.**

Figura 3 – Artigo "A nossa condição" em *A Mensageira* N.4



São Paulo 30 de Novembro de 1897 Anno I, N. 4

A MENSAGEIRA

Revista literaria dedicada á mulher brazileira

A nossa condição

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)

Assim, nota-se na revista o incentivo para que as mulheres ressignificassem seu papel diante da sociedade patriarcal. A questão do voto feminino também recebeu destaque no periódico, embora houvesse opiniões contrárias – em sua maioria, masculinas (Pedrozo, 2020).

Conclusão

Por meio deste estudo, nota-se Presciliana Duarte de Almeida como uma figura atuante nas questões sociais e políticas de seu tempo, especialmente na defesa dos direitos e no incentivo à educação das mulheres. Destacou-se como fundadora e diretora de *A Mensageira: Revista Literária dedicada à mulher brasileira* (1897-1900), publicação de extrema relevância para o debate sobre as questões femininas na transição do século XIX para o XX. Além disso, colaborou em outros periódicos e desempenhou diversas funções, como orientadora pedagógica e escritora de literatura para crianças.

A poetisa, incluindo seus pseudônimos, publicou não apenas artigos de opinião ou crítica literária, mas também produziu significativa obra poética. Na revista, há diversos poemas que justificam seu renome no meio literário da época e suas obras publicadas. No entanto, como muitas outras autoras do século XIX e da Primeira República, mesmo com sua trajetória intelectual relevante, Presciliana também foi atravessada pelo apagamento histórico. Assim, como sublinha Araújo (2008, p.59), a palavra escrita tornou-se um meio de transgressão para mulheres, "e mostrou uma consciência de gênero que precisa ser relembrada em nossa época", de tal forma que, importa não apenas mencioná-las como escritoras de seu tempo, mas como intelectuais, a partir do momento em que suas trajetórias incluem, em igual ou maior volume, funções diversas e obras publicadas, quando comparadas aos homens escritores.

Referências:

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia. 2008. 419 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira.* Edição fac-similar. São Paulo, 1987. V. 1.

ALMEIDA, Presciliana. A nossa condição. A Mensageira : revista literária dedicada à mulher brasileira. [ed. Fac-similar]. São Paulo, A Imprensa, 1987, p. 49

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. "O QUE EU QUERO SER". In: *A Gazeta: edição infantil.* São Paulo: 19 de dezembro de 1935, ano III. N. 119. P. 12. Disponível em: http://memoriabn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764507&pesq=%22presciliana%20duarte%22&pagfis=2822. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALMEIDA, P. D. A um Anjo. In: *A Familia*. 18 fev. 1893, ano V, n. 156, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=379034&pesq=%22presciliana%20duarte%22&pagfis=838 . Acesso em: 20 nov. 2025.

ALMEIDA, Presciliana Duarte de Almeida. Duas palavras. In: *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*. Ano I, n. 1, 15 out. 1897. P. 1-2

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. Soneto. In: *Diário de Noticias.* Rio de Janeiro: 10 mai. 20. 1931, ano II, n. 331, p. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&Pesq=%22presciliana%20duarte%22&pagfis=5242. Acesso em: 18 nov. 2025.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. Revista Estudos Históricos, v. 10, n. 19, p. 83 –97, maio de 1997. Trad. José Augusto Drummond. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038/1177. Acesso em: 20 de jun. 2025.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. De Maria Manuela Galhardo – 2ª ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

DE LUCA, Leonora. "A Mensageira": Uma revista de mulheres escritoras na modernização Brasileira. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências

Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280414. Acesso em: 7 de jul. 2025.

DA COSTA, Maria Ione Caser. A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brazileira. Projeto Periódicos & Literatura: publicações efêmeras, memória permanente: Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/?sub=sobre-periodicos-e-literatura%2F Acesso em 07 de jul. 2025.

FAEDRICH, Anna. Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. Letrônica, [S. l.], v. 11, n. 3, p. s164-s177, 2018. DOI:10.15448/1984-4301.2018.s.30477. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/30477

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015. P.61-91.

Festa das aves. In: *O Estado de S. Paulo*. 5 de abr. 1917, ano XLIII, n. 13.979, p. 4. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19170405-13979-nac-0004-999-4-not/busca/Duarte. Acesso em: 20 nov. 2025.

Figura 1 – IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP. *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira* [capa]. Fotocópia da capa. Edição fac-similar. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7767 . Acesso em: 31 out. 2025.

Figura 2 - *A Mensageira*. São Paulo, ano 1, n. 1, 15 out. 1897. Fotocópia digital de página de periódico. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mensageira/352438 Acesso em: 31 out. 2025.

Figura 3 - ALMEIDA, Prisciliana Duarte de. *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira.* São Paulo, [ed. Fac-similar]. São Paulo: A Imprensa, 1987. Fotocópia digital de página. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7767 . Acesso em: 31 out. 2025

FANGUEIRO, Maria do Sameiro. Presciliana de Almeida. Projeto Periódicos & Literatura: publicações efêmeras, memória permanente: Fundação Biblioteca Nacional, Brasil. Disponível

em:http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/?sub=sobre-periodicos-e-literatura%2F Acesso em 07 de jul. 2025.

PINTO, Gabrielle Carla Mondego Pacheco. A escrita feminina e as estratégias para legitimação: as relações entre as três Júlias. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DAEDUCAÇÃO, 2022, São Paulo. Anais Eletrônicos do XI Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE, 11 a 14 de julho. São Paulo, PUC-SP, 2023, p.712-724. Disponível em: https://sbhe.org.br/anais-sbhe/

PEDROZO, Elisa Capelari. A voz feminista de Presciliana Duarte de Almeida na Revista A Mensageira. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS. Disponivel em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6721 Acesso em 07 de jul. 2025.

PINTO, Raissa Nunes. Um estudo sobre Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) e a Literatura Infantil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Paranaíba-MS. 117 p.

Propagandas das obras Pyripampos e Rumorejos (1890). In: *A Familia*. São Paulo: 4 de set. de 1890, ano II, n. 74, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=379034&pesq=%22presciliana%20duarte%22&pagfis=476 . Acesso em: 20 nov. 2025

Propagandas das obras Pyripampos e Rumorejos (1890). In: *O Paiz*. Rio de Janeiro: 20 jun. 3008, p. 5. 1890, ano VI, n. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=%22presciliana%20duarte%22&pagfis=1069 20 nov. 2025.

Poesias infantis. In: *Correio Paulistano*, 01 fev. 1904, n. 14535, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=poesias%20infantis&pagfis=4049 . Acesso em: 18 nov. 2025.

SANTOS, Délio Freire dos. Recordando... Academia Paulista de Letras e seus fundadores. São Paulo: KMK Gráfica e Editora LTDA. 2000. 166 p.

SILVA, Laila Thaís Correa e. Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das mulheres de letras: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX. 2021. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Acesso em: 20 nov. 2025.

ST18: MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: GÊNERO, RELIGIÃO E ESTADO NAS DISPUTAS POR RECONHECIMENTO E REPARAÇÃO

Origem e Destino da Nação: esquecimento e vontade na construção do nacionalismo à brasileira

Ana Amélia S. Carvalho[165]

Resumo

A proposta deste trabalho é investigar a construção do que chamamos de "nacionalismo à brasileira" a partir da articulação entre esquecimento e vontade, ou seja, a partir da produção de uma memória nacional que visa ocultar, e de algum modo manter, a violência e a brutalidade presentes na gênese do Brasil e no seu projeto de futuro. Trata-se de um estudo sobre aquilo que, em última instância, parece persistente na estrutura das expressões nacionalistas brasileiras, a despeito de suas variações e usos por campos distintos do espectro político: a "mistura de três raças" como mito fundador e o "branqueamento" como missão histórica, traduzida também na continuação do projeto colonial de missão civilizatória nos trópicos. Trata-se de uma pesquisa teórica, de caráter interdisciplinar, que articula filosofia política, sociologia e história e que se utiliza de uma metodologia bibliográfica e qualitativa.
Palavras-chave: nacionalismo à brasileira; esquecimento motivado; miscigenação.

Abstract

The aim of this study is to investigate the construction of what we call "Brazilian-style nationalism" through the articulation between forgetting and will - that is, through the production of a national memory that seeks to conceal, and in some way preserve, the violence and brutality present in the genesis of Brazil and in its projected future. This is a study of what, ultimately, appears to persist in the structure of Brazilian nationalist expressions, despite their variations and uses by different fields of the political spectrum: the "mixture of three races" as a founding myth and "whitening" as a historical mission, also translated into the continuation of the colonial project of a civilizing mission in the tropics.

[165] Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, mestra em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei, graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela mesma instituição. E-mail: anaameliascarvalho@gmail.com.

This is a theoretical, interdisciplinary research project that brings together political philosophy, sociology, and history, and employs a bibliographic and qualitative methodology.
Keywords: Brazilian-style nationalism; motivated forgetting; miscegenation.

1. Introdução

Em 1813, quase uma década antes da independência do Brasil e poucos anos após a mudança da família real de Portugal para a até então colônia, José Bonifácio de Andrada afirmou o seguinte: "...amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc., em um corpo sólido e político" (Bonifácio *apud* Guimarães, 1988: 06).

A preocupação manifestada pelo posteriormente denominado "Patrono da Independência do Brasil" é bastante ilustrativa do contexto ideológico-político do século XIX, nos países europeus e nas suas colônias. Nesse período, especialmente após a disseminação das ideias e dos valores da Revolução Francesa, houve a ascensão da ideologia nacionalista ligada à busca por suposta homogeneidade linguística, cultural, religiosa ou, sobretudo, racial[166] que justificasse a existência de nações soberanas. Mais especificamente, na modernidade, tal ideologia visava fundamentar, ressalvadas as diferenças contextuais, a constituição de estruturas jurídico-políticas chamadas Estados-nações, a partir da união de povos em territórios determinados.

Ainda que qualquer homogeneidade almejada pelos nacionalismos seja ilusória, até mesmo nos contextos referenciais da Europa, nos países da América Latina, marcados pelos processos de colonização e escravização, o reconhecimento de sua impossibilidade parece inescapável a olho nu. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, esse é um dos casos em que a transposição da perspectiva eurocêntrica para a realidade latino-americana acabou funcionando como um espelho que distorce o que tenta refletir (Quijano, 2005: 129).

[166] Desde já, é importante deixar evidenciado que o conceito de raça utilizado nos séculos XVII, XVIII, XIX e início do século XX se amparava equivocadamente no chamado "racismo científico", ou seja, em perspectiva que buscava defender a existência de diferenças biológicas ou étnicas entre seres humanos que justificassem a sua classificação/separação em raças. Neste trabalho, compreendemos a necessidade de afastar qualquer definição biologizante ou mesmo essencializante de raça para compreendê-la tão somente como um conceito *socialmente importante* diante da sua historicidade e dos seus impactos - ainda persistentes - nos contextos econômico, político e cultural.

A despeito disso, após a formalização de sua independência, houve verdadeiro esforço para a construção do semióforo "Brasil", ou seja, de uma Nação brasileira. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, em 1838, foi o primeiro passo nesse sentido. Posteriormente, outros intelectuais também apresentaram propostas interpretativas de possíveis singularidades históricas, culturais ou raciais capazes de conferir um "caráter" ou uma "identidade" nacional ao Brasil. Citam-se como exemplos Sílvio Romero, Francisco de Oliveira Viana, Alberto Torres, Antônio de Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, entre muitos outros, inclusive mais contemporâneos, como Darcy Ribeiro.

Frente às questões apresentadas, o objeto do presente trabalho é o que denominamos "nacionalismo à brasileira" e o objetivo é investigar sua construção a partir da articulação entre esquecimento e vontade, ou seja, a partir da produção de uma memória nacional que visa ocultar, e de algum modo manter, a violência e a brutalidade presentes na gênese do Brasil e no seu projeto de futuro. Para tanto, utilizaremos como recorte exemplificativo a criação e a produção do IHGB no século XIX, uma vez que tal momento parece representar o pontapé do esforço interpretativo supracitado, iniciando uma tradição depois perpetuada pela historiografia e pela sociologia brasileiras.

Nossa hipótese é que nos primórdios da produção do Instituto já é possível identificar um elemento persistente em diversas interpretações posteriores acerca da singularidade nacional brasileira: a "mistura de três raças" como mito fundador e o "branqueamento" como missão histórica, traduzida também como continuação do projeto colonial de missão civilizatória nos trópicos. Para análise da produção intelectual selecionada, vamos nos amparar no pensamento de Lélia Gonzalez e nos conceitos de "neurose cultural brasileira" e de "racismo por denegação" (2020: 74/115). Trata-se de uma pesquisa teórica, de caráter interdisciplinar, que articula filosofia política, sociologia e história e que se utiliza de uma metodologia bibliográfica e qualitativa. Busca-se revisitar textos ditos "clássicos", dada sua importância histórica, por meio de uma abordagem crítica e sustentada em teoria contemporânea.

Acreditamos na relevância do tema, na medida em que, apesar do avanço da globalização nas últimas décadas e até mesmo da migração de parte do espaço público para o digital, os nacionalismos e a defesa dos limites e da soberania dos Estados-nações parecem ainda capazes de mobilizar afetos e influenciar a política e a vida social de maneira concreta e sensível. Assim, parece pertinente refletir sobre a forma como o Brasil foi e segue sendo imaginado e, dessa forma, vislumbrar possibilidades de questionar seu passado e seu futuro, vislumbrando-se até mesmo outros tipos de temporalidade.

2. Esquecimento e vontade na construção dos nacionalismos

Em sua maioria, os estudos que se dedicam a pensar a política, na ciência ou na filosofia, tendem a priorizar o Estado e suas estruturas e instituições ou, noutro polo, a sociedade e suas organizações e afetos. De fato, a complexidade que reside na *relação* entre essas esferas traz inúmeras dificuldades para sua abordagem, as quais podem ser mitigadas por meio de perspectivas inter e transdisciplinares. O nacionalismo, por exemplo, aparece nesse contexto com o objetivo de "produzir um laço de afeto que opera como uma espécie de *argamassa entre sociedade civil e Estado*" (Castelo Branco, 2020: 18). Sua finalidade é justificar a união e a solidariedade social entre pessoas que não têm vínculo de parentesco entre si e nem mesmo se conhecem.

A partir do idealismo alemão e do iluminismo, o nacionalismo surge como resposta a problemas políticos e históricos diversos, invocando a unidade nacional e atribuindo, a partir de interesses e contextos determinados, uma significação específica à ideia de "nação". Esta, por sua vez, surge para preencher a lacuna deixada pela crise do Antigo Regime e sua legitimação divina. Antes de 1884, segundo Hobsbawm (1990: 27) "a palavra *nación* significava simplesmente 'o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino' e também 'um estrangeiro'". Na modernidade, ela passa a ser identificada com a própria estrutura jurídico-política do Estado-nação e o nacionalismo passa a funcionar como fonte para legitimação dessa estrutura.

Com efeito, o nacionalismo foi uma temática bastante explorada por filósofos representantes do romantismo alemão, como Johann Fichte. Contudo, também teóricos liberais o adotaram como ideologia, na medida em que entendiam que o desenvolvimento de

nações seria "uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família, à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro" (Hobsbawm, 1990: 50). Temas caros ao idealismo, ao iluminismo, ao romantismo ou ao liberalismo, fato é que a nação e o nacionalismo aparecem como fenômenos tipicamente *modernos.*

> A ideia de nação é produto da modernidade europeia e do vazio político fundado a partir da fragmentação das condições de existência do mundo antigo e medieval imperial. Esse "vazio político" na origem da modernidade europeia possui uma correlação com a forma da própria modernidade como *projeto*. A modernidade, mais do que um período histórico, deve ser entendida como uma "nova consciência do tempo" que se inscreve na aurora do nascimento das novas formas políticas europeias. (Castelo Branco, 2020: 96)

Quando Castelo Branco cita a "modernidade como projeto", parece fazer referência à obra de Jürgen Habermas. O filósofo alemão destaca a importância da dimensão do futuro para a modernidade e elenca o *progresso* como um dos conceitos dinâmicos da consciência da época, que surge a par de expressões como "tempos modernos" e "novos tempos" (Habermas, 2000: 12). Acontece que esse *porvir* da modernidade já nasce carregado de promessas. O paraíso futuro, dito "desencantado", passa a ser traduzido como "progresso" e, mais tarde, com a consolidação do pensamento darwinista, também como "evolução". Como explica Reinhart Koselleck (1999: 16), "no curso do desdobramento do *cogito ergo sum* cartesiano (...) planejar a história torna-se tão importante quanto dominar a natureza".

Apesar de a nação ser encarada como uma etapa do progresso, ela também se reivindica como "uma reunião social *sobrevivendo nesses tempos de valorização do presente e do novo, como um fenômeno que possui sua essência ancorada nas tradições do passado*" (Castelo Branco, 2020: 100). A temporalidade moderna, a princípio adepta da *ruptura*, tem na nação e no nacionalismo elementos aparentemente paradoxais, visto que representam fundamentos para a *continuidade* de uma comunidade ou grupo.

Os nacionalismos são muitos e apresentam variações a depender da conjuntura, do momento histórico e dos problemas políticos que se propõem a responder. Castelo Branco, no entanto, argumenta pela existência de "uma estrutura morfológica fundamental que é invariavelmente comum às expressões nacionalistas" (Castelo Branco, 2020: 21). Para ele,

cada nacionalismo faz referência a um *momento original*, a partir de um mito fundador ligado, por um fio condutor vinculado a uma identidade nacional, a uma *tarefa teleológica* da nação. Abarcam-se nas expressões nacionalistas, simultaneamente, origem e destino da nação.

No que concerne à dimensão do futuro, à ideia de uma missão histórica de cada nação, Castelo Branco traz uma perspectiva interessante. Isso porque, em regra, o nacionalismo é apresentado pelos estudiosos do tema em oposição ao universalismo, como faz Florian Bieber (2023: 14-15). Diferentemente, Castelo Branco explica que, sustentados no pensamento kantiano, os teóricos idealistas do nacionalismo compreendiam que não havia contraditoriedade entre a tarefa da humanidade de se desenvolver linear e universalmente para a "paz perpétua"[167] e a exigência política de devoção e lealdade de cada ser humano ao seu território específico. Para se aprofundar na questão, o autor lança mão da noção de "exemplarismo", na forma como utilizada por Jacques Derrida: "o nacionalismo não é um pensamento particularista, mas é a representação da universalidade alimentada pela conjugação, em um todo teleológico, do despertar de cada nação particular" (Castelo Branco, 2020: 129).

Ao longo do tempo, critérios objetivos e subjetivos foram evocados para justificar a existência de nações. No caso dos critérios objetivos, é comum encontrar narrativas que busquem defender a existência de uma origem comum linguística, religiosa, racial ou cultural. Como marco para se pensar em critérios subjetivos, tem-se o célebre discurso de Ernest Renan na Sorbonne, em 1882, quando afirma o seguinte:

> Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. (Renan, 2011: 19)

Independentemente do critério evocado para sua continuação, percebe-se que a referência a um momento fundador da nação, a produção de uma memória nacional, assim

[167] Referência à obra de Kant "À paz perpétua: Um projeto filosófico", de 1795.

como acontece com as memórias individuais, é sempre permeada pelo *esquecimento*. Isso acontece, segundo Renan (2011: 06), porque "a unidade se faz sempre brutalmente" e, nesse sentido, "a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas".

Benedict Anderson (2008: 278) também reforça a importância do esquecimento para os nacionalismos: "Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas". O historiador chama as nações de "comunidades imaginadas", sem necessária conotação negativa, destacando seu caráter *inventivo*. Segundo explica, "qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada" (Anderson, 2008: 35). Nesse sentido, para ele, o que distingue as nações enquanto comunidades não é sua autenticidade ou falsidade, mas o *modo* como são imaginadas.

Com efeito, Renan ressalta a importância do esquecimento ao mesmo tempo em que elege como critério principal para a existência de uma nação a *vontade.* É possível concluir que, para ele, novos membros podem ser aceitos na comunidade nacional, desde que *escolham* aderir à narrativa nacionalista. Trata-se de uma espécie de contrato social continuamente renovado, vinculado a uma narrativa que faz referência a um passado e a um futuro gloriosos. Castelo Branco aproxima tal entendimento, a respeito de um *esquecimento motivado,* daquilo que Freud denomina "recalque", forma ativa, interpretativa, de censura a serviço do inconsciente. Há uma diferença no verbo negado entre "não querer saber" e "querer não saber". Quanto ao tema, Freud diz o seguinte, em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana:*

> O ponto de vista aqui desenvolvido - de que as lembranças aflitivas sucumbem com especial facilidade ao esquecimento motivado - merece ser aplicado em muitos campos que até hoje lhe concederam muito pouca ou nenhuma atenção (...) É universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendária de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que seja penoso para o sentimento nacional (Freud, 1901: 99).

Veja-se, portanto, que o conteúdo supostamente esquecido, a partir de uma interpretação psicanalítica, passa a ser compreendido como *recalcado*, ou seja, como negado

simbolicamente. Por isso, “a historiografia possui uma responsabilidade fundamental a respeito da vontade de renovação desse contrato social a partir de suas formas de investigação e de disseminação da tradição nacional” (Castelo Branco, 2020: 231).

3. Uma nova Nação nos trópicos: O papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

É fundamental compreender, como depreendido do tópico anterior, o caráter historicamente situado das nações e dos nacionalismos. A nação não é uma entidade social imutável e originária, mas deve ser considerada somente de maneira “relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno: o ‘Estado-nação’” (Hobsbawm, 1990: 19). Nesse sentido, afirma Ernest Gellner:

> *La visión de las naciones como una forma natural, dada por Dios, de clasificar a los hombres, como un destino político inherente aunque largamente aplazado, es un mito; para bien o para mal, el nacionalismo, ese nacionalismo que en ocasiones toma culturas preexistentes y las convierte en naciones, que en otras las inventa, y que a menudo las elimina, es la realidad, y por lo general una realidad ineludible. Los agentes históricos de esta realidad desconocen completamente el papel que desempeñan, pero eso es otro cantar* (Gellner, 2001: 70).

Exatamente reconhecendo o caráter situado das nações é que Hobsbawm (1990: 19) argumenta que elas “não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Com o Brasil, não foi diferente. Não houve e não há consenso a respeito dos sentidos do processo colonial e dos eventos que culminaram na independência brasileira, em 1822, como reflete Jurandir Malerba, em "As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica*”* (2005), por exemplo. De toda forma, é fato que, após a constituição do Estado, àquela época na forma de Império, fez-se necessário delinear um perfil para a Nação brasileira, “capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (Guimarães, 1988: 6).

Como parte desse esforço, em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Segundo Guimarães, assim como aconteceu com a Sociedade para o Apoio da Indústria Nacional - SAIN, a fundação do IHGB foi fortemente influenciada pela crença no progresso, típica do século XIX. Nesse sentido, “o dever do IHGB era apresentar o

processo civilizador que o país atravessou e durante o qual se aproximou do padrão europeu" (Guimarães, 2011: 73). Tal preocupação parece ter sido compartilhada pelas elites política e intelectual do Brasil, formadas majoritariamente na Europa, sobretudo durante as primeiras décadas e o primeiro século após a independência. Inclusive, Dom Pedro II, grande entusiasta e participante muito próximo das atividades do Instituto, escreveu em sua cópia de "A Confederação dos Tamoios", datada de 1856, "que lhe faltavam duas grandes obras: 'organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite'" (Schwarcz, 1999: 175).

Conforme dados apresentados por Guimarães (2011), parte considerável dos fundadores do IHGB era formada por portugueses. Além disso, apesar do seu perfil variar quanto à origem social, há certa homogeneidade quanto à formação universitária, com valores e referenciais europeus, e quanto à carreira no serviço público. O historiador ainda destaca a forte influência do Instituto Histórico de Paris na ideia de "civilização" presente no Instituto brasileiro. Entre 1834 a 1850, 46 brasileiros foram membros do Instituto francês, sendo que, entre eles, 26 pertenciam também ao IHGB (Guimarães, 2011: 102). Com profunda influência do iluminismo francês, mediado pelo conservadorismo português, no âmbito do IHGB, o papel da historiografia era interpretado de forma instrumental, considerando-se os fins almejados: a civilização e o progresso.

> Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo.
> (...)
> Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização (Guimarães, 1988: 11).

Pouco após sua fundação, como uma de suas primeiras ações, o Instituto realizou um concurso chamado "Como se deve escrever a história do Brasil?", vencido pelo botânico *alemão* Carl Friedrich Philipp von Martius, que havia realizado uma grande viagem pelo Brasil entre 1817 e 1820 (Schwarcz, 2012: 15). Nota-se que, ao pensar a história do Brasil, no seu texto escrito em 1843, Von Martius articula passado e futuro, origem e destino da Nação,

ilustrando aquilo que na primeira seção do trabalho foi identificado como a estrutura narrativa de todo nacionalismo.

> Jamais nos será permitido duvidar que a vontade de Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver pequenos confluentes das raças índia e etiópica.
> (...)
> Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra de maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.
> (...)
> Esta reciprocidade oferece na história da formação da população brasileira em geral o quadro de uma vida orgânica. Apreciá-la devidamente será também a tarefa de uma legislação verdadeiramente humana. Do que até agora se fêz para a educação moral e civil de Indios e Negros, e do resultado das instituições respectivas, o historiador poderá julgar do futuro, e tornando-se para êle a história uma Sibila profetizando o futuro, poderá oferecer projetos úteis &c., &c. (Von Martius, 1956: 443).

O trecho citado é longo, mas sua reprodução parece fundamental para expor o modo como a Nação brasileira foi pensada já na gênese de um projeto historiográfico, pelo alemão vencedor do concurso oficial. Nota-se que o mito fundador da mistura de três raças já surge articulado com o projeto de branqueamento da população (absorção pelo poderoso rio português dos demais confluentes) e de civilização e progresso a partir da "educação moral e civil de Indios e Negros", que significa, em suma, a busca pela hegemonia do pensamento, das instituições e dos valores europeus.

Cabe destacar que o período em referência foi marcado pela ideia de que a racionalidade moderna seria um produto europeu fundamental para o desenvolvimento de toda a humanidade. A partir dessa base de natureza epistêmica, a relação entre países colonizadores e países colonizados, mesmo depois de sua independência formal, foi permeada por categorias como primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional e tradicional-moderno, por exemplo (Quijano, 2005: 122). Tal perspectiva eurocêntrica, junto com o evidente interesse econômico dos países europeus, foi responsável por fundamentar os processos de colonização e escravização, a partir da classificação e da hierarquização racial de povos e culturas. Depois, tal perspectiva continuou sendo utilizada

para análise do "atraso" e das "possibilidades de desenvolvimento" dos países recém criados, como fez Von Martius no caso brasileiro.

O projeto historiográfico sustentado na dissertação foi escolhido e depois adotado pelo IHGB, que tinha a intenção de encarregar o próprio autor da sua execução. Contudo, Von Martius recusou a proposta e "seu 'programa' para a história do Brasil será, em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de *História nacional*, de Francisco Adolfo Varnhagem" (Guimarães, 1988: 18). Entender as bases do surgimento dessa historiografia, que tinha como objetivo contribuir com a produção de uma narrativa capaz de fazer do Brasil uma Nação, é importante para pensarmos sobre a formação da estrutura morfológica do que chamamos de nacionalismo à brasileira.

4. Brasil: mito fundador e missão histórica

Como vimos, a dissertação de Von Martius parece inaugurar a ideia, oficialmente, de que o mito fundador do Brasil é a "mistura de três raças: índios[168], negros e brancos", esses últimos representados especialmente pelos portugueses. A identidade defendida a partir desse mito é a de um país miscigenado, racial e culturalmente. Com efeito, a miscigenação brasileira, encarada como fato incontornável, foi interpretada de maneiras diversas ao longo do tempo: de causa de "degeneração do caráter nacional" a prova de uma suposta "democracia racial", passando por promessa de um futuro "mais branco"[169]. Fato é que o mito de origem já foi *imaginado* de maneira articulada a previsões de possíveis destinos para a Nação.

A tarefa teleológica da Nação brasileira, no caso do texto vencedor do concurso promovido pelo IHGB, resumia-se, ao mesmo tempo, no branqueamento da população e na "educação moral e civil de Índios e Negros" (Von Martius, 1956: 443). Ao que parece, tal tarefa seguiu sendo pensada de forma atrelada às noções de *atraso* e *modernização*.

[168] Sabemos que o uso do termo tem sido criticado pelos movimentos indígenas, na medida em que se trata de denominação realizada pelo colonizador, de forma genérica, sem considerar as especificidades e a diversidade dos povos originários. Aqui, como o objetivo é destacar a "mistura de raças" como uma espécie de mito fundador do Brasil, optou-se por manter a denominação majoritariamente utilizada por aqueles que criaram e difundiram tal mito, sem, contudo, deixar de apontar a necessária crítica.

[169] João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi enviado, em 1911, ao I Congresso Internacional das Raças, onde apresentou ensaio em que "exaltava a mudança operante no local: 'o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução'" (Schwarcz, 1994, pp. 137/138).

> Dependentes dos modelos culturais europeus, que hierarquizavam e definiam os lugares e os papéis das nações a partir de uma concepção evolucionista e teleológica do processo histórico, nossas elites internalizaram o pressuposto de sua subalternidade e de seu atraso de modo a estruturar toda a sua cultura política. Toda ou quase toda a sua produção intelectual está assim relacionada de alguma forma com a constatação do atraso existencial do país diante de outra realidade, aquela do "Primeiro Mundo", identificado como o polo positivo dessa relação especular, porque associado ao moderno (Lynch, 2013a) (Lynch, 2016: 83).

Cannone (2022: 69) identifica três paradigmas da Filosofia da História no Brasil, pelo menos até o golpe civil-militar de 1964: civilização, modernização como evolução e modernização como desenvolvimento. Os representantes do primeiro paradigma são, por exemplo, José Bonifácio e Tavares Bastos, do segundo, Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana, e do terceiro, Azevedo Amaral, Hélio Jaguaribe, entre outros. Todos eles tinham o *atraso* como principal problema do país, variando as propostas de solução entre enquadramento nos costumes e reprodução das instituições dos "países civilizados", branqueamento da população ou criação de um projeto nacional econômico, visando padrões de produção e consumo capitalistas nos moldes dos países centrais.

Também em três das mais conceituadas obras do pensamento social e político brasileiro da primeira metade do século XX, *Casa-grande & Senzala (1933), Raízes do Brasil (1936) e Formação do Brasil contemporâneo (1942),* escritos respectivamente, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., é possível notar, à sua maneira, os paradigmas trazidos por Cannone. Há enormes diferenças entre as análises empreendidas nas obras, como por exemplo, os marcos teóricos mais alinhados à visão estrutural marxista, no caso de Prado Jr., ao culturalismo norte-americano, no caso de Freyre e à sociologia weberiana, no caso de Holanda. A despeito disso, as análises convergem no uso do referencial de modernização dos países centrais, contrastando-o ao caso brasileiro. Para eles, "mesmo sob o impacto dos padrões europeus, e conquanto premida pelo ritmo avassalador da modernidade, a vida social brasileira teria se conservado permeada por toda sorte de *dissonâncias temporais*" (Tavolaro, 2022: 21). Em suma, tais obras parecem levar a uma só conclusão: o *atraso* brasileiro, mesmo que as causas variem entre a chamada "cultura

mestiça", o modelo colonial extrativista e de trabalho escravo ou a falta de racionalização e de objetividade nas relações sociais.

Ainda que o projeto de branqueamento da população não tenha sido adotado de forma unânime ou perdurado de maneira explícita, sobretudo dos anos 1930 em diante, o que parece é que o diagnóstico de *atraso* vinculado a uma identidade nacional relacionada à miscigenação deixou marcas racistas na invenção da Nação brasileira e no nacionalismo que a legitima. O que antes era tratado a partir da lógica racial, atrelada erroneamente a perspectivas biologizantes, depois, passou a ser entendido como algo cultural. De todo modo, o modelo seguiu sendo o europeu, se não enquanto sinônimo de "mais branco", como equivalente a "mais civilizado", "mais racional", "mais evoluído", "mais desenvolvido" etc.

É importante retomar aqui o tema do esquecimento e da vontade, pensado como *recalque* a partir da psicanálise, como visto na segunda seção do trabalho. Quando, em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana,* Freud discorre sobre o esquecimento motivado, citando o sentimento nacional como um exemplo, ele está analisando a *neurose* como uma estrutura psíquica e o recalcamento como uma de suas ferramentas. Tendo esse referencial como base é que Lélia Gonzalez (2020: 74) desenvolve a noção de "neurose cultural brasileira". Para explicá-la, a cientista social se utiliza de uma citação de Prado Jr. a respeito do "caráter primário" das relações sociais resultantes da escravidão na formação do Brasil. Cabe transcrever um trecho também muito ilustrativo de *Formação do Brasil contemporâneo:*

> Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia (Prado Jr, 1977: 366).

Para Gonzalez, o texto de Prado Jr. é uma expressão privilegiada da "neurose cultural brasileira": "No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo" (Gonzalez, 2020: 75). É certo que o neurótico constrói modos de ocultar sintomas, recalcando lembranças aflitivas. Nesse sentido, à medida que a presença

do negro ou do indígena nos primórdios dos pensamentos histórico, político e social brasileiros é resumida ao reconhecimento de sua existência desumanizada e passiva e, mesmo com suposta "boa vontade", à necessidade de sua inclusão num processo modernizador baseado nos moldes europeus, vislumbra-se aí a *neurose* mencionada. Aprofundando-se na questão, Gonzalez também se utiliza do conceito psicanalítico da "denegação" quando propõe a "categoria político-cultural de amefricanidade":

> Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *Améfrica Ladina* (não é por acaso que a *neurose cultural brasileira* tem no *racismo* o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os "pretos" e os "pardos" do IBGE) são *ladino-amefricanos*. Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de *denegação (Verneinung*): "Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença". Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer ("democracia racial" brasileira) (Gonzalez, 2020: 115) .

No trecho transcrito, a cientista social critica também a noção de democracia racial, resultante da proposta teórica desenvolvida por Freyre. Gonzalez se utiliza do conceito de "duplo nó" para afirmar que a identidade negra na sociedade brasileira é marcada por duas tendências ideológicas que parecem se ligar a partir de um movimento que ao mesmo tempo que nega e proíbe, consente: o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento (Gonzalez, 2020: 152). Nesse sentido, é possível notar a permanência no imaginário brasileiro a respeito de si mesmo daquilo que Von Martius e o IHGB já tinham como proposta para a caracterização da Nação brasileira. A presença de povos indígenas e negros na constituição do país não foi negada, mas isso não significou qualquer ruptura com os fundamentos racistas que "justificaram" a colonização e a escravização. Pelo contrário, o mito fundador da Nação brasileira e sua identidade miscigenada parecem ter sido sempre atrelados à tarefa de continuação da "missão civilizatória" iniciada pela colonização.

Em certa medida, a constatação do *atraso* brasileiro é fruto da perspectiva moderna de um desenvolvimento linear da história iniciado na Europa. Tal perspectiva foi e ainda é marcante na produção intelectual a respeito de uma "singularidade" brasileira, que também parece não ter superado completamente visões evolucionistas que hierarquizam raças, culturas e saberes, por exemplo. Dessa forma, o nacionalismo à brasileira, cuja estrutura é impregnada por tal noção de *temporalidade*, pelo mito fundador e pela tarefa teleológica identificadas neste trabalho, parece resultar na perpetuação do racismo e das desigualdades dele decorrentes internamente e, não surpreendentemente, na subordinação a países tidos como "modelares" externamente.

5. Considerações finais: um nacionalismo neurótico

O início da construção sistematizada da narrativa intelectual sobre a Nação brasileira se deu ao longo do século XIX, no auge de um período marcado pela hegemonia da epistemologia moderna eurocêntrica, do racismo dito "científico", da expansão do capitalismo e do positivismo, por exemplo. A conjunção dessas influências no debate nacional merece uma explicação que dê conta de sua complexidade e jamais seria abordada de maneira exaustiva neste trabalho. Com efeito, como dito na introdução, Quijano afirma que a importação do modelo Estado-nação para o contexto latino-americano é mais um exemplo de distorção daquilo que os países antes colonizados tentaram refletir ou copiar. Contudo, não se trata somente de reconhecer "ideias fora do lugar"[170], mas também de questionar o que tais ideias escamoteiam e deturpam até mesmo nos contextos em que se originaram.

A unidade proclamada pelos nacionalismos necessariamente traz consigo a tentativa de apagamento de culturas e povos que destoam ou confrontam a narrativa nacional e, além disso, busca ignorar a existência de divergências substanciais de interesses, como os de classe, gênero e raça, entre grupos sociais que formam a nação. Tal fato não é uma peculiaridade dos países colonizados ou hoje chamados periféricos. Não à toa, Renan escolhe um evento ocorrido na própria França para falar do esquecimento necessário à narrativa

[170] Referência ao texto "As ideias fora do lugar", de Roberto Schwarz, publicado originalmente em 1973.

nacionalista: “todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu[171]” (Renan, 2011: 06).

É preciso ter essas questões em mente ao analisarmos o caso brasileiro, a fim de evitarmos conclusões que corroborem com visões essencialistas e estereotipadas sobre o Brasil e com perspectivas idealizadas e homogeneizantes dos países ditos centrais ou modelares. Ainda, é preciso compreender que, no âmbito de um país, podem existir diversas expressões nacionalistas, adotadas por diferentes campos do espectro político, inclusive disputando espaço entre si. Pensar a estrutura morfológica do nacionalismo à brasileira, no singular, é, nesse sentido, refletir sobre o que pode haver de comum nessas expressões, em especial, diante da narrativa construída a respeito do mito de origem e da tarefa teleológica da Nação.

A pesquisa ora realizada dá indícios de que o momento fundador do Brasil foi, desde sua gênese, traduzido como a “mistura de três raças”, culminando na constatação de uma identidade miscigenada. A miscigenação, como característica fundamental da Nação, foi pensada de forma vinculada a um diagnóstico de *atraso* do país e à modernização como tarefa teleológica para sua superação, seja como civilização, como evolução ou como desenvolvimento. Trata-se de evidente influência da noção moderna de temporalidade. Nesse sentido, vislumbra-se uma espécie de nacionalismo neurótico, sustentado no recalcamento dos eventos brutais da colonização e da escravização, mas também, e, sobretudo, na ocultação da participação ativa e determinante de povos não brancos na cultura, nos saberes e na vida social e política do país.

6. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* Tradução Denise Bottman.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIEBER, Florian. *Nações e Nacionalismos: Uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos*. Tradução de Roberto Cataldo. São Paulo: Contexto, 2023.

[171] Referência ao massacre ocorrido na chamada “Noite de São Bartolomeu”, em 24 de agosto de 1572, como resultado da tentativa da maioria católica de exterminar a minoria protestante, os huguenotes, seguidores da linha protestante do teólogo francês Jean Calvino (1509-1564).

CANNONE, Hélio Maurício Pirajá. *"Um balé metafórico": as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946.* Tese apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

CASTELO BRANCO, Felipe. *Filosofia dos Nacionalismos Nacionalismos da Filosofia*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

FREUD, Sigmund. *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana. In* Edição *Stardard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume VI. Imago, 1901.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 48ª ed. Recife: Global Editora, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Livro Digital: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política,* nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 75-119.

MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-126, 2005.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 14ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales,* 2005, pp. 117-142.

RENAN, E. O que é uma Nação? (1882). Trad. Glaydson José da Silva. *Revista Aulas.* São Paulo. v. 1., n. 1, 1° sem. 2011. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf. Acesso em 20 dez. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994.

_____. As *Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ .*Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.* São Paulo: Claro Enigma, 2012.

TAVOLARO, Sergio B. F. A vida social brasileira e suas dissonâncias temporais: afinidades de Buarque de Holanda, Prado Jr. e Freyre. *Revista Brasileira De Ciência Política*, Nº 38-2022.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. *Como se deve escrever a História do Brasil?*Revista de Historia de América, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458.

ST19: DIREITOS HUMANOS, ARTE E MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES, SILENCIAMENTOS E DISPUTAS NARRATIVAS

Uma análise da obra “Retrato de Pedro II”: seus simbolismos e suas possibilidades

Mariana Silva Barbosa[172]

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos do quadro “Retrato de Pedro II” de Joaquim da Rocha Fragoso, exposto no Museu Mariano Procópio, como o traje de gala da Marinha e a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. Ademais, ao estudar a estrutura instituída no museu, podemos perceber os simbolismos e os tensionamentos gerados pelo tiro que o retrato levou no momento de Proclamação da República. Nesse sentido, há a potencialidade de uma contra-narrativa em detrimento de uma História Única que poderia ser gerada pelo acervo imperial e de elite. Assim, o artigo tem como premissa pensar novas possibilidades para além da narrativa oficial, de modo a dessacralizar os objetos e questionar/problematizar sobre as vozes que são silenciadas/esquecidas.

[172] Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mails: marianabarbosacsd@gmail.com/ barbosa.mariana@estudante.ufjf.br

Palavras-Chave: Museu Mariano Procópio; “Retrato de Pedro II”; simbolismos; Museu Fórum; Contra-Narrativas.

Abstract:
This paper aims to analyze the elements of the painting “Portrait of Pedro II” by Joaquim da Rocha Fragoso, exhibited at the Mariano Procópio Museum, such as the Navy’s formal attire and the Imperial Order of the Southern Cross. Furthermore, by studying the structure established in the museum, we can perceive the symbolism and tensions generated by the shot that the portrait received at the time of the Proclamation of the Republic. In this sense, there is the potential for a counter-narrative to the detriment of a Single History that could be generated by the imperial and elite collection. Thus, the article’s premise is to think of new possibilities beyond the official narrative, in order to desacralize the objects and question/problematize the voices that are silenced/forgotten.
Keywords: Mariano Procópio Museum; “Portrait of Pedro II”; symbolisms; Museum-Forum; Counter-Narratives.

Introdução:

Quando visitamos um museu como o Museu Mariano Procópio, localizado no município de Juiz de Fora, temos que ter em mente que existem diversas dimensões, como a cultural, a científica e a educativa, de maneira que o discurso produzido por essa instituição é apenas um entre muitas outras narrativas sobre o passado, sendo fruto de profundas seleções. Assim, a partir do historiador Francisco Régis Ramos podemos entender que há um “Teatro de Memórias”, visto que ocorre a encenação e a naturalização de uma memória colocada como oficial e grandiosa (história de grandes heróis). Nesse sentido, é essencial enfatizar que o museu é um ambiente não formal de educação, um lugar dinâmico, vivo e plural de significados, de modo que é preciso que haja uma postura ética, formativa e humanizadora. (Ramos, 2004).

Sob esse viés, atualmente a museologia é plural e conta com novas linguagens e desafios, sendo estritamente necessário os diálogos e as reflexões que tenham como objetivo colocar as narrativas oficiais, eurocêntricas e excludentes em suspensão, transformando os espaços em laboratórios da escola e da vida, de maneira a educar pela sensibilidade e pelos atravessamentos. Logo, o museu é o lugar do estranhamento, do encantamento e do não-reconhecimento, ou seja, mesmo que exista a dominação e a subalternização é também o local da reparação para os sujeitos silenciados e esquecidos. Diante disso, os museus têm potencial para fazer circular outros pensamentos, ideias e percepções mais democráticos, abrangentes e diversos.

Dentro desse cenário, para adentrarmos em uma discussão sobre o Museu Mariano Procópio, que possui um grande acervo sobre o Período Imperial, e mais especificamente realizar uma reflexão sobre o quadro "Retrato de Pedro II" de Joaquim da Rocha Fragoso, temos que destacar o texto "A história nos objetos" também de Francisco Régis Ramos. Nessa obra, o autor ressalta a "Pedagogia da Pergunta", sendo composta por múltiplas relações que se podem realizar entre passado, presente e futuro. Entretanto, nessa dinâmica a resposta não é colocada como solução, mas como abertura para a visibilidade (o olhar mais de uma vez), ou seja, é essencial ad-mirar os outros, a vida dos objetos, os variados sentidos e as diversas possibilidades de análise e de leitura. (Ramos, 2004).

A partir disso, é interessante analisar o quadro "Retrato de Pedro II" com perguntas que direcionam o nosso olhar para o diferente e para o estranhamento, de modo a entender os seus simbolismos e as suas novas e externas possibilidades de reflexão. Com isto em foco, é possível reorganizar as narrativas, entendendo que a relação dos objetos em museus é fruto de recortes, seleções, escolhas e principalmente de intenções humanas.

O "Retrato de Pedro II":



Figura 1: Obra de Joaquim da Rocha Fragoso, intitulada “Retrato de Pedro II”. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/dom-pedro-ii-com-uniforme-da-marinha-imperial-brasileira-pintura-atribuda-a joaquim-da-rocha-fragoso-1865-a-pintura-foi-da-in-2024--684899055862884642/>

Autor da Obra: Joaquim da Rocha Fragoso.

Título: “Retrato de Pedro II”.

Data: Não há uma data oficial para a criação da obra, porém, com a leitura da notícia “'Que tiro foi esse?': museu em MG guarda retrato de Dom Pedro II que foi alvo de disparo em 1889” publicada por Roberta Oliveira ao G1 Zona da Mata no dia 29/04/2018 temos as seguintes informações: na mão direita de D. Pedro II há o Decreto de Abertura da Navegação do Rio Amazonas, datado de 07 de dezembro de 1866. Além disso, é colocado que os retratos de D. Pedro II eram produzidos pela Academia Imperial de Belas Artes e usados em atos solenes e festividades, ou seja, quando não era possível a presença física do monarca, o retrato era enviado e recebia as mesmas regras de etiqueta, rituais e homenagens. Assim, é sabido que o quadro que hoje está no Museu Mariano Procópio esteve nos eventos na abertura do Rio Amazonas às nações amigas em 1867, no palácio do governo do Grão-Pará. Logo, não podemos definir uma data exata para a criação da obra, porém, provavelmente foi entre o final de 1866 e o início de 1867.

Técnica: Pintura óleo sobre tela, pintura histórica.

Utilizando como base essa obra e as suas informações, o primeiro passo é explorar os elementos do quadro. Sendo assim, antes de focar na figura de D. Pedro II, é importante observar o trono vermelho bordado com a estampa régia atrás do monarca (representando seu poder, imponência e identidade) e os arcos e colunas clássicas que completam a paisagem, mostrando sua austeridade. Nesse sentido, podemos perceber que o retrato é ambientado para destacar o poder, o luxo, a autoridade e o prestígio. Ademais, é preciso atentar para a vestimenta do Imperador, o qual utiliza um dos trajes de gala da Marinha, como podemos observar na seguinte imagem:

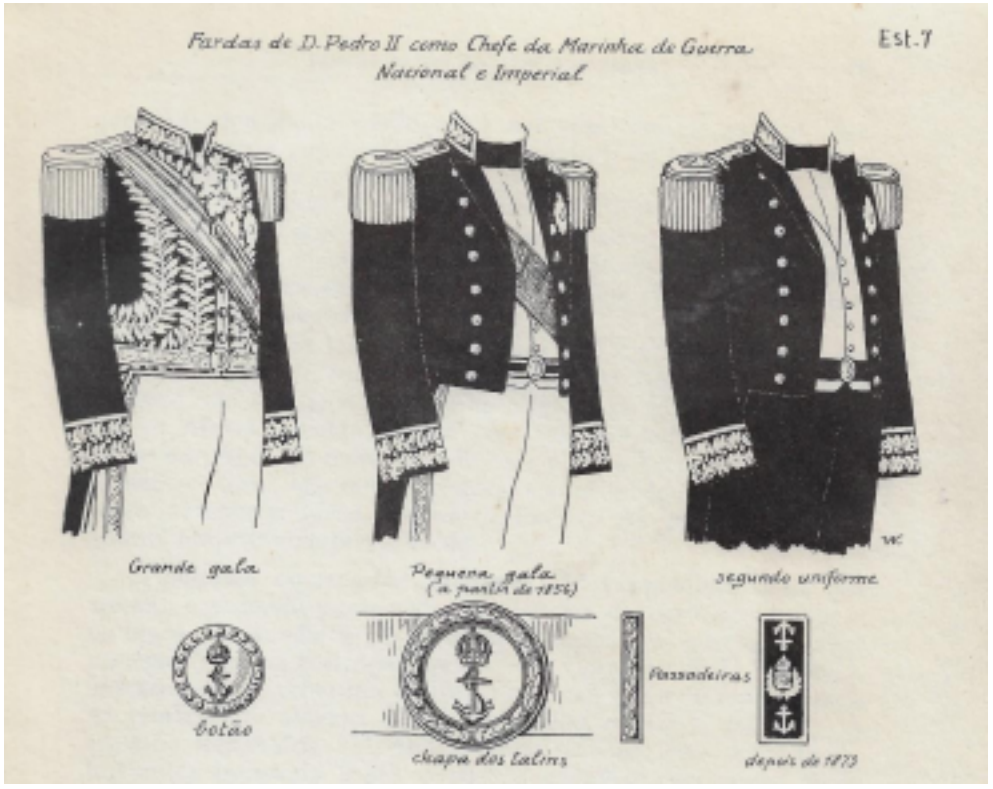


Figura 2: Fardas de D. Pedro II como Chefe da Marinha de Guerra Nacional e Imperial. Disponível em: < https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fardas_de_D._Pedro_II_como_chefe_suprem_da_Marinha_Milirar.png >

Com base no trabalho “Fardas do Reino Unido e do Império” (Rodrigues, 1953), podemos perceber como era significativo que o Imperador tivesse uma farda com detalhes únicos, mostrando sua importância e reverência. Em continuidade, temos o seguinte trecho, o qual explicita as características do uniforme do monarca:

> Os retratos com farda da Marinha posteriores a 1856 são os de casaca aberta formando lapelas com duas ordens de oito botões, gola em pé, colete branca atravessado pelo fitão azul-claro do Cruzeiro e talim de veludo azul agaloado, ou de couro preto. [...] Este modo de usar a casaca, pode-se dizer, foi exclusivo do imperador, pois é muito raro encontrar-se retratos de almirantes ou chefes da Armada com casaca aberta. Em geral traziam-na toda abotoada. (Rodrigues, 1953: 25).

Com isso exposto, é possível encontrar outros quadros em que D. Pedro II aparece com o mesmo uniforme, como é o caso do retrato realizado pelo pintor uruguaio Angel Irrazabal, a partir da releitura de uma obra do pintor austríaco Ferdinand Krumholz, o qual se mudou para o Brasil e retratou a família imperial, principalmente o Imperador Pedro II, (a obra de Krumholz não possui uma data oficial, mas provavelmente foi produzida por volta da década de 1840 e atualmente se encontra no Museu Imperial de Petrópolis). As três pinturas apresentam semelhanças, pois retrata o monarca vestido com o Traje de Gala da Marinha e com a Ordem do Cruzeiro do Sul em uma postura altiva, jovem e emblemática.



Figura 3: D. Pedro II de Ferdinand Krumholz. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ferdinand_Krumholz_%28Atribu%C3%ADdo%29_-_Portrait_of_D._Pedro_II.jpg



Figura 4: Releitura do quadro de Ferdinand Krumholz, realizado por Angel Irrazabal. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/retrato-de-dom-pedro-ii-usando-farda-de-almirante-da-marinha sera-leiloado.html

Outro ponto que chama atenção no quadro do Museu Mariano Procópio é a Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, criada por D. Pedro I, em 1822, ano da Independência do Brasil em forma de comemorar e marcar o momento. Essa placa é composta por uma estrela branca com cinco pontas bifurcadas e maçanetadas, e orlada de dourado. No centro, há um medalhão azul celeste com uma cruz composta por 18 estrelas douradas e o escrito "BENEMERENTIUM PRAEMIUM". Já no reverso, temos a efígie de Dom Pedro I com a legenda "PETRUS I BRASILIAE IMPERATOR". Além disso, a fita e a banda eram da cor azul-celeste.

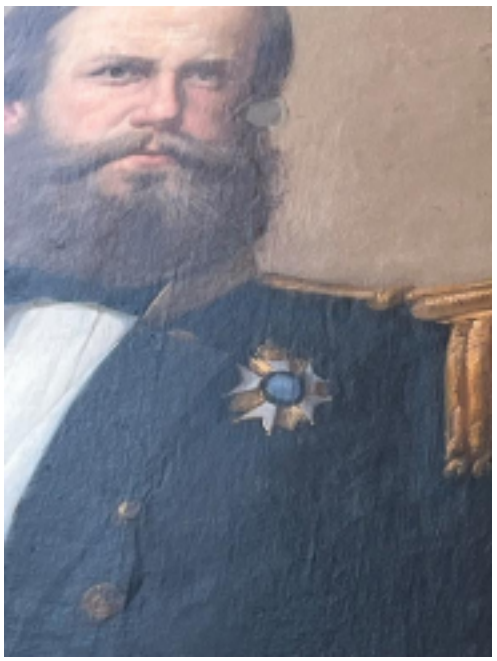




Figura 5 e 6: Placa da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. (No quadro de Joaquim Fragoso e um exemplar real). Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Imperial_Ordem_do_Cruzeiro_do_Sul_-_Imp%C3%A9rio_do_Brasil_%281822-1889%29.jpg>

Nesse cenário, é possível observar que era uma placa de grande importância, sendo a primeira ordem honorífica brasileira e tinha como objetivo premiar brasileiros e estrangeiros em quatro graus: Grã-Cruzes, Dignitários, Oficiais, Cavaleiros. A partir disso, podemos entender o poder simbólico de representar D. Pedro II em um quadro imponente e de grandes dimensões com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ainda sobre essa insígnia é interessante

destacar que:

> Seu desenho partiu de modelo francês, mas seu nome e suas características basearam-se na "posição geográfica desta vasta e rica região da América Austral, que forma o Império do Brasil, onde se acha a grande constelação do Cruzeiro, e igual, em memória do nome, que sempre teve este Império, desde o seu descobrimento, de Terra de Santa Cruz." (WebSite Pró Monarquia).

Entretanto, com a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, houve a extinção da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, retornando apenas em 1932 por ação do presidente Getúlio Vargas de conceder a insígnia para personagens estrangeiros que possuíam destaque internacional em um ato de relações exteriores, sendo atribuída à figuras que realizaram algum feito, como Ernesto "Che" Guevara, Rainha Elisabeth II e Nelson Mandela.



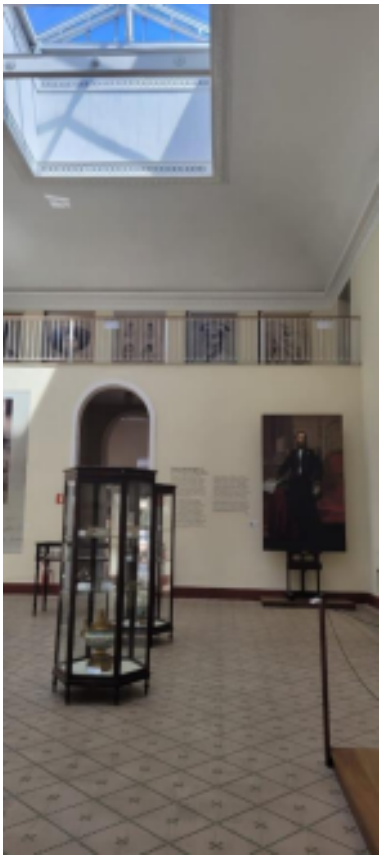
Figura 7: Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Nacional_do_Cruzeiro_do_Sul>

Tendo tudo isto posto, é possível concluir que a pintura "Retrato de Pedro II" atribuída a Joaquim da Rocha Fragoso, localizada no Museu Mariano Procópio foi criada com o objetivo de apresentar o Imperador em tamanho natural e em uma posição solene. Além disso, a representação e a posição do imperador podem significar que era um ato oficial, sendo pintado de forma jovem e saudável, de modo a representar a nação brasileira. Por fim, outro ponto que merece ênfase é a mão direita de D. Pedro II, visto que nela há o Decreto de Abertura da Navegação do Rio Amazonas, datado de 07 de dezembro de 1866, o que indica que a obra pode ter sido encomendada para alguma ocasião especial, tendo como intenção

ressaltar o avanço realizado e concedido pelo monarca.

Como é a estrutura do Museu Mariano Procópio?

O Museu Mariano Procópio foi inaugurado por Alfredo Ferreira Lage em 23 de junho de 1921, a partir de sua coleção privada, que tem como característica o seu caráter eclético e o vínculo com a memória monárquica. Nesse viés, o acervo do museu foi fruto de aquisições no Brasil e na Europa por meio de compras, leilões e doações, de maneira que até hoje há a manutenção do passado imperial e dos laços da Família Lage com a Família Imperial deposta, portanto, chama a atenção o enorme Patrimônio Imperial com forte memória afetiva e estética. Nessa perspectiva, no Museu Mariano Procópio temos a sala intitulada "Galeria Maria Amália" organizada a partir de vitrines em que são expostos alguns objetos imperiais como louças, medalhas, placas e retratos, como pode ser observado nas seguintes fotografias:





Figuras 8 e 9: Imagens das Vitrines e da Estrutura da Galeria Maria Amália. Fonte: Acervo Pessoal.

Para uma reflexão das fotografias acima, o texto “O jogo das vitrines” de Francisco Régis Ramos se faz necessário. Nessa obra, é ressaltado que com a utilização de vitrines (como é o caso da Galeria Maria Amália) há a sacralização dos objetos, de modo que os museus embarcam em uma onda de consumo visual do patrimônio histórico, que geralmente é associado ao turismo predador, em um cenário de ver tudo, porém, não olhar e concentrar-se em nada. Com essa perspectiva, o autor postula que não devemos fazer vitrines, tendo como objetivo romper com a estética de mostrabilidade e com o distanciamento dos objetos em relação aos visitantes. (Ramos, 2004).



Figura 10: Medalhas e Placas do Museu Mariano Procópio. Fonte: Acervo Pessoal.

Nesse sentido, é preciso que os objetos saiam da contemplação por si só e passem a ser objetos de reflexão e leitura. É essencial ter em mente que a “operação museológica tradicional e conservadora rouba pedaços do mundo, prende-os nas vitrines e deixa-os morrer, para prometer-lhes vida eterna nos templos do patrimônio histórico” (Ramos, 2004: 137). Por outro lado, é possível realizar um processo educativo nos museus brasileiros de

trazer uma narrativa de contra-memória, com um viés de reparação. Diante disso, podemos olhar as marcas do museu, de suas narrativas e de seus objetos, de modo a não perpetuar uma história única, linear, homogênea, branca e de elite. Ao realizar esse ato, sairemos de um "Museu Templo", colocado como sagrado e em dimensão de contemplação e de sacralização do acervo para um "Museu Fórum", local de debate, de discussão, de olhar por diferentes ângulos e de ter outras leituras de mundo.

Por que o retrato levou um tiro? O simbolismo, o tensionamento e as possibilidades:

O relatório institucional de 1941 do Museu Mariano Procópio apresenta a pintura como "obra de grande valor histórico", que foi realizada para as comemorações de abertura do Rio Amazonas para a navegação às Nações Amigas e enviada para o Palácio do Presidente do Grão-Pará, no edifício da sede do governo, conhecido como Palácio Lauro Sodré, pois D. Pedro II não poderia estar presente nas festividades, de modo que o retrato o representasse. No dia 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República, a obra ainda estava localizada em Belém e foi mutilada, com um buraco de bala de revólver e rasgos pelos republicanos. Após os ataques ocorridos, o retrato danificado foi resgatado por Justo Chermon, o primeiro governador do Pará no Período Republicano.

A partir disso, podemos observar como são fortes as representações e a figura de D. Pedro II, já que eram levadas suas imagens para festividades e comemorações no Período Imperial e sofreram destruições já no Período Republicano. Assim, é perceptível a importância de destruir os símbolos do governo deposto, com o objetivo de destruir de forma física e simbólica a existência desse poder. Em síntese, se torna evidente a força do retrato no período do Império, e também se torna claro a necessidade de apagar essa autoridade quando há um novo regime. Dessa maneira, o tiro representa o tensionamento e o desgaste da figura do monarca, visto que era um momento de polarização, de mudança e de inquietação. Além disso, a permanência dessa marca, mesmo após as restaurações, mostra também um tensionamento da narrativa branca, homogênea e oficial, sendo uma forma de evidenciar outras questões que precisam ser debatidas, vozes que precisam ser ouvidas e vidas que devem ser protagonistas.

Como lidar com a presença do passado no presente?

Com o estudo do quadro que retrata D. Pedro II em posição de destaque e em forma de líder máximo e soberano podemos entender que há a celebração de um projeto de poder imperial, com a naturalização de valores. De acordo com o PodCast intitulado "O que fazer com as estátuas?" (Schwarcz, 2024) podemos perceber que os objetos são alvos de disputas políticas pela memória. Sendo assim, em estátuas e quadros (como o analisado) é possível observar a valorização de ideais brancos, europeus e elitizados, os quais produzem um efeito de poder, que gerou e gera impactos na forma de viver e pensar das pessoas.

Para lidar com essas questões é preciso politizar as imagens e ressignificar as violências que foram cometidas por trás dessas figuras. Diante disso, não é preciso destruir, mas sim criar tensionamentos. Segundo Ricardo Santiago, precisamos dar ênfase na questão desses tensionamentos e tornar evidente as disputas pela memória, de modo a mostrar as outras camadas que existem, como as rasuras e as pichações. Portanto, acrescentamos uma contra narrativa ou um contra-argumento, com a intenção de realizar uma "litura", ato de ressignificar e de reconstituir as narrativas que quadros de líderes como D. Pedro II contam. Ou seja, há uma alteração na legibilidade, pois escrevemos e contamos uma nova história por cima da narrativa oficial e já consolidada, com o objetivo de ampliar os sujeitos e dar vozes a atores subalternizados, insatisfeitos e silenciados.

Qual o Perigo de uma História Única? – Chimamanda Adichie

Em adição, é essencial colocar em debate o TedTalk intitulado "O Perigo de uma História Única" (Adichie, 2019). Nessa discussão, a autora nigeriana se apresenta como uma contadora de histórias, mas ressalta que quando criança lia livros infantis britânicos e americanos de personagens brancos que não geravam reconhecimento e identidade. Assim, a escritora reflete sobre como nós somos vulneráveis e impressionáveis face a uma história e como o poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas fazê-la a história definitiva, o que é extremamente perverso.

Diante disso, quando contamos somente a história oficial (como em quadros de pessoas da elite) criamos estereótipos, os quais são incompletos e se tornam uma história única,

homogênea, passiva e sem diferentes vozes/agentes. Isto posto, como consequência temos o roubo da dignidade de muitos sujeitos, visto que o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada se torna de difícil percepção, de maneira a enfatizar a nossa diferença, ao invés de nossa semelhança. Logo, Chimamanda Adichie propõe um equilíbrio de histórias, pois diversas narrativas importam e podem gerar identificação. Dessa maneira, a história pode ser usada para expropriar e tornar maligno, entretanto, pode ser utilizada para capacitar, para humanizar e pode reparar a dignidade perdida, tudo depende de sua estrutura narrativas.

Nesse âmbito, o quadro "Retrato de Pedro II" por si só reforça os estereótipos e a história única, o que pode ser muito perigoso. Por outro lado, quando os visitantes chegam ao Museu Mariano Procópio, percebem o tiro na imagem e leem que a peça passou por uma restauração rústica e recente há uma quebra da narrativa oficial branca e homogênea, de modo que os interlocutores conseguem furar a narrativa anterior consagrada, percebendo os diversos outros atores que existiam e resistiam. Portanto, podemos entender que há uma narrativa imperial, afetiva e de valorização dos ideais europeus que é mantida, porém, há também uma ação museológica e educativa de ampliar a história e trazer uma contra-memória. Sob essa perspectiva, manter o tiro após o restauro é uma postura ética e política de evidenciar os tensionamentos e os desgastes em um momento de polarização.

Com esse cenário, é possível perceber que não é somente o Museu Mariano Procópio que está preocupado em expandir a História Oficial, com o mesmo objetivo a Estação Primeira de Mangueira fez o seu samba-enredo, em 2019, intitulado "História para ninar gente grande", que refletia e criticava a exclusão de história das mulheres, dos negros e dos indígenas, os quais tiveram suas vozes subalternizadas, esquecidas (ato de não lembrar) e silenciadas (ato de lembrar, mas escolher não falar). Dessa forma, é imprescindível que diversos ambientes e setores estejam preocupados com questões sociais e democráticas, a fim de dar voz às minorias que não foram ouvidas por tantos e longos períodos.

Letra do Samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira:

Brasil, meu nego

Deixa eu te contar

A história que a história não conta

O avesso do mesmo lugar

Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu dengo

A Mangueira chegou

Com versos que o livro apagou

Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento

Tem sangue retinto pisado

Atrás do herói emoldurado

Mulheres, tamoios, mulatos

Eu quero um país que não está no retrato

Disponível em: https://www.letras.mus.br/wantuir/historias-para-ninar-gente-grande https://www.letras.mus.br/wantuir/historias-para-ninar-gente-grande. Acesso em: 2 jan. 2026.

Conclusão:

Tendo tudo isto posto, podemos concluir que no Museu Mariano Procópio há muitas potencialidades e possibilidades educativas. Nesse sentido, é essencial que as exposições tenham marcas e que as narrativas oficiais sejam analisadas e descristalizadas, de modo a entender o perigo de uma história contada como única. Logo, a maneira como o quadro "Retrato de Pedro II" de Joaquim da Rocha Fragoso é exposto tem muito potencial de reflexão, visto que rompemos com a ideia de um passado ensimesmado, morto e fechado. Portanto, o tiro e a sua manutenção são atos políticos que devem ser rememorados como forma de resistência, de maneira que não esqueçamos o poder simbólico de furar a narrativa imperial e oficial dos livros didáticos da escola básica e do senso comum. Logo, é essencial entender as disputas, as tensões e as possibilidades de mudança que obras de arte trazem consigo e que criam quando em contato com outros objetos.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. Enredo 2019 – **História pra ninar gente grande** (Clipe Oficial). [Vídeo]. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JMSBisBYhOE. Acesso em: 20 nov. 2023.

FARDAS do Reino Unido e do Império: separata do Anuário do Museu Imperial (1950-1953). Petrópolis: Museu Imperial / Ministério da Educação e Saúde, 1953. Disponível em: https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1950-Separata-1Acesso em: 8 mar. 2025.

GOIS, Ancelmo. **Retrato de Dom Pedro II usando farda de almirante da Marinha será leiloado.** O Globo – Blog do Ancelmo Gois. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/retrato-de-dom-pedro-ii-usando-farda-de-almirante-da-marinha-sera-leiloado.html. Acesso em: 8 mar. 2025..

G1. **“Que tiro foi esse?”: museu em MG guarda retrato de Dom Pedro II que foi alvo de disparo em 1889.** G1 Zona da Mata. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/que-tiro-foi-esse-museu-em-mg-guarda-retrato-de-dom-pedro-ii-que-foi-alvo-de-disparo-em-1889.ghtml. Acesso em: 8 mar. 2025.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA DA ARTE (LAHA – UFJF**). Retrato de Pedro II, de Joaquim da Rocha Fragoso.** [Vídeo]. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZhKfwejXmdY. Acesso em: 8 mar. 2025.

MONARQUIA DIGITAL. **Brasil Imperial – Pró Monarquia.** Disponível em: https://monarquia.org.br/brasil-imperial/. Acesso em: 8 mar. 2025.

NEVES, Julliana Garcia. **O Retrato de Pedro II do Museu Mariano Procópio: entre a Memória da Monarquia e a Construção da República. 2016.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

NEVES, Julliana Garcia. **Retrato de Pedro II: de monumento à memória a documento para a escrita da História.** Anais do Encontro da ANPUH-MG, Juiz de Fora, 2014. Disponível em:

https://encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/34/1401499009_ARQUIVO_ArtigoJullianaGarciaNevesANPUH-MG.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025.

O RETRATO de Dom Pedro II que foi alvo de um tiro após a chegada da República. Aventuras na História. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/o-retrato-de-dom-pedro-ii-que-foi-alvo-de-um-tiro-apos-a-chegada-da-republica.phtml. Acesso em: 8 mar. 2025.

RAMOS, Francisco Régis. **A história nos objetos; O objeto gerador; Sujeito e objeto?.** In. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis. **Ex-posição: objeto locado, deslocado e colocado.** In. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis. **O jogo das vitrines; História, memória e a terceira margem.** In. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

SCHWARCZ, Lilia: **Durante séculos, só os brancos tinham lugar de fala** | Cortes do Reconversa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nIveAOmFl9M>. Acesso em: 8 mar. 2025.

Imaterialidade E Materialidade Em Disputa: Memória, Paisagem E Gentrificação No Parque Do Povo Mário Pimenta Camargo, Em Itaim Bibi, São Paulo

Flaviana Lopes Ribeiro de Oliveira[173]

Resumo: O artigo analisa a demolição da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul e do Teatro Ventoforte, em fevereiro de 2025, no Parque do Povo Mário Pimenta Camargo, em São Paulo, como expressão das tensões entre preservação cultural e políticas de requalificação urbana. A partir do tombamento do parque em 1995, discute-se a progressiva descaracterização do bem e a expulsão de práticas culturais historicamente vinculadas ao território. Mobilizando os conceitos de materialidade, imaterialidade, território e gentrificação, o texto evidencia como a patrimonialização formal, dissociada da salvaguarda das práticas e das comunidades detentoras, pode operar como instrumento de apagamento e produção de violência institucional.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Capoeira Angola; Teatro Ventoforte; Parque do Povo; Gentrificação.

Abstract: This article analyzes the demolition of the Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul and the Ventoforte Theater, in February 2025, at Parque do Povo Mário Pimenta Camargo, in São Paulo, as an expression of the tensions between cultural preservation and urban redevelopment policies. Based on the park's heritage listing in 1995, the study discusses the progressive dismantling of the site and the displacement of cultural practices historically rooted in the territory. Drawing on the concepts of materiality, immateriality, territory, and gentrification, the article demonstrates how formal heritage recognition, when detached from the safeguarding of practices and bearer communities, may function as an instrument of erasure and institutional violence.

Keywords: Cultural Heritage; Capoeira Angola; Ventoforte Theater; Parque do Povo; Gentrification.

INTRODUÇÃO

As políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil foram historicamente construídas a partir de concepções que privilegiaram a materialidade dos bens e a

[173]Licenciada e bacharelanda em História. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: flavianarlopes@gmail.com.

monumentalidade como critérios centrais de reconhecimento e proteção (Fonseca, 2009). Desde a institucionalização do tombamento pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, o patrimônio foi associado à excepcionalidade arquitetônica e artística, operando como instrumento de produção de uma memória oficial marcada por escolhas seletivas, hierarquizações simbólicas e silenciamentos. Essa lógica não apenas definiu o que deveria ser preservado, mas também estabeleceu os limites do que poderia ser lembrado, relegando práticas culturais populares, modos de vida cotidianos e experiências coletivas a posições marginais no campo da patrimonialização.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 tensionou esse modelo ao ampliar o conceito de patrimônio cultural, incorporando os bens de natureza imaterial e reconhecendo as práticas, os saberes, as formas de expressão e os modos de viver como referências fundamentais da cultura brasileira. No plano normativo, esse deslocamento representou um avanço significativo ao afirmar a indissociabilidade entre patrimônio, território e comunidade detentora. Contudo, a ampliação conceitual não foi acompanhada, de forma equivalente, por transformações estruturais na implementação das políticas públicas, especialmente em contextos urbanos marcados por intensas disputas territoriais, interesses econômicos e processos de requalificação orientados pela valorização imobiliária.

Nesse cenário, o espaço urbano torna-se arena privilegiada de conflitos entre distintas concepções de cidade, cultura e patrimônio. Parques, praças e áreas públicas passam a ser reconfigurados por intervenções que, sob a retórica da revitalização e da modernização, produzem a mercantilização da paisagem e a expulsão de usos sociais historicamente consolidados. É nesse contexto que se insere o caso do Parque do Povo Mário Pimenta Camargo, em São Paulo, tombado em 1995 por seu caráter de sociabilidade popular e pela presença de práticas esportivas, artísticas e culturais vinculadas ao território. Posteriormente, a demolição da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul e do Teatro Ventoforte, em fevereiro de 2025, evidencia de forma emblemática as contradições entre o reconhecimento formal do patrimônio e a destruição concreta de territórios culturais vivos. Ao analisar esse episódio, o presente artigo discute as disputas entre materialidade e imaterialidade, memória e

território, evidenciando os limites das políticas patrimoniais frente às dinâmicas de gentrificação e à persistência de formas de violência institucional no espaço urbano.

A "REQUALIFICAÇÃO" DO PARQUE DO POVO

A política de preservação do patrimônio cultural no Brasil estruturou-se, historicamente, a partir de uma concepção fortemente ancorada na materialidade dos bens, consagrada pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937. Ao instituir o tombamento como principal instrumento de proteção, esse diploma legal consolidou no plano prático, uma noção de patrimônio associada à excepcionalidade arquitetônica, artística e monumental, priorizando edificações e conjuntos urbanos considerados representativos de uma narrativa histórica oficial de um Brasil heroico e elitista (Fonseca, 2009: 59). Tal perspectiva, sintetizada pela expressão "patrimônio de pedra e cal", não resultou de um processo neutro ou consensual, mas de escolhas políticas e culturais que implicaram disputas de memória, hierarquizações simbólicas e silenciamentos. Ao eleger determinados bens como dignos de preservação, o Estado também definiu aquilo que poderia ser relegado ao esquecimento, marginalizando práticas culturais populares, modos de vida cotidianos e expressões das culturas populares que não se adequavam aos critérios estéticos e históricos então legitimados. Desse modo, o processo de patrimonialização operou simultaneamente como mecanismo de proteção e como instrumento de produção de uma memória seletiva, na qual a preservação da materialidade coexistia com o apagamento de sujeitos, práticas e territórios que constituíam a vida cultural de amplos setores da sociedade.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, essa concepção restrita de patrimônio cultural passou a ser formalmente tensionada e ampliada. O artigo 216 da Carta Magna redefiniu o conceito de patrimônio cultural brasileiro ao reconhecer não apenas os bens de natureza material, mas também os bens imateriais, compreendidos como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, celebrações, saberes e os lugares que lhes dão suporte (Brasil, 1988). Essa ampliação representou um marco ao deslocar o foco exclusivo da materialidade monumental para a valorização das práticas sociais, das referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e da diversidade de experiências

históricas. Ao incorporar o patrimônio imaterial ao texto constitucional, a Constituição de 1988 reconheceu, ao menos no plano normativo, a centralidade das comunidades detentoras e a indissociabilidade entre cultura, território e memória. No entanto, embora tenha inaugurado um novo paradigma jurídico e conceitual, essa mudança não eliminou as hierarquias e os silenciamentos historicamente construídos, que continuam a se manifestar na implementação das políticas públicas, especialmente em contextos urbanos marcados por disputas territoriais, interesses econômicos e processos de gentrificação.

Nesse quadro de transformações conceituais que ampliaram o entendimento do patrimônio cultural, insere-se o caso do Parque do Povo Mário Pimenta Camargo, localizado no bairro do Itaim Bibi, Zona Oeste da cidade e uma das regiões mais valorizadas de São Paulo. Tombado em 1995 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), o parque foi reconhecido como Patrimônio Cultural por seu caráter singular enquanto espaço de sociabilidade popular e de práticas esportivas, artísticas e de lazer comunitário[174]. O processo de tombamento evidenciou um alargamento das possibilidades de leitura do patrimônio, ao valorizar não apenas a materialidade do espaço, mas também os usos históricos e as práticas sociais que lhe conferiam identidade, como o futebol de várzea, o Circo-Escola e o teatro experimental Ventoforte. Como afirma Scifoni:

> Quando de seu tombamento, nos anos 1990, o Parque do Povo constituía uma forma peculiar em relação à paisagem que lhe envolvia. Oito campos de futebol, somente um inteiramente gramado, os demais em chão de terra batida. Cercas vivas de eucaliptos demarcando os campos. Bares e construções de aspecto improvisado, distribuídas em caminhos estreitos e tortuosos. Os jogos, os churrascos aos finais de semana, a bocha, o carteado, a cerveja, os petiscos dos botecos ocorriam em diferentes espaços. Um aspecto geral de paisagem criada de forma espontânea, bem a contragosto de um planejamento de tipo racionalista, definido na prancheta e no papel. Ainda conviviam ali atividades circenses, shows com artistas populares, peças de teatro alternativo. Enfim, um espaço da cidade ocupado para produzir cultura fora do circuito comercial (Scifoni, 2013: 136).

[174]CONDEPHAAT. Estudo de tombamento do Parque do Povo. In: CONDEPHAAT. [Processo nº 26513/88]. Volume 5. Capítulo 1 – Diagnóstico, p. 894-895. São Paulo: CONDEPHAAT, 1994.

O processo de tombamento do Parque do Povo foi marcado por disputas e não se deu de forma consensual. O pedido de abertura do processo foi apresentado em 1987 por iniciativa da população e de entidades locais, em um contexto de iminente leilão do terreno, então pertencente à Caixa Econômica Federal e ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). A área despertava forte interesse do mercado imobiliário, especialmente da construtora Mendes Júnior, que propunha a implantação de um shopping center e de um edifício de grande porte, projetado para ser o mais alto da cidade (Scifoni, 2013: 134). Com a abertura formal do processo de tombamento, em 1988, a área passou a contar com proteção legal provisória, o que possibilitou a atuação do Ministério Público Federal e a suspensão do leilão, evidenciando que o reconhecimento patrimonial do parque resultou de um embate direto entre projetos antagônicos de uso do território, nos quais se confrontavam a lógica da valorização imobiliária e a defesa do espaço como suporte de práticas culturais e de sociabilidade coletiva.

Para compreender a centralidade dessas disputas, é fundamental adotar uma noção de território que ultrapasse a ideia de espaço físico ou de mera delimitação geográfica. Conforme elaborado por Milton Santos (2017), o território constitui-se como uma construção social complexa, resultante da interação entre sujeitos, práticas, objetos e relações que nele se inscrevem ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de um espaço atravessado por conflitos e negociações, no qual diferentes projetos políticos, econômicos e culturais disputam legitimidade e poder. No caso do Parque do Povo, o processo de tombamento evidencia precisamente essa condição: o território não era apenas um suporte material passível de apropriação imobiliária, mas um espaço vivido, apropriado coletivamente e dotado de significados construídos a partir das práticas culturais e das formas de sociabilidade ali desenvolvidas. Desse modo, o embate entre a proteção patrimonial e os interesses de mercado expressa uma disputa territorial mais ampla, na qual se confrontam distintos modos de conceber, usar e produzir a cidade.

O estudo técnico que fundamentou a decisão de tombamento, destacou o caráter único do local, identificado como “a última área caracterizada como praça de campos de futebol

varzeano”[175], concentrando clubes tradicionais que haviam perdido seus terrenos em meio ao avanço da urbanização. O tombamento reconheceu o parque como um “espaço vivo na cidade que guardava características históricas de uso”, enfatizando que não se tratava de preservar apenas a área verde ou a infraestrutura, mas sobretudo o modo de ocupação comunitária que lhe conferia identidade. O Artigo 2º do processo de tombamento foi explícito ao determinar que o objetivo central era a preservação da base material necessária à realização das atividades culturais e de lazer desenvolvidas no parque (São Paulo, 1995). Nesse sentido, a materialidade do parque não era fim em si mesma, mas suporte indispensável para práticas culturais de natureza imaterial.

Além disso, o Artigo 4º, que definia as diretrizes de ocupação, reforçava a necessidade de respeito à paisagem e à manutenção das práticas tradicionais. Estabelecia-se que toda intervenção deveria pautar-se pelas atividades historicamente desenvolvidas no local e pela preservação dos campos, do espaço do circo e do teatro. O texto também garantia a continuidade das atividades esportivas e culturais pelas entidades tradicionais, desde que não implicassem em degradação do conjunto (São Paulo, 1995). Dessa forma, o tombamento não apenas reconhecia o valor histórico do Parque do Povo, mas também estabelecia um compromisso com a vitalidade de suas práticas culturais.

Entretanto, embora o tombamento reconhecesse a necessidade de proteção das práticas culturais historicamente desenvolvidas no local, Scifoni (2013: 198) observa que, a partir de 1999, ganhou força no discurso do poder público a noção de “requalificação” da área, desencadeando uma série de intervenções urbanísticas controversas que resultaram na progressiva descaracterização do objeto tombado. Esse processo pode ser observado de forma concreta na transformação da paisagem disponibilizada pela autora: em 2004, ainda era possível identificar a área tombada com seus campos de futebol de várzea e cercas vivas que os delimitavam; contudo, em 2009, o espaço encontrava-se profundamente alterado, com a eliminação da maior parte dos campos e das estruturas associadas às práticas comunitárias, restando apenas um campo de futebol e a área ocupada pelo Teatro Ventoforte.

[175]CONDEPHAAT. Estudo de tombamento do Parque do Povo. In: CONDEPHAAT. [Processo nº 26513/88]. Volume 5. Capítulo 1 – Diagnóstico, p. 894-895. São Paulo: CONDEPHAAT, 1994.

Como observa Scifoni, o discurso de “requalificação” promovido pela Prefeitura passou a justificar a exclusão de práticas comunitárias sob a alegação de “desvirtuamento” das atividades originais ou de “deterioração” da área (2013: 138). A tentativa de enquadrar tais práticas como indesejáveis ou inadequadas reflete um projeto de cidade voltado para o consumo, a homogeneização cultural e a valorização do solo urbano, em detrimento da diversidade de usos sociais. Desse modo, esse processo pode ser entendido como um exemplo de patrimonialização em que a preservação formal existe apenas no plano do decreto, enquanto a prática cultural, fundamento vivo do patrimônio em questão, é enfraquecida ou suprimida. Como consequência, ocorre a perda de memórias associadas ao território, que deixam de ter espaço para se reproduzir e se reinventar.

Entre os efeitos mais visíveis desse processo, destaca-se a alteração do sentido original do tombamento, que deixou de operar como instrumento de proteção das práticas culturais e dos usos historicamente associados ao território para se converter em justificativa de preservação de uma paisagem planificada e intensamente arborizada. Essa inflexão passou a privilegiar a valorização estética do espaço e a construção de narrativas que concebem o parque como área verde ordenada e homogênea, em detrimento da manutenção de seus usos comunitários, esportivos e culturais. Paralelamente, observa-se o enfraquecimento político e normativo dos instrumentos de preservação, uma vez que a decisão de tombamento foi progressivamente relativizada e reinterpretada de modo a atender a interesses econômicos e urbanísticos, esvaziando seu conteúdo social e cultural originalmente reconhecido.

Do ponto de vista simbólico e material, esse processo implicou uma série de violências contra as manifestações culturais e imateriais que historicamente se desenvolviam no Parque do Povo, bem como a perda de objetos, estruturas e suportes indispensáveis à continuidade dessas práticas. As dinâmicas de gentrificação promoveram o deslocamento das comunidades culturais tradicionalmente vinculadas ao território, transferindo para outras áreas da cidade práticas profundamente enraizadas naquele espaço. Um exemplo, é o próprio Circo-Escola, também reconhecido no processo de tombamento, que foi transferido para outro bairro, rompendo a relação entre a prática cultural e o território que lhe conferia sentido. Nesse contexto, a paisagem passou a ser mercantilizada e reconfigurada como

produto de consumo voltado a segmentos econômicos específicos, enquanto a diversidade de usos e expressões culturais foi substituída por uma homogeneização funcional que reforça a privatização simbólica do espaço público.

Tal dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de gentrificação mobilizado por Leite (2002), que a define como um conjunto de intervenções urbanas concentradas em áreas dotadas de centralidade histórica ou simbólica, convertidas em polos de atração de investimentos públicos e privados. Nesse processo, os sentidos atribuídos ao lugar são reconfigurados e o patrimônio cultural passa a ser apropriado como ativo econômico, integrado à lógica de mercado. A valorização urbana, assim, ocorre de forma seletiva, promovendo a ressignificação da paisagem ao mesmo tempo, em que desloca usos, práticas e grupos sociais anteriormente vinculados ao território, substituindo a diversidade cultural por uma homogeneização funcional que reforça a privatização simbólica do espaço público.

O caso do Parque do Povo evidencia, de forma contundente, os limites das políticas de preservação cultural quando dissociadas da garantia dos usos sociais e das práticas que conferem sentido aos bens reconhecidos. Embora formalmente protegido por meio do tombamento, o parque foi progressivamente submetido a intervenções que esvaziaram o conteúdo social e cultural que fundamentou sua patrimonialização, revelando a fragilidade dos instrumentos de preservação frente às dinâmicas de valorização urbana. A reconfiguração do espaço, orientada por critérios de ordenamento, controle e adequação a novos padrões de uso, produziu a ruptura entre o reconhecimento jurídico do patrimônio e a efetiva salvaguarda das práticas culturais historicamente ali desenvolvidas. Nesse contexto, o patrimônio deixa de operar como direito cultural e passa a ser administrado como recurso urbano, abrindo caminho para a continuidade de processos de exclusão, deslocamento e apagamento de memórias coletivas.

Importa destacar, contudo, que essas violências não se encerraram com as intervenções realizadas. Ao contrário, elas se atualizaram ao longo do tempo, culminando, em 2025, na demolição de dois espaços culturais que ainda resistiam no parque: o Teatro Ventoforte e a Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul, que ocupava parte das instalações do teatro. Esses episódios revelam a persistência de uma lógica de gestão do território que, ao

privilegiar a ordenação paisagística e a valorização imobiliária, segue produzindo rupturas profundas na memória, nas práticas culturais e nos vínculos sociais associados ao Parque do Povo.

3. A CONTINUIDADE DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: A DEMOLIÇÃO DO TEATRO VENTO-FORTE E DA ESCOLA DE CAPOEIRA ANGOLA CRUZEIRO DO SUL EM 2025

A proteção do patrimônio cultural, conforme consolidado no ordenamento jurídico brasileiro e nos debates contemporâneos da área, fundamenta-se no princípio da responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e as comunidades detentoras dos bens culturais (Costa, 2021: 609). Tal compreensão desloca a preservação de uma atribuição exclusiva dos órgãos de tutela para um campo mais amplo, no qual a salvaguarda dos bens materiais e imateriais deve resultar de ações articuladas, participativas e sensíveis às dinâmicas sociais que lhes conferem sentido. No entanto, a distância recorrente entre esse princípio normativo e sua efetivação prática revela contradições profundas nas políticas públicas de preservação, ocorrendo casos em que a atuação estatal, ao invés de garantir a proteção e a mediação dos conflitos, frequentemente se converte em agente de fragilização dos próprios bens culturais que deveria salvaguardar, esvaziando o conteúdo social da preservação e comprometendo a continuidade das práticas, memórias e modos de vida associados aos territórios reconhecidos como patrimônio.

Nesse sentido, Miranda (2013) ressalta que a proteção do patrimônio cultural constitui dever distribuído por todos os âmbitos de atuação do Poder Público, envolvendo não apenas o Poder Executivo, mas também o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, cada qual no exercício de suas competências institucionais. Cabe ao Estado, de forma geral, formular, implementar e fiscalizar políticas, ações e programas voltados à salvaguarda dos bens culturais brasileiros, independentemente do nível federativo em que estejam reconhecidos. A Constituição Federal estabelece, assim, a proteção do patrimônio cultural como dever comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao mesmo tempo, a comunidade, enquanto titular de direitos culturais, também assume responsabilidades nesse processo, devendo contribuir ativamente para a proteção, valorização e continuidade dos bens

que integram sua memória coletiva. A ruptura desse pacto de corresponsabilidade, seja por omissão, seja por ação direta do próprio Estado, evidencia falhas estruturais na gestão do patrimônio cultural.

É nesse quadro que se inscreve o episódio ocorrido em 13 de fevereiro de 2025, quando a Prefeitura de São Paulo, por meio da Subprefeitura de Pinheiros, promoveu a demolição da sede do Teatro Ventoforte e da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul, localizadas no Parque do Povo, sem qualquer notificação prévia às comunidades envolvidas e autorização do CONDEPHAAT. A intervenção foi amplamente contestada por diferentes atores sociais, uma vez que desconsiderou os vínculos históricos, culturais e simbólicos que esses espaços mantinham com o território. A repercussão do episódio desencadeou mobilizações de capoeiristas, artistas, pesquisadores e coletivos culturais, que denunciaram a destruição não apenas como a eliminação de edificações, mas como a supressão de territórios de criação, formação, memória e convivência construídos ao longo de décadas.

O Teatro Ventoforte, fundado em 1974, no Rio de Janeiro, pelo dramaturgo Ilo Krugli, o Ventoforte nasce do impulso criativo que deu origem ao espetáculo *História de Lenços e Ventos*, marco de uma linguagem cênica sensível, poética e profundamente inovadora voltada ao público infantil (Cavinato, 2003: 72). Ao longo de sua trajetória, o grupo consolidou-se como referência nacional e internacional no teatro voltado à infância e juventude, destacando-se por dramaturgias autorais e por uma abordagem pedagógica que integrava arte, educação e participação comunitária. Suas montagens circularam por diversas cidades brasileiras e festivais no exterior, acumulando prêmios e reconhecimento crítico.

Em 1982, o grupo criou a Casa Ventoforte – Centro de Arte e Cultura Integrada, inicialmente em um espaço alugado. Em depoimento, Ilo Krugli afirma que foi apenas em 1984 que o grupo decidiu ocupar o terreno localizado no Parque do Povo, com autorização verbal da então Administração Regional da Prefeitura, embora sem qualquer formalização documental. A ocupação e a construção do espaço ocorreram, impulsionadas pela ausência de recursos financeiros e pela mobilização de apoios institucionais. Segundo Krugli, por meio de um contato estabelecido com a Petrobrás, o grupo obteve uma verba que possibilitou cercar o terreno, iniciar as construções configurando uma paisagem que até então não existia no local.

Como destaca o dramaturgo, “não existia essa floresta antes, tudo isso foi plantado”. O primeiro espetáculo apresentado no novo espaço foi *Labirinto de Januário*, em 1985, marcando a consolidação da Casa Ventoforte como território de criação artística e cultural (Krugli *apud* Fernandes, 2022: 323).

De modo articulado a esse percurso, a Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul, conduzida desde 2021 por Mestre Meinha em espaço vinculado ao Teatro Ventoforte, afirmava-se como um núcleo central de transmissão de saberes, formação de novas gerações e afirmação identitária. Reconhecido como um dos mais antigos e respeitados mestres de capoeira angola do estado de São Paulo, Mestre Meinha desenvolvia no local um trabalho contínuo que articulava prática corporal, oralidade, memória e pertencimento. Ali realizavam-se rodas de capoeira, ensaios, oficinas, celebrações e encontros comunitários que mantinham viva uma tradição reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2008 e como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO desde 2014.

Segundo relatos de integrantes da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul, reproduzidos em entrevistas concedidas a veículos de imprensa, a demolição resultou na destruição de instrumentos musicais, quadros, fotografias, imagens de figuras sagradas e outros objetos diretamente relacionados aos mais de 40 anos de trajetória de Mestre Meinha (Maia; Silva, 2025). De modo igualmente grave, a intervenção atingiu o acervo material e os espaços de criação do Teatro Ventoforte, comprometendo cenários, estruturas, áreas de ensaio e o próprio ambiente construído que sustentava décadas de experimentação artística e pedagógica. A perda, portanto, não se restringe à supressão da infraestrutura física, mas atinge de forma profunda a memória material e simbólica construída ao longo de décadas de prática, ensino e transmissão cultural. Ao eliminar o espaço que dava suporte a essas experiências, a intervenção comprometeu a continuidade de uma tradição viva, cuja existência depende da presença no território e do encontro entre corpos, saberes e gerações.

A ausência de aviso prévio, de consulta às comunidades envolvidas e de parecer técnico do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) acentua a gravidade do episódio, evidenciando o desrespeito às normas administrativas básicas e aos princípios da gestão democrática do patrimônio cultural. A

destruição simultânea do Teatro Ventoforte e da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul não se limita, assim, ao plano material, mas desarticula uma rede de práticas artísticas, educativas e culturais que conferia vitalidade ao Parque do Povo, revelando, de forma emblemática, as fragilidades das políticas de preservação diante das disputas urbanas contemporâneas.

Tal intervenção foi acompanhada da reiteração de discursos institucionais historicamente mobilizados para legitimar processos de supressão cultural no Parque do Povo. Em nota pública, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) afirmou que, no local, "não foram constatadas atividades culturais" e que o imóvel apresentava "sinais de abandono, com edifícios em ruínas ou mal conservados" (Oliveira, 2025). Essa narrativa reproduz a mesma lógica que pautou as destruições anteriores no parque, nas quais práticas culturais foram sistematicamente desqualificadas por meio da produção discursiva do abandono, da degradação e da suposta inadequação ao uso público. Ao negar a existência das atividades culturais e reduzir o espaço a uma condição física precarizada, o poder público opera um apagamento simbólico que antecede e legitima a violência material, convertendo a ausência, muitas vezes produzida pelas próprias ações estatais, em justificativa para a eliminação definitiva do território cultural.

A violência institucional analisada neste caso não se esgota no momento da demolição nem se limita ao evento excepcional que mobiliza comoção pública. Ao contrário, trata-se de uma violência de caráter contínuo, que se perpetua no tempo por meio da normalização do vazio, da ausência e do silêncio produzidos no território. Essa permanência da violência manifesta-se também na recusa institucional em reconhecer o dano cultural produzido. Ao não reparar, não dialogar e não oferecer alternativas construídas coletivamente, o poder público prolonga a agressão inicial, transformando o apagamento em política de Estado. A ausência de medidas de recomposição, salvaguarda ou restituição simbólica reforça a ideia de que determinadas práticas culturais são descartáveis, toleradas apenas enquanto não tensionam os projetos hegemônicos de cidade.

A cidade, assim, aprende a conviver com a ausência como se ela fosse natural, transformando a destruição em paisagem e o silenciamento em ordenamento urbano. Trata-se

de uma forma de dominação simbólica, na qual a cultura não é apenas impedida de atuar, mas gradualmente excluída do horizonte do possível. Ao persistir no tempo, essa violência compromete não apenas os sujeitos diretamente atingidos, mas o próprio direito à cidade e à memória coletiva. A destruição reiterada ou não reparada de territórios culturais fragiliza os fundamentos democráticos da política patrimonial e revela que a disputa não é apenas por espaço, mas por permanência. Permanecer, nesse contexto, torna-se um ato político, enquanto a violência institucional se revela justamente na negação sistemática dessa permanência, operando como um mecanismo de controle sobre aquilo que pode continuar existindo no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do Parque do Povo Mário Pimenta Camargo evidencia, de forma contundente, as fragilidades das políticas de preservação cultural quando dissociadas da garantia efetiva dos usos sociais, das práticas culturais e dos sujeitos que lhes conferem sentido. Embora o tombamento de 1995 tenha reconhecido o parque como um espaço vivo, sustentado por práticas comunitárias e formas de sociabilidade historicamente consolidadas, as intervenções posteriores demonstram como a preservação pode ser progressivamente esvaziada de seu conteúdo social e instrumentalizada em favor de projetos urbanos orientados pela valorização imobiliária, pela padronização paisagística e pelo controle do uso do espaço público.

A demolição do Teatro Ventoforte e da Escola de Capoeira Angola Cruzeiro do Sul não se limita à perda de edificações ou equipamentos culturais. Trata-se da ruptura de processos de transmissão de saberes, de experiências formativas e de vínculos territoriais construídos ao longo de décadas, atingindo diretamente práticas reconhecidas como patrimônio cultural e modos de existência coletiva profundamente enraizados no território. O episódio revela a persistência de hierarquias culturais e a vulnerabilidade das manifestações populares, experimentais e de matriz afro-brasileira diante das dinâmicas contemporâneas de requalificação urbana, mesmo quando estas incidem sobre áreas formalmente protegidas por instrumentos legais de preservação.

Ao evidenciar a disputa entre materialidade e imaterialidade, este artigo reforça a necessidade de uma abordagem integrada do patrimônio cultural, capaz de reconhecer que a proteção dos bens não pode ser dissociada da permanência das práticas, dos sujeitos e dos territórios que lhes dão suporte. Nesse sentido, torna-se imprescindível o fortalecimento da atuação dos órgãos competentes, especialmente os conselhos de patrimônio, o Ministério Público, as instâncias de gestão cultural e os entes federativos, no sentido de assegurar que os instrumentos de preservação não se limitem ao reconhecimento formal, mas se traduzam em ações efetivas de salvaguarda, fiscalização, mediação de conflitos e reparação de danos culturais.

A ausência de diálogo institucional, de consulta às comunidades envolvidas e de medidas de recomposição após a destruição dos espaços analisados evidencia a ruptura do princípio da responsabilidade compartilhada que fundamenta a política patrimonial brasileira. Quando o próprio Estado atua como agente de supressão do patrimônio que deveria proteger, instala-se uma lógica de gestão do território baseada na administração do silêncio, da ausência e da exclusão. Ao soterrar uma escola de capoeira e demolir um teatro, o poder público não apenas inviabiliza a atuação cultural, mas nega à cultura a possibilidade de existir enquanto prática situada, coletiva e viva.

O caso do Parque do Povo, portanto, não constitui um episódio isolado, mas um alerta sobre os riscos de uma política urbana que subordina o patrimônio cultural à lógica da valorização econômica do solo e da ordenação paisagística. Defender o patrimônio cultural implica reconhecer o direito à permanência, à memória e à diversidade de usos no espaço urbano. Trata-se, em última instância, de afirmar o patrimônio como direito cultural e como dimensão fundamental do direito à cidade, cuja efetivação exige compromisso institucional, participação social e enfrentamento das desigualdades que estruturam a produção do espaço urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAVINATO, Andrea Aparecida. Uma experiência em teatro e educação: a história do menino navegador Ilo Krugli e seu indomável Ventoforte. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 267 p.

COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. O poder legislativo e a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: SANT'ANNA, Marcia; QUEIROZ, Hermano (org.). Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios. Vitória: Milfontes, 2021.

FERNANDES, Márcia. Ventoforte em imagens. OUVIROUVER, v. 18, n. 2, 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. v. 28, p. 59–79.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, p. 115–134, 2002.

MAIA, Sofia. Escola de capoeira é demolida pela Prefeitura sem autorização: espaço fica dentro do Parque do Povo, local tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 fev. 2025. Atualizado em: 18 fev. 2025. Disponível em: https://www.em.com.br/diversidade/2025/02/7063349-escola-de-capoeira-e-demolida-pela-prefeitura-de-sao-paulo-sem-autorizacao.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Atuação do Ministério Público na defesa do patrimônio cultural. MPMG Jurídico: Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, edição Patrimônio Cultural. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/8E/83/1F/AD/E744A7109CEB34A7760849A8/MPMGJuridico_Cultural.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

OLIVEIRA, Caroline. Prefeitura de SP não pediu autorização para demolir teatro tombado, diz Condephaat. Brasil de Fato, São Paulo, 18 fev. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/02/18/prefeitura-de-sp-nao-pediu-autorizacao-para-demolir-teatro-tombado-diz-condephaat/. Acesso em: 15 jan. 2026.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT. Resolução SC nº 24, de 3 de junho de 1995. Dispõe sobre o tombamento da área denominada Parque do Povo, localizada no município de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 6 jun. 1995, p. 39. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fdd82_RES.%20SC%20N%2024%20-%20Parque%20do%20Povo.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

SCIFONI, Simone. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 21, p. 125–151, 2013.

SILVA, Rose. Demolição do Teatro Ventoforte gera revolta e mobilização de artistas. Focus Brasil, 25 fev. 2025. Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/02/25/demolicao-do-teatro-ventoforte-gera-revolta-e-mobilizacao-de-artistas/. Acesso em: 13 jan. 2026.

Afrofuturismo E Crítica Social: Reflexões A Partir Da Obra "O Blogueiro Bruxo Das Redes Sobrenaturais" De Fábio Kabral (2021)

Lívia Alves Silva[176]

Resumo: Neste estudo, destacamos o afrofuturismo como elemento fundamental para a construção de um diálogo entre a História e a Literatura. tilizamos como fonte, a obra de Fábio Kabral, intitulada *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais* (2021). Neste sentido, o trabalho tem como objetivo, analisar a obra e entender como o autor constrói um cenário futurista digital que dialoga diretamente com a cosmologia dos Orixás, em conjuntura com a problematização das as redes sociais na escrita de Kabral e como elas se desdobram ao decorrer da narrativa. Nesta perspectiva, fundamentado nas formulações de Roger Chartier, em seu livro *A História Cultural* (1988) e a metodologia interpretativa de Antônio Cândido, escrita em *Literatura e Sociedade* (1985) buscamos, compreender a obra como um conjunto de fatores sociais e ainda, os aspectos sociais que envolvem a vida artística de Fábio Kabral**.**

Palavras-chave: Afrofuturismo, Literatura Afrofuturista, Ficção Científica.

Abstract: In this study, we highlight Afrofuturism as a fundamental element for building a dialogue between History and Literature. We use as a primary source the work of Fábio Kabral, titled *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais* (2021). In this sense, this paper aims to analyze the work and understand how the author constructs a digital futuristic setting

[176] Aluna graduada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT em 2024. Atualmente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, de nível mestrado pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
Email:liviaalvessilva.t@gmail.com.

that dialogues directly with the cosmology of the Orixás, alongside the problematization of social networks in Kabral's writing and their unfolding throughout the narrative. From this perspective, based on the formulations of Roger Chartier in his book *Cultural History* (1988) and the interpretive methodology of Antônio Cândido in *Literature and Society* (1985), we seek to understand the work as a set of social factors, while also examining the social aspects surrounding Fábio Kabral's artistic life.

Keywords: Afrofuturism, Afrofuturist Literature, Science Fiction.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, emerge da nossa participação na XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, no simpósio temático 19, Direitos Humanos, Arte e Memória: representações, silenciamentos e disputas narrativas. Realizamos leituras a respeito da formação do Afrofuturismo, suas intermediações, áreas do conhecimento nas quais a temática é aplicada e sua chegada ao Brasil no contemporâneo. Neste sentido, esses estudos nos permitiram refletir sobre a interdisciplinariedade entre o campo História e da Literatura e como aplicá-los no processo de análise da obra *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais* (2021) de Fábio Kabral.

A priori, buscamos a compreensão do afrofuturismo enquanto mecanismo de valorização de uma estética cultural, que se apoia nos padrões estéticos e performáticos da cultura Iorubá, Banto, com foco nos sentidos, imaginários e sensibilidades que o autor denota ao escrever a obra afrofuturista, dando destaque a um personagem negro que produz a sua própria narrativa.

O conceito de afrofuturismo, nomeado pelo norte americano e crítico literário, Mark Dery em sua obra *Black to the future* (1994), apresenta como ficção especulativa, parte de uma análise da cena cultural-literária, e propõe uma definição específica e localizada na produção estadunidense, o autor pensa também em outras manifestações artísticas como música, cinema e as artes plásticas. Neste sentido, suas reflexões conciliam outros autores e o conceito ganhou maior amplitude e assim, chegando no contemporâneo brasileiro.

No cenário contemporâneo brasileiro, o movimento tem ganhado destaque na literatura, os escritores utilizam da temática para incorporar elementos do realismo mágico,

da ficção científica e da história em suas narrativas. Destacam saberes, referências ancestrais e se apoiam da ficção como ferramenta, consequentemente, faz emergir passados sistematicamente silenciados.

Diante disso, o livro *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais*, de Fábio Kabral, publicada em 2021 pela Editora Malê, usa a estética afrofuturista na construção de sua obra, na qual apresenta a personagem principal Joselito Abimbola, como possuidor de superpoderes, que os utiliza para manipular as redes sobrenaturais e realizar seu sonho de se tornar "blogueiro". O autor emprega a ancestralidade em seus escritos, uma vez que a personagem principal, considerada filha do Orixá Logun Edé, irá enfrentar desafios no decurso da narrativa.

Vinculamos a realização deste trabalho, até o presente momento, ao campo teórico denominado História Cultural, fundamentado nas formulações de Roger Chartier, em seu livro *A História Cultural* (1988), a mesma permite a possibilidade de decifrar os códigos que definem posições culturais, já que nestes estudos, tomamos a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

No campo metodológico, nos apoiamos em Antônio Cândido, formulada em seu livro *Literatura e Sociedade* (1985) para compreender a obra como conjunto de fatores sociais e ainda, os aspectos sociais que envolvem a vida artística de Kabral, compreendendo os sentidos, as sensibilidades e a intencionalidade da obra**.** Além disso, pretendemos analisar como os elementos de religiosidade, identidade e plataforma são apresentados ao leitor ao questionar o uso excessivo das redes ao interferir diretamente no desenvolvimento da obra.

Em suma, seguimos com o diálogo da produção afrofuturista, ao se desprender de um passado negro que não refere-se apenas à experiência da escravização, mas sim, a representatividade que as personagens ilustram ao expor suas narrativas e vivências, autoconhecimento, a representação do homem negro em conciliação com a afrocentricidade que promove rupturas de premissas etnocêntricas, elevando a valorização da negritude e afrodiaspórica.

PONDERAÇÕES A PARTIR DO AFROFUTURISMO: DO SEU SURGIMENTO AO CONTEMPORANEO

A nomeação do conceito afrofuturismo, surgiu com o crítico de arte norte-americano Mark Dery, em sua obra *Black to the future* (1994), para ele:

> as vozes afro-americanas têm outras histórias para contar sobre a cultura, tecnologia e coisas por vir. Se existe um Afrofuturismo, ele precisa ser buscado em lugares inesperados, em uma constelação entre os pontos mais remotos (Dery, 1994: 17).

Seu objetivo é questionar com base nas falas dos artistas e intelectuais, Samuel R. Delany, Greg Tate e Tricia Rose, os motivos de existirem poucos autores negros de ficção científica, já que o próprio gênero fictício, trabalha com diferença, preconceito e outros diversos temas que são vivenciados por pessoas negras. Assim, o autor destaca artistas negros que produziram essa estética antes mesmo da sua escrita e ressalta as poucas produções denominadas afrofuturistas.

No entanto, antes de Dery nomear o conceito, o artista Sun Ra em 1930, experenciava a mistura da ficção com suas composições e apresentações de Jazz. Vale salientar que como artista, utilizava de suas produções para criticar ativamente a sua vivencia como homem negro, fazendo uso do conceito para além da estética, mas também como elemento político.

Ademais, Mark Dery toma os acontecimentos no final do século XX e as questões da identidade negra e herança cultural no contexto de avanços tecnológicos, para sua formulação, segundo ele é a "ficção especulativa que trata de temas afro-americanos e aborda preocupações afro-americanas no contexto da tecnocultura do século vinte"(Dery, 1994: 180). Seu olhar recortado na cena cultural, nas produções literárias, na música, cinema e nas artes plásticas, é totalmente localizado na produção estadunidense.

No entanto, como mencionamos, existia um afrofuturismo anterior a Mark Dery, no campo literário, consideram o primeiro escrito do gênero especulativo, a obra intitulada *Blake; Or, The Huts Of America (black Narratives),* escrito por Martin R. Delany (1859-1862), romance de ficção que retrata a luta de Henry Blake, um escravizado que imaginava um futuro revolucionário, desprendido da escravização, onde o personagem enfrentava uma resistência direta contra o comercio de escravizados. Não considerada

oficialmente afrofuturista, mas sim, percursora de outras narrativas com personagens negros no papel de protagonistas.

A autora Ytasha L. Womack, contribuiu para as discussões do movimento, tomada como importante referência para a elaboração e ampliação do afrofuturismo, ela evidencia em sua obra *Afrofuturism: the world of black sci-fi and fantasy culture* (2013), que o movimento parte de "uma interseção de imaginação, tecnologia, futuro e libertação"(Womack, 2013: 9), estabelece também que a estética afrofuturista, aflora-se como consequência da ausência, pensando o apagamento dos negros e da cultura africana na escrita historiográfica ocidental, tal como o apagamento dos mesmos nas projeções futuristas. A autora argumenta;

> Seja pela literatura, artes visuais, música, ou organização popular, afrofuturistas redefinem cultura e as noções de negritude para o hoje e para o futuro [...] o afrofuturismo combina elementos de ficção científica, ficção histórica, ficção especulativa, fantasia, Afrocentricidade e realismo mágico a partir de crenças não ocidentais. Em alguns casos, é uma reelaboração total do passado e especulação sobre o futuro repleto de críticas culturais (Womack, 2013: 9).

A Ytasha fundamenta seus pensamentos, a partir das contribuições de Kodwo Eshun, escritor, teórico e cineasta britânico-ganense. Kodwo Eshun, corroborou para a construção do conceito com sua obra intitulada, *More brilliant than the sun: adventures in sonic fiction* (1998), nela o autor discute os diálogos entre a música negra, ficção científica e tecnologia, ao deixar evidente a existência de um afrofuturismo anterior a Dery. Pontuando um afrofuturismo não limitado a apenas inserir autores e personagens negros na narrativa de ficção científica, e sim para enfatizar a identidade negra, ao recuperar a afrocentricidade de uma história, delineada em um cenário que projeta uma supremacia do branco para o negro.

No cenário contemporâneo brasileiro, o conceito ganhou destaque após a mostra *Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica* (2015), organizada por Kênia Freitas, pesquisadora, crítica e curadora em cinema brasileiro. Tal projeto, recebeu apoio da Caixa Cultural e foi exibido na cidade de São Paulo, apresentando filmes e documentários, que abordaram a temática afrofuturista, juntamente com exibição de trabalhos literários e outros materiais, com objetivo de contar a história do movimento e apresentar produções que estética e conceitualmente, inspiram as propostas afrofuturistas.

Após o evento, o afrofuturismo ganhou maiores produções no campo literário, com apoio de editoras que produziam matérias com vertente afrocentrada. Escritores como Fábio Kabral no livro *O Caçador Cibernético da Rua Treze* (2017), Ale Santos com *O Último Ancestral* (2021) e Lu Ain-Zaila com *Cidade de Deus Z* (2015). São referências quando analisamos o campo literário afrofuturista brasileiro. Os autores utilizam em seus escritos, característica da cultura Ioruba, Banto e afro-brasileira, de maneira que introduz problemas e situações do cotidiano ao construírem um universo com aspectos de futuro.

O autor da obra que analisamos, possui a sua própria perspectiva do que seria o afrofuturismo. Seu primeiro contato com o conceito foi em 2014, o que interferiu diretamente nos seus *posts* no blog *Wordpress.* Apesar de escrever narrativas afrocentradas, como o seu primeiro livro publicado *Ritos de Passagem* (2014), até esse momento, o autor nunca se limitou ou definiu seus trabalhos como afrofuturista, seu interesse sempre foi em escrever a partir da sua vivência, ao se amparar da ficção como maneira de "contar novas histórias, novas possibilidades de futuro para além do eurofuturismo que é imposto como padrão" (Kabral, 2019: 107).

No ano de 2016, Fábio Kabral aprimorava seus estudos sobre afrofuturismo e alimentava sua página no *Wordpress* frequentemente. No ano seguinte, lançou seu primeiro trabalho literário que se enquadra na terminologia afrofuturista, o livro era o *Caçador cibernético da rua treze* (2017), pioneiro da trajetória de Ketu Três, elemento fundamental para as produções posteriores.

Em conclusão, o afrofuturismo além de permitir que pessoas negras sejam introduzidas nos textos, proporciona a escrita da sua realidade ao partir da ficção especulativa, outrossim possibilita, que escritores negros se desprendam de narrativas que denotam o apagamento do homem negro e possam destacar as suas produções, dentro de um gênero dominado por sujeitos brancos.

REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA *O BLOGUEIRO BRUXO DAS REDES SOBREMATURAIS,* DE FÁBIO KABRAL (2021)

O terceiro livro do universo afrofuturista de Fábio Kabral, é dividido em três partes, compostas por subtítulos. Os capítulos que contam as desventuras de Joselito Abimbola, são narrados pelo seu animal espiritual e companheiro de batalha, onde a narrativa releva seu verdadeiro nome no final. Até o momento, intitulado Bicho, responsável por proteger Joselito das corporações.

O livro inicia com o capítulo *A Grande Batalha do Lacre*, ao proporcionar a descrição da batalha sonhada pelo personagem principal Joselito Abimbola com a sua rival Larissa Okikiade. O conflito ocorre em pátio, com inúmeras pessoas observando-a e os dois guerreiros, fazendo uso do celular, que os teletransportam para dentro das redes sobrenaturais. Neste capítulo introdutório, salienta ao leitor o que é ser um blogueiro e a sua importância para a cidade de Ketu Três, equivalente a ser um guerreiro, que luta com suas armas coloridas e tem cabelos crespos coloridos, em formato *Black Power:*

> Com um rifle azul e dourado em mãos, Joselito Abimbola dispara jatos multicoloridos contra sua adversária Larissa Okikiade, que tentava se esquivar ao mesmo tempo, disparar com seu fuzil azul duplo listrado. O rifle de Abimbola mais parecia um canhão devido ao seu tamanho, todo coberto de purpurina brilhante e penas de pavão: a arma de Okikiade também era enorme, com lacinhos em forma de flechas e acabamentos felpudos. Ele soltou os primeiros disparos, mas o embate apenas estava começando (Kabral, 2021: 11)

No livro, entendemos que existem dois mundos, o físico e espiritual. No momento que o blogueiro se conecta com as redes e realiza o *post,* ele se conecta ao mundo espiritual, onde as batalhas acontecem. O vencedor do conflito, será aquele com o argumento de maior relevância e que resultará em mais engajamento/visibilidade para o vencedor. Já o perdedor, se fundirá com os comentários negativos e se transformará em *ajoguns*[177]. fazendo assim a analogia ao conhecido cancelamento digital. Neste sentido, todos os blogueiros evitam ser cancelados, uma vez que se morrerem no mundo espiritual, também morrem no mundo físico.

As mentiras e notícias falsas expostas pelos personagens na obra, em busca de engajamento, tornam-se um problema para os blogueiros e tem como resultado o cancelamento digital. Na obra de Kabral, o linchamento digital é narrado como um espírito

[177] Espíritos perversos, inimigos dos orixás e de toda a Humanidade; espírito corrompido, maligno; sentimentos nefastos, energias negativas.

negativo e maligno, isso porque captura a essência dos comentários corrosivos deixados nas redes.

Para refletir tal ação, apoiamo-nos no autor Hully Pereira dos Santos, que analisa o cancelamento desde o seu surgimento nas redes sociais, em seu trabalho, Cultura do Cancelamento e Efetivação da Justiça Social por Minorias Identitárias (2021). Para ele a definição do cancelamento é:

> De acordo com o dicionário Michaelis, o verbo "cancelar" significa: "1. Riscar (o que está escrito) para que fique sem efeito; 2. Declarar nulo ou sem efeito; invalidar; 3. Tornar algo sem efeito; eliminar, excluir; 4. Suspender a realização de algo que se havia planejado; 5. Apresentar conclusão, não mais prosseguir com um processo". Assim, originalmente, o termo refere-se a seres inanimados, como objetos e eventos. A palavra foi então transposta para se referir à prática de boicote, seja a produtos e empresas, seja a pessoas, não alinhados a determinados valores [...] a cultura do cancelamento volta-se também, as pessoas humanas, afetando o patrimônio dessas (Santos, 2021: 8)

A cultura do cancelamento está crescendo desde a ascensão das redes sociais, no contemporâneo, os consumidores das redes socias acreditam em uma internet sem lei e regulamentos, onde aumenta o número de discursos de ódio, misóginos e racistas. O exemplo latente de como o cancelamento digital prejudica a vida dos influenciadores é a cantora Karol Conká, que ao entrar para um reality, saiu com recorde de rejeição do programa. A artista e seus familiares relatam ameaças de morte e todo tipo de linchamento.

O capítulo *Ketu Três se Torna a Terceira Cidade a Levar o Nome Ketu,* dá ênfase a cidade de Ketu Três e os orixás que a construíram, para presentear seus filhos e serem cultuados com oferendas em seus rituais ancestrais. Entretanto, seus habitantes não cumprem com suas obrigações e se depararam com os orixás tristes por tamanho desprezo e como resultado do não fazer, tiveram que lidar com uma Ketu invadida por alienígenas que escravizaram a população. Após anos de escravização, os descendentes da antiga Ketu voltam a fazer as preces e oferendas, para que os orixás os libertem e os presenteiem com uma nova Ketu Três.

Na obra, o processo de escravização da população de Ketu Três presente na literatura de Kabral se assemelha com o ocorrido em África e no território brasileiro. Podemos associar

os alienígenas aos portugueses que compartilham essa semelhança opressora, na obra, o processo resultou em consequências marcantes para a população, sendo rememorada com tristeza, após séculos de liberdade.

> [...]Foi então que vieram os alienígenas de outra dimensão
> Seres pálidos, odiosos, destrutivos
> E a cidade Ketu, já vitima por si mesma
> Acabou sendo presa fácil desses inimigos de fora
> Seus habitantes foram sequestrados
> Foram levados para outra parte do universo
> Para um mundo novo, estranho
> Onde foram escravizados e brutalizados[...] (Kabral, 2021: 17).

O próximo capítulo que elencamos para elaboração deste trabalho, intitula-se *os filhos de Logun Edé provocam a criação da rede sobrenatural de Ketu Três,* por nós é considerado de suma importância para o desenvolvimento da trama. Neste mesmo capítulo, temos a criação das redes sobrenaturais e os filhos de Logun Edé, Oxóssi, Oxum e Ossaim, querem se conectar ativamente com os ancestrais. Logun Edé então, utiliza seu lago místico como fio que interliga o mundo mágico das redes e o mundo real de Ketu Três, as redes passaram a receber as futilidades que os filhos dos orixás publicavam para conseguir maior número de flechadas.

A priori, vemos aqui o elemento estético do afrofuturismo ao apresentar a relação da tecnologia com a religiosidade afro-brasileira, uma vez que a narrativa de Kabral faz o recorte no candomblé e se ampara no místico como percursos para desenvolver seus personagens, cenário e problemáticas.

Segundo Alice Beatriz Lang, em seu texto *Espiritismo no Brasil* (2008), a religião candomblecista originada na África e conduzida pelos escravizados, que trouxeram suas crenças para o território brasileiro de maneira a prosseguir com os seus antigos costumes e que a partir dela, emergiu a ressignificação, que mescla a religiosidade africana e brasileira, denominando assim a umbanda.

> Candomblé é uma religião originária da África, trazida ao Brasil por escravos. Oxalá é a divindade de criação. Cultuam os Orixás, de origem totêmica, que representam as forças que controlam a natureza e seus fenômenos tais como as águas, o vento, as florestas, os raios (LANG, 2008: 117).

Logo, o candomblé é o que mais se aproxima dos cultos em África, configurando a umbanda com a maior interferência brasileira das religiões de matriz africana. Ainda em Lang (2008), o recorte do candomblé baiano refere-se à nação Queto/Yorubás e angola/Banto, que também se configurou como a mais popular no território brasileiro, encontrando terreiros de candomblé em todas as regiões do país.

Na obra, temos um outro fator crucial para o desenvolvimento da narrativa, que representam a divisão social dentro da cidade de Ketu Três e são apresentadas nas outras obras de Fábio Kabral, as corporações Ibualama. São companhias que têm como estrutura arranha-céus e são encarregadas de supostamente proteger os habitantes, as responsáveis pelo seu funcionamento são as sacerdotisas, que representam as *CEOs* das empresas. No entanto, a proteção dirigida à cidade por essas cias, se mostra falha ao promover um exército secreto, responsável por eliminar qualquer obstáculo nos caminhos. Todos que se colocam em oposição às corporações, são perseguidos e eliminados, para não resultar em outras revoltas.

As Ebomis e Equecedes, são as Mães Diretoras que respondem somente às *CEOs*, ambas Ialorixás. Para as corporações, as redes sobrenaturais são fundamentais, com elas é possível a manipulação de uma cidade perfeita e sem conflitos, a representação de um lugar onde a tecnologia proporciona a vivência ideal para todos os habitantes.

O livro chega ao final com o capítulo, *A grande batalha do lacre 3 (quem tem medo da demanda?)*, onde Joselito se encontra com seu primo João Arolê, Nina Oníse e Jamila Olabamiji em uma batalha final com a Larissa Okikiad. Joselito enfrenta a batalha à margem do rio, com seus canhões e flechas. A sua rival, tendo consigo as mesmas armas de Abimbola, se encontra rodeada de pessoas que um dia os acompanharam. Joselito então, em uma atitude brusca, desliga o dispositivo que o conectava as redes e se liberta, assumindo uma nova identidade em meio ao pátio de seus ancestrais, se desvencilhando dos trajes coloridos e vestindo trajes brancos, que simbolizavam a sua paz interna.

Neste Liame, elencamos no presente trabalho, considerações inicias que a narrativa apresenta ao seu leitor, a mesma utiliza de diferentes tempos para compor a narrativa. O passado, presente e futuro, são misturados para a compreensão da história de Joselito Abimbola, segundo o autor, “todo esse movimento de recriar o passado, transformar o

presente e projetar um novo futuro através da nossa própria ótica para mim é a própria definição de afrofuturismo"[178]. Neste sentido, propicia a problematização, do imaginário e a apresentação de novas perspectivas de interpretação, de um passado negro que não se refere apenas à experiência da escravização, mas sim, a representatividade.

CONCLUSÃO

No processo inicial de análise da obra *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais* (2021), observamos que a narrativa permite a utilização de conceitos que se amparam em outros conceitos a exemplo de: representação, plataformização, identidade e cultura. Esses mesmos conceitos serão desenvolvidos em outro momento da pesquisa, neste trabalho específico, buscamos situar o leitor de considerações iniciais que temos com os primeiros capítulos da obra.

O movimento artístico que pontuamos, denominado afrofuturismo, proporciona acesso ao imaginário, sensibilidades e libertação dos pensamentos hegemônicos. Nesse sentido, aprofundamos nossa pesquisa desde o processo que debate a nomeação do subgênero com Mark Dery em 1994, e também, a sua ampliação como um campo teórico, com nomes que trabalham o afrofuturismo em uma perspectiva de sujeitos negros.

Kodwo Eshun (2003) e Ytasha L. Womack (2013), argumentam que o afrofuturismo existia antes da nomeação dada por Mark Dery em 1994 e principalmente, que o movimento estético e cultural vai além da pretensão de apenas introduzir o sujeito negro como protagonista em uma produção científica, quer enfim, valorizar a identidade negra e afrocentrada em produções escritas rompendo a visão colonialista.

O afrofuturismo contemporâneo brasileiro ainda se ampara nas contribuições norte-americanas, uma vez que, com esse trabalho, buscamos introduzir a visão particular do autor Fábio Kabral, que construiu o seu entendimento e optou por escrever obras classificadas como futuristas, se amparando nas contribuições de Kênia Freitas (2015) e ainda, formulou sua própria concepção de afrofuturismo, fazendo-a se reverberar em suas produções.

[178] KABRAL, Fábio. *Revendo a importância do afrofuturismo em 2023*. *Wordpress,* 14 de nov 2022. Disponível: Reavendo a importância do Afrofuturismo em 2023 – Fábio Kabral Acessado em: 10/01/2026.

Em síntese, tomamos a obra *O blogueiro bruxo das redes sobrenaturais* (2021) como ferramenta de acesso as sensibilidades e problematização do imaginário social no gênero da ficção científica. Somando a essa produção, a visão particular do autor, ao inserir em sua narrativa, discussões contemporâneas presente nos usuários de rede social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIN-ZAILA, Lu. *Cidade de Deus Z*. Ed: Casa da Palavra, 2015.
ANDERSON, Reynald. *Afrofuturism 2.0: The Rise of Astro-Blackness.* Editora: Lexington Books, 2017.
CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
DELANY, Martin R. *Blake; Or, The Huts Of America (black Narratives.* Boston, Massachusetts, editora Mint Editions, 2021.
DERY, Mark. *Black to the future: interviews with*. Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose in Flame Wars: The Discourse of cyberculture. Durham: Duke University Press, 1994.
FREITAS, Kênia. *Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica*. 1 Ed. São Paulo 2015.
KABRAL, Fábio. *Afrofuturismo: ensaio sobre narrativas, definições, mitologia e heroísmo*. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio, TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). *Ensaios Sobre Racismos:* Pensamento de Fronteira. São Paulo, Balão Editorial, 2019.
KABRAL, Fábio. *O Blogueiro Bruxo das Redes Sobrenaturais*. 1ed. Editora Malê, 19 nov.2021.
KABRAL, Fábio. *O Caçador Cibernético da Rua 13*. Editora Malê, 17 jul. 2017.
KABRAL, Fábio. *Ritos de passagem.* São Paulo: Giostri. 2014.
LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Espiritismo no Brasil*. Caderno CERU, vol.19, nº2 dez 2008.
NELSON, Alondra. *Introduction: future texts*. Social Text 71, v. 20, n. 2, 2002.
SANTOS, Hully Pereira dos. *Cultura do Cancelamento e Efetivação da Justiça Social por Minorias Identitárias*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentada para Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, mar de 2021.
WOMACK, Ytasha. *Afrofuturism: the world of black sci-fi and fantasy culture*. Illinois: Lawrence Hill Books, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ON-LINE

Ritos de Passagem: Fábio Kabral fala sobre África, gênero e sexualidade em seu livro | Revista Fórum Acessado em: 10/01/2026.

Reavendo a importância do Afrofuturismo em 2023 – Fábio Kabral Acessado em: 10/01/2026.

ST22: AMÉRICA LATINA: ENTRE A PLURALIDADE DE ATORES E TEMPOS HISTÓRICOS

O Mito da Argentina branca: O apagamento de contribuições negras e indígenas

Davy Mariano Izidoro[179]

[179] Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista vinculado ao projeto "Arquivos disruptivos em escala global". email: davymariano.izidoro@estudante.ufjf.br

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.
ISSN: 2317-0468

Adriel Agostinho dos Santos[180]

RESUMO:

Este artigo busca analisar como que se construiu a percepção de uma Argentina racialmente homogênea (branca), desconsiderando a participação de indígenas e negros nos processos de Independência da nação. Ademais, aborda acerca do processo de imigração europeia em meados do fim do século XIX e início do século XX, no qual mais de 4 milhões de imigrantes se instalaram no país. Sendo nesta perspectiva, desenvolvemos possíveis motivos para a diminuição da população indígena e negra no país. Isso, em um contexto de políticas supremacistas brancas que justificaram a civilidade ao progresso do homem branco da cidade, sobre extensas áreas já povoadas, entretanto, chamadas de deserto.

Palavras-chave: Indígenas, Negros, Imigrantes, Civilidade, Deserto.

ABSTRACT:

This article seeks to analyze how the perception of a racially homogeneous (white) Argentina was constructed, disregarding the participation of indigenous and black people in the nation's independence processes. It also discusses the process of European immigration in the middle of the late 19th and early 20th centuries, in which more than 4 million immigrants settled in the country. From this perspective, it develops possible reasons for the decrease in the indigenous and black population in the country, in a context of white supremacist policies that justified civility to the progress of the white man of the city, over extensive areas that were already populated, but were called deserts.

Keywords: Indians, Blacks, Immigrants, Civility, Desert.

[180] Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Historiador e bolsista associado ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) contato: adriel.santos@estudante.ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

> Los mexicanos salieron de los indios, los brasileros de la selva, pero los argentinos de los brancos (Centerera, 2021).

A fala do presidente argentino, Alberto Fernández, não representa um caso isolado de falas e costumes racistas dentro da sociedade argentina. O episódio, por si só, representou grande repercussão, devido ao fato de tal afirmação ter sido proferida pela boca do chefe de Estado. Entretanto, há de convir, por exemplo, que atitudes racistas em jogos de futebol entre argentinos e brasileiros têm se tornado eventos corriqueiros.

Nesse sentido, o jogo entre Brasil e Argentina em 21/11/2023, representa mais um entre os diversos casos de racismo da torcida argentina contra a brasileira. Nesta data, o termo "mono" macaco em português, entrou no "trending topics" do twitter argentino, fazendo referência direta entre o animal e os torcedores brasileiros.

As raízes desse racismo enraizado na sociedade argentina são profundas. Nesta perspectiva: buscamos entender como se dá o apagamento das contribuições indígenas e negras no país, além de discutirmos, como e por que o ideal da construção de uma nação unitariamente branca e europeizada. Para isso, partiremos nesta análise, de início pelo documentário disponível em três partes no YouTube: "La Gran Inmigracion Argentina Siglo XX."

O presente documentário retrata acerca da chegada de imigrantes europeus no porto de Buenos Aires entre o final do século XIX e início do século XX. Nos três episódios são retratados acerca de sua recepção no hotel de imigrantes, e por conseguinte, sobre suas novas vidas na capital portenha e arredores. O curta retrata acerca das dificuldades encontradas pelos diversos imigrantes que no porto de Buenos Aires chegaram - estima-se mais de 4 milhões - entre italianos, espanhóis e outros. Entretanto, é de extrema importância abrir um grande parêntese, que antecede a chegada destes imigrantes na atual capital argentina. Desse modo, voltaremos a (1766 –1767) ano do possível nascimento de María Remedios del Valle.

2. Da participação ativa pela independência ao apagamento Histórico Nacional

María Remedios del valle, também conhecida como mãe da pátria, participou ativamente na Guerra de Independência argentina . Mulher, negra e descendente de negros escravos, ela deu entrada no exército argentino como cuidadora de feridos de guerra. Apesar das restrições que haviam contra a entrada de mulheres no exército, ela é descrita como crucial nas batalhas do norte argentino. Na guerra, ela conseguiu persuadir ao capitão, Manuel Belgrano, a deixá-la lutar as batalhas do conflito e assim lutou diversos embates até 1813 (Capone, 2022).

Após a guerra, María Remedios del Valle retorna a Buenos, não havendo nenhum reconhecimento pelos seus esforços nas batalhas contra os colonizadores espanhóis . Já com idade avançada e sem ajuda financeira, os últimos anos de vida de María Remedios del Valle foram como mendicante nas ruas da capital argentina (Capone, 2022) . Dessa forma, percebe-se que a figura da mulher argentina, "aclamada" como mãe da pátria junto a outras figuras nacionais aclamadas como "os pais da pátria", como Manuel Belgrano e San Martín, foi relegada pelo povo argentino. Somente em 8 de novembro de 2022 a figura de María Remedios del Valle foi homenageada publicamente com uma estátua no contexto do feriado nacional argentino de 8 de novembro: O dia do afro-argentino e da cultura afro, que tem o intuito de valorizar as contribuições de afrodescendentes no país (Capone, 2022).

Além disso, cabe ressaltar aqui, acerca da composição de tropas militares formadas por escravos negros. Sim, antes mesmo ao processo de abolição da escravidão na Argentina, nas guerras de Independência, havia diversos escravos que eram retirados de seus proprietários para suprirem as frentes de batalha nas guerras. Os escravizados estavam inclusive dispostos a lutar, tendo em vista que após certo período de contribuição, se vivos, teriam um iminente direito à liberdade.

Segundo dados do Slave Voyages, em 1815 africanos compunham cerca de 13,6% da população argentina (Slave Voyages, 2024) . A cidade de Buenos Aires também servia como um porto de trânsito de escravos na foz do Prata. Estes escravos por sua vez vinham da África, aportavam no Rio de Janeiro e finalizavam posteriormente o aporte marítimo em Buenos Aires.

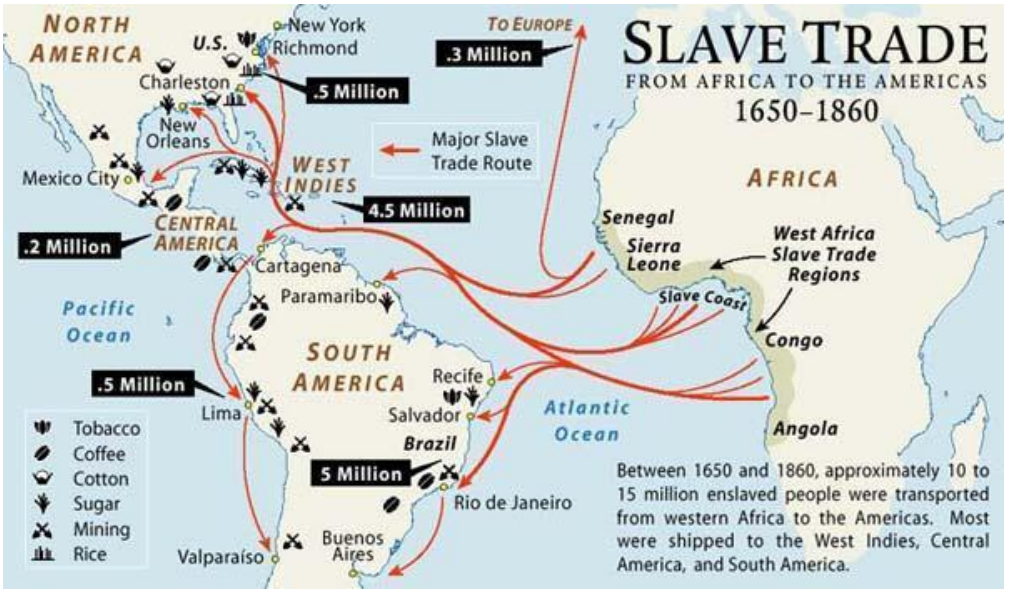


Figura 1 – Tráfico africano de pessoas para as Américas (1650-1860).
Disponível em *Historia y arqueología marítima*.

A partir dali, muitos escravos seguiam viagem para o interior da América do Sul, como para as minas de Potosí e outras cidades interioranas nos pampas argentinos. Isso nos, evidência que havia negros nos pampas argentinos. Logo também, era notório a presença de escravos que permaneciam nas imediações de Buenos Aires e que prestavam serviços domésticos.

No final século XVIII e início do XIX os negros africanos eram numerosos em diversas partes do território argentino. Segundo a Folha de São Paulo, estudos apontam que a mais de 200 anos atrás, na época colonial, a cidade de Buenos Aires tinha cerca de 30% de sua população composta negra. Enquanto, em outras partes interioranas do país, essa porcentagem era de incríveis 60% da composição dos povoados.

No início do século XIX bairros portenhos, como: Monserrat e San Telmo, abrigavam muitos escravos e ex escravos. Negros estes que tinham suas crenças, culturas e costumes. Nessa perspectiva, os santos mais populares entre os afrodescendentes eram São Benito de Palermo e São Baltazar: ambos citados são santos negros. Ademais, eram praticadas também religiões de matriz africana.

No aspecto musical, deve-se destacar aqui as muitas contribuições negras nas danças rio-platenses, como : a milonga e o tango. Durante o processo de independência da Argentina - processo que ocorreu entre 1810 e 1818- foram estabelecidas uma série de regras na perspectiva de regular o fluxo de escravos.

Como se pode perceber acima, os negros não só fizeram parte das guerras de independência argentina, assim como também, contribuíram para construção cultural do país. Foram muitos os motivos que explicam a redução da população negra argentina. As guerras coloniais, a exemplo, mataram milhares de negros (Andrews, 1989), como já citado acima: muitos negros eram convocados a formarem tropas, não somente em Buenos Aires, mas também em outras vilas interioranas.

Nesta perspectiva, outro fator que contribuiu para diminuição populacional negra foi a febre-amarela que atingiu Buenos Aires nos seguintes anos: 1852, 1858, 1870 e 1871 (Hasse, 2018). A população negra argentina não se extinguiu. Entretanto, os fatores citados acima contribuíram demasiadamente para uma redução extremamente expressiva. Um último e importante fator, fator este que ainda será detalhado à frente, é a grande imigração europeia entre o final do século XIX e início do século XX.

Em um país com o um número decadente de negros ao mesmo tempo que ascendia a população imigrante branca: o resultado foi o embranquecimento populacional dos negros

que ali vivam, fazendo com que a população afrodescendente fosse dada como inexistente. Em 1908 o médico e psiquiatra argentino, José Ingenieros, afirma “Los negros se han extinguido; los mulatos de zona templada são cada vez más blancos”. A seguinte afirmação já no início do século XX nos faz perceber como a população negra nesse período já não era considerada, isso, em um contexto de uma sociedade que enxergava a civilidade europeia algo a se copiar e reproduzir. Ainda em 2022, um censo sobre a população argentina, ainda não havia sido publicado e produzido.

Desse modo, os dados do último censo do ano de 2010 relatam que afro-argentinos somavam cerca de 150 mil de um total de 41 milhões de habitantes. Ou seja, os afro-argentinos integrariam somente 0,5% da população. Entretanto, este número é questionado e se supõe que com os esforços e campanhas de reafirmação da comunidade negra nos últimos anos , o próximo senso de 2022 possa refletir com mais expressividade a presença de afrodescendentes no país.

3. A construção de outra História que se fez única

Discorremos acima acerca da tentativa de apagamento da participação da população afro-descendente na História argentina. Entretanto, é de importância também salientar acerca da presença dos povos originários no atual território argentino e como estes povos, assim como os negros, não participaram da construção de uma História que se queria contar. Tendo em vista que, uma Argentina branca europeizada não se limita somente a uma Argentina sem a presença de negros, mas também, estende seus significados a uma Argentina sem a presença de indígenas.

Domingo Faustino Sarmiento foi presidente da República Argentina entre 12 de outubro de 1868 e 12 de outubro de 1874. Anteriormente em 1845, escreveu o livro *El Facundo* ou *Civilización y Barbarie en las Pampas Argentina*s, livro este que traz como ideia a

perspectiva de que o progresso, indiscutivelmente, deveria ser trazido pelos europeus, progresso esse que se oporia à barbárie originária das terras argentinas (Sarmiento, 1845).

Ainda nesta perspectiva, seria a cidade de Buenos Aires um modelo europeu a ser copiado pelas outras distintas províncias do país. Nesse sentido, no livro *El Facundo*, a cidade seria responsável por levar "civilização" para outras províncias interioranas que ainda não vivenciavam a "civilidade" buenairense. Um dos traços mais evidentes no livro é o demasiado desprezo que o autor tem em relação à figura do gaúcho: trabalhador rural, muito comum, também, no Uruguai e Rio Grande do Sul.

O autor do livro não esconde a visão de desprezo e desconsideração para com a figura do homem do campo. Nesse sentido, Sarmiento (1845: 65) afirma que "o cantor gaúcho é o mesmo bardo, o vate, o trovador da Idade Média." , isso tendo em vista a perspectiva dele de que o modelo do homem ideal era o modelo de homem da cidade e não a figura do gaúcho mastiço e "sem cultura."

Nessa perspectiva, havia a necessidade de levar as outras muitas partes deste grande e "desabitado" deserto argentino, tal processo civilizatório, que somente Buenos Aires poderia oferecer. Os "selvagens" modo como eram chamados os indígenas pampeanos eram um iminente problema para tal avanço civilizatório. Nessa perspectiva, Sarmiento acreditava que não seriam todos aqueles povos pampeanos dignos de redenção, isso, no sentido de pensar que o avanço sobre os povos nativos, inimigos e não negociadores, seria somente por meio do massacre. Enquanto para outros grupos, como os gaúchos, indígenas amistosos além de imigrantes pobres vindos da Europa, a civilização, claramente, poderia ser um processo possível de alcançá-los.

Ainda em 1849 Sarmiento propõe o que é considerado por ele um tipo de educação correta e popular para o ensino dos "incivilizados": gaúchos e imigrantes europeus pobres. Posteriormente, no ano de 1868, sendo Sarmiento presidente da República Argentina, acontecem diversos investimentos na educação básica e superior do país.

Entretanto, indígenas, sendo eles povos orais, eram excluídos de tal processo educacional. Percebe-se nestas linhas tal importância de um processo educacional que para

Sarmiento tornará a argentina futuramente um país por um todo “civilizado”, principalmente pensando na base desta nação - as crianças . Nesse sentido, Sarmiento (1884) evidência em sua obra que, é a educação primária que civiliza e desenvolve a moral dos povos, sendo assim, as escolas a base da civilização.

4. A civilização delegada à espada - dizimação dos originários

Em 1879, o então presidente Nicolás Avellaneda designou a Júlio Argentino Roca a função de ministro de guerra. Foi nesta posição que Roca atuou em um dos grandes marcos da História argentina: A Conquista do “deserto". Nesse sentido, analisamos a seguinte afirmação retirada de Bernard (2000: 70):

> Somos uma nação envolvida num conflito racial em que os indígenas carregam sobre si o tremendo anátema do seu desaparecimento, escrito em nome da civilização. Vamos, portanto, destruir moralmente essa raça, aniquilar os seus recursos e organização política, deixar desaparecer a sua ordem de tribos e, se necessário, dividir a família. Esta raça fragmentada e dispersa acabará por abraçar a causa da civilização.

Nessa perspectiva, podemos compreender melhor o desejo de Roca em dominar o interior argentino: a Patagônia. Nota-se pelas palavras de Roca, que para além de dizimar os indígenas para a construção de uma nação homogênea, havia o desejo de destruir suas organizações políticas. Pois eram os indígenas quem dominavam importantes rotas comerciais entre a Argentina e o Chile (Passetti, 2021). Nesse sentido, ele enxergava como de extrema importância “um movimento civilizacional” branco que, para além de matar aos originários, tomassem seus protagonismos políticos naquela região.

Com a “conquista do deserto” foram anexados ao território argentino cerca de 375 mil quilômetros quadrados - a região patagônica em sua totalidade. Júlio Argentino Roca foi presidente da Nação Argentina por duas vezes. Exercitando seu mandato entre (1880-1886) e (1898-1904). Essa expansão deu a Buenos Aires terra aráveis que mais tarde fariam do país platino um grande mercado agro-exportador de carnes e grãos. Foi neste contexto, que a

Argentina prosperou economicamente entre (1880-1930), sendo também neste contexto a chegada massiva de imigrantes europeus ao país.

5. Do navio negreiro ao imigratório europeu

Para continuar a discutir sobre o processo de embranquecimento da população argentina e por conseguinte o apagamento da contribuição de originários e negros no país, será apresentado uma tabela referente à entrada de europeus no porto de Buenos Aires entre o fim do século XIX e o início do século XX (sendo mais específico, a representação dos dois grupos que juntos compõe mais da metade do quantitativo). A imigração europeia foi majoritariamente italiana e espanhola no período (Lopes, 2013)

Imigração bruta por nacionalidade (1881-1914)

Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Italiano	**2.000.000**	**47,61 %**
Espanhol	**1.400.000**	**33,33 %**

Fonte: *elaboração própria a partir de Lopes (2013)*

> Os negros foram extintos; "os mulatos das zonas temperadas estão cada vez mais brancos." (J. Ingenieros, 1908).

Percebe por tal afirmação feita pelo médico, psiquiatra, psicólogo, farmacêutico, escritor, docente, filósofo e sociólogo argentino: José Ingenieros (1908), que em meados de

1908, início do século XX, a população negra argentina já não era tão notória. Isso, devido ao fato do grande número de imigrantes vindos da Europa, muito incentivados pela Lei Avellaneda ou simplesmente, Lei de imigração e colonização de 1876.

Neste contexto chegaram à Argentina milhares de europeus, entre eles: italianos, espanhóis, franceses, russos e outros. É justamente esse o ponto de partida do documentário "La Gran Inmigracion Argentina Siglo XX." O documentário, como já dito acima, aborda acerca da chegada dos imigrantes europeus em Buenos Aires e suas dificuldades encontradas devido ao fato que não havia possibilidades dignas de vida na cidade portenha ou até mesmo no interior do país.

O que se pode inferir assistindo ao documentário é a ideia das grandes massas migratórias que povoaram um país até então pouco habitado. Em nenhum momento é falado acerca da "massa de civilidade" vinda da Europa, tendo em vista que o aparente objetivo principal deste curta é mostrar acerca dos problemas enfrentados pelos imigrantes quando aportados em Buenos Aires. Entretanto, é justamente o que o documentário foca somente nestes imigrantes que é possível questionar certa perspectiva disseminada e concretizada no imaginário argentino: a ideia de que "los argentinos salieron de los blancos".

O país passou, como visto, sim, passou por uma grande onda imigratória. Consta-se que 30% da população argentina em 1914 era formada de imigrantes, enquanto 50,5% compunham a cidade de Buenos Aires (Devoto, 2005). Entretanto, não podemos deixar de falar acerca de contribuições negras para a cultura argentina - aspecto este, no qual se evidenciam as diversas contribuições negras para a cultura do país: como os trovadores negros da payada.

Vale ressaltar aqui alguns dos primeiros payadores negros argentinos, como: Gambino Ezeiza, Higinio Cazón e Zenón Rolón. Estes, tiveram grande influência no que hoje é o maior símbolo de patrimônio cultural imaterial da Argentina. Em 25 de maio de 1910 é comemorado o Centenário da Independência da Argentina. Este evento contou com a presença de figuras importantes da época, como : María Isabel de Bourbon, tia do rei Afonso XIII da Espanha. Tal comemoração fazia referência a ascensão de uma potência econômica,

que se descrevia como um país civilizado e formado por europeus. Percebe-se neste ponto, por mais que tenha havido a contribuição negra e originária na construção cultural e populacional argentina, não é sobre uma pluralidade que se pretende falar, mas sim, sobre tal "homogeneidade" e progresso conquistado pela nação à foz do prata.

6. Conclusão

> Da fusão das três raças, o sangue europeu prevaleceu devido à sua superioridade. (Mitre, 1857).

O que temos em mente ao iniciar a conclusão deste artigo com esta seguinte afirmação é denotar que tal estirpe de pensamento se reproduz até os dias atuais. Na atualidade, os afro-argentinos são minoria em população e autorreconhecimento. De fato, se você caminha pelas ruas de Buenos Aires surgem algumas "dúvidas" referentes ao lugar no qual você está. Tendo em vista que a capital argentina se assemelha a outras cidades europeias. Entretanto, basta que seu olhar se interiorize e conheça as outras muitas partes do país. É nessa perspectiva, que se desdobra uma Argentina de imigrantes paraguaios, bolivianos e descendentes de nativos pampeanos e também dos povos ao norte do território.

Os desafios para a valorização de um "passado negro" e por conseguinte um presente que valorize os seus descendentes ainda é grande - em uma nação na qual os próprios chefes de Estado- parecem enxergar o ponto de partida de sua pátria a partir da grande imigração europeia, quando, na verdade, em defesa de uma História que se fez única: pouco falam sobre a participação negra nas guerras de independência e suas contribuições culturais.

É importante salientar, que este trabalho não pretende diminuir o valor da contribuição de imigrantes europeus - grande parte camponeses - na atual Argentina. Todavia, é necessário falar acerca dos povos originários e negros que também participaram na construção de tal nação. Nesse sentido, concluí-se dizendo que: existem esforços na perspectiva de valorizar a contribuição dos povos originários e negros na construção do país.

Entretanto, creio que ainda há um caminho árduo, se baseando em fatos expostos no decorrer deste artigo.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George Reid. **Los afroargentinos de Buenos Aires**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

BUSTOS, Adriana. **O passado da Argentina. Status de relacionamento: complicado**. C& América Latina, 2018. Disponível em: https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/relationship-status-its-complicated/. Acesso em: 15 fev. 2026.

CANAL 26. **Júlio A. Roca - El arquitecto de la Argentina moderna: entre el héroe y el genocida**. YouTube, 22 set. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fbQ3mkr3q08. Acesso em: 15 fev. 2026.

CAPONE, Gustavo. **Indias, Negros y San Martín: con la patria a flor de piel**. Memo: política, economía y poder, 2022. Disponível em: https://www.memo.com.ar/cultura/indias-negras-san-martin-historia-capone/. Acesso em: 15 fev. 2026.

CENTENERA, Mar. **La cita fallida del presidente de Argentina**. El País, 2021. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2021-06-09/la-cita-fallida-de-alberto-fernandez-los-mexicanos-salieron-de-los-indios-los-brasileros-de-la-selva-pero-los-argentinos-de-los-barcos.html. Acesso em: 15 fev. 2026.

CORBALÁN, Hernán. **La gran inmigración del siglo XX**. YouTube, 25 set. 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/. Acesso em: 15 fev. 2026.

DÉCASTE, Rachel. **The African-Argentine: not an oxymoron**. Media Diversified, 2014. Disponível em: https://mediadiversified.org/2014/07/09/the-african-argentine-not-an-oxymoron/. Acesso em: 15 fev. 2026.

DEVOTO, Fernando. **Historia de la inmigración en Argentina: con un apéndice sobre la inmigración limítrofe**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

DESCUBRA o candombe, um ritual rítmico que remonta às raízes da cidade. Buenos Aires Ciudad. Disponível em: https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/article/descubra-o-candombe-um-ritual-r%C3%ADtmico-que-remonta-%C3%A0s-ra%C3%ADzes-da-cidade. Acesso em: 15 fev. 2026.

EQUIPO EDITORIAL ETÉC. **Criollismo**. Enciclopedia Humanidades, 2023. Disponível em: https://humanidades.com/criollismo/. Acesso em: 15 fev. 2026.

GABINO Ezeiza: el payador del barrio Mondongo. Ministerio de Cultura Argentina, 2016. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/gabino-ezeiza-10087/. Acesso em: 15 fev. 2026.

GONZÁLEZ, Jaime. **Por que a escravidão foi praticamente apagada da História do Chile e Argentina: "aqui não há negros"**. Folha de S.Paulo, 2021. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/por-que-a-escravidao-foi-praticamente-apagada-da-historia-de-chile-e-argentina-aqui-nao-ha-negros.shtml. Acesso em: 15 fev. 2026.

GOSH, Palash. **Blackout: how Argentina "eliminated" Africans from its history and conscience**. International Business Times, 2013. Disponível em: https://www.ibtimes.com/blackout-how-argentina-eliminated-africans-its-history-conscience-1289381. Acesso em: 15 fev. 2026.

HASSE, Diego. **Repulsa e atração: uma análise de um episódio de febre amarela em Buenos Aires, de Juan Manuel Blanes**. Revista Valise, Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 18, ago. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/109529/64145. Acesso em: 15 fev. 2026.

INGENIEROS, José. ***Sociología argentina***. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1913.

JANOWSKI, Nicolás. **Catálogos y censos**. Afro Argentina. Disponível em: https://africamericanos.vistprojects.com/afroargentina/. Acesso em: 15 fev. 2026.

LOPES, Maine. **Notas sobre os usos e conflitos em torno à preservação do patrimônio da imigração na Argentina: o hotel de imigrantes de Buenos Aires**. Em Rede, Pelotas, v. 3, n. 8, jan./jun. 2013.

MITRE, Bartolomé. ***Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*.** Buenos Aires: Imprenta de Mayo, 1857.

OLIVEIRA, Lucas. **Brasil x Argentina: termos racistas entram nos "trending topics" argentinos após briga**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/brasil-x-argentina-termo-racista-entra-nos-trending-topics-argentinos-apos-briga/. Acesso em: 15 fev. 2026.

PAIXÃO, Fernanda. **Afro-Argentina María Remedios del Valle será a primeira mulher homenageada na câmara do país**. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/07/06/afro-argentina-maria-remedios-del-valle-sera-1-mulher-homenageada-na-camara-do-pais. Acesso em: 15 fev. 2026.

PASSETTI, Gabriel. **Elites argentinas e os indígenas: o que significa, na Argentina, o presidente dizer que os argentinos se originam de barcos repletos de europeus**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/elites-argentinas-e-os-indigenas/. Acesso em: 15 fev. 2026.

QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. **Homogeneidad y nación: con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX-XX**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

RICHARD, Alejandro; SCHÁVELZON, Daniel. **El barrio del Tambor: arqueología histórica en espacios afro de Paraná**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2021.

ROCCA, Edgardo. **La escravatura en el puerto de Buenos Aires**. Historia y Arqueología Marítima, 2005. Disponível em: https://www.histarmar.com.ar/InfHistorica-3/EsclavaturaPtoBsAs.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

RODRÍGUEZ, Federico. **El primer censo nacional de 1869: Sarmiento presidente, los esclavos libres y un San Juan "sin indios"**. Huarpe, 2022. Disponível em: https://www.diariohuarpe.com/nota/el-primer-censo-nacional-de-1869-sarmiento-presidente-los-esclavos-libres-y-un-san-juan-sin-indios--20223187150. Acesso em: 15 fev. 2026.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Civilización y barbarie**. Bookmate, 2020. Disponível em: https://es.bookmate.com/books/N63Q6ZyW/quotes. Acesso em: 15 fev. 2026.

SLAVE VOYAGES. *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Base de dados sobre o tráfico transatlântico de escravizados. Disponível em: https://www.slavevoyages.org. Acesso em: 15 fev. 2026.

SLUYTER, Andrew. **African cowboys on the Argentine pampas: their disappearance from the historical record**. BlackPast, 2015. Disponível em: https://www.ibtimes.com/blackout-how-argentina-eliminated-africans-its-history-conscience-1289381. Acesso em: 15 fev. 2026.

UNIPE. **Domingo Faustino Sarmiento**. YouTube, 8 abr. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xXsSBuDxo1g. Acesso em: 15 fev. 2026.

YAO, Jean. **Negros en Argentina: integración y identidad**. Amnis, OpenEdition Journals, 2002. Disponível em: https://journals.openedition.org/amnis/183. Acesso em: 15 fev. 2026.

Horizontes da Pátria: Nascer do Estado Argentino

Isabela de Almeida Gonçalves Pereira[181]

Resumo

Este artigo analisa a complexa gênese do Estado-nação argentino, compreendendo-a como um processo dialético iniciado pela crise de legitimidade da coroa espanhola e a Revolução de Maio de 1810. A pesquisa examina as tensões estruturais entre o projeto centralizador unitário de Buenos Aires e a resistência autonômica dos caudilhos federais, destacando o papel paradoxal de Juan Manuel de Rosas na estabilização política regional por meio de um regime personalista. Discute-se o impacto ideológico da Constituição de Cádis e a posterior consolidação territorial, evidenciando como a modernização estatal e a inserção no mercado global fundamentaram-se na expropriação violenta e no genocídio dos povos originários. Sob uma perspectiva historiográfica crítica, o estudo revela que a identidade nacional argentina foi forjada em meio a conflitos de poder.

Palavras-chaves: Independência, Argentina, Estado-Nação.

Abstract

This article analyzes the complex genesis of the Argentine nation-state, understanding it as a dialectical process initiated by the crisis of legitimacy of the Spanish crown and the May Revolution of 1810. The research examines the structural tensions between the unitary centralizing project of Buenos Aires and the autonomist resistance of the federal caudillos, highlighting the paradoxical role of Juan Manuel de Rosas in regional political stabilization through a personalist regime. The ideological impact of the Constitution of Cádiz and subsequent territorial declarations is discussed, demonstrating how state modernization and

[181] Licenciada em História - belagoncalves2001@gmail.com

integration into the global market were based on the violent expropriation and genocide of indigenous peoples. From a critical historiographical perspective, the study reveals that Argentine national identity was forged amidst power struggles, dichotomies between "civilization and barbarism," and the search for institutional order in a post-colonial fragmented scenario.

Keywords: Independence, Argentina, Nation-State.

Introdução

A formação do Estado argentino constitui um fenômeno historiográfico de elevada complexidade, não devendo ser compreendida como uma sucessão linear de eventos institucionais, mas sim como um processo dialético e, por vezes, violento, de construção de hegemonia. Esse percurso, que se estende por quase todo o século XIX, foi marcado por profundas contradições entre a idealização de uma identidade nacional homogênea e a realidade fragmentada de um território vasto, disputado por interesses regionais divergentes e habitado por populações que o projeto estatal visava subjugar ou eliminar.

O ponto de partida para essa análise reside na ruptura da ordem colonial, iniciada com a Revolução de Maio de 1810. O vácuo de poder deixado pela administração espanhola precipitou uma crise de legitimidade que expôs as assimetrias estruturais entre Buenos Aires e as províncias do interior. A cidade portuária, detentora do controle alfandegário e voltada para o comércio atlântico, buscava impor um modelo de organização nacional centralizado — a visão unitária —, que subordinasse as economias regionais aos seus interesses fiscais e políticos. Em contraposição, o federalismo emergiu no interior como uma resposta defensiva das oligarquias locais e dos setores populares, que reivindicavam autonomia política e a livre navegação dos rios interiores como mecanismos de sobrevivência econômica e preservação de identidades regionais.

Nesse cenário, a figura de Juan Manuel de Rosas assume um papel paradoxal e preponderante. Embora nominalmente federalista, a governança de Rosas (1829-1852) operou, na prática, uma centralização de poder inédita. Ao exercer a "Soma do Poder Público", Rosas logrou pacificar a província de Buenos Aires e disciplinar as demais províncias sob uma confederação frouxa, porém controlada com mão de ferro. O "rosismo" funcionou, portanto, como uma fase de transição necessária: ao sufocar a anarquia política através de um regime personalista e autoritário, criou as pré-condições de estabilidade e ordem sobre as quais o Estado moderno seria posteriormente edificado, ainda que seus métodos fossem incompatíveis com o liberalismo institucional que triunfaria após sua queda na Batalha de Caseros.

Independência

"A Nação Argentina é produto de uma história conflituosa de construção não só das formas de organização política, mas também da própria identidade nacional."[182](Goldman, 1998, p. 17). Nesse contexto, para falar do processo de independência da Argentina é preciso aprofundar o entendimento do cenário que levou a esse acontecimento. Representando um marco de grande importância na história do país, sobretudo no contexto da América Latina, que estava passando por vários processos de independência ao longo do século XIX. É fundamental que essa contextualização da Argentina seja mais explorada, como aponta Sá Mäder "[...] os movimentos de independência se manifestaram na América Hispânica com enorme velocidade e assombrosa simultaneidade, do México, no vice-reino da Nova Espanha, a Buenos Aires, no vice-reino do Rio da Prata". (Sá Mäder, 2008, p. 226)."

Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, em seu trabalho "Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica" (2008), discute exatamente esse processo e como a historiografia interpreta os movimentos de independência na América Hispânica, bem como seu caráter revolucionário e como se fez presente na realidade das independências do século XIX. O processo de independência na Argentina teve o seu ponto de partida com três fatores cruciais de estopim, esses são: a invasão de Napoleão a Espanha em 1807, o fim do

[182]Do original "la Nación Argentina es el producto de una historia conflictiva de construcción no sólo de las formas de organización política sino también de la propia identidad nacional." Tradução nosa.

reinado de Fernando VII e José Bonaparte[183] assumindo o reinado da Espanha, isto é, essa manobra política resultou em uma crise de legitimidade, repercutindo nas colônias ultramarinas.

Dessa forma, com a ausência de um monarca reconhecido, houve um levante em 1810 para a formação das chamadas Juntas Governamentais[184]. As Juntas surgiram como uma resposta emergencial, com uma formação que impôs a reflexão sobre como seria uma representação política com a coroa espanhola sem um rei legítimo. A crise no reinado espanhol foi um catalisador para os processos de independência, evidenciando a fragilidade do poder central, exposta pela invasão napoleônica, abrindo caminhos para novas formas de organização política e para a redefinição das relações entre colônia e metrópole.

As notícias sobre a invasão da França e a falta de um líder real chegaram ao Vice-Reino do Rio da Prata. Em Buenos Aires, a elite local, motivada por conceitos iluministas e pela experiência das invasões inglesas ocorridas entre 1806 e 1807 – que já tinham demonstrado a vulnerabilidade do poder metropolitano –, enxergou na crise espanhola uma chance para assumir o controle de seu próprio destino.

"As guerras civis que se desenrolaram entre aqueles grupos foram denominadas Revolução de Maio" (De Oliveira, 2010, p. 58), e dessa forma foi estabelecida uma Junta Governamental, que representava a primeira forma de governo autônomo formado na província de Buenos Aires, marcando o início da luta pela independência. Nesse viés, pode-se destacar que uma série de conflitos internos foram fatores importantes para que fosse possível chegar a independência e ao que viria ser o futuro da nação argentina. Ademais, os aspectos que levaram às independências na América Hispânica e um dos fatores mais significativos foi a tensão subjacente entre a metrópole e os *criollos*[185]. Essa diferenciação gerava um intenso sentimento de descontentamento e uma marginalização política, junto com a percepção de que os interesses dos *criollos* eram colocados de lado.[186]

[183] Irmão mais velho de Napoleão Bonaparte.
[184]Governos autónomos que seguem a soberania do rei; sem desejo de uma independência política.
[185]Descendentes diretos de espanhóis que nasceram na América espanhola.
[186]Dentro desse ambiente de insatisfação, a Revolução Francesa de 1789 se destacou como um modelo inspirador de mudança. Seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, além da derrubada de uma monarquia absoluta, tiveram grande impacto entre a elite criolla. A ideia de construir uma sociedade mais justa, na qual pudessem ter maior participação política, tornou-se uma possibilidade concreta, algo antes impensável

Primeiramente, é importante salientar que a Revolução de Maio foi uma série de eventos que ocorreram em 1810, assim, resultando na deposição do vice-rei espanhol Baltasar Hidalgo de Cisneros; evento que marcou o início do processo de independência. A historiadora Suellen Mayara Péres, aborda em seu trabalho "Em busca das origens: as interpretações da Revolução de Maio nas narrativas dos rio-platenses" como a Revolução de Maio representou na história da emancipação política, um processo de desintegração do poder colonial espanhol. Esse movimento estabeleceu uma gama de fatores que demonstraram sinais de descontentamento com o domínio metropolitano.

Nesse contexto, a Revolução de Maio, que emergiu da mesma crise que motivou as Cortes de Cádiz, pode ser vista como um precursor prático da busca por autonomia e representação que a Constituição viria a consolidar. As decisões feitas em Buenos Aires em 1810, embora inicialmente fiéis ao rei, marcaram o início de um caminho que se afastaria progressivamente da metrópole, culminando na independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, território cuja uma das partes era a atual Argentina.

Diante deste cenário, em 1812 houve a criação da Constituição de Cádiz[187]. Foi um movimento de oposição dos espanhóis ao governo francês, sendo um documento com um caráter liberal para a época que representava a primeira Constituição espanhola, estabelecendo regras como, por exemplo: abolição da *mita*, tributo indígena, direitos senhoriais e a permissão da cidadania espanhola para os povos indígenas. A Constituição de Cádiz teve um impacto muito significativo nas colônias, servindo até como um modelo para futuras discussões de direitos e autonomia. Entretanto, a promulgação da mesma não trouxe uma estabilidade imediata, sobretudo na região do Vice-Reino da Prata, formada pelos atuais Estados da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Além disso, com seu teor liberal e inovador, a Constituição de 1812 promovia a soberania nacional, a separação dos poderes e a igualdade legal entre os espanhóis da península e os americanos. Ela propôs um modelo de governo representativo que, de certo modo, refletia algumas das aspirações já existentes nos movimentos de autonomia das

sob o controle espanhol. A Revolução Francesa não apenas provou que a transformação era viável, mas ainda ofereceu uma base ideológica que legitimava a busca pela independência.

[187] Cerco à base naval espanhola de Cádiz pelo exército francês.

Américas. Embora sua duração na Espanha tenha sido breve, devido à restauração do absolutismo por Fernando VII em 1814, seu impacto nas colônias foi considerável. Por sua vez, a Constituição revelou o potencial de uma Espanha liberal e a necessidade de redefinir as relações coloniais, influenciando, mesmo que de forma indireta, as ideias e os debates que impulsionaram os movimentos de emancipação na América Latina. Para muitos líderes revolucionários na Argentina e em outras regiões da América, o documento gaditano representou uma referência, um ideal a ser alcançado, mesmo que as circunstâncias seguissem direções diferentes, muitas vezes rumo à independência.

Longe de ser um processo simples ou unilateral, o caminho para a libertação política no Vice-Reino do Rio da Prata revelou-se inerentemente complexo e repleto de obstáculos. O recém-formado Conselho de Governo Provisório[188], em 1810, enfrentou inúmeros desafios desde o início. O principal deles foi a forte oposição de forças leais à coroa espanhola, tanto na forma de movimentos contra revolucionários internos quanto na resistência do campo monarquista ainda sob o domínio da capital, o que trouxe grande instabilidade e incerteza ao processo de independência.

No entanto, os primeiros desafios da independência não culminaram em um período de paz e estabilidade, isto é, as tensões e divergências políticas e regionais, latentes desde a separação da Coroa, tiveram um aprofundamento estrondoso. A ausência de um líder não foi preenchida por um consenso unificador, mas sim por projetos de nação divergentes, se manifestando desde a formação da primeira junta governamental, marcando então a trajetória do Estado argentino.

Portanto, a independência da Argentina não foi um acontecimento isolado ou um único fator, mas sim um fenômeno complexo, resultado da interconexão de diversos elementos internos e externos que, juntos, abalaram o controle colonial espanhol. As tensões sociais que existiam no Vice-Reino do Prata, caracterizadas por conflitos entre criollos e aqueles que nasceram na Espanha, já estabeleciam um ambiente de descontentamento.

Nesse cenário de insatisfação, as ideias iluministas, com sua ênfase em soberania popular e direitos individuais, forneceram a base teórica para questionar o absolutismo e a

[188] Governo estabelecido temporariamente para gerenciar um período de instabilidade política.

dominação da metrópole. Entretanto, o fator decisivo que levou ao surgimento do movimento foi o vazio de poder gerado pela invasão napoleônica à Espanha em 1808, que, ao capturar a Família Real, deslegitimou o poder monárquico e possibilitou o surgimento de juntas governativas independentes nas colônias.

Dentro desse contexto tumultuado, a atuação de lideranças carismáticas e estratégicas, como José de San Martín, foi fundamental para alinhar os esforços militares e políticos, transformando desejos dispersos em uma força unificada capaz de, finalmente, romper os laços com a Coroa espanhola. No entanto, consolidar a independência e construir um Estado argentino unificado apresenta desafios significativos que moldaram a história do país nas décadas seguintes. A libertação argentina não se limitou, portanto, a um único acontecimento, mas sim a um complexo processo de luta, negociação e busca da própria identidade e destino.

Nesse contexto de falta de poder e conflitos de interesse, a fragilidade institucional se intensificou, dificultando a rápida formação de uma autoridade central unificada. A carência de uma liderança que unifique, juntamente com as profundas divisões regionais e as batalhas ideológicas legadas do tempo colonial, mergulhou o novo Estado em um ciclo de instabilidade.

> A vitória e o aniquilamento dos indígenas liberaram vastos e férteis terrenos para os pecuaristas portenhos, possibilitaram a vinda de dezenas de milhares de imigrantes europeus. Também proporcionaram um grande crescimento econômico nas décadas de 1890 e 1900, gerando um imaginário social argentino como o de um país branco, exceção moderna e civilizada em uma América Latina vista como atrasada e bárbara. (Passetti, 2005, p. 227)

Após a declaração de independência ocorrida no Congresso do Tucumán em 1816[189], o território que hoje é conhecido como Argentina, passou por conflitos internos, disputas territoriais e lentas construções de um processo governamental unificador. A consolidação em si do Estado Argentino não se deu por um processo fácil e linear, mas sim como um jogo entre forças políticas, econômicas e sociais que moldaram a nação. Porém, o preço que a sociedade como um todo pagou para que isso acontecesse foi muito alto. Após a

[189]O Congresso de Tucumã foi uma assembleia legislativa e constituinte realizada de 24 de março de 1816 até 11 de fevereiro de 1820, na cidade de Tucumã. O principal marco desse congresso foi a Declaração de Independência da Argentina, feita em 9 de julho de 1816.

independência, a falta de uma autoridade central evidenciou uma forte tendência à fragmentação política. Tulio Donghi Halperin, explora, em seu livro "Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla" (Revolução e guerra: formação de uma elite corolla na Argentina criolla – tradução própria), como a Revolução de Maio e as lutas pela independência desintegraram o poder e a sociedade, e como uma nova classe dominante – frequentemente associada aos caudilhos e às regiões –, surgiu nessa situação. Isso é fundamental para compreender a falta de uma autoridade unificada e os desafios da unificação.

Buenos Aires estabeleceu domínio político e econômico através de seu porto e do gerenciamento das receitas fiscais, o que intensificou os conflitos com as províncias internas, que se viam como marginalizadas e exploradas. Nesse cenário, caudilhos[190] que contavam com significativo respaldo local e tropas particulares emergiram como protagonistas, contestando a autoridade central e promovendo os interesses de suas províncias. Nomes como Juan Manuel de Rosas, que governou a Federação Argentina entre 1829 e 1852, exemplificam essa fase de governo de senhores da guerra e a dificuldade de estabelecer uma ordem política estável em nível nacional.

Outrossim, uma dessas principais tensões, e talvez a mais profunda, foi a questão das disputas de poder entre as facções políticas produzidas no pós-independência: os Unitários e os Federalistas. Essa divisão não foi apenas ilustrativa, mas uma forma de representação pela busca por poder e a luta pela definição estrutural de um novo Estado. Os Unitaristas, formados em sua maioria por uma elite intelectual e econômica, defendiam um governo centralizado e forte em Buenos Aires, exercendo grande influência sobre as outras províncias. Para eles, essa concentração era considerada crucial para a segurança, a evolução econômica e a imagem global da nova nação, baseando-se na crença de que Buenos Aires precisava ser o impulsionador do país.(Botana, 2023).

Já para os Federalistas representavam os interesses das províncias, clamando por autonomia, onde cada província teria seu poder de decisão e argumentavam que todas as províncias deveriam possuir sua própria autonomia e autoridade para decidir sobre suas

[190] Líder político e militar local ou regional, que exerce um poder forte e, muitas vezes, autoritário.

questões internas. Os Federalistas, muitas vezes líderes regionais, batalhavam para garantir que as riquezas e os recursos produzidos em seus territórios não fossem completamente dominados por Buenos Aires. Eles apoiavam um modelo de nação onde as províncias poderiam usufruir da independência, unindo-se em uma federação apenas para assuntos relacionados à defesa e à política nacional, mantendo suas características e autonomia local. Dessa forma, houve a implementação de dois blocos: um deles era, de um lado, o, criados com o intuito de se opor militarmente aos Federalistas do Governador Juan Manuel Rosas[191], os blocos são "Estado de Buenos Aires, governado por Bartolomé Mitre e, de outro, a Confederação Argentina, comandada por Urquiza e composta das demais províncias." (Passetti, 2005, p. 224)

Essas intensas disputas políticas na Argentina no século XIX acarretaram em diversas consequências, mergulhando a sociedade não apenas em um debate político, mas sim em um período de turbulência, com décadas de guerras civis, instabilidade governamental e o surgimento dos *caudilhos*[192], que eram figuras poderosas que exerciam controle regional, como exemplo disso, John Lynch em seu trabalho "Caudillos in Spanish America 1800-1850" (Caudilhos na América Espanhola 1800-1850 – tradução nossa), explora a mudança de ótica para com relação a percepção do caudilhismo, estudando os múltiplos papéis: líder, herói, proprietário de terras. Assim, essa profunda cisão opôs diferentes visões do futuro do país, moldando uma Argentina única. O que inicialmente pareciam diferenças irreconciliáveis entre representantes, paradoxalmente, mesclava elementos de ambas as perspectivas. O resultado foi um governo central com muita influência, enquanto as províncias mantinham uma forma considerável de poder e autonomia. Essa dinâmica complexa define a relação entre o centro e as províncias.

Com isso, mesmo em um contexto de divisões e conflitos violentos entre as várias facções e áreas, a pressão urgente para criar um sistema legislativo e governamental que pudesse, finalmente, unir o extenso e problemático território começou a se manifestar com

[191] Juan Manuel de Rosas (1793-1877) foi governador da província de Buenos Aires por dois períodos distintos (1829-1832 e 1835-1852) e, durante o seu segundo mandato, exerceu grande influência sobre a Confederação Argentina.
[192] Termo que se refere a um líder, seja ele político ou militar.

uma necessidade inadiável. O desgaste das batalhas, a consciência dos impactos humanos e econômicos das guerras civis, além da crescente preocupação com intervenções externas ou a total desintegração, levaram os atores políticos a procurar um consenso. A crença de que a unidade poderia ser alcançada apenas através do poder de uma facção predominante começou a dar lugar à compreensão de que um arranjo institucional duradouro era a única via para alcançar a paz e promover a imagem da Argentina como uma nação soberana e sustentável no contexto internacional.

Pós-independência e rosismo

Assim como a formação do Estado Argentino foi um processo complexo e multifacetado, quando surge a figura de Juan Manuel Rosas também se torna central para entender como foi constituído o Estado argentino. O período do governo de Juan Manuel de Rosas, que ocorreu entre 1829 e 1852 na província de Buenos Aires, constitui um dos episódios mais intrincados e controversos da história Argentina. Rosas era um Federalista, mas com características distintas: apoiava a autonomia das províncias, embora mantivesse uma significativa influência e controle sobre as outras províncias através de pactos e, quando necessário, da força. Sua abordagem em relações internacionais, centrada na proteção da soberania do país e na contrariedade a intervenções externas , também ajudou a fortalecer um sentimento de identidade comum e definição de fronteiras.

Surgindo em um ambiente marcado por uma forte fragmentação política e social, Rosas conseguiu estabelecer um regime de natureza personalista e autoritária que, apesar da oposição de grupos liberais e unitários, foi vital para a estabilização de Buenos Aires e para a reconfiguração das relações entre as províncias após o desmoronamento do poder central na era pós-independência.

A ascensão de Rosas ao poder simbolizou o colapso das tentativas de organização central e o surgimento dos caudilhismos provinciais. Nesse vazio de poder, a figura do *caudilho* rural, que possuía influência econômica, militar e carisma entre o povo, tornou-se essencial. Rosas, com extensas terras e familiaridade com a fronteira indígena, soube aproveitar sua influência para conquistar o governo de Buenos Aires. Sua habilidade em

mobilizar trabalhadores rurais e milícias, junto com sua destreza em negociações políticas, foram fatores decisivos para sua ascensão.

A partir de 1835, com a concessão da "Suma del Poder Público" pela Legislatura de Buenos Aires, Rosas acumulou um poder quase ilimitado. Ele utilizou essa autoridade para estabelecer a ordem e eliminar a oposição unitária. A adesão ao federalismo sob a liderança de Rosas, simbolizada pelo lema "¡Viva la Federación! ¡Mueran los salvajes Unitarios!", tornou-se uma imposição social e política, permeando o cotidiano por meio da propaganda, do culto à sua pessoa e da vigilância incessante. Contudo, essa aparente homogeneidade ideológica coexistia com uma complexa negociação de lealdades e manutenção de alianças com diversos setores sociais, incluindo populações urbanas e rurais, o que proporcionava ao regime uma base de apoio social significativa.

No aspecto econômico, o governo de Rosas priorizou os interesses de Buenos Aires, consolidando um modelo agroexportador centrado na pecuária, além do controle do porto e da alfândega. As políticas protecionistas, embora beneficiassem os produtores de Buenos Aires, geravam tensões com as províncias do interior, que buscavam liberdade para a navegação dos rios e uma distribuição mais justa das receitas alfandegárias. Essa abordagem econômica, combinada com a postura inflexível de Rosas em relação à soberania dos rios, foi um dos fatores que levaram a conflitos externos, como o bloqueio anglo-francês (1845-1848) e a longa Guerra Grande no Uruguai.

A historiografia relacionada a Rosas é extremamente dividida, refletindo disputas ideológicas e políticas que marcaram a Argentina. A perspectiva liberal-mitrista, liderada por figuras como Bartolomé Mitre e Domingo F. Sarmiento, moldou Rosas como um tirano bárbaro, considerado um obstáculo ao avanço e à civilização. Por outro lado, o revisionismo histórico do século XX, com escritores como José María Rosa, procurou reabilitar sua imagem, vendo-o como um defensor da soberania nacional, um líder popular e o verdadeiro arquétipo da unidade argentina diante de pressões, tanto internas quanto externas. Abordagens mais contemporâneas, no entanto, tentam superar essas divisões, investigando a complexidade do regime a partir de novas lentes, como a cultura política, as dinâmicas sociais e de gênero, e a influência de Rosas na formação do Estado nacional, reconhecendo

ao mesmo tempo seu caráter autoritário e sua habilidade de reorganizar o espaço político e territorial após a fragmentação que se seguiu à independência. (Halperín, 1972).

A historiografia de Rosas é notoriamente dividida, refletindo as disputas ideológicas e políticas que marcaram a Argentina. A perspectiva liberal-mitrista, encabeçada por figuras como Bartolomé Mitre e Domingo F. Sarmiento, o retratou como um tirano bárbaro e um obstáculo ao progresso e à "civilização". Em contraste, o revisionismo histórico do século XX, com autores como José María Rosa, buscou reabilitar sua imagem, apresentando-o como um defensor da soberania nacional, um líder popular e o verdadeiro arquétipo da unidade argentina frente a pressões internas e externas.

Abordagens mais contemporâneas, no entanto, buscam superar essa dicotomia, investigando a complexidade do regime a partir de novas lentes, como a cultura política, as dinâmicas sociais e de gênero, e a influência de Rosas na formação do Estado nacional. Essas análises reconhecem tanto seu caráter autoritário quanto sua habilidade em organizar o espaço político e territorial após a fragmentação pós-independência (Gelman, 2011).

Em suma, a administração de Juan Manuel de Rosas, com sua concentração de poder, táticas de controle social e diplomacia assertiva, não apenas moldou o destino de Buenos Aires por mais de duas décadas, mas também deixou um legado duradouro na memória política argentina. O estudo de seu governo é crucial para entender os desafios na formação do Estado nacional e as persistentes tensões entre federalismo e centralização, bem como entre ordem e liberdade, que definiram a história argentina no século XIX e suas reverberações até a atualidade.

Considerações finais

O artigo não se limitou a descrever os eventos factuais que culminaram na independência formal da Argentina; propôs-se, fundamentalmente, a dissecção crítica dos conflitos intestinos que emergiram no vácuo de poder pós-colonial, protagonizados pelas facções Unitária e Federal. A análise evidencia que a gênese do Estado-nação argentino refuta qualquer interpretação teleológica ou linear. Longe de ser um percurso em direção ao progresso institucional, a história política do período revela-se como uma intrincada

tapeçaria, tecida sob a tensão de ideologias antagônicas, disputas socioeconômicas estruturais e uma beligerância civil intermitente. Essa complexidade intrínseca demonstra que a consolidação da identidade nacional não foi um dado *a priori*, mas uma construção dolorosa, resultante de um amálgama de forças que moldaram indelevelmente a fisionomia geopolítica e social do país.

Nesse contexto, torna-se imperativo compreender a profundidade das rupturas institucionais iniciadas com a crise da monarquia espanhola e a consequente "retroversão da soberania" para as Juntas de Governo. A transição da legitimidade real para a incipiente soberania popular não ocorreu sem traumas; ela precipitou uma polarização aguda entre a hegemonia pretendida por Buenos Aires — detentora do porto e adepta de um centralismo administrativo — e a resistência das províncias do interior, que, amparadas no caudilhismo, reivindicavam autonomia federativa e equidade na distribuição das rendas aduaneiras. A pesquisa demonstra que essas tensões inaugurais transcendem a categoria de meros episódios conjunturais ou anomalias históricas. Pelo contrário, elas constituem a matriz genética das contradições políticas argentinas.

Portanto, as disputas deflagradas no alvorecer do século XIX operaram como vetores estruturantes de longa duração. A incapacidade inicial de conciliar o projeto centralizador portenho com as demandas regionais não apenas retardou a organização constitucional definitiva até 1853/1860, como também estabeleceu uma dinâmica de centro-periferia que continuaria a reverberar nas esferas política e econômica muito além do período de formação estatal. Conclui-se, assim, que o estudo dessas raízes fundamentais é condição *sine qua non* para a inteligibilidade da Argentina contemporânea, visto que os desafios de governabilidade e integração territorial enfrentados hodiernamente são, em grande medida, ecos dessas dissonâncias fundacionais que forjaram, a ferro e fogo, o caráter da nação.

Referências:

AYROLO, Valentina. *El federalismo argentino interrogado (primera mitad del siglo XIX)*. 2013.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Edhasa, 2020.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.

DE FREITAS NETO, José Alves. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 15, n. 20, p. 189-204, 2008.

DE OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres. Em busca das origens: às interpretações da Revolução de Maio nas narrativas dos rio-platenses. **Navigator**, v. 6, n. 12, p. 56-65, 2010.

DE SÁ MÄDER, Maria Elisa Noronha. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, São Paulo, n. 159, p. 225-241, 2008.

DI PASQUALE, Mariano. ¡Viva el bajo pueblo! La plebe urbana de Buenos Aires y la política entre la revolución de mayo y el rosismo. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 34, p. 282, 2008.

DONGHI, Tulio Halperin. *Revolución y guerra: Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.

GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación 1806-1852*. Buenos Aires, 1998.

LYNCH, John. *Caudillos in Spanish America 1800–1850*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PASSETTI, Gabriel. DE "CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE" ÀS "CAMPANHAS DO DESERTO": RELAÇÕES POLÍTICAS E GUERRAS ENTRE INDÍGENAS E CRIOLLOS NO SUL DA ARGENTINA (1852-1885). **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 223-227, 2005.

ROCK, David. *Argentina, 1516-1987: From Spanish Colonization to Alphonsín*. Berkeley: Univ. of California Press, 1987.

ST23: ANTIGUIDADE E MEDIEVO: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS

Ser Mãe É Padecer No Paraíso

Aieska Pandolfi Monfardini[193]

Resumo: O presente trabalho tem como intenção apresentar um estudo inicial sobre o papel da maternidade na manutenção do poder real feminino entre os séculos XIII e XIV em Portugal. Para o historiador britânico, John Parsons, a maternidade é um dos cinco critérios para a escolha de uma boa rainha, trazendo nova lente para enxergá-la não como um elemento secundário do poder real, mas como uma peça central na articulação entre dinastia, fé e política. Assim, a maternidade traz consigo a responsabilidade pela perpetuação dinástica do poder régio. No contexto português, podemos perceber através das analises da cronistica que cita as rainhas D. Leonor de Teles e D. Filipa de Lancaster o peso da maternidade na solidificação do poder, não apenas da rainha, mas também do rei.

Palavras-chave: Rainha; maternidade; mãe; queenship; poder.

Abstract: The present work intends to present an initial study on the role of motherhood in the maintenance of female royal power between the 13th and 14th centuries in Portugal. For the British historian John Parsons, motherhood is one of the five criteria for choosing a good queen, providing a new lens through which to view it not as a secondary element of royal power, but as a central piece in the articulation between dynasty, faith, and politics. Thus, motherhood brings with it the responsibility for the dynastic perpetuation of royal power. In the Portuguese context, we can perceive through the analysis of chronicles mentioning Queens Leonor Teles and Philippa of Lancaster the weight of motherhood in the solidification of power, not only for the queen but also for the king.

[193] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeirio. E-mail: aieskapmonfardini@gmail.com

Key-words: queen; maternity; mother; queenship; power.

Introdução

A maternidade desempenhou um papel central na estruturação do poder régio feminino na Idade Média. Em sociedades cuja legitimidade política se assentava na hereditariedade, a rainha consorte era figura essencial para a continuidade dinástica, desempenhando funções que ultrapassavam o âmbito doméstico e alcançavam dimensões políticas, simbólicas e institucionais.

A monarquia portuguesa dos séculos XIII e XIV constitui um campo fértil para compreender esta dinâmica, especialmente através das figuras de D. Leonor Teles (c. 1350–1386) e D. Filipa de Lencastre (1360-1415), cujas maternidades foram narradas e interpretadas de modos radicalmente distintos.

A análise dessas duas rainhas revela como o discurso cronístico, notadamente o de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, construiu imagens contrastivas que serviram a projetos dinásticos específicos. Leonor Teles aparece como figura de desordem e ameaça, enquanto Filipa de Lencastre é exaltada como mãe ideal da dinastia de Avis. Este texto examina como a maternidade foi usada como instrumento político e discursivo na representação dessas rainhas, combinando estudos de queenship, historiografia recente e leitura crítica da cronística medieval.

O modelo mariano e sua influência

A instrumentalização da mulher, nesse contexto, possibilitava a construção de vínculos sociais entre núcleos de poder, assegurando, por meio de pactos juridicamente formalizados, uniões que simbolizavam uma fidelidade que extrapolava o âmbito estritamente familiar (Hoffman, 2014: 311). Para que tais alianças fossem bem-sucedidas, a Rainha precisava se aproximar de determinados modelos considerados ideais. Entre eles, destacava-se Maria, mãe de Cristo na tradição judaico-cristã.

Com a Reforma Gregoriana, no século XI, ocorreram profundas transformações na forma como a mulher passou a ser concebida, tendo como objetivo a normatização e a padronização de seu comportamento. Já no século XII, observa-se um fortalecimento do culto mariano, momento em que Maria passa a ser apresentada como um modelo de vida santa a ser seguido pelas mulheres medievais.

Nesse cenário, Rodolpho Bastos argumenta que a valorização de Maria naquele período tinha como finalidade o controle das massas, especialmente das mulheres (Bastos, 2017: 11). Após a Reforma, Maria foi apresentada como uma via de integração feminina na sociedade e como uma alternativa de redenção espiritual. A exaltação de sua figura abriu novas possibilidades simbólicas ao afastar-se da imagem da mulher pecadora, fortemente associada à perspectiva patrística da queda do homem.

A partir desse processo, a doutrina do culto mariano passou a se expandir e, no século XIII, os dogmas que regulamentavam essa devoção foram sistematizados. Filósofos como Tomás de Aquino e Alberto Magno, ao refletirem sobre a veneração à mãe de Cristo, estabeleceram as bases teóricas desses dogmas, entre os quais se destacam

> [...] a santificação de Maria que era a purificação e reparação do pecado original e que conduz à sua Imaculada conceição; e a sua assunção corporal ao céu, que não é ausência de morte, mas o afastamento de toda a putrefação. Assim, tanto na concepção como no pensamento, Maria escapa ainda um pouco mais de sua condição humana (Bastos, 2017: 11).

Maria passou a simbolizar o ideal feminino almejado: a mulher sem pecado sexual, que concebeu sem prazeres carnais e que atuou como instrumento divino. Em sua figura, construiu-se uma imagem utópica de mulher que, segundo a Igreja, deveria servir de modelo às mulheres de sua época. Ainda que inalcançável, esse ideal reforçava uma tentativa constante de controle sobre aquilo que era considerado, por natureza, incontrolável.

Nesse sentido, a mãe de Cristo tornou-se o contraponto de Eva. Enquanto Eva representava o aspecto carnal, físico e sensual, Maria era concebida como uma mulher assexuada, que gerou sem pecar e que intercedia pelos pecadores. Além disso, a Virgem personificava a obediência e a humildade, virtudes amplamente exaltadas por padres e

teólogos como atributos femininos essenciais. Em oposição a Eva, cuja desobediência teria levado à danação da humanidade, Maria surgia como aquela que, ao dar à luz, trouxe a salvação (Bastos, 2017:11).

Entretanto, entre os séculos XII e XIII, o ideal mariano mostrou-se insuficiente para abarcar todas as mulheres dentro dessa dualidade feminina. Diante disso, introduziu-se um terceiro modelo, mais acessível do que Maria e mais desejável do que Eva: Maria Madalena. Essa figura passou a representar um segundo plano do imaginário feminino, relacionado à vivência cotidiana e espiritual das mulheres. Bastos observa que Madalena se mostrava mais identificável do que a Virgem, pois era apresentada como uma pecadora oriunda da carne — ou mesmo como prostituta, segundo diversos estudiosos — que, ainda assim, encontrou graça aos olhos de Jesus. Dessa forma, Madalena oferecia um caminho de contrição e arrependimento, objetivo que a Igreja buscava alcançar por meio das figuras de Eva e Maria, mas que se tornava efetivamente possível por intermédio dela. Isso porque Madalena simbolizava um "meio-termo" entre a mulher tentadora e a Santíssima Mãe.

Mesmo com a incorporação do modelo de Madalena, persistia uma forte ênfase na renúncia ao pecado e ao que era considerado carnal. Assim, a figura feminina era constantemente conduzida à confissão, ao arrependimento e à penitência. Inserida em uma filosofia de vida ascética, característica do período medieval, da mulher esperava-se a busca contínua pela redenção. Nesse contexto, a Rainha passa a assumir uma condição dual: embora fosse uma mulher carnal e, portanto, sujeita ao pecado, deveria governar por meio do exemplo, renunciando à sua natureza falha e abraçando uma vida pautada nas virtudes cristãs. Dessa maneira, a soberana transformava-se em um modelo de esperança e conduta para as mulheres de seu reino.

Apesar de restringir e engessar os modelos femininos, a devoção à Virgem também criou espaços de atuação que não devem ser desconsiderados. Mesmo dentro de estruturas patriarcais, mulheres portuguesas encontraram no marianismo recursos simbólicos e materiais que possibilitaram a ampliação de sua presença social. Destaca-se, nesse sentido, a expansão das comunidades monásticas femininas — sobretudo cistercienses e clarissas — muitas delas

dedicadas à Virgem, que ofereceram às religiosas oportunidades concretas de exercício de autoridade espiritual e administrativa. Abadessas administravam propriedades, geriam rendas, mantinham relações com elites locais e estabeleciam vínculos jurídico-econômicos que evidenciam um grau significativo de autonomia em relação ao mundo laico (Oliveira, 2018). Nesse contexto, Maria atuava não apenas como um ideal disciplinador, mas também como fonte de reconhecimento social dessas instituições e das mulheres que delas faziam parte.

A patronagem feminina também merece destaque. Mulheres da nobreza patrocinaram a construção e a manutenção de capelas e retábulos dedicados à Virgem, articulando devoção religiosa e poder familiar. A invocação mariana conferia legitimidade moral às suas iniciativas e ampliava sua capacidade de intervenção no espaço público, especialmente por meio de doações e disposições testamentárias (Mattoso, 1995). Além disso, a espiritualidade compassiva associada à dor de Maria, elemento central da religiosidade afetiva medieval analisada por Bynum (1987), ofereceu às mulheres um repertório devocional valorizado socialmente, permitindo a expressão de práticas e emoções religiosas consideradas legítimas.

Dessa forma, o culto mariano em Portugal, entre os séculos XIII e XIV, não pode ser interpretado de maneira linear. Ao mesmo tempo em que consolidou padrões de feminilidade baseados na submissão, na castidade e na humildade, fortalecendo mecanismos patriarcais, também abriu espaço para formas específicas de protagonismo feminino, seja no interior de comunidades monásticas, na administração patrimonial de instituições religiosas ou na patronagem aristocrática. Assim, o culto mariano configurou-se como um campo de negociação, no qual as mulheres exerceram agência dentro de limites normativos, reinterpretando e apropriando-se da devoção à Virgem Maria conforme suas possibilidades históricas.

Nesse sentido, além de encarnar um modelo feminino exemplar em termos mais amplos, a candidata a Rainha precisava atender a exigências específicas relacionadas ao seu papel como companheira do Rei, em benefício do reino, valendo-se das possibilidades de agência que lhe eram concedidas.

Para Parsons (1998) e Earenfight (2018), o tipo e o alcance do poder exercido pelas Rainhas podem ser identificados a partir de alguns critérios fundamentais. Um deles diz respeito à origem familiar, uma vez que a relevância política da família da Rainha para o reino ao qual ela passava a pertencer, por meio do matrimônio, podia ser decisiva para suas chances de exercício do poder. Outro critério importante, a piedade, expressa no financiamento de obras pias, na fundação de instituições religiosas e no bom relacionamento com o clero, também podia se converter em fonte de poder. Além disso, destaca-se a intercessão, entendida como a capacidade da Rainha de interceder junto ao Rei em favor de seus súditos, transformando-a em um recurso para o perdão ou a reversão de sentenças. Porém, um critério central era a maternidade, já que a reprodução e a garantia da continuidade dinástica constituíam funções essenciais da Rainha.

A principal tarefa de uma Rainha durante seu reinado era de garantir a perpetuação da dinastia. Santos-Silva aponta que "a rainha gerava dentro de si o futuro do reino, garantindo nesta gestação a sobrevivência, a integridade, a paz e a concórdia deste." (Santos-Silva, 2018: 38). Dessa forma, era dada grande importância à fertilidade da consorte do Rei. De acordo com Ana Rodrigues Oliveira, havia muitos filhos entre as mulheres medievais em geral, entretanto, entre a nobreza, as senhoras eram, muitas vezes, atingidas pela infertilidade e episódios de abortos espontâneos, que tinham dentre muitas razões, a incompatibilidade sanguínea causada pela consaguinidade (Oliveira, 2010: 309). Além disso, a mortalidade infantil também se fazia presente como um dos grandes medos de todas as famílias. Dessa forma, era extremamente valiosa a Rainha que conseguia dar uma prole numerosa a seu Rei e perpetuar sua geração.

D. Leonor Teles: maternidade contestada e poder em crise

Leonor Teles chegou ao trono num contexto de forte contestação. Seu casamento inesperado com D. Fernando contrariou alianças políticas e provocou tensões com a nobreza. A crônica de Fernão Lopes apresenta-a como figura envolta em suspeita, muitas vezes associada ao faccionalismo e ao aconselhamento nocivo.

Não apenas a nova rainha já era casada, mas era parte da nobreza portuguesa. Entretanto, apesar das anormalidades do casamento, D. Leonor deu a D. Fernando uma herdeira, a infanta D. Beatriz de Portugal. A princesa teria sido criada por sua mãe até os onze anos, sendo enviada então para Castela como parte do Acordo de Salvaterra, assinado entre D. Fernando I de Portugal e D. João I de Castela, com o objetivo de resolver a sucessão do trono português e evitar uma guerra entre os dois reinos. Entre suas principais clausulas, estava a possibilidade da herança da coroa por D. Beatriz, caso seu pai não tivesse herdeiros, além de destacar a autonomia de Portugal, caso isso acontecesse, deixando claro que o reino jamais seria anexado a Castela. Uma cláusula ainda aponta para a possibilidade de D. Beatriz não ter filhos antes da morte de D. Fernando, passando a regência do trono para a rainha D. Leonor até que houvesse um herdeiro Leonor (Santos-Silva, 2018: 48).

É importante destacar que apesar de ser o que acontece, não é a falta de confiança e a impopularidade de D. Leonor que leva à crise dinástica que ocorre entre 1383 e 1385, mas sim a desconfiança da nobreza de Portugal quanto Castela e o acordo que une os reinos. Os portugueses temiam que Castela não cumprisse o acordo e anexasse Portugal. Apesar de D. Beatriz ser proclamada rainha, o povo e parte da nobreza se revoltaram, não aceitando a possibilidade de domínio castelhano. O então Mestre de Avis, D. João, lidera uma rebelião contra D. Leonor de Teles e Castela. Ao fim, a falta de um herdeiro acaba por ser o grande fracasso de D. Leonor Leonor (Santos-Silva, 2018: 48).

É importante lembra que a representação de Leonor Teles na *Crónica de D. Fernando* e na *Crónica de D. João I* serve a objetivos claros da dinastia de Avis. D. Leonor é deliberadamente retratada como uma oportunista da maternidade para seu próprio ganho, alguém cuja maternidade não garante estabilidade, mas instabilidade. Para o cronista, construir a imagem da rainha como arquiteta da ameaça de dissolução a autonomia do reino, justificava, portanto, a reação popular e a ascensão do Mestre de Avis.

A própria regência de D. Leonor foi retratada como um grande desastre, tendo influências indevidas, grande favoritismo e um descontentamento generalizado que levava a aclamação de um novo governante que estabilizasse a soberania portuguesa. Embora sua

legitimidade formal estivesse ancorada na maternidade, uma vez que ela governava em nome da herdeira, sua legitimidade moral é sistematicamente desconstruída pela narrativa cronística.

D. Filipa de Lancaster: maternidade ideal e fundamento da Dinastia de Avis

D. Filipa de Lancaster é apresentada pela historiografia e pela cronística como modelo de virtude, prudência e fecundidade, sendo o oposto da sua antecessora, D. Leonor. Seu casamento com D. João I consolidou a aliança anglo-portuguesa e legitimou a nova dinastia emergente da crise de 1383–1385. E foi com ela que o antigo Mestre de Avis e posteriormente rei, teve a chamada *Ínclita Geração.*

Com um casamento puramente político, D. João acreditava não ser possível a construção de uma linhagem com D. Filipa, sua esposa, pois era acreditado que no auge dos seus vinte e seis anos essa já fosse de idade demasiadamente avançada para conceber. O que acontece é justamente o contrário. D. Filipa dá a D. João um total de oito filhos, com seis deles sobrevivendo a vida adulta, sendo eles: D. Duarte, o Rei; D. Pedro, duque de Coimbra; D. Henrique, o Navegador; D. Isabel, duquesa de Borgonha; D. João e D. Fernando, o Infante Santo. Além de prolífica maternidade, D. Filipa se mostrou presente na educação dos filhos, ensinando-os para além da primeira infância. A Rainha foi bem-sucedida do quesito maternidade e por essa e muitas outras razões, era amada por sua família e pelo reino (Santos-Silva, 2018, 50).

Segundo Benevides (2011: 136), quando a rainha estava grávida de D. Fernando, acometeu-se uma doença e foi recomendado que interrompesse a gravidez, pois a doença e a idade avançada – F. Filipa tinha 42 anos na época – poderiam levá-la a morte. Entretanto, a rainha ignorou o conselho dos médicos, pois prezava a moral cristã e não poderia matar o filho no ventre. Para que D. Fernando nascesse com saúde e ela permanecesse bem, a rainha manteve um regime de preces e promessas que, segundo as crônicas, foi o que a levou até um parto seguro.

Fernão Lopes, na crônica de D. João I de Avis, apresenta D. Filipa como o arquétipo de rainha e mãe: de boa origem, piedosa, sábia e preocupada com a educação dos filhos e futuro do reino. Através da sua extensa prole, D. Filipa garante a estabilidade do reino, tendo grande parte de seus filhos chegado a vida a adulta. Seu sucesso maternal teve efeitos imediatos: assegurou continuidade sucessória, neutralizou o trauma dinástico deixado pela crise de 1383–1385 e ofereceu múltiplas possibilidades de alianças políticas e projetos expansionistas. Hugo Rincon Azevedo (2025) e Raquel Hoffmann (2019) mostram que Filipa desempenhou papel central na formação cultural da corte, introduzindo práticas devocionais inglesas, incentivando a leitura e promovendo uma ética de disciplina pessoal que marcaria profundamente seus filhos. A rainha aparece, assim, como mediadora entre modelos políticos ingleses e portugueses, contribuindo para a construção de uma nova identidade régia.

Duas maternidades em oposição

As imagens construídas através das crônicas apresentam D. Leonor e D. Filipa como opostos complementares. À D. Leonor Teles é legado o fracasso de uma maternidade única que leva a uma grande instabilidade e possível perda da soberania do reino. Já D. Filipa de Lancaster encarna o modelo feminino de mãe que emula a imagem de Maria, mãe de Jesus, ao colocar a si mesma em risco pela maternidade.

D. Leonor exerce seu poder, principalmente após a morte de D. Fernando, em um contexto de profundo descontentamento e instabilidade no reino. Em vida, D. Fernando já enfrentava um forte enfraquecimento político devido as guerras contra Castela, em busca de seu trono, o que levou a instabilidade política e financeira em Portugal. Com sua morte, a crise sucessória acontece em virtude da falta de um herdeiro. A rainha, colocada como uma das principais causas do enfraquecimento do reinado fernandino, se choca com oposição a sua regência e a vigência dos termos do contrato de casamento da Infanta D. Beatriz.

Sua maternidade concentrou-se em uma única herdeira sobrevivente, cujo casamento com o rei de Castela passou a simbolizar o risco de absorção do reino português por uma

potência estrangeira. A rainha utilizou sua condição de mãe para reivindicar autoridade política, especialmente durante a regência após a morte de D. Fernando, mas esse mesmo vínculo materno tornou-se o principal elemento de sua deslegitimação. A cronística de Fernão Lopes constrói D. Leonor como figura facciosa, associada a interesses externos e incapaz de preservar a autonomia do reino. Assim, a maternidade de Leonor é representada como ameaça que, ao em vez de garantir continuidade interna, ela projeta um futuro subordinado a Castela.

D. Filipa Lancaster surge como paradigma da maternidade régia bem-sucedida, oferecendo não apenas legitimidade diplomática, mas estabilidade sucessória que é resultado de uma fertilidade inesperada. Ao mencionarem D. Filipa, as crônicas criam uma imagem virtuosa, reforçando elementos simbólicos importantes na manutenção do poder real feminino: piedade, prudência, moderação e dedicação à educação dos filhos.

Assim, D. Filipa é esculpida para refletir não apenas como mãe biológica, mas como figura quase intercessora, cuja morte inaugura uma nova fase da história portuguesa. Seu sepultamento na Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha, ao lado de D. João I, cristaliza sua imagem como cofundadora da dinastia, entalhando na história o casal régio no centro simbólico do reino. A rainha não é lembrada isoladamente, mas sim como parte fundamental do projeto dinástico, representando o elo entre passado traumático com a Dinastia de Borgonha e futuro promissor com Avis (Azevedo, 2025).

Conclusão

A monarquia medieval portuguesa reinventa a maternidade como algo que transcende a biologia e a transforma em um instrumento político fundamental. O análise breve dos casos de D. Leonor Teles e D. Filipa de Lencastre evidencia como as crônicas, e, por extensão, a memória histórica, constrói imagens femininas a partir de suas maternidades, reforçando projetos dinásticos específicos.

D. Leonor representa a maternidade vista como ameaça, enquanto D. Filipa encarna a maternidade idealizada como fundamento da grandeza nacional. A análise mostra que compreender o papel das rainhas na Idade Média requer leitura crítica das fontes, reconhecendo suas intenções políticas e retóricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte:

LOPES, Fernão. Crônica del Rei D. Fernando. Lisboa: Casa da Moeda, 2003.

LOPES, Fernão. Crônica de D. João I. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1897.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica da Tomada de Ceuta. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

Bibliografia:

AZEVEDO, Hugo Rincon. A memória funerária da rainha D. Filipa de Lencastre no Mosteiro da Batalha. *Diálogos Mediterrânicos*, n. 39, 2025.

BASTOS, Rodolpho Alexandre S. de Melo. As esposas de Adão e o imaginário diabólico e feminino na cristandade Medieval. *Caminhos da História*, Montes Claros, ano IX, v. 22, n. 1., pp 1-15.

BYNUM, Caroline Walker. *Holy Feast and Holy Fast: The Religious Significance of Food to Medieval Women.* Berkeley: University of California Press, 1987.

HOFFMAN, Raquel. A instrumentalização feminina medieval – representação das Crônicas Régias Ibéricas (séculos XIV-XV). *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, 2014, v. 03, n., pp 310-330.

HOFFMANN, Raquel. Mística régia e narrativa do sagrado: a rainha Filipa de Lencastre entre Fernão Lopes e Zurara. Dissertação (Mestrado). UFPR, 2019.

MATTOSO, José. *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096–1325)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Mulheres no Portugal Medieval*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2018.

PARSONS, John Carmi. *Medieval Queenship.* New York, Palgrave MacMillan, 1998.

SANTOS-SILVA, Danielle de Oliveira dos. *Estas Senhoras Rainhas: Trajetórias de Poder na Realeza Medieval Portuguesa (Séculos XII ao XV) – Um Estudo De Queenship.* TESE (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

A paixão na carne: sofrimento, gênero e a *imitatio Christi* na espiritualidade feminina medieval

Eduarda Nascimento[194]

RESUMO

Este artigo explora como a espiritualidade feminina na Baixa Idade Média (c. 1200-1500) ressignificou a experiência do sofrimento através de uma interpretação generificada da *imitatio Christi*. Analisa-se como mulheres místicas, marginalizadas das estruturas de poder eclesiástico, transformaram o corpo, teologicamente associado ao pecado de Eva e à inferioridade feminina, em um palco privilegiado para a união com o Cristo sofredor. Argumenta-se que, através de práticas como o jejum ascético, a devoção eucarística e a somatização da Paixão, essas mulheres não apenas encontraram um sentido para sua dor, mas também forjaram uma forma de autoridade espiritual que, por vezes, subverteu as hierarquias da Igreja. A "paixão na carne" tornou-se, assim, uma forma de *compassio* e uma contraconduta ao poder pastoral masculino, redefinindo os contornos da santidade e da experiência divina.

Palavras-chave: Mística Feminina; Idade Média; *Imitatio Christi*; Sofrimento; Gênero; Corpo.

ABSTRACT

This article explores how female spirituality in the Late Middle Ages (c. 1200–1500) re-signified the experience of suffering through a gendered interpretation of *imitatio Christi*. It analyzes how women mystics, marginalized from ecclesiastical power structures, transformed the body, teologically associated with the sin of Eve and female inferiority, into a privileged site for union with the suffering Christ. It argues that, through practices such as ascetic fasting, Eucharistic devotion, and the somatization of the Passion, these women not

[194] Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: eduardanascimento@aol.com

only found meaning in their pain but also forged a form of spiritual authority that at times subverted the hierarchies of the Church. The “passion in the flesh” thus became a form of *compassio* and a counter-conduct to male pastoral power, redefining the contours of sanctity and the divine experience.

Keywords: Female Mysticism; Middle Ages; *Imitatio Christi*; Suffering; Gender; Body.

1 INTRODUÇÃO: O PARADOXO DO CORPO FEMININO SOFREDOR

A história da espiritualidade cristã medieval é marcada por um paradoxo central: o ideal teológico de imitar um salvador masculino, Jesus Cristo, encontrou a sua expressão mais visceral, dramática e corporalmente explícita na vida e na carne das mulheres. Para um número significativo de místicas medievais, sistematicamente excluídas do discurso teológico formal e da autoridade sacerdotal, o corpo – a "carne" – tornou-se o principal, e por vezes único, meio para uma experiência espiritual autêntica e validada. Longe de ser um mero recipiente passivo da alma, o corpo feminino transformou-se num texto sagrado, um palco teológico onde uma relação única e direta com o divino era inscrita através de uma linguagem de dor, união extática e manifestações somáticas[195].

Recuperar essas narrativas implica um exercício historiográfico consciente contra o que Michel-Rolph Trouillot (2016) denominou "silenciamento do passado", um processo pelo qual o poder determina quais histórias são contadas e quais são relegadas ao esquecimento.[196] Este artigo, ao adotar uma microanálise focada na experiência corporal, busca variar a "escala" de observação histórica, como propõe Jacques Revel (1998), para iluminar as práticas e os discursos que as grandes narrativas eclesiásticas muitas vezes obscureceram.[197]

[195] O termo refere-se a manifestações físicas de estados psicológicos ou espirituais. Na mística medieval, incluía fenômenos como estigmas, levitação, lágrimas de sangue e êxtases que paralisavam o corpo, interpretados como sinais da intervenção divina. A carne tornava-se um texto onde a experiência sagrada era visivelmente inscrita.

[196] O conceito de "silenciamento" de Trouillot (2016) descreve os processos pelos quais a produção da história cria ausências e marginalizações. No nosso contexto, aplica-se a como a historiografia eclesiástica, dominada por homens, frequentemente ignorou, subestimou ou condenou as formas de espiritualidade feminina que não se alinhavam com a ortodoxia institucional, silenciando suas vozes nos arquivos.

[197] O conceito de "jogos de escalas" de Revel (1998) propõe que a variação da escala de observação (do macro para o micro, do social para o individual) pode revelar fenômenos históricos invisíveis em uma análise

Será investigado como o conceito de *imitatio Christi*, a imitação da Paixão de Cristo, foi interpretado, internalizado e, em última análise, *encarnado* por mulheres que fizeram do seu próprio sofrimento físico um caminho privilegiado para a santidade. Partindo da análise do contexto teológico que simultaneamente condenava a mulher como herdeira da "maldição de Eva" e exaltava a humanidade sofredora de Cristo, será demonstrado como a dor foi transformada de punição em participação (*compassio*).

Analisando as obras de historiadoras como Caroline Walker Bynum e Barbara Newman, explora-se como práticas ascéticas, em especial a relação com a comida (*Holy Feast and Holy Fast*), e fenômenos somáticos, como os estigmas, tornaram-se o léxico através do qual essa espiritualidade era vivida e expressa. Figuras centrais como Catarina de Sena, Ângela de Foligno e Juliana de Norwich serão examinadas como paradigmas de uma teologia encarnada, onde o corpo de Cristo na Eucaristia e a metáfora de "Cristo como Mãe" conectavam diretamente a experiência feminina à obra da Redenção.

Finalmente, argumenta-se que essa espiritualidade intensamente corporal e individual colocou inevitavelmente essas mulheres na tênue fronteira entre a santidade e a heresia. Ao reivindicarem uma autoridade baseada na experiência direta – um "saber localizado", na terminologia de Donna Haraway (1995)[198] –, figuras radicais como Marguerite Porete desafiaram a mediação exclusiva do clero, propondo o que, à luz do pensamento de Michel Foucault, pode ser entendido como uma "contraconduta" ao poder pastoral da Igreja. A "paixão na carne", portanto, revela-se não como uma aceitação passiva do sofrimento, mas como uma prática espiritual ativa e, por vezes, profundamente subversiva.

2 O LEGADO DE EVA E A DEVOÇÃO À PAIXÃO

mais ampla. Este artigo utiliza a microanálise da experiência corporal para questionar as generalizações sobre a religiosidade medieval.

[198] A noção de "saberes localizados" de Haraway (1995) critica a ideia de uma objetividade neutra e universal, argumentando que todo conhecimento é parcial e corporificado. A autoridade das místicas medievais pode ser entendida como um saber localizado, que extrai sua validade precisamente de sua perspectiva feminina e corporal, em oposição à teologia abstrata e pretensamente universal do clero.

A espiritualidade feminina medieval não surgiu no vácuo; ela foi moldada e, ao mesmo tempo, reagiu a duas correntes teológicas poderosas e aparentemente contraditórias da Baixa Idade Média: uma profunda misoginia herdada da tradição patrística e uma crescente devoção afetiva à humanidade sofredora de Cristo. A interação complexa entre a condenação da carne feminina e a sacralização da carne sofredora criou o espaço teológico paradoxal dentro do qual as mulheres místicas construíram sua identidade e autoridade. A base teológica para a subordinação da mulher na Idade Média assentava-se, de forma esmagadora, na interpretação da narrativa do Gênesis. Eva, a primeira mulher, foi construída como a arquétipa pecadora, a *ianua diaboli* ("porta do diabo")[199], cuja curiosidade, orgulho e desobediência levaram toda a humanidade à Queda. Consequentemente, todas as suas descendentes herdaram não apenas sua culpa, mas também sua natureza inerentemente fraca, irracional e carnal. O sofrimento, em particular as dores do parto (Gn 3,16), era visto como a punição divina específica para essa transgressão original, ligando indelevelmente a biologia feminina à dor e ao pecado (Pires, 2016).[200] Essa visão foi consolidada e disseminada pelos Doutores da Igreja durante o período da Patrística. Tertuliano, por exemplo, dirigiu-se à mulher com uma acusação contundente: “Mulher, és a porta do diabo. [...] É por tua causa que o filho de Deus teve de morrer; deverias andar sempre vestida de luto e de andrajos".[201] Já Santo Ambrósio afirmava que “Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão. É justo que a mulher aceite como soberano aquele que ela conduziu ao pecado” (Beauvoir, 2016: 134). Essa construção teológica, reforçada pelo poder narrativo da Igreja – um poder que, como aponta Trouillot (2016), silencia ativamente narrativas alternativas –, justificava a necessidade de tutela e silêncio, pois a mulher, se não controlada, representava um perigo constante de subversão da hierarquia masculina instituída por Deus. Como argumenta Jacques Le Goff, o corpo feminino era visto como um "corpo obscuro", um lugar de tentação

[199] Expressão latina que significa "porta do diabo". Foi um epíteto comum aplicado à mulher na literatura patrística e medieval, notavelmente por Tertuliano, para designar Eva (e, por extensão, todas as mulheres) como a via pela qual o pecado e a morte entraram no mundo (Pires, 2016).

[200] A dor do parto, prescrita em Gênesis 3,16 como punição pela desobediência de Eva, foi uma pedra angular na construção teológica da inferioridade feminina. O corpo da mulher era, assim, intrinsecamente marcado pelo castigo do pecado original (Le Goff; Truong, 2006).

[201] TERTULIANO, *De cultu feminarum*. A citação é um exemplo clássico da retórica patrística que responsabiliza diretamente a mulher pela necessidade da Redenção de Cristo.

e desordem que precisava ser disciplinado pela autoridade clerical (Le Goff; Truong, 2006). A única figura que escapava a essa condenação era a Virgem Maria, a "Nova Eva", cujo corpo permaneceu puro e cuja vontade foi perfeitamente submissa a Deus. No entanto, a exaltação de Maria estabelecia um ideal de virgindade e maternidade divina inatingível para as mulheres comuns, reforçando, por contraste, a condição decaída da feminilidade terrena. Assim, a mulher medieval encontrava-se aprisionada entre dois paradigmas: o de Eva, que definia sua natureza, e o de Maria, que estabelecia seu ideal inalcançável.

2.1 A centralidade da paixão e a *imitatio Christi* afetiva

Paralelamente a essa tradição misógina, a partir do século XII, uma nova sensibilidade religiosa floresceu, deslocando o foco do Cristo *Pantocrator*, a figura majestosa e julgadora do início da Idade Média, para a figura do Cristo humano e sofredor. A *imitatio Christi*, antes compreendida majoritariamente como uma imitação ética dos ensinamentos de Jesus, adquiriu uma dimensão profundamente afetiva. Inspirada por figuras como Bernardo de Claraval, a nova piedade valorizava a *compassio*[202], uma participação empática e sentimental nos sofrimentos da Paixão (Lima Neto, 2014). O sofrimento deixou de ser apenas a consequência do pecado para se tornar o meio privilegiado de união com Deus. A Carta Apostólica *Salvifici Doloris* ecoa essa tradição ao afirmar que "na Cruz de Cristo, não só se realizou a Redenção através do sofrimento, mas também o próprio sofrimento humano foi redimido" (Oliveira, 2020: 37). Cristo, ao assumir a carne e a dor humana, abriu a possibilidade de que todo sofrimento, quando unido ao seu, adquirisse um valor redentor. Esta teologia da Paixão criou um espaço espiritual crucial para as mulheres. Diante da impossibilidade de imitar Cristo em seu gênero masculino ou em sua função sacerdotal, a imitação através do sofrimento tornou-se um caminho acessível e poderoso. Ao se identificarem com o corpo ferido de Cristo, elas podiam reinterpretar sua própria "carne maldita", transformando a dor, que era o estigma de Eva, no selo de uma união privilegiada com o Salvador.

[202] Termo latino que significa "sofrer com". Na espiritualidade da Baixa Idade Média, a *compassio* tornou-se um ideal central, denotando a participação afetiva e empática nos sofrimentos de Cristo e da Virgem Maria. Não se tratava apenas de contemplar a Paixão, mas de senti-la interiormente (Vauchez, 1995).

3 A CARNE FEITA VERBO: O CORPO COMO PALCO DA EXPERIÊNCIA MÍSTICA

Foi neste fértil terreno da devoção à Paixão que as mulheres místicas da Baixa Idade Média desenvolveram uma espiritualidade distintamente somática. Se a teologia oficial, produzida por homens celibatários, desconfiava do corpo e o associava à tentação e à queda, estas mulheres, cujas vidas eram profundamente marcadas pela sua fisicalidade – através da menstruação, do parto e da amamentação –, fizeram precisamente da sua carne o principal local da experiência religiosa. Como demonstrou a historiadora Caroline Walker Bynum, para um número significativo de santas e beguinas, a união com Deus não era uma abstração intelectual, mas um evento visceral, encenado de forma dramática no "palco teológico" do corpo (Bynum, 1992). Este processo de somatização da fé permitiu-lhes não só encontrar sentido no sofrimento inerente à sua condição, mas também forjar uma linguagem espiritual única e uma forma de autoridade que contornava as proibições clericais.

Em sua obra *Holy Feast and Holy Fast*, Bynum (1987) revela como as práticas alimentares foram centrais para a piedade feminina. O jejum, levado a extremos por santas como Catarina de Sena ou Lidwina de Schiedam, era muito mais do que mera penitência. Numa sociedade onde o corpo da mulher era controlado através do casamento, da maternidade e das expectativas sociais, a recusa do alimento tornava-se uma das poucas formas de agência radicalmente disponíveis. Era um ato de controle sobre si mesma, um esvaziamento do mundo para se encher de Deus e, fundamentalmente, uma forma visceral de *imitatio Christi*, participando da fome, da sede e do esvaziamento (*kenosis*) de Jesus na cruz.

A contrapartida do jejum era uma fervorosa, e por vezes extática, devoção à Eucaristia. Se o jejum esvaziava o eu, a comunhão o preenchia com o corpo literal de Cristo. Bynum argumenta que, enquanto a teologia masculina enfatizava a Eucaristia como um ato sacerdotal que reencenava o sacrifício, as mulheres a vivenciavam como alimento, nutrição e união íntima (Bynum, 1987). A hóstia era o "pão dos anjos" que substituía a comida terrena, o único sustento para corpos que rejeitavam qualquer outro. Catarina de Sena descrevera a comunhão em termos explicitamente nupciais e corporais, como um momento em que a alma

"saboreia" a divindade e o corpo se funde com o do Esposo divino (Sena, 1984).[203] A Eucaristia, portanto, afirmava a sacralidade da carne na obra da salvação, permitindo uma identificação direta entre a feminilidade (associada à alimentação e nutrição) e o corpo sacrificial de Cristo.

3.1 A somatização da paixão: estigmas, transverberação e a dor como *gnosis*

A identificação com o Cristo sofredor atingiu seu ápice em fenômenos somáticos que inscreviam a narrativa da Paixão diretamente no corpo da mística. Manifestações como os estigmas, as visões da crucificação sentidas fisicamente, e doenças inexplicáveis tornaram-se marcas de santidade e de uma união privilegiada com o Salvador. Ângela de Foligno, a *Magistra Theologorum*, narrou com detalhes excruciantes como sentiu em seus próprios membros as dores da flagelação, da coroação de espinhos e da crucificação, descrevendo sua alma como sendo "feita um livro do sofrimento de Cristo" (Bento XVI, 2010). Essas experiências de *compassio* não eram uma recepção passiva da dor; eram uma busca ativa e voluntária por conformidade com Cristo, um desejo de "completar na própria carne o que faltava às tribulações de Cristo" (Cl 1,24), participando assim de sua obra redentora.

Neste contexto, a dor torna-se uma forma de conhecimento (*gnosis*). O sofrimento não é um mal a ser evitado, mas o caminho pelo qual a verdade mais profunda sobre Deus e a salvação é revelada. A transverberação, a perfuração mística do coração por um dardo de amor divino, célebre na experiência de Teresa de Ávila mas com claros precedentes medievais, simboliza o ápice desta dor gnóstica: uma ferida que é simultaneamente de dor excruciante e de êxtase sublime, marcando a união transformadora da alma com Deus (Leite; Moraes, 2021). Longe de serem vistas como patologias, estas manifestações corporais eram interpretadas como um dom divino, um selo que validava a autoridade espiritual da mulher. O sofrimento, antes a marca do pecado de Eva, era transfigurado em sinal de união mística.

[203] Na linguagem mística, o "sabor" de Deus refere-se a um conhecimento experimental e afetivo do divino, que transcende o intelecto. É uma "cognição saborosa" (*sapientia* de *sapere*, saborear) que envolve toda a pessoa, alma e corpo, na união com Deus (Sena, 1984).

3.2 Cristo como mãe: a feminização da divindade e a teologia da ferida

Talvez a mais original e teologicamente audaciosa reinterpretação da *imitatio Christi* tenha sido a metáfora de "Cristo como Mãe", desenvolvida de forma notável por Juliana de Norwich e presente também na espiritualidade cisterciense (Bynum, 1982; Kolletzki, 1998).[204] Nessa teologia, a humanidade sofredora de Cristo é interpretada através de uma lente maternal. Juliana afirma explicitamente: "Tal como Deus é verdadeiramente nosso Pai, assim também é verdadeiramente nossa Mãe. Jesus Cristo é a nossa verdadeira mãe. É dele que recebemos o ser" (apud Kolletzki, 1998: 199).

A Paixão é reimaginda como as dores de um parto que dá à luz a humanidade para a vida eterna. As feridas de Cristo, especialmente a chaga do lado aberta pela lança, de onde jorram sangue e água, são vistas não como símbolos de morte, mas como fontes de vida e nutrição. O sangue da Eucaristia é explicitamente comparado ao leite materno, e a ferida lateral ao seio que alimenta os filhos de Deus. Como analisa Bynum em *Jesus as Mother* (1982), essa poderosa imagem permitiu às mulheres conectarem suas próprias experiências corporais – parto, amamentação, o corpo que se abre e sangra para dar vida – diretamente à obra salvífica de Cristo. Ao fazê-lo, elas não apenas reivindicaram uma afinidade única com o divino, mas, como argumenta Barbara Newman (1995), atribuíram qualidades tradicionalmente femininas à própria divindade, subvertendo sutilmente a imagem exclusivamente patriarial de Deus e propondo um novo modelo de santidade para além da "mulher viril" que imita os homens.

4 ENTRE A SANTIDADE E A HERESIA: A MÍSTICA COMO CONTRACONDUTA

A emergência de uma espiritualidade feminina tão intensamente corporal e baseada na autoridade da experiência direta não ocorreu sem gerar profundas tensões. A mesma manifestação que podia ser interpretada como um sinal de santidade era, sob outro olhar, suscetível de ser condenada como ilusão demoníaca, presunção ou heresia. Esta ambiguidade

[204] A imagem de Deus ou Cristo com atributos maternais tem raízes bíblicas (ex: Is 49,15) e foi desenvolvida por teólogos como Anselmo de Cantuária. Contudo, foram os místicos cistercienses do século XII e, de forma mais completa, em místicas como Juliana de Norwich, que a transformaram em um tema central de sua espiritualidade, associando as feridas de Cristo, a Eucaristia e a graça à nutrição e ao parto (Bynum, 1982).

fundamental colocou muitas mulheres religiosas na mira de uma "cultura inquisitorial" em desenvolvimento, um sistema de vigilância e "prova" que buscava regular e controlar as expressões da fé, especialmente aquelas que escapavam à supervisão direta do clero (Elliott, 2004). O corpo, que para as místicas era o palco da união com Deus, tornava-se para a Igreja um local de suspeita: um texto ambíguo que precisava ser decifrado e julgado. Nesse embate, a mística feminina radicalizou-se, tornando-se, em casos como o de Marguerite Porete, uma forma de "contraconduta" à própria estrutura de poder eclesiástico.

4.1 A cultura inquisitorial e a "prova" da mulher

Como analisa Dyan Elliott em *Proving Woman* (2004), a partir do século XIII, a Igreja desenvolveu mecanismos cada vez mais sofisticados para discernir os espíritos e "provar" a autenticidade das experiências místicas. Os processos de inquisição e de canonização, embora com fins opostos, eram duas faces da mesma moeda: instrumentos de poder para definir os limites da ortodoxia e controlar a santidade (Torres, 2023). Para as mulheres, cuja autoridade não derivava de um cargo, mas de dons carismáticos, essa prova era particularmente rigorosa.

O corpo tornava-se o principal objeto de escrutínio. Fenômenos como o jejum extremo, os estigmas e os êxtases eram examinados com desconfiança. Eram de Deus ou do diabo? A Inquisição buscava a confissão, a verbalização da experiência, para submetê-la ao julgamento teológico. Paradoxalmente, a mesma dor que para a mística era sinal de união com Cristo, para o inquisidor era um sintoma a ser investigado. Esse "olhar clínico" sobre a espiritualidade feminina gerou um ambiente de constante vigilância, forçando as mulheres a negociarem sua autoridade com confessores e autoridades eclesiásticas, que atuavam como guardiões e, por vezes, censores de suas vozes.

4.2 Marguerite Porete: a mística como contraconduta radical

Nenhuma figura exemplifica melhor a colisão entre a autonomia mística e o poder institucional do que a beguina Marguerite Porete. Sua obra, *O Espelho das Almas Simples e Aniquiladas*, não apenas descreve uma via mística, mas propõe uma teologia radical da liberdade. A "Alma Aniquilada" que a religiosa descreve atinge um estado de união com

Deus tão completo que se torna livre das mediações da Igreja: "tal Alma não se importa com vergonha nem honra, com pobreza nem riqueza, [...] com inferno ou paraíso" (Porete, 2008: 38). Essa alma transcende as Virtudes, os sacramentos e a própria lei moral, pois sua vontade está perfeitamente fundida com a de Deus.

À luz da análise de Michel Foucault, a teologia de Porete pode ser entendida como uma "contraconduta" exemplar (Nascimento; Pugliesi, 2024). Foucault descreve o "poder pastoral" como a forma de poder exercida pela Igreja, que busca guiar cada indivíduo à salvação através de uma relação de obediência total e direção de consciência. Ao propor um caminho direto a Deus que torna o "pastor" (o padre, a Igreja) desnecessário, Porete não estava apenas sugerindo uma espiritualidade alternativa; estava desmantelando a própria lógica do poder eclesiástico. Sua recusa em se retratar perante a Inquisição e sua consequente execução em 1310 não foram atos de simples desobediência, mas a afirmação final de que a autoridade de sua experiência direta com Deus era superior à autoridade da instituição.

4.3 A autoridade da experiência: "escrita de si" e o saber localizado

Diante da proibição de ensinar publicamente, o ato de escrever (ou ditar) tornou-se a principal ferramenta para as mulheres místicas estabelecerem sua autoridade. Como argumenta Catherine M. Mooney (1999), suas vozes, no entanto, eram quase sempre mediadas por confessores masculinos, que transcreviam, editavam e, por vezes, reformulavam suas experiências para alinhá-las à ortodoxia. Essa mediação, um exemplo claro do poder em ação na produção de fontes históricas (Trouillot, 2016), torna a recuperação da "voz" autêntica um desafio historiográfico.

Apesar disso, a estratégia central permanece clara. Ao apresentar seus ensinamentos não como teologia especulativa, mas como o relato de uma experiência vivida – uma forma de "escrita de si" (Lima; Nogueira, 2020) –, elas fundamentavam sua autoridade não no saber livresco, mas na revelação divina inscrita em seus corpos. A dor, o êxtase e a visão tornavam-se credenciais irrefutáveis. A fraqueza e a ignorância, constantemente evocadas no *topos* da humildade, eram transformadas em prova da eleição divina: Deus escolhe os fracos para confundir os fortes.

Este conhecimento, nascido da experiência corporal e da perspectiva marginalizada da mulher, constitui o que a teórica feminista Donna Haraway (1995) chama de "saber localizado". É um conhecimento que rejeita a pretensão de uma objetividade universal e desencarnada, afirmando, ao contrário, que todo saber é parcial, situado e corporificado. A autoridade das místicas medievais, portanto, não vem da abstração, mas da carne. A sua teologia é uma "carne feita verbo"[205] (Holmes, 2013), uma inversão da fórmula joanina que encontra no corpo feminino sofredor a manifestação mais autêntica do divino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A espiritualidade feminina medieval oferece um testemunho fascinante da capacidade humana de ressignificar o sofrimento. Ao variar a escala de análise histórica, focando na análise das experiências corporais, revela-se uma narrativa que foi sistematicamente silenciada pelas estruturas de poder eclesiástico. Confrontadas com uma teologia que associava seu corpo e sua dor ao pecado de Eva, as mulheres místicas não rejeitaram a carne, mas a transformaram no epicentro de sua vida religiosa. Através de uma *imitatio Christi* profundamente somática e afetiva, elas re-imaginaram a Paixão não como um evento histórico distante, mas como uma realidade a ser vivida em seus próprios corpos.

A identificação com o Cristo sofredor, e até mesmo com um Cristo maternal, permitiu-lhes transformar o estigma da feminilidade em um selo de eleição divina. A "paixão na carne" deixou de ser uma punição para se tornar um caminho privilegiado de união com Deus, uma fonte de consolo e, crucialmente, uma base para uma nova forma de autoridade. Ao fazer de sua dor uma credencial e de sua experiência direta um "saber localizado", místicas como Marguerite Porete e Catarina de Sena não só articularam uma teologia original e poderosa, mas também desafiaram as estruturas de poder de seu tempo. Seu legado, recuperado contra o silenciamento do passado, demonstra que a aceitação do sofrimento pode ser, paradoxalmente, a mais radical das resistências.

[205] A expressão, título da obra de Emily A. Holmes, inverte a fórmula do Evangelho de João ("O Verbo se fez carne"). Para as místicas, a experiência vivida na "carne" (sofrimento, êxtase) é transformada em "verbo" (escrita). A escrita torna-se, assim, uma continuação do ato encarnatório, onde o divino se manifesta no mundo material através do corpo e do texto da mulher.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.

BENTO XVI. **Audiência Geral**. 13 de outubro de 2010. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20101013.html. Acesso em: 18 out. 2025.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BYNUM, Caroline Walker. **Fragmentation and Redemption**: Essays on Gender and the Human Body in Medieval Religion. New York: Zone Books, 1992.

BYNUM, Caroline Walker. **Holy Feast and Holy Fast**: The Religious Significance of Food to Medieval Women. Berkeley: University of California Press, 1987.

BYNUM, Caroline Walker. **Jesus as Mother**: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages. Berkeley: University of California Press, 1982.

CATARINA DE SENA. **O Diálogo**. Tradução de João Alves Basílio. São Paulo: Paulus, 1984.

ELLIOTT, Dyan. **Proving Woman**: Female Spirituality and Inquisitional Culture in the Later Middle Ages. Princeton: Princeton University Press, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOLMES, Emily A. **Flesh Made Word**: Medieval Women Mystics, Writing, and the Incarnation. Waco: Baylor University Press, 2013.

KOLLETZKI, Claudia. "Cristo é a nossa verdadeira Mãe": Discurso metafórico sobre Deus em Juliana de Norwich. **Theologica**, 2ª Série, v. 33, n. 1, p. 199-215, 1998.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Leonardo Delatorre; MORAES, Gerson Leite de. As contribuições da Filosofia mística de Santa Teresa de Ávila para a espiritualidade prática. **Estudos de Religião**, v. 35, n. 1, p. 163-187, jan./abr. 2021.

LIMA, Emanuelle Valéria Gomes de; NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. Marguerite Porete e a escrita de si: entre a literatura e a filosofia. **Revista Ideação**, n. 42, p. 396-413, jul./dez. 2020.

LIMA NETO, José Carlos de. **A mística no Boosco deleitoso**. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MOONEY, Catherine M. (ed.). **Gendered Voices**: Medieval Saints and Their Interpreters. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

NASCIMENTO, Letícia Tury Guimarães; PUGLIESI, Lucas Bento. O horizonte do poder pastoral e o lugar da mística na genealogia do sujeito de desejo em Michel Foucault. **Revista Terceira Margem**, v. 28, n. 55, p. 165-184, mai./ago. 2024.

OLIVEIRA, José Dácio Santos. **Sofrimento de Cristo**: Modelo e Sentido para todo Sofrimento Humano. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia) – Faculdade Católica de Anápolis, Anápolis, 2020.

PIRES, João Davi Avelar. Misoginia medieval: a construção da justificação da subserviência feminina a partir de Eva e do pecado original. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 1, p. 128-142, jan./jun., 2016.

PORETE, Marguerite. **O espelho das almas simples e aniquiladas e que permanecem somente na vontade e no desejo do Amor**. Tradução de Sílvia Schwartz. Petrópolis: Vozes, 2008.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

TORRES, Andréa Reis Ferreira. Heresia e Santidade nos registros eclesiásticos sobre mulheres no século XIII: um estudo comparado dos casos de Clara de Assis e Guglielma de Milão. **Specula: Revista de Humanidades y Espiritualidad**, n. 1, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado**: Poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

A Instrumentalização Política Das Representações Dos Godos Por Sidônio Apolinário (Século V Ec)

Emílio Perez de Morais[206]

RESUMO:

Sidônio Apolinário (c. 430-486 EC) foi um aristocrata galo-romano que viveu no período de desaparição do governo imperial no Império Romano do Ocidente e de conformação das monarquias romano-bárbaras que registrou sua percepção dos eventos e transformações desse tempo de "reconfiguração de mundo" na Gália meridional. Este trabalho se propõe a analisar a composição e os usos das representações dos godos no *corpus* literário de Sidônio. Para tal, as representações serão tratadas como elementos literários instrumentalizados politicamente em vista de certas estratégias perseguidas por seu autor. Segue-se então como hipótese norteadora da análise a compreensão de que as mudanças valorativas nas representações dos godos são produtos de adaptações políticas pessoais que visavam a sobrevivência política e a preservação social de seu autor por meio do estabelecimento de fronteiras identitárias.
Palavras-chave: Sidônio Apolinário – Godos – Gália – Bárbaros – Representação

ABSTRACT:

Sidonius Apollinaris (c. 430–486 CE) was a Gallo-Roman aristocrat who lived during the period of the disappearance of imperial rule in the Western Roman Empire and the formation of the Romano-Barbarian monarchies, and recorded his perception of the events and changes of this time of "world reconfiguration" in Southern Gaul. This paper proposes to analyze the composition and uses of the representations of the Goths in Sidonius's literary corpus. To this end, the representations will be treated as literary elements politically instrumentalized in view of certain strategies pursued by their author. The guiding hypothesis for the analysis is, therefore, the understanding that the changes in value within the representations of the Goths are products of personal political adaptations that aimed at the political survival and social preservation of their author through the establishment of identitary boundaries.
Keywords: Sidonius Apollinaris – Goths – Gaul – Barbarians – Representation

[206] Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na Linha de Pesquisa Cultura e Poder. Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela mesma universidade. Realizando, sob a orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto, o projeto de dissertação intitulado "Política, amizade e preservação social na Gália meridional: estratégias e táticas aristocráticas para um mundo em reconfiguração nas obras de Sidônio Apolinário (c. 430-486 EC)". Email para contato: emilio.perez@outlook.com.br.

INTRODUÇÃO:

O aristocrata (*nobilis*), literato e bispo galo-romano Sidônio Apolinário (c. 430-486) é, para além de um agente histórico, uma personagem que incorpora e expressa a complexidade e as tenuidades de um mundo em reconfiguração característico da periodização e das abordagens teórico-metodológicas da Antiguidade Tardia Mediterrânica (284-642). Por meio das obras de Sidônio, o historiador observa um indivíduo que pode ser definido como tradicionalista e, em vários momentos, nostálgico: uma pessoa nascida num mundo cuja realidade política e social já era um tanto distinta do ideal reproduzido e perseguido pelas aristocracias do Império[207] e que passou pelo menos sua última década de vida já num mundo completamente diferente daquele que idealizara durante sua vida inteira. Em razão disso, Sidônio dedicou seus esforços literários para tentar preservar, sob novas e incertas circunstâncias e dinâmicas, o imaginário, a cultura e os anseios de seu grupo social.

Entre as estratégias e táticas seguidas por Sidônio para preservar sua posição social, seus interesses políticos e mesmo sua noção de cultura estavam o reforço de sua identidade e a legitimação e justificação de sua agenda política por meio de exercícios de alteridade. Vivendo num contexto permeado e atravessado por populações estrangeiras nas estruturas militares, nos espaços políticos e, cada vez mais, nas dinâmicas sociais cotidianas, Sidônio e seus contemporâneos romanos tinham nos bárbaros[208] figuras onde depositar valores e refletir anseios e temores, mas também instrumentos políticos e ideológicos a manejar. Por meio da literatura, em cartas, poemas e panegíricos, Sidônio utilizou dezenas de etnônimos para representar o "outro", para compor o cenário do mundo exterior ao Império e para estabelecer fronteiras identitárias e valorativas entre seu ideal de ser romano e as populações bárbaras

[207] Segue-se neste trabalho a seguinte nomenclatura: ao passo que "Império" refere-se ao espaço social e político relativamente delimitado territorialmente sobre o qual a cultura e as instituições romanas e imperiais se difundiram e se enraizaram, "império" refere-se propriamente ao exercício do poder político e militar emanado a partir de um centro administrativo e estendido por meio de suas instituições.

[208] O termo "bárbaro" é usado neste trabalho como nomenclatura genérica para as populações não romanas e com as quais os romanos buscavam estabelecer relações ideológicas de alteridade e oposição. Seu uso não busca reproduzir as cargas valorativas e preconceituosas com que as mentalidades romanas o preenchiam, mas sim ressaltar a posição de alteridade em que essas populações eram alocadas na mentalidade política e ideológica da cultura romana tardo-imperial.

que, havia gerações, vinham se assentando no interior do Império e adquirindo espaço e poder nas esferas política e social.

Destacam-se entre as populações bárbaras representadas por Sidônio a população denominada pela historiografia de visigodos, referidos em suas obras apenas pelos nomes de "godo" (*Gothus*), "geta" (*Geta*, denominação poética) e "veso" (*Vesus*). Diferentemente do tratamento dado à maioria dos povos bárbaros representados por Sidônio, os godos são tratados, no panorama geral, de forma bastante cuidadosa e sinuosa. Afinal, os godos, como população assentada na Gália meridional[209] e como força política, eram um elemento consolidado na região desde antes do nascimento de Sidônio[210] e estiveram desde então bem próximos (seja como cooperadores, seja como ameaças) dos círculos aristocráticos regionais.

Ao contrário do que poderíamos esperar de Sidônio tendo em vista o tratamento geral dado aos bárbaros nas fontes romano-ocidentais do século V, ele não era avesso aos godos, embora tratasse de forma pejorativa a grande maioria dos demais povos bárbaros. Isso ocorre, em grande medida, porque os godos assentados na Gália meridional se mostraram parceiros e instrumentos de bastante utilidade para a perseguição de certos interesses políticos pelos grupos aristocráticos galo-romanos, fosse dentro da política imperial, fosse nas disputas locais. Com a consolidação do poder gótico sob o reinado de Teodorico I (r. 418-451) e a disseminação de sua autoridade sobre o sudoeste gálico, parecia aos galo-romanos, como ressalta Kulikowski (2020: 203), "mais fácil apelar a ele em disputas locais do que buscar a incerta assistência de uma hierarquia imperial crescentemente distante".

Dessa forma, na década de 450, a monarquia gótica já era tomada pelo grupo político de Sidônio como um eficiente poder aliado, ao ponto de Epárquio Ávito, sogro de

[209] A espacialidade denominada aqui de "Gália meridional" corresponde à região que podemos chamar de "Gália das Sete Províncias" (isto é, as províncias romanas pertencentes à diocese das *Septem Provinciae*) mais as províncias *Lugdunensis Prima* e *Maxima Sequanorum*.

[210] Para fim de uma breve contextualização, os (visi)godos foram assentados na província da *Aquitania Prima*, ao longo do vale do rio Garona entre as cidades de Toulouse e Bordeaux, pelo *magister militum* Flávio Constâncio no ano de 418 ou 419. Tratou-se de uma recompensa aos serviços prestados pelos godos sob o rei Vália (r. 415-418) no combate aos vândalos, alanos e suevos que haviam invadido a Hispânia em 409. Porém, a lógica por trás desse assentamento não é clara; os godos, afinal, não conseguiram restaurar o controle imperial na Hispânia. O mais plausível é que Constâncio tenha assentado os godos para garantir uma força militar mais sujeita a seu controle pessoal e numa posição estratégica em que poderia reprimir com facilidade qualquer sublevação na Gália meridional, assim como lançar ofensivas à Hispânia (Halsall, 2007: 226-228; Kulikowski, 2020: 201).

Sidônio e *praefectus praetorio Galliarum* em 439, ser elevado à púrpura em 455 com o fundamental apoio militar de Teodorico II (r. 453-466), a quem ele era próximo. Ora, a análise das fontes abaixo demonstrará que Sidônio foi favorável à corte gótica durante o reinado de Teodorico II, enquanto os godos se mantiveram um tanto leais à agenda política de seu grupo aristocrático; e também que, por outro lado, Sidônio tornou-se opositor dos godos durante boa parte do reinado de Eurico (r. 466-484), retratando seu "expansionismo" como anti-romano e anti-católico e buscando o suporte da monarquia burgúndia para resistir a ele. Em ambos os momentos, porém, Sidônio nunca deixou de retratar os godos como um "outro", ora afinando, ora engrossando a fronteira identitária e cultural a fim de sustentar os papéis ideológicos e retóricos que atribuía aos godos em seus discursos.

CONFIGURANDO OS GODOS COMO ALIADOS:

Cronologicamente, a primeira representação dos godos legada a nós por Sidônio é datada de 1º de janeiro de 456; trata-se do panegírico declamado a Epárquio Ávito no Fórum de Trajano, em Roma, em comemoração a sua ascensão à púrpura meses antes (Van Waarden, 2020: 27; Green, 2022: 8). Esse panegírico figura ao lado de outros dois panegíricos (a Antêmio e a Majoriano) em uma coleção de 24 poemas chamada *Carmina*, publicada por Sidônio em 469. A característica narrativa comum dos três panegíricos imperiais é que eles exaltam a trajetória dos respectivos imperadores por meio de seus respectivos manejamentos dos povos bárbaros, isto é, listando e descrevendo os povos derrotados, os povos subjugados, os povos controlados e os povos aliados em virtude do caráter e da força dos imperadores. No caso do panegírico a Ávito (adiante referido como *Carm.* 7), a coletividade gótica atravessa a maior parte da narrativa figurando como uma força militar e política sempre presente na Gália meridional que, se manejada com o devido cuidado e sabedoria — como consegue Ávito —, seria de grande valia para conduzir a região à prosperidade, culminando na ascensão imperial de Ávito.

Sumarizando a parte final da narrativa, Epárquio Ávito, sogro de Sidônio e antigo subordinado de Aécio, fora escolhido pelo imperador Petrônio Máximo (r. 455) como legado à corte gótica para anunciar sua ascensão. A notícia do saque de Roma e da morte de Máximo

chega então a Ávito enquanto ele ainda estava na corte de Toulouse. Vendo oportunidade no estado das coisas em Roma, Ávito conseguiu o apoio militar de Teodorico II e, em julho, numa assembleia em Beaucaire (talvez um tipo de reunião do Conselho das Sete Províncias), recebeu o apoio legitimador da aristocracia galo-romana (Halsall, 2007: 258; Kulikowski, 2020: 207). Já na primeira metade do panegírico, Sidônio narra como, em paralelo ao combate a vários povos bárbaros empreendido por Ávito, ele conquistou a amizade dos godos, vizinhos poderosos e violentos.

Em *Carm.* 7.215-26[211], a Gália é retratada como "abatida por tempestades diversas de guerra"[212] e se encontra forçada a garantir a paz com Teodorico I. Um tal Teodoro, parente de Ávito, é então enviado como refém à corte gótica. Por fidelidade, Ávito vai à corte do "monarca vestido de peles" negociar a liberdade de Teodoro, ato este admirado pelo "rei violento". A partir desse momento, Teodorico passa a ter Ávito em alta estima e a buscar sua amizade: "em seus pensamentos mais íntimos, ele saboreia antecipadamente tua presença e deseja-te ardentemente como seu; mas tu preferiste ser romano antes de amigo. Embora surpreso com tal recusa, ele passou a estimar-te ainda mais" (*Carm.* 7.223-26)[213].

A narrativa envolvendo os godos prossegue com um contraponto: o comandante romano Litório é apresentado como um exemplo reprovável de como lidar com os godos. Comandando mercenários hunos, Litório reprimiu revoltas na Armórica e, em seu retorno, lançou sua cavalaria contra os godos (*Carm.* 7.246-7)[214]. Tal ação ocorreu dentro de uma conjuntura de atritos entre Teodorico I e Aécio; Litório já havia reprimido os godos em 436 ou 437, antes de partir para a Armórica. Quando, em 439, confrontou-se novamente com Teodorico I, foi dessa vez derrotado. Ainda, os mercenários hunos acabaram saqueando algumas regiões, entre elas a Arvérnia, pátria de Ávito. Enfurecido por um de seus servos ter sido assassinado pelos hunos, Sidônio narra (*Carm.* 7.246-94)[215] que Ávito juntou forças para se vingar do que era, apesar de sua composição estrangeira, parte de um exército romano

[211] Green, 2022: 133.
[212] As traduções dos poemas de Sidônio aqui apresentadas são próprias do autor e baseadas na tradução do latim para o inglês feita por Roger Green (2022) e em sua versificação.
[213] Green, 2022: 133.
[214] *Ibidem*: 135.
[215] *Ibidem*: 135-137.

(Kulikowski, 2020: 204; Green, 2022: 24-25). Devido a esse episódio, os godos ficaram enfurecidos e planejaram estender seus domínios sobre a Gália. Contudo, como Sidônio narra em *Carm.* 7.297-309[216], graças a Ávito, que estava então no cargo de *praefectus praetorio Galliarum*, a fúria gótica foi refreada, pois, em vez de se valer de generais, ele renovou o tratado (*foedus*) de assentamento e paz com Teodorico.

O discurso sidoniano dá a entender que foi graças à ação diplomática de Ávito e a sua relação pessoal amistosa com Teodorico I que os godos deixaram de ser uma ameaça para a Gália e passaram a ser reais aliados (embora, por serem bárbaros, nunca deixarem de ser potenciais inimigos). Narrando a invasão do império de Átila à Gália, em *Carm.* 7.327-53[217], Sidônio foca não no conflito ou nos invasores, mas no papel fundamental de Ávito para angariar às tropas de Aécio o reforço dos godos. No momento da batalha[218], Ávito "incitou a cólera obediente dos godos para a batalha. As hordas cobertas de peles seguiram as trombetas romanas" (*Carm.* 7.348-9)[219]. Entretanto, Sidônio omite o prosseguimento da batalha e seus resultados[220], pulando a narrativa do panegírico para o ano de 455, para seu clímax.

Em *Carm.* 7.361-90[221], Sidônio conta sobre a morte de Aécio e de Valentiniano III e sobre a consequente ascensão imperial de Petrônio Máximo. Ora, com o poder imperial fragilizado, muitos povos bárbaros começam a assediar o Império; razão esta pela qual Máximo nomeia Ávito, então desfrutando uma "aposentadoria" em sua propriedade, como *magister utriusque militiae* para frear as investidas bárbaras sobre a Gália. Após impôr

[216] *Ibidem*: 137-138.
[217] *Ibidem*: 139-141.
[218] Isto é, a batalha dos Campos Cataláunicos em 451.
[219] *Ibidem*: 140.
[220] O que se sucedeu foi que os godos lutaram ao lado de burgúndios, francos e alanos arregimentados por Aécio, convencidos a lutar não apenas por terem os hunos como inimigos odiados (causadores da migração dos godos para dentro do Império quase um século antes), mas por seu alinhamento político com a aristocracia galo-romana. Enfim, Teodorico foi morto em batalha e seu filho Torismundo (r. 451-453) logo retirou-se do campo de batalha para, supostamente, assegurar em Toulouse sua ascensão ao trono. Átila foi contido mas não derrotado, conduzindo suas forças para a Itália em 452, e Aécio, após a batalha, perdeu muito de seu poder momentaneamente, que se fundava na coalizão de vários povos assentados (Halsall, 2007: 253-254). Por fim, Torismundo, omitido da narrativa do panegírico, foi assassinado por seus irmãos Teodorico II e Frederico; ação esta que, para Kulikowski (2020: 206), visto a ausência de qualquer interferência imperial nessa relevante transferência de poder na Gália, demonstra que os godos deixam de ser clientes do império com o reinado de Teodorico II e passam a compor, de fato, um reino independente.
[221] Green, 2022: 141-143.

combate às ameaças bárbaras, a narrativa segue (*Carm*. 7.391-440)[222] com Ávito se dirigindo para as terras ocupadas pelos "ferozes godos" a fim de dissuadir os irmãos Teodorico e Frederico de seus planos de guerra[223]. Munido de um *diploma*, o aristocrata galo-romano vai ao encontro dos godos mais como um embaixador do que como um magistrado imperial, e desmobiliza os bandos de guerra dos dois irmãos, que então são conduzidos com certa subalternidade por Ávito de volta a Toulouse.

No episódio seguinte (*Carm.* 7.441-524)[224], Ávito e os godos recebem a notícia de que Roma foi saqueada pelos vândalos e que Petrônio Máximo foi assassinado. Discursando perante a assembleia dos anciãos godos, Ávito invoca a amizade que tivera com Teodorico I e a lealdade deste para consigo para reprovar as ações de Teodorico II, de cuja infância e educação Ávito teria participado. Então Teodorico, demonstrando sua lealdade e gratidão a Ávito, responde que só poderá alcançar a dignidade de seu pai quando Ávito lhe der ordens para servir; afirma que seu pai, influenciado por Ávito, fê-lo aprender Virgílio para que seus modos bárbaros pudessem ser domados pela cultura romana. Em débito, Teodorico então propõe que Ávito assuma a púrpura e permita que ele, pondo-se a serviço do bem do império, apague a culpa de seu avô Alarico por ter saqueado Roma.

Tal extensa e delicada passagem serve a um propósito bem explícito: justificar e amenizar, quando da declamação do panegírico perante a população e a aristocracia romanas, o fato de Ávito ter chegado à cidade à frente de uma legião de bárbaros e ter se alçado como imperador. Como que antecipando as críticas, Sidônio narra que (*Carm*. 7.519-524)[225] Ávito tinha noção de que os gauleses pensariam que sua elevação imperial representaria o empoderamento dos godos; mas os próprios gauleses concluíram que, tendo Ávito feito a paz com os godos por meio de um tratado, estes é que estariam sujeitos ao império, e não o contrário. Por tal razão, os aristocratas galo-romanos acabaram legitimando a aclamação

[222] *Ibidem*: 143-146.
[223] Sidônio não deixa muito claro contra quem esses planos de guerra eram direcionados. A narrativa geral dá a entender que os godos, mais uma vez, estariam deixando a paz com Roma de lado e planejando expandir seus domínios sobre a Gália. Entretanto, Kulikowski (2008) levanta a hipótese de que a guerra que os godos estavam prestes a iniciar seria uma guerra interna entre os irmãos Teodorico e Frederico, e que, portanto, Ávito teria se dirigido a Toulouse com a intenção de apaziguar seus vizinhos.
[224] Green, 2022: 146-152.
[225] *Ibidem*: 152.

imperial de Ávito (Kulikowski, 2020: 207). Ou seja, nas passagens referidas acima, Sidônio apresenta os godos como leais ao império, apreciadores (ao menos seu rei) da cultura romana e um corpo militar leal a Ávito.

Por meio da personagem de Teodorico II, Sidônio atribui aos godos a qualidade de, apesar de serem bárbaros e estarem sempre sujeitos a atos violentos e a distúrbios, serem leais aos interesses galo-romanos e a capacidade de apreciarem a paz com o império. A trama dos godos em *Carm.* 7 culmina na personagem de Teodorico II, após os vários confrontos e tratados entre o império e Teodorico I, sujeitando-se aos interesses do império (ao menos de um império comandado por um gaulês) e afirmando-se como um poder político e militar passível de ser manejado pelos galo-romanos na defesa de seus interesses e de sua preservação. E tal argumento é reforçado por mais duas passagens sidonianas.

Em *Carm.* 23, um longo poema dedicado a seu amigo Consêncio escrito, segundo Green (2022: 250), entre 458 e 465, Sidônio brevemente retoma a personagem de Teodorico II. Exaltando, em *Carm.* 23.61-77[226], a cidade de Narbonne, pátria de Consêncio, por ter sobrevivido ao ataque de Teodorico I e prosperado, Sidônio afirma que Teodorico II, "rei guerreiro, maior que seu grande pai, glória dos godos, pilar e salvação da gente romana", estima e valoriza a cidade por sua lealdade. Isso dá a entender que, nesse momento, o domínio da monarquia gótica se estendia sobre Narbonne e que, em vez de oprimida, a cidade encontrava-se segura e valorizada sob o monarca.

Outra, e agora extensa, referência a Teodorico II é apresentada em *Ep.* I.2[227], uma carta endereçada a Agrícola, filho de Epárquio Ávito e cunhado de Sidônio. Desconsiderando a dedicatória (*Ep.* I.1), essa carta abre o "Livro I" das *Epistulae* de Sidônio, publicado em 469. Nela temos uma longa descrição física de Teodorico em conformidade com a tradição literária romana de exaltação das virtudes de uma personagem por meio de seu aspecto físico. Em seguida, é apresentada uma longa descrição da rotina régia na corte gótica, cenário no qual Teodorico é apresentado como um indivíduo e monarca moderado, pensativo, justo e viril. Trata-se, portanto, de um esforço de Sidônio para inserir Teodorico II dentro de sua fronteira identitária e cultural romana, legitimando assim a associação entre godos e

[226] *Ibidem*: 253.
[227] Dalton, 1915a: 2-6. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_01book1.htm>.

galo-romanos; o que, no entanto, não deixa de ser um exercício de alteridade, pois os godos e Teodorico continuam sendo tratados como um "outro" por Sidônio, mas um "outro" que pode transitar dentro de sua fronteira identitária (Reis, 2022: 121-140).

Por fim, ao lembrar-nos que o livro de poemas e o "Livro I" da coleção de correspondências de Sidônio foram publicados ambos em 469, quando Sidônio retorna à Gália após ter atuado, em 468, como *praefectus urbi Romae* sob Antêmio (r. 467-472), Joop van Waarden (2020: 20-21) chama a atenção para o panorama da visão de Sidônio sobre os godos que pode ser reconstruído. Para o historiador, a soma do panegírico a Ávito (*Carm.* 7) com a carta elogiosa da figura de Teodorico II (*Ep.* I.2), as cartas que se referem ao início da carreira política de Sidônio (*Ep.* I.3, 4 e 6) e a carta sobre o caso de Arvando[228] (*Ep.* I.7) constitui uma defesa praticamente silenciosa, e mesmo eloquente, da opinião política de Sidônio até aquele momento: que a solução para os problemas e insatisfações dos gauleses frente às ameaças bárbaras e frente ao distanciamento entre o governo imperial na Itália e a Gália meridional estaria na aliança com os visigodos.

REALOCANDO OS GODOS DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA:

Mas a visão de Sidônio sobre os godos e, sobretudo, seu rei mudou drasticamente pouco depois de ele retornar para a Arvérnia e ser ordenado bispo de Clermont (469/470); o que foi uma resposta à mudança do comportamento político da monarquia gótica. O cenário político da Gália meridional foi abalado com o assassinato de Teodorico II por seu irmão Eurico em 466, cujas ações subsequentes foram menos favoráveis aos aristocratas e certamente mais prejudiciais ao episcopado calcedônico em comparação ao governo de Teodorico. Entretanto, apesar da visão e das representações apresentadas por Sidônio sobre a pessoa e o governo de Eurico, é claro, por meio de outras fontes e pelo próprio Sidônio, que um estrato significativo da aristocracia da Gália meridional preferiu o governo gótico a uma aproximação com o regime de Antêmio (Kulikowski, 2020: 210).

[228] Arvando foi um amigo de Sidônio, duas vezes *praefectus praetorio Galliarum*, levado a julgamento em Roma por aristocratas galo-romanos da região da Septimânia sob acusação de lesa-majestade: ele tentou incitar o rei godo Eurico a dividir o domínio da Gália com os burgúndios e negar a paz com o imperador Antêmio (Van Waarden, 2020: 22, 27).

Eurico parece ter passado os primeiros anos de seu reinado numa posição bem próxima à de seu irmão: buscando espaço dentro da política imperial e agindo em conformidade com ela em certa medida. Diferente do que grande parte da historiografia afirmou por muito tempo, Eurico não foi um oportunista à espera de um momento para expandir seu reino e consolidar um Estado gótico oposto ao Império. As ações levadas a cabo pela monarquia gótica desde, pelo menos, 439 demonstram que os reis godos frequentemente agiam em consonância com os interesses da aristocracia galo-romana e almejavam estar no centro da política imperial (Halsall, 2007: 273). Portanto, como lembra Kulikowski (2020: 210), a hostilidade de Sidônio para com Eurico deve ser tratada com ceticismo; as opiniões de Sidônio estavam longe de ser compartilhadas com a maioria do estrato aristocrático, inclusive com alguns dos amigos de Sidônio, como Evódio, Arvando e Leão.

Nesse contexto, Sidônio retrata os godos rompendo com seus "antigos limites" e "empurrando suas fronteiras para o Ródano e o Loire" (*Ep.* III.1.5)[229], cercando e assediando Clermont (*Ep.* III.3, 4)[230] e almejando ocupar todo o solo romano da Gália meridional (*Ep.* VII.1)[231]. Quanto a Eurico, Sidônio deslegitima sua política afirmando (*Ep.* VII.6.4, 6)[232] que o rei godo usa a força armada para estender suas fronteiras em vez de defendê-las e, sobretudo, que age como um fanático da "seita" ariana, um subversor das leis cristãs, deixando várias cidades carentes de seus respectivos bispos e impedindo que novos fossem nomeados. Entretanto, por mais que Sidônio destacasse a devoção ariana de Eurico e acusasse-o de "tramar contra as leis cristãs", as evidências, segundo Ralph Mathisen (1993: 33), sugerem que a perseguição de Eurico foi antes um ataque às lideranças católicas do que à ortodoxia católica, ou seja, tinha razões políticas em vez de religiosas.

Ora, embora Sidônio tenha se esforçado em alocar os godos fora de sua fronteira identitária, política e cultural caracterizando-os como bárbaros, ele pouco pôde fazer para evitar a ocupação gótica da Arvérnia. O governo do imperador Júlio Nepo (r. 474-480) foi o último a agir ativamente na Gália, e, para a desilusão de Sidônio, que esperava que o império

[229] Dalton, 1915a: 64. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_03book3.htm>.
[230] *Idem*, 1915b: 66-71. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_03book3.htm>.
[231] *Ibidem*: 95-97. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_07book7.htm>.
[232] *Ibidem*: 107-108. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_07book7.htm>.

de sua memória seria restaurado na Gália, foi o responsável por ceder a Eurico, em meados de 475, os territórios gálicos que ele vinha subjugando desde 471, incluindo a Arvérnia, em troca da devolução de Arles e Marselha ao governo imperial. Foi então que Sidônio viu, enfim, o mundo ideal pelo qual ainda ansiava ser dissolvido (Kulikowski, 2020: 212; Van Waarden, 2020: 28).

Tal tratado entre o império e a monarquia gótica foi mediado por uma comitiva de bispos gauleses amigos de Sidônio: Fausto de Riez, Leôncio de Arles, Greco de Marselha e Basílio de Aix (*Ep.* VII.6.10)[233]. Em *Ep.* VII.7[234], endereçada ao bispo Greco, Sidônio critica a condescendência de seus colegas em permitir que, após anos de privações, sacrifícios e resistência dos arverneses aos avanços góticos, a Arvérnia fosse cedida ao inimigo em prol da segurança e da paz de um império ausente e hesitante. Mas suas reclamações não reverberaram entre a maior parte da aristocracia galo-romana; por falta de poder ou por falta de interesse de parte da aristocracia regional em se opor a Eurico, parecia não haver outra alternativa plausível para o cenário político da Gália meridional.

Afinal, a contragosto de Sidônio, esse era o processo lógico: eram as monarquias e não o governo imperial que agora tinham poder para tomar e assegurar territórios e, sobretudo, proporcionar benefícios e prestígios às elites locais. Poucos compartilhavam da nostalgia de Sidônio, e muito poucos tiveram a experiência que Sidônio teve na política e cargos imperiais para se oporem com semelhante emoção e insistência à ordem pós-imperial que vinha se configurando (Kulikowski, 2020: 212).

CHEGANDO A NOVOS TERMOS:

Tendo se oposto ao rei, Sidônio foi exilado na fortaleza de Lívia, próxima a Carcassonne, entre 475 e 476. Seu perdão por Eurico veio em 476 ou 477, quando encontramos Sidônio como suplicante na corte gótica, onde provavelmente recebe a ajuda de seu amigo Leão de Narbona, um dos ministros do rei, para conseguir o perdão régio. Demonstrando sua sujeição a Eurico, Sidônio é restituído ao episcopado de Clermont. Agora,

[233] *Ibidem*: 109. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_07book7.htm>.
[234] *Ibidem*: 110-112. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_07book7.htm>.

porém, como indicam outras fontes, Sidônio precisa disputar a autoridade sobre os arverneses com um *comes civitatis* visigodo e ele acaba enfrentando problemas internos com o clero local (Hanaghan, 2019: 7; Van Waarden, 2020: 24, 28).

Ora, a forma que Sidônio encontrou para tentar garantir um espaço para si na nova ordem política — e, quiçá, para facilitar sua conformação e aceitação com tal cenário — foi reinserir discursivamente os godos em sua fronteira identitária e cultural. E tal reinserção é feita com algumas particularidades distintas dos elementos utilizados na representação de Teodorico II. Primeiro, para sair do exílio e ter seu patrimônio, sua posição social e seu episcopado restituídos, Sidônio precisou atrair a mercê de Eurico. Segundo, visto que depois da cessão da Arvérnia e da deposição de Júlio Nepo em 475 não havia mais qualquer autoridade ou reivindicação imperial na Gália, o ideal imperial não tinha mais valia política ou discursiva alguma para invocar a identidade romana.

Nessa conjuntura, Sidônio aparece em seu "Livro VIII" das *Epistulae* apresentando imagens positivas e mesmo enaltecedoras da figura de Eurico. Escrito por volta de 480, o "Livro VIII" foi escrito — inspirado nas *Epistulae* de Plínio, o Jovem — como um volume adicional à coleção de sete livros publicados conjuntamente em 477 ou 478 (Hanaghan, 2019: 174). A "reconfiguração de mundo" que se sucedeu na Gália meridional com a desaparição do império e a consolidação de monarquias bárbaras sobre bases institucionais romanas e com a cooperação de elites gálicas produziu o seguinte cenário na percepção de Sidônio (*Ep.* VIII.2.1)[235]: "uma vez que foram abolidos os antigos graus de dignidade que antes distinguiam o baixo do mais elevado, a partir de agora o único sinal de nobreza será o conhecimento das letras". Ou seja, Sidônio estabelece discursivamente que, no novo mundo sob o domínio gótico, a identidade romana (em certo sentido, os valores "civilizados") poderia ser invocada e preservada apenas pelo cultivo da cultura e da erudição.

Nesse sentido, Sidônio opta por apresentar sua sujeição a Eurico representando-o não como romano, quase romano ou educado na cultura romana (como de certa forma fizera com Teodorico II antes), mas como protetor dos romanos e um governante que segue modos de governo não bárbaros. Em *Ep.* VIII.3.3[236], destinada a seu amigo Leão, partícipe da corte

[235] *Ibidem*: 139. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_08book8.htm>.
[236] *Ibidem*: 141 Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_08book8.htm>.

gótica e provavelmente um dos legistas envolvidos na compilação do *Codex Euricianus*[237], Sidônio se refere a Eurico como "ínclito rei" que aterroriza e subjuga povos invasores e, dentro de seu reino, impõe a ordem por meio da lei em vez da força.

E mais à frente no mesmo "Livro VIII", em *Ep.* VIII.9.3[238], Sidônio responde ao pedido de seu amigo Lamprídio por poemas seus justificando que seus versos não teriam a mesma qualidade que os do amigo: "Tenho estado sobrecarregado, tu, feliz; eu vivo ainda como um exilado, tu já vives como um cidadão: e, por isso, entoo versos desiguais, pois peço coisas semelhantes, mas não obtenho coisas iguais." Estando na corte gótica em Bordeaux aguardando uma decisão de Eurico sobre o estado da propriedade de sua sogra, Sidônio explica em poema (quase um panegírico) o porquê da demora de sua estadia:

> Pois pouco lazer tem o senhor [Eurico] até para si mesmo, já que toda a terra subjugada aguarda seu aceno. Vemos em sua corte o saxão de olhos azuis, antes mestre dos mares, agora temendo a terra firme. A lâmina afiada da navalha, não mais contente em manter seu curso habitual ao redor da extremidade da cabeça, com golpes limpos cortando a pele, empurra a margem do cabelo para trás de sua testa, até que a cabeça pareça menor e o rosto mais longo. Vemos o velho guerreiro sigambro com a nuca raspada em sinal de sua derrota; mas agora ele guia os cabelos recém-crescidos para o pescoço velho novamente. Aqui passeia o hérulo com suas faces glaucas, habitante da margem mais distante de *Oceanus*, e de uma tez com suas profundezas magricelas. Aqui o burgúndio dobra seus dois metros de estatura em joelhos suplicantes, implorando paz. Aqui o ostrogodo encontra um patrono poderoso, e, oprimindo o huno além de sua fronteira, triunfa em casa apenas por meio de sua homenagem a este poderoso patrono. E aqui, ó romano, tu também procuras proteção; se a Ursa Maior ameaçar uma agitação, e as hordas citas avançarem, as forças de Eurico são invocadas para que o *Garumna* [Garona], por meio de seus inquilinos empoderados por Marte, possa defender o frágil *Tiberis* [Tibre]. Aqui o próprio parta Arsaces pede graça para manter, como um afluente, seu alto salão de *Susa*. Ele percebe nas regiões do *Bosphorus* a terrível guerra surgir com toda sua maquinaria, e não espera que a *Persia*, consternada com o mero som do conflito, sirva para guardar sozinha a margem do *Euphrates* [Eufrates]. Aquele que se vangloria de parentes das estrelas e de ser quase aliado de

[237] Compilação legal que sobreviveu de maneira fragmentária, promulgada por volta de 476. Abrangendo decretos desde o reinado de Teodorico I, o que se sobressai no Código de Eurico são a preservação de institutos romanos relacionados majoritariamente à propriedade de terras e uma preocupação com a preservação da identidade gótica (Mathisen, 1993: 133).
[238] *Ibidem*: 154. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_08book8.htm>.

> Febo, mesmo ele se torna um simples mortal e desce à súplica humilde. (*Ep.* VIII.9.5, v. 19-54)[239]

Dessa forma, vemos Sidônio, nos anos finais da década de 470, chegando a novos termos com o poder de Eurico, que já substituía completamente, na ordem política e institucional, o desaparecido poder imperial. Ora, apresentar em Eurico, uma figura até então considerada alienígena e ofensiva, o poder que mantém eretos os resquícios das estruturas, da ordem e da autoridade imperiais não trata-se apenas de uma estratégia de sobrevivência de Sidônio frente a seu antigo inimigo, mas sim de um reforço discursivo de sua fronteira identitária (pilar de legitimação de sua posição social) e, talvez, de uma forma pessoal de Sidônio se conformar com o novo mundo em que se encontrava.

CONCLUSÃO:

Até o início do século V, os aristocratas galo-romanos dispunham de várias opções de vida: podiam seguir uma carreira civil ou militar tradicional dentro do império, podiam buscar várias ocupações e prestígio social via o sistema educacional e letrado romano, ou, se dispusessem de recursos para tal, podiam se dedicar ao *otium* em suas propriedades rurais. Porém, muitas mudanças chegaram com o século V, sendo as principais delas produtos do crescente assentamento de povos bárbaros dentro do mundo romano. Nesse contexto, as elites galo-romanas foram uma classe social fortemente afetada, visto que a desestabilização geral das instituições e do poder imperiais e a conformação de um novo grupo privilegiado (isto é, as elites bárbaras) ameaçaram o *status* e o sustento dos privilégios sociais e econômicos da aristocracia galo-romana (Mathisen, 1993: ix).

Nas obras de Sidônio temos muitos exemplos das reações, percepções, estratégias e alternativas da aristocracia galo-romana à reconfiguração de mundo vivenciada na Gália meridional no século V. Seus escritos, junto com os de vários outros autores contemporâneos seus, evidenciam que a literatura, mais do que em qualquer outro período anterior, era um vital meio de preservação social e de conformação de espaços políticos. Como explica

[239] *Ibidem*: 155-156. Disponível em: <https://www.tertullian.org/fathers/sidonius_letters_08book8.htm>.

Mathisen (1993: 105), conforme a aristocracia galo-romana do século V reavaliava os critérios de sua qualificação e caracterização, a apreciação da literatura clássica e o cultivo literário, já intrínsecos à condição aristocrática, foram reforçados como elementos de unificação e nobilitação. Isso porque, entre outros fatores, as condições sociais e econômicas dos aristocratas estavam mudando tão drasticamente que a literatura era um dos poucos hábitos que podiam ser mantidos quase intactos.

Assim, as práticas literárias eram um fator determinante na afirmação e preservação da identidade romana frente aos cada vez mais poderosos e presentes bárbaros e às transformações sociais do mundo romano. Uma das formas pela qual essas identidades ou fronteiras identitárias eram reforçadas ou reformuladas era por meio da representação do "outro", como foi analisado acima. Estudando a definição de fronteiras identitárias nas obras de Sidônio, Gabriel Freitas Reis (2022: 36) define as representações literárias como construtos confeccionados por um indivíduo ou um grupo para explicar e organizar a realidade e, ao mesmo tempo, confrontar, no espaço social e político, outras representações e projetos; o que as torna em instrumentos discursivos de legitimação da posição e dos interesses daqueles que as confeccionam e reproduzem.

De modo geral, os bárbaros dos discursos sidonianos não eram simplesmente os estrangeiros falantes de outras línguas, mas sim qualquer grupo ou indivíduo que assumisse um comportamento oposto aos pressupostos da cultura romana e, sobretudo, do círculo aristocrático no qual o autor se inseria. Desse modo, qualquer um que se opusesse aos interesses políticos de Sidônio era representado por meio de elementos vinculados à noção de barbárie (Reis, 2022: 178). Daí ser plausível a representação de Teodorico II como, apesar de ser nominalmente um bárbaro, alguém quase romano por ser um cooperador político dos aristocratas da Gália meridional; e, do mesmo modo, ser plausível a mudança de posição de Sidônio frente à figura de Eurico, alguém, antes, agindo contrariamente a seus interesses políticos e, depois, sendo a única figura de poder e autoridade sob a qual Sidônio poderia manter, em algum grau, sua posição social, seus privilégios e sua agência política.

FONTES:

SIDÔNIO APOLINÁRIO. **Letters of Sidonius**. Vol. I. Tradução de Ormonde Maddock Dalton. Oxford: Clarendon Press, 1915a.

SIDÔNIO APOLINÁRIO. **Letters of Sidonius**. Vol. II. Tradução de Ormonde Maddock Dalton. Oxford: Clarendon Press, 1915b.

SIDÔNIO APOLINÁRIO. **Sidonius Apollinaris Complete Poems**. Tradução, introdução e notas por Roger Green. Liverpool: Liverpool University Press, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GREEN, Roger. "Introduction to the poems of Sidonius Apollinaris". **Sidonius Apollinaris Complete Poems**. Liverpool: Liverpool University Press, 2022.

HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West – 376-568**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HANAGHAN, Michael. **Reading Sidonius' *Epistles***. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

KULIKOWSKI, Michael. "*Carmen* VII of Sidonius and a hitherto unknown Gothic civil war". **Journal of Late Antiquity**, Baltimore, v. 1, n. 2, p. 335-352, 2008.

KULIKOWSKI, Michael. "Sidonius' Political World". In. KELLY, Gavin; VAN WAARDEN, Joop (Eds.). **The Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020, p. 197-213.

MATHISEN, Ralph Whitney. **Roman Aristocrats in Barbarian Gaul: strategies for survival in an age of transition**. Austin: University of Texas Press, 1993.

REIS, Gabriel Freitas. **Identidades e fronteiras na Antiguidade Tardia: negociações de poder entre gauleses, itálicos e germânicos nas obras de Sidônio Apolinário (século V EC)**. São João de Meriti: Desalinho, 2022.

VAN WAARDEN, Joop. "Sidonius' Biography in Photo Negative". In. KELLY, Gavin; VAN WAARDEN, Joop (Eds.). **The Edinburgh Companion to Sidonius Apollinaris**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2020, p. 13-28.

ST25: COMUNICAÇÕES LIVRES

Teoria da Dependência e o Cronótopo Neoliberal: entre o Futuro e o Subdesenvolvimento na América Latina

Lívia Ferreira Silva[240]

Resumo: O presente trabalho busca averiguar e pesquisar conceitos que organizam o espaço e o tempo na América Latina a partir do debate acerca do subdesenvolvimento. O principal objetivo foi revisitar e interpretar como a teoria da dependência, dentro do regime de historicidade neoliberal, isto é, no chamado presentismo, poderia oferecer formas de articular e de pensar a história latino-americana que com o passar do tempo foram abandonadas devido ao avanço neoliberal, mas que no passado criaram lampejos de identidade e saídas para impasses continentais como a desigualdade e o atraso tecnológico em relação aos grandes centros.

Palavras-chave: Neoliberalismo, América Latina, subdesenvolvimento.

Abstract: This paper seeks to examine and research concepts that organize space and time in Latin America based on the debate about underdevelopment. The main objective was to revisit and interpret how dependency theory, within the regime of neoliberal historicity—that is, in the so-called presentism—could offer ways to articulate and think about Latin American history that, over time, were abandoned due to the neoliberal advance, but which in the past

[240] Graduanda em História pela Universidade Federal de são João del-Rei (UFSJ). Email: livia.f.silva100@aluno.ufsj.edu.br

created glimpses of identity and solutions to continental impasses such as inequality and technological backwardness in relation to major centers.
Keywords: Neoliberalism, Latin America, underdevelopment**.**

Introdução

Países da América Latina, antigas colônias europeias, fundaram suas economias a partir da adoção do modelo agroexportador visando a inserção ao mercado mundial se adaptando as demandas externas. Assim como aponta Joseph L. Love (2019: 162) ao longo do século XIX, foi notório a especialização dos Estados independentes na produção de matérias-primas e uma tosca correspondência em relação ao eficiente crescimento econômico gerado por meio das exportações. Tal processo se intensifica a partir dos anos posteriores a 1880, que "corresponderam ao início do século marcado pela intensa extração de bens agrícolas e minerais, que seriam trocados por manufaturados no mercado mundial" (Love, 2019: 164).

No século XX, na América Latina, os intelectuais refletiam sobre a identidade (nacional e continental) e sobre a condição social e cultural do continente, "a crise do colonialismo provocou um forte debate em torno do desenvolvimento linear, do evolucionismo e do eurocentrismo" (Funes, 2014: 215), logo questionou-se a noção do progresso enquanto processo linear. Ainda assim, de modo incipiente, entre os anos 1910 e 1920, começaram a ser construídas as bases de um pensamento que, não menos preocupado com a condição latino-americana, buscou modos de modernizar o continente e torná-lo menos dependente do mercado externo.

A crise econômica de 1929, que continuou forte ao longo da década de 1930, por sua vez, catalisou esse impulso modernizador e deu margem para que uma reflexão centrada na busca da superação da miséria e no fortalecimento das economias latino-americanas, ainda muito vulneráveis ao cenário internacional se expandisse e saísse fortalecida. O nacionalismo, embora continuasse forte ao longo destes anos, não ofereceu respostas à crise social e econômica e, assim, perdeu espaço para outros ideários políticos.

Nesse aspecto, a principal hipótese historiográfica a respeito da depressão de 1929 em relação à América Latina, é que esse momento foi crucial para transformar economia e a sociedade. De um crescimento voltado para fora, e baseado na exportação de commodities, iniciou-se um processo de desenvolvimento interno sustentado, em grande medida, pela industrialização e pela substituição de importações. Isto porque, tendo como pano de fundo o "enfraquecimento da economia dos EUA, à extroversão do investimento externo europeu e da oferta internacional de financiamento externo a juros baixos, pudemos avançar a industrialização" (Cano, 2009: 206).

Ao longo do século XX, latino-americanos pensaram em uma "resposta teórica" as ideias europeias. Havia uma certa "sensação" de que não era vocação da América Latina possuir uma grande malha industrial e fomentar políticas estatais de desenvolvimento industrial. Essas mudanças na política econômica, a princípio, não equivalem a uma transformação intelectual. Resultam, sobretudo, das desconfianças em relação ao ideário liberal que, desde o século XIX, sustentou a política e a economia latino-americanas.

Assim como elucida Joseph L. Love (2019: 165) a industrialização na América Latina se deu de forma desestruturada vindo a ser um fato antes de ser uma teoria, isto porque, os primeiros anos do processo de industrialização se deram sem prescrição e direcionamento, ou "legitimação teórica". Contudo, a partir da década de 40 houve o esforço para articular certos temas e para criar generalizações a fim de produzir uma linguagem teórica comum ao continente e que desse conta de diferentes mundos sociais e padrões de investigação.

A interpretação da América Latina foi moldada por distintas correntes e figuras intelectuais originadas a partir de análises internas e externas ao continente. Consequentemente, os diferentes prognósticos formularam distintas soluções aos impasses econômicos e sociais e vislumbraram inúmeras identidades a região. A vertente teórica carrega consigo características do seu contexto e da percepção de seus idealizadores, moldando seus valores, influenciando significativamente sua análise. Dessa forma, o presente artigo visa apresentar as diferentes elaborações acerca do continente averiguando os conceitos que foram mobilizados pela teoria da dependência e pelo regime neoliberal para

organizar o tempo e o espaço e pensar a história latino-americana. Principalmente a percepção acerca do subdesenvolvimento.

A metodologia seguida foi baseada predominantemente em uma abordagem teórica respaldada na crítica bibliográfica e análise conceitual, estruturando a argumentação a partir das discussões teóricas montando, assim, o cronótopo neoliberal e analisando o processo de subdesenvolvimento. Os trabalhos de crítica e revisão bibliográfica, segundo Noronha e Ferreira (2000: 64), são estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática fornecendo uma visão geral sobre determinado tópico, reunindo discussões e informações pertinentes ao assunto.

A abordagem teórico-metodológica seguida pelo artigo baseia-se a partir das categorias meta-históricas e históricas postuladas por Reinhart Koselleck (2011: 306) "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" que serviram como conceitos fundamentais para a reflexão teórica. Partimos da premissa de que a construção da espacialidade e temporalidade da América Latina foram desconfiguradas e gradativamente esvaziadas com o avanço da doutrina neoliberal sobre o continente. Diante disso, para compreender o fenômeno e analisar o impacto do neoliberalismo para a América Latina, relacionando o esvaziamento da teoria da dependência com a ascensão do neoliberalismo, as categorias formuladas por Koselleck nos permitiram investigar a realidade histórica.

O "Espaço de Experiência" e o "Horizonte de expectativa" estabelecem uma relação intrínseca e de mútua interferência com a narrativa. A narrativa surge na linguagem e se irradia para os acontecimentos e instituições configurando a compreensão sobre a experiência humana dentro do contexto histórico e social. Dessa forma, a narrativa construída é reflexo de seu tempo, ao passo que também o constrói. A história, segundo Koselleck (2014: 35), indica a vinculação entre o passado e o futuro, a recordação e a esperança, e amadurece suas diversas possibilidades em meio a determinadas experiências e expectativas.

Uma via fecunda para articular tempo e espaço na narrativa é o conceito de cronótopo. Em Bakhtin (1998: 263), o cronótopo designa a unidade indissociável de tempo e espaço que organiza formas narrativas e regimes de linguagem por seu intermédio, imagens e

ideologias conectam e reconfiguram percepções temporais e espaciais. Retomando Bakhtin, Gumbrecht (2014: 50) explora como o tempo é experienciado e distingue modos de consciência histórica. Na esteira desse debate, Buck-Morss (2018: 105) argumenta que o cronótopo contemporâneo decorre da reconfiguração da "sociedade dos Estados" pela reestruturação global do capitalismo e, por consequência, da transformação das relações entre o poder político dos Estados-nação e o poder econômico do sistema-mundo.

Para compreender a estruturação temporal, portanto, construção da realidade histórica neoliberal e dos sentidos que a informam, é preciso articular tempo e espaço nas experiências sociais presentes. Nessa perspectiva, os conceitos acima ajudam a analisar como a experiência histórica neoliberal opera no presente e projeta futuros.

1. Modernidade e dependência: análise cepalina

Nos anos de 1950 e 1960, a teoria da modernização surgiu, ganhando força e contorno a partir dos interesses políticos do governo estadunidense sobre os países do terceiro mundo, tendo mobilizado uma semântica que produziu disparidades econômicas, sociais e culturais. Desse modo, compreendeu o fenômeno do subdesenvolvimento sob a ótica evolucionista, estabelecendo uma sequência predeterminada de desenvolvimento, logo formalizando a existência polarizada de apenas dois tipos de sociedade: a sociedade moderna e a sociedade tradicional.

Segundo Joseph Love (2019: 163) Economistas como Davi Ricardo teceram a ideia de que a industrialização e o comércio seriam uma ferramenta civilizatória. A tese das vantagens comparativas, respaldou a ideia de que os países deveriam se especializar na produção de bens gerando uma predestinação econômica justificando as trocas desiguais e, logo, as bases da modernidade. Portanto, o paradigma da modernização ergueu-se a partir de uma percepção funcionalista e uma forte conotação ideológica:

> Um dos interesses centrais do que chamamos teoria da modernização, em grande medida baseada numa concepção funcionalista da dinâmica social, era o de entender a persistência do "arcaico", do "tradicional", diante do processo extensivo e intensivo de desenvolvimento tecnológico (avanço constante das forças produtivas), secularização das relações sociais

> (contrato, impessoalidade) e racionalização dos comportamentos individuais (calculabilidade da relação entre meios e fins). (Silva, 2013: 12)

Desse modo, haveria o Ocidente industrializado, rico e desenvolvido e as sociedades não-Ocidentais que seriam o inverso. Em suma, a América Latina se colocaria em uma rota evolutiva por meio da industrialização que resultaria em um estágio de desenvolvimento socioeconômico superior, avançado, ou seja, moderno. A modernização tornou-se um conceito orientador para o futuro, mas também remeteu uma outra configuração ao passado reprimindo as estruturas herdadas do processo de colonização, formulando análises baseadas em conjunto de postulados gerais e inaplicáveis dentro do contexto latino-americano.

A semântica mobilizada pela ideia da modernidade, sua interpretação e reflexão histórica desconsideravam as grandes tensões produzidas entre o desenvolvimento capitalista, a colonialidade e a modernidade latente e vibrante encontrada apenas nos grandes centros do sistema econômico mundial. Assim, como afirma Cláudio Lormnitz (2016: 54), depois da independência nacional, as novas repúblicas hispano-americanas foram mal integradas como mercados. O pós-guerra escancarou o processo de subordinação, subdesenvolvimento e dependência presente nos chamados "países do terceiro mundo", pois evidenciou as desfavorecidas trocas comerciais internacionais, os modelos e estruturas arcaicas de produção, o desemprego, dependência econômica e estagnação assim como outras consequências do processo de colonização.

Dependente de tecnologias e investimentos estrangeiros, a América Latina ganhou o perfil de região exportadora de matérias-primas, assim, os desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais das sociedades latino-americanas, em vez de corroborar, contradiziam os prognósticos. Inviabilizada, a teoria da modernização, a capacidade dos sociólogos para prognosticar e controlar a direção das mudanças foi questionada. A dificuldade enfrentada pelos regimes reformistas e a ascensão de projetos autoritários enfraqueceram ainda mais a ideia de um futuro baseado no crescimento econômico e na democracia.

Em 1948, fruto de um cenário efervescente originário da luta política em busca de emancipação e da necessidade de um novo prognóstico que direcionasse o continente lidando

com as frustrações causadas pela teoria da modernização, nasce a Teoria da Dependência que obteve na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) um escopo fértil para o seu desenvolvimento dentro dos quadros da comissão.

A Cepal, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico do continente latino-americano formulando programas e políticas que promovessem o fortalecimento das economias regionais, ampliando as relações comerciais entre os países do cone Sul visando o crescimento industrial. Porém, indo além, a Cepal abrigou e estimulou o nascimento e a evolução de teorias econômicas e sociais que se propunham a repensar os desafios e os impasses do desenvolvimento continental por meio de prognósticos e análises que contemplavam as características e situações concretas do continente.

A Teoria da Dependência se divide, no mínimo, em dois campos: o reformista, com intelectuais como Prebisch e Furtado, que defendiam a intervenção estatal para induzir mudanças estruturais na economia e no padrão de vida, e o marxista, com intelectuais como Frank e Ruy Mauro Marini, que postulavam a necessidade de uma economia socialista e centralizada (Knuttson, 2009: 7). A distinção de ambas as correntes são fundamentais para compreender o desenvolvimento e as disputas intelectuais em torno da teoria da dependência.

De modo geral, conhecer a realidade era fundamental para teorizar de forma pragmática a situação latino-americana. Era preciso construir um marco conceitual para analisar a situação da América Latina e, então, transformá-la a partir das tradições e particularidades redirecionando o continente. Era preciso teorizar a mudança social a partir de um diagnostico consciente. Segundo Koselleck (2011: 33), o presente abriga as heranças que configuram os modos de comportamento, assim como determina as ações tomadas. Os problemas teriam um fundo pedagógico e direcionado com isso, no pensamento da Cepal, os conceitos resultam da realidade histórica – e não o contrário.

Para compreender o pano de fundo do desenvolvimento econômico latino-americano, como aponta o ilustre historiador Eric Hobsbawm (1982: 47), o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas

paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. A ideia de progresso e desenvolvimento que germina a partir do ideal industrial possui fortes laços com o colonialismo, perpetuando assimetrias entre as grandes e dinâmicas potências capitalistas e as economias periféricas, principalmente do chamado Cone Sul. Isso porque, a expansão do capitalismo em escala mundial reproduzia uma tendência de desenvolvimento desigual.

Joseph Love (2019: 163) mostra que entre os anos de 1880 e 1930, os processos de industrialização na América Latina ocorreram tendo como pano de fundo a ideologia do livre-comércio e o foco na produção de matérias-primas. A ascensão do liberalismo político enquanto prática econômica e filosófica e a exploração predatória da natureza geraram um primeiro ensaio de experiência industrial tentando trazer para a América Latina uma nova matriz econômica. Ocorreu um primeiro lampejo de acumulação primitiva e tentativa de mudança das estruturas econômicas.

Torna-se evidente que a fundação das bases econômicas Latino-Americanas, enquanto ex-colônias europeias, se deu por meio da adoção do modelo agroexportador. Inseridos dentro do liberalismo econômico, os países da América Latina ocupam um espaço "secundário" provocado pelas trocas desiguais do novo modelo neocolonial (imperialismo) que reorganizou a relação metrópole-colônia já pré-existente. Dessa forma, "o capitalismo mundializado passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais". (Machado, 1999: 199).

Vigorou-se a divisão internacional do trabalho, repaginada a partir das independências políticas, assim como a adaptação das teorias clássicas do comércio. Desse modo, a teorias acerca do desenvolvimento industrial foram incorporadas a semântica política a fim de justificar valores e configurações sociais, ou seja, defendeu-se a exploração de um povo por outro. Frequentemente, as ideias econômicas funcionaram como uma ideologia de

legitimação para as desigualdade e exploração, nessa perspectiva, na prática, o "processo de desenvolvimento" figura como uma forma de dominação.

Desse modo, considerando a consequência do colonialismo, o estudo do subdesenvolvimento passou a possuir um enfoque histórico, assim a teoria da dependência, e seus desdobramentos teóricos, emergiram nos anos de 1960 e obtiveram sua maior expressão na década seguinte, subvertendo a lógica evolucionista e generalista amplamente difundida no início do século XX. A teoria da dependência direcionou o continente a novos rumos, reavaliando a causa do subdesenvolvimento do continente a partir de novos termos epistemológicos, teóricos e políticos, focalizando a análise no processo histórico:

> Dessa perspectiva do desenvolvimento combinado e desigual da acumulação capitalista em sua totalidade globalizada, começa-se a compreender que o fenômeno do subdesenvolvimento aprisiona a economia dependente. Assim, cria-se e alimenta-se uma relação de dependência impulsionada pelo desenvolvimento da indústria capitalista, que transforma alguns países fornecedores de matérias-primas em receptáculos de riqueza que drenam para o núcleo industrializado. (Instituto tricontinental de pesquisa social, 2022: 11)

Os teóricos da dependência trabalharam a realidade concreta e paradoxal emergindo uma racionalidade latino-americana baseada na ideia de transformação do real a partir de sua compreensão. Eles evidenciaram que os países latino-americanos ocupam uma posição periférica, seria crucial desarticular o capitalismo global comandado pelos grandes centros produzindo novos subdesenvolvimentos, além da articulação interna de grupos e classes dominantes.

Deve-se observar que, a partir das categorias antropológicas koselleckianas, Espaço de Experiência e Horizonte de Experiência, a realidade histórica organizada e projetada pela teoria da dependência e seus desdobramentos se expressa a partir da articulação entre o legado das tradições e o caráter emancipatório projetado para o futuro expresso por meio dos conceitos empregados pelos intelectuais. Conclui-se que a teoria da dependência formulou o cronótopo a partir do arcabouço que compartilhava de uma linguagem de soberania e emancipação continental. Cláudio Lomnitz (2016: 72) aponta que a teoria da dependência subverte a estrutura evolucionista das teorias do desenvolvimento evidenciando que as trocas

desiguais e as economias extrativas mantiveram os países dependentes, como é o caso da América Latina.

2. Cronótopo neoliberal

O Neoliberalismo, segundo o resumo de Domingues (2017: 29), apareceu inicialmente como projeto intelectual de economistas, com destaque especial para o pensamento de Friedrich Hayke (1899-1992), que procuraram assumir o poder de Estado com a intenção de enfraquecer as políticas keynesianas, o Estado de bem-estar social e o desenvolvimentismo. Como essas políticas bloquearam a concretização das doutrinas neoliberais, foi preciso que elas chegassem ao poder para executá-las.

Entre 1973 e 1976, no Chile e na Argentina, nos governos ditatoriais de Augusto Pinochet (1974-1990) e Jorge Rafael Videla (1976-1981), e, posteriormente, entre 1979 e 1981, na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos governos de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989), o neoliberalismo entrou em uma fase de ascensão e expansão e essas experiências demonstram a sua hegemonia como ideologia.

Assim como aponta Perry Anderson (2012: 12), o neoliberalismo se define como fenômeno distinto do liberalismo econômico clássico, ele nasce após a Segunda Guerra Mundial, na região da América no Norte e Europa sendo uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista. O modelo neoliberal apareceu como um projeto intelectual de economistas, como Friedrich Hayke (1899-1992) visando combater o keynesianismo preparando as bases de uma visão capitalista mais dura e livre de regras sufocando as ações do Estado na economia.

Em 1973, a economia do mundo capitalista caiu em uma grande recessão, consequentemente, o modelo de Estado de bem-estar social perdeu forças, esgotando os princípios e políticas econômicas keynesianas, em contrapartida as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. A crise do dólar, as tensões sociais, os choques do petróleo afetaram significativamente a macroeconomia. Heyke e outros economistas apontavam que a crise econômica que barrou os anos dourados do capitalismo levando à recessão, em parte,

era fruto da pressão sindical e movimentação do operariado que aumentou sua força perante o Estado reivindicando cada vez mais o aumento dos gastos sociais.

Para Laval (2022: 64), o neoliberalismo trata-se da abertura de uma nova política: os objetivos de pleno emprego, redistribuição de renda, fornecimento de bens sociais foram substituídos por objetivos que contemplavam o equilíbrio orçamentário, corte de gastos sociais, desmontagens dos serviços públicos e implementavam um amplo programa de privatização. O pacote de medidas neoliberal soprava contra os ventos poderosos do Estado de bem-estar social e, gradativamente, o mundo capitalista avançava sobre o Estado passou a figurar de forma secundária. A meta suprema do Estado é a estabilidade econômica em detrimento do controle de gastos sociais, causando um desmonte das políticas públicas, econômicas e sociais que, até então, ajudaram a construir o futuro das nações destruídas pela Segunda Guerra.

A partir da adesão à hegemonia do ideário neoliberal, Anderson (2012: 17) aponta que o neoliberalismo se figura como uma doutrina autoconsciente e militante decidida a transformar todo o mundo à sua imagem. O impacto do triunfo neoliberal na América Latina foi sentido de forma distinta e para isso, devemos nos ater à civilização industrial latino-americana e sua inserção no capitalismo hegemônico do século XX. A evolução do capitalismo levou a inserção das economias latino-americanas à um entrave à formação econômica dependente gerada a partir da especialização de produção dos bens primários fomentando o crescimento desigual. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento derivam, dessa forma, do mesmo processo, isto porque a expansão do sistema capitalista segue a tendência de desenvolvimento desigual e combinado, onde o centro se desenvolve à custa da periferia.

O economista brasileiro Celso Furtado, durante sua integração à Cepal entre os anos de 1949 e 1957, sustenta uma nova teorização sobre o processo industrial do continente. Octavio Rodríguez (Furtado, 1961: apud Rodriguez 2009: 261) aponta que o subdesenvolvimento, segundo Furtado, tem como ponto de partida dois processos distintos, o primeiro seria o processo de desenvolvimento industrial seguido por países onde a revolução

industrial começou primeiro, no fim do século XVIII. O segundo processo, refere-se ao esquema de divisão internacional do trabalho marcado por uma forte especialização em bens de produção. O subdesenvolvimento, então, tem como pano de fundo a "especialização geográfica" e as conexões existentes entre o processo técnico e a acumulação de capital. Furtado (1984: 201) aponta que o crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos.

O crescimento das economias subdesenvolvidas é sobretudo um processo de assimilação da técnica prevalecente na época. Sendo assim, o mais comum em economias subdesenvolvidas, resultado da deficiência dos fatores de produção, é a escassez de capital. Nos centros, a industrialização procede com um avanço técnico sustentado e intenso, que permite a acumulação de capital, o progresso técnico não se traduz só na geração de novos processos produtivos ou na alteração dos preexistentes, mas também na criação de novos bens de consumo segundo Octavio Rodríguez (2009: 180).

Quando as periferias tomam o caminho da industrialização, o progresso se traduz na assimilação da tecnologia dos centros, mas essas não são utilizadas para transformar as estruturas produtivas. Na concepção de Furtado (1984: 197) o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. E, em si, uma situação particular, resultante da expansão dessas economias, visando a utilizar recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista.

Dentro dessa perspectiva, mudanças superficiais tornam-se solução de curto prazo e, seguindo a corrente reformista, Celso reafirma a responsabilidade e papel do Estado como planejador e interventor, não podendo haver desenvolvimento capitalista nacional sem a gestão do Estado: Assim, ressalta-se que unidade de ação e propósito comum presumem ações coordenadas, que, por seu lado, requerem o planejamento. Fica, pois, evidente a necessidade da presença constitutiva do Estado e do planejamento para estruturar estratégias concretas de reconstrução social. (Wasquez, 2021:161).

O que se observa a partir da ascensão do neoliberalismo na América Latina é o renascimento da linguagem política do século XIX remodelando o papel do Estado a partir da grande força do capital econômico que, gradativamente, usurpa as instituições do próprio Estado e o abandono das estratégias de reconstrução social. Até então, nenhuma política de reestruturação econômica, populistas e desenvolvimentistas, foi capaz de se impor homogeneamente em toda a América Latina como o neoliberalismo.

Ressaltando o caráter desigual do neoliberalismo que, ampliado em escala mundial, fomenta a exploração e a pobreza, especialmente nos países do Cone Sul. Para Laval (2022: 74), a concorrência como norma social de vida foi um vetor da desigualdade, pois justificou em nome da "competitividade" a transferência das riquezas em favor do capital, a redução do perfil assistencialista do Estado, assim como a degradação dos serviços públicos. Em países subdesenvolvidos o peso dessas políticas é ainda mais agravante devido à herança colonial, as economias incipientes e a desigualdade social.

Contudo, em vez de uma modernização voltada para a população, a proposta neoliberal construiu uma modernização seletiva que submeteu a sociedade às elites empresariais, aos bancos e investidores transnacionais. Consequentemente, a proposta neoliberal produziu a perda acentuada de empregos e das garantias sociais básicas, a diminuição da ação pública, incapacidade de ação pública diminuiu e o esvaziou o sentido dos projetos nacionais. Nesse cenário, é como se a América Latina parecesse um continente em decadência, pois era evidente, a partir do início dos anos de 1990, segundo Renato Wasquez (2021: 166) o progresso espontâneo apenas contribui para perpetuar o estado de pobreza relativa no qual se encontram as chamadas economias subdesenvolvidas.

Dentro desse cenário, a linguagem política e semântica mobilizada pelo movimento neoliberal recolocam o continente latino-americano na esteira do auto exploração, logo progredindo com o processo de dependência. Turin (2019: 30) elenca uma lista mais completa e sistemática desses conceitos ainda está por ser feita, mas poderíamos indicar, entre os principais: flexibilidade, adaptabilidade, disrupção, governança, resiliência,

inovação, transparência, excelência, eficiência, produtividade, empreendedorismo, empregabilidade, transferibilidade e competências.

Os conceitos não são definições individuais, mas sim formam uma rede semântica que possibilita e potencializa o fenômeno neoliberal. Gabriel Motzkin (2006: 27) afirma que a percepção koselleckiana aponta que o conceito, diferentemente da palavra, pode ser percebido como indicador, seja de um momento, seja de um longo período, logo carrega consigo uma referência ao intervalo de tempo que ele projeta. Hartog (2013: 41), ao estudar os regimes de historicidade, concluiu que a época atual se caracteriza pelo que chamou de presentismo. Ou seja, de um lado, existe um futuro como promessa e, do outro, existe um futuro que se caracteriza pela permanência do que é transitório, isto é, um horizonte que não se abre nem se fecha.

Considerações finais

Perante as reflexões expostas, o presente trabalho buscou apresentar, ainda que de forma incipiente, as distintas interpretações formuladas acerca da história do desenvolvimento econômico latino-americano e o papel da América Latina no cenário mundial econômico, comparando teorias que avaliaram a estrutura produtiva e teceram prognósticos e lampejos de identidade. Consequentemente, buscamos tecer importantes apontamentos sobre os conceitos e teorias que organizaram o tempo e o espaço no continente Sul-Americano e o processo de subdesenvolvimento econômico.

Como aponta Cláudio Lomnitz (2012: 349), a América Latina enfrenta grandes problemas para situar suas sociedades no tempo, devido a existência de diversas narrativas que competem entre si. O sonho da modernização, o desejo pelo avanço industrial e tecnológico e a vontade de integração econômica produziram diferentes perspectivas e teorias acerca do continente. Contudo, certos paradoxos econômicos e sociais foram escancarados, paradoxos esses referentes à atípica e longa história da independência política e dependência econômica que foram formalizados em teorias e prognósticos sociais e históricos.

A Teoria da Dependência, em sua vertente Marxista e estruturalista, forneceu um arcabouço teórico a partir da reflexão histórica consciente das especificidades de cada país, se apropriando do passado para compreender o presente e intencionar o futuro continental. Os teóricos possuíram como ponto de partida para a análise a inserção internacional da América Latina no cenário econômico mundial, focando na necessidade de rupturas estruturais perante o entendimento do modo de produção capitalista em escala global e a economia gerada a partir dele. Dessa forma, a percepção sobre o subdesenvolvimento trata-se de uma formação histórica específica e não como uma etapa para o desenvolvimento. Ademais, instrumentalizam ferramentas e estratégias para a industrialização, influenciando políticas públicas direcionando as ações estatais.

A partir da ascensão do regime neoliberal, a Teoria da Dependência, que antes oferecia soluções aos impasses continentais e projetava o futuro a partir de uma semântica de emancipação e soberania, perde espaço. O neoliberalismo mobiliza linguagens e conceitos positivos (empreendedorismo, individualismo, Estado mínimo, cidadão máximo) que, na verdade, servem para esvaziar o futuro em função de um presente saturado e exaurido de sentido, dado que se trata uma linguagem que manifesta sua violência pelo excesso de positividade e que torna a liberdade paradoxal ao produzir um excesso de autoexploração.

Assim, o presente ganha uma amplitude quase infinita e impõe uma espécie de tirania temporal que ganha força no esvaziamento das promessas feitas em nome do futuro. O neoliberalismo, como ressalta Turin (2019: 49), não opera com horizontes de futuros definidos, logo, em vez de temporalizar e projetar, seguindo a ordenação do passado (essencial para a constituição e a estabilização de horizontes de expectativas), figura-se uma série de presentes descontínuos e passados que não passaram desconfigurando a perspectiva temporal do continente.

Trata-se, segundo Han (2017: 69), de uma linguagem que manifesta sua violência através do excesso de positividade que, em vez de privar, satura, e, que em vez de excluir, exaure. Ou seja, através de noções como as de projeto, iniciativa e motivação, criam-se sujeitos e modos de vida baseados no desempenho, isto é, na exploração de si mesmo dentro

de um quadro em que a liberdade é paradoxal justamente por causa do excesso causado pela autoexploração. No caso do continente, atenua-se as desigualdades e se reconfigura as relações de dominação e colonialidade, logo perpetuando a lógica perversa acerca do subdesenvolvimento. Ou seja, a situação de subdesenvolvimento tende a reproduzir-se indefinidamente, isto porque o regime neoliberal opera dentro de uma lógica de dependência centro-periferia, o que perpetua a subalternidade econômica e social.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In:* GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. 8. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética:** a teoria do romance. São Paulo: Unesp, 1998.

BUCK-MORSS, Susan. **Mundo de sonho e de catástrofe:** o desaparecimento da utopia de massas na União Soviética e nos Estados Unidos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2018.

CANO, Wilson. **América Latina: notas sobre a crise**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603–621, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/w6vVgG884QwzsYTHj5FJ6KQ/. Acesso em: 24 jan. 2026.

DOMINGUES, José Maurício. **Esquerda:** crise e futuro. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FUNES, Patricia. **Las ideas políticas en América Latina. México**, D.F.: El Colegio de México, 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945:** latência como origem do presente. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dependência e superexploração: a relação entre o capital estrangeiro e as lutas sociais na América Latina.* Dossiê n. 67. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, ago. 2022.

KNUTTSON, Bernad. The Intellectual History of Development: Towards a Widening Potential Repertoire. **Perspectives**, n. 13, 2009, p. 1-46. Acesso em: 26 dez. 2025.

MOTZKIN, Gabriel. A Intruição de Koselleck acerca do tempo na História. *In:* JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Jr., João (Org.). **História dos conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LOMNITZ, Claudio. **La nacion desdibujada.** 2. ed. Barcelona: Malpaso, 2016.

LOMNITZ, Claudio. Time and dependecy in Latin America today. **South Atlantic Quartely**, v. 111, n. 2, p. 347-357, spring 2012.

LOVE, Joseph L. Ideias e ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c.1990. *In*: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina após 1930:** ideias, cultura e sociedade. São Paulo: Edusp, 2019. Volume VIII.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, *13*(35), 199-215, 1999. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9469. Acesso em: dez. 2025.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Lucas T. Teoria da modernização, desenvolvimentismo e marginalidade na história da sociologia rural. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2013.

TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. *In*: VÁZQUEZ, Georgianne Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (orgs.). **Tempos de transição**. Porto Alegre: Fi, 2019.

WASQUEZ, R. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 78, p. 156-181, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/184935. Acesso em: dez. 2025.

A Influência Do Futbol Club Barcelona Sobre A Reivindicação De Separatismo Da Catalunha Em Relação Ao Estado Espanhol

Laura Caetano Vieira Costa[241]

RESUMO

Diante do longo conflito político entre a Comunidade Autônoma da Catalunha e o Estado espanhol, o presente artigo busca entender qual a influência do Futbol Club Barcelona para o movimento de reivindicação separatista da região. O clube não só influencia, como é determinante para a manutenção do movimento, como foi atestado por meio de uma revisão bibliográfica e análise de conteúdo midiático. Compreender essa conjuntura é fundamental para o reconhecimento de um dos usos mais recorrentes do futebol: o político.

Palavras-chave: FC Barcelona, Catalunha, separatismo, futebol, Espanha.

ABSTRACT

Given the long-standing political conflict between the Autonomous Community of Catalonia and the Spanish State, this article aims to understand the influence of FC Barcelona on the region's separatist movement. The club not only influences, but is also determinant to maintaining the movement, as demonstrated through a literature review and media content analysis. Understanding this context is fundamental to recognize one of the most recurrent uses of football: the political one.

Keywords: FC Barcelona, Catalonia, separatism, football, Spain.

1. INTRODUÇÃO

[241] Licencianda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail para contato: lauracaetanovc@gmail.com.

A Catalunha é uma comunidade autônoma do nordeste da Espanha que abriga mais de 7,5 milhões de habitantes e possui sua língua própria, o catalão, falado por aproximadamente 10 milhões de pessoas no mundo. O povo catalão reivindica o direito de se autogovernar e estabelecer um Estado-nação independente da Espanha, alegando possuir identidade cultural diferente da espanhola e sofrer exploração econômica da capital, considerando que é a região mais industrializada do país e que os lucros produzidos não estariam sendo convertidos em investimentos a essa população. É uma região economicamente importante não só para a Espanha, mas para a Europa como um todo, já que sua principal cidade, Barcelona, é o destino turístico mais visitado do continente depois de Londres e Paris, e abriga 1,5 milhão de pessoas.

Um dos maiores representantes da Catalunha mundialmente é o Futbol Club Barcelona, não apenas por seu expressivo destaque futebolístico regional, continental e global, como também por representar, desde sua fundação, a resistência da cultura e da identidade catalãs na Espanha, apresentando-se como opositor direto do Real Madrid Club de Futbol, da capital espanhola. Seu papel político se manifesta ao longo de todos os anos de sua história, a qual muitas vezes pode ser confundida com a história da própria Catalunha.

Dessa forma, o presente artigo analisa a influência do FC Barcelona sobre o movimento de reivindicação de independência da Catalunha, sob a hipótese de que o clube popularizou a luta pela independência catalã para além da Espanha. Busca-se, assim, segundo o ponto de vista de que o clube fomenta a união em torno da identidade catalã, entender o esporte como fenômeno sociocultural de representação, além de expor a singularidade da experiência dos catalães com esse esporte, apresentando os episódios de intersecção da história da Catalunha com a história do clube.

Essa perspectiva é relevante para o reconhecimento da importância do esporte, um fator aparentemente recreativo, no âmbito político, sendo ele uma das diversas formas de manifestação popular. A pesquisa foi majoritariamente realizada por meio de uma revisão bibliográfica, que se deu pela leitura de teses e dissertações acadêmicas de autores relevantes para o tema, os quais contribuíram para a construção de um panorama comparativo entre a história do FCB e a da Catalunha. Além disso, informações complementares de grande valia

para a “linha do tempo”, como datas e heróis barcelonistas, foram consultadas no portal oficial do clube na Internet.

O artigo está estruturado sequencialmente de modo que, após a introdução, é apresentada a base teórica, onde são abordados os autores que serviram de base para o artigo e suas principais contribuições. Posteriormente, há a análise da história comum entre o FC Barcelona e a Catalunha e o que ela explica sobre o separatismo catalão, organizada cronologicamente e por temas. A análise é seguida pela conclusão do estudo, que não confirmou precisamente as hipóteses como fechamento, mas trouxe uma perspectiva aprofundada sobre elas.

2. BASE TEÓRICA

Os trabalhos brasileiros mais relevantes sobre a relação entre o catalanismo e o Barcelona estão entre dois autores: Bernardo Caldas, da Universidade Salgado de Oliveira, e Victor de Leonardo Figols, autor seminal no tema, da Universidade Federal de São Paulo. No estudo de casos de separatismo europeus, destaca-se Rodolfo Pereira das Chagas, da Universidade de São Paulo. Os três pesquisadores foram a base para a construção deste texto e utilizaram majoritariamente artigos espanhóis para trazer o tema ao Brasil. Isso restringe moderadamente a pesquisa às suas visões e fontes selecionadas por eles. O pioneiro foi Figols, em 2013, com *Barça, més que un club: o FC Barcelona durante o Franquismo (1968-1969)*, e o mais recente, Caldas (2019), que apesar disso não se utilizou de nenhum texto da vasta produção de Figols para sua pesquisa. Como já era, de certa forma, esperado, não é possível encontrar produções de pesquisadoras sobre o tema, o que é comum se tratando de futebol em geral, mesmo que as mulheres estejam ganhando cada vez mais espaço nesse meio. A situação revela que ainda há muito a evoluir contra o machismo no meio futebolístico.

Embora sem ligação direta, os três autores argumentam de forma parecida: utilizam a história convergente do FCB com a Catalunha para reforçar a tese de que o clube tem grande participação no movimento de autodeterminação, já que influencia e é influenciado por ele a valorizar a identidade catalã acima da espanhola. A abordagem dos autores, porém, diverge.

Victor de Leonardo Figols apresenta os episódios em comum da história do clube e da região em recortes temporais, nem sempre cronologicamente, mas focando no período ditatorial franquista e na década de 1990. Ambos segmentos temporais são, de fato, determinantes para o entendimento da relação intrínseca entre Barça e Catalunha. Durante a ditadura de Francisco Franco (1939-1975), a perseguição sobre o povo catalão e, consequentemente, sobre seu maior representante esportivo, atingiu seu ápice. Anteriormente, sob a ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930), a subordinação deliberada da Catalunha às vontades do Estado espanhol já havia sido instituída, mas com Franco ganhou um componente a mais: a rivalidade entre FC Barcelona e Real Madrid CF. Já o que se destaca na década de 1990 é a ascensão mundial na popularidade do FCB, muito devido a seu primeiro título de Champions League: o torneio projeta a imagem dos clubes vencedores não só pela Europa, mas por todo o globo, sendo considerada a maior competição de clubes esportivos do planeta.

Bernardo Caldas, por outro lado, buscou estabelecer uma cronologia geral da história da Catalunha, desde a Idade Média, passando pela fundação do FCB e as guerras mundiais. A partir da fundação, prossegue sua linha do tempo relacionando eventos políticos catalães com a atuação do clube até 2019, sendo a análise mais temporalmente completa e ampla desta bibliografia. Essa perspectiva de fatos recentes reforça a ideia de que os conflitos envolvendo a Catalunha ainda estão longe de ter um fim. Além disso, diferentemente de Figols, Caldas explora divergentes conceitos teóricos de Estado, identidade, nação e nacionalismo, o que assemelha também seu trabalho ao de Chagas. Seu artigo, então, recorre às mais diversas fontes: pensadores políticos como Pierre Bourdieu, Eric Hobsbawm e o próprio Rodolfo Chagas, além de recursos específicos como a Constituição espanhola.

Rodolfo Pereira das Chagas não foca na história ou atuação do Barça, apenas cita o clube como meio de manifestação popular do povo catalão. O objetivo de sua pesquisa é analisar os aspectos geopolíticos do separatismo da Comunidade Autônoma, comparando-o com os casos do País Basco, também na Espanha, mas principalmente de Flandres, na Bélgica, e da Escócia, no Reino Unido. Apesar de não se aprofundar no papel do Barcelona, apenas o fato do clube ser citado em um estudo com enfoque específico na Catalunha mostra

o quão fundamental é considerar a inserção do FCB em pautas além do esporte, no contexto sociopolítico da região.

Percebe-se, então, por essa análise bibliográfica, que há uma conclusão geral quando se estuda a relação Barça-Catalunha: o clube carrega a identidade da região e impulsiona as pautas autodeterministas. Entretanto, não só o FC Barcelona influencia a política e a história catalãs como desempenha ação determinante, imprescindível nos rumos desse contexto e é, atualmente, o maior agente pró-Catalunha no planeta. Tal perspectiva é apresentada e defendida no presente artigo.

3. FUTBOL CLUB BARCELONA E CATALUNHA: PONTOS DE INTERSECÇÃO NA HISTÓRIA

> A história de mais de cem anos do clube se confunde, em certa medida, com a história da Catalunha na Espanha contemporânea. (Figols, 2016: 22)

3.1 - O início

A incorporação da Catalunha à Espanha se deu em 1714, ponto de início de uma relação conflituosa. O Estado espanhol impunha suas vontades à Catalunha sem esforços de construir harmonia entre os povos, o que justifica o fato de muitos catalães não se considerarem espanhóis. Mais tarde, o nacionalismo na Espanha teve dificuldades para se concretizar e construir símbolos fortes: a bandeira atual, por exemplo, foi instituída apenas em 1978 e o hino nacional segue sem letra, sendo apenas melodia. Além disso, as escolas do país ao fim do século XIX fracassavam na luta contra o analfabetismo de 60% da população. Sem um ensino nacionalista das mesmas língua e história, a nação espanhola foi incapaz de "homogeneizar" sua identidade como em outras potências europeias, favorecendo a perpetuação de culturas e idiomas autóctones.

Dessa forma, a identidade cultural e linguística catalã sobreviveu e foi fortalecida, principalmente pela corrente burguesa Renaixença, literatura que resgatava o passado

glorioso da Catalunha pré-anexação. Para muitos catalães, existe a ideia de que é impossível ser catalão e espanhol ao mesmo tempo, o que sustenta o independentismo segundo a teoria do pertencimento de Fredrik Barth adotada por Caldas (2019: 30): "Assim, adotando a perspectiva proposta por Fredrik Barth (1969), o pertencimento a um grupo A se daria em oposição ao não-pertencimento a determinado grupo B.". Após a perda espanhola das colônias de Cuba, Porto Rico e Filipinas, a burguesia começou a organizar partidos nacionalistas catalães, devido à insatisfação com o Império pela perda de mercados consumidores.

Foi exatamente nesse período que o futebol se expandiu para fora da Inglaterra, chegando a cidades portuárias da Europa continental como Barcelona e Bilbao. O futebol se popularizou rapidamente entre a vasta classe operária desses centros industriais, tornando-se o esporte das massas, em oposição aos esportes elitistas como o hipismo. Então, em novembro de 1899, foi fundado pelo suíço Joan Gamper o clube destaque da capital catalã, o Futbol Club Barcelona, que se tornaria o maior representante da resistência regional a Madrid.

3.2 - Guerras

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os mais de 12 mil catalães que lutaram em defesa da França esperavam que o país apoiasse sua autonomia como nação no novo mapa europeu, seguindo o princípio de autodeterminação dos povos de Woodrow Wilson, o que não aconteceu. A frustração nacionalista, então, aumentou e se encontrou com as ideias de esquerda, ao mesmo tempo que chegou ao poder na Espanha o ditador Miguel Primo de Rivera. Seu governo recusou qualquer proposta de maior autonomia vinda da Catalunha, inclusive reduzindo a pouca que tinha. Um episódio marcante dessa relação foi quando os culés[242], em 1925, vaiaram o hino da Espanha durante uma partida. Em represália, Rivera

[242] "Culés" é o apelido dado aos torcedores do FC Barcelona na Espanha. Devido à falta de espaço no antigo estádio Les Corts, os espectadores se amontoavam na beira da arquibancada e ficavam com seus "culos" à mostra. Para saber mais, ver: https://www.gazetaesportiva.com/times/barcelona/entenda-o-apelido-de-cules-dos-torcedores-do-barcelona/.

mandou fechar seu estádio por seis meses e expulsou do país o presidente e fundador do clube, Joan Gamper.

A paz advinda do fim da ditadura e da conquista em 1934 do título de região autônoma pela Catalunha foi comemorada somente por dois anos: em 1936 se iniciou a Guerra Civil espanhola, na qual os catalães evidenciaram sua oposição às tropas do general Francisco Franco. A região era vista como uma ameaça à centralização do poder e à unidade da Espanha franquista, devido tanto à presença de um grupo identitário autóctone, o catalão, quanto às ambições separatistas desse território, onde também ascendiam ideias de esquerda, anarquistas e sindicalistas pelo fluxo cada vez maior de operários. Por isso, a ditadura via como necessidade a repressão à identidade catalã: foram proibidos símbolos nacionalistas regionais, dentre eles a bandeira e o idioma catalães, e o próprio FCB foi alvo de perseguição contínua de Franco. A repressão, entretanto, teve efeito contrário, unindo as massas populares em torno da defesa de sua cultura e do ideal catalanista. A existência do Barcelona como instituição representativa do catalanismo possibilitou que os habitantes permanecessem unidos à sua identidade e falassem clandestinamente o idioma catalão dentro do estádio Camp Nou, um dos poucos espaços onde a língua pôde se manter viva.

Confrontando as tentativas de opressão, inclusive, alguns jogadores do plantel do Barcelona alistaram-se para defender o exército republicano antifranquista voluntariamente. O posicionamento do clube e o ativismo na guerra culminaram no fuzilamento do presidente do clube, Josep Sunyol, em 1936, evento que assinalou de vez a união do FCB com o catalanismo. Mesmo quando a sede de troféus foi bombardeada, o Barcelona não se intimidou, realizando partidas beneficentes em prol das vítimas do conflito armado.

3.3 - El Clásico

Tal como o italiano Benito Mussolini na Copa do Mundo de 1934 e o germânico Adolf Hitler nas Olimpíadas de 1936, o ditador espanhol Franco utilizou-se do esporte para legitimar seu poder. Sua atuação sobre o futebol era arbitrariamente intervencionista: o Barcelona sofreu punições injustificáveis, teve resultados de partidas manipulados, a remoção da bandeira da Catalunha de seu escudo e até contratações impedidas diretamente pelo

ditador. Na semifinal da Copa do Generalíssimo de 1943, o Barcelona aplicou um 3 a 0 sobre o Real Madrid no jogo de ida. A polícia franquista "visitou" o vestiário no jogo da volta para ameaçar os jogadores do clube catalão, o que explica a virada de 11 a 1 para os madrilenhos, considerada atualmente ilegítima pela FIFA. Essa competição possuía alto teor simbólico, já que a taça era entregue diretamente pelo general. Em diversas edições do El Clásico na Copa, a torcida *blaugrana* reclamou de erros de arbitragem favoráveis aos merengues, houve garrafadas, manifestações e polêmicas. Já em 1990, após a vitória do Barça sobre o Real, o capitão dos blancos Chendo demonstrou desdém em relação à participação do clube catalão em uma competição espanhola: "*Hemos jugado una final contra un equipo extranjero [...]. Lo que me molesta es que la Copa del Rey se la ofrezcan a unos que no se sienten españoles.*"[243] (Figols, 2016: 49). A afirmação foi motivada pela atitude de um setor da arquibancada *blaugrana*, que vaiou o hino nacional espanhol e passou a partida proferindo xingamentos diretos aos espanhóis da capital.

O apoio do governo ao Real Madrid veio justamente no período de criação do torneio continental Champions League, no qual o poderio do clube espanhol foi consolidado após vencer as cinco primeiras edições. O Real servia de vitrine, era a imagem da Espanha que o ditador queria construir e divulgar pela Europa. O estádio do time leva, até hoje, o nome de um ex-soldado e amigo pessoal de Franco, Santiago Bernabéu, que foi um dos diversos membros da guarda nacional infiltrados no staff madrilenho e da RFEF (Real Federación Española de Fútbol). Outro exemplo de manipulação é o argentino Alfredo Di Stéfano: na época um dos melhores futebolistas do mundo, foi contratado em 1953 originalmente pelo Barcelona, mas foi impedido por Franco de vestir a camisa *blaugrana* e levado ao Real Madrid, onde se tornou ídolo.

A oposição se refletia nos periódicos esportivos da Espanha: o jornal Marca era, de certa forma, ligado ao Real Madrid, enquanto o Mundo Deportivo defendia o clube de sua cidade, Barcelona. Isso ocorre, de forma implícita, até hoje. Durante anos da ditadura franquista, o jornal Mundo Deportivo reservava algumas páginas diárias para notícias do clube, o que contribuiu significativamente para a adesão popular. O periódico divulgava

[243] Em tradução livre: "Jogamos uma final contra uma equipe estrangeira [...]. O que me incomoda é que a Copa do Rei seja oferecida a alguns que não se sentem espanhóis.".

ingressos e até organizava viagens para torcedores acompanharem partidas fora de Barcelona, ampliando o alcance do FCB e sua importância como espaço de socialização e liberdade no meio opressor.

Foi em 1968 que o slogan do clube, "*Més que un club*" ("Mais que um clube"), foi proferido pelo seu presidente Narcís de Carreras, no discurso de posse. Entendia-se que o Barça ia muito além do que é um clube de futebol, desempenhando papel fundamental na sociedade e na política. Segundo o presidente, o Barcelona deveria lutar contra tudo e contra todos, devido ao que ele representava.

3.4 - Internacionalização

Tudo mudou a partir da década de 1970: com o fim da ditadura franquista e a promulgação da Constituição Espanhola de 1978, a Catalunha teve sua autonomia recuperada e as sanções contra o Barcelona tiveram um fim. Pouco antes disso, os catalães efetuaram a contratação de quem seria um de seus maiores ídolos: o holandês Johan Cruyff, considerado o melhor jogador do mundo na época. Ao chegar, o atleta afirmou ter recusado propostas do Real Madrid, pois não gostaria de jogar em um clube associado a um governo autoritário. Seu apoio público ao catalanismo aliado ao talento esportivo valorizaram não só a sua imagem como a do movimento independentista por toda a Europa. Cruyff voltou como técnico da equipe em 1988, quando articulou contratações de atletas de diversas nacionalidades e revolucionou o modo de jogo do clube, atraindo novos espectadores e sócios. O aumento de estrangeiros no plantel foi motivo de questionamento por parte dos catalães, que alegavam a perda do caráter regionalista do clube. A Catalunha, porém, sempre foi um ponto altamente atrativo a imigrações, sendo o próprio Barça formado originalmente por imigrantes. Dessa forma, como afirma Figols (2016), a presença estrangeira também é parte da identidade do clube.

Já na metade da primeira temporada de Johan Cruyff como treinador do Barcelona, seu futebol ofensivo atraiu cerca de 500 mil espectadores a mais em relação à temporada anterior. Sob seu comando, o FCB foi tetracampeão de La Liga (1991-1994) e venceu pela primeira vez a Champions League (1992). A conquista inédita significou a projeção

continental e mundial do clube no mesmo ano em que os Jogos Olímpicos foram realizados na cidade de Barcelona, reforçando ainda mais a atenção do público de esportes à Catalunha.

A internacionalização da causa catalã entre os anos 1990 e 2000 também se deu pelo crescente movimento de expansão midiática e econômica do futebol europeu pelo mundo, seguindo as redes de globalização aprofundadas no início do século XXI. Cada vez mais, os clubes adotam um caráter de integração mundial, atingindo as mais diversas partes do globo e ultrapassando até os limites da TV e da Internet: durante a pré-temporada, não só o Barça, mas diversos clubes organizam amistosos em todos os continentes, e as próprias federações estabelecem jogos para além da Europa. A RFEF, por exemplo, firmou um acordo com o governo da Arábia Saudita em 2023 para a realização das finais da Supercopa da Espanha no país asiático até 2029.

4. CONCLUSÃO

> O Barça é uma maneira de ensinar a Catalunha para o exterior. (Gerard Piqué, 2014. Tradução livre.)

A partir da análise de alguns episódios selecionados entre os mais diversos que se intersectam na história da Catalunha e do Barcelona, é nítida a relação de influência recíproca ao longo do tempo. O FCB tem atuação não só relevante como determinante na reivindicação de independência da Catalunha, pois em diversos momentos foi o único ou o mais forte meio de propagação dos ideais e da resistência catalanista.

É inegável o papel do Barcelona na difusão da imagem da Catalunha mundialmente. Em 1989, havia 514 grupos de torcida culé no total: 248 na Catalunha, 249 no restante da Espanha e 17 estrangeiros. Em menos de 10 anos, o número ultrapassou 1000 ao redor do mundo (Figols, 2016). Além disso, segundo a empresa Sport+Markt, entre 2005 e 2008 o Barcelona ganhou 13,6 milhões de torcedores somente na Europa. Todos esses números são ainda anteriores à ascensão global de quem seria considerado por muitos o maior jogador da história do futebol: Lionel Messi, revelado pelo Barça. O argentino é tão influente que seria

relevante analisar separadamente seu papel na popularização do clube durante os mais de 18 anos em que defendeu a camisa *blaugrana*.

Em 2018, a empresa Brand Finance identificou o Barcelona como a marca futebolística mais influente do planeta. Com a globalização, os clubes se transfiguraram em marcas comerciais e publicitárias, e com a venda de seus produtos personalizados o FCB consegue atingir um público ainda maior mundialmente. A resistência do Barcelona ao longo da história serve, então, como publicidade e diferencial do clube, atraindo fãs de diversas nacionalidades com os ideais de liberdade, democracia e respeito à diversidade cultural.

As histórias cruzadas entre Catalunha e FC Barcelona estão longe de chegar a um fim: na verdade, enquanto o clube existir, carregará consigo uma luta de anos e uma identidade viva, indissociável. O referendo realizado na Comunidade Autônoma em 2017 deu esperanças aos nacionalistas catalães, quando mais de 90% dos votos optaram pela separação em relação à Espanha. Nessa data, o Barça mais uma vez demonstrou seu catalanismo, solicitando à RFEF o adiamento da partida contra o Las Palmas. Apesar de o pedido ter sido negado, o clube não deixou de incentivar a participação popular na votação, inclusive com o zagueiro Gerard Piqué criticando publicamente a violência policial espanhola para conter os protestos. O governo central coibiu violentamente manifestantes, invadiu zonas eleitorais, cassou mandatos políticos, dissolveu o parlamento catalão, convocou novas eleições e considerou o plebiscito inválido, o que comprova que a relação conturbada da Catalunha com o Estado segue intensa.

Este estudo construiu um panorama histórico geral de uma relação intrínseca entre futebol e política por meio de um dos exemplos mais emblemáticos do tema, o FC Barcelona na Catalunha. Por serem tão conectados, a história de ambos se confunde, sendo o clube determinante para o destino da região e vice-versa. A inserção do futebol nesse meio contribuiu para a democratização do direito local de expressar-se como catalão e para a difusão global da pauta.

> Assim, o FC Barcelona se transformou no símbolo mais famoso da cultura catalã para o resto do planeta, acima de elementos como a arquitetura de Gaudí, ou ainda, a culinária catalã. (Caldas, 2019: 69)

REFERÊNCIAS

CALDAS, B. A luta pela independência na Catalunha e o papel do clube Barcelona. 2019. 84 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, 2019.

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. Movimentos nacionalistas na Europa pós-Guerra Fria: os casos de Flandres, Escócia e Catalunha. 2017. 244 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

EL Barcelona vence al Madrid en el Clásico de las marcas. Brand Finance, 2018. Disponível em: https://brandfinance.com/press-releases/el-barcelona-vence-al-madrid-en-el-clsico-de-las-marcas. Acesso em: 23 mai. 2024.

ENTENDA o apelido de 'Culés' dos torcedores do Barcelona! Gazeta Esportiva: São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.gazetaesportiva.com/times/barcelona/entenda-o-apelido-de-cules-dos-torcedores-do-barcelona/. Acesso em 24 dez. 2025.

FIGOLS, V. de L. O estádio como espaço de afirmação do nacionalismo catalão. Projeto História, São Paulo, n.49, p.347-379, abril 2014.

FIGOLS, Victor de Leonardo. Barça, més que un club: dimensões sociopolíticas do Futbol Club Barcelona. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 184, p. 363-372, 2011.

_____. Barça, més que un club: FC Barcelona durante o franquismo (1968-1969). 2013. 63 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

_____. FC Barcelona: entre o global e o regional (1988-1999). 2016. 135 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

MAIS vendida da história, camisa 'política' segue sem dar vitória ao Barcelona. ESPN, 2013. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/373538_mais-vendida-da-historia-camisa-politica-segue-sem-dar-vitoria-ao-barcelona. Acesso em: 26 mai. 2024.

PIQUÉ: "El Barça es una manera de enseñar Catalunya al exterior". Mundo Deportivo, 2014. Disponível em: http://www.mundodeportivo.com/20140116/fc-barcelona/pique-el-barca-es-una-manera-de-ensenar-catalunya-al-exterior_54398191026.html. Acesso em: 23 mai. 2024.

SEDE para disputa da Supercopa da Espanha 2024 é definida; veja os times que vão jogar. Lance!, 2023. Disponível em: https://www.lance.com.br/futebol-internacional/sede-para-a-disputa-da-supercopa-da-espanha-2024-e-definida-veja-os-times-que-vao-jogar.html. Acesso em: 23 mai. 2024.

Fontes

FC Barcelona: https://www.fcbarcelona.com/en/.
La Liga: https://www.laliga.com/en-CA.
Real Madrid: https://www.realmadrid.com/pt-PT.
Transfermarkt: https://www.transfermarkt.com.br/.

Entre palavras, fotografia e experimentações: por uma aula de história das sensibilidades

Adriel Agostinho dos Santos[244]
Anna Vitória Souza Pereira[245]

Resumo: Construído inicialmente como uma sequência didática, o presente artigo busca trabalhar com conceitos importantes no Ensino de História, utilizando e desenvolvendo termos como memória, violência e banalidade do mal. Por meio de uma história comparada, será desenvolvido uma análise entre o Holocausto Brasileiro e o Holocausto Nazista, pontuando ressalvas necessárias utilizados nessa metodologia. Ao se tratar de uma temática sensível, o trabalho busca abordar de uma forma empática as complexidades e sensibilidades que abordam essas discussões. Tem-se como objetivo central, mobilizar discussões em torno da sociedade, e as construções que o descaso e a banalidade do mal podem acarretar, a

[244]Graduando pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista associado ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES). email: adriel.santos@estudante.ufjf.br
[245]Graduanda pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI).. email: annavitoria.pereira@estudante.ufjf.br

Anais da XLI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Passado Silenciado, legado incontornável: as múltiplas faces da mulher na História e a luta por um lugar de protagonismo. Adriel Agostinho dos Santos; João Victor Pinto Ávila e Victor Hugo Pimentel de Carvalho (Org.). Juiz de Fora, 2025, 555 p.
ISSN: 2317-0468

produção de um material como os álbuns, busca complexificar o tema, inserindo os alunos dentro da proposta e desenvolvendo uma empatia social.
Palavras-chave: Memória, Ensino de História, Holocausto

Abstract: Initially constructed as a didactic sequence, this article seeks to work with important concepts in the teaching of history, using and developing terms such as memory, violence, and the banality of evil. Through a comparative history, an analysis will be developed between the Brazilian Holocaust and the Nazi Holocaust, pointing out necessary caveats used in this methodology. As this is a sensitive topic, the work seeks to address the complexities and sensitivities involved in these discussions in an empathetic manner. The central objective is to mobilize discussions around society and the consequences that neglect and the banality of evil can bring about. The production of material such as albums seeks to add complexity to the theme, involving students in the proposal and developing social empathy.

Keywords: Memory, History Teaching, Holocaust

Introdução

Estudar temas sensíveis é uma tarefa inerente ao historiador. A história, enquanto disciplina, possui uma gama de temas sensíveis que devem ser abordados e elucidados por um profissional capaz de executar tal tarefa. O Holocausto, tanto o Nazista quanto o brasileiro ocorrido em Barbacena, remete a necessidade de uma abordagem histórica que busca um comprometimento com o valor tanto factual, referente a factualidade de um fato que ocorreu, tanto ao valor humano, atrelado em grande medida a necessidade de legitimar e apontar as barbaridades ocorridas nos dois fatos históricos, como algo inaceitável e uma mácula negativa na história da humanidade.

Dessa forma, esta atividade busca construir de forma didática e dinâmica saberes referente aos Holocaustos e as violências que esse ato traz em certa medida embutido em si. Além disso, busca-se evidenciar que a história é um ato político (Plá, 2013), logo, é

impossível que ela seja construída de uma forma imparcial. A execução da atividade evidenciará isso, pois ao escolher as fotografias que irão compor os álbuns (ver ato 3), é possível compreender que a construção de um saber se baseia em uma seleção, portanto, o ato de escolher remete a um ato de exclusão, logo, é impossível criar um saber histórico imparcial.

Estudar o holocausto deve ser o que Cubas (2022) define como "uma história que corte feito estilete". É necessário compreender a seriedade pela qual o tema perpassa e é dever do docente deixar clara essa intencionalidade. A execução da atividade buscará trabalhar com os alunos os conceitos de memória, de fonte histórica, temporalidade, violências, segregação, banalidade do mal (Arendt, 2013) e diversos eixos que surgirão em sala de aula.

Em tempos onde o negacionismo e a relativização de fatos históricos comprovados como o holocausto ganham forças é de fulcral importância a elaboração de atividades que visam romper com essas propagações de ideias, buscando em certa medida não apenas legitimar, mas também potencializar esse ato, em grau, escala e gravidade.

Sendo assim, a busca por articulação entre dois eventos distintos, em termos temporal e espacial, surge a partir de uma lógica de compreender o termo "Holocausto" como resultado dos fenômenos que levaram a sua significação. Sob a ótica de Danziger (2007), este tópico se debruça sobre a explicação do porquê enxergamos como crucial fomentar o diálogo entre o "Holocausto Nazista" e o "Holocausto brasileiro".

Nesse sentido, para que a relação dialógica que propomos se torne possível, faz-se necessário delimitarmos o que estamos denominando como "Holocausto". Sob este prisma, Danziger (2007), com base nas ideias de Young (1997:2), chama atenção para que até meados de 1950, o termo era utilizado especificamente para se referir "ao aniquilamento das populações judaicas na Alemanha Nazista". No entanto, a autora lembra que a palavra "Holocausto" traz consigo, assim como tantas outras utilizadas para nomear o que ocorreu nos campos de concentração nazistas, uma conotação de parcialidade e insuficiência, uma vez que são perpassados por concepções ideológicas, políticas e tantas outras.

Se considerarmos que nomear é um ato político (Gabriel, 2017), entendendo que a significação — contingente e precária — de algo está diretamente atrelada aos interesses daquele que o nomeia, abrem-se possibilidades para ressignificarmos o uso da palavra "Holocausto". Para além de denominar o extermínio dos judeus na Alemanha, entendemos que o termo em questão diz respeito a uma prática genocida e de denúncia de crimes contra a humanidade. Sendo assim, quando mobilizamos tanto o "Holocausto Nazista", quanto o "Holocausto brasileiro" para trabalharmos na atividade, não estamos, tão somente, associando ambos aos respectivos espaços onde ocorreram — Alemanha e Brasil —, nem a quais populações específicas atingiram. Assim, a relação dialógica que tencionamos encontra terreno fértil de caminhos para que se estabeleça uma ligação entre os dois acontecimentos.

Contudo, cabe pontuar que o movimento proposto não procura, de maneira alguma, generalizar o termo "Holocausto" ao ponto de o mesmo perder o seu sentido anteriormente defendido. Afinal, se considerarmos que todo evento traumático pode ser nomeado como "Holocausto", poderíamos ocasionar a sua própria banalização. Sob essa lógica, por mais que na história do mundo jamais tenha se repetido um extermínio de tamanhas proporções, a violência, a crueldade e a desumanização do outro, desde então, encontraram eco em vários outros lugares do mundo, como o que ocorreu no Hospital Colônia em Barbacena.

Em suma, a escolha por trabalhar as temáticas do "Holocausto Nazista" e do "Holocausto brasileiro", vai muito além de traçar meras comparações. Considerando as especificidades de cada tragédia, que assolou diferentes partes do globo, tivemos em vista fomentar a percepção dos alunos quanto à gravidade do não acolhimento ao diferente.

Por um ensino de temas sensíveis: Os Holocausto entram em cena

É nítido que, por vezes, temas históricos considerados sensíveis foram, e ainda são, deixados debaixo dos panos frente a tantos outros. As razões são múltiplas, desde o receio, por parte dos docentes, de revisitar passados que evocam memórias dolorosas, até na escolha mais confortável em dar continuidade a um ensino de história "frio" e "disciplinado" (Pereira, Seffner, 2018). Nesse sentido, ao escolhermos evidenciar os eventos do "Holocausto Nazista"

e do “Holocausto Brasileiro” em nossa atividade, apostamos em um ensino de história que incomode, espante, revolte e que promova experiência[246] (Cubas, 2022).

Por que falar de temas tão sensíveis e traumáticos, como os “Holocaustos”, na sala de aula? O que esses eventos poderiam contribuir, hoje, para a vida de um aluno? Foi a partir desses questionamentos que optamos por construir uma atividade — a qual será desenvolvida posteriormente — que privilegia o ensino por meio dos temas sensíveis, estes que comumente são silenciados. Afinal, qual seria o lugar do “Holocausto Nazista” e do “Holocausto Brasileiro”, se considerássemos uma narrativa que se concentre, única e exclusivamente, em um “passado morto”?

Em diálogo com Albuquerque Júnior (2016), se ensinar história diz de sempre escolher por um dado regime de historicidade, de forma inconsciente ou consciente, as tragédias ocorridas nos campos de concentrações nazista e no Hospital Colônia de Barbacena não caberiam de forma alguma à narrativa eurocêntrica de se experienciar o tempo. Pois, ao apresentarmos um passado linear, progressista, que termina em si, estamos jogando luz sobre um tempo estático que ficou para trás (Pereira e Seffner, 2018), o qual não se relaciona com o presente desses indivíduos e que, porventura, não os comove ou os toca. Assim, os 6 milhões de mortos judeus (Arendt, 1963), junto às 60 mil mortes dos internos (Arbex, 2013), apareceriam apenas como dados a fins de informações, e as formas cruéis e violentas de desencarnar o outro se traduziriam em “normalidades”.

É nesse ponto, portanto, que acreditamos na potencialidade da centralidade do ensino de passados vivos nas aulas de história, especificamente dos eventos protagonistas dessa atividade: o de despertar revolta frente às injustiças e violações dos direitos humanos. Concordamos com Albuquerque Júnior (2016: 36) quando este diz que “o ensino da História deve ter a capacidade de visitar feridas, reviver traumas, mostrar a carne que sangra, os corpos que sofrem, os homens emocionados.” Trazer à tona os crimes contra a humanidade, por meio de uma narrativa que considere questões socialmente vivas, denunciadas nos “Holocaustos” é, pois, um ato de marcar.

[246] A experiência é entendida, em diálogo com Bondiá (2002), como a resposta de alguém àquilo que lhe toca, que lhe passa. Indo de encontro ao que, normalmente, é atribuído à experiência, relativo à medição de “aquisição” de conhecimentos.

Dessa maneira, não se trata apenas de apresentar o extermínio ético dos judeus promovido pelo Estado Nazista de Hitler, bem como o extermínio dos internos, os quais haviam sido despejados no hospital barbacenense por serem considerados "indesejáveis" à sociedade brasileira da época. Mas também de promover a capacidade dos alunos de perceberem que as práticas de desumanização ainda ecoam pelo mundo.

Quando traçamos um paralelo com o contexto brasileiro, notamos, pois, que a disseminação do ódio e da violência ainda refletem e se fazem presentes na vida de grupos que vão de encontro a uma suposta "normalidade" e "superioridade" esperada pela sociedade (Carmo, 2016). Este "não acolhimento" com a diferença é o principal fator que nos leva a compreender a continuidade de um cenário intolerante e cruel no Brasil. Ao aumentarmos a possibilidade de experiência desses alunos, em contato com os passados vivos, estaremos, direta ou indiretamente, contribuindo com a propagação de um dos maiores pilares de um país democrático: "a dignidade humana enquanto direito básico da vida assegurado a qualquer cidadão/ã" (Pereira, Seffner, 2018: 18).

Entendemos, portanto, que o papel do ensino de história por meio de temas sensíveis é, nas palavras de Cubas (2022), um ato "como uma insurgência contra a própria condição em que se encontra a humanidade. Como um protesto para que aquilo que nos escandaliza termine".

Discussão de memória e silenciamento

> *"Portanto, de forma alguma, podemos identificar o passado como passado". (Trouillot, 2016, grifo nosso)*

As pessoas inseridas nos eventos históricos servem-se, no ato de lembrar daquilo que ocorreu, de vários campos de significados — os quadros sociais: noções de tempo e espaço — que operam como pontos de referência na reconstrução do passado. Na esfera familiar, isso se mostra pela construção dos álbuns de retratos, onde o protetor do item geralmente se responsabiliza pela escolha de quais imagens serão escolhidas e quais as preferidas para narrar a história familiar. A partir desses retratos, narrativas históricas podem ser reconstruídas. (Barros, 1989.)

Nesse sentido, uma imagem impressa no papel como um documento de um fragmento de um espaço-tempo "representa a prova ou o testemunho da existência de pessoas, de lugares e de paisagens. Se se pode traçar pela foto um trajeto de volta ao passado e reconstruí-lo no presente é porque se acredita que a foto traz a veracidade desta memória" (Barros, 1989, p.39) E, tendo em vista essa prerrogativa, a construção de álbuns implicaria não somente na elaboração de uma fonte histórica, mas na construção de narrativas históricas, estas, muitas vezes, "abordam situações particulares e, nesse sentido, têm de lidar com seres humanos enquanto atores"[247], sujeitos da história e não apenas dados estatísticos do número de mortes em um genocídio.

> A narrativa que envolve estas fotos reúne as múltiplas facetas da vida, englobando-as, dando-lhes uma face mais completa, mais homogênea e menos efêmera. A vida não se reduz aos papéis sociais que desempenhamos no dia-a-dia. Cada indivíduo é bem mais que isso: é um elo na cadeia de uma história que o contém e lhe dá transcendência, da qual as fotografias são a prova irrefutável. (Barros, 1989: 41)

Sob esta perspectiva, para os fins da atividade em questão, propor que os estudantes elaborem álbuns descritivos com fotografias referentes ao Holocausto Nazista, ao Holocausto brasileiro, e as diferentes formas de violências ao redor de si impera reconhecer que o "trabalho de resgate da história de cada um, parte de pequenos fragmentos de tempo. […] um instante mínimo da vida que aparece na fotografia"[248]; tendo em vista que, "de forma alguma, podemos identificar o passado como *passado*" (Trouillot, 2016) mas reconhecer que silêncios estão presentes no processo de produção histórica, de narrativas históricas, as quais são construídas a partir de fontes históricas como fotografias em álbuns.

Breve descrição da atividade

A atividade proposta deve ser realizada em 3 ou mais aulas, direcionadas as turmas de 9 ano do Ensino Fundamental II ou 1 ano do Ensino Médio:

[247] Barros. Myriam Moraes Lins . Memória e Família. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, p.40.
[248] Barros. Myriam Moraes Lins. Memória e Família. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3. 1989, p.42.

a. Antes da primeira aula, o professor deve pedir para a turma realizar uma breve pesquisa sobre o Holocausto Nazista e trazer para a sala imagens referentes ao evento em questão. A aula será dividida em 2 partes: iniciando com uma exposição e conversação com a turma referente ao holocausto nazista — O que foi, quem foram os sujeitos envolvidos, resultados dos crimes e atrocidades cometidos, etc. — que deve ser embasada pela apresentação de diversas fontes históricas sobre o evento, incluindo registros fotográficos. O docente, no preparo anterior à aula, também deve se munir dessas fotos em formato impresso em conjunto com cartolinas/folhas de papel ofício/papelão ou outros materiais que auxiliem na construção do álbum. Durante a conversão com a turma, as fotografias devem ser usadas na contextualização histórica da narrativa e na sensibilização dos estudantes para pensar os indivíduos envolvidos no Holocausto não apenas como dados da história, mas como seres humanos complexos e reais. Na segunda parte da aula, o professor deve convidar os discentes a pegarem as imagens trazidas à sala por eles mesmos e as oferecidas pelo professor, somado aos demais materiais, e juntos confeccionarem um álbum descritivo sobre o Holocausto. Ao colarem as fotos, devem ser instruídos sobre quais subjetividades querem emanar em seu discurso, e ser orientados a expor a história a partir de imagens retratando as consequências finais das atrocidades e crimes hediondos cometidos ao invés de começar com imagens representando o início da ocupação nazista na Alemanha. A ideia é que coloquem em perspectiva o evidenciar o ser humano envolto no processo histórico, analisando não só o começo, meio e fim do acontecimento em foco, mas depreendendo o cuidado e complexidade do uso de fontes históricas na construção de sentidos em nossas narrativas.

b. A segunda aula deve seguir a mesma divisão da primeira, contudo, sua ênfase temática será o denominado “Holocausto Brasileiro”. No final da última aula,

o professor também deve solicitar que os estudantes pesquisem sobre o Holocausto Brasileiro e tragam as imagens que encontrarem sobre o mesmo. Na parte expositiva da aula, o docente deve questionar a turma sobre o conhecimento do evento em análise, para instigá-los a pensar os tipos de crimes e violências que já aconteceram e ainda podem estar acontecendo no próprio país e talvez até próximos deles mesmos. Além disso, a dimensão do que foi o Holocausto brasileiro deve ser colocada em perspectiva, suas vítimas, a minguada exposição das memórias e histórias destas, como também salientar aos educandos a necessidade de pensar o evento por suas próprias particularidades. Na segunda metade da aula, o professor deve mais uma vez convidar a turma a montar outro álbum descritivo, só que agora, sobre o Holocausto brasileiro, detendo os mesmos cuidados na construção do discurso enunciado nas fotografias, como realizado no último.

c. Para a terceira aula, o professor deve solicitar que os estudantes tragam fotos que para eles representem violência, preconceito, discriminação em todos os espectros, seja na esfera nacional, na própria cidade ou bairro, na própria família. O docente proporá à turma a construção de mais um álbum, desta vez, eles devem montá-lo usando não apenas as fotografias que trouxeram, como também desenhos, poesias, colagens, tudo que para esses estudantes representa a violência, o preconceito, a discriminação, o desrespeito ao diferente. Se possível, uma apresentação desses de todos os 3 álbuns criados deve ser planejada e executada não apenas para os profissionais da instituição e as outras turmas, mas também para os pais e responsáveis. Caso o momento em questão aconteça de maneira não tão breve, também seria oportuno oferecer folhas de papel a todos os presentes na hora da apresentação da atividade (famílias, direção escolar, outros profissionais, etc.), e naquele instante, também desafiá-los a escrever ou representar como preferirem, as violências

que os cercam. Como momento final, se autorizado, essas últimas folhas também poderiam ser adicionadas ao último álbum ou ter outro destino conforme a realidade do colégio e o contexto da situação.

Objetivos da atividade

A atividade pretende compreender a abordagem de temáticas sensíveis na aula de história, conhecendo o papel do historiador em dialogar e esmiuçar os Holocaustos como fenômenos históricos, na qual a marca principal se finda na violência, morte e banalização do mal. Dessa forma a atividade busca pontuar como discursos de ódio preconceito e de exclusão, podem criar ambientes propícios onde atrocidade serão efetuadas com um discurso de "bem maior" sendo visto no holocausto Nazista, onde a Alemanha buscava fazer uma limpeza étnica, ou no brasileiro, onde o hospital colônia era destino de pessoas que não compunham requisitos necessários para serem considerados cidadãos, logo eram enviadas para o Hospital em Barbacena como forma de desova.

Além disso, a atividade busca evidenciar como a história não é uma ciência imparcial. Dessa forma, a construção de saberes parte, mesmo que de forma não proposital, de uma ideologia e bagagem pessoal. Este ato é visto na construção dos álbuns, onde ao escolher fotografias que remetem à violência, os alunos desempenham um ato de seleção, e como dito, o ato de escolha causa necessariamente uma exclusão, tornando a construção da atividade banhada de intencionalidade.

Objetivos específicos

- Compreender e relacionar o Holocausto Nazista com o brasileiro, fazendo ligações e apontamentos sobre a violência, os discursos de ódio e a burocratização da morte.
- Analisar as construções políticas em torno dos movimentos, principalmente o Nazista.
- Explorar conceitos como "banalidade do mal" e "traumatismo coletivo" relacionando os dois como sendo o primeiro uma consequência do segundo. Os alunos devem ser

capazes de compreender esses conceitos teóricos e como se manifestam nos Holocaustos.

- Navegar temporalmente e geograficamente analisando os eventos sempre com ressalvas e compreensão que o contexto temporal e espacial deve ser levado em consideração, com a finalidade de uma análise mais precisa.
- Desenvolver empatia e consideração sobre um tema sensível e dramático na história da humanidade.
- Compreender a importância e a definição do que é fonte histórica, e como os álbuns produzidos se encaixam como fontes para historiadores.
- Analisar como a escolha das fontes (fotografias) influenciam na construção de narrativas.
- É esperado que os alunos consigam, na apresentação, redigir de forma coesa e bem articulada os álbuns, correlacionando com os Holocaustos e com a violência que se sobressai sobre eles.

Conclusão

Dessa forma, a atividade busca alcançar pontos importantes nas formações dos estudantes. A proposta aqui se extrapola os limites de sala de aula, construindo cidadãos que conheçam a história do mundo a qual estão inseridos. A abordagem adequada é de suma importância para que um tema tão sensível e complexo como este, não seja depreciado e mal executado, cabe ao docente profissional, uma aplicação com respaldo e maestria, para um aproveitamento total da proposta construída acima. Como também, à instituição de ensino em possibilitar dentro dos planejamentos e ordenações pedagógicas lugar para a expressão dos diferentes e das sensibilidades e marcas constitutivas dos seus discentes e demais profissionais da área, além de interagir com a comunidade envolta do espaço escolar por meio do diálogo com pais e responsáveis. Logo, torna-se uma atividade de cunho não apenas

didático/avaliativo para os educandos, mas uma possibilidade de abrir portas para o afeto entre sujeitos distintos e complexos, ligados por tudo o que nos faz humanos.

REFERÊNCIAS

ARENDT H. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: **Companhia das Letras**, p. 82-128, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: Carmen Teresa Gabriel, Ana Maria Monteiro e Marcus Leonardo Bomfim Martins(Orgs). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: **Mauad X**, 2016. (p. 21-42).

ARBEX, D. Holocausto Brasileiro. 1. ed. São Paulo: **Geração Editorial**, 2013.

BARROS, Myriam Moraes Lins. Memória e Família. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./abr., 2002.

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 64, p. 201–223, 2016.

CUBAS, C. J. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 11, n. 22, p. 15–32, 2022.

DANZINGER, L. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v. 1, n. 1, 2007.

GABRIEL, C. T. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de história: tensões e perspectivas. **Educação Básica Revista**, vol.3, n.2, 2017.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018.

PLÁ, Sebastián. La ilusión científica de la didáctica de la historia: provocaciones teóricas sobre el conocimiento histórico escolar. In: Blázquez, J. C., Latapí Escalante, P.; y Torres Salazar, H., Memoria del *Cuarto Encuentro Nacional de Docencia, Difusión y Enseñanza de la Historia*, México, Reddieh, 2013. (p. 474-483).

LISBOA, Marijane Vieira. A sociologia contemporânea e o genocídio armênio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (et. al.). 100 anos do genocídio armênio: negacionismo, silêncio e direitos humanos. São Paulo: Humanitas, 2019, p. 121-139.

TROUILLOT. Michel-Rolph. Silenciando o Passado: poder e a produção da história. tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. 263p.

Hamilton: Identidade, contradições e orgulho

Guilherme Batista Daniel[249]

Resumo:
O artigo investiga as contradições e os mecanismos de construção da identidade nacional estadunidense a partir da figura histórica de Alexander Hamilton, com base no musical *Hamilton: An American Musical*. Parte-se da análise das condições históricas da independência dos Estados Unidos para refletir sobre como o sentimento nacionalista foi sendo forjado a partir de uma identidade reativa contra a Inglaterra. Com base nos autores Anderson, Hobsbawm, Junqueira e Hall, o texto explora a construção cultural da nação como uma comunidade imaginada, marcada por exclusões sistemáticas de grupos subalternizados. Não obstante, o musical embora traga elementos ditos revolucionários, basilarmente reforça uma narrativa de excepcionalismo idealizando a trajetória de Hamilton, evidencia tensões entre representação cultural e memória histórica.

Palavras-chave: Alexander Hamilton; identidade nacional; excepcionalismo; Estados Unidos; comunidades imaginadas.

Abstract:
This article investigates the contradictions and mechanisms of construction of American national identity based on the historical figure of Alexander Hamilton, using the musical Hamilton: An American Musical as a starting point. It begins with an analysis of the historical conditions of American independence to reflect on how nationalist sentiment was forged from a reactive identity against England. Drawing on the works of Anderson, Hobsbawm, Junqueira, and Hall, the text explores the cultural construction of the nation as an imagined community, marked by the systematic exclusion of marginalized groups. Nevertheless, while the musical contains supposedly revolutionary elements, it fundamentally reinforces a narrative of exceptionalism, idealizing Hamilton's trajectory and highlighting tensions between cultural representation and historical memory.

Keywords: Alexander Hamilton; national identity; exceptionalism; United States; imagined communities.

[249] Graduando de Licenciatura em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: guilhermebatista.daniel@estudante.ufjf.br

INTRODUÇÃO

Em 4 de julho de 1776 fora declarado a independência dos Estados Unidos da América, tal acontecimento marcou o que veio a ser o mundo contemporâneo. Nada obstante, questões acerca desse processo são cabais para o entendimento dele plenamente, assim emerge as seguintes questões: como durante a revolução surgiu uma espécie de identidade nacional, partindo do pressuposto de que o território estava dividido em treze colônias tão simbolicamente diferentes quanto possíveis? Isto é, como o "ser" americano se sobrepôs acima dos "seres" múltiplos que viviam no território?

Norteados por essas indagações, é necessário dizer que antes de 1774 as colônias se sentiam parte de uma identidade britânica, isso se justificava devido as bases que se compartilhavam, a exemplo da língua, as instituições – Direito; as Instituições Parlamentares; as Assembleias Locais inspiradas no modelo britânico – e a religião, sendo majoritária protestante. Ademais, sobretudo havia um orgulho hierarquizado, cujo esses sujeitos colonos eram superiores, visto fazerem parte de uma Nação da Inglaterra. Outrossim, esse sentimento se manifestava mais fortemente se comparada a outras potencias mundiais como a França ou Espanha, por conseguinte na mentalidade dos colonos, ser britânico era sinônimo de liberdade (Greene, 2008: 100).

No entanto, essa identidade britânica hiper mencionada tinha que conviver com combinações coloniais muito fortes, como as da Virgínia e o Massachusetts, notadamente diferentes, que posteriormente discutiriam pela liderança da resistência aos esforços britânicos (Greene, 2008: 106). Para mais, as assimetrias também eram dadas pelo polo Sul e Norte do território continental, visto se tradarem de modelos econômicos bastante diferentes, sendo um baseado no modelo agrário e o outro constituído pelo comércio.

Esse exercício de diferenciação interna, moldava a lealdade dos colonos para a própria colônia, sendo mais pulsante do que a ideia de um ideal “americano” que até então, era muito vago.

Entretanto em 1775, veio a necessidade de resistir a Metrópole, vistos os embargos econômicos que foram sancionados aos povos do novo mundo, portanto houve, de forma militar e política uma mútua mobilização das colônias como nunca visto, para pressionar e limitar a agência da Inglaterra na autonomia colonial. Visto esse cenário de revolução, há a movimentação da criação de um Exército e um Congresso continental (Greene, 2008: 102). A esse passo o sentimento nacionalista já ganhava certa força no quadro de prioridades da colônia, e um perfil identitário coletivo já começará se constituir. Então Jack P. Greene (2008), argumenta que as identidades locais não perderam forma frente a esse cenário, mas sim, houve uma nova construção do “ser”, entretanto, ele era instrumentalizado como uma imposição a Grã-Betania, isto é, ele identificada essa circunstância como uma identidade reativa na luta contra um inimigo comum, não uma afinidade interna que a priori existia.

Não obstante a isso, a fala de Patrick Henry, advogado e orador da Virgínia, que proclamou no Primeiro Congresso Continental, reitera a noção supracitada, visto que sua afirmativa tecida "Distinções entre os cidadãos da Virgínia, da Pensilvânia, de Nova York e da Nova Inglaterra já não existem. Não sou virginiano, mas americano” (Greene, 2008: 104), Greene (2008) então analisa esse como mais uma das retorica política apropriadas na época para um fim específico, a independência, não como um sentimento veredito do sujeito do proclamador.

Contudo, é notável que a independência dos Estados Unidos e sua organização para tal e por conseguinte seu sentido simbólico de nacionalidade, não se deu por um processo linear e/ou homogêneo, pelo contrário, ele foi dotado de visões diferentes, divisões profundas e negociações para um ideal em comum, porém, por que essa não é a retórica discursiva que os seus contemporâneos relatam popularmente sobre seus antigos nesse período?

Por isso, todavia, por meio de conceitos que norteiam a História dos Estados Unidos da América e sua emancipação da tutela inglesa, tais como suas construções de sujeitos e identidade, perpassando pelo orgulho nacional vivenciadas pela sua massa até a hodiernidade,

esse artigo tem por objetivo deflagrar o patriotismo representado na figura de Alexander Hamilton, através do musical *Hamilton: An American Musical*, para demarcar as contradições que permeiam o imaginário identitário do povo norte-americano que cominam em um sentido de excepcionalidade intrínseco de sua História perpassado pelo divino.

DISCUSSÃO

Das noções de Nação e Nacionalismo: Uma revisão

O quadro pintado da conjuntura estadunidense ao final do século XVIII era de uma imagem nunca ocorrida no cenário político global. O pulsante estado de autonomia (re)figurou o status de soberania no plano das ideias, que sobretudo se materializou nas identidades de novos sujeitos históricos que caminhavam rumo a um protagonismo baseados em modelos autônomos. No entanto, o sentido norteador supracitado imprime ao contexto histórico uma complexidade que não está estéreo a demagogia de racialização e marginalização de sujeitos, dotando esse como um processo paradoxal com as mesmas proporções de rupturas inovadoras e continuidades atrozes.

Desse modo, a independência dos Estados Unidos da América é composta de significantes e significados que constituem o imaginário de Nação e Nacionalidade envoltos de um patriotismo perpassado pelo dito extraordinário. Assim, os ideais imbuídos de superioridade, cominam na dinâmica de "outrificação" sistêmica, sob alguns indivíduos, que perpassa o contínuo da História vinculada a ideia do progresso. Essa promoção, licitamente uma das maiores mazela da modernidade que se arrasta a hodiernidade, conectou o continente europeu aos territórios cujo seu poderio fora outrora exercido, que no caso norte americano, o sujeito interventor fora a Inglaterra, porém, sua agenda continuada pelos Nação pós independência. Tal conjuntura se lia, entre muitas coisas, por meio da concepção organizada de temporalidade disciplinar dentro da disciplina historiográfica, que por sua vez, concretamente implicava uma visão linear, progressiva e unitária da História (Assunção, 2024: 426), sob a justificativa da construção de Estados Nações, em meio os movimentos de nacionalização.

Dado ao exposto, o estudo sobre as Comunidades Imaginarias, tecido por Benedict Anderson (2008), é possível analisar os discursões acerca de como se deu parte do processo de construção de uma ideia de Nações sob a perspectivas sociais e culturais, a partir de uma negativa as maneiras naturalistas e/ou pré-existentes, que por muito foram as prerrogativas instrumentalizadas pelos Estados Unidos na historicização de sua independência.

Entretanto, o outro lado da moeda desse paradigma supracitado, está a brutal subsunção de visões diferentes de ser e estar no mundo, dissimulando o genocídio e o epistemicídio sob os indivíduos radicalizados com outros aspectos que não a da branquitude (Assunção, 2024: 431). Perante esse fato incontornável, é imperioso observar que esse Telos Moderno (Assunção, 2024: 426) todavia, está relacionado a uma espécie de "ignorância branca", que por muito esteriliza as narrativas criadas desde o século XVI, vinculados aos paradigmas de superioridade, além da negativa no que tange ao abordar essa como um fator constituinte e constitutiva do processo de racialização, com a justificativa para atos interventores que tornariam os indivíduos outrificados, sujeitos mais próximos ao modelo europeu (Assunção, 2024: 426) por meio de criações conceitualmente canônicos que naturalizam os males que outrora foram executadas.

Diante disso, Anderson (2008) deflagra essas narrativas com fins anestésicos, argumenta que as Nações são "comunidades imaginadas", pois seus membros, mesmo que nunca se encontrem pessoalmente, compartilham um senso de pertencimento e identidade. Em revelia disso, sob o prisma de "imaginação" ocorre por meio de elementos como língua impressa, símbolos nacionais – bandeiras, hinos – e narrativas históricas compartilhadas (Anderson, 2008: 16). Ademais, a óptica do imaginário está, como já foi dito, em meio a consciência compartilhada dos membros de uma Nação, que mesmo nunca conhecendo a maioria dos seus compatriotas, na mentalidade de cada um existe um postulado de comunhão inalienável (Anderson, 2008: 32). Tal prorrogativa, imprime uma condição soberana, visto sua emergência num momento em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos que respondiam a uma ordem divina (Anderson, 2008: 32), embora Anderson (2008) classificasse essa condição como limitada, visto que mesmo a maior nação tem fronteiras finitas, mesmo que elásticas, para além das

quais existem outras nações, essa é sem dúvida, o norte das construções de muitos Estados Nacionais.

Consoante a Anderson (2008), Eric Hobsbawm (2014) endossa o caráter argumentativo dispondo que a ideia de Nação, sendo uma identidade coletiva de pertencimento, foi em grande parte inventada no contexto do século XIX, especialmente através do nacionalismo como ideologia política. Outrossim, Hobsbawm (2014) destaca a importância da história e da cultura na construção da identidade nacional, mostrando como a criação de narrativas históricas e a promoção de símbolos nacionais foram cruciais para a formação de um senso de pertencimento (Hobsbawm, 2014: 257-258) para mais, é lícito sob essa perspectiva o exame das consequências negativas do nacionalismo, como conflitos étnicos e guerras como já abordado por Assunção (2024). Além de como esse fenômeno complexo e multifacetado, moldou por meio de processos sociais, políticos e culturais fins políticos obscuros.

Contudo, Anderson (2008) e Hobsbawm (2014) demonstram que o conceito de nacionalismo não é uma mera ideologia política, tampouco um caminho natural de um coletivo de sujeitos, mas sim está articulado a uma construção cultural complexa, profundamente enraizada em transformações históricas. A Nação, sendo essa "comunidade imaginada" que se manifesta através de símbolos, rituais e, crucialmente, pela disseminação da linguagem secularizada norteando narrativas via imprensa-capitalismo tem poder empírico na capacidade de evocar uma solidariedade profunda e, por vezes, um sacrifício extremo, ao oferecer um sentido de pertencimento em um mundo.

A experiência norte-americana nesse debate teórico sobre a Nação e Nacionalidade tratado a priori, se lucida por meio do “mito da excepcionalidade norte-americana”, que consistia nos valores atribuídos a demais culturas, cominando na classificação da própria como superior, resultando que as que não fossem inglesas ou francesas no pós independência seriam inferiores (Junqueira, 2019: 12). Além do chamado “destino manifesto”, que era favorável a ideia de que o povo norte-americano era um povo eleito por Deus e tinha uma missão a cumprir. Tal ideal guiara a noção de Direito Natural (Junqueira, 2019: 50-51), tanto criticado por Anderson (2008) e Hobsbawm (2014).

Portanto, a construção do Estado-Nação e a formação do governo após a independência em 1776, carrega a ideia de unidade frente a diversidade, marcada por um perfil idealizado do homem em busca de emancipação. Situação notadamente intensa que cunhou os sujeitos protagonistas do debate de desalienação tutelar da Inglaterra.

Nesta toada, os Pais Fundadores, nominalmente conhecidos como George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, perpetuam o imaginário divinizado do cidadão estadunidense com linhas estreitas no que diz respeito a sujeitos históricos e os bíblicos, pois a narrativa religiosa não é etérea a História dos Estados Unidos da América. Dessa forma Mary Anne Junqueira (2019) dispõem que:

> Para grande parte dos norte-americanos, os homens que fizeram a independência, pensaram a Constituição e se tornaram os seus primeiros presidentes não eram homens comuns, mas pessoas excepcionais como nunca houvera outros (Junqueira, 2019: 28).

A autora evidentemente expõe continuidades de um processo identitário iniciado com fins políticos e abstraídos pelas massas.

Ademais, essa nova roupagem de cunho democrático de um povo eleito, a escolha do título para George Washington, de "*Mr. President*", foi um postulado político para evitar conotações monárquicas como "sua alteza" e "vossa majestade", pois esses vocativos eram direcionados aos monarcas, “exatamente o poder despótico que os norte-americanos queriam evitar no momento em que construíam uma nova forma de governo” (Junqueira, 2019: 15), nesse cenário, onde o ideal republicano tornara-se vigente, a anedota formal com esse passado era verossímil.

Tendencialmente a antiga colônia, agora com status de Nação declarava-se um território de um povo livre, fundamentalmente sob os princípios Liberais Contratualistas (Junqueira, 2019: 15-16) onde no plano das ideias a liberdade constitucional é um pilar estruturante, sem embargo a sociedade estadunidense conservará seus prismas escravistas, mesmo se valendo de liberdade. Essa demonstração contraditória historizada desta Nação, marcara os principais conflitos da sua trajetória, para além disso a identidade dos indivíduos contemporâneos visto se tratar de um achaque estapafúrdio.

Alexander Hamilton: sujeito histórico e personagem

Ron Chernow (2004) um escritor, jornalista e biógrafo americano, que escreveu biografias históricas de não ficção de indivíduos celebres vinculados a política, sobretudo a americana propõem uma narrativa sobre um dos mais famosos Pais fundadores, Alexander Hamilton. Em suas obras, tidas como best-sellers, Chernow (2004) historiza a jornadas do sujeito histórico supracitado, perpassando todos os âmbitos de sua vida afim de uma construção exata do que foi a pungência de Hamilton na História dos Estados Unidos.

Não obstante, o musical da *Broadway*, intitulado *Hamilton: An American Musical*, que teve sua estreia em 2015 no *off-Broadway* no Teatro Público de Nova Iorque, foi baseado no livro de Ron Chernow. A obra interpretativa da vida e contribuição de Hamilton, propõe uma revisão da História de forma musicada, exaltando a vida do sujeito em meio sentimentos como os de amor, conflito, paixão pela pátria, sobretudo suas contribuições a sociedade norte-americana. A de se declarar então que a peça foi um dos maiores sucesso da *Broadway* dos últimos anos, estando em cartaz até os dias atuais, para mais, o musical ganhou inúmeros prêmios, incluindo o *Pulitzer* de Teatro, 11 prêmios *Tony* e um *Grammy*.

Envolta da peça hiper mencionada, estão os gêneros musicais hip-hop, R&B, pop e teatro musical, essa trilha sonora propositalmente interpretada majoritariamente por atores pretos e latinos, representam uma tentativa de invenção de sujeitos, a fim de uma provocação extra o espetáculo artístico, cominam em um significado simbólico, evidentemente progressistas, mesmo se tratando de uma obra dita conservadora. Assim, com letras que exploram temas como política, amor, amizade e traição a peça teatral fornece ao público uma fração de identidade e identificação para com o personagem histórico Alexander Hamilton, tornando os telespectadores cumplices de um processo de elevação patriótica simbólica.

A narrativa expõe que, guiado por um impulso revolucionário calcado em resiliência, Hamilton é como um herói a frente de seu tempo, que devido seu motor pulsante de benevolência manifestado sob a importância dos Estados Unidos para a independência e soberania dos pós dela, cria inimizades sociais e políticas com indivíduos que por

conseguinte igualmente norteiam o imaginário estadunidense, como Thomas Jefferson e Aaron Burr.

Portanto, ao passo que Chernow (2004) explora Alexander Hamilton, um dos Pais fundadores e um dos protagonistas no processo de independência dos Estados Unidos da América, como um sujeito histórico basilar no que tange a História da revolução das Treze Colonias e a consolidação dos Estados Unidos da América como uma potência política e econômica, o musical, compre esses requisitos de recontar as glorias do personagem, no entanto o aliena das mazelas que o mesmo estava inserido, tornando a jornada dele uma espetacularização patriótica que reitera os postulados de Junqueira (2019) que sobrevivem até a hodiernidade.

Desse modo, além de operar o indivíduo supracitado como ícone fundamental da revolução, visto seu trabalho como um arquiteto das estruturas políticas e econômica do novo país, os temas sensíveis que estão por detrás de toda essa movimentação, a exemplo da outrificação resultante da escravidão de inúmeros sujeitos negros cujo Hamilton estava inserido como proprietário, está soterrado em carisma e brilhantismo do ideal norte-americano cristãmente preservado.

Para tal ideal imprimir, sobretudo ideias identitárias, não se é suficiente a neutralidade de assuntos delicados a fim de tornar palatável o consumo da História, é imperioso também que a narrativa do espetáculo corrobore para um sujeito personagem idealizado. Portanto, ao que tange a estruturação do espetáculo musical, o personagem de Burr pode ser identificado como um subterfúgio concreto. Ele, colocado em pé de igualdade a Hamilton, ao que se refere a tempo de "tela", é mais um modo de engrandecimento do protagonista, por essa razão intrínseca, é pertinente que ele seja abordado de maneira crítica.

Aaron Burr, Jr. foi um militar e político dos Estados Unidos, ademais foi tenente-coronel do Exército dos Estados Unidos e membro fundador do Partido Democrata-Republicano no estado de Nova Iorque, apoiando fortemente o governador George Clinton. Ao que se refere ao musical, Burr é colocado como um sujeito dotado de inveja além de ser um indivíduo mesquinho se comparado a Hamilton, tal narrativa fundante e clássica, formada a fim de um epilogo já enunciado ao início da peça, a morte do

protagonista pelas mãos de Burr em um duelo por honra, faz crescer a importância do personagem de Hamilton que contempla a clássica jornada do herói, tão influente e formativa em meio as artes. Por fim, o que se sabe de Burr é que ele nunca foi julgado, e todas as acusações contra ele foram retiradas, porém, devido a morte de Hamilton, ele encerrou a carreira política. Essa medida conclusiva também reitera a exaltação de Hamilton como sinônimo de caráter.

Das ideias de identidade: Uma explosão discursiva

A ideia de identidade abordada por Stuart Hall (2000) lúcida o campo de identificação do pragmatismo patriota norte-americano, visto se tratar das bases questionadoras que tencionam o status quo das narrativas recebidas socialmente. Dessa maneira, uma das questões que se levante é a de "quem precisa de uma identidade?" para responder esse dilema é necessário reiterar postulados significativos abordados neste artigo, pois noções de essencialidade e naturalização, que compõem o pensamento clássico de identidade são obsoletas do trato em questão. Então, é lícito afirmar que essa ficção tradicional foi abalada por várias frentes epistemológicas, como os pensadores ligados ao Pós-estruturalismo, que questionam essas estruturas fixas de significado, a Psicanálise com um papel importante e claro as críticas feministas e culturais.

Diante dessa perspectiva o campo da análise as identidades deixam de ser algo que se "tem' e passa a ser algo que se "faz", a partir da percepção de um processo de articulação uma suturação sistematicamente construída, uma subsunção de narrativas e não um mecanismo inato. Nesse paradigma, "há sempre 'demasiado' ou 'muito pouco' – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao 'jogo' da *différance*." (Hall, 2000: 106) por isso a identidade passa ser algo que se constrói.

Isso posto, um ponto basilar para Hall (2000) é de que essa construção, se forma também pela diferença. Tal noção monta uma nova perspectiva para a análise, visto que, a associação de formação de identidade é casualmente vinculada ao sentido de pertencimento, isto é, lincando o sujeito a um determinado grupo ou coletivo, porém o que se manifesta

nesse novo argumento sobre a composição identitária, figura consoante a definição em relação a algo que ela não é, ou seja, em comparação ao seu "outro" (Hall, 2000: 106). Tal prisma posto ao musical, implica pragmaticamente no antagonismo de Burr em prol de uma exaltação de Hamilton, devido construções distintas dos dois personagens, aliciando o interlocutor a prorrogativa de identificação propositalmente sistêmica a um, demasiando um pensamento patriótico que vai além da factualidade, visto a narrativa zelar sob um sujeito cujo fora vítima de males, seja ela a inveja ou homicídio.

Outrossim, sob essa análise, é evocado o pensamento foucaultiano, para o aprofundamento empático do público assistindo ao musical com o sujeito histórico Alexander Hamilton. Esse elemento está na abordagem de Hall (2000) ao interpelar Michel Foucault (1970) com seu trabalho das relações de poder, que possibilitam a mudança da pergunta, que se configura de "o que é identidade?" para "como é que certas identidades são produzidas e de certa forma impostas?", isto é, como ela surge e se fixa.

Assim, essa questão é guiada a resposta de que elas se dão pelo postulado das identidades resultantes de relações de poder e dos discursos dominantes. Posto tal prorrogativa, se tece que o ponto central não está mais na dinâmica de se reconhecer nas identidades, mas sim, de ser assujeitados a elas.

Sobre esse viés, Foucault (1970) argumenta que a afirmativa bem como supracitada, denota bifurcação de dois conceitos que por conseguinte fornecem duas conotações que podem ser abstraídas do *Hamilton: An American Musical*. A primeira sendo a de condicionamento subjugado a um único prisma de uma conjuntura narrativa – a visão divinizada de um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América –, e a de um perfil representativo de construção de sujeito, impondo ao indivíduo interlocutor uma identidade especifica dentro dessa relação de poder estabelecidas a priori do contato.

Nessa conjuntura é lítico afirmativa que as relações de poder não somente reprimem, mas também produzem subjetivações (Hall, 2000: 128) essa sendo direcionada a massa norte-americana e todo seu patriotismo vinculado aos líderes de sua História e a sua demasiada relação com o passado, decreta cada vez mais a visão sacra, imune de críticas e

envoltos de um excepcionalismo fundante que não contempla a complexidade do fundamento da Nação (Junqueira, 2019: 11).

Dado ao exposto, a partir da análise feita a resposta da questão levantada ao início dessa sessão – "quem precisa de uma identidade?" – se configura na relação de quem exerci o poder, que por conseguinte carrega o sentido da narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o quadro que se pinta sob o paradigma da excepcionalismo norte-americano, é o do baseado em subterfúgios narrativos que de nada se aplicam, notadamente na historiográfica desta Nação. Outrossim, o Telos Teleológico que acompanha as narrativas dos sujeitos históricos estadunidenses como o abordado neste artigo, Alexander Hamilton, além da esterilidade de agências históricas nas sensíveis relações de desumanização e poder, tecem estruturas que endossam a maneira endógena de consumo de cultura, que por sua vez verificam em um aparelho propagador vasto e capilarizado sob todo o mundo.

No entanto, deflagrar essas mazelas é cabal para complexificar as estruturas que por muito são dadas de maneiras superficiais. Por isso, esse artigo, com intenções interventorias no status quo cristalizado pelo modelo dos Estados Unidos, com potencial discursivo a partir da prorrogativas embasadas, surge como um olhar crítico microestrutural de postulados que necessitam ser dialogados. Entretando, este não se trata de um trabalho finalizado, visto a amplitude de assuntos que transversalmente estão em diálogo com exposto.

Dessa maneira, questões reflexivas de contado com a História norte-americana podem se sobressair, a exemplo de: como o aparelho cultural estadunidense corrobora na manutenção de um ideal excepcional? Como o musical *Hamilton: An American Musical* traz uma nova perspectiva de identidade visto seu elenco ser composto por indivíduos subalternizados nos Estados Unidos? Como instrumentalizar a narrativa de Hamilton ao passo crítico do próprio sujeito histórico? Como estavam os sujeitos excluídos da narrativa oficial em meio a todo esse contexto histórico? Diante disso, que está tecido aqui é um "ponta pé" inicial para uma longa discussão teórica metodológica que está longe de se esgotar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, M. F. M. de. As políticas do tempo da branquitude. Esboços: Histórias Em Contextos Globais, 30(55), 423–441, 2024.

CHERNOW, R. Alexander Hamilton. Resumo adaptado por Bookey. Disponível em: https://www.bookey.app/pt/book/alexander-hamilton. Acesso em: 1 ago. 2025.

GREENE, J. P. Identidades estaduais e identidade nacional americana. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBSBAWM, E. A era das revoluções: 1789–1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JUNQUEIRA, M. A. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCUS, L. Finding Alexander Hamilton in Nevis. Disponível em: https://edition.cnn.com/travel/article/alexander-hamilton-nevis. Acesso em: 1 agosto 2025.

MIRANDA, Lin-Manuel. *Hamilton: An American Musical*. Direção de Thomas Kail. Produção de Jeffrey Seller, Sander Jacobs e Jill Furman. Nova Iorque: Richard Rodgers Theatre, 2015. 1 DVD (160 min).